REVISTA

DO

Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano

Vol. XII

MESA ADMINISTRATIVA DO INSTITUTO

Anno social de 1906 a 1907

PRESIDENTE HONORARIO

Desembargador Adelino Antonio de Luna Freire.

PRESIDENTE

Dr. João Baptista Regueira Costa.

1° VICE-PRESIDENTE

Desembargador Antonio Pedro da Silva Marques.

2° VICE-PRESIDENTE

Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa.

3° VICE-PRESIDENTE

Desembargador Francisco Luiz Correia de Andrade.

1° SECRETARIO

Dr. Aprigio Carlos de Amorim Garcia.

2° SECRETARIO

Dr. Francisco Alcedo da Silva Marrocos.

SUPPLENTES DOS SECRETARIOS

Major Augusto Cesar da Cunha.
Dr. Victalino Cordeiro Lins.

ORADORES

Dr. Manoel Arthur Muniz.
Dr. Augusto Coelho Leite.

THESOUREIRO

João Walfredo de Medeiros.

COMMISSÃO DE FUNDOS E ORÇAMENTO

Dr. Bianor de Medeiros.
Dr. José de Moraes Guedes Alcoforado.
Dr. Joaquim Maria Carneiro Vilella.

COMMISSÃO DE ESTATUTOS E REDACÇÃO DA REVISTA

Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa.
Dr. Alfredo Ferreira de Carvalho.
Dr. Manoel Arthur Muniz.

REVISTA

DO

INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Drs. Pereira da Costa, Alfredo de Carvalho e Arthur Muniz

Os heroicos feitos dos antigos,
Tende vivos e impressos na memoria,
Alli vereis esforço nos perigos,
Alli ordem na paz digna de gloria.

Prosopopéa.—Bento Teixeira Pinto

Vol. XII

RECIFE

TYPOGRAPHIA DO «JORNAL DO RECIFE»

47—Rua 15 de Novembro—47

1907

REVISTA

DO

Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano

Vol. XII Junho de 1905 Nº. 65

A TRAGEDIA DO NYENBURG

Episodio dos tempos coloniaes

Nos nossos dias—quando a humanidade parece affectada dessa estranha nevrose que um fabricante de neologismos poderia appellidar de «velomania»; quando o famoso *record* de Phileas Fogg, ha trinta annos chimera irrealizavel, está praticamente reduzido á metade; quando os transatlanticos colossaes fazem a travessia de Southampton a New-York em pouco mais de cem horas, e o sonho de Musset

Sur deux rayons de fer un chemin magnifique
De Paris à Pekin ceindra ma republique,

é uma realidade—difficilmente podemos imaginar os incommodos e as delongas das viagens nos tempos anteriores á applicação do vapor ás communicações maritimas e terrestres.

Se, em 1630, a armada de Lonck gastou quatro mezes em vir da Frisia a Pernambuco, não é de admirar, ainda em principios do seculo passado, se considerasse muito regular uma derrota de quarenta dias entre Lisbôa e Recife.

Mas, não era só o tedio da demorada navegação, com as suas calmarias enfadonhas, e os desconfortos da vida de bórdo, tão semelhante á de uma prisão pela estreiteza dos commodos e reduzida e má alimentação, a affligir o viajante naquellas

eras, apparentemente remotas, quando em vez de viajar se dizia, com toda a propriedade, perigrinar.

Ás apprehensões apavorantes de tormentas e de naufragios, de que hoje quasi ninguem cogita ao embarcar, e aos fundados receios de aggressões de corsarios barbarescos ou de, não menos barbaros, piratas de todas as nacionalidades, hoje inteiramente varridos de todos os mares, juntava-se ainda o espectro temeroso das frequentes revoltas da marinhagem, sempre hediondas e sangrentas.

De um destes dramas sombrios é que, nas paginas seguintes, vamos narrar as peripecias, em grande parte desenroladas em terra brasileira e até agora completamente ignoradas dos nossos mais circumstanciados chronistas.

Para faze-lo dispuzemos de dois velhos pamphletos hollandezes e de uns documentos portuguezes ineditos.

Os episodios da revolta, por vezes grotescos, em geral tenebrosos e por fim tragicos, encontramos miudamente referidos, dia a dia, na *Relação Authentica e Narrativa Diaria da Rebellião do navio* «Nyenburg» *da Companhia das Indias Orientaes* (1)— opusculo rarissimo do qual só se conhece um exemplar, pertencente ao illustrado bibliophilo Dr. S. van Gijn, de Dordrecht, que graciosamente delle nos forneceu uma copia—e na *Primeira Continuação* (2) da mesma *Relação Authentica* conservada na bibliotheca do *Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano.*

Quanto aos documentos portuguezes, n. 538 do archivo do *Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, o seu titulo—*Moedas de ouro e prata de cunho estrangeiro encontradas no Rio Grande do Norte em 1819*—é sufficiente para indicar a natureza do auxilio que nos prestaram.

---

(1) **Echt Relaas en Dagverhaal wegens den Opstand en het Afloopen van't Oost-Indisch Compagnie Schip NYENBURG—*Te Amsterdam By Dirk Swart*, s. d. (1764) in 4·, 29 pp.**

(2) **Eerste Vervolg van het Echt Relaas em Dagverhaal wegens het Afloopen van't Oost Indisch Compagnie Schip NYENBURG—*Te Amsterdam By Dirk Swart*, s. d. (1764) in 4·, 24 pp.**

I

A 8 de maio de 1763 fez-se de vela do porto de Texel, na Hollanda, o navio *Nyenburg* pertencente á Companhia das Indias Orientaes. Fôra equipado pela camara de Hoorn, e sob o commando do capitão Jacob Ketel, destinava-se a Batavia, com escala pelo Cabo da Bôa Esperança.

Além da numerosa companha habitual em tão longa derrota, transportava forte destacamento de soldados para as guarnições ultramarinas, e em uma e outro dominavam engajados allemães.

A viagem correu favoravelmente até passadas as ilhas do Cabo Verde, quando entre os tripolantes começaram a surgir prenuncios de insubordinação, provocada pelos maus tratos e castigos excessivos que lhes infligiram alguns dos officiaes de bórdo, hollandezes todos.

E, sem que se lhe pudésse assignalar causa mais proxima, a revolta rebentou.

Na noite de 14 de Junho, rendido o quarto da madorra, um grupo consideravel de soldados e marinheiros armados invadio subitamente o convez e, em meio de grande alarido, accometteu e assassinou o official de quarto. O capitão e varios outros officiaes conseguiram pôr as vidas a salvo, occultando-se no porão de ré, emquanto na coberta reinava a maior desordem e os amotinados aggrediam furiosamente os que suspeitavam de contrarios, ferindo dezeseis pessoas, e se apoderavam do paiol das munições e da praça d'armas, ficando inteiramente senhores do navio.

Só então serenou um pouco o tumulto e, sob promessa de quartel, poderem o capitão e os demais deixar os esconderijos e subir á tolda.

Logo os intimaram peremptoriamente a que rumassem a embarcação para a Bahia, ou outro ponto mais proximo da costa brasileira, onde pudessem desembarcar com segurança, e, fazendo prisioneira a officialidade, collocaram sentinellas nos paiões e na camara.

Na manhã seguinte passaram os rebeldes a eleger os seus chefes dentre os proprios marinheiros e soldados, cabendo a

um destes, de nome Johann Gottfried Wolmar, o posto de general, e outros foram nomeados coroneis, majores e capitães; organizado assim o serviço de bórdo, obrigaram o resto da maruja, que ainda se conservava indecisa, a acompanhal-os na revolta.

Havia a bórdo valores avultados pertencentes á Companhia; em duas caixas encontraram onze barras de ouro e cerca de dez mil ducados em especie; as primeiras, depois de cuidadosamente pesadas na balança do dispenseiro, foram cortadas em pedaços eguaes e, juntamente com as moedas, destribuidas entre elles, reservando-se os chefes quinhões leoninos, bem como de todos os outros objectos de que poderam lançar mão.

Pilhado systematicamente o navio, não escapando á sua rapina nem a propriedade particular dos officiaes, os rebeldes estadeavam no convez com as sumptuosas vestes roubadas e procuravam desforrar-se das privações passadas com excessos de glutoneria pantagruelica. Determinaram ao dispenseiro que diariamente lhes fornecesse rações dos viveres reservados á officialidade, e, de posse dos paióes, viviam em constantes libações, que a miudo se transformavam em prolongadas orgias, passando horas e horas a dançar e a beber, e forçando os officiaes a imital-os.

Mais de uma vez, no delirio da embriaguez tentaram lançal-os ao mar, cedendo a custo aos rogos fervorosos do capellão.

Era na realidade miseranda a situação dos officiaes prisioneiros.

Naquelles espiritos naturalmente superstíciosos e combalidos por continuo pavor os mais insignificantes incidentes concorriam para augmentar a anciedade mortal que os opprimia: dos movimentos singulares de uma baleia que, a 13 de Julho, se approximou do navio tiraram sinistro agouro de proximo exterminio.

E a attitude temerosa dos rebeldes parecia dever justificar o presagio.

Frequentemente examinavam na charta a marcha do navio, e, quando esta não correspondia ás suas esperanças, mostravam-se muito contrariados e rompiam em ameaças terriveis.

Por vezes levantavam-se entre elles violentas disputas, terminando em geral por desafios e rixas sangrentas; ora espancavam cruelmente os marinheiros, de cuja lealdade desconfiavam.

A 14 de Julho, avistando uma vela a barlavento, logo se prepararam para accommettel-a, e manifestaram o deliberado intento de, se não lograssem captura-la, lançar fogo ao paiol e fazer voar o navio. Felizmente a outra embarcação, mais veleira, pôde escapar á abordagem.

Entretanto, decorriam semanas sem que se lobrigasse a almejada costa do Brasil, e a exasperação dos rebeldes crescia com a demora. em que suspeitavam proposito do capitão em ludibria-los. Assim, a 1 de Agosto, assentaram em que, se no dia immediato não se avistasse terra, todos os officiaes seriam castigados com cem pranchadas de espada ou lançados ao mar.

«A nossa angustia era horrivel, escreveu um delles, e nenhuma penna é capaz de descrever a afflicção em que viviamos sob essas ameaças medonhas. Mas, emfim o Omnipotente cedeu ás nossas supplicas.»

Pelas 3 horas da tarde de 2 de Agosto o marinheiro de vigia deu signal de terra, recebendo dos rebeldes vinte e quatro ducados de alviçaras.

Em um momento foram esquecidos todas as discordias e rancores, e uma alegria insensata ganhou todos os animos: felicitaram-se ruidosamente uns aos outros, prometteram ao capitão um bom attestado que o salvaguardasse de futuras accusações e dispararam os canhões em signal de regosijo.

Estavam á vista do Cabo de S. Roque e não tardou que o navio, dando em um dos baixos d'aquellas perigosas paragens, encalhasse.

Immediatamente arriaram a chalupa e o bote, nos quaes se precipitaram sessenta e quatro homens, aproando tão apressadamente para a costa que nem ao menos se proveram d'agua ou de viveres.

Pouco depois o navio, talvez alijado do peso das embarcações e dos tripolantes, conseguio safar-se. Mandou então o capitão fazer tres tiros de peça, afim de mover os fugitivos a voltarem para bórdo; mas, vendo ser baldado o seu intento, pois

não davam mostra de quererem regressar, tratou de amarar-se.

Nem todos os rebeldes, porém, haviam abandonado o navio, e os que ficaram, tendo eleito novos chefes, declararam o firme designio de proseguirem no caminho encetado pelos companheiros. Desta sorte a situação dos officiaes, longe de melhorar, ainda mais se agravou, porquanto augmentaram os excessos e redobraram as ameaças de morte.

Não havendo mais embarcações a bórdo, construiram um pequeno bote, que mandaram á procura de um ancoradouro onde podéssem ganhar terra e, não encontrando paragem adequada, fizeram-se de vela para o Cabo Norte.

A 14 de Agosto lobrigaram novamente a costa, á qual enviaram outra vez o bote e não regressando este, passados cinco dias, aprôaram para o Cabo de Orange, lançando finalmente ferro no porto de Cayenna, a 1 de Setembro.

As autoridades francezas, informadas do motivo da arribada, aprisionaram todos os rebeldes ao tempo que procuravam incendiar o navio em desespero de causa. Igualmente prestaram todo o auxilio possivel ao capitão Ketel, a quem, porém, não foi dado voltar á patria, pois, falleceu naquella ilha antes da partida do *Nyenburg* para a Hollanda, onde os cabeças da revolta, achados a seu bórdo, foram punidos com todo rigor da lei marcial.

II

Cuidemos agora dos rebeldes que abandonaram o *Nyenburg* nas proximidades do Cabo de S. Roque.

Estavam já a bôa distancia do navio quando ouviram os tiros annunciando que o mesmo conseguira safar-se do baixio; pensaram um momento em voltar para bórdo, mas, suspeitando que os officiaes houvessem logrado ali restabelecer a sua autoridade, resolveram seguir para terra.

A chalupa, mais veloz, abicou ainda naquella tarde na praia, onde os seus tripolantes passaram a noite no mucambo de uns pretos que encontraram. Na manhã seguinte chegou tambem o bote com o resto da gente, alterada pela falta d'agua que padecia desde a vespera.

Tinham desembarcado no littoral do Rio Grande do Norte, muito provavelmente nas Garças ; mas, imaginavam achar-se ao norte do Equador e perto da colonia hollandeza de Suriman, a qual cumpria evitar ; por isso cogitaram em procurar um caminho que os levasse ás possessões portuguezas.

Interrogados, os pretos informaram haver d'ahi a dez milhas para o sul um povoado chamado Matto do Cabôclo *(Kabrokke)* e cincoenta ou sessenta milhas além outro de nome Rio Grande.

Combinaram então em se dirigirem para este, levando tres pretos como guias.

Parcamente providos de bacalhau e de farinha comprada aos mesmos, marchavam durante todo o dia ao longo da praia, onde acampavam ao cahir da noite ; affligiam-nos extraordinariamente a ardentia do sol e os bichos de pé que em breve estropearam a muitos dos rebeldes.

A 5 de Agosto chegaram a uma casa de maiores proporções, cujos moradores os acolheram hospitalariamente e onde alguns dos chefes compraram cavallos e se domoraram bastante tempo «porque havia mulheres».

Pouco depois vadeiaram o rio Punahu, de immediações mal reputadas pela abundancia de onças e outros animaes ferozes ; mais adiante começaram de novo a soffrer falta d'agua e a marcha foi se tornando cada vez mais penosa na areia frouxa e abrasada na praia ; crescia a irritação dos animos e a miude succediam-se disputas e rixas devidas á rivalidade dos chefes, sobre os quaes o de nome Johannes Croos, arvorado em major, aos poucos adquerio completa ascendencia, com prejuizo do «general» Wolmar.

Junto ao rio Maranguape levaram largo tempo detidos ante a sua corrente avolumada pela préa-mar e só a custo o transpuzeram em jangadas.

No dia seguinte avistaram finalmente a villa de Natal e o forte dos Reis Magos. Um preto correu adiante a annunciar a sua chegada e prevenir as jangadas que os deviam transportar á outra margem do Rio Grande.

Com ellas veiu o capitão-mór em pessôa e levou os chefes dos rebeldes para a sua propria residencia.

Quasi todos estes ignoravam a lingua portugueza ; mas,

um marinheiro, que a fallava, servio-lhes de interprete, mediante noventa ducados e um pedaço de ouro.

Por seu intermedio convenceram ao capitão-mór (3) serem officiaes de um navio naufragado, do qual apenas haviam conseguido salvar o dinheiro que traziam, e assim obtiveram ser alojados confortavelmente em um vasto edificio e providos de viveres com fartura e por preços modicos.

E' facil de imaginar o alvorôto produzido pela chegada deste numeroso grupo de adventicios em lugarejo apartado, como era então a villa de Natal, e a verdadeira conflagração social que determinaram as suas maneiras e fallar extranhos e sobretudo a abundancia de ouro de que se não mostravam aváros.

Da populacão inteira, subito despertada da apathia habitual, apoderou-se uma agitação febril.

Recomeçaram as orgias de bordo, agora temperadas por um elemento novo e muito cubiçado que lhes faltára ali—mulheres.

«As danças e os banquetes succediam-se com frequencia, e os rebeldes, narra uma testemunha, passavam muito alegres e contentes, comendo, bebendo e divertindo-se como homens ricos, sem pensarem na nuvem de perdição que pairava sobre as suas cabeças e os havia de destruir».

A gente mais grada do lugar, a começar pelo capitão-mór, emulava em cercal-os de obsequios e mostras de amizade, fazendo-os bemdizer o feliz destino que os conduzira áquella hospitaleira terra, onde muitos já cuidavam em fixar-se definitivamente, esquecidos dos anteriores projectos de ir gozar na Europa o fructo do seu crime.

E comprehende-se bem o poderoso attractivo exercido sobre aquelles homens rudes e brutaes pela vida de grosseiros

---

(3) De 14 de Julho de 1760 a 28 de Setembro de 1774 foi capitão-mór do Rio Grande do Norte Joaquim Felix de Lima; mas, de um trecho da relação citada deprehende-se que, em 1763, quando ali chegaram os rebeldes do *Nyenburg*, o cargo era occupado interinamente por outro.

prazeres que ali se lhes offerecia sem peias, e da qual a citada testemunha nos deixou a seguinte descripção realista:

«Primeiramente trataram de comprar e de mandar fazer vistosos chapeus; em seguida procuraram mulheres com quem conviver, e como os respectivos paes os tivéssem na conta de gente leal, honesta e sizuda, alguns chegaram a se aboletar nas suas casas, onde passavam vida farta, regalada e jovial. Chegando de uma feita a certa casa e vendo uma cornêta pendurada da parede, compraram-na por bom dinheiro e tocaram-na alegremente, emquanto os outros dançavam e pulavam. As raparigas mostravam-se muito amaveis e carinhosas para com os rebeldes, o que não era de admirar, por quanto elles lhes prodigalizavam ducados e pedaços de ouro, não sendo raro pagarem oito ducados por uma noite de gôso. Assim viviam todos os dias e alguns chegaram a se apaixonar pelas suas amantes ao ponto de as quererem desposar, e neste proposito continuaram, como marido e mulher, vivendo e dormindo juntos.»

« Mas, os casamentos não se podiam realizar, porque o capitão-mór effectivo do Rio Grande estava ausente, e o seu substituto interino communicou aos rebeldes que, se queriam casar e ali fixar residencia, deviam dirigir-se ao Capitão-General, em Pernambuco, que tambem tinha jurisdição sobre o Rio Grande. »

Esta consideração moveu os rebeldes a se transportarem a Pernambuco, após duas semanas de festas e de noivados.

Alguns, na certeza de proximo regresso, deixaram a maior parte do seu dinheiro com os paes das raparigas que pretendiam desposar. Um dos cabeças, de nome Frans Cramer, arvorado em coronel, estando compromettido com formosa moçoila de dezeseis annos, filha do alferes da guarnição do Rio Grande, esta o quiz seguir na viagem, e foi talvez a victima mais lamentavel daquelles ephemeros amores, quando no Recife se lhe desvendou a tragica realidade.

Acompanhados de uma pequena escolta, offerecida pelo capitão-mór e que os devia guiar, os rebeldes organisaram-se com apparencias militares, marchando unidos e prestando continencias aos chefes.

Assim partiram de Natal, na manhã de 24 de Agosto, ao som da cornêta, entre vivas e acclamações, deixando passados

de saudades pungentes mais de um peito feminino em que haviam acendido a chamma de ternos affectos, cêdo condemnados a ser fontes de desventuras.

III

Levaram dez dias em caminho, marchando com vagar, demorando-se nos povoados que encontravam e onde sempre recebiam bom agasalho ; por vezes permaneciam nelles longas horas descançando e então recomeçavam a orgia.

O «major» Croos tornára-se o chefe mais prestigioso e obedecido, com grande despeito do «general» Wolmar, cuja autoridade já poucos respeitavam, pelo que a miude surgiam disputas e se travavam pugilatos.

No quarto dia de viagem, Wolmar, simulando enganar-se na estrada, affastou-se do grupo principal com alguns companheiros. Notada a sua ausencia mandaram-lhes no encalço soldados que, após grande demora, os foram encontrar acampados em uma praia, junto á qual estavam fundeadas duas embarcações, com cujos mestres já haviam contractado o seu transporte para Pernambuco, á razão de cinco florins por cabeça.

Compellidos a voltarem, foi o «general» castigado com formidavel sóva e obrigado a pagar cem ducados de indemnisação pelas despezas motivadas pelo seu voluntario extravio.

Pouco depois deram por falta de um outro rebelde, cujo cavallo cansára, e que nunca mais foi visto nem delle tiveram noticia.

Emfim, a 2 ne Setembro, chegaram ás immediações do Recife. Vinham tão estropeados que o seu primeiro cuidado foi procurarem um cirurgião para lhes pensar os pés devorados de bichos e rachados de frieiras.

Após seguiram para o Palacio das Torres, a se apresentarem ao capitão-general.

Era nos ultimos dias do governo de Luiz Diogo da Silva, já se achando aqui o seu substituto, o conde de Villa Flôr, D. Antonio de Souza Manuel de Menezes.

A' presença de ambos foram admittidos os chefes dos rebeldes, acompanhados do seu interprete, sendo acolhidos

com muitas honras pelos officiaes que os suppunham gente de bem e de consideração.

Fizeram-lhes dizer que eram negociantes passageiros de um navio naufragado e pediram para ser alojados até poderem regressar á sua patria.

Mandou o governador conduzi-los a uma grande casa, usando, porém, da precaução de collocar sentinellas junto a ella e não permittir que os rebeldes saissem á rua sem serem escoltados por soldados.

Pouco os incommodou esta medida, tão satisfeitos estavam com o successo do seu embuste; cuidaram logo em trocar dinheiro, afim de comprarem roupas, alfaias e as passagens para Lisbôa, de onde pretendiam se transportar á Hollanda, já completamente esquecidos das noivas deixadas em Natal.

Emquanto, porém, assim ante-gosavam os deleites de um prospero futuro, no qual se viam ricos e considerados, fruindo placida e venturosa existencia, delles se approximava a Nemesis vingadora.

Ao deixarem o *Nyenburg* haviam os rebeldes forçado dois pilotos a acompanha-los, e estes homens, guardados quasi como prisioneiros, frequentemente ameaçados de morte, se mantiveram sempre alheios aos seus desmandos e acariciando a esperança taciturna de poderem denuncia-los.

Ignorantes da lingua do paiz, não podiam tambem recorrer ao unico interprete, inteiramente devotado aos seus inimigos; por isso, chegados ao Recife, trataram cautelosamente de indagar de alguem que fallasse o hollandez e por fim descobriram haver um medico, Dr. José de Mol, que comprehendia o flamengo.

Usando do maximo cuidado dirigiram-se certa madrugada á sua residencia, narraram-lhe miudamente todos os successos da revolta e imploraram o seu auxilio para a entrega dos criminosos á justiça.

O Dr. Mol, não pouco sorprehendido, prometteu ajuda-los, recommendou-lhes sigillo e foi sem demora communicar ao conde de Villa Flôr, já então no governo, os sinistros precedentes dos seus extranhos hospedes.

Tomou o capitão-general as necessarias providencias e, pela meia-noite, acompanhado de forte destacamento de solda-

dos e granadeiros, pôz cerco ao alojamento dos rebeldes, que se deixaram prender sem resistencia.

Os chefes Croos, Wolmar e Cramer foram postos a ferros e trancados em cellulas separadas na cadeia, á cuja sala livre foram recolhidos parte dos outros, ficando os menos culpados presos no alojamento com sentinellas á vista.

Submettidos a interrogatorio pelo ouvidor e manifesta a sua criminalidade, ordenou o capitão-general o confisco do dinheiro que traziam bem como do que haviam dispendido e deixado no Rio Grande, conseguindo arrecadar a somma de vinte e sete mil florins.

O inesperado fracasso dos seus planos actuou diversamente no animo dos rebeldes: emquanto alguns viam na prisão apenas um episodio desagradavel, mas passageiro, e não mostravam tristeza, outros comprehendiam as suas consequencias fataes e se entregavam ao desespero, chegando o «general» Wolmar a se enforcar nas grades do carcere com um lenço de sêda.

A onerosa custodia de tão grande numero de presos—eram sessenta e tres—preoccupando o conde de Villa Flôr, deliberou-se envia-los para o Reino na nau de guerra *Nossa Senhora da Italia*, préstes a fazer-se de véla.

Mas, a embarcação devia primeiramente conduzir ao Rio de Janeiro a Lobo da Silva, nomeado governador das Minas, de sorte que só aportou a Lisbôa em fins de Dezembro de 1763.

Avisado o governo hollandez, reclamou os criminosos, enviando um navio a busca-los.

Em Texel, o mesmo porto de onde partira o *Nyenburg*, teve logar o epilogo da tragedia. Submettidos a conselho de guerra, foram os rebeldes punidos com rigor extremo. Os cabeças, como Croos, Cramer e outros, padeceram a pena ultima na forca; muitos, depois de cruelmente açoutados, foram marcados com ferro em brasa e condemnados ás galeras, e poucos alcançaram absolvição.

IV

Não obstante as ordens severas do conde de Villa Flôr, é de presumir parte, se bem que diminuta, do dinheiro espalhado pelos rebeldes no Rio Grande, tivésse então escapado ao confisco.

Em principios de 1819 correu em Natal o boato do descobrimento de um grande thesouro occulto, e não tardou que o governador Josá Ignrcio Borges fosse procurado por um certo Joaquim José Tèixeira para denunciar-lhe que, na sua propriedade de Magalhães, José Marcolino, Victoriano e Theodorico, filhos de Manoel Correia, e Cosme de tal, todos pardos moradores na Perituba, haviam achado enterradas algumas moedas de ouro e prata de cunho estrangeiro.

Procedendo-se ás diligencias legaes foi examinado o local do achado, sendo encontrada uma excavação de quatro palmos e meio de fundo, de onde haviam sido retiradas as moedas, que foram todas apprehendidas.

Eram em numero de trinta e nove, duas de ouro e as restantes de prata, pesando estas cento e quarenta oitavas e meia e aquellas tres oitavas e meia.

Recolhidas com todas as formalidades ao cofre da Provedoria da Real Fazenda, foram mais tarde remettidas para a Côrte.

Os pardos que as acharam, além de espoliados, soffreram o vexame de prisão, e só obtiveram a liberdade porque ao governador «assistia o conhecimento da sua ignorancia e lhe parecêsse que calaram um tal acontecimento por desconhecerem o direito de Sua Magestade sobre semelhantes bens.»

Comquanto não se tenha precisamente designado a valor ou os caracteristicos das moedas—consta apedas eram de cunho estrangeiro—não parece desarrazoado attribuir a sua procedencia aos rebeldes do *Nyenburg*, e suppôr tivessem sido occultadas por occasião do confisco, em 1763.

ALFREDO DE CARVALHO.

SOBRE ALGUNS ANTIGOS RETRATOS

DE

INDIOS SUL-AMERICANOS

POR

PAUL EHRENREICH

Traduzido do allemão

POR

M. de Oliveira Lima (*)

Ás mais admiraveis curiosidades do Museu Ethnographico de Copenhague pertencem, como é notorio, os retratos em tamanho natural de indigenas brasileiros do seculo XVII, porventura os mais antigos retratos conhecidos de selvagens, feitos por mão de artista.

(*) Ao apparecer pela primeira vez esta traducção, no *Diario Official*, de 29 de Setembro e 5 de Novembro de 1900, a respectiva redacção fê-la preceder da seguinte *Nota*.—«Este artigo, excellente contribuição para a nossa historia e ethnographia, foi publicado na revista allemã—*Globus*, pelo S. PAUL EHRENREICH, conhecedor como ninguem da nossa ethnographia, que tem especialmente estudado nas suas longas viagens pelo Brasil.

Devemos a sua traducção á competencia e gentileza do nosso illustrado compatricta Dr. OLIVEIRA LIMA, actualmente encarregado de negocios do Brasil em Londres. As gravuras, que acompanham o original, serão publicadas com a edição em separado, que virá á u[illegible]

O Sr. Kr. Bahnson, digno conservador do Museu, publicou e tentou descrever ethnologicamente um desses retratos no *Archivo Internacional de Ethnographia* (Vol. II, pp. 221 e seg., com a grav. XIII). Representa um homem armado de flexas, a competente prancheta de lançar e uma maça, instrumentos de guerra estes que ainda hoje se conservam *in natura* no Museu e são de um alto interesse ethnographico como os unicos objectos que até nós chegaram daquelle povo de ha muito extincto.

Bahnson chegou á conclusão de que se trata de um representante da grande nação Tupi, cujas tribus (Tupinambás), Tupinikins, Tobajáras, etc.) quasi dois seculos depois do descobrimento, ainda povoavam por completo a costa oriental brasileira. Na verdade pareceu-lhe singular que faltasse nos quadros o arco, a tradicional e sempre mencionada arma dos Tupis, ao passo que a prancheta de lançar, cuja fórma differe de tudo quanto até aqui é conhecido, oriundo da America do Sul, nunca entre os velhos escriptores foi citada como arma Tupi *(Fig. n. 1)*.

Esta contradição explica-se, porém, facilmente pelo facto de tratar-se neste caso não de um Tupi, mas de um Tapuia, isto é, um não Tupi, gente sobre a qual chegaram até nós informações diversas em desenhos e escriptos. Antes de tudo se deve provar este ponto, para depois discutir a que tribu pertencia o individuo, o logar onde vivia e a condição ethnologica do seu povo, sobre a base das antigas noticias existentes, que são assaz copiosas.

---

no proximo volume dos—*Materiaes e Achegas para a Historia do Brasil*—, que vão continuar a apparecer sob a erudita direcção do Sr. CAPISTRANO DE ABREU, que os iniciou, associado ao malogrado VAL E CABRAL. »

Não tendo até hoje sahido á luz semelhante publicação, e sendo o presente artigo de capital interesse para a ethnographia pernambucana, deliberamos inseri-lo aqui, illustrado com as gravuras do original que, com o titulo de—*Ueber einige aeltere Bildnisse suedamerikanische Indianer*—, sahio no *Globus* (Braunschweig. 1894), Vol. LXVI, pp, 81—90, com 10 gravuras.

N. da R.

I

Não é difficil responder a qualquer interrogação sobre a proveniencia dos quadros de Copenhague, que ali se acham desde 1690. Pertencem, sem sombra de duvida, á collecção formada pelo conde, depois principe, João Mauricio de Nassau-Siegen, na sua qualidade de governador das colonias neerlandezas do Brasil norte oriental (1636–44) e mais tarde vendida, com outros materiaes de historia natural, ao Grande Eleitor Frederico Guilherme de Brandeburgo.

Driesen nos fornece dados bastantes sobre este ponto, na sua biographia do principe (1). No appendice da mesma (pag. 357) encontra-se um inventario completo, segundo os documentos examinados, das curiosidádes transferidas ao Eleitor por meio do ajuste de 18 de setembro de 1652. Sob o n. 13 acham-se classificados:

« Sete grandes pinturas a oleo, de altura de sete varas brabantinas *(de 44 pollegadas cada uma)*, com que se podem decorar as paredes de um grande salão em guiza de tapeçarias, representando indios pintados do natural e em tamanho natural, e, dispostos em bonita ordem, todos os quadrupedes e outros animaes, peixes, passaros, reptis, vermes, arvores, fructas, hervas e flores que os acompanham. »

« Mais nove peças menores para baixo das janellas, conforme e em proporção com as grandes, tudo raro e que em parte alguma se póde encontrar. »

Ignoramos de que modo estes quadros. igualmente mencionados por Humboldt *(Kosmos*, vol. II, pag, 85), passaram á Dinamarca : talvez como presente. Segundo a assignatura chamava-se o pintor—A. Eckhout (1641–43); delle, todavia, para o que Bhanson chama a attenção, nada mais se conhece e nada tem de identico com o discipulo de Rembrandt Gerbrandt van der Eckhout. Talvez fizésse elle parte do numero dos pintores que o principe levou comsigo para o

---

(1) ***Ludwig Driesen***.—**Leben des Fuersten Moritz von Nassau-Siegen**.—***Berlim, Decker***, 1849.

EST. No. 1.

Brasil, e é outrosim, possivel que os quadros fôssem feitos por elle na Europa, e que a sua indicação «Brasil», se refira apenas á origem dos objectos representados.

Qualquer duvida de que os quadros pertenceram effectivamente á collecção de Mauricio de Nassau, desappareceria com a sua simples comparação com outros desenhos e publicações procedentes daquella epoca. Temos, em primeiro logar, o *Zoobiblion* de Zacharias Wagner, que se acha no Real Gabinete de Estampas de Dresda, e cujo autor exerceu as suas funcções junto ao principe, de 1634 a 1641. Sua breve auto-biographia e o texto dos seus desenhos versando sobre historia natural brasileira, foram publicados, em 1888, por P. C. Richter, na collecção de monographias commemorativas da Sociedade Geographica de Dresda (pp. 56–91), posto que infelizmente sem illustrações, que são de importancia capital para o exame do material de Copenhague. Um confronto destes desenhos com os quadros de Copenhague, acerca dos quaes o Sr. Bahnson pôz muito amavelmente á minha disposição noticias e desenhos, indica o seguinte :

1.—O homem figurado no *Archivo Internacional* (com maça e prancheta de lançar), assignado *Eckhout, 1641, Brazil*, é identico ao da fl. 95, de Zachaiias Wagner—*Omem Tapuya (Est. n.° 1)*.

2.—O retrato, com igual assignatura, de uma india carregando ás costas um cêsto com um pé humano e na mão uma mão humana decepada, é identico ao da *Mulher Tapuya* de Zacharias Wagner. Tambem o cão, bebendo, postado entre as pernas de uma mulher que atravessa uma riacho, encontra-se em ambos os desenhos.

3.—Um indio armado de arco e flecha, com uma tanga branca e faca na cintura, (assignado *A. Ekkhout, 1643, Brazil)* corresponde ao *Omem Brasiliano* á fl. 93 do *Zoobiblion* de Dresda.

4.—A india com uma criança nos braços e á cabeça um cêsto com cabaços (ass. *Eckhaut, 1641, Brazil)* é identica á *Molher Brasiliana* á fl. 94 do *Zoobiblion*.

5.—O quadro de dança de Copenhague (sem assignatura) representa oito homens executando uma dança de guerra, dois delles apenas trazendo pranchêtas de lançar, todos, porém,

tendo flechas e maça. Duas mulheres revestidas, como a do n.º 2, de cinturas de folhas, estão collocadas á direita, debaixo de uma arvore, enlaçadas e tapando os narizes.

Este quadro falta na serie de Dresda. Em seu logar se encontra, no n.º 103, uma dança circular de 19 homens, desarmados, em uma paisagem montanhosa. A' esquerda, um homem deitado e uma mulher accendendo o fogo. Um outro homem, á direita, tira agua de um riacho. No plano afastado simula ter logar um combate entre duas hordas de indigenas.

Apezar da crueza do desenho, o quadro apparece inteiramente, de uma naturalidade fiel, como se fôsse o esboço de occasião. A dança recorda, singularmente, as danças do Botocudos.

Os dois retratos de negros, de Copenhague, encontram-se igualmente no *Zoobiblion*, debaixo do nome de *Omem Negro*. Chamemos aqui apenas a attenção para elles, assim como para as interessantes representações de uma dança de negros, de um mercado de escravos em Pernambuco e uma aldeia de *Brasilienses* (Tupis).

Como o autor assegura na introducção, ter levado tudo a cabo « do modo mais exacto, com as suas côres naturaes, afim de exhibir aos seus compatriotas alguma cousa nova e maravilhosa », dá com isto a entender que, nos seus desenhos, devemos buscar os modelos originaes dos quadros de Copenhague.

Em prol desta hypothese fala tambem altamente a chronologia. Wagner tornou á Hollanda a 17 de junho de 1641 e dirigio-se para Haya, Delft, Rolterdam e Leyde, «afim de fazer entrega, nas referidas cidades, daquillo que o conde lhe confiára, e que constava de escriptos, pinturas e papagaios. »

Seus desenhos deviam, portanto, ter ficado prompto, antes de 1641, ao passo que os retratos de Copenhague só fôram pintados entre 1641 e 1643.

Em ambas as collecções de pinturas observa-se um defeito particular no colorido : as pontas de madeira das flechas, que nós ainda possuimos *in natura*, acham-se pintadas como se fôssem de ferro, com uma côr azul cinzenta. Differença não menos notavel reside no facto de que nos retratos de tapuias, de Eckhout, tanto o homem como a mulher usam sandalias, ao passo que nos de Zacharias Wagner, apenas o homem acha-se

representado com este calçado, tão pouco usual entre as tribus sul-americanas. Não devemos d'ahi colligir como certo, que os desenhos de Wagner fôram os primeiros e unicamente copiados do natural, não passando os quadros de Eckhout de reproducções em escala maior. Mais provavel será derivarem uns e outros de esbôços originaes, que porventura se encontravam entre as pinturas brindadas pelo principe.

Posto seja assaz indifferente resolver qual das collecções é a original, podemos ter, entretanto, como certo que o homem descripto por Bahnson. com a pranchêta de lançsr, representa um Tapuia do interior do Brasil Norte-oriental, e principalmente que todos os indios nellas figurados pertencem á «esphera de influencia» neerlandeza de então, a saber, os dominios de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão.

Aos limitados annos de occupação batava dessas regiões, somos devedores da mais meritoria obra de historia natural dos tempos passados, a qual por mais de seculo e meio, até as viagens do principe de Wied e de Martius, ficou sendo a principal fonte para o conhecimento scientifico do vasto imperio brasileiro. Tal obra é a de Piso e Marcgraf de Liebstadt ; *Historia naturalis Brasiliæ, auspicio et beneficio Ill. I. Mauritii Com. Nassav... adornata. In qua non tantum plantæ et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et inconibus supra quingentas illustrantur.— Lud. Bat. et Amst. 1648. Fol.* (2)

Nesta obra classica encontram-se todos os dados essenciaes sobre aquellas tribus. Logo no frontispicio se nos de-

(2) Piso acompanhou o principe como medico. Marcgraf como naturalista, astronomo e geographo. Após seis annos da mais fructuosa actividade falleceu Marcgraf durante a expedição africo-occidental dos Hollandezes a S. Paulo de Loanda (1644). Seu espolio scientifico foi dado á luz por Laet, de collaboração com Piso, razão pela qual não foi infelizmente possivel evitar varios enganos na successão das observações e na inserção das illustrações, costumando aliás Marcgraf consignar os seus apontamentos em pequenas folhas de papel e em uns hierogliphos delle apenas intellegiveis. A decifração póde ser executada, uma vez achada a chave ; mas, deu causa a muitas obscuridades nas partes zoologica e ethnologica. (Driesen, *Obr. cit.*, pag. 104 ; Lichtenstein, Diss. da Acad. de Sciencias de Berlim, 1814 e 1815, pag. 201).

para, representado á esquerda, um selvagem cuja parecença com o do quadro de Copenhague salta logo á vista. Acha-se do mesmo modo inteiramente nú, com a ligadura, facilmente reconhecivel, do penis. Na mão esquerda carrega, encostadas ao hombro, tres flechas guarnecidas de farpas, e ao mesmo tempo segura com o pollegar uma planchêta de lançar, ornada no cabo de dois enfeites de pennas. A mão esquerda sustenta uma maça apenas superficialmente desenhada. Vê-se em todo o caso a sua fórma quadrangular prismatica e que a decóra igualmente um tufo de pennas. *(Est. n.° 2).*

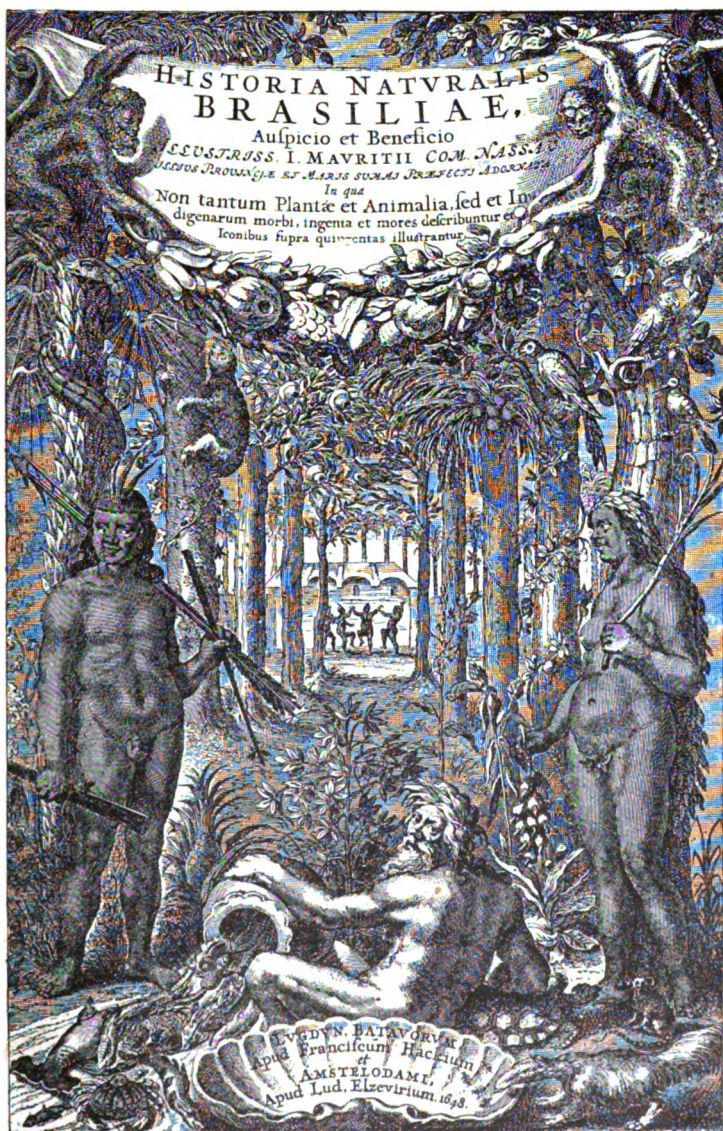
Os cabellos do homem são cortados curtos na fronte, cahem compridos sobre as espaldas e na região temporal acham-se cuidadosamente arrancados. O alto da cabeça parece estar coberto de um barrete enfeitado de tres longas pennas. Um pouco abaixo do canto direito da bocca projecta-se um rolête, e outro mais curto encontra-se espetado á direita do queixo. No lado esquerdo faltam os rolêtes, evidentemente por descuido do gravador.

Os pés estão descalços, e tambem falta o ornato dorsal de pennas de ema.

A mulher que lhe fica fronteira está igualmente núa; mas, traz pendente um longo enfeite que vae da nuca até a curva dos joelhos e que merece especial discussão. A sua «folha de vinha» descobre-se logo ao primeiro relance, não passar da tradicional usança dos pintores. O rosto e o côrpo são por completo europeus. Tampouco a fórma do penteado offerece algum traço caracteristico.

No texto os Capitulos IV e XIII são dedicados á descripção dos naturaes da região occupada pelos hollandezes. Distinguem-se em primeiro logar, e tratam-se separadamente as tribus tupis dos Tupinambás, Tobajáras e Petiguáras: *hæc natio nominibus distinctas et idiomate differentes divisa est.* Como tapuias do Rio S. Francisco, cita Marcgraf, os Aroderas, Cajaús, Maquarús e Poymés; mas. nota textualmente que já tratou destes em outro logar (3) e por isso só quer ali occupar-se dos sujeitos á soberania hollandeza (pag. 268).

---

(3) *Descriptio Indœ occident.* Liber XV. Livro que se n. o encontra citado alhures.

No capitulo IV (pag. 270) logo encontramos figurado um casal tupi, «Brasilenses». O homem está armado de arco e flecha, e o cabello cae-lhe sobre a fronte; tanto elle como a mulher não trazem tangas, cujo uso, reza o texto, foi introduzido pelos europeus.

O Cap. VIII occupa-se: *De Tapuyarum moribus et consetudinibus, et relatione Iacobi Rabbi, qui aliquot annos inter illos vixerat.*

Encontra-se ali, á pag. 280, um tapuia, igualmente representado com tres flechas e a pranchêta de lançar em uma das mãos e a maça na outra. O aspecto desta ultima é perfeitamente identico ao das que se vêem nos quadros de Copenhague e nos desenhos de Dresda, e bem assim a posição do homem, differindo apenas em que elle usa um diadema baixo de pennas com longas plumas no meio, e que não tem sandalias. *(Est. n.° 3)*

Ao pé delle se nos depara uma mulher sem ornato algum, encobrindo suas nudezas com uma rama. Igualmente carrega esta mulher, na direita, uma mão humana decepada e, no cesto dependurado ás costas, um pé humano.

Estas quatro gravuras no texto, assim como as do frontispicio, não passam evidentemente de copias toscas dos originaes de Wagner ou dos de Copenhague, executadas por um gravador, sobre madeira, pouco familiar com o seu officio. O enfeite da cabeça do tapuia foi arbitrariamente modificado, e particularmente o enfeite de pennas de emas foi descuidado ou antes mal interpretado, visto como o indio acha-se representado com longos cabellos pendentes sobre as espaduas. O avental de pennas, tão facilmente reconhecivel no original e descendo sobre as pernas da mulher, converteu-se em um simples raminho, chegando no frontispicio a mera « folha de vinha ».

Autores que escreveram mais tarde, ainda modificaram e adulteraram mais estes desenhos, por exemplo, Nieuhof, na sua *Gedenkweerdige Brasilianse Zee-en-Lantreize.* Amsterdam, 1682, *in-folio.* Aos desenhos do Tupi e Tapuia das pags. 218 e 253 desta obra serviram de originaes as xylographias da de Marcgraf. Originalmente, por livre invenção do desenhista, porém, a gravura da pag. 224, acha-se mencionadacomo um

tapuia matando um passaro no vôo. A ligadura do penis no homem e o avental de folhas na mulher, são ahi facilmente reconheciveis. No segundo plano veem-se sentadas mulheres e crianças em uma refeição de cannibaes.

De interesse incomparavelmente superior ao dessas gravuras são os quadros inteiramente do mesmo genero, mas, que ficaram por completo ignorados, de que está de posse a Bibliotheca Real de Berlim. Pertencem igualmente á collecção transferida ao Eleitor, e acham-se descriptos, sob os n.os 14 e 15, na lista mencionada em Driesen (*Obr. cit.*, pag. 328).

« 14.—Um livro grande, *in-folio* real, e outro menor, onde se encontra artisticamente reproduzido do vivo, em miniatura, tudo quanto ha para vêr no Brasil—homens, quadrupedes, aves, reptis, peixes, arvores, hervas, flores—juntamente com os seus nomes, qualidades e propriedades.

15.—Mais de cem outras pinturas indigenas de animaes e diversas cousas, feitas a oleo sobre papel e soltas. »

Esta collecção foi posta em ordem, de 1661 a 1664, pelo medico real Christian Menzel e traz o titulo de—*Theatrum rerum naturalium Brasiliæ*, constituindo quatro grossos volumes, *in-folio*, com 1460 figuras ao todo. (Driesen, *Obr. cit.*, pag. 109),

Existem mais dois volumes menores sem titulo tambem contendo animaes e plantas coloridas, com observações do proprio punho do principe.

As plantas e os animaes desta collecção, desenhados segundo exemplares vivos ou mortos de fresco, pertencem aos mais notaveis trabalhos da pintura de natureza daquelle tempo e constituem sem duvida o mais importante material para o estudo da historia natural, que, principalmente antes das viagens de Martius, foi trazido do Brasil para a Europa. O bisecular dominio portuguez, que se seguiu ao batavo, nada produziu de igual ou mesmo de parecido.

Infelizmente, certo por causa da prematura morte de Marcgraf, permaneceram semelhantes thesouros em total esquecimento. Nem Linneu nem os subsequentes naturalistas francezes e hespanhóes poderam derivar conhecimentos das suas indicações. Passou-se seculo e meio antes que Lichtenstein de novo chamasse á luz a collecção e na sua dissertação:

EST. No. 3.

Die Werke Marcgrave und Piso über die Naturgeschichte Brasiliens, erläutert aus den wieder aufgefundenen Originalzeichnungen (As obras de Marcgraf e Piso sobre a historia natural do Brasil, commentadas sobre os desenhos originaes novamente descobertos), nas Dissert. da Acad. Real das Sciencias, 1815–15, pag. 201 ff.; 1816–17, pag. 15 ff; 1820–21, pag. 237 ff.; trata especialmente dos quadrupedes e serve á identificação das gravuras daquella obra, frequentemente bem imperfeitas, em parte tambem erradamente collocadas.

Mais tarde tambem Martius occupou-se das plantas (no 4º vol. do *Theatrum)* na tentativa de commentario sobre as plantas nas obras de Marcgraf e Piso sobre o Brasil (Dissert. da classe de sciencias mathematicas e physicas da Real Acad. de Munich), 7º vol., 1855. Neste trabalho pretende elle ter sido Franz Post, filho de um pintor de vitraes de Harlem, o artista, e chama particularmente a attenção para duas paysagens do mesmo Post, conservadas na Real Galeria de Quadros de Schleisshein (numeros do catalogo 1511 e 1512) e que se acham repropuzidos na *Historia palmarum*, estampas 82 e 85.

O que aqui nos interessa, porém, são as representações anthropologicas, apenas tratadas de passagem, por Lichtenstein e Martius, e cuja importancia ninguem ate hoje percebeu justamente.

Algumas dellas foram em verdade já uma vez reproduzidas, mas infelizmente não de um modo bem accessivel, a saber no Calendario Historico-Genealogico para o anno bissexto de 1818, publicado pela real deputação prussiana dos calendarios. Como havia então o maior interesse pelo Brasil—o casamento da archiduqueza d'Austria com D. Pedro, depois primeiro imperador do Brasil, já havia dado ensejo ás grandes viagens scintificas de Spix e Martius, Natterer e Pohl—foi inserida naquelle livrinho uma pequena monographia, excellentemente escripta por Link, sobre o imperio, outr'ora tão pouco conhecido, a qual contém, além de uma carta geographica, varias gravuras extrahidas de obras mais antigas. Duas dellas são: «Um tapuya armado para a guerra, e sua mulher» e «Retrato de um tapuya, segundo o quadro da collecção do conde Mauricio de Nassau.»

Estes quadros encontram-se por conseguinte no 3· volume

do *Theatrum rerum naturalium, quo propornuntur icones animolinm ad homine ad insecta usque.*

Desgraçadamente introduziram-se nos rotulos de Mentzel grosseiros enganos ou equivocos, provocados pelos quadros tirados dos materiaes africanos reunidos pelo conde.

A fl. 1 traz a inscripção *Principum quidam Chilensium forsan*, com referencia a Marcgraf, pag. 283.

Fl. 2. *Ejusdem qui præcedente pictbs est nationis.*

Fl. 3. *Alius Chilensium regulus venationi aut bello se accingens Marcg. ibid.*

Estes tres individuos são á primeira vista reconheciveis como africanos. Usam longas vestimentas, barretes escarlates de fórma conica ornados de buzios e, pendentes, compridos collares vermelhos com cruzes. As armas do homem da fl. 3 são perfeitamente africanas (4).

As tres folhas immediatas igualmente representam negros, provavelmente dos importados ao Brasil; a fl. 4 acha-se descripta como «Negrita», a fl. 5 como *Ex niqritis alius*, e a fl. 6 como *Aethiops leucoticus*, o magistral retrato de um albino.

Seguem-se logo os typos de indios, mas do mesmo modo com rotulos extremamente duvidosos. Tres delles especialmente não apresentam caracteristico algum brasileiro, indicando muito mais nas vestes, ornatos e armas pertencerem a povos do extremo sul.

Fl. 7. *Mulier Brasiliensis*, Marcg. Hist. Br. pag. 270.

Uma mulher com brincos, collar e bracelete de perolas brancas, cabellos cortados curtos carregando uma criança ás costas. A parte inferior do corpo está envolta em uma pelle de animal que lhe cahe sobre as barrigas das pernas. *(Est. n.° 4).*

No Calendario apparece esta figura como de uma «mulher Tapuya». Semelhante designação é seguramente tão arbitra-

---

(4) Trata-se evidentemente dos enviados do reino do Congo, que com ricos presentes procuram o principe em Moritzstadt no anno de 1643 (Driesen ob, cit. pag. 122). As cruzes por elles usadas esclarecem a observação de Barlaeus *Chritiano se vulgo jactant verum tunc quum apud Christiano simulari relgionem expedit.*

EST. No. 4

ria quanto a de Mentzel. A vestimenta de pelles fal-a evidentemente pertencer á mesma tribu que os dois homens immediatos.

Fl. 8. *Tapuyarum quidám.* Marcg. Hist. Br. pag. 270. Representação de face de um indio em corpo inteiro, fumando um longo cachimbo, o qual segura com a mão direita, emquanto a esquerda descança sobre a anca. Decora-lhe a cabeça, de que pende para a frente sobre o hombro esquerdo uma longa madeixa, um colar de pennas vermelho-escuras em fórma de aureola. Uma volta de contas brancas circumda-lhe a fronte. Outras voltas pendem-lhe sobre o peito. Um manto de pelles abriga-lhe os hombros. Uma tanga acha-se presa na cintura e as pernas finalmente estão cobertas por uma especie de perneiras. *(Est. n. 5)*

Fl. 9. *Tapuyarum alius venatur aut miles.* Um homem da mesma tribu, nú, igualmente de corpo inteiro mas de perfil, em posição de retezar o arco. O mencionado barrete vermelho circumda-lhe a cabeça como um diadema, de fórma a ver-se o topo do craneo. Deparam-se-nos tambem madeixas e fios de perolas. O homem usa um cinto castanho e um manto de pelle que lhe alcança as barrigas das pernas e ao qual está pegado um punhado de flechas.

Não se percebe se é propriamente uma aljava ou si faz as vezes desta uma prégа enrolada do manto. Do lado esquerdo pende um sacco de carregar. A mão esquerda segura além do arco uma especie de tacape. O pulso está envolto em uma ligadura de protecção contra a pancada de recúo da corda. *(Est. n. 6)*

Esta figura encontra-se no primeiro quadro do Calendario junto á mulher da fl. 7.

E' difficil decidir a que raça pertencem estes tres ultimos individuos. Possuimos, comtudo, pontos de referencia. Segundo a natureza das cousas póde-se apenas tratar das tribus visitadas por occasião da expedição chilena dos hollandezes (1642), em primeiro logar os araucanos, com os quaes Herkmans, o chefe dessa expedição, esteve por bastante tempo em contacto (Diesen, obr. cit. pag. 120).

Com effeito sabemos que mantos de pelles de guanaco eram de uso entre os Puelches (comp. Medina, *Los Aborijines*

de Chile, pag. 165), que os chilenos usavam como enfeite fios de pequenos buzios polidos (obr. cit. pag. 171), que nas partes mais frias do paiz, como Chilóe, as perneiras eram communs (obr. cit. pag. 165).

Tambem as settas e arcos curtos, a clava, o cachimbo, o diadema de pennas, concordam perfeitamente com o que sabemos da população originaria do Chile. E' facto que os mencionados quadros não correspondem aos primitivos desenhos dos «Chilenses» na obra de Marcgraf, mas póde tratar-se de outras tribus.

A inadvertencia de Mentzel, descrevendo as tres primeiras figuras como «Chilenses», se esclarece assim facilmente. Tres retratos de Chilenos encontravam-se na collecção. Por engano os tres negros receberam esta designação, e para aquelles ficou apenas disponivel a de »Tapuyæ» ou a de «Brasilienses».

Fl. 10. *Tapuyarum mulier.* Uma India de cabeça pellada, vestida com uma tanga de listras pretas e brancas, e por cima uma faixa escarlate. Na mão direita tem um pote ou um cabaço. Corresponde ella menos mal á «molher brasiliana» de Dresda ôu de Copenhague, e é, pois, uma tupi da costa. *(Est. n. 7).*

Fl. 11. *Brasiliensis vir corpore coloribus infecto.* Um tanto apagado e evidentemente por mais de uma vez retocado quadro de um velho, trazendo na mão direita uma longa vara. Pelo descoberto do penis e pela tosquia do cabello da fronte nas fontes lembra, pouco mais ou menos, o Mororó.

O colorido da pelle está muito escuro. Algumas riscas amarellas na face e espaduas, assim como duas amarello-castanho e uma preta intercalada no abdomen, não dão a impressão da pintura do corpo, antes parecem manchas accidentaes.

Sua designação de tupi da costa é pelo menos muito duvidosa. Deve-se nelle ver de preferencia mm dos tapuios do baixo S. Francisco, representados por Marcgraf á pag. 268. *(Est. n. 8)*.

Seguem-se finalmente os dois quadros mais importantes, com a inscripção «Tapuya» sobre a propria folha original.

Não se póde verificar á primeira vista si a fl. 12 representa uma mulher, porque o peito está occulto pelo braço esquerdo destendido para a direita. Pelo contrario é facilmente reco-

EST. No. 5

nhecivel o caracteristico revestimento dos orgãos sexuaes. Vê-se que uma ponta do tufo de folhas, assomando entre as pernas, vae prender-se á fita da cintura. A côr vermelho-amarello-escura da pelle é produzida neste desenho a carvão e lapis, com uma fidelidade pouco commum. *(Est. n. 9).*

A cabeça mostra o genuino penteado tapuio. A physionomia ficou infelizmente incompleta, o que torna para nós mais precioso o ultimo quadro.

El. 13. Um retrato masculino de busto perfeitamente bem acabado, com a inscripção «Tapuya», de um realismo impressivo, talvez o mais verdadeiro de todos os quadros que nos ficaram dos tempos passados. Nas orelhas usa o homem pequenos ramos de pennugens verdes. O penteado em fórma de prato corresponde exactamente ao do homem dançando do quadro de Copenhague. « O cabello é, diz Banhnson (obr. cit. pag. 222), cortado curto, ou todo em volta até acima das orelhas, ou só na parte deanteira da cabeça, estando por baixo atada uma cinta de fórma a parecer uma especie de barrete, ao passo que para traz cae comprido».

Segundo o esboço deste quadro, que me foi muito amavelmente enviado pelo Sr. Banhuson, o nosso retrato em questão parece ter sido o modelo ou desenho original do bailador que acha-se á extrema direita e tem em cada mão um tacape. *(Est. n. 10).*

Com isto exgota-se o material conhecido dos quadros. Talvez sejam algum dia trazidos á luz, na Hollanda, e nomeadamente na França, outras reliquas daquelle famoso principe. Entre os papeis de Mauricio de Nassau, de que é possuidor o Archivo Real Neerlandez, encontra-se designadamente a correspondencia trocada sobre uma collecção de «raridades», particularmente cerca de 40 quadros originaes, cedida a Luiz XIV.

Somos devedores de apuradas informações sobre isto ao Dr. José Hygino Duarte Pereira, que em 1885 pesquizou nos archivos hollandezes e publicou os resultados do seu trabalho na Rev. Trim. do Inst. Hist. do Rio, 1886, vol. 49, II, pag. 185 ff. Ficamos sabendo por ahi entre outras cousas, que seis pintores estiveram em actividade ao serviço do principe, ao numero dos quaes bem póde haver pertencido Zacharias Wagner.

A 14 de Agosto de 1679 foram os quadros expostos no Louvre, e a 25 o rei e toda côrte fizeram uma visita á exposição, altamente elogiando as pinturas. (Vide carta de Paul de Milly, Rev. Trim., vol. cit., pag. 232). De então por deante fallece qualquer indicação sobre o destino dos referidos quadros : pelo menos o Dr. José Hygino Duarte Pereira nada a respeito pôde descobrir no Louvre.

II

Sobre essas velhas hordas tapuias foram-nos conservados na literatura coeva os mais valiosos esclarecimentos, de fórma que relativamente sabemos mais a respeito dellas do que da maior parte das tribus selvagens ainda hoje existentes.

Será, portanto, de algum interesse comparar nossas representações artisticas com as descripções dos antigos autores.

As fontes mais importantes são, além da conhecida obra de Piso-Marcgraf (**M**), as seguintes :

1. Barlaeus, *Rerum per Octenium in Brasilia et alibi nuper gestarum, sub praefectura comitis J. Mauritii Nassoviæ, etc... historia.* Amstel, 1647. Fol. Utilizamo-nos para o presente trabalho da edição allemã : *Brasilianische Geschichte bey achtjähriger, in selbigen Landen geführter Regierung Seiner Fürstichen Gnaden Herrn Johann Moritz, Fürstens zu Nassau.* Cleve, gedrudckt by Tobias Silberling Im Jahr 1659, fl. 8° (**B**).

2. *Relation du voyage de Roulox Baro interprete et ambassadeur ordinaire de la Compagnie dez Indes d'Occident, de la part des illustr. seigneurs des Provinces unies au pays des Tapuies dans la terre ferme du Brésil. Trad. d'hollandois en français par Pierre Moreau de Paray.* (Vide Drisen, obr. cit. pag. 112.) Esta relação constitue a segunda parte das — *Relations véritables et curieuses d'isle de Madagascar et du Brasil.* Paris, 1651 in-4° (Leclere, Bibl. Amer. n. 1.642) e acha-se provida de valiosas explicações e commentarios do sieur Murisot (**R**).

3. Laet, *Historie ofte Jaerlijik Verhael van de Verrichtinghen der Geoctroyeerde West-Indische Compagnie.* Leiden, Elz. 1644, Fl. (**L**).

EST. No. 6

O que se encontra além disto esparso nos escriptos de Dapper, Vris, Nieuhof, etc., é extrahido dos precedentes autores, frequente e arbitrariamente desnaturados, sendo particularmente em extremo incorrecta a ortographia dos nomes e termos indigenas.

No que diz respeito ás armas dos Tapuias, ficamos sabendo o seguinte em **M**, pag. 278, ácerca das duas peças que em primeira linha nos interessam, a saber: a prancheta de lançar e o tacape. «Tapuyarum nationes quaedam nullis arcubus utuntur, sed sagittas suas emittunt manus jactura solum modo imponendo ligno cuidam excavato instar tubi per medium secundum longitudinem dissecti. Cariri autem arcabus utuntur».

Parecidamente exprime-se Morisot (**R** pag. 264) e particularmente o laconico e drastico Zacharias Wagner na fl. 95 do seu livro: «Suas pontudas e pesadas flexas sabem muito habilmente atirar onde querem e quando querem com a pequena *mangedoira*». Com effeito a prancheta de lançar, em fórma de cano, de Copenhagne, não podia ser mais felizmente comparada do que com uma mangedoira.

Singularmente Barlaeus (**B** pag. 701) não menciona a prancheta de lançar, apenas fazendo menção dos arcos, flechas, dardos e clavas. Fala no emtanto de settas de atirar com a mão, sobre cuja applicação ceremonial fornece uma interessante informação. A noiva era conduzida antes do casamento festivamente pintada á presença do rei, que a assoprava com fumo. «Logo depois colloca elle sobre a noiva uma corôazinha, visando-a em seguida com uma flecha de mão e mostrando como attinge destramente o alvo. No caso de ferir a noiva, o rei em pessôa lambe-lhe o sangue na esperança de por este meio viver mais tempo».

De resto encontra-se a prancheta de lançar reproduzida repetidas vezes nas gravuras da edição illustrada, entre os tropheus das vinhetas.

O facto de em **R**, pag. 263, mencionarem-se os arcos, leva-nos a crer que esta arma mais perfeita encontrou ontr'ora prompta acceitação e porventura foi logo supplantando a prancheta de lançar, conforme aconteceu com outros pontos do continente. Quasi em toda a parte onde ainda hoje logramos desco-

brir estes instrumentos, degeneraram elles em méras armas de *sport* ou recreio.

Com relação ás maças expressa-se **M** pag. 278 : «Tapuyæ clavas habent ex solido ligno nigro confectas, vocant Japema (palavra tupi ! ver abaixo) longas et latas anterius et ossiculis interdum asperata. Manubris autem circumvolvunt teniolas et gossipis... In extremitate clavæ postica dependet fasciunculus pennarum e cauda arara, uti et in medis parvus fasciculus adligatus est. » Vide **R** pag. 246. E', pois, igualmente uma fiel descripção da clava do Museu de Copenhague.

No capitulo VI de **M.** « De vestitu et ornatu virorum et mulierum Brasiliensium », não se acha infelizmente discriminado com bastante precisão o que pertence aos Tupis (Brasilienses) e aos Tapuias. Depois, os objectos peculiares aos ultimos encontram-se tambem designados com appellidações da lingua geral, processo que ainda hoje origina deploravel confusão na ethnologia brasilica.

Como entretanto, o assumpto dos enfeites e vestuarios dos Tupis (Brasilienses), que já então tinham renunciado a varias das suas peculiaridades, fica exgotado nas dez primeiras paginas, somos justificados em referir o que se segue aos Tapuias. Por exemplo, depois de haver-se dito dos Tupis : « Nudis incedunt podibus nullis calcies inducti », só pode ter applicação aos Tapuias a reflexão do final do capitulo : « Loco calceorum nostratium et certo cortice factis utuntur », ainda que a acompanhem descripções na lingua geral.

Nossos quadros mostram estas sandalias (alpargatas), ainda hoje usadas no Brasil. Igualmente vemos confirmadas as indicações sobre os ornatos das orelhas e beiços dos homens : ossos de macaco espetam-se nos buracos das orelhas, introduzem-se batoques de madeira nos cantos da bocca, e o labio inferior ostenta por vezes uma pedra verde, (**M** pag. 271). No quadro da dança usa um dos homens nas orelhas os pregos de madeira peculiares ás tribus Gês, e ornato, conforme veremos, entre elles particularmente significativo.

Os velhos Tapuias ostentavam na cabeça enfeites de pennas das mais variadas fórmas. Os homens do quadro da dança de Copenhague trazem o «funiculum et gossypi e qua postica parte aliquot pennœ longœ vel cœrulœ propendunt», menciona-

EST. No. 7

do em **M** pag. 271. No homem do frontispicio ao contrario as pennas estão grudadas á cabeça : «solent quoque cum cera seu melle silvestri certas ex avium elegantium pennis cristas capiti agglutinare», processo que ainda agora encontramos usados pelos Bororós nos logares mais distantes. Tambem faz recordar muito estes Indios o penteado dos Tapuias, tal como o revelam do modo mais claro a mulher de Dresda e os dois quadros de Berlim.

Com relação ao revestimento das partes sexuaes, diz-se : «viri membri sui genitalis fistulam tu se contrahunt et involvunt ligantes tœniola quœdam», removendo-se a ligadura para a acção de ourinar. Esta ligadura do penis igualmente introduzida entre os Patashos e os Karayas, vê-se melhor do que em qualquer outra parte no quadro acima mencionado de Nieuhof, devendo attribuir-se-lhe, conforme veremos, neste ponto importancia ethnographica.

Ao passo que as mulheres dos Tupis da costa, já então com resaibos de civilisação, «jam longis indusus vestiuntur, factis ex lintes vel gossypio», são as dos Tapuias menos pretenciosas : «pudenda sua solummodo legunt fasciculo herbarum aut foliorum alicujus arboris quœ subinserunt chordœ, qua singuli loco se circumligant». Estes «aventaes formosos, verdes, rejeitados por Eva e por ella de novo avidamente apanhados» (Wagner) tornam os nossos quadros de primeira ordem.

Apenas a mulher dos frontispicio de **M** apresenta uma variante mais idealisada daquella vestimenta, sob uma fórma que já se approxima da «classica» folha de vinha.

Dois objectos feitos de pennas, que debaixo da rubrica «Tapuias» são publicados por **M** com seus nomes tupis, merecem particular consideração, porque de accordo com as outras noticias, referem-se, na realidade aos Tupis do Sul (Tupinambás, Tapyniqiuns). São os mantos de pennas e os discos dorsaes feitos de pennas de ema.

Sobre os mantos lê-se á pag. 270 de **M** :

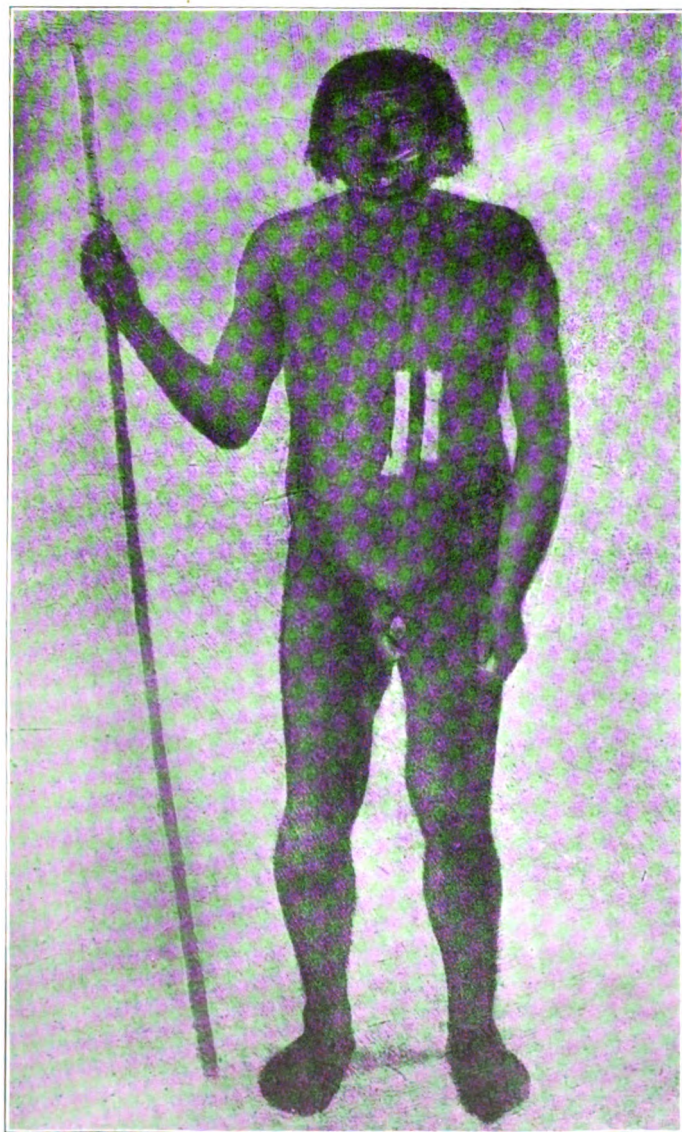
« Pallia conficiunt ex filis crassis gossypii instar retis nexis et cuilibet modo innexa est penna ita ut pallium totum pennatum sit, et eodem pene modo et concinno ordine pennas sibi invicem incumbunt. Pallium autem hoc superius cucullum habet itr ut totum caput humeros et coxas ad anum usque

possit tegere. Hoc pallio utuntur ornatus et necessitatis causa quia elegentissime... pennis rubris avis Guará contextum est. »

Estes mantos, que serviam para proteger da chuva, achamse ainda hoje conservados em differentes museus, um por exemplo em Copenhague, outro no Trocadero de Paris (onde está descripto como originario da Guyana), varios em Florença, dos quaes se obteve recentemente um para o Museu Ethnographico de Berlim.

Foram elles encontrados entre os Tupinambás e descriptos por Lery assim como por Hans Staden; podemos nós depois disto attribui-los aos Tapuias do Norte? A roupagem usada pela mulher Tapuia no frostispicio de **M** parece á primeira vista ser uma daquellas vestes de pennas. Sendo este o caso, e authentico o quadro, deveriamos reportar aos Tapuias a passagem acima transcripta, e tambem attribuir-lhes os taes mantos. Existem comtudo fundamentos para affirmar que a roupagem ali apresentada é feita de folhas e não de pennas.

Roulox Baro descreve nomeadamente (*Obr. cit.*, pag 240) a notavel cerimonia de um casamento em massa de todos os moços nubeis de uma aldeia do rei tapuia Janduy. Os nubentes «*attachérent a leurs corps avec des gommes des feuilles de diverses couleurs.* O commentario observa: *les autres disent des plumes*, porque as folhas grudadas com resina não segurariam por serem muito leves (*Obr. cit.*, pag. 308), mas diz finalmente com relação ao frontispicio de **M**:

« *De mesme (Marcgrave) à la première page de l'histoire naturelle du Brésil peint la femme du Tupuy affublée d'une demie mante des feuilles courant de la teste jusques aux oreiles, et le sieur Moreau* (o traductor) *consulté par moi la dessus m'assura que ce qui estoit en ceste narration estoit véritable touchant le couronement, mantaux et habits de feuilles, que estant espoisses et fortes ne se rompoient que difficilement et qu'il en avait vu souvent étant au Brésil* ». Verosimilmente trata-se, ao fallar daquellas vestes de festas, de um ornato de folhas verdes rodeando a parte superior do corpo e os braços, como ainda hoje vemos praticado nas dansas dos Bororós e Nahugas. Resta saber se ao desenhista do frontispicio foi mentalmente presente alguma cousa deste genero.

EST. No. 8

Bem poderia eu, apezar da reflexão de Morisot, ver ahi um manto de pennas, mas devo admittir que não possuimos ainda bastante fundamento para asseverar que taes mantos foram usados pelos Tapuias. Certamente delles se serviram os Tupis, e as reflexões de Marcgraf podem perfeitamente referir-se a estes, porquanto as collocações erradas das gravuras no texto, como já foi observado, não são raras na Historia Natural.

Igualmente os discos de pennas de ema pendentes sobre as espaduas são conhecidos como ornato nacional dos Tupinambás, e Bahnson invoca com razão sua presença no quadro de Copenhague, como principal argumento para considerar tupi o homem ali represéntado.

Mas, porque não haviam de se enfeitar do mesmo modo os Tapuias do norte, em cuja região a ema é caracteristica, ao passo que raramente apparece na zona das mattas da costa, que é a terra dos Tupis? Abstraindo da descripção de Marcgraf (pag. 271), Barlaeus tambem observa aquelle ornato, » um delles (os feiticeiros esconjuradores) trazia pendente das costas um punhado de pennas de ema, pegadas umas ás outras e espalhadas em fórma circular como uma roda de carro (**B**, pag 706).

O que se deve principalmente observar é a diversidade na maneira de prender as rodellas de pennas. Entre os Tupinambás pende ella suspensa da espadua direita do homem, ao passo que os nossos Tapuias atavam-na com um cordão em volta do corpo.

Devemos, portanto, admittir que tal ornato pertencia a ambos os grupos ethnologicos e porventura passou de um para o outro.

III

Tambem a pergunta, á qual das muitas tribus Tapuias pertenciam os selvagens descriptos, póde ser respondida sem difficuldade, com o auxilio da velha literatura.

As tribus do rio S. Francisco, no territorio de Pernambuco e Alagôas, as hoje extinctas tribus Gês dos Massacarás, Gogês e Geikos estão fóra de questão, pois Marcgraf diz claramente que não se occupará dellas. Em contraposição nos in-

forma **B**, pag. 693 : « Os Tapuias, que residem perto do Rio Grande, no Ceará e no Maranhão, e são governados pelo rei dos tapuios chamado Johann de Wy, são excellentemente conhecidos dos hollandezes.»

Este Janduy, como correctamente se deve escrever o nome, desempenhou outr'ora papel importante nas lutas contra os portuguezes, e acha-se citado em todas as relações como amigo dos hollandezes, que em 1634 com elle celebraram uma alliança formal.

Por seu lado Zacharias Wagner accrescenta aos seus desenhos de Tapuias a observação seguinte : « São mui obedientes ao seu rei Jan de Wy » *(Obr. cit.*, pag. 83) ; portanto, aquelles desenhos só podem se referir ao povo desse cacique.

Elias Herckmans, que, em 1641, emprehendeu um grande expedição ao interior da colonia (Driesen, *obr. cit.*, pag. 112) assim se refere ás tribus que encontrou :

Primum pone Pernambucorum provincium incoluni Cariri, quorum regulus est Ceriou-Keiou ; secundum Caririuassú paulo ultra tendentes, quorum regulus est Carapoto ; tertio Caririjou ; puarto vt nostris notissimi Tarairyou, quorum pas a Janduy pars a Caracara regitur, qui a Rio Grande versus occidentem ahunt. (**M.**, pp. 282 *et passim*).

As noticias mais valiosas sobre o povo de Janduy devemo-las ao allemão Johann Rab (Rabbius), de Waldeck, que viveu quatro annos como interprete entre estes Tapuias. Marcgraf as fornece nos Capitulos IV e XII de sua obra. Rab appellida a Janduy (pag. 279) : *regulus eorum Ostchucayanas dicuntur a maximo fiumine quod fines eorum permeat, ut supra dicemus.*

Este *supra* refere-se á pag. 263, cap. IV, onde Rab designa geographicamente os logares onde viviam os Tapuias. Certamente a maior parte dos nomes não pode mais ser identificada com os de hoje ; comtudo deixam ver que se trata do sertão da costa entre Natal (Rio Grande do Norte) e Ceará. Como rio mais importante é mencionado o Warorugh (**B**, pag. 263, Woiroguo) ou Otschunogh, verosimilmente o rio Jaguaribe.

Como amigo de Janduy é citado Pritiyaba, ao passo que os caciques Arigpoygh, Wanasewasug, Tschering e Dremmenge lhe são hostis.

Não é absolutamente necessario considerar as gentes dos ultimos como de raça differente das de Janduy e Pritiyaba, porque entre os indigenas mais barbaros do Brasil muitas vezes hordas da mesma raça viviam em guerra umas contra as outras, por exemplo os Botocudos, Ipurinás, etc.

Informações mais detalhadas são as que nos fornece Laet (L, pag. 402):

« De Tapuyas, daer Jandovi het Hooft van was, is een natie welcke gheen waste woorninghen heeft maer van tijdt tot tijdt verandert, de Wijven de Hutten en de Hamaecken haer mans naer dragende; worden by de andere Natien van Brasilianen, ende haere naeburige Tapuyas, ghenaemt Tarayuck; rekenen voor haer eygheu Landt een groot gheweeste, begrepen tuschen vijf Rievieren; de erste kommende van Rio Grande naer het landt toe noenen de andere Brasilianen Wararugi en de Tapujen Ociunon » cinco dias de viagem do Rio Grande). Seguem-se os rios Quoaouguh (assim conhecido por ambas as nações), Oçioro, Upanema, Woroiguh, assim como dois alagados salgados Carawaretama. Temos mais adiante noticia de duas cadeias de montanhas chamadas pelos Tapuias Cowonyzy e Pookiciabo, e pelos Tupis Moytyapoa e Pepetama, e que ficam entre Guoacugh e Oçioro. O numero dos habitantes da tribu, com mulheres e crianças, era avaliado em 1600. Ordinariamente andavam divididos em dois troços (« afim de conseguirem melhor alimento »), um delles commandado por Jandovi e o outro, que constava principalmente de moços, por Wasetya e Beretyawa.

E' particularmente importante a seguinte enumeração das nações aliiadas com Jandovi (pag. 403), conforme eram denominadas na lingua tupi e na lingua tapuia :

1.—*Tap.* Aciki, *Tup.* Arykeuma; cacique Coctacouly.

2.—*Tup.* Jucheryjou, em ambas as linguas; cacique Marakaou.

3.—*Tap.* Ociouneciou, *Tup.* Kereryjou; cacique Nonhu.

4.—Tajoke em ambas as linguas; cacique Kidoa.

5.—Aponoryjou em ambas as linguas; cacique Jarepo.

As duas ultimas deviam ser iguaes á de Jandovi no poderio.

As tribus inimigas de Jandovi eram as seguintes:

1.—Jenho em ambas as linguas; cacique Kischonon, até ao qual então nenhum branco havia avançado.

2.—Woyana em ambas as linguas; cacique Waracapawassú.

3.—Caryry em ambas as linguas; cacique Kinioonkoiú.

4.—Caryrywassú em ambas as linguas; cacique Carapoto.

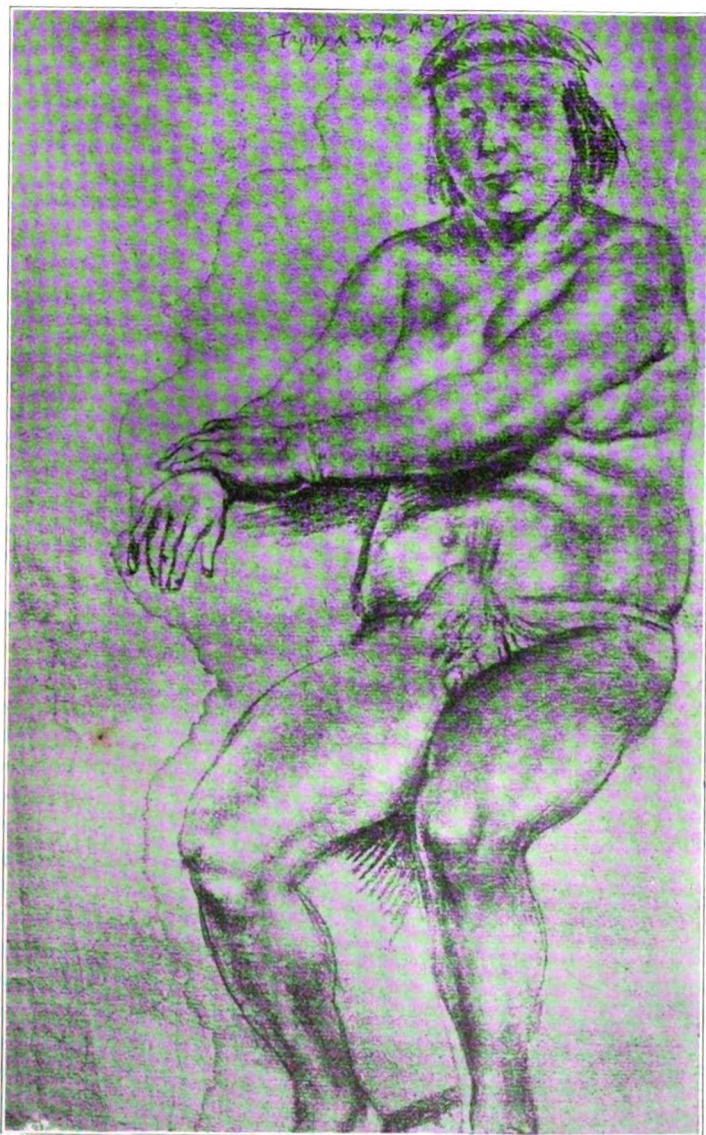
Extraordinario é que não sejam estas como as precedentes, chamadas *Natien*, e sim *Gheslackten*, pelo que poder-se-ia inferir um mais proximo parentesco de Tarairyou com os Karirís (Kirirís).

Entretanto nada nos autorisa a admittir um mais proximo parentesco ethnologico entre os nossos Tapuias e os Kariris. O proprio Marcgraf os colloca, como acima vimos, entre as tribus armadas de arco, em opposição ás outras, que uzavam a prancheta de lançar.

Em todo o caso as suas reflexões são um tanto obscuras. A circumstancia de que os Kariris usavam arco não exclue o uzo entre elles da prancheta de lançar, emquanto do outro lado, como acima vimos, tão pouco era o arco estranho aos nossos Tapuias. Sempre, porém, appareceram estes ultimos em um conhecido antagonismo aos Kariris.

Um ponto importante é o uso das rêdes. Ao passo que os Kariris as possuiam e mostravam particular pericia na sua confecção, os Tapuias de Janduy as não usavam, ou apenas por excepção: « Les Tapuyes, diz Morisot (**R**, pag. 273), moins delicats que les autres Brésiliens qui prennent leur repos dans des nets de coton, se couchent à la terre ou sous des arbres et leurs Roys dans des huttes de Cranchaões. »

Em contraposição com isto está na verdade a asserção de Roulox (pag. 227), de que dois doentes foram trazidos em rêdes (vide Herckmans em **M**, pag. 283, e a citação de Laet acima transcripta.)

Comtudo parece neste caso haver a rêde servido sómente como expediente necessario para o transporir, e ter sido tomada ás tribus tupis ou kariris vivendo nas cercanias, como acon-

EST. No. 9

tece com os Suyás que, ao tempo da primeira expedição do Xingú, tomaram emprestado dos Bakairis este ultimo apparelho. Tambem os Karayás do Araguaya usam as rêdes apenas como berços para crianças, ao passo que dormem sobre o chão envoltos nas mesmas rêdes. Temos, por conseguinte, de contar tambem a tribu de Janduy no numero das que dormem sem rêde.

São estas no Brasil Oriental exclusivamente as nações da grande familia dos Gês (Botocudos, Cayapós, Akuás, etc.), das quaes muitas ainda hoje offerecem em sua vida nomada o mesmo gráo de cultura historica dos antigos Tapuias.

A agricultura foi, segundo testemunham todos os antigos observadores, por elles apenas imperfeitamente exercida. Eralhes desconhecida a cultura da mandioca ; serviam-se, como nos informa Nieuhof (*Obr. cit.*, pag. 325) de alimentos silvestres das florestas, provavelmente os mesmos de que á mingua de pão, nós nos tivemos de servir para enganar a fome por occasião da retirada das nascentes do Xingú, em novembro de de 1887.

As palavras de Zacharias Wagner «suas moradias são incultas e selvagens, não se demoram muito tempo em um logar, antes vagueiam de um lado para outro, comem quando têm fome raizes selvagens, que ás vezes desconhecem, grandes cobras e muitos passaros bravos», conservam ainda agora o seu valor literal com relação aos Botocudos selvagens do Mucury e Rio Doce, assim como aos bugres de Santa Catharina.

Encontra-se tambem uma importante analogia em um genuino habito dos Gês, o exercicio de força de arrastar um pesado madeiro, como Rab (vide **M**, pag. 280) figura e descreve (confr. **B**, pag. 696 ; **R**, pag. 280). Acha-se isto tambem entre os Cayapós e Akuás (Chavantes), e mais modernamente em Martius, Ethn., vol. I, pag. 268 e Viagens, vol. II, pag. 574. Igualmente os grandes batoques das orelhas, caracteristicos dos Gês, parecem, como o demonstra o quadro da dansa de Copenhague, terem sido usados por aquelles Tapuias.

IV

Chegamos agora á mais importante e tambem a mais difficil interrogação: em que grupo, dentro da tão disseminada familia dos Gês, devem os Tarairyús ou Otschucayanas ser classificados, segundo sua linguagem?

O pouco que da mesma ficou, infelizmente, só com difficuldade póde ser aproveitado para a classificação ethnographica. Nas suas observações linguisticas os velhos viajantes e escriptores não se esforçam por mostrar a mesma exactidão com que nos descrevem os modos, usos e costumes daquelles povos selvagens, e devemos confessar que mesmo hoje se tem peccado grandemente neste pormenor. Como já observámos, quasi todos os objectos dos Tapuias eram designados com nome da lingua geral.

Podemos verificar como com inteira inadvertencia isto se dava por uma reflexão do Sr. Morisot a um exorcismo que descreve Roulox Baro. A designação que os Tapuias dão ao espirito máo é *houcha*, e Morisot surprehende-se de não poder encontrar tal palavra em nenhum dos vocabularios brasileiros (isto é, tupis), particularmente nos de Lery e Marcgraf, ainda que desde o principio haja sido posta em evidencia a completa differença das linguas dos Tupis e Tapuias.

Da lingua dos ultimos só quasi nos foram legados nomes de plantas e animaes, que ainda por cima acham-se inquinados de erros typographicos nos autores que trabalhavam com materiaes accumulados por outros, como acontecia com Barlœus. Dapper e Nieuhof.

Os dados de Marcgraf são naturalmente os mais fidedignos.

Acham-se por elle enumeradas as seguintes fructas de comer, da região de rio Otschunog (pag. 268 fl.):

Kuraüra—«magnitudine pomi nostratis, qui ubi sponte deciderunt tuum demun edules sunt». Provavelmente tratase da fructa do lobo (Solanum lycocarpum) que cresce sem cultivo nos campos, é tambem muito apreciada pelas tribus do Xingú e encontra-se plantada nos seus aldeamentos.

Dierada—«magnitudine globi sclopetarii plane nigricantes antequam definant.»

Kakara—«fructus instar julgandis qui coquendus est antequam comedatur. Crudus amaricat.»

Raizes que dão alimento são ainda *artohu* (**B**, pag. 712), *atug*, *harag*, *hobig*, *engenug*, *packoda*, que são comidas crúas, ao passo que *emiapugh* é comida torrada; *hompugh* serve para saciar a sêde.

Mais adiante deparam-se-nos em **M**, pag. 281, *titscheynos*, o nome da coitezeira (Crescentia cuiete) da qual se preparava o maracá ou feitiço, a *kehnturah*, a pedrinha de dentro do maracá.

Quanto a nomes de bichos, a relação de Rab (**R**, pag. 258) dá como as mais importantes abelhas que apparecem no sertão:

Kitshaara
Kitshagk
Keubig
Atshoy
— com ninhos semelhantes a papel «toutes celles-ci ont des aiguillons» **R**, portanto devem ser todas consideradas vespas, pois que as abelhas sul-americanas são conhecidamente destituidas de ferrão.

Do outro lado:

Ehenhne—as abelhas propriamente ditas com o melhor mel.
Benatshy—idem, idem.

Na relação de Herckmann (**M**, pag. 283) encontra-se *carfa*, a piranha.

Pela cobra *mauuah*, que segundo **B**, pag. 709, era comida pelos Tapuias, deve provavelmente entender-se a venenosa surucucú (Lachesis mutus), «pois tem ella na cauda, um chifre ponteaguado, por meio do qual fura as creaturas», fabula que ainda hoje no Brasil é commummente acreditada.

A cascavel (Crotalus horridus) tem segundo **R**, pag. 260, a designação *augi*.

Kosetug (**M**, pag. 282) ou *Kohituh* (**B**) é o passaro que fornece as mais formosas plumas de enfeite.

Importante é o nome do espirito máu *houcha* (**R**, pag. 238), reverenciado pelos Tapuias.

Graças a Barlœus conhecemos tambem a imprecação do curandeiro, que, depois dum esconjuro, sahe da matta e apparece ao povo reunido.

Infelizmente, porém, o escriptor não lhe juntou tradução alguma, (*Obr. cit.*, pag. 698) : *ga, ga, ga—annes, annes, annes —ledas, ledas, ledas—hode, hode, hode—congdeng !* ao que a multidão responde com um clamoroso *houh.*

Afóra isto, apenas possuimos nomes geographicos e proprios.

Dos primeiros citam-se, além dos já conhecidos, os lagos *Bajatagh* e *Igtug* (**M**, pag. 268): dos ultimos os nomes dos chefes ou antes sub-chefes tapuias que **R** transmittiu-nos :

Muroti, filho de Janduy, pag. 200.
Warhara, pag. 214.
Waiupu, pag. 224.
Jăcuruiu, idem.
Wariju, idem.
Preciaza, idem.
Paycu, pag. 225.
Wiawug, pag. 229.
Hipahu, idem.
Wanyupu, pag. 237.
Warriwarc, pag. 243.
Pajucu, idem.

De todas palavras aqui mencionadas uma sómente póde ser seguida até encontrar-se em outra das linguas do Brasil Oriental, não pertencentes ao grupo tupi ; a saber : *titschèynos* ou *titscheyouh*, a coité (*Crescentia cuiete*) identica *titschaz* dos Koropós e *totsa* dos Patashos. Ambos os idiomas pertencem á familia dos Gês (inferiores). E' isto de tanto maior interesse quando já antes acreditava-se dever classificar os indios de Copenhague como Patashos por causa de sua ligadura circular do penis (vide Bahnson, obr. cit., pag. 223).

Outras palavras deixam, pelo menos, presumir parentesco com os Gês. Assim entronca-se, porventura, em *kegnturah*, a pedrinha do maracá, a palavra kayapó *kan*, pedra, assim com o *ga, ga. ga*, da imprecação do pagé póde ser identificado com o pronome da segunda pessoa *ga* «tú» do kayapó.

Infelizmente, são justamente as tribus *Gês* da costa do norte do rio S. Francisco, visinhas dos nossos Tapuias, as menos conhecidas. Não possuimos sobre os Massakarás, Geikós,

EST. No. 10

Gogês, além de um incompleto vocabulario (Martius, Eth. voi. 2°, pag. 144 fl.), quasi material algum ; dos Caités, os chamados Orizes Procazes. que nos seculos 16° e 17° foram particularmente temidos naquellas paragens, tampouco temos nenhuns dados idiomaticos, de fórma que nem podemos saber se eram Tupis ou Tapuias.

Por isso não podemos decidir com segurança se o povo do Jánduy era aparentado mais de perto com essas tribus do que com os Patashos e Koropós. Não póde contra isto prevalecer o facto, adduzido por Bahnson, de que sua cultura material havia attingido um gráo mais alto que a dos Patashos, pois nós hoje em dia ainda achamos justamente os Gês em mui differentes estadios de desenvolvimento.

A distancia algum tanto consideravel entre a séde geographica dos Patashos e Tarairyus nada importa. Não é cousa rara na America do Sul encontrar tribus que são proximas parentas, separadas uma da outra por varios gráos de distancia.

Chegamos, pois, á conclusão seguinte : os Tapuias, cujos retratos Mauricio de Nassau nos legou como os mais antigos typos de selvagens, executados por mão de artistas, eram um povo Gês, conhecido por Tarairyus ou Otschucayanas e possivelmente aparentados com os Patashos ou Koropós, se bem que de modo algum identicos a estes.

Por mais magro que possa parecer semelhante resultado, não é, na verdade, de importancia para ser desprezada o facto de poder-se attribuir, dentro do labyrintho das populações brasileiras, um logar relativamente certo a uma tribu desapparecida, sobre a qual recebemos em proporção tantas noticias de testemunhas oculares, e da qual possuimos retratos e mesmo objectos ethnologicos.

Justamente sobre as nações Gês, cujas maiores hordas, ainda independentes, passam sua vida em Tocantins e Xingú, estamos em posição de poder ainda angariar, por meio de explorações geographicas mais dilatadas, informações valiosas, que talvez forneçam nova luz sobre aquellas velhas tribus da costa.

Os homens, que, já 160 annos antes da éra das viagens de exploração scientifica, estudavam por modo tão extenso a

historia natural do Novo Mundo, adeantaram-se á sua época. Seus trabalhos soffreram o olvido.

Ha apenas 80 annos que o material zoologico e 40 apenas que o material botanico de Marcgraf foram de novo expostos á luz. Só agora estamos em situação de fazer justiça á colheita ethnographica do nosso compatriota. Apreciando devidamente o legado scientifico de um nobre principe allemão e dos seus collaboradores, cumprimos ao mesmo tempo um dever patriotico.

MEMORIAS

DE UM FRADE

POR

J. CAPISTRANO DE ABREU (*)

Frei Manoel Calado, ou Frei Manoel do Salvador, escreveu *O valeroso lucideno e triumpho da liberdade*, obra de grande valor para a historia da invasão dos Hollandezes em Pernambuco. Com o primeiro nome figura de autor no titulo, com o segundo no correr do livro. Talvez Calado seja seu nome de familia, pois diz Diogo Barbosa, que seus pais foram Diogo Calado e Ignez Martins.

Tambem D. Manoel de Menezes na historia da tomada da Bahia chama Frei Vicente Palha, que era o nome de familia, a Frei Vicente do Salvador, que assim quiz chamar-se ao entrar para a ordem dos Franciscanos e assim assignou a primeira historia da nossa terra, publicada ha poucos annos apenas.

« Minha patria, escreve o autor, é Villa Viçosa, aonde nasci e me criei á sombra da casa de Bragança e aonde aprendi os primores que daquella Real Côrte se derivarão para todo Portugal e mais Provincias e Reinos da Europa, e alli aprendi os primeiros rudimentos da lingua latina, em duas aulas que

(*) Transcripto do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, de 1 e 16 de Junho e 1 de Julho de 1899.

os Duques de Bragança alli tem de rhetorica e grammatica, cujos mestres, pagos par sua conta, são os religiosos de Santo Agostinho no convento de Nossa Senhora da Graça; e fazendo-se alli em certo dia de festa ostentação do que cada um sabia, houve sortes de entretenimento e alguns enigmas com premios, a um dos quaes me oppuz e o expliquei ao certo, e com algum desenfado e energia na explicação. Acharão-se alli para autorizar este acto o Exm. Sr. D. Theodosio, Duque de Bragança, e o Sr. D. Duarte, e o Sr. D. Alexandre, e o Sr. D. Felippe, seus irmãos, com toda a fidalguia que servia naquella casa real; e vendo-me o Santo Duque (que ainda era solteiro) explicar o enigma, tanta graça achei em seus olhos, que logo me mandou para a Universidade de Evora, aonde estudei a logica e philosophia por sua conta e me formei em bacharel, licenciado e mestre em artes, pagando-me S. Ex. os gastos de meus graus; e no anno em que me graduei em mestre em artes, casou o Exm. Sr. Duque com a Sr.ª D. Anna de Velasco, filha do Condestable de Castella, em cujas bodas se fizerão as mais grandiosas e magestaticas festas que em nossos tempos se virão em nossa Europa, aonde houve casas de aposentadoria e mesas francas...» (*Val. Lucideno*, 94).

Taes as informações que dos seus primeiros annos nos dá Frei Manoel. O casamento de D. Theodosio foi em 1603: pouco mais de dezeseis annos devia então contar seu protegido, se, como affirmão Barbosa e Innocencio, Calado falleceu em 1654, com 70 annos de idade, a 12 de Junho.

Por motivos que ignoramos, em 8 de Abril de 1607 entrou para a congregação da serra do Ossa, da ordem de S. Paulo, primeiro ermitão. Dos seus superiores obteve licença para vir ao Brasil, no intuito de obter esmolas para sustentar o pai e uma irmã, já em estado de casar, *pro acquirendis eleemosinis ad patrem tuum senio confectum sustentandum, vitæ que statum sorori tuæ puerpaperae jam nubili administrandum*, como se lê em um breve de Urbano VIII, de Junho de 1641, (*Valeroso Lucideno*, 50).

Sua chegada foi pouco antes da invasão hollandeza de Pernambuco, isto é, antes de Fevereiro de 1630. Em 1635 encontrámo-lo fixado no campo do porto do Calvo, onde pos-

suia 25 escravos (*Val. Lucideno*, 27). Fez o possivel para que as tropas de Bagnolo mantivessem o posto; mas debalde: Porto Calvo foi tomado, ou antes, abandonado sem resistencia a 15 de Março, e logo entregue ao saque.

Passados dois dias acudirão os mais principaes dos moradores «e forão todos juntos a buscar o padre-mestre frei Manoel á sua casa, onde morava no campo, e se estava preparando para metter por os mattos, até que chegasse o General Mathias de Albuquerque, para se ir em sua companhia, e lhe rogarão e ainda persuadirão que os acompanhasse, por mais autoridade e para fallar por todos e requerer o que mais importasse para sua quietação».

Foi-se o Padre com elles, e ao entrar na povoação o General do mar João Cornelicem Lictart os mandou receber com tres cargas de mosqueteria, em modo de festa, e os convidou a jantar sobre umas mesas sem toalhas, nem guardanapos, mas com muitos manjares de Hollanda e alguns da terra... e com muitos brindes e tocar de trombetas e caixas ao beber do vinho, que tão pouco dinheiro lhes havia custado; e a todos fez muitos promettimentos de boa amizade e de muitas mais liberdades do que havião capitulado com os da Parahyba.

E mandou vir de dentro da casa onde morava um calix, que os seus soldados havião tomado em uma igreja na Varzea, e mandou nelle deitar vinho; fez ao padre Manoel um brinde, e levantando-se o padre, como que se queria sahir pela porta fóra, estranhando-lhe esta facção, e dizendo-lhe que não condizia aquillo com a liberdade e favores que estava promettendo, porquanto aquillo era notavel agravo, e a maior injuria e affronta que podia fazer aos Catholicos romanos, o profanar-lhe e consentir que lhe profanassem os vasos sagrados, nos quaes se consagra o sangue de Christo no sacrificio da missa, e que esta só injuria bastava para os Portuguezes não terem por firme e estavel sua amizade; elle mandou deitar o vinho fóra, e tomando o calix pelo pé, o beijou e deu ao padre frei Manoel com grande cortezia.

Acabou-se o jantar, e estando todos os moradores do districto do porto do Calvo para se partirem para as suas casas, o General tomou de parte ao padre frei Manoel, e lhe disse em

como elle era catholico romano, e que se servia ao Hollandez na guerra era por seu interesse, e que o não declarar a religião que seguia era porque lhe não tirassem o cargo de Almirante do mar, e lhe não empatassem e ainda negassem o muito que lhe devião de seu soldo; porém que em breve se determinava embarcar para Hollanda, e que pagando-lhe a Companhia muito dinheiro que lhe estava devendo de seu soldo, logo havia de ir a Roma, ou mandar, a buscar perdão do Papa, da culpa em que havia cahido.» (*Valeroso Lucideno*, 18)

Desta feita Porto Calvo poucos dias ficou em poder do inimigo. Logo depois da fuga de Bagnolo, foi retirando para o sul o heroico Mathias de Albuquerque, afinal convencido de que a luta desesperada travada dia e noite, hora e minuto, contra o invasor de sua patria não tinha mais razão de ser em Pernambuco, depois que, tomada a Parahyba, o inimigo marchava por terra até o Recife, e tomado Nazareth, não havia mais possibilidade de entreter communicações com o exterior. Cahira o arraial do Bom Jesus, que durante mais de seis annos desafiára todas as forças flamengas. O theatro da luta urgia transportar-se a outra parte.

Sebastião Souto offereceu-se a Picard e Calabar, que se achavão guarnecendo Porto Calvo, para ir averiguar as forças com que Mathias de Albuquerque avançava: e entrou em combinações com o chefe pernambucano, que resultarão na derrota do estrangeiro invasor, e sua rendição. Entre os que se entregárão estava Domingos Fernandes Calabar, o grande trahidor.

Os Hollandezes não fizerão muita força por lhe libertar a vida nos concertos que tratárão antes de se render, e Calabar oppoz-se a que o Sargento-mór Picard entabolasse negociações, assegura-nos frei Manoel (*Val. Luc.*, 21); o contrario ou antes, quasi o contrario, nos assegura Duarte de Albuquerque Coelho, donatario de Pernambuco e irmão de Mathias. «Viendo el inimigo su aprieto e aquella resolucion, no quiso perdierse por Calabar, ni el deseajava que se perdiesse por el; por que sabiendo que la causa de no efectuar-se el acuerdo de los partidos era por querer liberarle de nuestro General, dixo a su Governador Picard, con grande animo, estas palabras: *No repares, señor, en acordarte por lo que a mi me toca, porque*

yo no quiero perder la hora que Dios quiso traerme para salvarme, que asi lo espero yo de su imensa bondad, i de su infinita misericordia. » (Memorias diarias de la guerra, 200 *recto.)*

Mathias de Albuquerque assegurára sibilinamente a Picard que Calabar ficaria á mercê del Rei. « E sobre o Calabar se fez junta no que se havia de fazer delle, escreve frei Manoel ; e como se havia de entender aquella promessa dos concertos que ficava á mercê del Rei, e se resolveu em que Mathias de Albuquerque representava alli a pessôa del Rei, pois era seu Governador naquella guerra e exercito. E assim o General, e auditor, o condemnárão a morrer enforcado e esquartejado, por traidor e aleivoso á sua Patria e ao seu Rei e Senhor, e por os muitos males, agravos, furtos e extorsões que havia feito e foi causa de se fazerem aos moradores de Pernambuco. Mandou logo Mathias de Albuquerque chamar ao padre frei Manoel de Salvador ao mato, onde elle morava, que não era muita a distancia da povoação, e lhe pedio que fôsse confessar ao Calabar e o encaminhasse a que não perdesse a alma, pois com tanta infamia havia perdido a vida. Foi o Padre aonde elle estava preso e lhe disse o que lhe importava para sua salvação e que se preparasse para se confessar, como quem que naquelle dia havia de ir dar conta a Deus ; e depois de lhe fazer algumas exhortações necessarias em tal tempo, o deixou só e se sahio para a rua por espaço de uma hora para que naquelle meio tempo se apparelhasse como convinha. » (*Valeroso Lucideno*, 21, 22)

Podemos interromper por um pouco a narrativa, para ver o que em outras partes diz nosso autor sobre o primeiro Alagoano que conquistou nomeada.

A mãi de Calabar chama-se Angela Alvares e ainda vivia quando o filho foi executado. Era mameluco, isto é, filho de Portuguez e India ; mas o nome da mãi leva antes a suppôr que a mameluca seria antes ella, e elle já teria tres quartos de sangue europêo. De uma mameluca chamada Barbara, que levou comsigo quando desertou, teve um filho, de que foi padrinho Sigismundo van Schkopp, que lhe tomou grande amizade. « E a causa de se metter com os inimigos este Domingos Fernandes Calabar foi o grande temor que teve de ser preso e castigado asperamente por o provedor André de Almeida, por

alguns furtos graves que havia feito na fazenda d'El-Rey. (*Valeroso Lucideno*, 14,22).

De que ordem serião estes furtos não achamos especificado em nenhum autor. Desfalque não foi, porque não consta que em tempo algum tivesse dinheiro publico sob sua responsabilidade. Furto de dinheiros existentes no arraial do Bom Jesus, onde se bateu valentemente dois annos e foi ferido no combate de 14 de Março de 1630, é pouco provavel, pois Duarte de Albuquerque repetidas vezes lamenta a falta naquelles apertos. O crime de Calabar parece ter sido o contrabando, muito commum naquelle tempo em Pernambuco, como se vê do proprio frei Manoel.

E como contrabandista devia ser notavel o Calabar, « siendo de mucho valor i astucia i el mas platico en toda aquella costa i tierra que el inimigo podia desejar », como diz Duarte de Albuquerque á folha 78 recto de suas *Memorias Diarias*. E frei Manoel o confirma. « Tambem lhe cobrou muita affeição o General do mar dos Hollandezes, que o trazia em sua companhia, para que lhe ensinasse as boccas dos rios navegaveis e as paragens aonde podia deitar gente em terra, e por meio deste Calabar dava muitos assaltos e fazia muitos furtos e vexações nos moradores que tinham suas casas e fazendas junto ao mar, por toda a costa de Pernambuco: chamava-se este General do mar João Cornelicem Lictart ». (*Valeroso Lucideno*, 14)

Ser contrabandista naquella epoca de certo não constituia recommendação, como tambem não constituia singularidade. Os outros crimes imputados e pelos quaes Calabar perdeu a vida, são de natureza politica e só considerados crimes porque não sahio vencedor o partido a que elle se filiára: ha hoje quem por elles o exalte e glorifique.

Accrescentaremos que a victoria dos Hollandezes traria como resultado unico fazer de Pernambuco um vasto Suriman, e todas as hypotheses que se baseião sobre ella desfazem-se com as seguintes palavras de frei Manoel, em que commenta umas festas realizadas por Mauricio de Nassau ao saber-se da acclamação de D. João IV.

« Os Portuguezes, lê-se no *Valoroso Lucideno*, 110, como todos ião á gineta, corrião tão fechados nas sellas e tão compostos e airosos, que levavão apôs si os olhos de todos, e prin-

cipalmente os olhos das damas ; porém, nenhumas se poderião gabar que *Portuguez algum* de Pernambuco se afeiçoasse a mulher das partes do Norte, não digo eu para casar com ella, mas nem ainda para tratar amores ou para alguma desenvoltura ; como par o contrario o fizerão quasi *vinte mulheres* portuguezas, que se cazárão com os Hollandezes, ou, para melhor dizer, se amancebarão, pois se cazárão com hereges e por os predicantes hereges, por quanto os Hollandezes as enganárão, dizendolhes que erão catholicos romanos ; e tambem porque como elles erão senhores da terra, fazião as cousas como lhes parecia e era mais honroso e proveitoso ; e se os pais das mulheres se queixavão, não erão ouvidos, antes os ameaçavão com falsos testemunhos e castigos. »

Voltemos agora a Calabar.

« Dentro de uma hora, diz-nos o autor do *Valeroso Lucideno*, 22, tornou o Padre a ter com elle, e se confessou com muitas lagrimas e compuncção de espirito, segundo demonstrava e entendeu o Padre que com muito e verdadeiro arrependimento de seus peccados, segundo o que o entendimento humano pode alcançar... e tornando a vê-lo pelas tres horas, se tornou a reconciliar com as mesmas lagrimas e mostras de arrependimento. Chegou a este tempo aonde elle estava com o Padre o Ouvidor João Soares de Almeida, com o Escrivão Vicente Gomes da Rocha, e lhe perguntou que se sabia que alguns Portuguezes havião sido trahidores e tratavão com o inimigo secretamente, levando-lhe ou mandando-lhe aviso do que entre nós se fazia, que o declarasse ? Ao que elle respondeu que muito sabia e havia visto nesta materia, e que não erão os mais abatidos do povo os culpados, e que tomaria conselho com o Padre se o podia fazer, que elle o declararia na hora de sua morte, porém que de presente não se atrevia a furtar o tempo que lhe restava de vida, e deixar de chorar os seus peccados, e pedir a Deus perdão e occupar-se a fazer autos de denunciações por mão de Escrivão. Tanto que apontou a noite se pôz a soldadesca em ordem, e o Sargento-Mor dos Italianos, com o Preboste e mais Membros da Justiça tirárão Calabar da prisão, e a um esteio que alli estava junto á casa lhe derão o garrote, e o fizerão em quartos, os quaes puzerão em cima dos páus da estacada, que havia servido de trincheira, e com tanta pressa

que nem lugar lhe derão de se despedir e pedir perdão aos circumstantes, como queria, receiosos de dissésse ou declarasse algumas cousas pesadas, o que elle não tinha intenção de fazer, segundo havia promettido ao Padre. »

A execução de Domingos Fernandes Calabar deu-se a 22 de Julho de 1635, tres annos, tres mezes e dois dias depois que passou para o inimigo (1).

Mathias de Albuquerque proseguio em sua marcha ; Porto Calvo ficou abandonado ; negros, mulatos e mais gente que morava nas vizinhanças de lá levárão para suas casas muitos mosquetes e arcabuzes, muito assucar, farinha e feijões ; nem um teve a caridade de enterrar os quartos de Calabar. Tres dias depois Sigismundo van Schkoppen voltou com o peso do seu exereito, subio o rio em patachos, entrou na povoação e vendo pendurados dos paus da trincheira os quartos e espetada a cabeça de seu antigo amigo e compadre, se encheu de tanta ira, que mandou botar bando que todos os moradores que se achassem naquelle districto morressem a ferro e fogo.

« Tratou-se logo de dar sepultura a Calabar, e mettendo em um caixão seus quartos e cabeça, mandou pôr seus soldados em ala, acompanhado de toda a gente de guerra, com as cerimonias de tristeza e sentimento que na milicia se costumão, o

---

(1) O General Hollandez D. van Weerdenburgh chama negro a Calabar ; Duarte de Albuquerque chamo-o mulato ; frei Manoel chama-o mameluco ; todos tres conheceram-no. Calabar é nome de origem africana.

A mais antiga noticia que encontramos do porto-calvense refere-se a uma entrada á serra de Itabayana, em Sergipe. Nessa expedição tomarão parte D. Luiz de Souza, Governador Geral do Brasil ; Martim de Sá, Governador do Rio de Janeiro, e seu filho Salvador Correia de Sá e Benevides, Willem Joost ten Glimmer, mais tarde commandante da ilha de Fernão de Noronha. Ião examinar as famosas minas de prata de Melchior Dias, que tambem os acompanhou (o qual Rocha Pitta, escrevendo de oitiva, chrismou de Roberio Dias). A data, segundo Salvador Correia, foi 1620.

Barlaeus trata em poucas palavras da empreza, que não deu então nem depois resultados apreciaveis ; a noticia mais completa é a de Glimmer, autor de um roteiro ás minas de Sabarabuçú, que o Sr. Orville Derby acaba de elucidar magistralmente em uma admiravel monographia, publicada no *Commercio de S. Paulo*, e lida perante o Instituto Historico daquelle Estado.

fez enterrar na igreja, disparando toda a gente de guerra tres grandes surriadas de mosquetaria. » (*Val. Luc.*, 23)

Aterrados com as ameaças os vizinhos foram ter com frei Manoel, pedindo que interviesse junto ao inimigo para que os feros se não realizassem. Preparava-se elle para ir-se unir á caravana de Mathias de Albuquerque; mas, taes foram as instancias que não pôde resistir ao pedido dos seus correligionarios.

« Tantas foram as lagrimas que diante do Padre seus olhos derramárão, que se deliberou a ir á povoação, onde estavão o governador Sigismundo van Schkoppen e o General de mar João Cornelicen Lictard, o qual fallava a lingua portugueza, e o Mestre de Campo Christovão Artixof, o qual era muito bom latino, e fallava o latim mui discreta e eloquentemente.

Tanto que chegou junto da povoação, á ponte do rio Mangoaba, que a cerca por um lado, logo as sentinellas dos Hollandezes o prendêrão e o levárão aonde estavam os tres cabeças da milicia, os quaes o recebêrão com irados semblantes e lhe fizérão muitas perguntas, só a titulo de o mandarem matar, e no fim lhe perguntárão o que queria e que intento tinha em entrar naquella povoação estando elles alli? Ao que respondeu que, obrigado da caridade e zelo do serviço de Deus, vinha a lhes pedir misericordia e perdão para os moradores daquelle districto, e a que suspendessem o rigor com que tinham apregoado a sentença de morte contra todos; e responderam-lhe elles que a sua sentença era justa e bem merecida dos moradores, por haverem ajudado Mathias de Albuquerque a lhe ganhar e escalar as suas fortalezas e matar-lhe seus soldados, e por o grande agravo que lhe tinhão feito em enforcar e esquartejar ao Calabar, e sobretudo o haverem deixado seus quartos e a cabeça dependurada de páus, só para que elles o vissem e ficassem mais affrontados, e como todos haviam sido trahidores e mancomunados na maldade, todos havião de morrer, e o Padre com elles. » (*Val. Luc.*, 23)

Frei Manoel, a principio confuso e sobresaltado com tão dura resposta, recobrou o sangue-frio e discutio energicamente o caso, mostrando que se alguem tinha culpa era Mathias de Albuquerque; delle tomassem vingança, pois que dispunha

de armas e soldados; dos moradores não podião ter queixa, e os moradores erão indispensaveis aos conquistadores, se quizessem firmar o dominio em paiz que não conhecião, para cujas condições especiaes até então não se mostrárão aptos.

« Estas e outras muitas razões lhe disse o Padre,—lê-se no *Valeroso Lucideno*, 24—por ver se podia escusar tantas mortes, e por não ver pobres e em miseravel estado aos moradores sem remedio algum, e aos Hollandezes ricos e abundantes, porque os moradores que se havião retirado havião partido entre affliçção e miseria, deixando em poder do inimigo seus engenhos, cannaviaes, casas de purgar cheias de assucar, suas roças, seus gados, todo o meneio de suas casas, e seus escravos, os quaes nesta agua envolta havião fugido quasi todos, por se livrarem do trabalho, e assim ficárão os Portuguezes pobres e desterrados, e os Hollandezes ricos e prosperos, porque logo mandárão tomar posse de todas as fazendas dos que se havião retirado: os quaes a meu parecer, como não erão soldados, nem acostumados á guerra, nem se havião retirado a pelejar a seu tempo, senão para fugir á ira dos Hollandezes, muito melhor o fizérão em se retirar para os mattos até aplacar o rigor, e ao depois por meio de terceiros tornarem-se para suas casas a beneficiar seus cannaviaes, moer com seus engenhos, fazer assucar, plantar roças, conservar suas vaccas e bois, e estarem com cabedal e mantimentos para ajudar a nossa gente tanto que chegasse o soccorro do Reino, que por momentos se esperava. Isto e outras cousas lhe disse o Padre, e sobretudo que de sua pessoa fizessem o que lhes parecêsse, porquanto elle já estava deliberado a morrer por seus irmãos, catholicos romanos. »

Tudo lhe ouvirão com carrancudos semblantes, e logo o mandárão metter em uma camara, com um soldado de guarda á porta (ponto em que o Padre se julgou por morto e tratou de fazer seus actos de contricção, e pedio a Deus perdão de seus peccados de todo seu coração, e lhe offereceu aquella morte se os Hollandezes lh'a dessem em satisfação de erros).

Assentaram-se os Hollandezes em uma meza em conselho, e com dois frascos, um de vinho e outro de aguaardente, começarão a fallar e a beber; e porque já era mais de meio-dia, mandarão preparar a meza e pôr nella as viandas, e logo o General do Mar e o Mestre de Campo entrárão dentro da camara

aonde o Padre estava, e lhe derão ambos a mão dizendo : *Esgut vurind,* que na sua lingua quer dizer : bom amigo. E o trouxerão para fóra e o fizérão assentar á meza, e lhe derão de jantar, e acabado o comer o mandárão que fôsse aonde os moradores estavão escondidos, e os fizésse vir a tomar passaportes, ou salvo-conductos dentro de tres dias naturaes, sob pena de que todos os que dentro deste termo não viessem serião tidos e havidos por trahidores e como taes castigados. »

Comparecerão os moradores e forão bem tratados pelos Governadores, que após uma demora de doze dias forão-se por mar e por terra, deixando duzentos soldados de guarnição.

Em Paripueira fizérão uma fortaleza, em que ficou por cabeça Artizewski com seiscentos soldados e bôa artilharia e outra no passo de Camaragibe, de que tomou o commando Jacob Stachower, membro do Supremo Conselho, grande protector de João Fernandes Vieira, de que falaremos em outra occasião.

II

A 6 de Setembro de 1635 zarpou de Lisbôa uma esquadra de 30 navios, trazendo os soccorros mais consideraveis enviados desde que Olinda fôra investida pelos Hollandezes. Vinhão a bordo Pedro da Silva, nomeado Governador Geral do Brasil, em lugar de Diogo Luiz de Oliveira, a quem se confiára a reconquista de Curaçáo, e D. Luiz de Roxas e Borja, que devia render o herôe Mathias de Albuquerque.

A 26 de Novembro amanhecerão em Olinda, guarnecida apenas de 200 praças, e no Recife avistárão 9 navios mercantes, de companha diminuta, carregados de pau-brasil, assucar, algodão e gengibre, prestes a partir.

Houve a idéa de tentar um assalto, e seria bem succedido, porque o estrangeiro, conscio de que o perigo estava onde estivésse Mathias de Albuquerque, enviára o grosso das suas forças para o Sul.

No ultimo momento recuárão. Pois se a esquadra, composta de vasos hespanhóes e portuguezes, tinha de ir tambem á Bahia e a Curaçáo ?

Não esperavão, nem tiverão noticias de terra. A 28, á noite, fundeárão na barra de Alagôas, e a 30 começou o desembarque na ponta de Jaraguá. A 7 de Dezembro partio a esquadra para a Bahia, de onde, digamo-lo logo, não levou Diogo Luiz de Oliveira para Curaçáo.

Mathias de Albuquerque, chamado ao Reino, poz seu successor a par da situação. Bem contra a vontade ia para um descanço não solicitado, e mais doloroso que os seis annos de luta incessante. O que elle foi e fez define-o um dito dos Hollandezes narrado por Duarte de Albuquerque, seu irmão; *mientras el les hizo la guerra, con lo poco que tuvo, havia sido causa de que perdiesen mas de diez y seis mil hombres.*

Artizewski, Commandante do forte de Paripueira, logo que soube da chegada dos soccorros, mandou que todos os habitantes das cercanias se retirassem com as suas familias e gado para o Cabo de Santo Agostinho, Pojuca, Muribeca e Varzea, sob pena de ser logo mettido a ferro e fogo em se acabando o termo de dez dias que lhes concedia.

Por Duarte de Albuquerque sabemos que o praso terminava a 12 de Janeiro.

Apparece agora outra vez em scena o autor do *Valeroso Lucideno.*

« Acudirão os moradores á casa do Padre frei Manoel, no matto, onde elle dizia missa e prégava e sahia a lhes administrar os Sacramentos por suas casas, por não haver igrejas, e lhes perguntárão o que lhe parecia acerca daquelle edital e que lhes aconselhasse o que devião fazer ?

« Aos quaes elle respondeu que se emboscassem pelos mattos com bôa provisão de mantimentos, e que alli esperassem a chegada de D. Luiz de Roxas e da nossa infantaria, porquanto elle tinha recado certo de que não podião tardar muitos dias ; e que, entretanto, os mancebos que se achassem mais desembaraçados de obrigações e se prezassem de amigos e zelosos do serviço de Deus e da liberdade de sua patria se viessem ajuntar com elle com as suas armas, para que cuidassemos, fazendo emboscada ao inimigo, e lhe impedissemos o sahir da povoação a correr a campanha e mattas, e que elles lhes daria todos de comer e beber abundantemente, porquanto tinha cabedal para isso, e que se os Hollandezes se havião de gozar da fazenda,

mais valia que a gastassemos nós em defensão da fé catholica.

« E que não sómente se offerecia a dar-lhes de comer e mandar-lhes guisar de noite pelos seus escravos, que então tinha vinte e cinco, senão que tambem queria ser seu companheiro nos trabalhos que se offerecessem ; e que quanto este conselho não lhes parecesse bem, que se ficassem embora, porquanto elle estava deliberado a enterrar seus livros e papeis manuscriptos e partir-se por entre os mattos na seguinte noite para a Alagôa para vir com a nossa gente quando viésse ; e que sobretudo cada um tomasse conselho comsigo, e fizésse o que fosse mais conveniente e estivésse mais acouto.

« Vendo os moradores esta resolução do padre dissérão todos a uma voz que seu conselho era o acertado, e que não era justo deixassem elles suas fazendas perdidas ao desamparo e entregues ao inimigo e ir povoar novas terras e metter-se mais dentro dos quarteis dos Hollandezes.

« E logo alli se lhe offerecerão setenta e cinco mancebos atrevidos, entre os quaes entravão dez mulatos, e seis negros crioulos, os quaes todos tinhão armas de fogo. Partirão os moradores a tratar de fazer barracas por entre os mattos para se esconderem, e no seguinte dia tornárão a ter com o padre os setenta e cinco mancebos, todos mui bem armados de espingardas, espadas e rodellas.

« Escondeu o padre no matto as cousas principaes de sua casa com os seus escravos, para que alli fizéssem de noite de comer para os soldados por não ser descoberto por o fumo o logar onde elle os tinha, e deixou na casa com bôas sentinellas ao longe o que lhe era necessario para o meneio e serviço quotidiano e repartio os soldados em cinco esquadras, com as quaes tomou todos os caminhos que ião e vinhão para a povoação, aonde faziamos emboscadas ; e de dia estavão os soldados em casa do padre comendo e bebendo e limpando as armas, tendo vigias sobre os outeiros que estavão d'alli para a povoação, e a boca da noite todos iamos tomar nossos postos juntos ao inimigo e algumas vezes em distancia de arcabuz, e desta sorte lhe tratamos vinte soldados e lhe tomamos seis vivos, os quaes o padre mandou a D. Luiz de Roxas por o Alferes Sebastião de Souto... e lhe agradeceu o bom exercicio em que andava, e

que tivesse mão, porque se partiria em breves dias, e então de presente lhe daria os parabens do seu trabalho. » (*Valeroso Lucideno*, 27–28).

Pouco mais de dez dias devia ter durado a vida do Frei Manoel do Salvador como chefe de guerrilha. Nos diversos recontros seus soldados reduziram-se a vinte. Com elles, com seus escravos muito carregados de mantimentos, foi esconder-se nos Mattos de Camaragibe, cinco leguas distante da povoação de Porto-Calvo, no caminho por onde havia de passar D. Luiz de Roxas com a nossa gente, por lhe sahir ao encontro.

No seguinte dia, depois que o Padre se ausentou, sahio o Comodor da povoação com toda a gente que nella tinha a busca-lo em sua casa, e não o achando nella nem nos mattos circumvizinhos, queimou a casa com tudo o que nella deixou ; e as casas dos negros, e até os gatos e cachorros que havião ficado mandou matar a arcabuzada. »

D. Luiz querendo atacar Porto Calvo antes de Paripueira, mandou fazer um caminho afastado do littoral, e por elle seguio de Alagôa com 1400 homens, a 6 de Janeiro de 1636. Rebellinho, menos prudente que bravo, que elle mandava na dianteira, deu um rebate que espavorio o inimigo. Assim á chegada do Mestre de Campo estava a povoação desoccupada.

Nesta occasião apresentou-se Frei Manoel do Salvador a D. Luiz de Roxas, que o abraçou de alegre semblante, e em pratica mais demorada lhe disse : « Padre, mui bem o tem feito e com muita prudencia, e por vida d'El-Rei que os que deixárão suas casas e fazendas e se retirárão para a Alagôa, esses são os trahidores, e os que se ficárão em suas casas, esses são os leaes vassallos de Sua Magestade ; porque se elles se não houverão ficado, não tivéra eu agora quem me acudisse com a sustentação para os soldados e com seus escravos e carros para comboiar as munições ; que se eu me parti tão depressa para esta povoação, não foi tanto a fazer a guerra ao inimigo como a buscar mantimentos para sustentar a gente que trago.

« E os que se retirarão deixando todas as suas fazendas e bens fizérão muitos males ; o primeiro, ficarem elles pobres e sem remedio ; o segundo, irem comer aos soldados sua sustentação ; o terceiro, fazerem ao inimigo rico e prospero ; o quarto, impossibilitarem-se para acudir ao serviço d'El-Rei nesta

occasião, nem terem com que, o que tudo se remediara, se elles se deixárão ficar em suas casas, com o salvo conducto do inimigo, que emfim elles erão Portuguezes, e offerecida a occasião sempre havião de seguir e servir a Sua Magestade como o seu natural Rei e senhor. » (*Val. Luc.*, 31–32).

Estas palavras devião ter sido a 15 de Janeiro de 1636 ; a 18 D. Luiz não existia mais. Dirigira-se para Paripueira a atacar Artizewski, ao mesmo tempo que este se encaminhava para Porto Calvo a soccorrer Sigismundo van Schkoppen. Encontraram-se os dois exercitos na noite de 17 com vantagem para os nossos. A 18 renovou-se a acção e logo no principio D. Luiz foi mortalmente ferido, por gente que servia ás suas ordens, insinúa frei Manoel.

E querendo por o pé no estribo para cavalgar disse estas palavras : *Es posible que esto se me haze estando entre fidalgos portuguezes ?* E logo cahio estendido em terra morto. Henrique Telles de Mello e o padre frei Manoel o retirárão para um matto e o meterão em uma quebrada, e o cobrirão com folhas seccas por não ser achado, e tornando para o esquadrão que andava mui aceso na briga, correu palavra que o Mestre de Campo General era morto, e logo os de barrigas grandes, que nos havião acompanhado a cavallo, não para pelejar senão para ver touros de palanque, de cima de um outeiro, logo começarão a virar os cavallos e a fugir.

E os soldados vendo isto, imaginando que o inimigo podia ter deitado alguma manga para os colher no meio, começarão a virar e em breve se começarão a metter por entre os mattos e uns após outros desampararão o campo, e se vierão retirando para a povoação, cada um por o caminho ou vereda que se lhe offerecia ; e só o capitão Camarão e Rebellinho sahirão dentro (donde brigarão) subindo ao alto do monte, e dalli com vagaroso passo e ordem se vierão retirando, fazendo alto algumas vezes, e virando a cara ao inimigo...

No segundo dia depois da batalha foram por ordem de Manoel Dias de Andrade, Henrique Telles de Mello e o padre Frei Manoel com negros e uma rêde ao sitio aonde havião deixado escondido o corpo de D. Luiz de Roxas, e depois de haverem visto o destroço e contado os mortos que estavão pelo campo e achado algumas armas de fogo, as quaes esconderão

no matto para as mandarem buscar d'ahi a alguns dias, como mandarão, metterão na rêde o corpo do defunto D. Luiz de Roxas, o qual já fedia muito, e o viérão a por junto á casa do padre, uma legua da povoação, aonde elle com seus escravos lhe fez uma cova junto ao matto, e mettido em um caixão com terra e cal o enterrarão. E junto á cova se levantou uma cruz para signal e benzer a agua e lhe rezou o officio da sepultura com as cerimonias que a Santa Igreja Romana ordena, no melhor modo que lhe foi possivel. F antes que o enterrasse lhe tirou de uma abertura que tinha na roupeta no sobaco do braço esquerdo uma bolsa de reliquias de Santos mettida em outra bolsa maior, aonde tambem tinha o seu habito de Santiago e duas chavesinhas douradas que erão de um contador onde trazia ás provisões e ordens de Sua Magestade, a qual bolsa entregou ao Tenente-General Manoel Dias de Andrade, certificando-o de que o corpo do defunto ficava enterrado em lugar occulto e que ninguem o havia visto trazer nem enterrar. (*Val. Luc.*, 31–34).

As provisões regias nomeavão successor o Conde de Bagnolo. Não causárão bôa impressão, insinúa circumspectamente Duarte de Albuquerque, proclama-o e repete-o alto Frei Manoel do Salvador. Ainda hoje o juizo commum embebe-se naquellas prevenções, chegando-se—não a chama-lo trahidor, a contestar-lhe a coragem, a mais banal das qualidades em soldados que combatem. E' uma injustiça.

Bagnolo prestou um grande serviço, organisando os campanhistas, partida de homens desesperados, que penetravão o territorio inimigo, matavão quantos encontravão, incendiavão os cannaviaes, destruião os assucares, garroteavão o gado, nunca deixavão que a cicatriz protegêsse a chaga sempre sangrenta da patria invadida. Se Pernambuco e a maior parte do Norte sahio do dominio hollandez deve-o primeiramente aos colonos que deixárão tudo para emigrar para o Sul, patenteando assim que não era possivel accôrdo entre os donos da terra por um seculo de trabalho cuja intensidade mal podemos medir e os parasitas sanguinarios que vinhão se apossar da obra feita, —deve-o aos campanhistas, incendiarios e bandidos, que nunca reconhecerão o facto consummado, porque nunca o deixarão consummar-se.

« Necessario és advertir que esto se hazia con excessivo trabajo, y riesgo; por que para hazer-se como convenia, se marchava por lo interior, abriendo-se de nuevo caminos por donde siempre fueron bosques, algunas leguas más arriba de donde huviesse moradores; por que como el enemigo avia hechado vando de pero de la vida contra los que subiessem de nuestras entradas i no las revelassem, ó nos diessen qualquier suerte de ayuda, tratavamos de hacer estas entradas mas secretas, llevando cada uno a las espaldas el bastimento, segun los dias que se suponiam de detencion; i de más á más llevavam los Indios la polvora i municiones. » (*Memorias Diarias*, 223 v.)

Mesmo assim em uma entrada que se estendeu de 9 de Junho a 23 de Setembro de 1636, Camarão trouxe de Goyana para Porto Calvo 2.500 pessoas que tudo preferirão ao dominio do invasor. Menos feliz foi Rebellinho, que nos caminhos que fez tardou dezenove dias em oitenta leguas. Acompanhou-o gente da Goyana que não podéra acompanhar Camarão, e que fugia não tanto ás tyranias como « el ver a los hereges casar-se con sus hijas é parientas, no sin violencias. » Destes morrerão 400 de fome, singularmente mulheres e meninos.

Foi o anno de 1636 o do florescimento dos campanhistas, que trouxerão um pouco de resfolego aos patriotas. Mas o Brasil, pondera melancolicamente Duarte de Albuquerque, o donatario de Pernambuco, estava como um enfermo sem esperança de vida, a quem a morte concede tregua por breve tempo, e quando parece que volve a si acaba de expirar.

Em Janeiro de 1637 chegou ao Recife o Conde João Mauricio de Nassau, nomeado Governador Capitão e Almirante General das possessões hollandezas, e logo tratou de reduzir Porto Calvo, fonte de males e damnos, em que tinhão se embatido inutilmente todos os esforços dos invasores.

Bagnolo não conseguio inspirar confiança aos seus soldados; abandonou a povoação antes de apparecer o inimigo; deixou, apenas soube da sua tomada, a Alagôa do Sul, onde se acolhera, pela villa de S. Francisco, hoje Penedo; ainda ahi não se julgou seguro, e atirou-se para Sergipe e chegaria á cidade do Salvador, se o Governador Geral por bons modos não lhe sustasse. Assim foi facil a Nassau estender os limites até

o rio S. Francisco, devastar Sergipe; se então accomette a Bahia a capital seria tomada sem resistencia.

Tentou-o mais tarde e foi repellido com perda. O principal merito da victoria cabe a Bagnolo.

Frei Manoel acompanhou o exodo luctuoso para o Sul, e descreveu-o em côres tetricas :

« Considerar agora, escreve no *Val. Lucideno*, pp. 39–40, considerar agora a multidão de gente de todas as idades, que se ia retirando, por a praia como por entre os mattos, o como ião deixando por os caminhos as alfaias de suas casas, por não as poderem carregar; aqui os tristes ais dos meninos, os suspiros das mães, o desespero das donzellas descalças e mettidas por as lamas e passavão os rios com pouca compostura de seus corpos, alheios da honestidade e recolhimento em que havião sido criadas (o que sentião mais que perder a vida), aqui umas desmaiadas, outras com os pés abertos, porque o descostume do andar não as deixavão dar um passo adiante; as pragas que rogavão ao Conde Bagnolo (o qual depois que entrou em Pernambuco tudo foi de mal a peior), o ver os amancebados levar a cavallo as mancebas brancas, mulatas e negras, e deixarem ir as suas mulheres a pé e sem saberem parte dellas; a fome que todas ião padecendo, o dormirem por o pé das arvores, sem amparo nem abrigo, não é cousa que se póde escrever, porque muitos que o virão com os olhos como eu, tendo os corações ferreos, não se podião refrear sem derramar grande copia de lagrimas. »

Mezes mais tarde, estava Frei Manoel retirado sobre o rio S. Francisco, vento arriba do forte de Penedo ao sertão, onde nunca chegarão os Hollandezes, á espera da armada do reino para se embarcar, quando soube que a gente de Pernambuco pedira a Nassau licença para elle vir morar no meio delles.

« Cresceu-lhe ao Principe a cubiça de ver ao Padre e fallar com elle, que não sómente lhes deu licença para o mandarem chamar, mas tambem elle mesmo lhe escreveu que viésse com toda segurança, pois era pedido dos moradores.

Mandárão os moradores aviso ao Padre frei Manoel do Salvador por um proprio, porém elle em lendo as cartas, trouxe á memoria como havia trazido soldados contra os Hollandezes, e lhes tinha feito muitos males, e que o odio que lhes tinha se

poderia renovar com qualquer occasiãosinha, por leve que fôsse, e tomarem vingança delle, e começou a temer e a receiar, e determinou de mudar sitio e rancho para onde não fôsse achado. E despedio o mensageiro respondendo que elle iria e com uma carta mais cortez e agradecida ao Principe; porém, antes que o mensageiro lhe chegasse com a resposta, já elle tinha despedido outro com outra carta, que ao Padre foi dada por ordem dos moradores, na qual lhe pedia que viésse sem mais dilação e sem temor algum das cousas atrazadas, porque elle lhe dava a sua palavra de que não seria molestado, antes que elle o tomava debaixo da sua protecção e amparo, para o defender nas oppressões e favorecê-lo nos trabalhos. »

Devia passar isto em fins de 1637, ou começo de 39; infelizmente o autor não precisa a data. Tanto que o Padre Frei Manoel de Salvador recebeu esta segunda carta, logo sem mais tardar se pôz ao caminho, e veio apear-se á porta do Principe, e como elle o não conhecia nem tinha ainda visto, o seu capitão da guarda, Carlos de Torlon, com quem o Padre já tinha fallado algumas vezes, o foi apresentar ao Principe e lhe disse quem o Padre era, o qual o recebeu com muita cortezia, não por quem o Padre era, se não por o que os moradores lhe haviam dito de suas virtudes e lettras. »

E aquelle dia lhe deu de jantar á sua meza, á sua mão direita, e praticando com elle em differentes materias em lingua latina (na qual era doutrinado), lhe offereceu sua casa para morar, e apertou muito com o Padre que acceitasse a offerta. Ao qual depois de lhe agradecer e ainda beijar a mão com as mais cortezes palavras que lhe occorrerão por a mercê e favor offerecido, respondeu o Padre, que pois sua excellencia lhe tinha feito mercê de lhe dar licença para morar em Pernambuco, em qualquer parte que elle assistisse lhe chegarião os favores e mercês de sua mão. E que o morar de suas portas a dentro nem a sua excellencia lhe estava muito accento, nem a elle Padre convinha por algumas razões, porque como elle era sacerdote e pregador o havião de acudir a elle assim nas festas principaes como nas necessidades da administração do Sacramento os Portuguezes, e não era justo o andarem-lhe todos atravessando sua casa e rompendo sua guarda, ainda que sua excellencia désse ponto a seus ministros e licença para que todos

9

que com elle dito Padre quizessem fallar entrassem e sahissem livremente.

« E segundariamente como elle era homem enfermo, algumas vezes lhe seria necessario estar despido, e outras gemer e chorar, e que não queria que lhe entrassem pela porta sem bater seus criados e familiares e o vissem descomposto no trajo, que isto lhe seria muito penoso. E que outrosi estando elle dito Padre de portas a dentro delle dito Principe, não se lhe havia de consentir o dizer missa, nem administrar as confissões, etc. » (*Valeroso Lucideno*, 46/48.)

Estas e outras razões que omittimos satisfizérão o Principe que lhe deu escusa, com a condição de não morar muito longe do Recife.

Estabeleceu-se primeiro junto ao rio Jequiá, por traz da capella de Bom Jesus, onde Francisco Beringué de Andrade, pessoa muito nobre, de generoso peito o ajudou a construir casa. Mais tarde, por conselho de Nassau, que assim quiz cortar as intrigas dos que tramavão a expulsão do Padre Frei Manoel, mudou-se para dentro das fortificações, onde foi auxiliado na construcção de outra casa pelo cabedal de Nassau.

Andava o Principe Mauricio de Nassau tão occupado em fabricar a sua nova cidade, que para afervorar os moradores a fazerem casas, elle mesmo, com muita curiosidade, lhe andava deitando as medidas e endireitando as ruas, para ficar a povoação mais vistosa, e lhe trouxe a entrar por o meio della por um dique ou levada, a agua do rio Capibaribe a entrar na barra, por o qual dique entravão canôas, bateis e barcos para o serviço dos moradores por debaixo das pontes de madeira, com que atravessou em algumas partes este dique a modo de Hollanda, de sorte que aquella ilha ficava toda rodeada d'agua.

Tambem alli fez uma casa de prazer, que lhe custou muitos cruzados, e no meio daquelle areial esteril e infructuôso plantou um jardim e todas as castas de arvores de fructo que se dão no Brasil, e ainda muitas que lhe vinhão de differentes partes, e á força de muita outra terra fructifera, trazida de fóra em barcas rasteiras e muita somma de esterco, fez o sitio tão-bem acondicionado como a melhor terra fructifira.

Poz neste jardim dois mil coqueiros, trazendo-os alli de outros logares, porque os pedia aos moradores, e elles lh'os

mandavão trazer em carros, e delles fez umas carreiras compridas e vistosas, a modo da alameda da Aranjués, e por outras partes muitos parreiraes e taboleiros de hortaliças e de flores, com algumas casas de jogo e entretenimento, aonde ião as damas e seus afeiçoados a passar as festas no verão, e a ter seus regalos, e fazer suas merendas e beberêtes, como se usa em Hollanda, com seus acordes instrumentaes.

E o gosto do Principe era que todos fossem ver suas curiosidades, e elle mesmo por regalo as andava mostrando, e para viver com mais alegria deixou as casas aonde morava e se mudou para o seu jardim com a maior parte dos seus criados.

Tambem alli trazia todas as castas de aves e animaes que podia achar e como os moradores da terra lhe conhecerão a condição e o apetite, cada um lhe trazia a ave ou animal exquisito que podia achar no sertão. Alli trazião os papagaios, as aráras, os jacuys, os canindés, os jaburis, os motuns, as gallinhas de Guiné, os patos, os cysnes, os pavões ; de perús e gallinhas grande numero, tantos pombos que se não podião contar ; alli tinha os tigres, a onça, a cissuarana, o tamanduá, o bugio, o quaty, o sagoim, o apereá, as cabras de Cabo Verde, os carneiros da Angola, o porco javaly, grande multidão de coelhos, e finalmente não havia cousa curiosa no Brasil que alli não tivesse, porque os moradores lhe mandavão de bôa vontade, por bôa inclinação que vião de os favorecer, e assim tambem o ajudarão a fazer suas duas casas, assi esta do jardim onde morava, como a da Bôa Vista, sobre o Capibaribe, aonde ia muitos dias passeando a se recrear, porque uns lhe mandavão a madeira, outros a telha e o tijolo, outros a cal e finalmente todos o ajudarão como puderão. E elle se mostrava tão agradecido e favorecia de sorte os Portuguezes que parecia que tinhão nelle pai, e lhe aliviava muito a tristeza e a dôr de se verem cativos.

Estava neste tempo Pernambuco mui florente de fazendas que vinhão da Hollanda, e tanto era o dinheiro de prata e ouro que até os negros e negras trazião drobões nas mãos. (*Val. Lucideno*, 52/53).

Mauricio em meio destes esplendores entregava-se á alegria de viver, com a avidez dos trinta annos, com o epicurismo do filho do Norte transplantado aos ares do callido sol.

Trouxera pintores, architectos, sabios ; fez collecções artisticas que ainda existem espalhadas em diversos Museus da Europa ; ao voltar para além-mar exerceu uma verdadeira missão cultur-historica, diz-nos o Dr. Georg Galland, junto ao Grande Eleitor de Brandenburgo, isto é, o verdadeiro fundador do Estado Prussiano, e portanto da Allemanha moderna, Grande Eleitor a quem consagrou seus serviços na ultima phase da existencia.

Não desdenhava prazeres menos nobres. No Recife teve duas amantes : Margarida Soler e a filha do Sargento-Mór Baia. Margarida Soler era filha do predicante francez Vicente Soler, Valenciano de nação, o qual havendo sido frade Augustinho, tinha fugido da religião e passado á França se fez calvinista, e se casou e se fez predicante da seita de Calvino e com este titulo assistia em Pernambuco (*Val. Luc.*, 128). Margarida, vendo o seu amor desprezado pelo Conde, morreu de paixão e tristeza. Soler, a julgar por uma historia salgada que Frei Manoel poz até em grypho, parece um typo rabelaissiano.

A Companhia das Indias Occidentaes pagava principescamente seu Governador e Almirante General, mas parece que mesmo assim elle dispendia mais do que ganhava. Forão-lhe feitas accusações de transacções illicitas ; Frei Manoel referese discretamente a algumas, com toda a precisão a uma que deu aso á historia pouco edificante de Soler, de que acima fallámos. Esta accusação está provada pela confissão do proprio Conde, que em uma carta ao cumplice, reclama sua parte de proventos.

Este cumplice era Gaspar Dias Ferreira, o homem a quem Frei Manoel do Salvador mais odeia e a quem ultraja a cada passo de seu livro. Seria o grande canalha que Frei Manoel apregôa ? E' bem possivel, mas depois dos documentos que o Dr. José Hygino descobrio na Hollanda, é sobretudo curiosidade e até sympathia que inspira este colono arguto, socio de negociatas com um Principe, interlocutor e informador de Barlaeus, naturalizado cidadão hollandez, lá condemnado á morte, evadido da prisão, refugiado finalmente em Portugal.

De Portugal escrevia ainda a João Fernandes Vieira, que na Hollanda chamava mulato, offerecendo-se para Procu-

rador junto á Côrte dos Pernambucanos revoltosos, e cuja victoria predisséra desde os primeiros dias. Emfim *post octenium* retirou-se o Principe para a Europa em Maio de 1644.

« Chegou o tempo de se partir o Principe, o qual antes de sua partida acabou a ponte que havia principiado da cidade Mauricea para o Arrecife.

E para que tratemos em fórma desta ponte é de saber que o Principe e os do Conselho para ganharem muito dinheiro, mandárão fazer uma ponte de pilares de pedra de cantaria, sobre os dois rios Capivaribe e Beberibe que juntos em um entrão no mar, dividindo o Arrecife da cidade Mauricea, chamada assim por o Principe Mauricio a edificar, sendo que de antes se chamava a ilha de Santo Antonio, a respeito de um convento de capuchinhos que alli estava.

Tomou a metade desta ponte por contracto, em preço de noventa mil cruzados, Balthasar de Affonseca, hamem de nação... Tanto que este judeu Balthasar de Affonseca teve feita a metade da ponte com muita perfeição, pedio o pagamento aos do Conselho e elles lhe armarão tantas tramoias que foi o pleito á Hollanda, e não está ainda resolvido.

A metade da ponte que faltava por fazer a mandou acabar o Principe de bons esteios de madeira, fincados no fundo do rio ao bogio e com muita e bôa pregaria e taboado, por a qual passavão carros com muita segurança, e tambem fez outra ponte de madeira na Boa Vista, aonde tinha edificado muitas bizarras casas, por baixo da qual passava tambem o mesmo rio Capivaribe. E para o primeiro dia que a gente havia de passar por a ponte grande para o Arrecife, ordenou o Principe uma festa, e convidou aos do Supremo Conselho a comer.

E a festa foi que mandou esfolar um boi inteiro e encherlhe a pelle de erva secca, e o poz encoberto no alto de uma galeria que tinha edificado no seu jardim. E logo pedio a Melchior Alvares emprestado um boi muito manso que tinha, o qual como se fôra um cachorro andava entrando por as casas, e o fez subir ao alto da galeria, e depois de visto do grande concurso de gente que alli se ajuntou o mandou metter dentro de um aposento, e dalli tirarão o outro couro de boi cheio de palha, o fizerão vir voando por umas cordas com um engenho e a gente ficou admirada e muito mais a prudente, vendo que com

aquella traça ajuntára alli o Conde de Nassau tanta gente para a fazer passar por a ponte, e tirar aquella tarde grande ganancia, e tanta gente passou de uma para outra parte que naquella tarde rendeu mil e oitocentos florins, não pagando mais que duas placas á ida e duas á volta.

No seguinte dia fez o Conde de Nassau outro banquete ás damas e a quantas taverneiras havia no Arrecife, e as mais dellas emborrachou.

E com isto se deu por despedido de Pernambuco. (*Val. Lucideno*, 131/132.)

III

Mauricio de Nassau não sabia fallar bem portuguez, e embaraçava-se muito quando o fallava (*Valeroso Lucideno*, 121, 125). Suas conversas com Frei Manoel de Salvador faziam-se em latim, a lingua universal naquelle tempo, de que até o heroico indio Camarão possuia algum principio (ib. 165).

Em uma de suas conversas queixou-se o Principe amargamente de que o intrigárão para a Hollanda, e despedio de seu serviço Carlos Torlon, «que era o seu Capitão de guarda, o qual se havia casado com D. Anna Pais, a mais desenvolta mulher de quantas houve no tempo deste cativeiro na capitania de Pernambuco, porque sendo filha de nobres pais e rica, e havendo sido casada com Pedro Correia da Silva, homem fidalgo, por sua morte vendo-se viuva e moça, se foi casar, ou para melhor dizer, amancebar com um Calvinista, e quiz ser recebida por um predicante desta falsa seita com grande escandalo do povo catholico: *Inimici hominis*, disse o Principe ao Padre, *domestici ejus. Verba Christi sunt quae non possunt falsitatem pati.*

« Outro de quem o Principe se mostra queixoso foi o Dr. Pinson (o autor de interessantes livros sobre a nossa historia natural posteriormente impressos), medico seu e de sua casa, com quem elle comia e bebia e communicava de dia e de noite com muita familiaridade.

Tambem a este deitou logo fóra de sua casa e nunca mais se fiou nelle; e quando alguem lhe fallava nelle ou no Torlon respondia: *Pessime nebulones erga me* (*V. Luc.*, 63).

Deu motivo a estas medidas summarias uma carta do irmão do Principe, de que elle mostrou muito sentido e enfadado um capitulo a Frei Manoel de Salvador.

« E seu irmão, o Conde João de Nassau, lhe dizia em um capitulo que se admirava em lhe dizerem ou escreverem que fazia algumas cousas muito fóra do caminho, levado de interesse e por conselho de um Portuguez que era muito de seu seio, e que sendo elle em Hollanda um cordeiro manso, se tinha convertido no Brasil em leão assanhado, perseguindo ou consentindo que fossem perseguidos os moradores para por este caminho ajuntar riquezas, as quaes adquiridas por maus titulos nunca se logravão. E para que estivésse certo se sabia tudo o que no Brasil passava, lhe fazia saber em como em Hollanda se affirmava em como elle João Mauricio tinha tres grandes amigos portuguezes com os quaes de continuo tratava, a saber : um frade chamado frei Manoel do Salvador, e o segundo João Fernandes Vieira, e o terceiro Gaspar Dias Ferreira.

« E que o primeiro lhe servia de alivio e entretenimento, porque gostava muito da sua bôa e honesta conversação, porquanto este monacho não se mettia em cousas de guerra, nem em materias de governo, mas antes, como era lettrado e prudente, o advertia em muitas cousas concernentes ao seu bom credito e reputação e em beneficio dos moradores, com as quaes elle se fazia amado e querido de todos ; e o segundo grangeava a sua amizade, presenteando-o com mimos e regalos, e alguns de muito porte, porém, tudo a custa de sua fazenda ; e o terceiro fazendo-o emprehender cousas injustas e executar alguns desaforos e injustiças com os moradores, que tinhão mais cara de tyrania do que de obras de pessôa de sangue real e imperial.

«E que o caminho por onde este homem o levava era o interesse de juntar dinheiro á custa do sangue dos pobres e innocentes, com o que este homem o fazia rico a elle e se fazia rico a si, pois sendo pouco antes tão pobre que não tinha um prato de farinha para comer, todavia com sua sombra e com o favor que lhe dava se tinha feito este homem tão altivo que se fazia estimar e venerar mais do que elle dito Principe ; e que tambem (sem elle o saber) em seu nome fazia muitas cousas mal feitas ; e que tambem se dizia que a primeira causa de tanta privança havia tomado fundamenio por via de certa mulher.

« Portanto que pozésse os olhos em quem era e o tronco donde procedia, e que arrenegasse de riquezas e delicias que desdouravão a fama e nobreza. » (*Val. Luc.*, 61/62).

Podemos datar com muita approximação estes factos, porque segundo Frei Manoel derão-se pouco antes do Principe e os do Supremo Conselho «fazerem uma junta dos Portuguezes, a modo de concilio ou côrtes, para se assentarem e decretarem estatutos e leis para se governarem em paz e quietação. » As capitulações assentadas, de que só frei Manoel nos dá noticia, forão descobertas na Hollanda pelo Dr. José Hygino, que as traduzio e publicou na *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, no Vol. V, em 1886. Por ellas se vê que a primeira reunião occorreu a 27 de Agosto de 1640.

Com a retirada de Nassau para a Europa não se modificou essencialmente a situação pessoal do padre mestre frei Manoel do Salvador, que sem falsa modestia resume a sua actividade apostolica entre os Hollandezes nos seguintes termos :

« Os Hollandezes tinhão-lhe grande respeito e veneração por sua gravidade e lettras, e por sua louvavel, exemplar e honesta vida, o qual por muitas vezes havia com suas bôas razões mitigado a furia dos Hollandezes, em outras occasiões trabalhosas e outras vezes fazia que estes crueis inimigos suspendessem as rigorosas sentenças que contra os Portuguezes fulminavão.

« E tão respeitado era este Padre de todos os Hollandezes, grandes e pequenos, que quando elle passava pela cidade Mauricea e Arrecife as mulheres lhe fazião mesura, e os homens se desbarretavão, e os meninos e meninas de pequena idade lhe vinhão beijar a mão ; e se acaso este dito Padre ia apressado a negociar alguma cousa de importancia, os meninos flamengos ião correndo de traz delle, chamando-o a vozes até que elle esperava e lhes dava a mão a beijar e então se tornavão mui contentes, sendo que se por as ruas passavão alguns religiosos ou clerigos nossos, os mesmos meninos lhes dizião palavras injuriosas : *Rut Papa esquelmen hurquent deduvel*, que monta tanto como dizer : vai fóra, papista, velhaco... e diabo.

« E já pode ser que este respeito e affeição que os meninos mostravão ao Padre Frei Manoel nasceria da continua vista e vizinhança que terião com elle, ou porque muitos delles erão

seus afilhados, que os havia baptisado, porque quando o pai era catholico furtava a criança que lhe nascia, e sem a mulher lutherana ou calvinista o saber a trazia ao Padre Frei Manoel para que lh'a baptisasse, e o mesmo fazia a mulher que era catholica ás escondidas do marido hereje ; e muitos catholicos, principalmente os Francezes, acudião secretamente a ouvir missa nos dias festivaes, na casa do dito Padre, aonde dizia missa em um oratorio, ás portas fechadas.

« E trazendo-lhe um dia um menino de dez annos, endemoninhado, o dito Padre lhe fez os exorcismos da Santa Igreja Romana, e sendo assim que quando entrou no Oratorio não havia dez homens que pudessem ter mão nelle, e vindo todos admirados das horridas visagens que fazia, e temerosos dos segredos que descobria, na terceira vez que o dito Padre lhe fez os exorcismos, foi Deus servido pela sua misericordia que o Demonio se sahio fóra daquelle corpo, e o menino ficou livre e são, e os que com elle se havião vindo se tornárão para as suas casas já renunciadas as falsas seitas de Calvino e Luthero, e protestando de viver na fé catholica romana. (*Valeroso Luc.*, 191).

Um trabalho em que igualmente se empenhou foi a conversão dos Judeus, de que baptisou sete (*Val. Luc.*, 189). Depois de rebentar a revolução pernambucana converteu mais dois em condições tragicas.

« As cousas neste estado, succedeu vir uma lancha do inimigo da ilha de Itamaracá para o Arrecife com alguma fazenda, onde vinhão alguns Flamengos e tres Judeus mercadores, a saber um que havia nascido no judaismo, e os dous naturaes de Lisbôa, os quaes, havendo sido baptisados e nascidos no gremio da Santa Madre Igreja Romana, havião fugido para a Hollanda e nella se havião circumcidado e deixando a lei de Christo, havião abraçado a de Moysés e nella vivião desaforadamente e ainda dizendo muitas blasphemias contra Christo Nosso Senhor e pretendendo affeiçoar a seus erros e cegueiras a alguns christãos ignorantes com que tratávão.

« Era o piloto da lancha Portuguez e entrou pela bocca da barra do Páo Amarello e varou com a lancha em terra. Acudirão os nossos soldados que estavão de vigia naquella paragem e tomárão a lancha e trouxérão presos aos Flamen-

gos e Judeus ante os governadores João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, os quaes mandárão os Flamengos para a Bahia e ao Judeu que havia nascido no judaismo lhe outorgárão a vida, porque disse que se o industriassem na lei de Christo se queria fazer christão e os padres da companhia João de Mendonça e Francisco de Avelar se offerecerão para o doutrinar na lei de Christo e lh'o entregárão; porém elle tanto que se vio solto, fugio para o Arrecife.

« Aos outros dous condemnou o Auditor-General a morrerem enforcados, e porque havião de padecer os mandárão metter dentro na igreja de S. João até á hora de os enforcarem, pondo-lhe guarda de soldados na porta. Acudio logo o padre frei Manoel de Salvador, e sentado entre ambos no degráo que sóbe para o altar, diante dos padres da companhia João de Mendonça e Francisco de Avelar e diante do padre João Baptista Lôbo, natural de Lisbôa, e outros Sacerdotes e de muito povo que concorreu a se achar presente neste acto, lhes fallou nesta maneira: Irmãos, vós estaes condemnados á morte por haverdes tomado armas contra os Portuguezes, sendo Portuguezes de nação, e por serdes traidores a Jesus Christo, pois havendo nascido no gremio da Santa Madre Igreja Romana e tendo recebido a agua do Santo Baptismo, apostatastes da fé catholica e vos passastes á lei de Moysés... Argumentai commigo e proponde-me todas as duvidas que os judeus põem contra os christãos, e todos os passos da Sagrada Escriptura que allegão para sustentar sua pertinacia, que eu vos resolverei todas vossas duvidas brevemente e vos declararei todos os passos da Escriptura com tanta verdade e clareza que fiqueis por uma parte satisfeitos e por outra confusos dos erros em que andaes mettidos.

« Responderão os dous Judeus que estavão contentes com o partido, e começárão a propôr todas as duvidas, passos da Santa Escriptura e fundamentos em que se estribavão para negar que Christo era o verdadeiro Messias e para esperar por outro que havia de vir a leva-los a todos para Jerusalem, cheios de muitas prosperidades e riquezas.

» Ouvio o Padre Frei Manoel todas as duvidas e propostas, e logo com grande alegria dos christãos que estavão presentes começou com o principio do livro do Genesis, e resol-

veu em espaço de pouco mais de hora e meia toda a Sagrada Escriptura do Testamento Velho, e aqui lhe resolvia uma duvida, alli outra, e assim lhes ficou declarando todos os passos da Escriptura que se lhe propuzérão com tanta erudição, e provando uns passos com outros, confirmações dos Prophetas, texto do original hebreu, e dos Talmudes, assim chaldeu como jerosolimitano, e livros que estes têm em muita veneração, e explicações dos seus mesmos rabinos, prophecias que deixárão em seus testamentos os doze Patriarchas filhos de Jacob da vinda do Messias (os quaes testamentos se achárão no terceiro tomo traduzidos do grego por Roberto, Bispo Linconense, no anno do Senhor de mil e cento e quarenta).

« Emfim tantas cousas disse o dito Padre e com tanto espirito e tanta verdade e facilidade declarou aos dous Judeus todas as duvidas que lhe propuzerão, que os Judeus ficarão confusos e corridos, vendo tanto ao claro a cegueira e os enormes erros em que andavão sepultados.

« E os Padres da Companhia, com os demais Sacerdotes e povo circumstantes ficárão admirados do desenfado com que o dito Padre confundio os Judeus, e a grande lição e verdadeira explicação da Sagrada Escriptura, em que andava versado; porém isto não era muito para admirar, porque como o dito Padre andava de ordinario disputando com os Judeus do Arrecife e tinha já trazido á fé de Christo sete destes e os havia baptisado e andava catechisando a outros, sempre andava estudando para confundir seus erros. (*Val. Lucideno*, 244–245).

Passemos depressa por esta contorversia theologica travada nas immediações de uma forca, terminada pela conversão, que aliás não salvou da forca os dous desgraçados. « Os Padres da Companhia ficárão fazendo seu officio até que se chegou a hora de padecerem os dous Judeus e todos os Sacerdotes os acompanhárão até que morrerão. E depois de mortos lhe derão sepultura em sagrado no adro da igreja de S. João, e acompanhou seus corpos toda a soldadêsca fazendo as cerimonias na forma militar, e os Sacerdotes quando se lhe deu sepultura lhe rezarão as orações e fizérão os suffragios que a Santa Igreja ordena. Bemdito e louvado seja Nosso Senhor Jesus Christo, o qual por sua grande misericordia livrou a estas duas

almas ds bocca do inferno, quando menos o esperavão. » (*Val. Luc.*, 245/246).

Tornemos agora atraz aos começos da revolução pernambucana, que depois de quasi dez annos de luta incessante, conseguio repellir o invasor do sólo da Patria.

Até o anno de 1857 todos os historiadores forão contestes em attribuir o primeiro logar naquella obra de patriotismo a João Fernandes Vieira. Desde o dito anno, no segundo volume de sua *Historia Geral*, Francisco Adolpho de Varnhagen, rompeu contra a unanimidade da tradição, passou Vieira para o segundo plano, entregou as honras do movimento a André Vidal de Negreiros.

Com o correr do tempo suas affirmações e convicções forão-se tornando mais acrimoniosas, vindo afinal a chamar Vieira de simples testa de ferro. João Francisco Lisbôa protestou desde a primeira hora ; mas, implicita ou explicitamente é o juizo de Varnhagen que vigora.

Neste debate é testemunha de alta valia Frei Manoel de Salvador, um dos factores da revolução, testemunha presencial dos seus primordios, cujo livro, escripto no meio da luta, estava terminado desde Outubro de 1647, quando não se podia prevêr o desenlace e espirito tão previdente e atilado como o do grande Vieira previa que a revolução seria fatalmente esmagada. Pelo testemunho de Frei Manoel vê-se que Varnhagen não comprehendeu verdadeiramente como as cousas passarão, e sua narrativa, se não é um solecismo, para empregar o termo de d'Avezac, contem em todo caso mais de caricatura que de historia.

Frei Manoel conheceu João Fernandes Vieira logo que foi para Pernambuco, a chamado de Nassau.

« Outro homem que em Pernambuco achei encontrado com este (Gaspar Dias Ferreira) nos costumes se chamava João Fernandes Vieira, mancebo solteiro, natural da Ilha da Madeira, homem bem inclinado e amigo de todos, e que acabava com os Hollandezes muitas cousas por arduas e difficultosas que fossem, o qual morava na varzea de Capivaribe. Com o qual tomou tanta amizade um dos Hollandezes que governava a terra, chamado Jacob Estacour, a quem havia cabido grande parte das fazendas na repartição que os primeiros governadores

hollandezes fizérão entre si dos bens dos moradores retirados logo depois da tomada da terra, entre os quaes bens lhe coube um bom engenho, o qual elle comprou aos da Companhia em satisfação do salario dos seus serviços.

« E indo-se este Jacob Estacour para a Hollanda, acabado o tempo do seu governo, por a grande confiança que tinha em João Fernandes Vieira, e por a grande fidelidade e verdade que nelle tinha achado, lhe deixou todos os bens em sua mão e este engenho com plenario poder de dispôr, dar e doar, comprar e vender, segundo lhe parecesse, com só condição de que lhe iria mandando as rendas nas frotas que de Pernambuco se partissem para Hollanda e tambem lhe deixou credito para tudo o que elle comprasse, por se lhe dar sobre sua palavra, e que todos os creditos e lettras que elle passasse as receberia e daria plenaria satisfação em Hollanda, obrigando para isso sua pessôa e honra.

« E tanta confiança fez este Jacob Estacour de João Fernandes Vieira, que sendo um Flamengo de estranha nação, lhe deixou um escripto feito por mão publica, que morrendo elle nenhum seu herdeiro o poderia tomar conta ao dito João Fernandes Vieira, e que tudo o que disésse em materia de suas fazendas fosse crido, e somente se estivésse por o que elle affirmasse, assi de dividas como de melhoramentos, porquanto esta era a sua ultima vontade.

« Com este credito e bôa opinião e com sua honrada correspondencia com todos, veio a ter tanta entrada com os Flamengos que lhe erão mui affeiçoados, e o estimavão sobremodo. Começou a comprar muitas fazendas de toda a sorte, assi seccas como molhadas e poz suas logeas de mercancia assi dentro no Arrecife como fóra delle, nas quaes poz homens portuguezes de confiança, para que lhe corressem com ellas. E como era mui facil de fiar de todos, e vendia por preço mais acommodado que os outros mercadores, e emfim como era portuguez, todos acudião ás suas logeas, e deu-lhe Deus tão bôa mão direita e tanta ganancia que em breve se fez senhor de muitos mil cruzados e comprou o engenho a Jacob Estacour e outros quatro mais e ficou senhor de cinco engenhos, os quaes preparou e poz moentes e correntes, providos de bons lavradores, e fornecidos com

muitos escravos e com todas as cousas necessarias para os engenhos moêrem.

« E com esta prosperidade não se ensoberbeceu, antes se fez mais humilde e tratavel do que dantes era, e começou a dispender sua fazenda com os pobres, casando orphãs, vestindo as viuvas e donzellas, dando-lhes saias e mantos e o necessario por cuja falta deixarão de ir á igreja ouvir missa nos domingos e festas, acudindo por os que estão presos por dividas, pagando por uns e ficando por fiador de outros, e não havia necessitado que chegando a elle não viesse remediado e era tido e havido por pae dos pobres.

« Reformou as igrejas que estavão desbaratadas por os Hollandezes e levantou as confrarias dos Santos e principalmente as do Santissimo Sacramento e da Virgem Maria Nossa Senhora, servindo nellas com grande devoção e dispendio de sua fazenda.

« Vendo o Padre Frei Manoel estas cousas, logo assentou comsigo que era cousa impossivel não dar Deus satisfação ainda nesta vida a este homem, e mostrar o quanto lhe agradavão os esmoleres e amigos de favorecer os necessitados. Logo este bem inclinado mancebo tratou de tomar estado, por escusar as occasiões de offender a Deus, as quaes andão de ordinario annexas ao estado dos mancebos, e se cazou com uma nobre e virtuosa donzella chamada D. Maria Cesar, filha de Francisco Berenguer de Andrada (*V. Luc.*, 57/60).

Se, como diz Frei Raphael de Jesus, João Fernandes Vieira nasceu em 1613, seu casamento deve ter sido em 1643, pois Frei Manoel de Salvador, que ora se exprime em prosa, ora em verso, assegura que João Fernandes Vieira tinha casado na idade de 30 annos.

Por se livrar dos rigidos enganos,
Com que o mundo costuma atormentar
Os corações dos miseros humanos
E dar com elles no profundo mar,
Em chegando á idade de trinta annos
(Tempo opportuno para se cazar)
Sua filha lhe deu para mulher
O illustre Francisco Berénguér

Era esse varão nobre natural
Da forte e fresca ilha da Madeira
Nascido na cidade de Funchal
De stirpe illustre, clara e verdadeira ;
Este porque conhece o quanto val
O sangue honrado e nobre de Vieira
Sua filha lhe dá Dona Maria
Que Berênguêar e Cesar se dizia.

Idéas de insurreição contra o dominio Hollandez não apparecerão durante o octennio de Nassau, generoso, sympathico e sobretudo da primeira nobreza europêa, a quem se dava em Pernambuco o tratamento de excellencia, de que na Hespanha só gozava o Duque de Bragança, descendente dos Reis de Portugal. Substituido Nassau por simples negociantes, o orgulho pernambucano sentio-se ferido e André Vidal de Negreiros, que passou por alli em viagem para a Parahyba, a visitar seu pai enfermo, convocada a principal gente da terra, convenceu-se da conveniencia de dar um golpe decisivo.

Sob certos aspectos a empreza mostrava-se facil, porque Nassau levára grande parte das tropas para a Europa, os invasores se achavão descuidados, as fortalezas arruinadas ou desguarnecidas. Mas a realidade era bem diversa.

Toda a gente habituada ás armas recolhêra-se para além do rio S. Francisco, ou com Mathias de Albuquerque, em 1635, ou com Luiz Barbalho, em 1640, ou com Bagnolo, em 1637. Ainda peior : desde 1636 os Hollandezes prohibirão aos Pernambucanos terem armas e a prohibição dia a dia se foi tornando mais rigorosa, porque a denuncia de armamento era fonte de renda para o denunciante.

Por não se ter lembrado desta situação foi Varnhagen tão injusto para com Vieira. Por não a ter perdido de vista um só instante, por não querer sacrificar a causa a impaciencias irreparaveis, merece Vieira ter para sempre o nome inscripto na historia do Brasil unido.

Com effeito, nada quiz arriscar sem antes estar devidamente preparado. « Considerando o miseravel estado dos moradores da terra, escreve Frei Manoel, e que para atalhar tantas e tão atroces crueldades e tyrannias não havia outro reme-

dio senão a tomar as armas e vender as vidas (que só restavão por tyrannizar) por preço do sangue derramado e por a força de braço, começou a deitar suas traças e maquinar com o pensamento caminhos para poder sahir a seguro porto, com o effeito de sua determinação e honrado proposito, digno de um generoso peito, e para isso foi adquirindo a si todas as armas que pôde, com tanta sagacidade, dissimulação e segredo, e outrosi foi comprando muita polvora e pastas de chumbo, dizendo que a polvora era para as festas de fogo que fazia na celebração dos Santos, em cujas confrarias servia de Juiz, e alguma mandou vir da Bahia secretamente por caminhos desusados dos mattos desertos, e foi pondo tudo isto no interior da matta do Brasil, em barracas que para isto mandou fazer de muito segredo.

« Comprou outrosi grande numero de alqueires de farinha e outros legumes, como arroz, favas, feijões, milho zaburro, peixe salgado e secco e carne de sal e de fumo, e mandou disto fazer celeiros no matto. E juntamente metteu nestes ditos celeiros vinho, azeite e vinagre e muito sal, e mandou fazer todo o remate de seus engenhos em agua ardente e foi mandando para a matta do Brasil, onde trazia muitos escravos a fazer pau do Brasil, com alguns feitores brancos seus creados, homens de confiança e segredo.

« E nos carros em que mandava buscar pau do Brasil ia mandando todo o provimento que pôde, sem que o Hollandez tivésse disto noticia; e juntamente forneceu de muitas vaccas os seus curraes, que no matto tinha, e mandou para lá suas cabras e ovelhas, debaixo do achaque de dizer que lhe morrião na varzea de uma erva que comião chamada fava, e que não lhe multiplicavão, antes os negros Ardas e Minas lh'as comião, e somente deixou nos seus pastos dos engenhos algumas ovelhas para agasalhar os hospedes que lhe vinhão a sua casa. (*Val. Luc.*, 160/161).

Depois de se pôr em communicação com o Governador da Bahia, Vieira mandou chamar aos sertões de S. Francisco Henrique Dias e Camarão; logo que foi denunciado taes precauções tomou que os Hollandezes nunca lograrão prendê-lo. Apenas rebentou o movimento, instituio no matto uma Santa Casa de Misericordia; mandou buscar á força um cirurgião que tratasse dos feridos; taes disposições tomou que nunca

faltou o soldo aos soldados ; antes de chegarem os soccorros da Bahia, bateu o inimigo no monte das Tabocas. E' este homem, tão cauteloso, tão previdente e tão bravo que um nosso historiador chama de simples testa de ferro !

Continuou na cidade Mauricea, ajudando seus correligionarios, e tendo mais de uma vez a felicidade de lhes evitar os vexames. Foi por assim dizer quem deu o signal de revolução, no dia 13 de Junho, na matriz da Varzea.

« Pregou neste dia o Padre Frei Manoel do Salvador, da Ordem de S. Paulo, da Congregação dos Eremitas da Serra d'Ossa e pregou já ao claro, porque até ahi não ousava de se declarar em fórma, na facção da liberdade, porquanto os Hollandezes, debaixo do titulo de catholicos romanos, todas as vezes que elle pregava, que era em todas as festas, lhe mandavão olheiros por ouvintes, para notarem se pregava alguma cousa contra elles que tocasse a trahição para o prenderem e degolarem ; porem nesse dia pregou tão claramente, trazendo ante os olhos de todos os ouvintes todas os tyrannias, crueldades, roubos e traições que os Hollandezes lhe tinhão feito e fazião e sob o thema : *Sint lumbi vestri præcint,* Lucas, cap. XII.

« Exhortou a todos a que se preparassem para tratar da defensão da fé catholica e de se livrarem do tyranno captiveiro em que estavão, e que tomassem as armas, lembrando-se que eram Portuguezes, filhos e netos daquelles grandes heróes que nas mais remotas partes do mundo tantas proezas e façanhas havião obrado ; e que pois, o glorioso Santo Antonio depois que se tratou da liberdade lhes abriu por duas vezes as portas de sua igreja, havendo-as deixado fechadas e com chave, e naquella mesma noite havia despregado o céo do seu docel do altar e o havia dobrado (*), era como se dissésse aos moradores

(*) No engenho de João Fernandes Vieira, estando armada a igreja e enramado o altar, com ramos verdes, palmas e cannas do assucar, e havendo preparado o altar do Santo com a decencia e ornato possivel, tanto que na primeira noite tangerão o sino para avisar os circumvizinhos que havia alli festa e pregação, subitamente se despregou o sobre-céo a modo de docel que estava sobre o altar, e se poz dobrado sobre o mesmo altar diante da imagem do Santo, cousa que causou grande admiração em todos os que se achavão presentes ; e não sabendo o que aquillo significaria, ou se queria dizer o Santo que

de Pernambuco que não temessem de accommetter a empreza, pois elle abria as portas de sua igreja para os amparar e ajudar e que cada qual dobrasse o seu fato e tratasse de estar desembaraçado e preparado para a guerra.

« Emfim taes cousas disse o Padre Frei Manoel que quando se acabou a missa sahirão todos da igreja, uns com as lagrimas nos olhos causadas de alegria e os mais no firme proposito de se declararem contra o inimigo e venderem suas vidas pelo rigor das armas, e com este intento se recolherão para suas casas. » (*Val. Luc.*, 180).

Ainda depois deste sermão, Frei Manoel animou-se a voltar a Mauritzstadt, e até representar contra a ordem dada pelas autoridades hollandezas ás mulheres e filhos dos conjurados para irem juntar-se aos seus parentes.

Desta vez sua intervenção não deu resultado.

« E como tinha avisado aos nossos de alguns intentos dos Hollandezes e andava já muito sobresaltado de que se viésse a saber e o prendessem e o matassem, tanto que chegou a sua casa na cidade Mauricea, mandou pôr em caminho a dous negros que possuia e mandou para fóra das fortificações do inimigo em uma canôa por mar todos os seus papeis manuscriptos e fechou as portas de sua casa, deixando nella todos os moveis que nella tinha por não ser sentido que se ausentava; e sahindo-se passando com um bordão na mão, tanto que esteve fóra das fortificações se veio para os Apipucos em companhia de Gaspar de Mendonça, Manoel João e Lourenço Guterres; e ahi se embarcou e escondeu no matto de uma ilhota que está rodeada d'agua no açude de João Pessôa e os Hollandezes e caboclos brasilianos lhe saquearão suas casas sem lhe deixar cousa alguma.

« Porem o Padre resguardou seu corpo e a sua vida e os Hollandezes principaes dizião que o Padre Manoel era o maior

---

cada um se vigiasse e puzésse seu fato em dobro, se resolverão que a festa se fizésse na igreja matriz da Varzea e assim se fez; porém, na igreja não se achou pessôa alguma presente dos juramentados da empreza da liberdade, porque tanto que os Hollandezes cercarão a primeira casa dos homens principaes da Varzea, logo os negros que fugirão, forão dando rebate por todas as casas dos moradores, e todos se esconderão por entre os cannaviaes o melhor que poderão (*Val. Luc.*, 179).

trahidor que elles tinhão em Pernambuco, porem que elles o apanharião ás mãos. » (*Val. Luc.*, 193).

Não o apanharão felizmente. Os insurrectos pernambucanos, aos quaes se agregou, entenderão que Frei Manoel já sexagenario, melhores serviços prestaria indo contár em Portugal os successos que ahi se desenrolavão, do que tentando repetir as guerrilhas de Porto Calvo, a cuja frente se puzéra dez annos antes. A esta resolução devemos a primeira parte do *Valeroso Lucideno*, publicado em Lisbôa em 1648.

Affirmou-se que deixára prompta para a impressão a segunda parte do livro, mas ninguem diz onde a vio, ou onde parava. Talvez um manuscripto da Bibliotheca do Porto, de que nossa Bibliotheca Nacional possúe copia, nos dê a chave do problema. Lê-se com effeito nella : *Segunda parte do Valeroso Lucideno.* Examinado, porém, o contexto, vê-se que o que se chama *Segunda parte do Valeroso Lucideno* não passa de capitulos de historia da guerra hollandeza, escripta por Diogo Lopes de Santiago, e já publicada na *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro.*

O *Valeroso Lucideno* publicado em 1648, quando a guerra hollandeza andava mais renhida, foi prohibido a pedido do Vigario de Itamaracá, se não nos enganamos, que se julgou diffamado pelo autor. Vinte annos depois novamente se publicou, trazendo outra folha de rosto e o nome de outro editor.

Nossa Bibliotheca Nacional possúe exemplares de ambas as tiragens. No da tiragem de 1668, que pertenceu ao celebre bibliophilo Diogo Barbosa Machado, um antigo possuidor deste livro, depois de declarar que o comprou em Lisbôa, a 2 de Abril de 1705, por 1$800, jura pelos Santos Evangelhos nunca empresta-lo a ninguem.

O POVOAMENTO

DO

BRASIL ORIENTAL

Em um dos seus interessantes e instructivos estudos, intitulados *Revistas Historicas*, o eminente historiador Sr. J. Capistrano de Abreu publicou, no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, de 12 de Agosto de 1899, as seguintes apreciações sobre o modo por que se operou o povoamento do Brasil Oriental:

« Os dous primitivos fócos do povoamento de nossa terra foram S. Vicente e Pernambuco.

A posição de Pernambuco na parte mais oriental do novo e mais vizinha do velho mundo, facilitava as communicações com a Europa, de onde vinhão os capitaes e braços a explorar suas riquezas.

O donatario primitivo soube aproveitar energicamente a situação e firmar solidamente o seu dominio. Os successores o imitárão. Até a invasão hollandeza Pernambuco se avantajava em população, riqueza e cultura a todas as irmãs.

Duarte Coelho se estabelecêra em Igaraçú, na divisa de Itamaracá, passando depois a Olinda, mais ao Sul.

Para o sul continuárão Jeronymo de Albuquerque, Duarte Coelho II e Jorge de Albuquerque. No mesmo sentido trabalhárão particulares como João Paes, que fundou dez engenhos junto ao cabo de S. Agostinho, como o fidalgo allemão Christovam Lins, cuja viuva, D. Adriana de Olanda, vivia ainda na éra de 1640, com cento e dez annos de idade, cercada de cinco gerações de descendentes; trabalhárão ainda outros cujo nome não se conservou com o mesmo cuidado.

A tendencia de todos esses povoadores era evidentemente o rio S. Francisco, que o primeiro donatario se offerecêra conquistar, seduzido pelas riquezas delle fabuladas. Pelos annos de 1630 estava occupado todo o espaço entre a sua fóz e Igaraçú; por sua margem esquerda começava a se agglomerar muita gente, pois Duarte Coelho II elevou Penedo á categoria de villa.

A invasão hollandeza sustou o avanço. Bagnolo, Camarão, Henrique Dias, Barbalho abrírão caminhos que permitsissem passar-se longe do mar de uma á outra margem. Com a capitulação de Taborda, occupação do Recife e victoria final dos patriotas, o desuso os tornou obsoletos, e por fim fechárão-se, para não se abrir senão mais tarde, quando o impulso colonisador entancára. Na segunda metade do saculo XVIII não se penetrava do Recife além de Bezerros, a umas quinze leguas para o interior: o que ficava além entendia-se com a Bahia.

O bispo Azerêdo Coutinho allegava como um dos serviços do seu Governo interino (1798–1804) ter aberto um caminho communicando a praça de Olinda com os sertões de Pernambuco.

Esse caminho, que, a julgar por uma indicação vaga de Frei Caneca, acompanhava o Capibaribe até Taquaretinga, de onde demandava o brejo da Madre de Deus, isto é, caminhos abertos por Bahianos um seculo antes talvez, explica exhuberantemente por que motivo os limites do Estado recuárão de Carinhanha para Páu de Arára, cento e cincoenta e quatro leguas de rio, segundo as medições de Halfeld, e, ao contrario a Bahia se estendeu até as fronteiras de Goyaz. Pouco repara quem vir nisso apenas effeitos do decreto de 7 de Julho de 1824, que desligou de Pernambuco a comarca do S. Francisco, e a resolução de 16 de Outubro de 1827 que a incorporou á Bahia. Esses dois actos apenas apurárão a Nemesis da historia.

Os serviços eminentes de Pernambuco avultão em direcção muito differente.

De lá partio a assistencia perenne para Itamaracá, tantas vezes ameaçada pelos Petiguares irreconciliaveis; as numerosas expedições que trouxérão a conquista ardua da Parahyba e do Rio Grande do Norte, onde Francezes e Petiguares fincárão pés mais de trinta annos antes de se dar por vencidos; o avanço arrastado para o Ceará, a conquista do Maranhão, a fundação de Belém, a investida impetuosa do Amazonas. A situação oriental de Pernambuco, tão favoravel a outros respeitos, designava-o de preferencia aos ataques vindos do Oriente. O ultimo partio dos Hollandezes, que só abandonárão o

territorio heroico depois de um quarto de seculo de occupação permanente.

E a incorporação de Fernando de Noronha, no alto mar, a NE., o prolongamento de Pernambuco como em desafio ao Oriente aryano, não é menos instructivo do que a sua atrophia irreparavel a SO.

A acção de Pernambuco foi momentanea em todas ás terras situadas além do Parnahyba, que, apenas começadas a povoar, constituírão logo o Estado do Maranhão, isolado inteiramente do resto do Brasil por circumstancias que depois indicaremos: quando reatárão-se novamente os laços já estava esquecido o que se pode chamar sua segunda metropole. Ao contrario Parahyba, Rio Grande do Norte, e mais tarde Ceará, depois de desligado do Maranhão, conservárão-se em dependencia commercial, economica e politica até os nossos dias.

A falta de bons portos em toda essa zona ingrata do Nordéste e a prohibição, vigente mais de cem annos, de commerciarem essas capitanias directamente com o reino, influírão bastante para esse resultado. Não menos concorreu o facto dos Pernambucanos aqui não terem tido medo de entrar pelo sertão.

Verdadeiramente só havia o impecilho dos Indios, que erão os Carirys, antigos dominadores do littoral, então acuados entre o S. Francisco e a Ibiapaba. A sua resistencia foi terrivel, talvez a mais persistente que os povoadores encontrárão; mas, atacados no rio S. Francisco, em Piranhas, no Jaguaribe, por gente de S. Paulo, da Bahia, da Parahyba, do Ceará, forão, uns mortos, outros reduzidos a aldeiamentos, outros agregados a fazendas, fundindo-se e confundindo-se com os colonos.

A pacificação dos Carirys, que estava completa nos primeiros annos do seculo XVIII, deixou livre uma grande área e por ella lastrárão numerosas fazendas de gado. Dos povoadores alguns se correspondêrão principalmente com a Bahia; outros procurárão, do Acaracú, do Jaguaribe, do Piranhas, através da Borburema, o littoral pernambucano. Dos pontos extremos a que chegou a influencia de Pernambuco podemos indicar Lavras, em cujas cercanias estava a fazenda do Juiz, pertencente ao mosteiro de S. Bento de Olinda, e Sobral, na ribeira do Acaracú. Ligando-se Sobral mais tarde ás terras

do Parnahyba, tornou-se viagem facil relativamente vir do Maranhão a Pernambuco pelo caminho indicado. »

A leitura deste artigo provocou da parte do illustre e mallogrado pernambucano Annibal Falcão a seguinte carta, até hoje inedita, e que é um complemento ao mesmo artigo :

Pariz, domingo 15 de Outubro de 1899.
1, rue Merlon (Avenue Marceau)

Meu caro Capistrano, — aproveito estes momentos de repouso, a que me obrigam a doença e a necessidade de dar outro alimento á cabeça, para escrever-te d'um artigo que li no *Jornal do Commercio* acerca do povoamento do Brasil. Não julgo que seja teo o trabalho, mas é evidentemente inspirado nos teos estudos, de que em conversa me déste noticia.

Na publicação a que alludo são accusados os Pernambucanos de não haverem completado o *reconhecimento* de sua terra.

O facto é incontroversivel, mas a inculpação immerecida. Sobretudo quando se enaltecem os meritos dos Paulistas.

Não haverá n'isso resquicios da ingratidão dos Cearenses para comnósco ? De tua provincia raros representantes d'algumas excepcionaes familias se mostraram, por actos politicos, ligados aos Pernambucanos ; a essa solidariedade parece agora attribuir-se á communhão no odio ao poder adverso.

D'onde vem esse sentimento hostil ? Provavelmente da preponderancia ethnologica do cabôclo.

Digo ethnologica justamente porque a influencia sociologica dos antigos incolas do Brasil foi quasi nulla na constituição de nossa nacionalidade.

Pódes procurá-la por toda a parte, e em nenhuma lograrás achá-la.— No indianismo litterario ?—Mas é, em Alencar, seo grande representante, um producto d'imitação de que foram modelos Fenémore Cooper e Chateaubriand. Em Gonçalves Dias — mulato — é pura erudição. Esse grande poeta devera ter cantado os negros, cujos ternos sentimentos revelou em formas eruditas.

Antes d'esses, que são o autor do *Caramurú* e Basilio da Gama ? Artifices... estrangeiros.

O Cearense ficou desconfiado por ser da insociavel raça do

Floriano; ao passo que o Pernambucano fez triumphar na *Terra Papagallorum* a missão dos Portuguezes.

Tu que deves ser o historiador da *Fundação do Brasil*, ouve estas razões que te vou dizer.

Os Pernambucanos não *esculdrinharam* o paiz em cuja orla maritima elegeram sua habitação, por muitos motivos dos quaes descobriste um: a innavegabilidade dos rios (salvo—e ainda assim!—o San Francisco) pelos quaes deveriam subir ao sertão. Os outros motivos—muito mais importantes—podem resumir-se no seguinte: elles tinham cousa mais importante a fazer, que era, após se terem estabelecido em pontos que lhes pareceram favoraveis, e depois de haverem perlustrado o littoral vizinho, defender as suas posições.

Só isto lhes custou esforço meritorio de grande reconhecimento nosso. Mas muitissimo beneficio nos deram maior que esse: o da prompta constituição de uma nova Patria—a nossa. Tudo elles da Europa transportaram ás regiões vizinhas de Iguarassú, e defenderam-no com heroismo: costumes, leis, industria, litteratura scientifica e poetica,—o conjuncto, emfim, da mais adiantada civilisação do mundo actual.

Que fizeram teos Paulistas?

Em primeiro logar, porque eram já habitadores do sertão, não tinham que lutar com os fortes competidores europeus; em segundo logar, descobriram apenas o que se lhes deparou na sua caçada aos indios para a exploração do ouro. N'isto não os guiava o primeiro impulso d'um brasileirismo expontaneo: a cobiça devastou-lhes terras cujos incolas elles exterminaram pelo arcabuz ou pelo captiveiro.

Ainda que eu pudesse demonstrar estas affirmativas, nem tenho tempo de o fazer, nem tu de tal precisas. Mas, Capistrano de Abreu, historiador do Brasil, carece de justiça e de verdade. Que o Tieté não se lhe represente melhor do que é e, sobretudo, foi: o rio da escravidão dos indios; está muito longe de haver sido o Nilo, em cujas margens se fundou a nossa civilisação.

....

Teo velho amigo,

ANNIBAL.

REVISTA

DO

Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano

Vol. XII Dezembro de 1905 N°. 66

EXPLORAÇÕES

Geographicas e Geologicas

PELO

ENGENHEIRO DE MINAS

Louis Lombard

Exploração da parte sul de Pernambuco, entre Palmares e Bom Conselho

I

PARTE GEOGRAPHICA

De 9 de Janeiro a 16 de Fevereiro ultimo, explorei a parte sul do Estado, entre a Estrada de Ferro Sul de Pernambuco e a divisa com o Estado de Alagôas, desde Palmares até Bom Conselho. Depois de percorrer a estrada de Garanhuns a Bom Conselho, passei por Garanhuns, Serrinha, Gigante, S. Pedro, Bom Conselho, Correntes, Palmeira de Garanhuns e Angelim. Explorei ainda o leito da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco no trecho de Garanhuns a Glycerio e o trecho de Glycerio a Barra do Canhoto, da Estrada de Ferro Norte Alagoana, tendo explorado desse modo um percurso de 300 kilometros, approximadamente. O mappa junto a este relato-

rio representa as partes dos municipios de Garanhuns, Bom Conselho e Correntes que me foi possivel observar mais detidamente sob o ponto de vista geographico.

Essa região é occupada pela vertente sul do planalto de Garanhuns, o qual termina a sudoéste pelo massiço elevado da Serra do Gigante, cujos picos mais altos devem attingir mil duzentos a mil tresentos metros de altitude. A' extremidade norte da serra está situada a povoação de Serrinha, a 26 kilometros de Garanhuns. A vertente sul da serra abaixa-se rapidamente até á altitude de 450 metros, formando uma encosta ingreme, cortada por valles estreitos e fundos.

A descida da serra do Gigante e a passagem das serras dos Fojos, perto de Garanhuns, são as duas principaes difficuldades a vencer para construir a Estrada de Ferro de Garanhuns a Aguas Bellas.

Da serra do Gigante nascem muitos riachos, formando um delles o rio Parahyba, do qual é affluente o riacho Secco. Erradamente vê-se representado na Carta Chorographica do Estado o riacho Secco como nascente do rio Parahyba, quando são pelo contrario dois rios distinctos até aos limites com o Estado de Alagôas.

Alguns desses riachos não seccam completamente durante o verão, conservando assim os valles uma certa humidade que os torna mais ferteis.

Nas partes altas, a vegetação é a do agreste e nas encostas apparecem algumas mattas importantes, d'onde se tiram muitas parasitas, exportadas para o extrangeiro. Cultiva-se especialmente o fumo, a mandioca e os cereaes.

A povoação de Gigante, a 24 kilometros de Serrinha, está no seu primeiro periodo de existencia; consta apenas de uma pequena egreja, novamente construida e de algumas casas cobertas de palha. Ahi passa a estrada de rodagem mais seguida de Garanhuns a Aguas Bellas.

Essa povoação, com a de Serrinha, melhorará muito com a passagem proxima da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, que a ambas trará facilidade nos transportes e meios para o desenvolvimento da lavoura.

Um dos contrafortes da serra do Gigante prolonga-se na direcção do sul em uma cordilheira baixa, que passa entre S.

Pedro e Bom Conselho com o nome de Serra de Bom Conselho, unindo-se no Estado de Alagôas com a Serra de Palmeira dos Indios. A oéste dessa cordilheira estende-se até á serra da Travessada um *raso de catinga* de 7 a 8 leguas de extensão.

Bom Conselho, a 47 kilometros a sudoeste de Garanhuns e a 636 metros acima do mar, é uma das mais importantes villas do sul de Pernambuco. Sua posição na Carta Chorographica de Pernambuco está completamente errada, devendo ser representada muito mais para léste.

O clima é dos melhores; assimilha-se ao de Garanhuns, sendo mais quente um pouco por causa da altitude inferior de 200 metros a de Garanhuns, e por ser a villa protegida dos ventos do S—E pelo taboleiro de Bom Conselho. A villa é construida ao pé desse taboleiro, sendo abastecida d'agua pela nascente do rio Papacacinha, affluente do rio Parahyba. Das vertentes éste e sudéste do taboleiro de Bom Conselho nascem varios riachos, cujas aguas constantes, mesmo no verão, fertilizam especialmente essa parte do municipio, toda ella coberta de mattas onde se cultiva principalmente a canna, o fumo, cereaes, e actualmente o café.

A léste e a sudoéste estão as zonas de catinga, reservadas para a criação do gado bovino, ovelhum, cabrum e cavallar, e para o plantio do algodão.

Na extremidade sul da serra do Leão observa-se uma cachoeira do rio Salgadinho, vertical de 180 a 200 metros de altura, que deve produzir um effeito imponente no inverno, na epocha das enchentes.

De Bom Conselho a Correntes margêa-se o rio Caborge, cujas aguas no verão são devidamente utilizadas para as plantações e fazem desse valle um dos mais ferteis do municipio. A 15 kilometros de Bom Conselho, o rio Caborge lança-se no rio Parahyba, proximo a Barra do Brejo, logarejo onde se encontra uma egreja e algumas casas.

Atravessa-se a 27 kilometros o riacho Secco e depois uma zona de catinga, entrando-se em seguida proximo a Lagôa Grande, nas vertentes do rio Mandahú.

Correntes a 63 kilometros de Bom Conselho, é construida na confluencia do rio Correntes com o rio Mandahú. Ao sul

ergue-se a serra do Cavalleiro, que limita o horizonte e divide o Estado de Pernambuco do de Alagôas. Na serra do Cavalleiro nasce o rio Correntes, cujas aguas são abundantes e a partir de sua confluencia com o rie Mandahú, este não secca mais durante o verão. Por causa disso tornam-se uberrimos os valles desses dois rios e a essa humidade devem-se as abundantes mattas virgens da serra do Cavalleiro, assim como a fertilidade de toda a parte éste e sudéste do municipio; de modo que os municipios de Correntes e de Bom Conselho constituem a extremidade oéste da zona de matta que occupa toda a parte sul do Estado de Pernambuco.

As culturas principaes a que se dedicam os lavradores são as do fumo, cana, mandioca, cereaes e a do algodão. Ha grande numero de engenhos para a moagem da cana; mas esta industria ahi não está mais desenvolvida devido á falta de meios rapidos de transporte. Essa zona, como a do valle Pirangy, será uma das melhores para a plantação da cana quando fôr atravessada por uma via-ferrea. Em vesperas de ver esse melhoramento realizar-se, tiveram de perder suas esperanças com a suspensão dos trabalhos da construcção do ramal de Barra do Canhôto a Bom Conselho.

Não ha duvida, que se essa estrada introduzia o melhoramento almejado, chamava para o Estado de Alagôas parte do commercio que legitimamente pertence a Pernambuco. Mas, reconhecida, como está, a necessidade de uma estrada de ferro nessa região, sendo aquelles trabalhos suspensos, o Estado não deixará de promover outros meios que satisfaçam da mesma fórma os interesses de uma zona capaz de lhe trazer, em curto prazo, um accressimo consideravel de prosperidade num de seus elementos principaes de riqueza, a producção do assucar.

As plantações do café crescem cada dia nesses municipios, por causa das condições climatologicas analogas ás das zonas cafeeiras do sul; mas só terão grande desenvolvimento quando o commercio desse genero fôr facilitado por meios sufficientes e rapidos de transporte.

De Correntes a Palmeiras de Garanhuns são 24 kilometros, passando pelo logarejo de Areias. A mesma vegetação da matta conserva-se até á encosta do planalto de Garanhuns.

Galga-se este suavemente de Palmeiras a Angelim, a 20 kilometros de distancia, substituindo-se insensivelmente ás mattas a vegetação do agreste.

II

PARTE MINERALOGICA

Se a zona que acabo de descrever, se offerece como tendo um grande futuro agricola, o mesmo não acontece ao ponto de vista mineralogico. Os terrenos, que a constituem, pertencem á parte inferior do terreno primitivo, representado ahi pelo gneiss em contacto com o granito. Os micaschistos são escassos e só os encontrei no rio Salgadinho, onde, pelo seu *facies*, se assimilham a um gneiss pobre em feldspatho. O gneiss e o granito confundem-se sem mostrar a passagem nitida de uma rocha para outra. Os afflloramentos de rochas eruptivas mais modernas e basicas são raros e os levantamentos das camadas de gneiss deram-se por erupções de granito e talvez de granolite. Não tive occasião de encontrar amostras bem caracterizadas desta rocha ; mas, por estudos petrographicos acurados, reconhecer-se-ia melhor a sua existencia. Taes são os factos que se observam.

Os conhecimentos que temos sobre a formação das jazidas mineraes mostram-nos as rochas acidas, como os granitos, carregando, no seu periodo de formação, os metaes facilmente oxydaveis no estado de silicates das bases alcalinas, alcalinaterrosas e ferrosas, por causa do excesso do oxygenio e de silica que ellas contêm.

Os outros gazes mineralizadores, como o chlore e o fluor, accarretam somente os metaes que têm affinidades especiaes com elles, como o estanho e o ouro, depositando-os na rocha mesmo, ou perto d'ella. Quanto aos outros metaes, suas affinidades chimicas concentram-n'os nas rochas basicas, e já se viu que estas fazem falta, na região que explorei. E' essa a repartição das jazidas mineraes primitivas que se tem observado nas rochas eruptivas.

Ha outra categoria de jazidas que poderia encontrar-se : a dos veieiros, formadas pelo enchimento das aguas minera-

lizadas superficiaes, ou sub-terraneas, que vieram depositar nas fendas, fracturas, ou cavidades de qualquer especie, occasionadas pelas deslocações da crosta terrestre, os saes mineraes que carregavam.

A falta de emissões mineraes primitivas, onde essas aguas podessem mineralizar-se, havia de produzir tambem escassez de depositos em veieiros.

Demais, nessa zona, embora bastante accidentada, as forças orogenicas que levantaram as camadas de gneiss, não mostram ter sido violentas, por causa da epocha em que se produziu esse levantamento e pela extenção do phenomeno que alcançou toda a região, como o indica a direcção constante das camadas que é do N. 100° a 110° E. Tambem deslocações ulteriores a essas não parece se terem produzido para abrir novas fendas e permittir a formação de outros veieiros. Os unicos mineraes, cuja existencia se pode prever na zona que explorei, são, por conseguinte, os de estanho e de ouro.

Porém, até hoje, não ha nenhuma tradição digna de fé que reze terem-se encontrado esses mineraes ; portanto, se elles existem, o numero de suas jazidas é muito limitado. E' verdade que a vegetação luxuriante da zona da matta occulta as pesquizas e as observações á mor parte do terreno e que, sendo este descoberto por qualquer circumstancia, no futuro poderá descobrir-se alguma jazida, da qual hoje não podemos nem suppôr a existencia, quer desses metaes preciosos, quer de outros mineraes compostos, como kaolim, marmores cipolinos, etc., cuja formação é sempre accidental.

No alto da serra do Gigante, os habitantes do logar descobriram, ha alguns annos, uma resina mineral que se encontra na terra vegetal revolvida constantemente nas plantações. Essa resina é amarella, côr de ambar, quebradiça e queima com uma chamma clara e fuliginosa, espalhando um cheiro analogo ao de gazes carburados. Encontra-se ella em bolas redondas, isoladas, algumas das quaes attinguem o tamanho de um ovo, tendo a forma de uma gotta d'agua. Julgo serem resinas caídas de algumas especies resinosas de vegetaes hoje desapparecidos.

Em Bom Conselho, algumas pessôas da localidade, tendo encontrado perto da villa, no riacho da Mariana, algumas pe-

dras de aspecto metallico, fundiram-n'as e dizem ter assim obtido uma massa similhante ao cobre. Esse facto motivou um artigo na imprensa, onde se annunciava a descoberta de uma mina de cobre em Bom Conselho.

Levado ao logar por varias pessôas, uma das quaes tinha assistido a tal experiencia, não vi possibilidade de ahi existir qualquer minerio de cobre.

Vi somente granitos identicos a todos os outros dessa região, sem nenhuma apparencia de veieiro nem de qualquer jazida mineral. Se realmente se obteve cobre na experiencia que foi feita, o facto só póde ser explicado pela presença casual nas areias experimentadas de algum crystal dos mineraes accessorios, pyrites de ferro ou de cobre, etc., que acompanham sempre as rochas eruptivas.

Após diversas tentativas, cheguei á serra dos Bois, a 3 kilometros de distancia da estação de Agua Branca, logar indicado como tendo minerio de ferro pelo engenheiro Coutinho, no seu relatorio sobre a exploração do traçado da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.

Pelo caminho que vae á serra acham-se com effeito alguns seixos ferruginosos esparsos; mas a serra mesma e os morros vizinhos são formados por granitos ou gneiss decompostos e argillas, provindo da decomposição desses terrenos. Será por causa desses seixos ferruginosos, cuja formação é toda superficial, que esse engenheiro desconfiou da existencia de alguma jazida de ferro na vizinhança, ou nas picadas que fazia para a exploração da linha; teria elle encontrado outros indicios mais bem caracterizados da presença do ferro?

Hoje, naturalmente, essas picadas não existem mais e para explorar de novo os mesmos logares seria preciso pôr fogo aos mattos que cobrem a serra, occasionando assim avultado prejuizo aos proprietarios dessas terras. Mas, em compensação, temos o leito da estrada de ferro, que constitue um verdadeiro corte geologico, pelo qual se pode estudar muito bem a composição do terreno, e nelle não se encontra nenhum indicio de jazidas de ferro.

Em resumo, a zona que acabo de percorrer é similhante a muitas outras do Brasil, já exploradas e conhecidas como sendo pouco mineralizadas. Sab o ponto de vista scientifico sua

importancia é outra e os estudos geologicos que se fizerem, quaesquer que sejam, coadjuvarão sempre para o conhecimento exacto da composição do solo, auxiliando assim as pesquizas industriaes.

Recife, 7 de Março de 1896.

L. LOMBARD.

Exploração mineralogica de Garanhuns a Buique e da zona salitrosa de Buique

I

PARTE GEOGRAPHICA

Vae-se hoje de Garanhuns a Buique por diversos caminhos: um delles, o mais conhecido, passa pelo logarejo de Santo Antonio; outro, ao sul do precedente, passa pelos logarejos do Mocó e do Amaro. Tomei este e pela indicação do podometro a distancia é de 117 kilometros, o que corresponde, mais ou menos, á avaliação de 24 leguas, (*) feita pelos viajantes.

A cidade de Garanhuns é situada á nascente do rio Mandahú, sobre o planalto de Garanhuns, numa altitude conhecida de 845 metros.

Indo para Buique, a 6 kilometros de distancia, encontra-se a pequena serra de Fojos, a qual divide as aguas do rio Mandahú das do rio Parahyba.

Atravessa-se este no logarejo do Mocó, a 18 kilometros e na altitude de 840 metros.

A partir do Mocó, o caminho segue na direcção de O. N. O. pelo planalto afóra, até á serra de S. José, onde termina a 49 kilometros de Garanhuns.

(*) A legua aqui conhecida é de 21 leguas ao gráo ou 5,285 metros, ou 2,400 braças.

A altitude mais elevada que observei foi de 1,000 metros, no logar chamado Poço, que é procurado pelos viajantes como ponto de descanço por causa de um poço d'agua que ahi existe. Depois desce-se o planalto por uma ladeira ingreme e pedregosa, passando-se numa distancia de menos de 9 kilometros, da altitude de 1,000 metros a de 550 metros ao pé da serra de S. José.

A vegetação que cresce sobre o planalto é a do agreste, caracterizada por capoeiras baixas e fechadas, cujas arvores não excedem a 2 ou 3 metros de altura. O solo do agreste fornece abundantemente fumo, cereaes, legumes, canas, nas partes baixas e humidas, e um pouco de algodão. Iniciou-se ha poucos annos o plantio do café, que cresce com vantagem no fundo dos valles. Se me fosse permittido dar algum conselho aos agricultores para a escolha do logar mais proprio para as plantações, indicava os valles dirigidos de léste para oéste ou para sudoéste, inclinados para oéste ou para sudéste e expostos ao sol do poente a partir das 10 horas da manhã. Pela sua posição esses valles acham-se protegidos naturalmente dos ventos E—S—E. e N—E., que sopram diariamente e com violencia em todo o planalto de Garanhuns a partir das 5 horas da tarde até ás 8 ou 9 horas do dia seguinte, os quaes serão sempre prejudiciaes á florescencia da planta.

Como exemplo de logares que se acham em bôas condições, citarei os valles mais fundos dos affluentes da margem esquerda dos rios Mandahú e Parahyba.

Do planalto de Garanhuns á serra do Buique atravessa-se a bacia do rio Ypanema, quasi plana, de uma altitude média de 500 metros, cujo principal affluente, que encontrei, é o rio Cordeiro, que nasce na serra da Papagaio.

Na beira do rto Ypanema acha-se o logarejo do Amaro, digno de nota por possuir uma feira.

Na bacia do rio Ypanema desenvolve-se a vegetação toda especial da —Catinga,— caracterizada pela abundancia dos cactus, mandacarú, chique-chique, quipá, etc., e por uma arvore chamada catinga, cuja folha é venenosa para o gado. Na Catinga crescem grandes arvores, mas espaçadamente, sem formar mattas fechadas como na região da matta. As qualidades principaes mais abundantes são o páo-ferro, a aroeira do

sertão, etc., tão procuradas na industria e para dormentes das estradas de ferro.

O ouricury, o cajueiro, o umbuzeiro, etc., são nativos e produzem fructos que servem para alimentação dos sertanejos. Com a folha do ouricury fazem-se esteiras, chapéos e outros tecidos. O *caroatá*, chamado vulgarmente *caroá* ou *croá*, é uma especie de bromeliacea, cuja folha possue um tecido textil explorado para fazer cordas de excellente qualidade.

A cultura mais importante na bacia do rio Ypanema é a do algodão, cuja exportação se faz por Garanhuns.

Planta-se egualmente o fumo, legumes e cereaes necessarios para o consumo e tambem alguma cana que se cultiva nos brejos. Cria-se muito bode e o gado vaccum.

Do Amaro á villa de Buique são 27 kilometros, sendo os 6 ultimos empregados a subir a serra do Buique. A villa é edificada no alto da serra; esta forma ahi um planalto na altitude de 830 metros, inteiramente semelhante ao de Garanhuns. Um facto que tenho observado varias vezes é que a vegetação especial da catinga acaba sempre entre 780 metros de altitude, sendo substituida d'ahi para cima pela do agreste.

O clima de Buique é um pouco mais quente e mais constante que o de Garanhuns. Os ventos mais frequentes de léste, estorvados pelo planalto de Garanhuns, chegam amortecidos á serra de Buique e produzem variações menores de temperatura. Em Buique observei a temperatura média de 23°, sendo 21° e 25° os extremos, emquanto que em Garanhuns obtive a média de 22°, sendo 19° e 27° os extremos. As observações do engenheiro Dombre, feitas em 1874, no mez de Dezembro, dão tambem para Garanhuns a temperatura média de 22°,1, com minima e maxima de 19° e 26°.

Esses resultados devem ser considerados somente como indicações provisorias, apezar de sua concordancia, porque o estudo do clima de um paiz necessita series de observações, feitas durante muitos annos, para que se possam tirar conclusões definitivas.

A noroéste de Buique ergue-se um massiço montanhoso em fórma de triangulo, limitando ao N—O. pelo riacho do Mel, a léste e ao sul por dois riachos secundarios, que nascem perto da villa, e correm, um para o norte até ao riacho do Mel,

outro para léste até ao rio Moxotó ; este fórma a lagôa do Puiú, que dista 40 kilometros de Buique.

Nesse massiço distinguem-se as serras do Coqueiro e a de S. José, que acabam repentinamente a léste, em toda a sua extensão, em um paredão vertical de 220 metros de altura e de mais de 20 kilometros de comprimento, desde a ponta sul da serra dos Coqueiros até aos Tres Irmãos.

Subi, não sem difficuldades, num dos picos mais altos da serra de S. José, *Cabêço dos Côcos*, e notei a altitude de 950 metros.

Grandes córtes, em fórma de meia lua, rompem ás vezes, a continuação desse paredão gigantesco, e constituem uns immensos circos chamados «Saccos». O sacco mais importante, é o do Brejo, cujo diametro interior é de mais de 6 kilometros ; divide-se em 3 saccos secundarios, o da Pingadeira, o do Caiano e o dos Côcos.

O sacco do Brejo chama a attenção dos exploradores pelo seu aspecto pittoresco e por ser um dos pontos onde mais se encontra o salitre.

As serras do Catimbáo e do Quiry d'Alho podem ser consideradas como a continuação para oéste da serra de S. José. Da mesma fórma acabam bruscamente ao sul, em um outro paredão vertical ; porém, menos importante do que a de S. José, que vae abaixando-se, pouco e pouco, até extinguir-se no Brejo Pioré.

Todas essas serras se reunem na parte superior, em um extenso planalto, que vae inclinando-se gradualmente a N--O. até ao riacho do Mel. De superficie superior a 2,500 metros quadrados, esse planalto immenso é coberto pelo agreste, completamente despovoado e inculto, devido á falta d'agua.

Alguns picos isolados, como os Tres Irmãos, a serra da Andorinha e a do Chapéo, completam a orographia dessa zona.

II

PARTE MINERALOGICA

Gneiss e *Granito*.—Nos arredores de Garanhuns, o solo é coberto por uma camada de arêa e argilla muito espessa, que

não permitte julgar qual a natureza da rocha. Mas, se se prolongarem as explorações até aos logarejos do Mocó e do Brejão, encontram-se, aqui ou acolá, alguns afflorameutos de granito gneissico e de gneiss, que não deixam nenhuma duvida sobre a composição do planalto, formando rochas.

Sendo os afflorameutos de pequena extensão, é difficil observar qual é a orientacão da rocha ; porém, nota-se uma certa direcção E—O. dos elementos.

A parte mais superficial do solo é exclusivamente arenosa ; logo abaixo encontra-se argilla, que se torna visivel nos valles ; esta é utilizada, em varios logares, para fazer tijolos e telhas, em geral de bôa qualidade.

Muitas dessas argillas prestar-se-iam ao fabrico mechanico, por meio de machinas apropriadas, da telha franceza e dos tijolos, em grande escala.

Num dos valles da serra dos Fojos encontrei uma argilla branca ; mas não se pode dizer ao certo, sem fazer alguns ensaios chimicos, se é kaolina ou simplesmente uma agglomeração, menos importante, de steatite. Porém, essa argilla contém, misturada com a massa, uma quantidade consideravel de grãos finos de quartzo, que a inutilizam industrialmente, sendo mesmo kaolim.

Na mesma serra dos Fojos, indicaram-me tambem a presença de um minerio de prata. O aspecto exterior do terreno não me forneceu nenhum elemento para suppôr, á primeira vista, que nesse logar existisse esse mineral.

Apanhei e guardei, das mesmas arêas, cuja analyse dizem ter revelado a prata, e só poderei emittir alguma opinião a respeito, depois de ter feito, eu mesmo, a analyse dessas arêas.

De Garanhuns até á serra de S. José, encontra-se sempre o mesmo terreno arenoso, mostrando de distancia em distancia, afflorameutos de gneiss e de granito gneissico. A rocha é muito visivel na descida da serra de S. José, onde se pode observar, á vontade, a extractificação peculiar do gneiss.

A orientação da rocha é ahi de S—85°—E, com um levantamento de 20° para N—E.

Na bacia do rio Ypanema a rocha torna-se mais granitica.

Perto do rio Cordeiro, atravessei um dique de diabase, cuja extensão não pude avaliar.

A serra de Buique é formada por um levantamento granitico, visivel em toda a vertente S—E, tendo a direcção média de N—80°—E. Esse granito é de gráo regular, com mica preta, pouco abundante; é avermelhado, devido á côr rosada do feldspatho, que dá á pedra um bonito aspecto. As vezes desapparece a mica, e os crystaes de quartzo e de feldspatho são particularmente desenvolvidos.

Esse granito pode fornecer uma excellente e bonita pedra de construcção.

Nessa vertente S—E da serra, existem varios logares com jazidas de calcareos, que têm sido exploradas para fazer cal. Não tive occasião de visital-as ainda; mas pelas amostras que obtive, não ha duvida que esses calcareos possam fornecer excellente cal.

Não deixarei, em tempo opportuno, de estudar e analysar esses calcareos, que julgo terem uma grande importancia no futuro desenvolvimento industrial dessa zona.

Gres.—O massiço montanhoso representado a noroéste de Buique, no mappa junto, é formado exclusivamente de gres, cujas camadas foram levantadas de 10° a 16° para S—E, pelo levantamento granitico da serra de Buique.

A direcção geral das camadas é de N—80°—E, e descançam sobre o granito gneissico, visivel no riacho Mimoso, entre a serra de S. José e a da Andorinha.

Já disse como esse massiço forma as serras do Coqueiro de S. José, do Catimbáo, do Quiry d'Alho e a parte superior do planalto de Buique. As serras da Andorinha e do Chapéo, são formadas egualmente pelo mesmo gres, em condições identicas.

Em epochas geologicas, anteriores á nossa, esse gres teve, por conseguinte, uma extensão muito maior que a de hoje. Por causa de seu estado friavel, as chuvas torrenciaes da epocha quaternaria solcaram esse possante deposito de gres, em diversos sentidos, resultando dessas erosões o relêvo actual do solo.

Assim se formou o valle do riacho Mimoso, deixando de um lado os picos isolados da Andorinha e do Chapéo, do outro

lado o grande paredão, já descripto, cuja formação é similhante a dos «canons» do Colorado.

O ponto mais conveniente para o estudo da composição desse deposito de gres, é o sacco do Brejo. Ahi se observa que elle é formado por uma serie de camadas superpostas, de differentes espessuras, desde 20 a 30 centimetros, até alguns metros. A rocha é em geral friavel, por ser o resultado da agglutinação de grãos finos de quartzo, os quaes se separam, com facilidade, uns dos outros, pela pressão dos dedos.

Na parte inferior do paredão, numa altura de 20 a 30 metros, o gres é impregnado de oxido de ferro vermelho, e, quando se esmaga com os dedos um pedaço da rocha, estes ficam manchados, por uma bonita côr rôxa.

Por lavagens apropriadas, tirar-se-ia uma bôa ocra rôxa (rôxo rei).

Essa parte ferruginosa do gres forma uma cinta vermelha, continua na base do paredão, em toda a sua extensão.

Algumas camadas offerecem uma cohesão mais forte e, quando o grão é fino, fornecem uma bôa pedra de amolar.

Encontram-se ainda no gres seixos pequenos e rolados, de quartzo, que indicam sua origem sedimentaria; algumas manchas pequenas, brancas, de feldspatho decomposto, assim como palhetas finissimas de mica branca, mostrando que provêm da decomposição de terrenos graniticos.

Acima da cinta vermelha, o gres é completamente branco e mais friavel ainda.

Devido a isso, as aguas das chuvas desagregam a rocha, aos poucos, cavando-a e deixando-a á vontade da natureza, uma serie de pontas mais duras da rocha, que tomam todas as figuras phantasticas, que a imaginação dos viajantes lhes quer dar, mas que offerecem, sem duvida nenhuma, um aspecto pittoresco dos mais agradaveis.

Sal.—Algumas camadas de gres são salgadas. O sal é revelado pelo sabor e por algumas afflorescencias visiveis na superficie da rocha. A sua porcentagem, embora não possa indical-a ao certo, sem analyse, é pequena. Percorri a pé, quasi todo o paredão, das serras do Coqueiro e de S. José, e em parte alguma encontrei camadas unicamente compostas de sal. As camadas salgadas são repartidas, desegualmente, pelo pa-

redão, deixando ás vezes, entre si, grandes espessuras de gres, que não apresentam indicios de sal.

Este deve ser considerado como sendo sal gemma, ou sal marinho? O modo pelo qual se apresenta, faz-me suppôr que é sal marinho depositado nos interticios da gres, por evaporações successivas dos mares da epocha primitiva ou precambriana, nas quaes se depositou o gres. Uma analyse rigorosa, permitte differençar o sal marinho do sal gemma, e portanto, esclarece esse ponto. Seja qual fôr a origem, a esse sal deve-se a formação do salitre.

Devido á humidade da noite e a evaporação diaria consecutiva, o sal é trazido do interior da rocha e depositado na superficie, onde se concentra em efflorescencias brancas, apanhadas pelos habitantes do logar, raspando-se a pedra com um instrumento de ferro qualquer. A terra salgada, assim recolhida, é lavada com agua quente; depois de apurada, a terra da lavagem, sendo evaporada, deixa depositar o sal.

Por esse processo, os sertanejos obtêm o sal de que precisam, para seu uso domestico. Porém, elles não consideram isso como uma industria lucrativa, porque o resultado mal compensa o trabalho a que se dão.

A extracção industrial do sal faz-se na lagôa do Puiú, que dista 40 kilometros a oéste da villa de Buique. As aguas das chuvas, que caem na vertente sul das serras do Catimbáo e do Quiry d'Alho, reunem-se no riacho que corre parallelamente a essas serras e formam a lagôa do Puiú.

Mas, essas aguas, passando sobre numerosas camadas salgadas de gres, dissolvem parte do sal, tornando salubre a lagôa.

Quando cheia, a lagôa tem uma extensão de 1,500 metros, com uma largura média de 200 metros. No tempo da secca, a agua evapora-se, deixando nas beiras massas crystalinas brancas de sal, explorado com proveito pelos moradores da vizinhança.

Diz-se que a lagôa nunca sangrou, mesmo nos invernos mais chuvosos. Explica-se isso facilmente, visto, no logar da vasante natural da lagôa, haver uma pequena elevação de terreno, de 2 a 3 metros de altura, que constitue um verdadeiro açude; quando, pelo contrario, do lado opposto, o terreno é plano, numa grande extensão.

Quando chove, as aguas empoçadas na lagôa espalham-se, riacho acima e sendo grande a capacidade do valle, este pode contel-as sem que a lagôa sangre.

Tambem a lagôa é raro seccar completamente, salvo depois de alguns annos consecutivos de secca, como já tem acontecido.

Na margem direita da lagôa existem diversas fontes de agua dôce, em contacto com a agua salôbra.

Esse facto não é tão extraordinario, como parece.

Como já expliquei, existem camadas importantes de gres, que não têm sal algum; brotando uma fonte d'uma dessas camadas, a agua que sair será perfeitamente dôce, se não atravessar no seu percurso camadas salgadas. Esses olhos d'agua dôce compensam, em parte, a evaporação solar diaria, que é consideravel, e contribuem para que a lagôa fique raramente secca.

O sal e a agua salgada, deixados pela retirada d'agua, são apanhados e submettidos a um processo de lavagem, para extrahir o sal. Esse processo consiste numa lixiviação, que os sertanejos chamam «*Distillação*» e numa evaporação, acompanhada por uma apuração grosseira, chamada «*apuração*». A terra recolhida, se fôr muito argillosa, é misturada com arêa, para tornal-a mais porosa e depois lavada, com agua quente, num côcho de madeira, com dois ou tres furos na parte inferior; quando se julga que todo o sal se dissolveu, as aguas da lavagem são reunidas num tacho de ferro e evaporadas, tirando-se as impurezas com uma espumadeira. O sal deposita-se em bonitos crystaes brancos, levemente amarellados, por causa de algumas impurezas que ainda contem, sendo depois vendido.

Pelo riacho a baixo existem varias salinas, d'onde os sertanejos tiram sal, pelo mesmo processo, aproveitando as terras salgadas do riacho.

O commercio principal do sal faz-se nas feiras de Buique, onde chega a ser vendido a 200 réis a cuia, quando ha abundancia. Todo o sertão de Buique acha-se assim abastecido, ao ponto de não necessitar nenhuma importação desse genero. E', por conseguinte, uma riqueza para o municipio, possuir no seu seio, e por preço minimo, um dos generos mais indis-

pensaveis ao consumo e á criação, achando-se desse modo livre das difficuldades inherentes á importação.

Essa pequena industria é digna do maior interesse e desenvolver-se-ia melhor ainda, se tivesse na zona outros meios de transporte. Porém, as jazidas de sal não têm importancia sufficiente, para que seja permittido pensar em transformal-as numa grande industria de exportação.

A porcentagem do sal, nas camadas de gres, é pequena, tanto que, somente depois que as chuvas fazem um primeiro trabalho de concentração, é que o sal se torna exploravel, no fundo dos riachos. Quanto á lagôa, sua capacidade é muito diminuta, para exploral-a em grande escala.

Para uma producção continua e menos trabalhosa do que existe, será vantajoso limitar-se ao que se faz nas salinas da beira-mar, submettendo directamente á evaporação solar a agua salgada da lagôa, em largas e pouco fundas cubas de madeira. Sendo muito limpida essa agua, obter-se-ia com menos dispendio e trabalho um sal mais puro, sem gasto algum de combustivel.

Materias organicas.—Pelas diversas cavidades da rocha sae do interior do paredão uma materia organica, preta, chamada vulgarmente bôrra, a qual, pela influencia do calor e da humidade, amollece e escorre sobre as faces inclinadas das pedras, onde sécca.

Numa parede vertical da rocha, como sendo uma exhudação desta, encontrei tambem uma resina secca, quebradiça, amarellada, côr de ambar, que queima, dando uma chamma amarella fuliginosa, sem cheiro especial notavel. Ha relação entre a resina e a bôrra, porque numa amostra, que tive a felicidade de encontrar, se vê a transformação da resina em bôrra preta. Melhor explicar-se-ão esses phenomenos, quando fôr possivel analysal-os.

Seja como fôr, o que parece fóra de duvida, é que o gres contenha materias organicas, hydro-carbonados, ou outras, que passam por uma serie de transformações, sob a influencia dos agentes atmosphericos, cuja presença é patenteada exteriormente pela resina, que encontrei, e a bôrra. Nesse facto vejo um dos elementos indispensaveis á explicação da formação do salitre.

Salitre.—O salitre encontra-se espalhado por toda a cinta vermelha do paredão das serras do Coqueiro e de S. José. Apresenta-se em efflorescencias vermelhas, por causa do oxido de ferro e tambem impregnado no gres.

Os mineiros que costumam tirar o salitre, chamam *Salitre de orelhas* áquelle que tiram das efflorescencias, e *Salitre de córte*, o salitre impregnado no gres, porque, para tiral-o, é preciso cortar a superficie da rocha, com um instrumento de ferro analogo ao machado. Quando não ha oxido de ferro, as efflorescencias são brancas e formam uma camada folheada muito delgada sobre rocha.

De um modo geral, o salitre existe somente na superficie do gres, isto é, nas partes da rocha em contacto com o ar. Ha mais de cincoenta annos que o salitre é conhecido na região e nunca constou que fosse preciso excavar a pedra, para tirar o salitre; a exploração sempre se limitou a uma raspagem superficial. Se fizermos num logar perfeitamente salitroso na superficie, um córte vertical na rocha, numa profundidade de menos de 10 centimetros, o salitre desapparecerá completamente.

Outro facto de facil observação, prova tambem essa formação superficial: Quando o salitre se fórma, crystaliza-se nos intersticios do gres, fazendo o papel de cimento, resultando disso uma crosta superficial dura, especialmente procurada pelos mineiros, como indicio certo da presença do salitre. Se novamente fizermos um córte vertical nessa crosta, numa profundidade de menos de 10 centimetros, ella desapparecerá e encontrar-se-á outra vez o gres friavel sem salitre.

Por conseguinte, o salitre de Buique não é um deposito sedimentario, como geralmente se acredita, mas sim um producto de formação actual, que só pode realizar-se com o auxilio dos agentes atmosphericos, como se dá em todas as nitreiras conhecidas.

P. P.-Deherain, (*) sobre a formação dos nitratos, é muito explicito. Diz elle:

« Desde muitos annos, os numerosos empregos industriaes « dos nitratos têm chamado a attenção dos chimicos sobre o « modo de formação desses saes, os quaes sempre resultam de

(*) Wurtz.—*Dictionaire de Chimie.*

« combinações das forças naturaes sem outra intervenção da « arte a não ser a de favorecer sua acção ou de recolher os pro- « ductos, cuja formação determinaram. »

O Dr. Thiercelin, a respeito da maior jazida de salitre conhecida, a de Tarapaca, no pampa de Tamangal, no Perú, exprime-se do modo seguinte :

« Do exame feito da jazida pode-se concluir que a nitrificação deve ter logar de um modo continuo e dar productos abundantes em virtude das leis da nitrificação.

« 1° Combinação directa dos elementos do ar debaixo de influencias meteorologicas diversas, cujos productos armazenados pela neblina são depositados sobre o solo pelo orvalho ou geada da manhã.

« 2° Combustão lenta das materias organicas, ammoniacaes e ferruginosas enterradas debaixo do sal no meio de uma areia mui permeavel aos gazes atmosphericos e mui favoravel ás reacções determinadas pela accumulação desses gazes.

« Realizando-se constantemente numa superficie de 40 leguas de norte a sul e de 15 leguas de léste a oéste, esses phenomenos devem, por tão fraca que seja a quantidade produzida num só ponto, accumular uma quantidade enorme de salitre, depois de um certo espaço de tempo. Por isso, descobrem-se diariamente novos depositos á medida que se exgotam os que estão sendo explorados ; e como finalmente, a exploração tem limites, sendo ao mesmo tempo continua a producção, pode-se razoavelmente admittir que a extracção annual é largamente compensada pela producção das reacções actuaes. De modo que se acharia em frente de uma fonte inexgotavel, começando no momento em que existiram as condições de producção e continuando emquanto subsistirem os elementos necessarios á sua realização. »

As condições necessarias á nitrificação, isto é, á producção natural dos nitratos são as seguintes :

1ª Presença de bases alcalinas ou terrosas.

2ª Rocha ou meio poroso permeavel ao ar.

3ª Presença de materias organicas.

4ª Ausencia de chuva.

5ª Temperatura constantemente elevada, atmosphera pura e secca durante o dia, humida durante a noite.

O paredão da serra de S. José reune de um modo esplendido e indiscutivel todas essas condições. O sal (NaCl) fornece a base alcalina; o gres é essencialmente ferruginoso e poroso, e dessa propriedade resulta o seu estado friavel; a resina e a bôrra provam bastante a existencia de materias organicas; emfim, durante toda a estação da secca a ausencia de chuvas é completa, a temperatura elevada, a atmosphera pura e secca e as noites humidas, como em toda zona tropical.

Assim, creio ter explicado sufficientemente a razão pela qual a formação do salitre é *superficial*.

Mas, do mesmo modo que em Tarapaca, essa formação realiza-se numa superficie consideravel (trinta kilometros de extensão sobre vinte metros de altura, approximadamente) encontrando-se o salitre de distancia em distancia, nos logares em que se acham reunidas com mais vantagem todas as condições necessarias.

Do mesmo modo ainda que em Tarapaca, o salitre reapparece nos logares onde já foi tirado uma vez, como tive occasião de verificar, achando novamente salitrosos pontos raspados anteriormente. Seria muito interessante saber qual o tempo necessario á reconstituição do salitre; mas, só póde ser determinado por uma exploração de alguns annos.

Em resumo, o salitre existe superficialmente no paredão das serras de S. José do Coqueiro, do Catimbáo e do Quiry d'Alho; num ponto só a quantidade é diminuta, mas a superficie de formação é consideravel, e o salitre reproduz-se nos logares explorados.

Exploração do salitre.— Alguns mineiros exploram o salitre raspando o gres, como já expliquei. Tiram facilmente num dia de tres a quatro arrobas de terra salitrosa e submettem-n'a depois ao tratamento seguinte:

A terra é soccada para desmanchar os pedaços mais grossos e depois lavada com agua fervendo, num côcho identico ao que serve na preparação do sal, até que se julgue não haver mais salitre. Para facilitar a lavagem, muitas vezes, mistura-se a terra com arêa grossa ou carvão. Dissolve-se assim todo o salitre e o sal que o minerio contém. Essa operação é chamada impropriamente «*Distillação*».

Depois, apuram-se as aguas da lavagem num tacho de

ferro montado sobre uma fornalha tosca. Faz-se ferver a agua varias vezes, tirando-se, quanto é possivel, as impurezas com uma espumadeira; quando o liquido toma a consistencia de xarope, o sal, menos soluvel que o salitre, deposita-se no fundo do taxo, em uma bôrra branca ou preta, conforme a natureza das impurezas. Depois da bôrra depositada, filtra-se o liquido quente num coador feito de panno de algodão e resfriando-se, o liquido filtrado deixa depositar o satitre em crystaes brancos. Separam-se estes por decantação e põem-se ao sol para seccar. O liquido decantado contem ainda bastante salitre dissolvido e por nova evaporação torna-se a concentral-o, tirando nova quantidade de salitre. Esta segunda parte da preparação do salitre é chamada «*Apuração*», pelos sertanejos.

A separação do salitre do sal fez-se pela differença de solubilidade desses dois sáes e realmente não ha outro processo de separal-o. Porém, as diversas operações do tratamento, são feitas de um modo por demais rudimentar, para que a separação do sal do salitre seja completa e para que o salitre obtido seja completamente puro.

Ha tambem perdas notaveis de salitre, quer na primeira lavagem incompleta da terra salitrosa, quer na apuração, onde não se aproveita inteiramente a agua de crystalização.

Sendo a sóda do chlorurêto de sóda a base alcalina que serve á nitrificação, supponho que seja *nitrato de sóda* o salitre obtido: o que só por meio de uma analyse poderei verificar. As nitreiras do Perú e do Chile tambem só fornecem nitrato de sóda, sendo este transformado depois em nitrato de potassa, pelo chlorurêto de potassio, quando o salitre é destinado á fabricação da polvora.

Aqui o salitre preparado é directamente empregado a fazer polvora e dizem que esta é de bôa qualidade.

Quantidade do salitre.—Para dar somente uma idéa da importancia da jazida, vou fazer duas hypotheses: a primeira, é que deve ser salitrosa a quarta parte do paredão; a segunda, que as terras salitrosas extrahidas tenham uma porcentagem de vinte por cento. Sendo vinte mil metros o comprimento exploravel do paredão, vinte metros sua a altura, $0^m,10$ a espessura da camada salitrosa, 1,5 a densidade do minerio, e 20

por cento a porcentagem do salitre, a quandidade deste será de:

$$\frac{20000 \times 20 \times 0,10}{4} \times 1,5 \times \frac{20}{100} = 3000 \text{ toneladas.}$$

Tal seria, realizando-se as duas hypotheses que fiz, a quantidade de salitre a extrahir.

Essas hypotheses não constituem elementos seguros sobre os quaes possa basear-me, para estabelecer as condições de futura exploração e processo a seguir.

Será isso assumpto de um relatorio complementar, quando tiver feitos os estudos chimicos necessarios.

Pedra hume.—Em alguns logares, ao lado do salitre, encontram-se effloresceneias de uma massa branca, molle quando humida, com sabor adstringente, chamada vulgarmente «Pedra hume». O sabor e a côr permittem suppôr que é pedra hume; porém, visto o seu estado amorpho, é necessario analysal-a para conhecer, ao certo, sua composição. Em todo caso, sua producção é diminuta e não lhe attribuo nenhuma importancia industrial.

INDUSTRIAS DIVERSAS

Existe em todo o municipio de Buique uma industria textil, embora pouco desenvolvida ainda, mas da qual grande quantidade de familias sertanejas aufere os meios de subsistencia: é a fabricação de cordas.

A planta textil empregada é o «caroatá», mais conhecida pelo nome de *caroá* ou *croá*; é nativa e cresce abundantemente em todo o sertão de Buique, especialmente na catinga.

Os sertanejos cortam as folhas mais compridas da planta e depois de separar á mão o tecido cellular inutil do tecido fibroso, deixam este de molho, alguns dias, para completar a separação.

Por uma exposição ao sol, seccam-se as fibras e estas são depois trançadas em corda, quer á mão, quer por meio de um apparelho, o mais rudimentar possivel, chamado *engenho*, que

consiste apenas em uma manivela fixada numa taboa, para torcer a corda á medida que se ajuntam as fibras umas ás outras.

Por esse simples processo fazem cordas muito procuradas em todo o Estado, pela sua resistencia e preço modico. O municipio de Buique exporta annualmente mais de 50,000 peças de corda.

O caroatá é nativo e cresce com tal abundancia, que não é possivel prever seu exgotamento por maior que seja a sua extracção, quanto mais que nunca se inutiliza a planta, que fornece sempre e continuadamente novas folhas, para serem cortadas. Com um trabalho racional apropriado á fibra, poder-se-ia obter um producto mais aperfeiçoado. Emfim, é sabido que o consumo de cordas é consideravel.

Para desenvolver racionalmente essa industria, preciso fazer algum estudo das propriedades da fibra do caroatá e examinar se se poderá applicar os processos conhecidos na preparação do linho e do canhamo.

Creio, portanto, que essa industria é merecedora da attenção dos poderes administrativos do Estado, porque no seu desenvolvimento vejo uma fonte de renda para o Estado e para a população do sertão.

CONCLUSÃO

No ponto de vista dos mineraes exploraveis, a zona que acabo de explorar no municipio de Buique, contem : o salitre, cuja quantidade é avaliada approximadamente em 3,000 toneladas e juntamente ócas vermelhas e rôxas ; o sal, em quantidade sufficiente para o consumo da população e do gado ; o calcareo, que se tornará exploravel, como o salitre, quando o municipio fôr servido por uma via ferrea.

Além disso, ahi se póde desenvolver com exito uma industria textil das mais lucrativas e até hoje mal apreciada.

Recife, 8 de Janeiro de 1895.—*L. Lombard*, engenheiro de minas e civil.

DO RESGUARDO DO MATADOR

ENTRE OS

TUPIS

Georg Friederici.—Ueber eine als Couvade gedeutete Wieder geburtszerimonie bei den Tupí.— Em *Globus*, Braunschweig, 1906, Vol. LXXXIX, pp. 59—63.

Hans Staden, o excellente observador dos Tupís das vizinhanças do Rio de Janeiro, termina a viva descripção de uma festa de cannibaes com os seguintes periodos:

« Aquelle que pratica a morte ganha ainda um nome, e o rei das cabanas risca-lhe o braço com o dente de um animal feroz. Quando sára, vê-se a marca, e isto é a honra que tem. Depois tem elle, no mesmo dia, de ficar deitado na sua réde e dão-lhe um pequeno arco com uma flecha para passar o tempo atirando em um alvo de cêra. Isto é feito para que os braços não fiquem incertos, do susto de ter matado » (1).

O Sr. Friederici, a quem a ethnologia brasileira já deve tão assignalados serviços, é de parecer que esta explicação do recolhimento do recem-nomeado á rêde e do facto de atirar com

---

(*) *Hans Staden*.—Suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil. Traducção da primeira edição original por Alberto Löfgren, com annotações explicativas de Theodoro Sampaio.—*São Paulo*, 1900, pag. 158.

Vide tambem *Southey*: «History of Brazil» (London, 1822), I, 222, que adhere á concepção de Staden.

um pequeno arco e flecha não tem sentido, e pensa que deve ser repudiada, já porque empresta a um povo de bellicosos caçadores a idéa de que a morte de um inimigo possa causar terror ao vencedor.

Gabriel Soares de Souza, este interprete tão admiravel quão pouco conhecido dos costumes dos mesmos Tupís, nos legou informação circumstanciada da sua cerimonia da renominação (2). Apezar de neste ponto um tanto tortuosa e mal ordenada, a sua linguagem tem sufficiente clareza para apresentar um quadro distincto do acontecimento.

« Costuma-se entre os Tupinambás, que todo aquelle que mata contrario, toma logo nome entre si, mas não o diz senão á seu tempo, que manda fazer grandes vinhos ; e como estão para se poderem beber, tingem-se á vespera á tarde de genipapo, e começam á tarde a cantar, e toda a noite, e depois que tem cantado um grande pedaço, anda toda a gente da aldeia rogando ao matador que diga o nome que tomou, ao que se faz de rogar, e tanto que o diz, se ordenam logo novas cantigas fundadas sobre a morte d'aquelle que morreu, e em louvores do que matou, o qual, como se acabam aquellas festas e vinhos, se recolhe para a sua rêde, como anojado por certos dias, e não come nelles certas cousas, que tem por agouro se as comer dentro daquelle tempo. »

« Todo o Tupinambá que matou na guerra ou em outra qualquer parte algum contrario, conta o senhor d'engenho da Bahia, tanto que vem para sua casa, e é notorio aos moradores d'ella da tal morte do contrario, costumam, em o matador entrando em casa, arremeçarem-se todos ao seu lanço, e tomarem-lhe as armas e todas as suas alfaias de seu uso, ao que elle não ha de resistir por nenhum caso, e ha de deixar levar tudo sem fallar palavra : e como o matador faz estas festas deixa crescer o cabello por dó alguns dias, e como é grande ordena outros

(2) *Soares de Souza* : « Tratado descriptivo do Brazil em 1587. » ed. *F. A. de Varnhagen* (Rio de Janeiro, 1851), pp. 333—334 ; II, cap. CLXX e pag. 337 ; II, cap. CLXXIII, pag. 338—339 ; II, cap. CLXXXIV—«Revista Trimensal de Historia e Geographia» ou «Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro» (Rio de Janeiro, 1839), I, 214-225.

vinhos para tirar o dó; ao que faz suas vesperas cantadas, e ao dia em que se hão de beber os vinhos se tosquia o matador, e tira o dó, tornando-se a encher e tingir de genipapo, o qual tambem se risca em algumas partes do corpo com o dente de cotia, em lavores (3); e dão por estas sarjaduras uma tinta com que ficam vivas, e emquanto o riscado vive, o tem por grande bizarria; e ha alguns indios que tomaram tantos nomes, e se riscaram tantas vezes que não tem parte onde não esteja o corpo riscado. »

A manifestação do lucto pelo morto durante a cerimonia da renominação é ahi certamente bem interpretada. Lery menciona o mesmo, e o facto está aliás de inteiro accordo com a indole de todos os demais indigenas da America e tantos outros povos primitivos, que, na sua indizivel superstição, pensam dever propiciar mesmo aos manes dos animaes caçados, como ursos e castores.

Entretanto o facto do matador recolher-se á sua rêde e abster-se de certas comidas após a cerimonia da renominação não póde ser attribuido a «nojo».

Esta explicação de Gabriel Soeres, diz o Sr. Friederici, é tão erronea quanto a de Stade; ambas, porém, são ainda assim melhores do que uma terceira interpretação dada ao facto em nossos dias.

Richard F. Burton, cujos serviços á geographia, geologia e ethnographia da America do Sul e do Norte têm sido um tanto obscurecidos pelos ainda maiores prestados na Africa e na Asia, o explica, em uma nota minuciosa e erudita, como *couvade* (4).

Burton evidentemente deixou-se illudir pela semelhança exterior e apparente da cerimonia em questão com a *couvade* e foi seduzido pelo facto de que o costume da *couvade* realmente existia entre os Tupis, sendo aliás a America Meridional a re-

---

(3) Sobre estas marcas da pelle compare-se ainda: *Jean de Léry*: «Histoire d'un Voyage feit en la Terre du Bresil, autrement dite Amerique», 3, édit. (Genève, 1594), pp. 1·3, 2·7, 221·423, com estampas.—*Soares*, *loc. cit.*, pp. 338-339, II. cap. CLXXIV.

(4) «The Captivity of *Hans Stade* of Hesse», edit. *Richard F. Burton* (London, 1874; Hakluyt Soc.), pag. 159, nota.

gião da sua maxima diffusão (5). Houvésse, porém, procedido a um exame mais attento, teria facilmente verificado que Stade, no trecho mencionado, não faz a menor allusão ao parto de uma mulher, e mais ainda que Gabriel Soares, a quem Burton conhecia e de quem se servio, trata da *couvade* no cap. 154, emquanto que em logar muito diverso, cap. 170, é que se occupa do facto que consideramos.

As duas descripções são tão distinctas e diversas no conjuncto da sua indole, que não é possivel confundi-las ou equivoca-las.

Se, porém, procurarmos a explicação somente na cerimonia da renominação, esta no-la offerece facil e naturalmente.

As cerimonias relacionadas com o nascimento e nominação de um menino tupi eram principalmente as seguintes: O pae, ou uma especie de padrinho, levantava solemnemente do chão a criança recemnascida, o pae cortava-lhe então com os dentes, uma faca de pedra ou entre duas pedras o cordão umbelical (6), esparamava-lhe o nariz, pintava-lhe o corpo de ver-

---

(5) Sobre a *couvade* na America Meridional compare-se, *Tylor*: «Researches into the Early History of Mankind» (London, 1870), pp. 293—304.—*Lubbock*: «The Origin of Civilisation and the Primitive Condition of Man» (London, 1870) pp. 12-15,—*Waitz*: «Anthropologie der Naturvoelker (Leipzig, 1859-72), I, 294-95; III, 420.—*Eder*: «Descriptio Provinciae Moxitarum in Regno Peruanœ» edit. *Mako* (Budae. 1791), pag. 362. Aqui em *Eder* realmente o arco e a flexa representam tambem papel na «*couvade*. Caso *Burton* tenha conhecido esta passagem, é de suppor o induzisse á sua explicação.

(6) A importancia do umbigo nestas cerimonias resulta tambem de que o pae tem de permanecer no *couvade* «até que séca o umbigo da criança» cf. *Gabriel Soares*, pp. 313—314; II, cap. CLIV. — «Revista Trimensal», I, 198.

De epoca as-az posterior possuimos uma preciosa dissertação sobre os indios do Brasil. «Principio e Origem dos Indios do Brazil e seos Costumes, Adoração e Cerimonias» em «Revista do Instituto Historico e Geographico Brazileiro,» Tomo LVII, Parte I, pp. 185—212 (Rio de Janeiro, 1894). Esta memoria, proveniente dos manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborense, foi evidentemente elaborada por um religioso e pertence talvez ao seculo XVII. Por «Indios do Brazil» comprehende o autor apenas Tupís e Tapuias; mas, as descripções ethnographicas que fornece referem-se, na sua maioria, aos primeiros, e com especialidade aos Tupís da Capitania de São

melho e o deitava em uma pequena rêde. A nominação tinha logar entre solemnidades e bebedeiras, e era, quando possivel, acompanhada de um banquete cannibalesco.

O pae escolhia o nome do recemnascido dentre os dos seus antepassados, afim de que as qualidades viris e bellicosas do avoengo se transmittissem ao futuro joven guerreiro (7). Fazia-lhe tambem o pae uma pequena *macana* (maça em forma de machado ou espada) de madeira, um pequeno arco e pequenas flechas empennadas, collocando tudo isto junto da criança, beijando-a e dizendo-lhe, com alegre semblante : « Meu filho, quando ficares homem, sê dextro no manejo das armas, forte, valente e experiente na guerra para que te possas vingar dos teus inimigos » (8).

Esse primeiro nome uzava então o joven Tupi até que houvésse morto um inimigo, fôsse em combate, ou fôsse que o distinguissem com a missão de matar solemnemente um prisioneiro para o banquete cannibalesco. Adoptava então um novo

---

Vicente. Emquanto que o autor, nas linhas geraes das suas descripções de costumes, combina perfeitamente com *Hans Stade*, *Léry*, *Thevet* e *Gabriel Soares*, notam-se nos pormenores aqui e ali differenças. E' muitas vezes consideravelmente mais minucioso do que os seus antecessores, e com isto demonstra que trabalhou independentemente delles. Assim, tambem aqui, no tratamento do umbigo, é muito preciso (*loc. cit.*, pag. 190, § 8) : «o pae lhe corta a vide com os dentes, ou com duas pedras, dando com uma na outra, e logo se põe a jejuar até que lhe cae o umbigo, o que de ordinario vae até os oito dias, e até que lhe não caia não deixa o jejum.» Vide tambem *Fernão Cardim* : «Do principio e Or gem dos Indios do Brazil.» (Rio de Janeiro, 1881), pag. 9.

(7) *Hans Stade*, II, cap. XVII (*loc cit.* pag. 181.)

(8) *Léry*, *loc. cit.* : pp. 265-266 — *Garbiel Soares loc. cit.* : **pp. 313-314 ; II, cap. CLIV.—*de Laet.* «Novus Orbis seu Descriptionis Indice Occidentalis Libri XVII (Lugdunun Bat., 1633), lib. XV, cap. 2 (pag. 544).—*Thevet.* «Les Singularitez de la France Antarctique». (Paris, 1558). fol. 80.—*Taunay et Denis* : «Le Bresil» (Paris, 1822), I, 210-211, traz uma linda estampa da scena do arco. O autor do «Principio e Origem des Indios do Brazil» dá uma variante desta cerimonia (pag. 190, § 8) : Se o recemnascido é um menino, o pae, depois de sarado o umbigo, lhe faz um arco e flechas, e emquanto segura estas junto com a rêde em uma das mãos, levanta com a outra um grande mólho de hervas, representando o adversario que seu filho tem de matar e devorar, cf. *Cardim*, pp. 9-10.**

nome, e quantos inimigos matam tantos nomes tomavam (9). As cerimonias de cada nova nominação eram, quanto possivel, identicas ás com que o menino recemnascido recebia o seu primeiro nome. A crendice dos indios exigia que o matador se anojasse afim de conciliar o espirito do morto; por isso recolhia-se e deixava crescer o cabello. Algum tempo depois, porêm, tendo cortado o cabello e «tirado o dó», feitas as habituaes sarjaduras de honra e terminadas todas as cerimonias do baptismo, o renascido, o novo homem, se recolhia por certo praso á sua rêde, tomava de um pequeno arco e flechas, e se abstinha das comidas prohibidas a uma criança de peito.

Era assim symbolicamente transportado aos primeiros dias da sua existencia e manifestava tambem exteriormente ser um novo homem com um novo nome (10).

Tambem a cêra mencionada por Stade, a que o renominado atira ás flechas, comprova esta interpretação. Gabriel Soares (11) refere que os meninos atiravam ao alvo afim de se exercitarem com os seus pequenos arcos e flechas. Este alvo era certamente revestido de cêra das abelhas das florestas brasileiras para que as flechas inoffensivas a elle adherissem.

A serie inteira das cerimonias, que terminava com a scena do arco do Tupí renascido, tem como causa o temor do espirito do morto. O matador e os seus parentes faziam aliás tudo quanto estava ao seu alcance para conciliar o morto por meio de demonstrações de lucto e outras.

Davam-lhe abundantemente de comer e de beber e toda a liberdade possivel; concediam-lhe uma mulher até o dia da sua execução e, por vezes, o futuro matador destinava a isto a sua propria filha ou irmã, o que, porém, não impedia, a elle e aos

---

(9) *Stade*, II, cap XXI; *loc. cit.*, pag. 183.—*Gabriel Soares*: pag. 333; II, cap. CLXX.—«Revista Trimensal», LVII, pag. 197 (§ 8). «De todas as honras e gostos da vida, nenhum é tamanho para este gentio como matar e tomar nome nas cabeças de seos contrarios.»—cf. *Cardim*, p. 20.

(10) Vide tambem: «Revista Trimensal», LVII, pp. 203-205 (§ 19).—*Cardim*, pp. 30 32.

(11) *Garbiel Soares*, *loc. cit.*, pag. 314; II, cap. CLIV.—«Revista Trimensal», I, 199.

seus parentes, de mais tarde devorarem a criança que porventura nascesse deste conubio, porque encerrava elementos inimigos e portanto vingadores.

Além disto, quando o prisioneiro, amarrado pela cintura com longas cordas, era conduzido ao logar do supplicio, collocavam ao seu alcance pesadas pedras, fructas duras ou fragmentos de potes, punham-lhe na mão uma *macana*, incitavam-no a que se defendesse e gritavam-lhe : «Vinga-te antes de morrer». Especialmente as particularidades ministradas pelo autor do *Principio e Origem* patenteiam distinctamente o temor ante o espirito vingador do morto e a preoccupação receiosa de quanto possivel concilia-lo.

Por todos os meios diponiveis era, até o ultimo momento, mantida a apparencia do que o prisioneiro não morria como um condemnado inerme e sim como um valente guerreiro no combate, e mesmo quando os Tupís, no seu insopitavel sentimento de vingança, revolviam os cemiterios dos seus inimigos e quebravam os esqueletos e ossos nelles encontrados, ou quando se tratava da execução de um menino de cinco annos, jamais deixavam de observar com o maior cuidado todas as cerimonias prescriptas para um guerreiro adulto.

A victima, presa por longas cordas e por meio dellas segurado pelos lados, tinha espaço para se esquivar aos golpes do matador, e fazia-o, ás vezes, com tanta força e agilidade, que o matador ficava contuso e decorria meio dia até o prisioneiro morrer. A semelhança com certos sacrificios dos Aztecas salta á vista.

Durante a cerimonia o matador usava de um disfarce que não permittia fosse reconhecido : « branco como ume pomba, » todo o corpo untado de argilla ou barro e adornado de azas como um anjo (12).

---

(12) *Gabriel Soares. loc. cit.*, pp. 334-337 ; II, cap. CLXXI-CLXXIII e pag. 308 ; II, cap. CXLIX.—«Revista Trimensal» I. 215 217.—*Lery*, pp. 211, 213 215, 217, 223.—*Stade*. II cap. XXVIII *loc. cit.* pp. 188-190.—«Revista Trimensal» LVII, parte I, pp. 198, 199, 2·1, 2·2-203 —*Cardim*, pp. 21 30.—*Magalhães de Gondavo*: **Historia da Provincia Sãta Cruz, a que vulgarmente chamamos Brazil», em «Revista do Instituto Historico e Geographico Brazi-**

Mas, tudo isto não lhe assegurava inteira garantia, completa tranquillidade. Para o caso do espirito do morto se mostrar irreconciliavel e procurar molesta-lo, procurava collocar-se ao abrigo das suas pesquizss. Deixava o nome por que era conhecido em vida delle, e não revelava o novo emquanto não estam sendo celebradas as cerimonias propiciatorias e de renascimento (13).

A pintura e as sarjaduras de bizarria o tornavam exteriormente irreconhecivel, e finalmente é fóra de toda a duvida que o homem anterior desapparecia, porquanto na rêde havia criança de peito recem-baptisada, brincando com pequeno arco e flexas. O espirito do morto não se podia vingar do seu matador, não podia mais acha-lo (14).

Que somente Stade mencione o symbolismo do arco e flecha, e não tambem Léry, Thevet e Gabriel Soares, é facilmente explicavel. Estes tres não conviveram com os indios tão intimamente como Hans Stade e do que se passava no interiar das cabanas só aqui e ali viam alguma cousa. Stade, porém, esteve como prisioneiro longo tempo entre elles e participou como escravo de todos os seus fados. O seu proprio senhor foi uma vez matador e Stade deve necessariamente tê-lo visto deitado na rêde e atirando ao alvo de cêra com o arco e flechas de crianças,

Tambem o autor do *Principio e Origem* não encontrou ou não observou entre os Tupís que descreveu o symbolismo do arco; mas, o que notou está de perfeito accordo com isto. «De-

---

leiro» (Rio de Janeiro; 1858) XXI, pp. 422 423.—*Thevet, loc. cit.*: fol. 77.—*H.* H. *Bancroft*: «The Native Races of the Pacific States of North America» (New-York, 1875) II, pp. 428-430 —*Bandelier*: «The Nacional Museum of Mexico and the Sacrificial Stones» em «The American Antiquarian» II, pp. 15 20 (Chicago, 1879 1880).

(13) *Gabriel Soares, loc. cit.*, pag. 333; II, cap. CLXX.

(14) *Herbert Spencer*, que menciona esta renominação dos Tupis («Principles of Sociology», Part. IV, Cerimonial Institutions, pag. 156 (London, 1879) descobre nisto apenas o «name of renown», o «nome de gloria»; o motivo do terror escapou-lhe. Que o novo nome, devendo a sua origem ao temor dos espiritos, se torne na realidade um nome de gloria, um «name of renown», é, entre um povo bellicoso, apenas uma consequencia natural.

pois, diz elle, o matador se deita na sua rêde como doente, e na verdade elle o está, de medo que si não cumprir perfeitamente todas as cerimonias o ha de matar a alma do morto » (15).

No decurso dos quatro seculos posteriores ao descobrimento da America, muitos homens têm vivido entre os indios como selvagens entre selvagens, na qualidade de prisioneiros, mercadores ou amantes de indias, e tivéram as mesmas opportunidades favoraveis do nosso ingenuo allemão. Mas, poucos dentre elles possuiam o seu talento de observação, a sua especie de instrucção natural e o seu pio e austero proposito de narrar com verdade as suas aventuras ; poucos tivéram tão bom editor como o Dr. Iohannes Dryander, e porisso só muito poucos nos legaram livros tão excellentes como o de Hans Stade, de Homberg.

ALFREDO DE CARVALHO.

(15) *Loc. cit.*, **pag. 204.—Fernão** *Cardim*, **pag. 31.**

NOBILIARCHIA PERNAMBUCANA

POR

J. A. V. BORGES DA FONSECA

(CONTINUAÇÃO DO N. 64)

DOS XÁRES

Esta familia tem principio em Bartholomeo Rodrigues Xáres, a quem era tratado por Capitão no termo de irmão da Mizericordia de Olinda, que assignou a 25 de Junho de 1703, e do qual consta que era natural de Lisbôa, e filho de João de Xáres e de Joanna de Castro, naturaes da mesma cidade.

Cazou em Pernambuco com Eugenia Vaz da Silva, natural de Ipojuca, e filha de Manoel Vaz Vizêo e de sua mulher Maria da Rocha (vide titulo dos *Carrascos*). Deste matrimonio ficou sómente:

Francisco de Xáres, que nascêo em Goianna, onde foi Capitão, e fallecêo sendo Juiz de Orphãos. Cazou e foi primeiro marido de sua parenta D. Ignez de Vasconcellos Uchôa, filha do Capitão Francisco Vaz Carrasco e de sua mulher D. Antonia de Mendonça Uchôa (vide titulo de *Carrascos*). Deste matrimonio nascerão:

Jozé de Xáres Furna Uchôa, que continua.

Luiz de Souza Xáres, adiante.

D. Rozaura do O' e Mendonça, que cazou duas vezes, a primeira com Gonsalo Ferreira da Ponte, filho de Cosme de Freitas e de sua mulher D. Joanna de Barros (Vide titulo de *Catanhos*) e a segunda com o Capitão André José Moreira da Costa Cavalcanti, filho de José Moreira da Costa e de sua mulher D. Brazia Cavalcanti (Vide titulo de *Araujos*).

D. Anna da Conceição Uchôa, adiante.

José de Xáres Furna Uchôa, que vive no Acaracú onde é Capitão-mór, e muitas vezes tem servido de Juiz Ordinario; cazou na mesma Ribeira com sua parenta D. Roza de Sá e Oliveira, filha de Manoel Vaz Carrasco e de sua mulher D. Maria Magdalena de Sá e Oliveira (Vide titulo de *Carrascos*). Deste matrimonio nascerão :

Miguel Lopes Madeira Uchôa.
Jozé de Lyra Pessôa.
D. Maria Jozé de Mendonça Uchôa.
D. Anna America Uchôa, adiante.
D. Francisca Xavier de Mendonça Uchôa.
D. Marianna de Lyra Pessôa.
D. Maria Manoela da Conceição Uchôa.

D. Anna America Uchôa, cazou com o Capitão Manoel José do Monte, que fallecêo no anno de 1763, irmão do Padre José Ferreira da Costa, Parocho e Vigario da Vara de S. Jozé dos Marciros novos, ambos (além de outros) filhos do Coronel Gonçalo Ferreira da Ponte, que morou em S. Gonçalo da Boa Vista e de sua segunda mulher Maria da Conceição.

Luiz de Souza Xáres, que tambem vive no Acaracú, onde é Juiz Ordinario este anno de 1772, cazou com D. Anna Thereza de Albuquerque, filha de João Luiz de Albuquerque e de sua mulher Roza Maria, natural do Recife, e deste matrimonio nascerão :

João de Souza Uchôa, que continua.
D. Maria Joaquina Uchôa, adiante.
Antonio..
Ignacio..
D. Ignez...

João de Souza Uchôa, cazou com sua parenta D. Anna Maria de Jesus, filha do Capitão José de Araujo Costa e de sua mulher D. Brites de Vasconcellos, natural de Bastos, Arcebispado de Braga, e de sua mulher Maria Ferreira Pinto, natural de Acaracú, filha de Manoel Ferreira Fontelles, natural do Mexinil, Arcebispado de Braga, e de sua mulher Maria Pereira do mesmo Arcebispado de Braga. E deste matrimonio nascerão, digo tem nascido :

D. Anna da Conceição Uchôa, cazou com Manoel Gonçalves Torres, filho de......... e de sua mulher D. Bernarda de

Oliveira, irmã do Padre Antonio Gonçalves Sobreira, que mora em Santo Antonio de Paratybe, e deste matrimonio nascerão:

D. Maria da Conceição Uchôa, aqui mesmo.

D. Quiteria...

D. Maria da Conceição Uchôa cazou com Antonio Madeira de Albuquerque, filho de Manoel Madeira de Mattos, natural de Coimbra, e de sua mulher D. Francisca de Albuquerque (Vide titulo de *Feijós*).

DE MELLOS DA SILVA

Esta familia procede de Feliciano de Mello da Silva, natural de Vianna, que do termo de irmão da Mizericordia, que assignou a 2 de Dezembro de 1675, consta ser filho de Miguel Pereira do Lago (que todas as memorias affirmam ser homem nobilissimo e Morgado em Vianna) e de sua mulher Catharina da Rocha de Abreu, e já no dito termo é tratado de Capitão, posto que occupou na Cidade de Olinda, onde vivêo e servio todos os cargos honrosos da Republica, e falleceo no anno de 1716.

Cazou na mesma cidade com D. Brites de Barros Rego, viuva de Pedro Ferreira Brandão, e filha de Manoel de Barros Maduro, que foi Capitão de Infantaria na guerra dos Hollandezes, e de sua mulher D. Anna Coitinho (Vide titulo de *Souza Coitinhos*). Deste matrimonio de Feliciano de Mello da Silva nascerão:

Lourenço da Silva e Mello, que continua.

Francisco de Mello da Silva, adiante.

Manoel de Barros Maduro, que morrêo preso na Cadeia do Recife.

Fr. Estevão............ Religioso da Ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Provincia da Observancia.

Maria de Mello, adiante.

D. Feliciana de Mello, primeira mulher do Coronel Christovão da Rocha Wanderley, filho de João Mauricio Wanderley e de sua mulher D. Maria da Rocha (Vide titulo de *Wanderleys*).

D. Josepha de Mello da Silva, primeira mulher do Coronel Francisco de Almeida Catanho, filho do Tenente-Coronel Joaquim de Almeida e de sua mulher D. Luiza Catanho (Vide titulo de *Almeidas Catanhos*).

D. Felipa........., adiante.

E fóra do matrimonio :

Antonio da Silva Mello, Clerigo Presbitero, formado em canones pela Universidade de Coimbra, e Vigario confirmado da......... em 1748.

D..........., adiante.

Lourenço da Silva Mello, vivêo e fallecêo em Goianna, onde foi Ouvidor ; cazou duas vezes : a primeira com D. Joanna........., irmã do Padre Jozé Cardozo, a quem matarão, e a segunda com D. Ignez de Vasconcellos Uchôa, viuva do Capitão Francisco Xáres Furna, e filha do Capitão Francisco Vaz Carrasco, segundo marido de D. Antonia de Mendonça Uchôa.........

E teve :

Do 1° matrimonio

Antonio de Mello, já fallecido.

Jozé de Mello, que foi para Minas.

D. Catharina

D. Francisca

D. Cosma e

D. Severina.

Do 2° matrimonio

João de Mello e Silva, que está solteiro neste Ceará em 1772.

D. Roza de Mello Uchôa, que cazou com um medico Engenheiro, que logo se ausentou deixando-a com um filho chamado Bernardo......... que se cazou na Ribeira do Curú da Capitania do Ceará

D. Innocencia de Mello Uchôa, que cazou com seu primo o Capitão José Bernardo Uchôa, filho do Coronel José Bernardo Uchôa e de sua mulher D. Marianna Cavalcanty (Vide titulo de *Uchôas*).

D. Maria de Mello Uchôa, que vive solteira.

Francisco de Mello da Silva foi Capitão no Regimento do Recife, e ultimamente fallecêo Capitão e Cabo da fortaleza

de S. Thiogo das Cinco Pontas. Foi cazado com sua parenta D. Clara da Silva Vieira, filha do Dr. Francisco Calheiros e de sua mulher D. Thereza da Silva Vieira (Vide titulo de *Souzas Coitinhos*).

Deste matrimonio nascerão :

Ignacio de Mello da Silva, que é Capitão de Granadeiros do Regimento do Recife, cazou com D. Roza Maria de Faria, filha do Padre Pedro de Faria da Silva, que antes de ser Clerigo foi cazado com D. Maria Jozé da Costa (Vide titulo de *Carrascos*).

Deste matrimonio nascerão :

Francisco de Mello da Silva

Pedro de Mello da Silva

Ignacio de Mello da Silva

Maria de Mello cazou e foi primeira mulher de Manoel de Souza Teixeira, cavalheiro da ordem de Christo e Coronel do Regimento de Ordenanças do Recife, onde fallecêo em 1738 ; e deste matrimonio nascerão :

José de Souza Teixeira, Clerigo Presbitero, capellão de Malta.

Fr. Francisco de S. José, Religioso da Ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Provincia da Observancia, onde é presentado e foi Prior dos Collegios de Nossa Senhora de Nazareth, e de Olinda, Definidor.

Fr. Felippe da Madre de Deus, Religioso da mesma Ordem na Provincia da Reforma, onde foi Prior do Recife, Definidor e Provincial.

Matheos de Souza Teixeira, clerigo Presbitero.

N. N. N., Religioso no Convento de St' Anna, de Lisbôa.

D. Felippa......... que ainda vive no Recife, foi cazada com Manoel Ferreira Pinto, de cujo matrimonio nascerão :

Manoel Ferreira Pinto, clerigo Presbitero, já fallecido.

Fr. José dos Remedios, Religioso da Ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo, da Provincia da Reforma, na qual foi Secretario, Reformador e Prior do Convento do Recife.

Feliciano de Mello da Silva, clerigo Presbitero que anda pelo Piauhy.

DOS BARROS PIMENTEIS DE PORTO CALVO

Esta familia dos Barros Pimenteis, de Porto Calvo, é das antigas da Capitania de Pernambuco. Deduz o seo principio de Antonio de Barros Pimentel, natural de Vianna e da nobre familia dos Barros daquella Villa, que dizem as memorias antigas que fôra cavalheiro fidalgo e da ordem de S. Bento de Aviz. Veio a esta Capitania antes da invasão dos Hollandezes, e se estabelecêra em Porto Calvo, onde foi senhor dos Engenhos do Mosso e Escurial, que elle levantou nas terras que lhe foram dadas em dóte.

Cazou com D. Maria de Hollanda, filha de Arnáo de Hollanda, natural de Uterch e de sua mulher D. Brites Mendes de Vasconcellos, natural de Lisbôa. Neta por via paterna de Henrique de Hollanda, Barão de Reneburgo, e de sua mulher Margarida Florença, irmã do Papa Adriano 6°. E por via materna neta de Bartholomeu Rodrigues, Camareiro-mór do Infante D. Luiz, filho do Senhor Rey D. Manoel, e de sua mulher Joanna de Góes de Vasconcellos, dos quaes se dão noticias mais individuaes nos titulos de *Hollandas*.

Deste matrimonio de Antonio de Barros Pimentel nascerão:

Antonio de Barros Pimentel, que morreo solteiro.

Rodrigo de Barros Pimentel, que foi Senhor dos Engenhos do Mosso e Escurial, vivêo no tempo dos Hollandezes, e servio ao Rey e á Patria, com indizivel constancia, padecendo com fortaleza e fidelidade grandes trabalhos os quaes farão sempre recommendavel á posteridade a sua memoria (*).

Foi cazado com D. Jeronyma de Almeida, a quem os fastos Pernambucanos derão justamente o nome de Matrona emquanto se lembrarem de suas varonis acções. Era filha de Balthazar de Almeida Botelho, Fidalgo da Caza Real, e cavalheiro da ordem de Christo, e de sua mulher Brites Lins, filha

(*) *Corogr Port*. Tomo 3°. Liv. 2°. Trat°. 8°. Cap. 35, pag. 533.—*Theatr. Geneal.* Tab. 213.—*Brit.* Liv. 8.° ns. 666, 632 e 637. —*Castriot.* Liv. 5.° n. 73-76 e Liv. 6.° n°. 93.—*Barleo.* pag. 99. *Castriot.* Liv. 9°., n. 23.

de Christovão Lins, Povoador de Porto Calvo, e de sua mulher Adriana de Hollanda (Vide titulo de *Lins*).

Deste matrimonio de Rodrigo de Barros Pimentel com D. Jeronyma de Almeida nascerão :

Jozé de Barros Pimentel, que segue.

Rodrigo de Barros Pimentel cazou com N......... e teve Antonio de Barros, solteiro, e André de Barros, que cazou e teve successão da qual não tenho noticia.

D- Brites de Barros Pimentel, que cazou com o Mestre de Campo Christovão Lins, cavalheiro da Ordem de Christo, Alcaede-mór, proprietario da Villa de Porto Calvo, e deste matrimonio não houve successão.

D. Ursula de Barros Pimentel, que morrêo solteira.

D. Joanna de Almeida.

D. Cosma de Almeida, que cazou com Cibaldo Lins, Senhor do Engenho Maranhão de Porto-Calvo, e deste matrimonio houve successão de que se dá noticia em titulo de *Lins*.

D. Ignez de Almeida, que cazou com João Gomes de Mello, fidalgo da Caza Real, cavalheiro da Ordem de Christo, Sargento-mór da Comarca de Pernambuco, e Coronel das Infantarias da Ordenança, e da sua descendencia se trata em titulo de *Mellos* da Caza do Trapiche.

D. Maria de Almeida, que cazou e foi primeira mulher de Leão Falcão (Vide titulo de *Marinhos*).

D. Adriana de Almeida, que cazou no Cabo..............

D. Maria de Almeida é tambem chamada D. Maria de Barros Pimentel, em outras partes, por ser filha de Rodrigo de Barros Pimentel e de D. Jeronyma de Almeida.

D. Jeronyma de Almeida, que morrêo solteira.

D. Messia de Barros, que cazou com Manoel Gomes Wanderley (Vide titulo *Wanderleys*).

Jozé de Barros Pimentel succedêo a seo pay no senhorio do engenho do Mosso, e foi Capitão-mór da Villa Formosa de Porto-Calvo por Patente do Governador.

A 1° de Novembro de 1666 se achava ainda solteiro, como consta do termo de irmão da Mizericordia de Olinda, que nesse dia assignou ; porem depois cazou com D. Maria Accioly, filha de João Baptista Accioly, fidalgo da Caza Real, Cavalheiro da Ordem de Christo, e Sargento-mór da Comarca de

Pernambuco, e de sua mulher D. Maria de Mello. Deste matrimonio de Jozé de Barros Pimentel nascerão :

Jozé de Barros Pimentel, que continua.

João Baptista Accioly, adiante.

Rodrigo de Barros Pimentel, adiante.

Zenobio Accioly de Vasconcellos, que morrêo solteiro.

Francisco de Barros Pimentel, adiante.

D. Jeronyma de Almeida, mulher de seu primo Jozé Gomes de Mello, fidalgo da Caza Real, Senhor do Engenho do Trapiche do Cabo (Vide titulo de *Mellos*).

D. Roza Francisca de Barros, que cazou duas vezes ; a primeira com Felippe de Bulhões da Cunha, Senhor do engenho de S. João Baptista da freguezia de Santo Amaro de Jaboatão, e a segunda com seo parente Francisco de Moura Rolim, fidalgo da Caza Real, e Mestre de Campo do 3° de Auxiliares de Igarassú, de quem foi segunda mulher, e de nenhum destes matrimonios houve geração.

D. Brites Maria de Barros, que foi primeira mulher de João Baptista Accioly, fidalgo da Caza Real, e Alcayde-mór da Cidade de Olinda (Vide titulo de *Acciolys*).

D. Joanna de Almeida, que cazou com João Lins de Vasconcellos, senhor do engenho do Meio da freguezia de Camaragibe (Vide titulo de *Rocha Dantas*).

D. Adriana Francisca de Barros Pimentel, que ainda vive neste anno de 1761 em Ipojuca, cazada com Zenobio Accioly de Vasconcellos, fidalgo da Caza Real, Senhor do engenho do Meio da dita freguezia de Ipojuca. Deste matrimonio não pôde mais haver successão por serem ambos muito velhos.

Jozé de Barros Pimentel, que falleceo ha pouco annos, e foi senhor do engenho Mosso, servio de Coronel do Regimento dos Volantes de Porto-Calvo por Patente do Governador...... ....de......de.................de.........e deste posto passou ao de Capitão-mór da Villa de Porto-Calvo por Patente do Governador.

Cazou duas vezes ; a primeira com D. Maria de Barros Pimentel, sua prima, filha do Capitão-mór Christovão da Rocha Barboza e de sua mulher D. Maria de Barros Pimentel ; a segunda com D. Izabel de Almeida Wanderley, viuva do Sargento-mór Antonio da Rocha Barboza, e filha de João Mau-

ricio Wanderley, cavalheiro da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Maria da Rocha. Teve o Capitão Jozé de Barros Pimentel.

Do 1° matrimonio :

Christovão Lins, que cazou com D. Theodozia de Mendonça Filgueiras, filha do Sargento-mór Thomaz Fernandes Caldas, senhor do engenho da Forciosa de Porto-Calvo, natural da Provincia do Minho, e de sua primeira mulher D. Catharina de Mendonça Filgueiras, natural do Recife, irmã do Padre Manoel de Mendonça Filgueiras, que foi Religioso da Companhia de Jesus, e filhos ambos de Jozé Monteiro Filgueiras, homem de negocio, rico, na mesma Villa do Recife, e de sua mulher D. Theodozia de Mendonça, filha de Antonio Rodrigues, primeiro marido de D. Maria da Matta.

José de Barros Pimentel, Sacerdote do habito de S. Pedro.

Francisco Xavier de Barros Pimentel, que cazou com D. Izabel Maneli......, filha de Vasco Marinho Falcão, das Alagôas, e de sua mulher D. Rosa Maneli; tenho noticia da sua successão que é numerosa.

D. Roza Maria de Almeida, que cazou com Bartholomeo Lins, filho de João Mauricio Wanderley, cavalheiro da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Maria da Rocha, e deste matrimonio ha successão que se póde ver em titulos de *Wanderleys*.

D. Josepha de Barros Pimentel, e D. Ignacia Thereza Lins, que não tomarão estado.

Do 2° matrimonio :

Cosme Damião Pimentel, que cazou nas Alagôas com D. Maria Josepha Ferreira, filha de Vasco Marinho Falcão e de sua mulher D. Roza Maneli. E não teve posteridade.

Luiz de Barros Pimentel, que morrêo menino.

João Mauricio Wanderley, que cazou em 1759 com D. Angela da Costa Nogueira, filha do Capitão Antonio da Costa Nogueira, familiar do Santo Officio e morador no Cabo.

Sebastião Lins Wanderley, adiante.

D. Euphrasia Maria Wanderley, mulher de Fernão Pereira Rego, filho de outro Fernão Pereira Rego, e de sua mulher D. Ignez de Barros Pimentel, de quem este Fernão Pereira

Rego foi segundo marido. Deste matrimonio ha successão que se escreve em titulo de *Salgados*.

D. Thereza de Almeida Wanderley.

D. Maria de Barros Pimentel.

D. Izabel de Almeida Wanderley, e D. Anna......... que não tomarão estado.

Sebastião Lins Wanderley, filho do Capitão Jozé de Barros Pimentel, e de sua segunda mulher D. Izabel de Almeida Wanderley, cazou em 1757 com D. Maria de Barros Wanderley, filha de Sebastião Lins e de sua mulher D. Ignacia Victoria, e deste matrimonio tem nascido até o presente anno de 1761 :

Ignacia Francisca.

João Baptista Accioly, filho do Capitão-mór Jozé de Barros Pimentel, e de sua mulher D. Maria Accioly, foi senhor do Engenho de Capiana em Porto Calvo. Cazou com D. Maria Wanderley, filha de Manoel Gomes Wanderley e de sua mulher D. Maria de Barros, e deste matrimonio nascerão :

Francisco Botelho Pimentel, que segue.

Jozé de Barros Pimentel, adiante.

D. Ignacia Victoria de Barros Wanderley, que cazou com Sebastião Lins, filho de Christovão Lins, e de sua mulher D. Adriana Wanderley.

De sua descendencia se trata em titulo de *Lins*.

Francisco Botelho Pimentel, que iá é fallecido, foi clandestinamente cazado com sua prima D. Jeronyma Victoriana Wanderley, filha de Gonsalo da Rocha Wanderley e de sua mulher D. Ignez de Barros Pimentel, e deste matrimonio nascerão :

João Francisco Wanderley.

D. Anna Francisca da Rocha.

D. Ignez de Barros Pimentel.

D. Maria de Barros.

D. Ignacia Maria.

D. Francisca da Rocha.

Jozé de Barros Pimentel, filho de João Baptista Accioly e de sua mulher D. Maria Wanderley, cazou com D. Maria Jozé da Rocha, filha de Antonio da Rocha Barboza, primeiro marido de D. Izabel de Almeida Wanderley.

Deste matrimonio nascerão:
João de Barros Pimentel, que morrêo solteiro.
Francisco de Barros, que vive solteiro.
M...... Gomes, solteiro.
João Baptista, solteiro e outro
João Baptista, que .... Clementina da Rocha.
Luiz de Barros, e
Antonio da Rocha, que...
D. Anna Luzia......... que cazou com João Damasceno Lins, filho de Sebastião Lins e de sua mulher D. Ignez Victoria de Barros Pimentel. (Da sua successão se trata em titulo de *Lins*).

D. Roza......, solteira.

Rodrigo de Barros Pimentel, filho do Capitão-mór Jozé de Barros Pimentel, o Velho, e de sua mulher D. Maria de Accioly, foi senhor do engenho de Riba, da freguezia de Camaragibe, termo da Villa do Porto-Calvo, cazou com D. Manuela Accioly Lins, filha de João Baptista Accioly, fidalgo da Casa Real, primeiro marido de D. Jeronyma Lins. Deste matrimonio nascerão:

Christovão Lins, que continua.

João Evangelista Pimentel, e Antonio de Barros Pimentel, que morrerão solteiros.

Rodrigo de Barros Pimentel, que vive solteiro.

D. Jeronyma Jozé de Barros, que cazou com Mathias do Rego Falcão, filho de Luiz do Rego Falcão, e de sua mulher Mariana da Rocha. Deste matrimonio ha geração, de que se dá noticia em titulo de *Regos*.

Christovão Lins, cazou com D. Messia Lins de Almeida, filha de Christovão Lins e de sua mulher D. Adriana Wanderley, e deste matrimonio nascerão:

Rodrigo de Barros Pimentel, que cazou com D. Anna Cortez, filho de Domingos da Costa Cortez, senhor do engenho do Lucena, e de sua mulher D. Leonor de Fontes, neta por via paterna de Antonio Alz.es da Silva, e de sua mulher D. Joanna do O', e por via materna neta de Pedro Dias, e deste matrimonio não tem havido successão até agora.

Bartholomeo Lins.

Antonio Jozé de Barros Pimentel, e

Jozé Felix de Barros Pimentel, que vivem solteiros.

D. Maria do Nascimento Lins.

Cibaldo Lins, que...... solteiro.

D. Manuela Wanderley, e

D. Thereza Lins, que ainda não tomarão estado.

D. Anna, que falleceu menina.

Francisco de Barros Pimentel, filho do Capitão-mór Jozé de Barros Pimentel, o Velho, e de sua mulher D. Maria Accioly, foi senhor do engenho Novo das Alagôas e Coronel das Ordenanças da mesma Villa, por Patente do Governador. Cazou com D. Antonia de Caldas Moura, filha do Sargento-mór Samuel de Chaves Caldas, e de sua mulher........ Deste matrimonio nascerão:

D. Ignacia Accioly, que segue.

Jozé de Barros Pimentel, que já é fallecido e foi cazar a Sergipe d'El-Rey com D. Joanna Martins, filho do Sargento-mór Manoel Martins Brandão, cavalheiro da Ordem de Christo, senhor do engenho de Pedra Branca, e de sua mulher D. Maria...... e não temos outra noticia.

Manuel de Chaves Caldas, adiante.

D. Francisca de Caldas, que cazou com Manoel Gomes Rabello, irmão de João Cavalcanti.

D. Thereza de Moura, que foi cazada duas vezes, a primeira com Manoel de Barros Wanderley, filha do Capitão Sebastião Mauricio Wanderley e de sua primeira mulher D. Thereza de Barros Pimentel; a segunda com Christovão da Rocha Wanderley, filho de Gonsalo da Rocha Wanderley, Capitão-mór de Porto-Calvo e de sua primeira mulher D. Ignez de Barros Pimentel. De nenhum destes matrimonios houve successão.

D. Joanna Maria de Vasconcellos, que cazou com Jozé Camello Bizerra, filho do Capitão-mór Francisco Alz.as Camello. (Vide titulo de *Morgados das Alagôas*).

D. Anna de Moura, que cazou em Sibiró, com Manoel Gomes Vieira Rabello, filho do Capitão-mór Braz Vieira, senhor do engenho do Sibiró do Cavalcanti, e de sua mulher D. Anna da Rocha Muniz.

Ignacio Accioly, que cazou duas vezes, a primeira com D......, filha do Capitão Antonio da Silva, e de sua mulher

D. Aguida Gonsalves Barboza ; e a segunda com D. Anna da Silveira de Albuquerque, filha do Capitão-mór Antonio de Toledo Machado, e de sua mulher D. Maria Francisca, filha do Capitão Jozé de Faria Franco.

Manoel de Chaves Caldas, filho do Capitão-mór Francisco de Barros Pimentel e de sua mulher D. Antonia de Caldas, cazou com D. Maria Magdalena Thereza, filha do Capitão João Lins de Vasconcellos, é de sua mulher D. Ignez de Almeida.

Tem até agora :

D. Maria Anna Rita.

Rodrigo de Barros Pimentel, filho de Rodrigo de Barros Pimentel, O Velho, e de sua mulher D. Jeronyma de Almeida, foi senhor do engenho de Santo Antonio-Grande, e do Escurial, cazou com D. Cosma Lins, filha de Bartholomeu Lins e de sua mulher D. Messia da Rocha, e deste matrimonio nascerão :

Rodrigo de Barros Pimentel, que segue.

D. Maria de Barros Pimentel, que cazou com Christovão da Rocha Barboza, cavalheiro da Ordem de S. Thiago, filho do Sargento-mór Clemente da Rocha e de sua mulher D. Maria Lins. (Da sua successão se trata em titulo de *Rochas Barbozas.*)

Rodrigo de Barros Pimentel, a quem chamarão o Mouco, cazou com D. Ant.ᵃ da Rocha, filha do Sargento-mór Clemente da Rocha, cavalheiro da Ordem de S. Bento de Aviz, e de sua mulher D. Maria Lins, de quem Clemente da Rocha foi segundo marido.

Deste matrimonio nascerão :

Clemente da Rocha Barboza, que morrêo solteiro.

Christovão de Barros Pimentel, que segue.

Manoel da Vera Cruz Pimentel, adiante.

João Lins, que fallecêo menino.

D. Ignez de Barros Pimentel, que cazou duas vezes ; a primeira com Rodrigo de Barros Pimentel, filho de Christovão da Rocha Barboza, e de sua mulher D. Maria de Barros Pimentel, e deste matrimonio não houve successão ; e a segunda com Fernão Pereira Rego, filho do Coronel Paulo de Amorim Salgado e de sua mulher D. Francisca de Accioly, e deste matrimonio houve a successão seguinte :

D. Adriana de Barros Pimentel, que morrêo sem tomar estado.

D. Thereza de Barros Pimentel, que foi primeira mulher de Sebastião Mauricio Wanderley, filho de João Mauricio Wanderley, cavalheiro da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Maria da Rocha, e de sua successão se escreve em titulo de *Wanderleys*.

D. Maria de Barros Pimentel, que cazou e é a segunda mulher de Gonçalo da Rocha Wanderley, Capitão-mór de Porto-Calvo, filho de João Mauricio Wanderley, cavalheiro da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Maria da Rocha (Da sua successão se escreve no mesmo titulo de *Wanderleys*).

Christovão de Barros Pimentel, que foi senhor do Engenho do Escurial e Coronel do Regimento dos Volantes de Porto Calvo, por Patente do Governador. Cazou com D. Cosma Lins, filha de Christovão Lins e de sua mulher D. Adriana Wanderley. Deste matrimonio nascerão:

Luiz de Barros Pimentel, que vive solteiro no seu engenho do Escurial; foi Capitão de Auxiliares do Terço do Mestre de Campo Antonio da Silva e Mello, o qual Terço se acha extincto.

Christovão de Barros Pimentel, que segue.

D. Adriana Wanderley, que morrêo menina.

Christovão de Barros Pimentel cazou com D. Antonia de Barros Pimentel, filha de Sebastião Lins e de sua mulher D. Ignacia de Barros Wanderley, e deste matrimonio tem nascido até o presente:

D. Josepha............menina.

Manoel de Vera Cruz Pimentel, filho de Rodrigo de Barros Pimentel, o *Mouco*, e de sua mulher D. Anna da Rocha, é senhor do engenho Santo Antonio Grande. Cazou com D. Helena Lins, filha de Christovão Lins e de sua mulher D. Adriana Wanderley, e deste matrimonio nascerão:

Antonio de Barros Pimentel, que morrêo solteiro.

Francisco de Barros Pimentel, que continúa.

Manoel da Vera Cruz Pimentel, menino.

João Lins Pimentel, que vive solteiro.

D. Anna da Rocha Barboza, que cazou nas Alagôas com José da Costa Teixeira, filho de Gonçalo da Costa Teixeira,

senhor do engenho.................... na Alagôa do Norte, e de sua mulher Maria Gomes, natural do Rio de S. Francisco. Deste matrimonio, alem de outros, nascerão :

Antonio. } gemêos
José. }
Rodrigo.
D. Anna.
D. Helena.
D. Izabel.
D. Izabel da Conceição Pimentel, que vive solteira.
D. Anna, menina.

Francisco de Barros Pimentel, cazou com D. Brazia Lins, filha de Cibaldo Lins, senhor do engenho do Maranhão, e de sua mulher D. Michaela Coelho Nigramonte, e deste matrimonio tem nascido até agora :

Joaquim e
Sebastião, meninos

DOS LINS DE PERNAMBUCO E PORTO-CALVO

A familia dos *Lins* tem nobre origem em dous illustres irmãos, que á Capitania de Pernambuco viéram poucos annos depois do seu descobrimento ; foram elles :

Cibaldo Lins, de quem se dará noticia.

Christovão Lins, de quem se tratará.

José de Sá de Albuquerque, fidalgo cavalheiro da Caza Real e da Ordem de Christo, nas Memorias Genealogicas da Familia de Albuquerques, que escreveu pelos annos de 1630, diz que estes fidalgos (aos quaes suppõem primos, e a Christovão nomeia Conrado Lins) erão francezes, Principes de sangue e parentes da Senhora Raynha D. Catharina, mulher do Senhor Rey D. João 3º, pelo que vindo governar o Brasil Gaspar de Souza, lhe recommendava aquella Raynha, então Regente do Reino, que de sua parte vizitasse estes seus parentes ; mas, nem Gaspar de Souza veio ao Brasil no tempo da sobredita Raynha, se não muitos annos depois, nem esta tradição me parece crivel.

O Padre Fr. Manoel Calado, no Valeroso Lucideno, que escreveu quando estavam mais frescas as noticias destes cava-

lheiros, afirma que eram florentinos e parentes do Grão Duque da Toscana, e esta é a opinião que me parece verdadeira.

Fernão Fragoso de Albuqnerque, homem principal de Pernambuco, que ainda vive com mais de 80 annos (na era de 1748 mais ou menos), Christovão da Rocha Wanderley, descendente da caza de *Lins*, me asseverou que vindo o *Lins*, por certo rebellião de Florença, d'onde eram successores da caza do Grão Duque, com seus primos Felippe Cavalcanti e Simão Accioly, ficou este na Ilha da Madeira, aquelle passou ao Brazil, e elle cazou com uma filha do Marquez de Alegrete, para o que mandára El-Rey, antes do matrimonio fazer......... ascendencia que tinha dos *Lins*, que lhe déra El-Rey por armas ....E na..............que fossem fidalgos como ....Estrellas; de cujo matrimonio com a filha do Marquez de Alegrete teve trez filhos, que forão:

Conrado Lins,

Cibaldo Lins, e

Christovão Lins, que passarão ao Brasil; cazando o Conrado com uma filha de Jeronymo de Albuquerque; o Christovão em Porto-Calvo, e o Cibaldo não cazou, e passou á Bahia, onde teve filhos naturaes.

Christovão Lins foi o primeiro provedor das Terras de Porto-Calvo, que conquistou aos Indios Pitagoarés, e n'ellas levantou sete engenhos, por cujos serviços Jorge de Albuquerque Coelho, Terceiro Donatario de Pernambuco, lhe fez mercê no anno de 1600, da Alcaydaria-mór da dita Villa, quando a erigisse, para elle e todos os seos successores, filhos e descendentes para sempre, o que consta da Provisão passada a seu neto do mesmo nome em 16 de Janeiro de 1657. Cazou com D. Adrianna de Olanda, que com mais de cem annos de idade vivia ainda em 1643, a qual era filha de Arnáo de Hollanda, natural de Uterck, e de sua mulher Brites Mendes de Vasconcellos, irmã do Papa Adriano 6°. E por via materna neta de Bartholomeu Rodrigues, Camareiro-mór do Infante D. Luiz, filho do Senhor Rey D. Manuel, e de sua mulher Joanna de Góes Vasconcellos. E deste matrimonio nascerão (*):

(*) *Corog. Portug.* Tom. 3°, Liv. 2°, Theat. 8, Cap. 35, pag. 393. —*Theatr. Geneal.* Tab. 213.

Bartholomeu Lins, que continúa.

Ignez Lins, que cazou cam Vasco Marinho Falcão, Progenitor da familia dos *Marinhos*, em cujo titulo se trata da sua descendencia.

Brites Lins, adiante.

Bartholomeo Lins, que vivia em 1635, cazou com Messia da Rocha, irmã de André da Rocha Dantas, cavalheiro da Ordem de Christo, e um dos Cabos que mais se distinguio na Guerra dos Hollandezes, ambos filhos de André da Rocha Dantas, natural de Vianna, e de sua mulher Messia Barboza, natural do Rio de S. Francisco. Deste matrimonio nascerão :

Christovão Lins, de quem fazem honorifica memoria os Act.res que escreverão da Guerra Hollandeza, na qual se devêo muito ao seu valor, respeito e authoridade; foi cavalheiro da Ordem de Christo, e Alcayde-mór da Villa do Bom Successo de Porto-Calvo, por Provisão de 15 de Janeiro de 1657, e em varias ordens que se lhe expedirão sobre a guerra dos Palmares, no anno de 1664, as quaes se acham registradas no Liv.° 2° do Secretario do Governo de Pernambuco, ainda nomeiado por Mestre de Campa, cuja patente não tinha encontrado (*)

Do termo de irmão da Caza do S. Mizericordia de Olinda, que assignou a 12 de Julho de 1673 (e da qual foi Provedor no anno de 1681) parece que ainda então vivia solteiro ; porem é certo que foi cazado com D. Brites de Barros Pimentel, filha de Rodrigo de Brrros Pimentel, o de sua mulher D. Jeronymo de Almeida, e que deste matrimonio não houve successão.

Cibaldo Lins, que continua.

Matheos Lins, que na transmigração, que no anno de 1635 fizeram os povos de Pernambuco por occasião da entrada dos Hollandezes, e da qual nos dá lamentavel noticia o General Francisco de Brito Freire, na sua *Nova Luzitania*, foi para Portugal onde cazou com D. Joanna de Carvalho, filha de João Alves de Carvalho. fidalgo da Caza Real e Dezembargador da Relação e Caza do Paço, e de sua mulher D. Maria de Andrada,

(*) *Brito*, Liv. 8°, N°. 638.—*Lucideno*, sup.—*Castriot.*, Liv. 6.° N.° 93-94—estoli—*Secret.*, Liv.° 1, fls. 215. Fol. 57 *et alibi*.

e não sei se houve successão deste matrimonio, nem delle tivéra noticia se não o achára em um titulo da familia dos *Carvalhos*, escripto na Villa da Certam, no anno de 1744, por Jacintho Leitão Manso de Lima, famoso Genealogino do nosso Reyno, do qual dos dá noticia o padre D. Antonio Caetano de Souza, no *et parato* da sua *Hist. Geneal. da Caza Real Portugueza*, e nas Advertencias e Addições, que assim dá no fim do Tom. 8°, e o Abbade de Sever, Diogo Barboza Machado na sua *Bibliot. Lusitan.*

Constantino Lins, que na mesma occasião foi para a Bahia, onde foi Capitão e Cabo da Fortaleza do Mar, e cazou na mesma Cidade com N......... irmã de Manoel Telles Barreto, fidalgo da Caza Real, e deste matrimonio ha descendencia na mesma Bahia, mas della não tenho individuaes noticias.

D. Maria Lins, adiante.

D. Cosma Lins, que cazou com Rodrigo de Barros Pimentel, filho de Rodrigo de Barros Pimentel e de sua mulher D. Jeronyma de Almeida. (Vide titulo de *Barros Pimenteis*).

Cibaldo Lins foi senhor do engenho Maranhão de Porto Calvo. Cazou com D. Cosma de Barros Pimentel, filha de Rodrigo de Barros Pimentel, e de sua mulher D. Jeronyma de Almeida, e deste matrimonio nascerão :

Christovão Lins, que segue.

D. Jeronyma Lins, adiante.

Christovão Lins, a quem chamarão o *Gentil*, honra que fez de especiozissima presença, foi senhor do engenho do Maranhão. Cazou com D. Adrianna de Wanderley, filha de Manoel Gomes Wanderley, e de sua mulher D. Messia de Barros, e deste matrimonio nascerão :

Gonçalo Lins, Sacerdote do habito de S. Pedro.

Bartholomeu Lins, que foi cazado com D. Maria Borges, filha de Gonçalo Novo de Lyra, senhor do engenho do Espirito-Santo e Santa Luzia do Araripe, e de sua mulher D. Cosma da Cunha de Andrade, e deste matrimonio não houve successão.

Cibaldo Lins, que segue.

Sebastião Lins, adiante.

D. Cosma Lins, que cazou com Christovão de Barros Pimentel, senhor do engenho do Escorial, filho de Rodrigo de

Barros Pimentel, *o Mouco*, e de sua mulher D. Anna da Rocha, e deste matrimonio houve successão (Vide titulo de *Barros Pimenteis*).

D. Helena Lins, que cazou com Manoel da Vera Cruz Pimentel, filho de Rodrigo de Barros Pimentel, *o Pimentel*, e de sua mulher D. Anna da Rocha, e da sua posteridade se trata no mesmo titulo dos *Barros Pimenteis*.

D. Thereza de Jesus Lins, adiante.

D. Messia Lins, que cazou com Christovão Lins, filho de Rodrigo de Barros Pimentel e de sua mulher D. Manoela Accioly Lins, e deste matrimonio ha successão de que se trata no sobredito titulo de *Barros Pimenteis*.

Cibaldo Lins, que vive no seu engenho do Maranhão e exercita o posto de Sargento-mór da Villa de Porto-Calvo, por Patente do Governador.

Cazou com D. Michaela Coelho Nigramonte, filha de Manoel Coelho Nigramonte, senhor do engenho da Guerra de Ipojuca, e de sua mulher D. Adrianna Wanderley, e deste matrimonio nascerão :

Cibaldo Lins, que fallecêo menino.

Gonçalo Lins, Clerigo Presbitero, Administrador da Capella de Nossa Senhora do Bom Despacho de......... Camaragibe, muito grande poeta latino e vulgar.

Sebastião Ignacio Lins, que ainda não tomou estado. Outro

Cibaldo Lins, que fallecêo menino.

D. Joanna Gualberta Lins.

D. Adrianna Wanderley.

D. Jeronyma do Carmo de Jesus, que vivem solteiras.

D. Brazia Lins, que cazou com Francisco de Barros Pimentel, filho de Manoel da Vera Cruz Pimentel, e de sua mulher D. Helena Lins, e no titulo de *Bezerras Pimenteis* se dá noticia da successão, que deste matrimonio tem havido atê o prezente.

D. Thereza de Jesus, e

D. Maria da Purificação, de pouca idade.

Sebastião Lins, é senhor do engenho de Capiana em Porto Calvo, cazou com D. Ignacia Victoria de Barros Wander-

ley, filha de João Baptista Accioly e de sua mulher D. Maria Wanderley. Deste matrimonio nascerão :

José Damasceno Lins, que segue.

Miguel Accioly Lins, que vive solteiro.

D. Maria de Barros Wanderley, que cazou com Sebastião Lins Wanderley, filho do Capitão-mór José de Barros Pimentel e de sua mulher D. Izabel de Almeida. Deste matrimonio ha successão de que se escreve em titulo de *Barros Pimenteis.*

D. Adrianna de Almeida, adiante.

D. Maria Accioly, que cazou com Francisco Caetano da Silva e Mello, filho de Antonio da Silva e Mello, senhor do engenho do Anjo de Serinhaem, e Mestre de Campo do Terço de Infantaria, que houve na mesma Villa, e de sua primeira mulher D. Sebastiana da Rocha Lins. Deste matrimonio tem havido successão de que se pode ler no titulo de *Wanderleys.*

D. Antonia de Barros Pimentel, que cazou com Christovão de Barros Pimentel, filho de Christovão de Barros Pimentel e de sua mulher D. Cosma Lins. Da sua geração se escreve em titulo de *Barros Pimenteis.*

João Damasceno Lins, cazou com D. Anna Luzia........., filha de José de Barros Pimentel e de sua mulher D. Maria José da Rocha, e deste matrimonio tem nascido até o presente :

Joaquim e

João, que falleceram meninos.

D. Adriana de Almeida, cazou duas vezes ; a primeira com Antonio da Silva e Mello, senhor do engenho do Anjo de Serinhaem, e Mestre de Campo do Terço de Auxiliares que houve na mesma Villa, filho do Coronel Christovão da Rocha Wanderley, e de sua mulher D. Feliciana de Mello da Silva, do qual Mestre de Campo Antonio da Silva e Mello foi D. Adrianna de Almeida primeira mulher. Deste matrimonio houve successão de que se trata no titulo de *Wanderleys.* A segunda com o Capitão Antonio Luiz da Cunha, filho de Sebastião Correia da Silva e de sua mulher N......... Neto por via paterna de Antonio Alvares da Silva, cavalheiro da Ordem de Christo, senhor do engenho do Lucena de Porto-Calvo, e de sua mulher D. Anna Maria Gomes, que forão moradores em Serinhaem. Deste matrimonio tem nascido até o presente :

Sebastião Lins.

D. Thereza de Jesus Lins, cazou e foi terceira mulher de Manoel Alvares de Moraes Navarro, cavalheiro da Ordem de Christo, que foi Mestre de Campo do Terço de Infantaria paga por Sua Magestade, mandou a conquista do Assú, a que chamarão dos Paulistas, o qual era natural da cidade de S. Paulo, e filho de Manoel Alvares Marzelo, e de sua mulher Anna Pedroza de Moraes, como consta da entrada de irmão da Santa Caza de Mizericordia de Olinda, de que assignou termo a 5 de Junho de 1731, e da qual foi Provedor-mór no mesmo e anno nos de 1736 e 1743, servio de Vereador mais velho na Camara da mesma Cidade. Deste matrimonio nascerão :

D. Anna Francisca Xavier, que cazou com o Dr. João Luiz de Souza Cavalcanti, filho do Capitão Pedro Coelho Pinto, e de sua primeira mulher D. Remualda Cavalcanti. E deste matrimonio não tem havido successão até o presente.

D. Maria de Moraes Lins, adiante.

D. Izabel de Moraes Lins, que cazou com o Dr. Manoel de Araujo Cavalcanti, filho de Capitão Pedro Coelho Pinto, e de sua primeira mulher D. Remualda Cavalcanti. Deste matrimonio tem havido successão de que se refere no titulo de *Cavalcantis*.

D. Adriana Cavalcanti, que cazou com Gonçalo José Cavalcanti de Albuquerque, filho de Manoel de Barros Cavalcanti, fidalgo da Caza Real, e de sua mulher D. Maria do Nascimento de Moraes, e deste matrimonio tem havido a sucessão de que se trata em titulo de *Cavalcantis*.

D. Maria de Moraes Lins, cazou com o Capitão Antonio de Araujo Vasconcellos, senhor do engenho de Mussupinho, do termo da Villa de Iguarassú, filho de.............. Deste matrimonio tem nascido até o presente

D. Anna Maria das Neves, que cazou com o Capitão Francisco Antonio de Souza, filho de Antonio Alvares de Souza, e de sua mulher D. Maria Magdalena de Sá e Moraes, filha de Theodozio Nunes de Souza e D. Magdalena de Sá Moraes.

D. Maria do Canto.

Antonio José Lins, morreo cazado sem successão.

D. Francisca Xavier Lins, cazou com José da Cunha Mendes de Azevedo, senhor do engenho Machado.

D. Jeronyma Lins, cazou duas vezes; a primeira com João Baptista Accioly, filho de João Baptista Accioly, fidalgo da Caza Real, e Sargento-mór da comarca de Pernambuco, segundo marido de D. Maria de Mello, e deste matrimonio houve a geração de que se dá noticia em titulo de *Acciolys*.

A segunda com Belchior Brandão de Castro, homem honrado de Vianna, que servio de Juiz de Orfãos da Villa do Bom Successo de Porto-Calvo, e depois de enviuvar voltou para a sua patria. Deste segundo matrimonio nascerão:

Antonio Lins, que foi para Vianna com seu pae.

José Lins Brandão, que morrêo solteiro.

D. Maria Lins, que cazou duas vezes; a primeira com Manoel Camello da.............., que era Senhor do Engenho do Escurial, quando os Hollandezes entrarão nesta Capitania, e a segunda com Clemente da Rocha Barboza, cavalheiro da Ordem de S. Bento de Aviz e Sargento-mór da Comarca de Pernambuco. Deste segundo matrimonio houve a successão de que se escreve em titulo de *Rochas Barbosas,* e do primeiro nascêo unico:

D. Maria Camello, que cazou duas vezes; a primeira com Miguel Bizerra, a quem matarão os Hollandezes, o qual era filho de Antonio Bizerra, o *Barriga,* e de sua mulher Izabel Lopez, e deste matrimonio houve successão que não permanece, como se pode ver em titulo de *Bezerras Barrigas,* e a segunda com Sebastião de Carvalho, fidalgo da Caza Real e Dezembargador da Relação e Caza do Paço, e de sua mulher D. Maria de Andrada e deste matrimonio não houve geração.

Brites Lins, cazou com Balthazar de Almeida Botelho, fidalgo da Caza Real e cavalheiro da Ordem de Christo, o qual era natural de Lisbôa, e deste matrimonio nascerão:

Christovão Botelho de Almeida, fidalgo da Caza Real e senhor de dous engenhos em Porto-Calvo, que no anno de 1639 queimarão os Hollandezes, retirou-se para a Bahia, donde passou á Hespanha, e falleceo sem cazar, nem deixar successão.

D. Jeronymo de Almeida, mulher de Rodrigo de Barros Pimentel, o *Velho,* filho de Antonio de Barros Pimentel e de

sua mulher Maria da Hollanda. Da sua successão se trata em titulo de *Barros Pimenteis*.

D. Adrianna de Almeida, que cazou com Manoel Gomes de Mello, senhor do engenho do Trapiche do Cabo, filho de João Gomes de Mello, o *Velho*, e de sua mulher Anna de Hollanda, de cuja posteridade se trata em titulo de *Mellos da Caza do Trapiche*.

DOS ROCHAS BARBOZAS

Ctemente da Rocha Barboza, cavalheiro da Ordem de S. Bento de Aviz, que no anno ce 1651 servia na guerra dos Hollandezes, com o posto de Capitão de Infantaria, em que viéra provido de Portugal (d'onde era natural, mas não sei de que provincia) em um dos soccorros que viérão a Restauração de Pernambuco, é o principio de que se deve deduzir a familia do sêo appellido, que tem o seu assento em Porto-Calvo, onde elle vivêo, e tem vivido os seus descendentes, ficando reformado depois da guerra, foi promovido por Patente Real de... de .... no posto de Sargento-mór da Camara de Pernambuco, que servio até o anno de 1682, em que falleceo como se percebe da Patente de Domingos Gonçalves Freire que lhe succedêo :

Cazou Clemente da Rocha Barboza (a quem chamarão de alcunha o *Pé de pato*, por ter uma perna muito enchada) em Porto-Calvo, com Maria Lins, viuva de Manoel Camello de Queiroga, e filho de Bartholomêo Lins, e de sua mulher Messía da Rocha, e por este cazamento foi senhor do engenho Escurial, porque alem da parte que nelle tinha sua mulher, comprou a Sebastião de Carvalho, por escriptura feita na Nota do Tabellião João Fernão, ao qual Sebastião de Carvalho, ficou pertencendo por morte de sua segunda mulher.

D. Maria Camello, filha de do primeiro matrimonio que contrahio Maria Lins com o dito Manoel Camello de Queiroga, o que consta do testamento com que fallecêo Sebastião de Carvalho, que se acha no Cartorio do Juiso de Orphãos de Olinda. Deste matrimonio de Clemente da Rocha Barboza com Maria Lins nascerão :

Christovão da Rocha Barboza, que continua.

D. Anna da Rocha, que cazou com Rodrigo de Barros Pimentel, *(o Môço)* e de sua mulher D. Cosma Lins, e deste matrimonio, digo desta união, ha posteridade de que se trata, digo de que se dá noticia, em titulo de *Barros Pimenteis.*

D. Adriana da Rocha, que foi mulher de André da Rocha Falcão, filho do Capitão André da Rocha Dantas, cavalheiro da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Maria de Souza, e da successão, digo da sua descendencia, se escreve em titulo de *Rochas Falcões.*

D. Maria da Rocha, mulher de João Mauricio Wanderley, cavalheiro da Ordem de Christo, filho de Gaspar de Wanderley, Capitão de Cavallaria das tropas Hollandezas, que foi primeiro marido de D. Mariá de Mello. Da sua successão se trata em titulo de *Wanderleys.*

Christovão da Rocha Barboza, que foi cavalheiro da Ordem de S. Thiago, e ainda vivia em 1701, como vi de um documento que de mim fiou o Mestre de Campo Antonio da Silva e Mello, cazou com D. Maria de Barros Pimentel, filha de Rodrigo de Barros Pimentel *(o Môço)* e de sua mulher D. Cosma Lins, e deste matrimonio nascerão :

Rodrigo de Barros Pimentel, que cazou com sua prima D. Ignez de Barros Pimentel, filha de Rodrigo de Barros Pimentel *(o Mouco)*, e de sua mulher D. Anna da Rocha, da qual foi primeiro marido ; mas deste matrimonio não houve geração.

Antonio da Rocha, que segue.

Luiz de Barros Barboza, e

José de Barros Pimentel, que morrerão de pouca idade.

D. Maria de Barros Pimentel, primeira mulher do capitão-mór José de Barros Pimentel, *(o Môço)*, filho do capitão mór José de Barros Pimentel *(o Velho)*, e de sua mulher D. Maria de Accioly, e deste matrimonio ha successão de que se escreve em titulo de *Barros Pimenteis.*

D. Jeronyma de Barros, que não tomou estado.

D. Ignez de Barros Pimentel, que foi primeira mulher do Capitão mór actual de Porto-Calvo, Gonçalo da Rocha Wanderley, filho de João Mauricio Wanderley, cavalheiro da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Maria da Rocha, e deste

matrimonio ha posteridade de que se escreve em titulo de *Wanderleys*.

Antonio da Rocha Barboza, que servio no posto de capitão de cavallos, por Patente do Governador. Cazou e foi primeiro marido de D. Izabel de Almeida Wanderley, filha de João Mauricio Wanderley, cavalheiro da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Maria da Rocha, e deste matrimonio nascerão :

Antonio da Rocha Barboza, que continua.

D. Maria José da Rocha, que cazou com José de Barros Pimentel, filho de João Baptista Accioly e de sua mulher D. Maria Accioly. Da sua successão se trata em titulo de *Barros Pimenteis*.

Antonio da Rocha Barboza, que vive neste anno de 1761, em Porto-Calvo, onde serve o posto de capitão de cavallos por Patente do Governador. Cazou com D. Roza Maria de Almeida, filha do Capitão mór Gonçalo da Rocha Wanderley e de sua primeira mulher D. Iguez da Rocha Pimentel, a qual havia sido cazada clandestinamente com Francisco de Barros Botelho. Deste matrimonio tem nascido até o presente :

Gonçalo da Rocha Wanderley,

Bento da Rocha Wanderley,

D. Maria José Wanderley, meninos.

DOS ROCHAS DANTAS

Esta familia tem seo principio em André da Rocha Dantas, homem nobre da Villa de Vianna, na provincia do Minho que vindo a Pernambuco nos primeiros annos da sua povoação, se apresentou no Rio S. Francisco, onde possuio grossas fazendas. Cazou com Messia Barboza, da qual se não conservão mais noticias, que a de ser filha de um dos primeiros povoadores do mesmo Rio de S. Francisco. Deste matrimonio só sei que nascerão o filho e a filha seguinte :

André da Rocha Dantas, que segue.

Messia da Rocha, mulher de Bartholomeu Lins, filho de Christovão Lins, fidalgo florentino, primeiro povoador de Porto-Calvo, e de sua mulher Adrianna de Hollanda. (Vide titulo de *Lins*).

André da Rocha Dantas, que foi um dos valerosos capitães da nossa guerra, na qual servio com grande honra, como referem os historiadores que della escreverão, foi cavalheiro da Ordem de Christo. Cazou com D. Maria de Souza, filha de Vasco Marinho Falcão, o primeiro que veio da provincia do Minho a Pernambuco, e de sua mulher D. Ignez Lins. Deste matrimonio nascerão :

André da Rocha Falcão, que segue

Aurea da Rocha, que foi segunda mulher de Luiz do Rego Barros, cavalheiro da Ordem de Christo, filho de Arnáo de Hollanda Baretto, e de sua mulher D. Luzia Pessôa. Da sua successão se escreve em titulo de *Regos*.

André da Rocha Falcão, cazou com D. Adrianna da Rocha, filha do Sargento-mór Clemente da Rocha Barboza, cavalheiro da Ordem de S. Bento de Aviz, e de sua mulher D. Maria Lins. Deste matrimonio nascerão :

João Lins de Vasconcellos, que segue

Antonio da Rocha Falcão, adiante.

Sebastião da Rocha

D. Adriana...

D. Roza......... que fallecêo solteira.

E fóra do matrimonio teve André da Rocha Falcão em Anna Soares, mulher branca e Christã velha, e

Marianna da Rocha, que cazou com sêo primo Luiz do Rego Falcão, filho de Luiz do Rego Barros, cavalheiro da Ordem de Christo, e de sua segunda mulher Anna da Rocha. Da sua geração se trata em titulo de *Regos*.

João Lins de Vasconcellos, cazou com D. Ignêz de Almeida Pimentel, filha do capitão-mór João de Barros Pimentel *(o Velho)*, e de sua mulher D. Maria Accioly. Deste matrimonio nascerão :

João Lins de Vasconcellos, senhor do engenho do Meio, e Sargento-mór da Cavallaria de Porto-Calvo, e vivendo sem ter tomado estado.

N........... que morrêo solteiro.

D. Francisca Josepha Thereza Lins, adiante.

D. Anna Maria Jozé, que vive solteira.

D. Maria Margarida Thereza, que cazou ha poucos annos

com Manoel de Chaves e Caldas, filho de Francisco de Barros Pimentel, e de sua mulher D. Antonia de Caldas, e tem successão. (Vide titulo de *Barros Pimenteis*).

D. Francisca Jozepha Thereza Lins, cazou e foi segunda mulher de Jozé de Paiva e Souza, que foi Coronel, o qual era natural da Almada, e irmão do Conego da Sé Velha, Manoel de Paiva Reys, e do termo de irmão da Caza da Santa Mizericordia de Olinda, que assignou a 11 de Abril de 1717, consta ser filho de Manoel de Paiva, cavalheiro da Ordem de S. Bento de Aviz, e de sua mulher D. Francisca dos Reys. Neto por via paterna de Antonio de Paiva, e de sua mulher D. Thereza de Jesus. E por via materna neto de João Cardozo e de sua mulher D. Izabel dos Reys, todos naturaes do Patriarchado de Lisbôa. Deste matrimonio nascerão :

João Francisco, que morréo menino.

João Francisco Xavier de Paiva Lins, Clerigo Presbytero, que no presente é Parocho da freguezia de Santo Antonio Merim.

José de Paiva e Souza, Clerigo in minoribus.

Carlos Jozé Accioly Lins, que vive solteiro.

Pedro Leão de Almeida,

Pedro Leão de Barros, e

Pedro Leão Accioly, que morreram solteiros

Ignacio Manoel Accioly,

Joaquim Jozé Lins de Paiva, e Antonio José Accioly Pimentel, de pouca idade.

D. Brites de Almeida,

D. Marianna Francisca Lins,

D. Helena de Almeida.

D. Ignez Thereza Caetana de Paiva,

D. Leonor Clara Eugenia Lins,

Antonio da Rocha Falcão, cazou com D. Luiza Wanderley, filha de João Mauricio Wanderley, cavalheiro da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Maria da Rocha. Deste matrimonio nascerão :

João Lins Wanderley, que segue.

José Maria............ que foi para Minas, e não sei o seo estado.

D. Maria José da Rocha, mulher de Francisco da Rocha

Wanderley, filho de André da Rocha Falcão, e de sua mulher D. Magdalena Wanderley, e da sua successão se escreve em titulo de *Regos*.

D. Roza Maria da Rocha, que cazou com Sebastião Mauricio Wanderley, filho de Sebastião Mauricio Wanderley, e de sua mulher D. Thereza Xavier de Mello, com successão. (Vide titulo de *Wanderleys*).

João Lins Wanderley, que vive em Una, onde é senhor do engenho do Tanque ; cazou com D. Joanna Ferreira de Macedo, filha de Manoel Ferreira de Macêdo, e de sua mulher D. Rosa de Macêdo.

DOS WANDERLEYS

A familia dos *Wanderleys* tem em Pernambuco o seo principio em Gaspar de Wanderley, Capitão de Cavallaria das Tropas Hollandezas no tempo que occuparão estas Capitanias, de cuja nobreza temos testemunho autentico em uma certidão do Conde João Mauricio de Nassau.

Eu vi a propria e a tive muito tempo em minha mão, que me dêo a ver o Mestre de Campo Antonio da Silva e Mello, e depois da sua morte a restitui a seo irmão o Padre João Mauricio Wanderley, Vigario de Camaragibe por via de seo parente o Padre Francisco Xáres de Paiva Lins, Cura de Santo Antonio Merim, da qual é fiel copia a seguinte :

« João Mauricio, pela Graça de Deos, principe de Nazáo, Conde de..............., Viandem e Dietz, senhor de Beilstem, Mestre da Ordem Teutonica de S. João, Governador por Sua Serenidade Eleitoral de Brandenburgo, Mestre de Campo General das Provincias Unidas dos Paizes Baixos.

« Fazemos saber aos que a presente virem que por q.to o Senr. João Mauricio Wanderley, que presentemente assiste em Lisbôa, nos pedio lhe quizéssemos dar uma certidão de nobre progenie de seu pay, e avós, por tanto certificamos que seu pae, e avós, e todos que tiveram e ainda hoje tem o nome de *Wandaerley*, sempre forão e ainda hoje são fidalgos de sangue e alinage nobre, e que assim no tempo dos nossos Antecessores, como durante o tempo do nosso governo, merecerão os ditos *Wanderleys* sempre forão do Senhor Eleitor de Branden-

burgo honrados com os principaes cargos, officios e dignidades nobres de sua patria, nos quaes servirão sempre com muito louvor e honra.

Em fé de verdade mandamos despachar a presente, sob nossa propria firma e sello. Dada em Sigen, aos 20 de Dezembro de 1668 annos. *João Mauricio*, Principe de Nazáo. (Sello).

Abraçou Gaspar Wanderley a Religião Catholica Romana, para cazar-se com D. Maria de Mello, filha de Manoel Gomes de Mello, senhor do engenho do Trapiche do Cabo, e de sua mulher D. Adrianna de Almeida, e foi seu primeiro marido, porque D. Maria de Mello, depois de viuva de Gaspar Wanderley, cazou segunda vez com João Baptista Accioly, fidalgo da Caza Real e Sargento-mór da Comarca de Pernambuco, como se vê em titulo de *Accioly*.

Deste matrimonio de Gaspar Wanderley com D. Maria de Mello, nascerão :

João Mauricio Wanderley,

Manoel Gomes Wanderley,

Gaspar de Wanderley,

D. Adrianna de Almeyda Wanderley, que cazou com André de Barros Rego, cavalheiro da Ordem de Christo, senhor do engenho de S. João, na freguezia de S. Lourenço da Matta, filho de Arnáo de Hollanda Baretto, e de sua mulher D. Luzia Pessôa.

Da sua successão se trata em titulo de *Regos*.

João Mauricio Wanderley, parece que nasceo em 1641, porque sentando praça de soldado na Companhia do Capitão João Baptista Pereira, do Terço do Mestre de Campo D. João de Souza, a 3 de Janeiro de 1666, declarou ter 25 annos de idade. Muito se lhe deveo na restauração do Palmar, porque acudio com a sua pessoa, creados, escravos, e mantimentos, servio nos postos de Capitão da Ordenança do Districto da Mangabeira, por patente do Governador D. Pedro de Almeyda de 2 de Abril de 1678, e de Cavallos, por patente do Governador Ayres de Souza Castro, de 7 de Setembro de 1680, e tomou o habito da Ordem de Christo em 1663.

Cazou com D. Maria da Rocha, filha de Clemente da Rocha Barboza, cavalheiro da Ordem de S. Bento de Aviz, e

Sargento-mór da Comarca de Pernambuco, e de sua mulher D. Maria Lins. Deste matrimonio nascerão :

Sebastião Mauricio Wanderley, que segue.

José Mauricio Wanderley, Sacerdote do habito de S. Pedro.

Christovão da Rocha Wanderley, adiante.

Antonio Mauricio, que cazou em Goianna.

João Mauricio, que falleceo solteiro.

Francisco Mans^co., que falleceo solteiro.

Bento da Rocha Barboza Mauricio Wanderley, que foi senhor do Engenho Novo das Alagôas, onde foi Coronel da Cavallaria, e cazou com D. Jozepha de Caldas, filha do Sargento-mór Manoel de Chaves Caldas, e deste matrimonio não houve descendencia.

Bartholomeo Lins, adiante.

Gonçalo da Rocha Wanderley, adiante.

D. Anna Wanderley, que cazou com Christovão de Barros Rego, Senhor do Morgado de S. Bento de Caiará, e da Capella dos Coqueiros de Nossa Senhora da Conceição da Bôa Vista, filho do Capitão Manoel da Motta Silveira, e de sua mulher D. Catharina de Barros, e desta união ha posteridade da qual se escreve em titulo de *Barros da Caza de Caiará.*

D. Adrianna Wanderley, que cazou com.................., adiante.

D. Magdalena Wanderley, que cazou com André da Rocha Falcão, filho de Luiz do Rego Barros, cavalheiro da Ordem de Christo, e de sua mulher Aurea da Rocha, e a sua successão se refere em titulo de *Rochas.*

D. Izabel de Almeida Wanderley, que cazou duas vezes ; a primeira com Antonio da Rocha Barboza, filho de Christovão da Rocha Barboza, cavalheiro da Ordem de S. Thiago e de sua mulher D. Maria de Barros Pimentel, e deste matrimonio houve a geração que se pode ver em titulo de *Rochas Barbozas.* A segunda com o Capitão-mór José de Barros Pimentel, o *Moço*, de quem foi segunda mulher, filho do Capitão-mór Jozé de Barros Pimentel, o *Velho*, e de sua mulher D. Maria Acioly, e deste matrimonio tambem houve successão. Vide titulo de *Barros Pimenteis.*

D. Roza Maria Wanderley, mulher do Sargento-mór

Christovão Paes Barretto e Mello, fidalgo da Caza Real, com succesão em titulo de *Paes Morgados do Cabo.*

D. Luiza Wanderley, que cazou com Antonio da Rocha Falcão, e de sua mulher D. Adrianna da Rocha, e a sua posteridade pertence ao titulo de *Rochas Dantas.*

Sebastião Mauricio Wanderley, que foi senhor do Engenho Forricozo em Porto Calvo, onde viveo, e falleceo em 1762. Cazou duas vezes; a primeira com D. Thereza de Barros Pimentel, filha de Rodrigo de Barros Pimentel, o *Mouco,* e de sua mulher D. Anna da Rocha; a segunda com D. Thereza Xavier de Mello, filha do Capitão Gaspar de Souza Uchôa, fidalgo da Caza Real, cavalheiro da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Adrianna de Mello.

Nascerão do 1º matrimonio:

Manoel de Barros Wanderley, aqui
Antonio Mauricio Wanderley, aqui
Sebastião Mauricio Wanderley, adiante
João Marinho Falcão, adiante,
Gonçalo da Rocha Wanderley, adiante.
D. Maria.................., adiante.
Gaspar Mauricio Wanderley, adiante.

D. Thereza Wanderley, cazou duas vezes; a primeira com Sebastião de Mendonça, morador nas Alagoas, e a segunda com Manoel Jozé de Mello Falcão, filho de Manoel de Mello Falcão, e de sua mulher D. Anna M............ (Vide titulo de *Marinhos).*

D. Anna ...., adiante,
D. Jozepha, mulher de Pedro Lopez.
D. Margarida............, adiante.
D. Quiteria e
D. Adrianna.........que vive solteira.

Manoel de Barros Wanderley, que já é fallecido, cazou e foi primeiro marido de D. Thereza de Moura, filha de Francisco de Barros Pimentel, e de sua mulher D. Antonia de Caldas, e deste matrimonio......

Antonio Mauricio Wanderley, que falleceo em 1753, cazou em Porto-Calvo com D. M............ da Rocha, filha de André da Rocha Falcão, e de sua mulher D. Magdalena Wanderley.

Sebastião Mauricio Wanderley, cazou em Porto-Calvo com D. Roza da Rocha Falcão, e de sua mulher D. Magdalena Wanderley, e deste matrimonio nascerão:

Francisco da Rocha Wanderley, que cazou com D. A..... de Mello, filha de Luiz Novaes, senhor do Engenho das........, e de sua mulher D. Anna de Mello.

Antonio...

Jozé...

Sebastião...

Felix..

João...

Pedro ....

Luiza...

João Marinho Falcão, cazou em Sibiró com D. Anna Vieira................., filha de Braz Vieira, senhor do engenho Sibiró, e de sua mulher D. Anna da Rocha Muniz. Deste matrimonio ha successão.

Gaspar Mauricio Wanderley, cazou em Unna com D. Ignez, filha de Manoel Ferreira de Macêdo, e de sua mulher D. Roza Maria. Deste matrimonio:

D. Ignez Ferreira de Macêdo.

Gonçalo da Rocha Wanderley cazou com D. Anna da Rocha, filha de Francisco Pereira Rego, e de sua mulher D. Ignez da Rocha Pimentel. Nascerão:

João Mauricio Wanderley,

Christovão de Barros,

Alexandre Salgado,

D. Roza e

D. Maria, fallecerão meninas.

Gaspar de..

D. Maria de.............. cazou com Sebastião Gomes da Fonseca, filho de Francisco Gomes da Fonseca e de sua mulher D. Josepha..............

D. Anna Maria Wanderley, que cazou nas Alagoas com Domingos de Siqueira, sobrinho do Capitão Antonio Gomes de Mello, senhor do engenho do Pau Amarello.

D. Jozepha................, que cazou no Cabo com Pedro Lopez de Veras.

D. Margarida, que cazou em Porto-Calvo, com Antonio

Rebello, filho de Christovão Rebello de Abrêo, natural do Reyno, e de sua mulher D. Adrianna de Mello, irmã do Capitão Vasco Marinho Falcão.

Christovão da Rocha Wanderley, que foi Capitão de Cavallos, por Patente Real de 12 de Março de 1703, que confirma a Patente que lhe havia passado o Governador D. Fernando Martins de Mascarenhas de Lencastro; Deste posto passou ao de Sargento-mór das Ordenanças da Villa Formoza de Serinhaem, por Patente do Senhor Bispo o Governador D. Manoel Alvares da Costa, de 19 de Novembro de 1710, e ultimamente ao de Coronel da Cavallaria do Regimento da Manga, por Patente do Governador Manoel de Souza Tavares, de 23 de Maio de 1719; e ainda vive. Cazou duas vezes; a primeira com D. Feliciana de Mello da Silva, filha do Capitão Feliciano de Mello da Silva, segundo marido de D. Brites de Barros Rego; a segunda com D. Jeronyma de Albuquerque Bitancourt, filha de Marcos de Bitancourt, e de sua mulher D. Brites de Albuquerque. Deste segundo matrimonio não houve successão e do primeiro nascerão:

Jozé Mauricio Wanderley, Clerigo Presbitero, digo Clerigo Sacerdote, que succedeo a seo tio o Padre Jozé Mauricio Wanderley, na administracão da Capella de Japirú, falleceo o anno passado.

Antonio da Silva e Mello, que segue.

João Mauricio Wanderley, Sacerdote do habito de S. Pedro, e Vigario confirmado no Parochial Igreja do Senhor Bom Jesus de Camaragibe, termo da Villa de Porto-Calvo.

Manoel de Barros Wanderley, adiante.

D. Gertrudes................. que cazou com João de Souza Teixeira, cavalheiro fidalgo da Caza Real e Tenente de Infantaria do Regimento pago da Cidade de Olinda, filho de Manoel de Souza Teixeira, cavalheiro fidalgo e da Ordem de Christo, Coronel das Ordenanças da Villa do Recife, e de sua segunda mulher D. Marianna de Mendonça e Silva, e deste matrimonio não tem havido successão.

D. Maria............ que vive solteira.

Antonio da Silva e Mello, foi senhor do engenho do Anjo de Serinhaem, e depois de occupar varios postos, foi promovido ao de Mestre de Campo do Terço de Auxiliares que houve na

mesma Villa, por Patente Real de......de...........de 17......, o qual 3.° por sua morte se extinguio por Ordem Regia. Cazou duas vezes; a primeira com D. Sebastiana da Rocha Lins, filha do sargento-mór Manoel da Rochá Lins, e de sua mulher ....; a segunda com D. Adrianna Wanderley Lins, filha de Sebastião Lins, senhor do engenho de Capiana, e de sua mulher D. Ignacia de Barros Wanderley, da qual D. Adrianna de Almeyda foi o Mestre de Campo Antonio da Silva primeiro marido.

Nascerão do 1° matrimonio:

Francisco Caetano da Silva e Mello, que segue.

D. Sebastianna..............

D. Anna.................., que cazou com João Rodrigues Pereira, filho de João Rodrigues Pereira e de sua mulher D...

D. Maria, cazou com o Lic.do João Marques, Cirurgião-mór do Terço de Auxiliares da guarnição. Tem filhos.

D. Felicianna, cazou com o Sargento-mór Carlos Jozé de Mello. Nascerão do 2° matrimonio:

Antonio João Baptista Accioly, que cazou com Francisca ....Luis.

D. Felicianna e

D. Ignacia, que morrerão meninas.

Francisco Caetano da Silva e Mello, cazou com D. Maria Accioly, filha de Sebastião Lins, e de sua mulher D. Ignacia de Barros Wanderley; e deste matrimonio tem nascido até o presente:

João de Barros,

Gonçalo Lins,

D. Gertrudes,

D. Antonia.

Manoel de Barros Wanderley, que ao prezente serve o posto de Sargento-mór da Villa Fermosa de Serinhaem, cazou com D. Maria Lins..................... filha de Manoel Coelho Nigramonte, senhor do engenho da Guerra de Ipojuca, e de sua mulher D. Adrianna Wanderley, e deste matrimonio nascerão:

Christovão da Rocha Wanderley, que segue.

Fr. Pedro........... Religioso do Carmo da Reforma.

João Mauricio............ Clerigo

Antonio da Silva e Mello, cazado com D. Jozepha........, filha de João Paes de Mello.

Ignacio Jozé de Barros.

Jozé Mauricio Wanderley cazou com...................., filha de Francisco da Rocha, irmão do Padre Luiz do Rego.

Henrique Luiz de Barros.

D. Francisca............., que cazou com Estevão Paes de Mello, filho de João Paes de Mello, fidalgo da Caza Real. (Vide titulo de *Paes Morgados do Cabo*).

D. Felicianna, que fallecêo menina.

D. Felicianna, outra, que cazou com o Capitão Miguel Accioly Lins, filho de Sebastião Lins, da Capiana.

D. Anna e

D. Jeronyma, que morrerão meninas.

Christovão da Rocha Wanderley, cazou com D. Anna Cavalcanty N..............., filha de Teixeira Cabral, e de sua mulher D. Cosma de Araujo Bizerra, senhores do engenho de Goiannas. Deste matrimonio tem nascido :

Felix,

João,

N.........

D. Maria, já cazada com Francisco.................., filho de Gaspar Wanderley Pimentel, senhor do engenho Igarassú, tem duas filhas mais...........

Bartholomeo Lins, cazou com D. Roza Maria de Almeida, filha do Capitão-mór Jozé de Barros Pimentel, o *Móço*, e de sua primeira mulher D. Maria de Barros Pimentel. Deste matrimonio nascerão :

João Mauricio Wanderley, que morreo solteiro.

Antonio da Rocha Lins, cazou com........................

D. Thereza de Jesus, adiante.

D. Luiza da Rocha, que cazou nas Alagoas, com o Capitão Antonio Gomes de Mello, senhor do engenho do Pau Amarello, e filho de Gonçalo de Siqueira, natural de Porto-Calvo e de sua mulher D. Maria de Caldas, filha ou irmã do Capitão Manoel de Chaves Caldas, e não tenho noticia de sua successão :

D. Ignacia Maria.

D. Anna Francisca Lins, e

D. Ignez de Barros, que cazou com seo primo Gaspar Mauricio Wanderley.

D. Thereza de Jesus, que cazou e é segunda mulher do Sargento-mór Thomaz Fernandes Caldas, homem de limpo sangue, natural da provincia do Minho, irmão legitimo e inteiro da Mãy do Padre Fr. Antonio das Chagas, Religioso Carmelita descalço, e Vizitador desta Provincia do Brazil, que falleceu em fins do anno passado ou no principio deste de 1761, no seu Convento de Angola, aonde tinha ido vizitar. Deste matrimonio tem nascido até o presente :

Sebastião Mauricio, menino José, que morrêo menino.

D. Ignacia e

D. Roza, meninas.

Gonçalo da Rocha Wanderley senhor do Engenho Novo de Porto-Calvo, e Capitão-mór actual da mesma Villa, por Patente do Governador. Cazou tres vezes; a primeira com D. Ignez de Barros Pimentel, filha de Christovão da Rocha Barboza, cavalheiro da Ordem de S. Thiago, e de sua mulher D. Maria de Barros Pimentel; e a segunda com D. Maria de Barros Pimentel, filha de Rodrigo de Barros Pimentel, o Mouco, e de sua mulher D. Anna da Rocha; e a terceira com D. Cosma, irmã do Padre Luiz do Rego, de que deixou dous ou tres filhos menores.

Do 1° matrimonio :

João Mauricio Wanderley, que morrêo menino.

Christovão da Rocha Wanderley, que segue.

D. Maria da Rocha Wanderley,

D. Roza Maria Wanderley, foi esta a que cazou clandestinamente.

D. Thereza de Jesus Maria, e

D. Ignez de Barros Pimentel, que vivem solteiras.

Do 2° matrimonio :

Rodrigo de Barros Pimentel, adiante.

João Mauricio Wanderley, que vive solteiro.

Francisco da Rocha Wanderley, que morrêo menino.

Antonio da Rocha Barboza, que vive solteiro.

Francisco de Barros Pimentel, que morrêo menino.

Jozé de Barros Wanderley,

Luiz de Barros Wanderley, e

Jozé de Barros, que tambem morreram meninos.
D. Maria de Barros Pimentel, que vive solteira.
D. Anna Rita da Rocha, e
D. Josepha da Rocha Wanderley, que morrerão meninas.
D. Anna da Rocha, que vive sem ter tomado estado.
D. Ignacia da Rocha, que morrêo menina.
D. Maria Jozé da Rocha,
D. Francisca de Barros Pimentel, e
D. Brites Maria da Rocha, que ainda tem pouca idade.

Christovão da Rocha Wanderley, cazou duas vezes; a primeira com D. Thereza de Moura, viuva de seu primo Manoel de Barros Wanderley, e filho de Francisco de Barros Pimentel, e de sua mulher D. Antonia de Caldas; e deste matrimonio não houve successão; a segunda com D. Brites Maria da Rocha, filha de João Marinho Falcão, Mestre de Campo do Terço de Auxiliares das Freguezias de Ipojuca e do Cabo, e Muribeca, e de sua mulher D. Maria Jozé da Rocha. Deste segundo matrimonio de Christovão da Rocha Wanderley tem nascido até o presente:

Jozé Xavier,
João Mauricio Wanderley,
D. Ignez Maria,
D. Maria Jozé da Rocha,
D. Anna Maria.

Rodrigo de Barros Wanderley, cazou com D. Anna Maria José de Albuquerque, filha do Mestre de Campo João Marinho Falcão, e de sua mulher D. Maria Jozé da Rocha, e deste matrimonio tem nascido até o presente, digo nascido até agora:

D. Maria Jozé.

D. Adrianna Wanderley, cazou com Manoel Coelho Nigramonte, senhor do engenho da Guerra de Ipojuca, o qual era irmão do Padre Jozé........., da Companhia de Jesus, foi Reitor dos Collegios de Olinda e do Recife, e do Padre Leandro Coelho Nigramonte, que foi Provedor da Caza da Santa Misericordia de Olinda, nos annos de 1723 e 1724, todos filhos de Francisco Coelho Nigramonte, e de sua mulher D. Brazia Monteiro. Deste matrimonio nascerão:

Manoel Coelho Nigramonte, que cazou no engenho da

Guerra com D. Anna Filgueiras, filha de Luiz Filgueiras, lavrador do mesmo engenho, sem geração.

João Mauricio Wanderley, adiante.

Francisco Coelho Nigramonte, que cazou em Serinhaem com D. Ignacia Maria de Jesus, filha do Capitão Manoel da Rocha Muniz, e de sua mulher D. Maria José da Camara.

Deste matrimonio não tem havido successão.

D. Michaela Nigramonte, que cazou com Cibaldo Lins, senhor do engenho do Maranhão do Porto-Calvo, filho de Christovão Lins, e de sua mulher D. Adrianna Wanderley. Da sua successão digo e da sua geração se escreve em titulo de *Lins*.

D. Maria Lins......... que cazou com seu parente o Sargento-mór Manoel de Barros Wanderley,

D. Anna Maria de Jesus, que cazou no engenho da Guerra com Antonio de Barros Rego, filho de Faustino de Barros Rego e de sua mulher D. Felippa de Caldas de Lunna; não sei se tem geração.

D. Luiza Lins da Rocha, mulher de Manoel Camello de Sá, filho de Nuno Camello de Sá, senhor do engenho de Arariba de Cima, da freguezia do Cabo, e de sua mulher D. Maria de Caldas de Lunna, e da sua successão se trata em titulo de *Sás Cavalcantis*.

D. Thereza......, que vive solteira.

João Mauricio Wanderley cazou no engenho da Guerra, com D. Feliciana da Silva, filha do Capitão Ambrozio Machado e de sua mulher D. Damaciana da Silva, irmã do Padre Antonio Ribeiro da Silva, o qual do termo de irmão da Caza da Santa Mizericordia de Olinda, que assignou a 11 de Abril de 1718, consta ser filho de Manoel Correia Ribeiro, e de sua mulher Feliciana da Silva. Deste matrimonio tem nascido até o prezente:

Ambrosio, que morrêo menino.

João Mauricio Wanderley, e D. Rita......, meninos.

Manoel Gomes Wanderley, cazou com D. Messia de Barros, filha de Rodrigo de Barros Pimentel, o Velho, e de sua mulher D. Jeronyma de Almeida. Deste matrimonio nascerão:

D. Adrianna de Almeida que cazou com Christovão Lins,

filho de Cibaldo Lins e de sua mulher D. Cosma de Barros Pimentel, e da sua successão se trata em titulo de *Lins*.

D. Maria Wanderley, que cazou com João Baptista Accioly, filho do Capitão-mór Jozé de Barros Pimentel, o Velho, e de sua mulher D. Maria Accioly; a sua successão se escreve em titulo de *Barros Pimenteis.*

Gaspar de Wanderley, que foi Tenente-Coronel, cazou com D. Anna Ferreira.

Domingos de Wanderley.

Lazaro de Wanderley, cazou com D. Maria de Mello Bar-Baretto, filha de Gonçalo Paes Baretto e de sua mulher D. Adrianna de Mello. Tem successão entre os mais filhos:

João Paes Wanderley, que cazou com D.........., filha de Luiz de Mello e Albuquerque, irmão do Padre Christovão de Mello e Albuquerque, e de sua mulher D. Michaela Pacheco.

(continúa)

MOEDAS OBSIDIONAES

CUNHADAS NO

RECIFE

EM

1645, 1646, 1654

No espaço de vinte e quatro annos que permaneceram occupando o Recife — de mesquinho povoado de pescadores por elles transformado em opulenta cidade commercial — os Hollandezes estivéram por varias vezes reduzidos á melindrosa situação.

Apertadamente sitiados pelo inimigo, carecendo de viveres, baldos de soccorros da metropole, viviam encurralados no ambito das fortificações, não podendo aventurar um só passo fóra d'ellas sem logo serem arrastados a mortiferas escaramuças pelas nossas companhias de emboscada.

O prolongado cêrco posto, em 1645–46, pelos insurgentes pernambucanos á capital do Brasil Neerlandez, foi um destes periodos calamitosos em que a pertinacia proverbial dos invasores esteve prestes a desfallecer. Para testemunhar do extremo a que chegára então a penuria e o desanimo entre os sitiados, basta o alvoroço enthusiastico com que foi acolhida, a 22 de Junho de 1646, a chegada de dous pequenos hyates com provisões.

O desespero attingira o auge, justificando até a desvairada resolução de fazer-se uma sortida geral, para romper o assedio ou perecer na empreza.

« Dous dias antes do designado para a sortida, a 22 de Junho, escreveu Nieuhof (1), dia que jamais esquecerei, avis-

(1) **Gedenkiveerdige Brasiliaense Zee—en Landt—Reize.** — *Amsterdam,* 1682, pp. 175-176.

tamos no mar duas velas approximando-se impellidas por tão galerno vento que levantavão golphões de espumas. Ao içarem a bandeira do Principe (de Orange) reconhecemos serem navios amigos. Logo que colheram o panno cada um d'elles disparou tres tiros em signal de que vinha directamente da patria. Fretados pela camara de Amsterdam, haviam partido de Texel a 20 de Abril, e traziam noticia de que a todo o instante deviamos esperar soccorros.

«A alegria que se apoderou de todos nós não póde ser descripta. Todos, os a quem a fome ainda permittia andar, corremos para o porto. Cada qual que soltasse mais ruidosas exclamações de jubilo, e o fumo das repetidas salvas obscurecia o ar.»

O successo foi julgado de tamanho alcance para os sitiados que, afim de perpetuar a sua memoria, fizéram cunhar, para serem offerecidas aos capitães dos hyates salvadores, duas medalhas de ouro com a seguinte legenda :

Door de Walk en Elizabet
Is het Reciff ontzet (2)

Foi esta a primeira medalha batida no Brasil e precedida, de pouco menos de um anno, pelas famosas moedas obsidionaes, hoje das mais valiosas raridades numismaticas, comquanto os pormenores da sua cunhagem até agora tenham permanecido quasi ignorados.

Tratemos em primeiro lugar das emissões de ouro de 1645 e 1646.

I

A questão do numerario sempre assaz preoccupou os delegados da Companhia das Indias Occidentaes na conquista americana, e a necessidade de obstar a constante saida de dinheiro de contado determinou o Supremo Conselho a propôr á Assembléa dos XIV a cunhagem de moedas especiaes, que não tivéssem curso na Hollanda nem fóra do Brasil e fôssem emittidas com 15 a 18 % de agio sobre o seu valor na metropole.

O alvitre suggerido bem indica a falta de numerario de que habitualmente se resentia a colonia, e é natural que esta

(2) *Pelo Falcão e o Isabel foi o Recife salvo.*—E' ignorado qual o destino que posteriormente tivéram estas medalhas.

falta se aggravasse em extremo quando paralysadas as transações mercantis em consequencia do assedio do Recife e da ausencia de soccorros de além-mar.

»Para nos libertar destas difficuldades e poder esperar os soccorros promettidos por V. Excs., escrevia o Supremo Concelho a 14 de Setembro de 1645 (3), não só vendemos todo o assucar que tinhamos em deposito, como tomamos dinheiro a risco sobre o que já estava embarcado, afim de pagar aos soldados as etapas e occorrer ás despezos urgentes com as fortificações, que na nossa presente condição não podem ser proteladas. Entretanto, não conseguindo assim obter dinheiro sem acarretar dividas para a Companhia, achando-nos completamente desprovidos de moeda e estando ainda por vender grande parte dos tres mil marcos de ouro do ultima remessa da Guiné, fomos forçados pela extrema necessidade a tomar a resolução de mandar cunhar moedas de ouro de doze, seis e tres florins, tendo de um lado a marca da Companhia e do outro a data do anno, dando-lhes o augmento de 20 % afim de que as mesmas moedas não saiam do paiz e possam ser mais tarde recolhidas.»

O Concelheiro Supremo Pieter Jansen Bas, «por ser muito entendido na materia», foi encarregado da cunhagem, mediante «a concessão de attribuições formaes para este fim, para ficar isento de quaesquer accusações que de futuro lhe podéssem ser feitas a respeito, e uma razoavel gratificação».

Acompanharam ao relatorio exemplares das tres moedas, que foram postas em circulação em fins de Setembro, conforme o testemunho do autor do *Diario ou Breve Discurso acerca da Rebellião dos Portuguezes do Brasil*, publicado em Arnhem, no anno de 1645, que, sob a data de 1 de Outubro, escreveu: «Ha alguns dias que os Senhores do Supremo Concelho assentaram de fazer uma nova moeda, e já se cunhou uma grande somma em ouro de 3, 6 e 12 florins, o que vem muitissimo a proposito para contentar os militares e outras pessoas. Diz-se tambem que cunhar-se-ha moedas de prata; o tempo o mostrará» (4).

---

(3) *Brieven en Papieren uit Brazilie.* Anno 1645. N. 62.
(4) *Rev. do Inst. Arch. e Geogr. Pernam.* N. 32, pag. 147.

A 10 de Dezembro de 1645 o Supremo Concelho reiterava esta communicação aos Directores da Companhia, dizendo:

«Além das difficuldades oriundas da fraqueza das nossas guarnições, como já foi referido e pelo que somos forçados a permanecer encerrados nos nossos fortes, não nos afflige menos a necessidade de arranjar dinheiro para o pagamento das etapas semanaes, dos brasilienses que vencem diarias trabalhando nas fortificações, e dos dous mezes de soldo adiantado á gente livre que tem entrado ao serviço da Companhia, bem como de ainda outras despezas urgentes em um tempo de guerra como este.

«Em consequencia desta precaria situação e não achando compradores para o ouro da ultima caixa vinda da Guiné e aqui conservada, fomos forçados, afim de nos salvarmos, a faze-lo cunhar de accordo com as instrucções assentadas a 4 de Outubro, que encontrareis nos respectivos notulos (5), tendo sido incumbido da cunhagem o nosso collega o Sr. Bas» (6).

Do cotejo dos exemplares que destas moedas obsidionaes chegaram aos nossos dias se verifica terem havido varias emissões ou cunhagens que, entretanto parecem restrictas ao periodo de Setembro de 1645 a Abril de 1646, porquanto do relatorio do Supremo Concelho de 17 deste ultimo mez e anno, consta já terem então cessado.

«Ainda para occorrer ás urgentes necessidades de que escrevemos a V. Exas, no nosso ultimo, lê-se neste documento, não só tivemos de tomar dinheiro a risco sobre os ultimos carregamentos de pau-brasil, como tambem de lançar mão do ouro da caixa trazida da Guiné pelo Sr. Director Jacob Ruyhaver (1604 marcos, 4 onças e 4 oitavas), tirando 359 marcos que foram aqui vendidos a 37 florins a onça, *devido a, por falta de cadinhos e outros instrumentos proprios, não ser possivel cunha-lo*» (7).

Dous trechos dos mesmos relatorios de 29 de Agosto e 29

(5) Na collecção intitulada *Extracten uit de Notulen van den Hoogen Rade in Brasil.* Anno 1645, não encontramos estas instrucções.

(6) *Brieven en Papieren uit Brazilie.* Anno 1645. N. 74.

(7) *Ibidem.* Anno 1646. N. 8.

de Setembro de 1646 (8) parecem confirmar esta supposição.

«Persistindo a falta de numerario, diz o primeiro, tivèmos novamente de recorrer á caixa de ouro da Guiné, da qual retiramos mais 405 marcos, dos quaes vendemos com lucro 50 marcos a 39 e 40 florins a onça, e guardamos o resto no proposito de faze-lo cunhar.»

« Quanto á caixa com ouro aqui guardada, reza o segundo, resolvemos não envia-la já, attendendo a que o presente comboyo segue na estação mais perigosa do anno, quando na Patria são frequentes as mais fortes tempestades, pelo que seria expo-la ao risco de perder-se e assim cauzar prejuizo consideravel á Companhia. Porisso nos aguardamos para remette-la na proxima boa estação».

Outrosim é manifesto que a cunhagem das mencionadas moedas não mereceu a approvação da Assembléa dos XIX Directores da Companhia das Indias Occidentaes, motivo por si só sufficiente para faze-la cessar.

Substituidos os Concelheiros Supremos Hamel, Bas e Bullestrate, aquella Assembléa escrevia aos seus successores, em 1 de Agosto de 1646 :

«Dos notulos de 11 de Dezembro de 1645 consta que se pagou ao Sr. Pieter Bas, pela sua administração da casa da moeda, uma gratificação de 600 florins, exemplo entre outros de que os anteriores Concelheiros Supremos e Secretos sempre cuidaram em satisfazer as suas mutuas pretenções e recompensar os seus trabalhos extraordinarios, por mais vazios que estivéssem os cofres da Companhia, e como até agora o mencionado Sr. Bas não tenha prestado contas deste seu emprego, deliberamos suspender por ora a nossa approvação a semelhante gratificação» (9).

Mais adiante a mesma carta nos fornece dados, embora approximados, da quantidade de ouro da Guiné vendido e cunhado, e accentua a censura dos Directores a tal providencia.

«Pelas cartas vindas d'ahi e datadas de 11 de Dezembro de 1645 e depois, lê-se ali, fomos informados de que sobre o

---

(8) *Briven en Papieren uit Brazilie.* Anno 1646. Ns. 15 e 17.
(9) *Register van uitgaande Brieven.* Vol. II., pp. 3v—5v.

pau-brasil exportado se levantára, por hypotheca, a somma de 40000 florins, e que, além disto, se tirára novamente da caixa de ouro da Guiné mais 359 marcos, o que junto aos precedentes emprestimos mostra que, desde o principio desta revolta, se tem ahi levantado por hypotheca a somma de 114000 florins, e da atraz mencionada e de outras caixas de ouro se retirou a quantidade de 619 marcos, importando em proximamente 215000 florins, com os quaes recursos nada se pagou á milicia além das rações que se lhe forneceu, pelo que devem os mencionados Concelheiros Supremos e Secretos ser intimados a declarar em que empregaram as supracitadas quantias de dinheiro, e outrosim julgamos necessario accrescentar, com relação ao mencionado ouro, que semelhantes retiradas, sendo sem exemplo e feitas contra ordens, muito nos desagradaram, e que não podemos admittir que de novo recorrais a igual expediente, quaesquer que sejam as razões ou cauzas que o possam vir a exigir, e vos asseguramos que se esta nossa deliberação não for observada seremos forçados a dar novas ordens relativas á partida e derrota dos navios da carreira da Guiné» (10).

Emfim, para tirar ao Supremo Conselho do Brasil toda a opportunidade de lançar mão do ouro da Guiné, a Assembléa dos XIX poz em execução esta ameaça, determinando, a 29 de Agosto de 1647 (11), que os navios de regresso da costa d'Africa não tocassam mais no Brasil e fossem completar os seus carregamentos de assucar na ilha de S. Thomé.

São estas todas as informações que, sobre as moedas obsidionaes de ouro cunhadas no Recife em 1645 e 1646, conseguimos respigar na correspondencia inedita trocada então entre os Directores da Companhia das Indias Occidentaes e os seus delegados na conquista americana.

Relativamente ás moedas de prata batidas já nos ultinos dias do longo assedio que terminou com a expulsão dos invasores, são ainda mais parcos os dados que encontramos nos documentos contemporaneos, o que aliás é justificado pela pouca importancia e brevissima duração da respectiva cunhagem.

A 26 de Janeiro de 1654, no proprio dia da assignatura

(10) *Ibidem*, loc. cit.
(11) *Register der uitgaande Brieven.* Vol. II., pag. 35v.

e ratificação da capitulação e entrega da cidade do Recife na campina do Taborda, reunido em sessão o Supremo Concelho, o Thezoureiro-geral Jacob Alrichs declarou estarem os cofres completamente vazios e que mesmo as menores contas não podiam ser pagas, pelo que foi posto em deliberação se não seria de conveniencia fazer cunhar algumas moedas de prata para serem emittidas em semelhante extremidade, devendo serem mais tarde resgatadas.

A vista disto o General Schoonenborch e o Concelheiro Haecx offereceram para este fim a pouca baixella de prata do seu uso particular, «exemplo que por ninguem mais foi seguido». Entretanto assentou-se que, para começar, se lançasse mão de vinte e tres libras de prata arranjadas pelo Thezoureiro-geral, a qual foi entregue a um certo Hendrick Brunsvelt para com ella cunhar peças quadradas, a saber: outra de uma onça (8 *engels*), que correria por dous florins, uma de quatro oitavas (4 *engels*) por um florim e terceira de duas oitavas (2 *engels*) por doze soldos (12).

Mas, já na sessão de 31 de Janeiro, foi presente um requerimento do Mestre de Campo General Francisco Barretto de Menezes, o qual, tendo sido informado de que o Supremo Conselho, antes da entrega da cidade, fôra forçado a mandar cuuhar algum dinheiro de prata, solicitava que fôsse suspenso o respectivo trabalho, para o que se expedio ordem (13).

Do exposto se verifica que a cunhagem destas moedas de prata durou apenas o curto prazo de 26 a 31 de Janeiro, e que provavelmente não passou de ensaios cremos poder demonstrar adiante.

II

Gerard van Loon, o erudito e operoso autor da *Histoire métallique des XVII Provinces des Pays-Bas* (La Haye, 1732 37), foi o primeiro a mencionar pertunctoriamente as circumstancias que determinaram a creação das referidas moedas obsidionaes de ouro, e apresentou gravuras dos tres valores (II 288), sem, entretanto, descer a seu respeito ás minuden-

(12) *Extracten uit de «Notulen» van den Hoogen Rade in Brasil*, den 26 January 1654.

(13) *Cod. cit.*, den 31 January 1654.

cias habituaes, certo por desconhecer os documentos que no presente artigo apparecem pela primeira vez á luz.

Mais de um seculo após foram de novo, e quasi simultaneamente, mencionadas por Prosper Mailliet, no seu excellente *Catalogue descriptif des Monnaies Osidionales et de Necessité, avec Atlas* (Bruxelles, 1870–73), e pelo Visconde de Porto Seguro na *Historia das Lutas com os Hollandezes no Brazil* (Vienna d'Austria, 1871, pag. 219 e Lisbôa, 1872, pag. 313).

Figuraram ainda depois na *Description des Monnaies Obsidionales et de Nécessité de la collection du colonel Mailliet*, organizada por Charles van Peteghem (Paris, 1886), no *Catalogue du précieux Cabinet Numismatique formé par feu Monsieur J. A. Voelcker* (Amsterdam, 1888, Primière Partie: Monnaies de Necessité) e em outros catalogos de vendas. João Xavier da Motta tambem não as esqueceu nas duas edições da sua obra *Moeda do Brazil* (Victoria, 1889 e Porto, 1890).

Finalmente o illustrado e operoso numismographo suisso Julius Meili consagrou-lhes circumstanciada noticia na parte primeira do seu livro monumental *Das Brasilianische Geldwesen*, Zürich, 1897, pp. 13–16 e Est. I).

Das especies descriptas e representadas ali quer nos parecer que houve, pelo menos, quatro emissões das moedas de ouro de 1645–46.

A que evidentemente se deve reputar a primeira, a de Setembro de 1645, constou de peças mais ou menos rhomboedricas, trazendo no anverso, dentro de um circulo de perolas ou pontos, os dizeres ANNO—BRASIL—1645, em tres linhas diametraes, notando-se um pequeno rhomboide depois da segunda palavra; no verso, tambem dentro de um circulo igual, apresentavam um monogramma formado das letras G—W—C iniciaes das palavras *Geoctroyeerd Westindische Compagnie* (isto é, Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes), e, acima delle, a designação do valor, em florins, em algarismos romanos, III, VI ou XII *(Fig. 4)*.

As tres emissões de 1646, cuja ordem chronologica não é possivel determinar, apresentam entre si pequenas differenças: uma é, com excepção do millesimo, perfeitamente semelhante á já descripta *(Figs. 1 e 2)*; outra tem pontos após as palavras

ANNO e BRASIL *(Fig. 6)*, e a terceira não tem pontos nem o rhomboide *(Fig. 5)*.

As moedas de prata, cunhadas em 1654, são de formato semelhante ao das de ouro, porém, unilateraes, isto é, trazem no anverso, dentro de um circulo de perolas, a designação do valor em soldos, em algarismos romanos, X, XII, XX, XXX ou XXXX, o monogramma das letras G—W—C e abaixo a data de 1654, e têm o reverso liso *(Figs. 7–10)*.

«As moedas obsidionaes de ouro, cunhadas em 1645–1646, observa o Sr. Julius Meili, guardam, entre si, a relatividade de pezo correspondente ao seu valor nominal, ao passo que nas de prata, de 1654, as de 12 soldos (systema duodecimal) são notavelmente mais pezadas do que as outras de 10–40 soldos (systema decimal). Esta circumstancia faz suppor que primeiro se fabricaram as de 12 soldos e mais tarde, escasseando o metal, se cunharam as peças, relativamente mais leves, de 10–40 soldos, que entre si correspondem quanto ao pezo» (14).

Conforme vimos atraz (pag. 166) o Supremo Concelho assentára, a 26 de Janeiro de 1654, na cunhagem de tres moedas de prata dos valores de 1 e 2 florins e de 12 soldos; sómente esta ultima parece ter sido fabricada em maior quantidade, não passando provavelmente as de 10, 20, 30 e 40 soldos de ensaios monetarios, bem como a moeda de 20 soldos, de *cobre*, que figura no *Catalogue Descriptif des Monnaies Obsidionales*, de Prosper Mailliet (pag. 68, nº 6); aliás a moeda de 12 soldos é a menos rara de todas as cunhadas no Recife, em 1645–46 e 1654, as quaes sempre que apparecem á venda, attingem preços de 500–600 francos, as primeiras, e de 200 a 300 francos, as segundas.

ALFREDO DE CARVALHO.

(14) *Das Brasilianische Geldwesen*, Vol. I, pag. 16.

REVISTA

DO

Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano

Vol. XII — Março de 1906 — Nº 67

João Fernandes Vieira á luz da Historia e da Critica

Vamos estudar no presente trabalho a vida de um homem, que representa na nossa historia colonial um importante papel, encarando-o sob um aspecto todo differente do que, no longo perpassar de mais de dois seculos e meio tem feito vibrar a penna dos nossos chronistas e escriptores, que se têm occupado do bello trecho dos nossos fastos nacionaes attinente ás lutas travadas com o batavo invasor, lutas essas, que por assim dizer, abrangem todo o periodo que se desenrola desde a sua entrada na capitania, em 1630, até que, á força de armas a evacuaram em 1654.

João Fernandes Vieira, que pelas suas proprias vanglorias e jactancias, e pelo pregão de uns tres escriptores seus contemporaneos, e panegyristas, tem chegado ás culminancias da gloria, como chegára ás culminancias das grandezas, é incontestavelmente um desses homens verdadeiramente felizes, privilegiados de donosa fortuna, para a gloria dos quaes, na phrase de um escriptor, tudo parece concorrer; tudo, a occasião, as circumstancias, a modestia e abnegação de outros, o amor do renome nelles, além do seu proprio merecimento, parecendo que para taes homens brilha durante a vida uma estrella propicia, que ainda depois de mortos continúa a influir em sua memoria.

Astuto, sagaz, e digamos mesmo, intelligente, si bem que inculto, porque nada mais aprendera do que os rudimentos da instrucção primaria, que trouxe da sua terra natal, quando aos onze annos de idade veio foragidamente para Pernambuco; conhecendo a humildade da sua origem, os seus erros e defeitos, e até mesmo o seu crime de lesa patria, desertando do exercito em tempo de guerra para ficar entre os inimigos; Vieira temeu-se dos juizos da posteridade, do seu julgamento perante o tribunal da Historia, e procurou apagar os vestigios de todos os seus desvios, já cercando o proprio nome de uma aureola de benemerencias taes que o immortalisasse perante os seculos, já incumbindo a escriptores faceis, de traçarem a sua historia, ao sabor dos seus intentos, dos seus interesses, abafando os juizos coevos, e preparando as bases do monumento da sua immortalidade!

Com taes elementos legados á posteridade, os unicos que até hoje têm servido de fundamento a todos os escriptos, quer especialmente consagrados a sua vida, quer aos que, de um caracter geral, retrospectivo, delle se occupam, de passagem, ou mesmo detidamente, é que vem a corrente tradicional da sua fama, mas sem se attender que a fama, no dizer de Tacito,—vai sempre alem da verdade.

Vieira, effectivamente, assim *tomado pela rama*, é um vulto superior do seu tempo, *o heroe da sua idade*, como chamaram-no mesmo, e sem contestação alguma, *o Restaurador de Pernambuco*, como se chama a si proprio, dizem os seus panegyristas, e repetem sem o menor exame critico todos quantos se limitam ao simples e muito commodo papel de copistas, ou de repetidores de alheios conceitos.

Já lemos algures, que a *Verdade é a mentira muitas vezes repetida*; e effectivamente, vemos na fama de Vieira, uma absoluta applicação desta paradoxal sentença.

Cumpre, porem, á Historia, que tantas vezes,—levando a analyse ás decisões proferidas e acceitas, tem arrancado as corôas a muitos heroes decantados, para lhes conceder um merito mais humilde,—na phrase de Cesar Cantu; ou contemplando os homens como homens, sem attender á sua fama, posição ou patria, pronuncia ousadamente seus juizos conforme ao direito e á verdade; venha sob taes influxos desvendar-nos

o vulto de Vieira, tal qual foi pela sua indole e sentimentos, pela sua honra e probidade, em fim, sob os aspectos das virtudes civicas que constituem o apanagio dos verdadeiros heroes.

Sim. Que se faça a luz sobre o verdadeiro papel que Vieira representa na nossa Historia, em face de uma critica fria e severa, desapaixonada e justa, porque, perante a qual, como se sabe,—« alguns preconisados heroes que ha na Historia, não resistem a um exame profundo e consciencioso dos feitos que lhe são attribuidos, e outros que perdem bôa porção dos seus louros, quando a flamma do enthusiasmo não deslumbra a razão, que procura aprecial-os com justeza e livre de prevenções. »

Que venha, portanto, a Historia com o seu discernimento severo—distinguir o falso do verdadeiro, que a imaginação póde esconder nas suas phantasias, ou nas tradições aduladoras ditadas pela vaidade ou pela superstição ;—e em face de um estudo serio e criterioso, enveredando-se nesse *mare magnum* das nossas chronicas, da nossa Historia, dos subsidios dos archivos, em quanto material se encontra exparso em escriptos varios, e em fim, no exame attento e creterioso dos proprios materiaes conhecidos e constitutivos de provas em favor dos creditos de Vieira, apurar de tudo isso a verdade, sem odios e paixões, sem subtilezas e deducções falsas : e foi isto o nosso ideal, o seguro guia da nossa orientação no presente trabalho.

Conhecido assim o plano do nosso estudo, entremos no assumpto, imprimindo-lhe um certo tom biographico para melhor attendermos ao caracter e ás diversas phases da vida de Vieira, concluindo nesta parte preliminar, fazendo nossas as seguintes phrases que Cesar Cantu, o notavel historiador dos nossos dias, consigna em um dos capitulos finaes da *Introducção* á sua monumental *Historia Universal*, tratando do *Ideal historico :*

« Sei que o orgulho se irrita contra quem ataca uma opinião arraigada e commoda, e tambem sei que os interesses julgam parcial a quem vai de encontro a elles. Mas appellarei para os homens sinceros e sem prevenção ; e obrarei de modo que aquelles mesmos que não seguem a minha opinião confessem pelo menos que procurei de bôa fé a verdade.—*Deve-se*

notar que forneço as provas; por isso, a differença entre as asserções e documentos me trahiria. »

* * *

De umas informações ministradas a Felner (1), da Ilha da Madeira, quando colhia os materiaes para a organisação da sua *Memoria*, consta que Fernandes Vieira não nasceu na cidade do Funchal, mas sim em uma das parochias da villa de Santa Cruz, o que para assim crer, diz o informante, *tinha bastantes razões.*

O annotador da obra do Dr. Gaspar Fructuoso (2), diz que elle era natural da Ribeira Brava, outra localidade da mesma ilha, *segundo é tradição.*

Calado (3), referindo-se á cidade do Funchal, diz que,— nesta cidade e ilha *foi criado*,—parecendo assim, que Vieira não nasceu naquella cidade, capital da Ilha da Madeira.

Vieira, por sua vez, diz apenas, no seu Testamento (4), que era filho da Ilha da Medeira, sem particularisar o lugar do seu nascimento.

Parece-nos, portanto, que neste particular, devemos seguir a Fr. Raphael de Jesus (5), que escreveu o seu livro sob as inspirações e influxos do proprio Vieira, que nasceu elle na cidade do Funchal, no anno de 1613.

A naturalidade e epocha exactas do seu nascimento, são portanto, factos sabidos por constatações historicas do seu tempo, como vimos; mas a sua filiação, ou particularmente, o nome de seu pai, só teve vulgarisação nos nossos dias, em 1875, pela *Memoria* de Felner, uma vez que, quantos escriptores que anteriormente se occuparam de estudar e escrever a vida de Vieira, se patentearam pouco investigadores, porquanto, com muita antecedencia ás descobertas dos documentos que isso demonstram, já o nosso illustre conterraneo o Commendador Mello (6), tinha publicado no T. II das suas *Biografias*, impresso em 1858, o Alvará de 25 de Junho de 1652,—concedendo-lhe a mercê de dez leguas de terra em Pernambuco. no qual se declara, como nos documentos descobertos e publicados por

Felner, que João Fernandes Vieira *era filho de Francisco de Ornellas Muniz.*

*
* *

Vieira teve tres panegyristas contemporaneos, que se incumbiram de exaltar o seu nome e transmittil-o á posteridade como o mais alevantado vulto da sua epocha.

O primeiro, guardando a ordem chronologica, é o padre Fr. Manoel Calado, que sob o pseudonymo de *Fr. Manoel do Salvador*, publicou em 1648, a primeira parte do seu *Valeroso Lucideno*, titulo este, que por si só importa uma homenagem de respeito ao seu protogonista.

Tratar-se-ha, por acaso, de uma *obra de encommenda*, escripta sob os influxos de Vieira, generosamente recompensada, e impressa ás suas expensas? E' bem provavel. O padre era pauperrimo, e veio para Pernambuco—«com o fim de adquirir algumas esmolas para sustentação de seu velho pae, e para o casamento de uma sua irmã, já capaz de tomar estado,»—como consta do Breve pontificio *Nuper nobis oblata*, de 4 de Junho de 1641 conferindo-lhe o titulo de *Pregador apostolico* (7); e sem duvida, explorando a vaidade de Vieira teve larga recompensa para o cantar em prosa e verso, correndo ainda por sua conta a impressão do livro.

Desejando Vieira possuir uma obra completa da sua vida e feitos memoraveis, uma vez que, do *Valeroso Lucideno* somente a primeira parte foi publicada, e apenas impresso o livro, como refere Innocencio da Silva (8), *foi mandado supprimir, e impedida a sua venda e lição*, até que foi condemnado por Decreto da Congregação do Index de 18 de Junho de 1651; incumbiu dessa tarefa em Lisbôa, naturalmente, quando lá esteve, de volta do seu governo de Angola, ao benedictino Fr. Raphael de Jesus, que, na sua qualidade de Chronista mór do reino, gosava de grandes creditos litterarios: e dahi o apparecimento do *Castrioto Lusitano*, em 1679, cujo titulo é por demais expressivo para dar uma idéa do grosso *in folio* da obra, uma vez que o escriptor assim cognominando a Vioira, o fez por comparal-o ao valeroso portuguez Jorge Castrioto, vencedor dos turcos no Epiro em 1450.

O *Castrioto* tem uma segunda edição impressa em Paris, na qual, mantendo-se o titulo da primeira, invertidamente em uns pontos, e modificadamente em outros, accrescentou-se-lhe ainda este sub-titulo em honra do seu protogonista : — *Obra em que se descrevem os heroicos feitos do illustre João Fernandes Vieira, e dos valentes capitães que com elle conquistaram a independencia nacional.*

Fr. Raphael de Jesus escreveu o seu livro sobre os dados e documentos fornecidos por Vieira, e terminando o seu trabalho em 1676, o submetteu *ao seu exame e emenda* ; e tão ingenuo foi, que na respectiva dedicatoria deixou escapar estas phrases que demonstram clara e positivamente o fim particular da sua incumbencia :

« Os olhos de V. S. busca neste volume meu escrupulo ; nelle achará espelho em que se veja retratado, e todos neste espelho poderão vêr o retrato de V. S., se em tudo se conformar a imagem com o original. Basta a dissimilhança duma côr para destruir o parecer duma imagem ; e porque nesta não falte o menor accidente, o remetto ao exame de V. S., para que com sua emenda, ou com a sua approvação fique a certeza sem duvida, e se leia esta historia sem escrupulo, certo o leitor que vê o que V. S. é na verdadeira representação do que tem sido... Espero meu desengano, e os de todos na definição do certo, e com ella ficará meu trabalho mais luzido, e este volume mais digno de se dar á estampa, uma vez por verdadeiro, e muitas por V. S. sêr o seu assumpto e seu autor. »

Eis ahi os dois trabalhos contemporaneos, unicos pedestaes sobre os quaes se alicerça o monumento das glorias e renome de Vieira legados á posteridade !

Resta-nos, em fim, tratarmos de um outro escriptor, tambem contemporaneo, Diogo Lopes de Santiago, autor da— *Historia da guerra de Pernambuco e feitos memoraveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, heroe digno de eterna memoria, primeiro acclamador da guerra.*

O titulo desta obra deixa tambem transparecer o seu particular objectivo, e ainda mais, o modo por que o autor inicia a historia da guerra da restauração do dominio batavo :— « uma das mais heroicas acções que se tem visto na quarta parte do mundo, a America, na provincia do Brazil, capitania de

Pernambuco, a qual originou e executou com admiravel prudencia, constancia, valor e fortaleza, o insigne varão de eterna memoria João Fernandes Vieira, o primeiro acclamador das guerras de Pernambuco. »

Este trecho, de uma flagrante improbidade historica, autorisa o nosso externado juizo sobre as prevenções que suggere o simples titulo da obra. Entretanto, por motivos que se ignoram, permaneceu inedita por quasi dois seculos, e sômente teve publicidade nos nossos dias. (9)

Diogo Lopes de Santiago é uma entidade completamente desconhecida no nosso meio historico e litterario. Era pernambucano, como suppõe-no Sacramento Blake no seu *Diccionario bibliographico* ? Não possuimos dados para affirmar ou negar. Afigura-se-nos, porem, que era militar, e tomou parte na campanha, como se collige do seu escripto.

No *Inventario das armas e petrechos bellicos que os hollandezes deixaram em Pernambuco*, procedido em 1654, figura um *Diogo de Santiago*, a quem se entregou o commando do forte da Barreta, e fez-se-lhe carga de tudo que se encontrou na fortificação. Será esse, o mesmo *Diogo Lopes de Santiago* autor do escripto em questão ?

Contemporaneo de Vieira, seu amigo, talvez, ou mais acertadamente, preso a elle, ou por dependencias da sua elevada posição, ou da grande fortuna que logrou accumular, o autor do livro em questão, quem quer que seja, cercou tambem o seu nome de uma resplendente aureola de virtudes civicas, de nobreza pessoal, e dos mais generosos sentimentos ; e o exhibe com taes louvores e enthusiasmo, conferindo-lhe em tudo a supremacia da guerra, que não sabemos se correu parelhas com os seus companheiros da empreza de louvaminhas a Vieira, ou se os excedeu mesmo.

* * *

Vejamos agora o que dizem os tres apresentados escriptores contemporaneos sobre os predicados de Vieira, tratando do seu nascimento e da primeira phase da sua vida, sem referirem comtudo,—quem foram seus paes, e muito menos os seus avoengos.

Calado diz apenas, que era elle — De nobre, illustre e grave pae nascido—referindo-se, portanto, somente á seu pae, e silenciando completamente sobre a sua origem pelo lado materno, do mesmo modo, que falando do mestiço Domingos Fernandes chama-o—um mancebo pardo, mas fôrro, *filho de um homem nobre, e rico, viannez.*

Fr. Raphael de Jesus, igualmente omittindo os nomes de seus paes, satisfaz-se em dizer, que — « a sua creação qualificou seu nascimento, e seus generosos procedimentos o claro da sua ascendencia. »

Santiago, em fim, que — « nasceu de nobres paes, e fôra doutrinado conforme a qualidade de sua pessôa, instruido assim nas primeiras letras, como nos bons costumes com que os nobres costumam doutrinar seus filhos. »

Finalmente, o *Nobiliario genealogico das familias que passaram a viver na Ilha da Madeira desde o tempo do seu descobrimento*, escripto por Henrique Henriques de Noronha, e citado por Felner, trata particularmente da familia Berenguer, de Leminhana, que pelos annos de 1500 foi viver para aquella ilha, e chegando a Francisco Berenguer de Andrade, refere que foi — « casado em Pernambuco, pae de D. Maria Cesar, mulher de João Fernandes Vieira, »—sem nada referir quanto á sua filiação, ascendentes e nobreza pessoal ou originaria.

Depois de tudo isso, e quando Vieira attingiu a uma tal ou qual posição social, quer pela sua fortuna, quer pelo papel que representava na guerra da restauração, começaram a apparecer alguns documentos publicos que declaram-no *filho de Francisco de Ornellas Muniz*, que, como se sabe, era de esclarecida familia da Ilha da Madeira, e descendente de Tristão Vaz, companheiro de João Gonçalves Zarco na descoberta naquella ilha em 1419.

Mas o que prova isto em face das omissões dos seus panegyristas contemporaneos sobre a sua origem, como vimos, das reservas do proprio Vieira durante a sua vida, e do silencio que mantem no seu Testamento sobre a sua filiação, — « que parecem denotar profundo resentimento de sua ascendencia, »— e da sua qualidade de mestiço, documentadamente provada, e scientificamente discutida ?

Effectivamente, na verba terceira do seu Testamento, declara elle a sua naturalidade, e nada diz sobre sobre a sua filiação, como era e ainda é costume em semelhantes instrumentos. Entretanto, na verba immediata, declarando que era casado com D. Maria Cesar, accrescenta, que era ella—*filha legitima de Francisco Berenguer de Andrade, e da primeira sua mulher D. Joanna de Albuquerque.*

Porque não fez elle igual declaração á respeito de si proprio?

Averiguado, portanto, que Vieira era mestiço, isto é, *mulato*, na phrase de tres contemporaneos seus, e ainda mais, *mulato liberto*, como affirmam dois daquelles contemporaneos cujo assumpto demorada e opportunamente discutiremos, o que resulta de tudo isso?

E' que era elle filho bastardo do fidalgo Francisco de Ornellas Muniz com uma escrava da casa, nascendo d'est'arte sob a mesma condição de sua mãe, e que, sciente a familia do facto, isto é, filho que era do *senhor moço da casa*, o deu por livre no acto do seu baptismo para assim figurar no respectivo assentamento, o que era muito commum nos tempos da escravidão, convindo não esquecer que nessa epocha existiam escravos não somente na Ilha da Madeira, como em todas as possessões portuguezas, e até mesmo no proprio continente europeo, onde—*pretos escravos innundavam Lisboa*,—na phrase de um historiador; e assim, temos por comprovada as phrases *mulato*, e *mulato liberto*, de contemporaneos seus, os quaes, com elle convivendo em Pernambuco, bem como com a gente da terra, tinham completo conhecimento da sua pessôa e antecedentes para se expressarem assim com sciencia e convicção proprias.

Ornellas Muniz, o pae de Vieira, fidalgo de uma velha casa solarenga da Madeira, tinha naturalmente bens de fortuna, porquanto a ella estavam vinculados a donataria e capitania mor de Machico conferidas por mercê regia a Tristão Vaz, e o morgado da Penha d'Aguia, instituido por Lançarote Teixeira, seus antepassados; entretanto, com o seu fallecimento, Vieira não herdou bens alguns, o que por certo não se daria se elle fosse filho de legitimo matrimonio, ou pelo menos legitimado por seu pae.

De tudo isso guardava Fernandes Vieira resentimentos taes, que deixou-os claramente manifestados na verba terceira do seu Testamento, na qual, omittindo a sua filiação escreve o seguinte: — « Declaro que sou filho da Ilha da Madeira, e não tenho herdeiros forçados alguns, por os meus paes e avós serem já mortos; de mais, caso que fossem vivos não eram meus herdeiros, porque não trouxe de sua casa fazenda alguma, e vim para esta Capitania de Pernambuco de idade de onze annos; e toda a fazenda que possuo adqueri com minha agencia e industria e com as mãos; que ficam sendo bens castrenses, que não são obrigados a herdeiros. »

Vieira effeetivamente, não tinha herdeiros forçados por se extinguirem os das linhas descendente e ascendente, mas restavam os da colleteral, que de conformidade com a legislação da epocha, as *Ordenações Philippinas*, concorriam á herança, na falta dos daquellas linhas; e desde que não se deu semelhante successão, é porque Vieira era filho natural de Francisco de Ornellas Muniz, e portanto, as suas tres filhas sobreviventes, duas das quaes com successão, filhas essas hauridas do seu legitimo matrimonio com D. Antonia Mendes,—não podiam concorrer á herança de seu irmão bastardo.

Vieira portanto, para fugir ao desar de semelhante declaração, uma vez que não tinha filho legitimos, e seus paes e avós, aos quaes desassombradamente se referiu—por serem já mortos,—vem com a tangente de que:—considerada a sua fortuna *bens castrenses*, como taes *não eram obrigados a herdeiros!*

Esta excepção não absolutamente aproveitar-lhe, porquanto, adquirindo os bens que possuia *com a sua industria e agencia*, como elle allega, não podiam de fórma alguma constituirem bens castrenses; e assim applicada, constitue simplesmente uma heresia juridica, que elle, na sua ignorancia, acceitou como um feliz achado do leigo que escreveu o seu testamento, Pedro Soares Barbosa, *Familiar de sua casa*, isto é: mordomo, criado grave, ou cousa que o valha.

Bens castrenses, são os haveres adquiridos na guerra, isto é, os despojos, presas, soldos e vantagens de campanhas, e a guerra contra o invasor não deu ensanchas para nada disto; e

ao contrario, todos concorreram para mantel-a, e ninguem recebeu soldo nem vantagem alguma.

O proprio Vieira declara mesmo no seu testamento, que despendeu grandes cabedaes para a sustentar, e que ficou-se-lhe a dever avultada quantia dos seus soldos de campanha, o que allegava com insistencia sempre que se dirigia ao rei pedindo-lhe graças e recompensas, ou quando proclamava os seus serviços e benemerencias.

Portanto, não foram porque os seus haveres constituissem *bens castrenses*, effuctivamente não sugeitos á successão, que Vieira livremente dispoz de todos elles, mas sim, porque não tendo herdeiros necessarios, descendentes e ascendentes, a sua qualidade de bastardo excluia as suas irmães, filhas de mãe differente, e de legitimo matrimonio de seu pae Francisco de Ornellas Muniz com D. Antonia Mendes, *de quaesquer direitos successorios !*

* * *

Os distinctivos hyerarchicos dos Ornellas e Munizes, que figuram no brazão d'armas de Vieira, estampado abaixo do seu retrato nas edições do *Castrioto Lusitano*, não tem a significação e importancia que se lhes quer dar.

Recebendo em 1648 a mercê do fôro de fidalgo da casa real, o que prova a sua illegitimidade, porque, se fosse filho legitimo de Ornellas Muniz era fidalgo como elle, por direito de hereditariedade ; e cabendo-lhe indicar, para o arranjo e conferencia das suas armas, os signaes ou distinctivos de familia, que deviam figurar no escudo ; e uma vez que não lhe era dado apresentar os das armas de Fernandes e Vieiras, porque lançára mão de taes appelltdos, arbitrariamente, como um meio de encobrir a sua procedencia ; certamente conseguiu um titulo de legitimação regia, como então era costume e facilmente conferiam-nos os soberanos portuguezes, e d'est'arte adaptou e mandou estampar no seu escudo os distinctivos da familia de seu pae.

Effectivamente, os tres unicos documentos que existem declarando que Vieira é filho de Francisco de Ornellas Muniz, nomeadamente a Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de

Setembro de 1649, a Portaria de 30 de Setembro de 1652, e o Alvará de 25 de Junho de 1654, são posteriores á conferencia do diploma regio do fôro de fidalgo, o que prova, que, semelhante mensão vem do titulo de legitimação regia para a conferencia da carta de brazão, e que constando isto do Conselho Ultramarino, por onde corriam os negocios do Brazil, ou porque o processo de legitimação de Vieira teve curso naquelle tribunal, ou porque fosse registrada nos seus livros a competente carta, entendeu que, devia mencionar nos tres alludidos documentos aquella sua recente demonstração de filiação, como era costume em taes instrumentos.

Objectar-se-ha, talvez, que o casamento de Vieira com uma senhora de illustre estirpe, e da primeira nobreza pernambucana, é uma prova da legitimidade do seu nascimento, e dos seus nobres ascendentes. Assim parece, mas, estudando-se o assumpto com um certo criterio, desfaz-se completamente semelhante objecção.

Segundo Calado, Vieira casou aos trinta annos de idade, e tendo nascido em 1613, como refere Fr. Raphael de Jesus, esse acto teve lugar em 1643.

Calado refere, assim, em versos, esta occurrencia :

> Em chegando a idade de trinta annos
> (Tempo opportuno para se casar)
> Sua filha lhe deu para mulher
> O illustre Francisco Berenguer.

De Fr. Raphael de Jesus, porém, se collige, que o seu casamento teve lugar no anno de 1644, porquanto, refere que, —queando Vieira sahiu a campo *era casado de um anno.*— Ora, rompendo a revolução em 1645, quando elle *sahiu a campo,* e sendo então casado de um anno, o seu consorcio teve lugar em 1644.

A occurrencia do facto neste ou naquelle anno é de importancia secundaria. Estudemos antes as suas causas circumstanciaes ou efficientes.

Vieira casou-se com D. Maria Cesar, uma das mais nobres pernambucanas, na phrase de Felner ; senhora do melhor sangue do reconcavo, com muita formosura e pouca idade, se-

gundo Fr. Raphael de Jesus; e filha de Francisco Berenguer de Andrade, de estirpe illustre, clara e verdadeira, descendente pela parte paterna dos condes de Barcelona, e pela materna, da nobre e illustre casa famosissima de Andrade, que os condes de Lemos lhe dão vida, como se expressa Calado.

Santiago, por sua vez, escreve: — « Casou com uma mulher de 13 para 14 annos de idade, das mais nobres da terra, chamada D. Maria Cesar Berenguer, filha de Francisco Berenguer, homem nobilissimo, que sempre foi abalisado em feitos illustres nas armas pela parte masculina, e pela feminina, da nobre casa dos Andrades, de que procedem os condes de Lemos. »

Em fim, os troncos de Francisco Berenguer, na Ilha da Madeira, se remontam a 1480, quando para alli foi o Dr. Pedro Berenguer, de Leminhana, fidalgo da casa real e cavalheiro da ordem de Christo. como consta da citada obra do Dr. Gaspar Fructuoso.

Pela parte materna não era D. Maria Cesar menos illustre, porquanto sua mãe, D. Joanna de Albuquerque era tambem de nobre e illustre familia, de origem principesca mesmo, e uma das mais distinctas e opulentas de Pernambuco pelos seus entralaçamentos com a familia dos donatarios da capitania, dos Cavalcantis, e outras de iguaes distincções.

Vieira, incontestavelmente intelligente, perspicaz e ambicioso, sabendo habilmente explorar todas as situações de que lhe resultassem proveito e glorias; achando-se rico e opulento em uma terra onde chegára—*humilde e pobre*,—graças ao acolhimento e conceito que conquistára dos hollandezes, com os quaes convivia intimamente, arrematando impostos, comprando engenhos e propriedades ruraes, commerciando em grande escala, desempenhando postos militares, cargos de politica, e de administracção júdicial; e occupando elevada posição social em uma cidade cosmopolita, como era a capital do Brazil-hollandez, em cuja população, figuravam abastados mercadores judeos, hollandezes e portuguezes e outros homens ricos de nacionalidades diversas, para os quaes, o dinheiro releva todas as faltas, redime todos os peccados, e á tudo dá realce e esplendor; Vieira, portanto, explorou a situação precaria de Berenguer de Andrade, fidalgo aruinado, pobretão, e conseguiu facilmen-

te a mão de sua filha, que, inexperiente, *de poucos annos, de 13 para 14 annos de idade*, como vimos, não comprehendia as inconveniencias sociaes do enlace, e cedeu ás conveniencias da fortuna a sua mão de esposa a um homem de uma idade desproporcionada á sua, e de uma absoluta desigualdade pessoal.

Este nosso conceito não é infundado, levianamente externado, porquanto o proprio Vieira se incumbe de attestar a fidalga pobreza de seu sogro dizendo na verba quarta do seu Testamento, que — « casara com dita sna mulher *sem receber dote*, e que não levara ella para a sua casa bens alguns *mais que sua pessoa.* »

Alem disso, Calado, transmitte-nos um facto tristissimo, de intimidades familiares, que comprova as condições precarias de Andrade, referindo que, desejando Vieira firmar com Antonio Cavalcanti os vinculos de sua inteira solidariedade ao partido da revolução emancipacionista, ou antes, *ao seu partido*, contractára com elle o casamento de um filho seu com uma sua cunhada, e com seu sogro o de um seu filho com uma filha de Cavalcanti, e porque elles, diz o chronista coevo, — « *por causa da sua pobreza* não estavam em tempo de darem estado a seus filhos, elle, Fernandes Vieira, lhes queria fazer a graça de lhes dar o dote para o casamento ; e este seria alem das *alfaias de de casa e ornato pessoal dos desposados*, a uma o seu engenho Santo Antonio da Varzea, e a outra o de Sant'Anna, moentes e correntes, para que os desfructassem os primeiros quatro annes para si, com o que ficariam ricos e abundantes, e que por outros quatro annos lhes daria de terço.

Foi este alvitre tão grande e de tanto proveito para Francisco Berenguer e Antonio Cavalcanti, que acceitaram o partido, e lhe renderam as graças *pelo grande favor, esmola e mercê que lhes fazia*, e começaram a preparar os casamentos. »

Este facto é tambem referido por Frei Raphael de Jesus, e Santiago, accrescentando este, que esse rasgo de liberalidade de Vieira foi uma simples *traça* para seduzir Cavalcanti ao seu partido !

O leitor, mais tarde, saberá qual era esse *partido de Vieira*, e quaes os fins que o moveram á entrar na revolução...

Eis, portanto, sobejamente explicado o casamento de Vieira com a fidalga D. Maria Cesar : — *um favor, esmola e*

mercê, que fez áquella gente, em quem, se sobravam os pergaminhos de nobreza e fidalguia, faltava-lhes, porem, os bens de fortuna para lhes dar brilho e realce; e os fortes incentivos para arrancarem o consentimento de Berenguer de Andrade ás pretenções do candidato, que, d'est'arte, viu as suas ambições plenamente satisfeitas!

Homem de negocio, incontestavelmente Vieira *fez um bom negocio com o seu casamento*, apezar mesmo de sua mulher não levar *bens alguns mais que a sua pessôa*, segundo a sua propria expressão.

Depois destas considerações constatadas por factos positivos, de documentação valiosa, que importancia tem esse casamento de Vieira com uma fidalga, como corollario da sua apregoada nobreza, da sua pureza de casta, e de tantos outros predicados com que os seus panegyristas, antigos e modernos, o enaltecem para maior fulgor do seu nome?

* * *

Estudemos agora o aspecto da raça de que provinha Vieira, a sua qualidade accentuadamente de mestiço, segundo o testemunho contemporaneo de homens que particular e intimamente o conheciam,

Uma chronica hollandeza sobre a rebellião dos portuguezes do Brazil, escripta em forma de diario por um curioso que residia em Pernambuco quando explodio o movimento, e onde ainda se achava em 1647, tratando dos factos occorridos no dia 11 de Agosto de 1645, diz que — o cabeça dos rebeldes era D. João Fernandes Vieira *mulato liberto*. (10)

Pierre Moreau, de nacionalidade franceza, que residiu por dois annos no Recife, e desempenhou o cargo de secretario de um dos membros do Supremo Concelho, e publicou em 1651 uma obra sobre a revolta dos portuguezes contra os hollandezes, chama por duas vezes *mulato* a Vieira, e na segunda accrescenta que era *liberto*, filho porem de um portuguez. (11)

Objectar-se-ha, talvez, que semelhantes conceitos são falsos por serem externados por inimigos de Vieira, irritadissimos pela sua campanha contra a dominação hollandeza, e portanto uma aleivosia ditada pelo odio, filha do despeito, muito

embora em um delles se lhe dê o titulo de Dom, que elle não possuia.

Concedamos que assim seja; entretanto, resta-nos para destruir semelhantes objecções o conceito de Gaspar Dias Ferreira, portuguez legitimo, homem intelligente e de certa instrucção mesmo, velhos camaradas, e companheiros de exploração de negocios junto aos hollandezes, em Pernambuco, o qual, em uma carta escripta em latim e dirigida ao principe Mauricio de Nassaü, de Amsterdam, em 2 de Outubro de 1645, onde então residia o missivista, diz, tratando dos negocios do Brazil, que S. Exc. já havia de ter recebido a noticia do crime e traição do mulato Vieira (*notitiam... de scelere et perfidia illius mulati Vieira)*, concluindo com a phrase do Evangelho: — *Non potest arbar mala, bonus fructus facere.*

Apezar desse conceito externado na confiança epistolar, Dias Ferreira não se julgou incompatibilisado de continuar a manter as suas relações com Vieira, com quem aliás se correspondia, na intimidade de amigos, como se vê de uma carta que lhe dirigira de Lisbôa em 21 de Setembro de 1852. (12)

Poder-se-ha dizer, que Dias Ferreira não era um amigo leal e sincero; concordamos mesmo; mas não, — que o seu juizo sobre o accidente da côr de Vieira careça de verdade.

Em fim, o illustre major Salvador Henrique de Albuquerque, que deixou o seu nome vinculado ao Instituto por serviços litterarios de grande valor, consagrando a Vieira, de quem era admirador e enthusiasta, um bello artigo sobre o titulo—*Façanhas e rasgos de virtude e patriotismo de João Fernandes Vieira*,—que figura no T. I da nossa *Revista*, termina assim: — « Eis um homem filho do povo, *nascido na escravidão*, e elevado pelo seu merecimento, para dar-nos o exemplo da maior grandeza d'alma, abnegação patriotica, e de muitas outras qualidades raras que possuia. »

Salvador Henrique, cuja probidade litteraria é sobejamente reconhecida, teve sem duvida ás suas vistas algum documento de reconhecida authenticidade, acaso colhido nas suas pesquizas pelos velhos cartorios de Olinda, e diante do qual se convenceu que Vieira *nasceu na escravidão*, para assim o dizer sob a responsabilidade e autoridade do seu nome, uma vez, que, em 1864 quando escreveu e publicou o seu artigo, — a obra de

Moreau não era ainda conhecida em Pernambuco; a *Historia das lutas*, de Varnhagen, que a ella se refere e trata do incidente, appareceu em 1871; e os mencionados documentos, de origem hollandeza, só tiveram vulgarisação muitos annos depois, em 1886 e 1887.

Fernando Dinis, descrevendo na sua obra sobre o Brasil a situação tristissima dos colonos portuguezes de Pernambuco depois da partida do principe de Nassau, perante a qual os odios nacionaes se irritaram, e encorajados pelo facto da restauração de Portugal do dominio hespanhol, deixavam reconhecer os vaticinios sinistros da proxima aniquilação da dominação hollandeza, conclue:

« Então, como se a Providencia quizesse convidar para a obra da regeneração nacional todas as raças, que comprehendiam a povoação do Brasil, de repente appareceram quatro homens resolutos, que representam a nacionalidade brazileira, e que seus contemporaneos honraram com o titulo de libertadores. Vidal e Fernandes Vieira dispõem a conspiração, que effectuam com Dias e Camarão. Um branco, *um mulato*, um preto e um indio conquistam a liberdade da patria, e seu chefe é assaz grande para abandonar o poder terminada que foi a empreza. »

Todos os escriptores da epocha, a excepção de Moreau, calam o incidente da côr de Fernandes Vieira. Ayres do Casal, porem, que escreveu a sua *Chorographia brazilica* em principios do seculo passado, diz que Vieira *era branco*. Mas este conceito, sem fundamento algum que o autorise, tem o valor do proprio trecho historico em que vem elle consignado. — « *Tres homens* se distinguiram nesta prolongada guerra até a restauração do paiz, escreve elle: João Fernandes Vieira, branco; Henrique Dias, preto; e o indio Camarão. » — Ora, quem se esquece, ainda que tratando muito ligeiramente da guerra da restauração, do mais alevantado vulto dos seus heroes, o illustre parahybano Vidal de Negreiros, não póde descobrir em Fernandes Vieira, *com acerto*, a sua côr caracteristica!

Desçamos agora a umas tantas considerações attinentes á elucidação do assumpto.

Analysando-se os traços physionomicos de Vieira, em

face do retrato que fez gravar e publicar á frente do *Castrioto Lusitano*, descobre-se perfeitamente os principaes caracteristicos, ainda que longinquos, da raça ethiopica, de que provinha pelo lado materno :— *maxillas salientes, labios grossos, nariz achatado, e pouca ou nenhuma barba* ; — faltando, porem, um outro accidente biologico, *os cabellos enroscados*, occultos por uma basta e esplendida cabelleira supposta, puramente caucaseana, com que Vieira se fez adornar, para tirar o seu retrato, sem duvida muito de industria, indo mesmo de encontro á moda da epocha, porquanto dos varios retratos de contemporaneos seus, muito vulgarisados e conhecidos, nomeadamente, dos generaes Mathias de Albuquerque, Conde de Bagnuolo, e Francisco Barretto de Menezes, e dos almirantes Pedro Jacques de Magalhães, e Salvador Correia de Sá, alem de muitos outros, nenhum tem cabelleira, figurando, aliás, como Vieira, com os seus grandes uniformes.

Porque Vieira procurou assim esse disfarce para occultar os seus cabellos ?

Quanto ao accidente da côr á descobrir-se no retrato, o systema de gravura, sem colorido, é assaz protector para impedir a sua percepção, de sorte que, os retratos de individuos de côr branca, e de côr parda, apresentam os mesmos tons, e mesmo nos proprios coloridos é geralmente a côr dos segundos muito disfarçada, ou mesmo nullificada, como se observa commummente, pelos tons roseos que o artista imprime na carnação do rosto.

Restava, porem, o incidente dos cabellos ; porem Vieira, que para a consecução dos seus intentos não encontra obstaculo algum, habilmente o removeu, occultando esses comprommettedores cabellos sob uma desusada e basta cabelleira, cujas madeixas, corridas e soltas, emmoldurando-lhe o rosto, cahem sobre os hombros !

Vieira quiz assim occultar, graphicamente, a sua origem, como os seus panegyristas occultaram-na em seus escriptos, e elle proprio, em todos os documentos de sua lavra, nos quaes, aliás, ostenta a sua desmesurada vaidade exaltando os seus serviços, benemerencias, e tantos outros predicados honrosos, mal cabidos, proclamados pelo individuo que presume os praticára.

Certamente exultou elle de contente com a gravura do seu retrato á frente de um livro destinado a atravessar o perpassar dos seculos, deixando assim, de par com as louvaminhas que lhe são tributadas, graphicamente estampados os seus traços physionomicos, ostentando as suas condecorações sobre o rico fardamento de mestre de campo, e disfarçadas ou illudidas, como lhe parecia, toda a feição caracteristica das suas condições ethnographicas; porem, mal pensava elle, que na propria fidelidade da sua physionomia deixava a confissão scientifica da sua origem, e que o proprio disfarce dos seus cabellos concorreria tambem como elemento de prova do cruzamento de raças distinctas, de que era producto, e dest'arte inconscientemente se incumbiu de robustecer o que á respeito dos accidentes da sua côr e origem escrava disseram nada menos de tres de seus contemporaneos e conhecidos pessôaes, um dos quaes isento de suspeição pela sua qualidade de compatriota.

* * *

Respondamos agora a um argumento opposto por Felner, que á seu vêr, prova a *limpeza de sangue* e legitima origem de Fernandes Vieira.

Diz aquelle escriptor, que devia elle ter provado *de quem era filho* quando se habilitou para a mercê do habito de Christo.

Effectivamente, o Titulo XVIII dos *Estatutos da Ordem de Christo*, reformados, ampliados e publicados por acto regio de 30 do Maio de 1627, prescreve, que,—os que forem recebidos na Ordem, devem ser nobres, fidalgos, cavalleiros, ou escudeiros, limpos, sem macula alguma em seus nascimentos, nem outros impedimentos e defeitos que se apontam nos interrogatorios perguntados no processo de habilitação.

Os quesitos do interrogatorio são consignados no titulo immediato, entre os quaes figuram os de nome, idade, naturalidade, filiação e avós dos candidatos, se eram nascidos de legitimo matrimonio, e se foram gentios, ou seus paes e avós, de ambas as partes.

A Felner, portanto, em face dessas prescripções dos Estatutos da ordem, afigurou-se que Vieira, recebendo da munificencia regia o habito de Christo, devia, naturalmente, ter

satisfeito a todas ellas, ou pelo menos *provado de quem era filho*, no respectivo processo de habilitação.

Este facto, porem, não tem importancia alguma em favor dos apregoados titulos de nobreza, graciosamente conferidos a Vieira pelos seus panegyristas; e Felner julgando ter feito um grande achado em favor da sua filiação, *pelo menos*, concorreu, inconscientemente, para a exhibição de provas, que, destruindo a sua proposição, concorrem para ainda mais accentuar as contradictas oppostas.

Mestiço, liberto, sem poder provar a sua filiação, foi effectivamente condecorado com o habito de Christo, do mesmo modo por que tambem o foram o preto Henrique Dias, acaso liberto, e pelo menos descendente de escravos; o indio D. Antonio Felippe Camarão, filho natural, e pertencente a uma raça despresivel e escravisada pela ganancia e prepotencia dos colonisadores do Brasil, o qual, teve não somente aquelle habito, como tambem o fôro de fidalgo, ou de nobreza, o titulo de dom, e a conferencia do cargo de governador e capitão general de todos os indios do Brasil, e como estes, tantos outros; mas nenhum delles, certamente, foi dizer no processo da sua habilitação para a recepção da mercê, *que era filho do sol e neto da lua!*

Felner ignorava, que nesses casos, *havia dispensa das exigencias estatuaes da ordem*, como, exemplificadamente, se fez, entre muitos casos, em favor de Francisco Cabreira, pela carta regia de 4 de Julho de 1624, que é o caso pe Vieira, dispensando—*o defeito de não ser nascido de legitimo matrimonio, para receber o habito da ordem de Christo.*

Ainda mais.

Em 1638, o preto Henrique Dias,—governador dos homens negros,—bem como os capitães Sebastião de Souto e Francisco Rebello, receberam a mercê de um habito das tres ordem militares, que cada um delles escolhesse, determinando a carta regia de 21 de Julho do referido anno, que, — « sem embargo do que dispõem os Definitorios das ordens, se lhes deem logo os habitos, não constando de defeitos cuja dispensação tocasse á Sua Santidade».

Apezar disso, o tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens objectou sobre o caso, houve consultas á respeito, e sub-

mettido o processo á decisão da corôa, baixou a carta regia de 8 de Abril de 1639 determinando, que se avisasse aos agraciados que escolhessem os habitos da sua devoção, e que, conclue el-rei, — « para elles se lhes poderem lançar, sem se lhes fazer provança, sou servido de dispensar em tudo aquillo em que eu o posso fazer; e se escreva ao meu embaixador em Roma, em carta minha, alcance de Sua Santidade o Breve de dispensação, que a Mesa da Consciencia aponta; e que, podendo ser, expedir-se com generalidade para os indios e negros, que, emquanto durar a guerra do Brazil, se assignalarem nella, se faça assim como vos parecer».

De par com as dispensas regias veio a da Curia Romana; e d'est'arte, o preto Henrique Dias, o indio Camarão, e tantos outros, como elles, de identicas condições, tiveram o habito de Christo, e portanto, explicado o facto de igual condecoração conferida posteriormente a Vieira, sem que fosse preciso provar cousa alguma, como insinúa Felner, para dahi tirar provas da sua pretendida nobreza e legitima procedencia. (13)

*
* *

Attingindo Vieira a idade de 11 annos, e vendo-se, talvez, tratado com desprezo pela sua condição de mestiço e bastardo, e sua mãe, acaso, gemendo ainda sob as agruras do captiveiro, partiu furtivamente para o Brazil, com um nome supposto que nada tem dos appellidos de seu pae, — que não o reclama nem o soccorre, — chega a Pernambuco humilde e pobre, deixa logo o Recife, onde saltára, vai para Olinda afim de não ser visto alli da muita gente que ia e vinha da Ilha cada anno, e sem encontrar de prompto uma collocação qualquer na velha capital da colonia, e desejando buscar a honesta vida serve a um mercador para comida, na phrase de Calado, escrevendo em versos a sua biographia.

Racine, o celebre escriptor francez seiscentista, referindo-se nas suas obras a uma *Memoria* apresentada ao rei Luiz XIV, em nome de D. João IV de Portugal, como escreve Felner, diz que Vieira *desceu mesmo a humilde condição de moço de açougue, em Pernambuco*, naturalmente bem informa-

do, ou pela Memoria em questão, ou pelo embaixador portuguez na França, portador daquelle documento.

Depois de algum tempo de serviço, sem vantagem alguma compensadora, na casa daquelle—mercador avarento,—conseguiu collocar-se no estabelecimento de um rico commerciante, de quem conquistára tal estima, confiança e protecção, que em 1630, quando os hollandezes invadiram Pernambuco, tinha ja algum peculio, que posto á bom recado, serviu para o seu resgate e de dois criados seus, por 500 patacas (16$000), *preço em que o hollandez o cotou*, quando cinco annos depois, em 1635, cahiu prisioneiro com a rendição do forte real do Bom Jesus.

Vieira tinha então o posto de *capitão de batedores*, e contava cinco annos de praça, porquanto se alistára em 1630 *nas bandeiras do capitão Affonso de Albuquerque*, e assentou que devia ficar no Recife a tentar fortuna entre o inimigo, abandonando assim a seus companheiros de armas, e a todos os habitantes da capitania, que, deixando as suas fazendas e propriedades se accolheram á sombra daquelles gloriosos baluartes, e seguiram depois da sua capitulação para Porto Calvo, de onde, com toda a tropa, em dolorosa peregrinação, por longinquos e invios caminhos chegaram á Bahia bastante reduzidos pelas asperezas e privações da viagem.

Desertor do exercito, portanto, uma vez que o seu posto vinha da praça de soldado *das bandeiras do capitão Affonso de Albuquerque*, isto é, uma companhia de primeira linha da guarnição de Pernambuco; contando os seus 22 annos de idade, esperto, sagaz, ambicioso, atirou-se sem escrupulos a todas as aventuras, comtanto que visse correr ditosos os seus dias, em demanda dos seus sonhos de felicidades e riquezas; e vendo-se isolado, já sem recursos, talvez, entre desconhecidos estrangeiros, sem amigos e protecção, acceitou o melhor partido que em taes conjuncturas se lhe offereceu, *entrando de criado de servir de um dos membros do Conselho Politico*, como narra Moreau.

Depois de algum tempo deixa o serviço daquelles amos, vai começar a vida por sua conta, entrando em pequenas especulações; — *compra, vende, chatina e mercadeja*,—na phrase de Calado, e tudo lhe correu tão de feição, que poucos annos

depois já estava preparado para as grandes emprezas que concorreram para formar a avultadissima riqueza que conseguiu accumular no breve espaço de dez annos á sombra da tolerancia e protecção dos hollandezes.

Sem escrupulos, sem um certo pundonor mesmo, sectario já do principio de que — *os meios justificam os fins*, — Vieira começou obtendo do inimigo usurpador um encargo vil, como que o dos nossos conhecidos *capitães de campo,* dos tempos da escravidão, assignando um accordo com os membros do Supremo Conselho do Recife, em 17 de Agosto de 1638, pelo qual se lhe concedeu — « apanhar todos os negros pertencentes áquellas pessôas que se tinham retirado, trazendo todos os que apanhasse á presença dos membros do mesmo Conselho, para lhe serem vendidos por 130 reaes a peça, (14) no estado em que se achassem, fossem moços ou velhos, homens ou mulheres. » (15)

Com o intuito de agradar aos hollandezes, tornando-se recommendavel ás suas attenções, aos seus favores ; e já conhecido de pessôas notaveis da colonia por verem-no activo, cortez, e cheio de agrados na casa do seu antigo patrão, Vieira achava sempre um meio qualquer de se chegar a elles, ou para lhes fazer algumas propostas em prol dos interesses da Companhia, ou para mimoseal-os com alguma raridade curiosa e de valor, como refere Moreau, concluindo : — « Em summa, gosava entre elles de tal credito e favor, que não raro era chamado para emittir sua opinião sobre negocios da Companhia, que lhe não eram mais occultos, pois elles desconfiariam de todos, excepto delle. »

Insinuando-se assim no animo dos hollandezes, — « uniu-se com apertada amizade a Jacob Stacourt, homem principal da nação flamenga, » — e com elle teve negocios *de conformidade e por conta de ambos*, e compraram de parceria os engenhos Ilhetas, Sant'Anna e do Meio, como o proprio Vieira declara na verba 22 do seu Testamento.

Conquistára Vieira tamanha confiança no animo de Stacourt, que ao retirar-se elle para a Hollanda o deixou encarregado de todos os seus negocios, com poderes amplos, e deu-lhe uma illimitada carta de credito — para tudo que comprasse sob sua palavra, e que todas as letras e titulos de creditos de

sua obrigação, os receberia e daria plena satisfação, obrigando para isso a sua pessôa e bens.—Além disso deixou um escripto em fórma de instrumento publico, no qual declara — « que morrendo elle nenhum seu herdeiro poderia tomar contas ao dito João Fernandes Vieira, e que tudo que dicesse elle em materia de suas fazendas fosse crido, e somente se estivesse pelo que elle affirmasse, assim de dividas como de melhoramentos, porquanto esta era a sua ultima vontade. »

« Com este credito e bôa opinião, escreve Calado, e com sua honrada correspondencia com todos, veio a ter tanta entrada com os flamengos, que lhe eram mui affeiçoados, e o estimavam sobremodo ; começou a comprar muitas fazendas de toda a sorte, assim seccas como molhadas, e poz suas logeas de mercancia, assim dentro do Recife como fóra delle, nas quaes poz homens portuguezes de confiança, para que lhe corressem com ellas. E como era mui facil em fiar de todos, e vendia por preço mais accommodado que os outros mercadores, e em fim como era portuguez todas acudiam ás suas logeas, e deu-lhe Deus tão bôa mão direita, e tanta ganancia, que em breve se fez senhor de muitos mil cruzados, e comprou o engenho a Jacob Stacourt, e outros quatro mais, e ficou senhor de cinco engenhos, os quaes preparou, e poz moentes e correntes, providos de bons lavradores, e fornecidos com muitos escravos, e com todas as cousas necessarias para os engenhos moerem...»

Presenteando os altos personagens do governo com brindes custosos, e regalando-os com sumptuosos banquetes, no que era correspondido por elles, e muito particularmente pelo Assessor, —semana não se passava em que não houvesse quatro ou cinco jantares, principalmente na casa daquelle funccionario, onde de ordinario se apresentavam os senhores governadores ; — e assim conquistou Vieira as maiores sympathias e uma tão elevada reputação entre os hollandezes, que não recusavam-se elles a lhe conferirem as maiores distincções, e o publico testemunho da sua estima e considerações.

Amigos intimos do principe de Nassau, frequentador dos seus serões aristocraticos nos bellos salões dos seus palacios de Friburgo e Bôa Vista, captando a sua estima e confiança, o generoso principe lhe confere em 1639 a patente de capitão de uma companhia de cavallaria da guarnição do Recife ; tomou

parte na administração judicial da cidade exercendo, por eleição, o cargo de ministro da Camara dos Escabinos ; e na assembléa legislativa convocada em 1640 por Nassau, figura elle como um dos representantes da freguezia da Varzea.

Em fim, em todos os seus negocios perante qualquer estação publica era recebido e despachado com todas as demonstrações de consideração, até mesmo no proprio Conselho Supremo, em cujo recinto tinha assento, e com um semelhante acolhimento e confiança nenhum segredo, até mesmo os de estado lhe eram occultos, por mais intimo que fosse, por maior importancia que tivesse ; e se para elle não havia reserva de cousa alguma, do mesmo modo nada se lhe recusava, quer se tratasse *das cousas mais arduas e difficultosas*, na phrase de Calado, quer mesmo *das mais vis e indecentes*, segundo um escripto hollandez contemporaneo.

Fr. Raphael de Jesus, por sua vez, se externa sobre o bom acolhimento e conceito de Vieira entre os hollandezes ; mas, apezar de procurar dar um certo disfarce ás suas manhas e astucias, escreve estas compromettedoras linhas, atravez das quaes se descobre o homem sob todo o aspecto do seu caracter interesseiro e ganancioso, mas habilmente velado pela sua hypocrisia, sagacidade e refalsamento :

« Valeu-se da industria, e com prudente sagacidade se introduziu com o hollandez de sorte, que se adiantou a todos na estimação, na confiança e na opulencia, havendo-se com astucia tão engenhosa, que era senhor das mais recatadas noticias, e *no seguro dellas obrava cauto e ditoso.* »

Em 1645 era Vieira arrematante do imposto de exploração do páo-brazil, como já havia sido de outros, por contractos celebrados com o governo, nomeadamente o das *Pensões da capitania*, e dos dizimos de Itamaracá, dos quaes obteve em 1641 um abate de 38,000 florins sobre a importancia das suas arrematações, — « causando assim enormes prejuizos á Companhia e a todos os interessados. »

Nessa epocha, como diz o autor de um folheto hollandez, contemporaneo, *A Bolsa do Brazil*, (16) — « os maiores velhacos e traidores eram os que mais entrada tinham com os membros do Supremo Conselho, e João Fernandes Vieira o

maior traidor, éra o mais acceito delles, e por isso concedeu-se-lhe aquelles abates sobre os dizimos que havia arrematado. »

Vieira, portanto, soube tirar o melhor partido possivel das suas relações e intimidades com o invasor, — nas largas contas que teve com os governadores da capitania, que foram do Supremo Conselho, aos quaes comprou quantidades de fazendas, de roupas e de escravos, e algumas terras, e contractos de dizimos, — como elle proprio declara na verba 24 do seu Testamento.

Foi assim que Vieira, no breve espaço de dez annos, que tantos decorrem desde 1635, quando depois da capitulação do forte do Bom Jesus desertou das fileiras do exercito para ficar entre o inimigo, até o anno de 1645, quando o trahiu, desertando de novo, uma vez que tinha o posto de capitão das suas milicias, para empolgar o bastão de chefe de uma revolta que tinha por fim expulsal-o dos territorios por elle conquistados.

Vieira era então o homem — que mais possuia e melhor se tratava, — na phrase do *Castrioto Lusitano ;* e apezar de não podermos exhibir uma resenha completa dos bens constitutivos da sua avultada fortuna, comtudo, podemos dar uma idéa approximada em face de subsidios coevos e de declarações do proprio Vieira consignadas no seu Testamento e em outros papeis de sua lavra.

Diante de taes subsidios, possuia elle na epocha em questão, os engenhos Ilhetas, Sant'Anna, do Meio, S. João, e Santo Antonio, moentes e correntes, e diversas fazendas de grandes tractos territoriaes, em cujas propriedades tinho o melhor de 1,500 escravos e avultado numero de gado de toda a especie ; nove navios de alto bordo, que foram confiscados pelos hollandezes — com as suas grandiosas carregações, — e varias propriedades no Recife de grande valor, uma das quaes, *com ornatos de muita consideração,* servia-lhe de residencia temporaria na cidade, desde que fixou-se no seu engenho S. João, situado na Varzea.

Alem de todos esses bens possuia ainda grandes valores em titulos de creditos, dinheiro em moeda, e — uma grande quantidade de joias, ouro e prata, o que tudo confiou a Vidal de Negreiros, em 1645, de regresso para a Bahia, *afim de pôr*

alli esses valores a bom recado, caso as cousas não corressem aqui bem, como escreve o autor da *Bolsa do Brasil.*

Os panegyristas coevos do afortunado insulano empenham-se á porfia, em exaltar as suas riquezas e o seu trato de um fausto verdadeiramente nababesco.

Um delles diz, que as suas casas da cidade e do campo — « eram ornadas com primor e riqueza, cujo recheio valia muitos mil cruzados, » — o que confirma o proprio Vieira em uma carta dirigida ao principe regente do reino, em 1671, jactando-se do *grande cabedal* que tinha naquellas suas duas casas, nas quaes se ostentavam — « ricos adornos e aparamentos de tapeçarias, pinturas, e escriptorios com muitas joias de grande preço. »

Todo esse luxo decorativo, *o ornato de sua casa*, era estimado em mais de 15,000 cruzados, quantia avultada para a epocha, sem contar as suas *ricas joias e prata de serviço, e moedas de ouro de grande valor, o que valia nestas tres especies o melhor de 80,000 cruzados ;* e despendia avultada quantia no seu *passatempo grave*, com musicos — os melhores que havia, mestres de letras e de armas, pintor de fama, e grande criadagem ; capella de musica com varios instrumentos e diversos ternos de charamellas, e na sua estribaria sustentava vinte e dois cavallos de valor, e com outros tantos mouros para curarem delles.

***

Em 1649 havia uma ordem regia recentemente dirigida ao Conselho Ultramarino, mandando parar com os requerimentos das pessôas assistentes em Pernambuco ; e Vieira, que tinha uns requerimentos de solicitação de graças, pendentes de processo naquelle tribunal, dirigiu-se ao monarcha pedindo-lhe, que, — « sem embargo da ordem dada, se tomasse conhecimento dos seus requerimentos e pretenções, e se consultasse lago a S. Magestade para mandar deferir a elles como houvesse por seus serviços. »

Vieira, a quem, sobre as suas ambiciosas e desmesuradas pretenções, escapou a Fetner, o seu moderno panegyrista, estes incisivos qualificativos de *vaidoso*, e *insaciavel*, allegou no seu

requerimento, pejado de um avultado numero de documentos, firmados, em quasi sua totalidade, por gente de sua dependencia, os seus grandiosos serviços, escrevendo mesmo phrases como estas, que um homem de bom senso e criterioso não as empregaria falando de si proprio: — « que prestára taes serviços com os maiores gastos e despezas que jamais fez vassallo algum, por ser pessôa de muita qualidade e dos mais ricos daquellas partes ;... sendo só o que, com sua industria e grande zelo de bom e verdadeiro vassallo, procurou a liberdade da patria...»

Conclue Vieira o seu requerimento allegando, que por taes serviços, *dignos de toda a remuneração*, já lhe havia feito S. Magestade algumas mercês; porem, como era de razão, que — « em sua casa houvesse perpetua lembrança, com os mais accrescentamentos que dignamente devia esperar por tão grandes merecimentos, e serviços de tanta consideração, » — pedia o deferimento das suas solicitadas mercês. no que foi attendido, como uma excepção pessoal, mas ficando de pé a referida ordem quanto *ás pessôas assistentes em Pernambuco.*

Vejamos agora o que Vieira solicitava nos seus encalhados papeis no Conselho Ultramarino, — « *havendo S. Magestade a tudo respeito (de mais da mercê que tinha feito do fôro de fidalgo e do habito de Christo com commenda de 300$000) mais as seguintes, por sua grandeza, em satisfação de seus grandes serviços » :*

O marquezado da Serra da Copaova, conquistando elle á sua custa o gentio levantado; um titulo de conde no Estado do Brazil, e o do conselheiro de guerra; o senhorio da capitania do Rio Grande do Norte, ou do Cunhaú, com a obrigação de descobrir as minas que houvesse nos seus districtos; duas commendas, sendo uma de lote de 2,000 cruzados e outra de 1,000, das que houvesse vagas ou vagassem; tres habitos das tres ordens para pessôas da sua obrigação; dois officios de justiça para dois homens de sua casa; dez leguas de terra no sertão de Pernambuco, começando do ultimo morador que estivesse de posse para a parte de Santo Antão, com a obrigação de conquistar o gentio que nelle habitasse, e povoar o que fosse sufficiente para isso; o cargo de almirante de todo o Estado do Brazil, com a jurisdição e próes que tinha o do reino; e um

dos governos ultramarinos, o de Pernambuco em sua vida, ou de Angola por seis annos, ou por nove o do Maranhão.

Estudados os papeis no Conselho Ultramarino, e lavrado o seu parecer em 17 de Setembro de 1649, conclue este, que, — fazendo-se effectiva a promettida commenda de 8,000 cruzados, se lhe désse uma outra do mesmo lote, com a faculdade de testal-a em favor de um filho; o governo do Maranhão, por seis annos, com a obrigação de descobrir no rio do Amazonas as minas de ouro, que diziam haver; e um habito de Christo, e dois alvarás de lembrança de dois officios de justiça, guerra, ou fazenda para pessôa de sua obrigação, e que coubesse sua qualidade.

Subindo os papeis á despacho regio, resolveu o monarcha em 20 de Outubro do mesmo anno *como parecia ao Conselho*, accrescentando, que, quanto ao mais que Vieira promettia fazer, — « teria particular cuidado, dando o tempo lugar de se poder tratar de outras emprezas, assegurando-lhe que tinha todo o cuidado nos seus accrescentamentos, e de lhe fazer toda a honra e mercê que merecesse, não só pelo que tinha feito como pelo que promettia fazer. »

Não se conformando Vieira com este despacho, dirigiu uma petição de replica, na qual, referiu-se não só aos seus anteriores serviços, como aos que continuava a prestar na constancia da campanha, justificados por mais outros documentos; e mais commedido agora nas suas pretenções, contentou-se em replicar sobre a conferencia das seguintes mercês: — as promettidas commendas logo que vagassem; em lugar do governo do Maranhão o de Angola, com a obrigação de a fortificar, e descobrir as minas de metaes que nella havia; o almirantado do Brazil, — « *que dignamente estava merecendo*,,» — o titulo de conde do Ceará no Rio Grande, com jurisdição civil e criminal em todas as suas terras e povoações; a doação de dez leguas de terra na parte onde as houvesse devolutas; e que, emquanto nço entrasse no governo servisse de mestre de campo general; e que morrendo na guerra ou durante a mesma, podesse testar todas as suas mercês em filhos ou sobrinhos.

O Conselho Ultramarino, accaso já indignado diante das absurdas e impertinentes pretenções de Vieira, foi de parecer, lavrado em 19 de Outubro de 1650, que se lhe desse logo as

promettidas commendas, e as dez leguas de terra ; e que se lhe dicesse, que, — « *quando a guerra de Pernambuco tiver fim, conforme ao que nella tem obrado, e continúa de novo, lhe mandará S. Magestade fazer a honra e mercê que houver lugar.* »

Apezar dos restricções feitas ás pretenções de Vieira, el rei nada resolveu por então, e só em 2 de Maio de 1652 foi que deferiu a sua petição de replica ; e ampliando um pouco aquellas restricções do Conselho, conferiu-lhe a—effectividade da promettida commenda, a data de dez leguas de terra, a mercê de uma outra commenda do mesmo lote de 300$000, com a faculdade de poder testal-a em favor de um filho seu, o habito de S. Bento de Aviz, e dois alvarás de justiça, fazenda ou guerra para pessôas de sua obrigação, e por conta da promessa que tinha de uma commenda, lhe fazia mercê de consignar logo a de Santa Eugenia d'Alla, que vagou no bispado de Miranda, á cujo titulo lhe mandou lançar o habito de Christo, e outro sim a mercê do titulo de conselheiro de guerra, para o exercer quando houvesse lugar, e do governo do Maranhão por seis annos, com a obrigação de descobrir no rio Amazonas as minas de ouro que dizem haver nelle.»

Por esta simples enumeração das loucas e desarrasoadas pretenções de Vieira, colhidas de documentos officiaes, que Felner encontrou nos archivos publicos de Lisboa, e os consignou, textualmente, na sua *Memoria*, bem se póde avaliar do criterio de Vieira, das suas ambições, da sua tresloucada vaidade, e dos seus sonhos de grandezas e poderio !

Vieira, porém, que ignorava a conferencia das mercês a que nos referimos, e constantes do diploma regio de 2 ne Maio de 1652, soffrego, cançado já de esperar por quasi dois dilatados annos oi seus requeridos despachos, escreven uma carta a el rei em data de 29 daquelle mesmo mez e anno, falando, como sempre, *dos seus merecimentos e serviços*, e mostrando-se resentido de não haver recebido satisfação alguma.

Esta missiva de Vieira teve logo resposta regia expedida em 17 de Setembro, dizendo-lhe o monarcha, que — ha annoa que lhe tem feito mercês, e que mandando saber do seu procsu rador se tinha tirado os seus despachos, respondeu que os uedava solicitando ; — e por fim assegurava-lhe, que, *em virtnados seus serviços, que muito agradecia, designava e esperar uds*

occasiões que se offerecessem ao seu accrescentamento, experimentando então, qual e quanta era a bôa vontade que lhe tinha. (17)

Entretanto, quando Vieira assim solicitava os premios dos seus serviços, tão empenhadamente, tão exigentemente, estava a campanha na sua phase mais aguda, em face dos obstaculos que o poderio da Hollanda oppunha com força e energia; o futuro de uma grande parte do territorio brasileiro, estava pendente, portanto, da sorte da guerra: e dahi se póde colligir o que não pediria elle, que altas pretenções não teve, quando, em fim, depois de nove longos annos de lutas a victoria das nossas armas poz termo a essa porfiada contenda, firmando assim a integridade do territorio do Brasil com a expulsão do invasor em virtude da capitulação da Campina do Taborda firmada no dia 26 de Janeiro de 1654!

Vieira teve então o *fôro grande*, a alcaidaria mór da villa de Pinhel, mais uma commenda lucrativa, a de S. Pedro de Torradas, da ordem de Christo, e os governos da Parahyba e Angola, que successivamente desempenhou, alem das mercês que anteriormente lhe foram conferidas, como vimos, assegurando-lhe el rei, em carta que lhe dirigiu em 29 de Abril, congratulando-se com a victoria, que: — « estivesse muito certo, que nem o seu nome, nem o de seus filhos lhe haviam de sahir nunca da memoria; e que, tanto a um como aos outros não deixaria de honrar e conferir mercês muito conformes aos merecimentos dos seus serviços; e que por ora lhe mandava fazer a que permittia a estreiteza do tempo, esperando accrescental-as nas occasiões que se offerecessem. »

Por Alvará de 25 de Junho do mesmo anno de 1654, recebeu Vieira a doação de *dez leguas de terras em redondo*, situadas em Pernambuco; e por um outro Alvará expedido em 20 de Julho, tambem do mesmo anno, teve a vantajosa administração dos abandonados engenhos de José Lopes Brandão e de seus irmãos, situados na Parahyba.

Por umas Provisões que Vieira declara no seu Testamento, S. Magestade lhe fez mercê—em satisfação dos seus serviços, — de embarcar annualmente 400 caixas de assucar livres de todos os direitos que se pagavam na alfandega de Lisbôa; da administração de umas terras na Parahyba, em que os padres da Companhia de Jesus tiveram tres engenhos; e da mercê

de privilegio — para que não fosse desapossado de fazenda alguma que tivesse por sua, por nenhum governador nem magistrado, sem primeiro ser ouvido e disto dar-se as competentes provas em contrario.

Em 1674, quando já possuia o promettido titulo de conselheiro de guerra, teve, por Provisão de 19 de Outubro, a conferencia do cargo de superintendente das fortificações da capitania de Pernambuco e suas annexas, sem dependencia alguma dos seua governadores, e outras prerogativas mais, ficando sob a sua exclusiva administração as obras de reparos das fortificações existentes, construcções de novas, e seus armamentos, correndo todas as despezas por conta das avultadas verbas destinadas para taes serviços, como tudo consta da alludida Provisão. (18)

As ambições de Vieira, porem, não estavam ainda satisfeitas... Os seus panegyristas sagraram-no com o titulo de *Restaurador de Pernambuco;* era pouco, porque, se tinha de par com isto conquistado as graças terrenas, faltavam-lhe ainda as celestiaes. Volve os seus olhos para Roma; envia ao papa Innocencio X um memorial de serviços prestados á religião, convenientemente documentados, como lhe era facil tudo comprovar com attestados graciosos, e acompanhando a toda essa papellada um documento de mór valia, *uma ordem de uns tantos mil cruzados para o dinheiro de S. Pedro*, expede-lhe a munificencia pontificia, em 1655, um Breve de agradecimentos e louvores, concluindo por conferir-lhe o titulo de *Restaurador da Igreja Americana!*

Passemos agora em revista (uma triste revista!), uns tantos factos, que apezar de limitados pela escassez de dados positivos sobre a vida publica e privada de João Fernandes Vieira podemos colligir, os quaes, não somente muito desabonam do seu caracter, como ainda constatam os corollarios das nossas duvidas sobre a sua honestidade, como opportunamente nos teremos de manifestar.

Sanguinario, de máos instinctos, como, entre outros factos, comprovam o seu procedimento de mandar passar a fio

de espada os indios prisioneiros de guerra, — « porquanto, como refere Calado, sendo vassallos d'El rei e nascidos na capitania de Pernambuco, e creadôs aos peitos da santa madre igreja romana, e doutrinados na fé de Jesus Christo nosso Salvador, *se haviam mettido com o inimigo,* » — do mesmo modo que Vieira, com a aggravante do crime de deserção, em campanha; concebeu um plano sinistro para o rompimento da campanha libertadora, uma traição repugnante, vil, que se tivesse vingado cobreria de opprobrio a patriotica e generosa cruzada da libertação da patria do dominio estrangeiro.

No dia de Santo Antonio teria lugar na bella e faustosa casa de campo de Vieira, na Varzea, com grandes e sumptuosas festas, o casamento de uma de suas cunhadas com um filho de Antonio Cavalcanti, para as quaes se convidariam os membros do Supremo Conselho, e os principaes officiaes civis e militares da colonia. — « Caro porem haviam de pagar o brodio, narra um chronista hollandez da epocha, pois no mais caloroso da festa, e quando o vinho houvesse subido ás cabeças, os convidados seriam accommettidos pela gente para isso disposta, e depois, antes de sabermos do acontecido, nos sorprehendiriam pela noite e far-se-hiam senhores do Recife ! »

Apezar de casado com uma senhora de distincção, *moça e formosa*, na phrase de um chronista coevo, e de não ser mais um homem de pouca idade, Vieira teve concubinas *teúdas e manteúdas*, que lhe deram diversos filhos, e aos quaes se refere em uma carta dirigida ao principe regente do reino, em 1671, nestes termos : — « ainda que os filhos legitimos que tive fallecerem, tenho alguns bastardos que não escusam cuidados á consciencia. « — E' dessa bastardia que vem a sua descendencia.

Conhecidamente, de taes concubinas, sabemos, que de uma chamada Cosma Soares, teve uma filha de nome Maria Joanna Cesar, que casou com Jeronymo Cesar de Mello, capitão-mór de Maranguape, fidalgo da casa real, e cavalleiro de Christo, depois do seu fallecimento, como se vê da — *Escriptura de dote que fez D. Maria Cesar viuva de João Fernandes Vieira, ao capitão mór Jeronymo Cesar de Mello para casar com D. Maria Joanna Cesar, filha natural do mesmo Vieira, em 15 de Junho de 1682.* (19).

Teve mais dois filhos bastardos, naturalmente de outras mulheres : o Padre Manoel Fernandes Vieira, vigario de Maranguape, em favor do qual, Vieira *e sua mulher D. Maria Cesar* constituiram o competente patrimonio canonico por escriptura de 20 de Maio de 1679, e depois teve legitimação regia, como era costume ; e D. Joanna Fernandes Cesar, que casou com Gaspar Accioli de Vasconcellos, fidalgo da casa real, alcaide mór do cidade da Parahyba, e senhor do engenho Santo André, naquella capitania.

De uma outra de suas concubinas, a portugueza Maria de Arruda, teve elle tambem um filho.

A historia desse concubinato é tão deponente e degradante, que damos a palavra ao proprio Vieira para a contar, transcrevendo, textualmente, o que á respeito consigna elle com a maior desfaçatez na verba 25 do seu Testamento :

« Embarcando Jacob Stacourt para a Hollanda me deixou por ordem que retirasse a um seu criado, francez, casado com uma moça portugueza por nome Maria de Arruda, umas casas e dezesete escravos que tinha deixado em seu poder, *o que eu não fiz por certos resueitos, antes o favoreci mais e lhe dei um partido de cannas, que depois vendeu, e os favores que eu lhe fazia era para que a mulher os lograsse ;* e elle era um renegado, e foi grande açoite da nação portugueza.

« Neste mesmo tempo veio a gente da campanha e matou este herege, e deixou um filho que eu *para remediar alguma falta de honra da mulher*, e por desfarçar a suspeita que o flamengo tinha contra mim, chamei um escrivão de orphãos e fiz fazer inventario ; e sem ter bens proprios lhe lancei o que possuia, no inventario, *pelos respeitos referidos*. Fizeram-me seu tutor, e tudo fui acceitando com dissimulação.

« Depois de algum tempo *tive ajuntamento com a dita mulher*, e desse parto delle depois morreu ella, e eu fiquei sendo legitimo herdeiro de todos os bens que ella podia possuir, porque, os que pertenciam a Jacob Stacourt eram meus, bem como os que lhe dei ; demais a mais *era herdeiro pela criança*, pelo que, em consciencia não devo nada ao dito filho, que se chamava Carlos de Oliveira. »

Ainda da citada verba se vê, que Fernandes Vieira abusou da confiança que tinha na casa de Maria de Arrudn, offen-

dendo a uma sua irmã solteira chamada Luiza de Oliveira, e que, para reparar esse crime a casou com o capitão Amaro Lopes Madeira — « a quem dei, declara elle, 8,000 cruzados de dote, como é bem publico, em que entraram as peças (escravos) que a defunta tinha, e um partido de cannas melhor do que o seu, porque esse o tinha vendido a Graco Olince, de que não se cobrou a quantia por respeito da guerra que se fez, e as casas ficaram no Recife, com que nenhuma cousa com o ser meu logrei, antes dei muita fazenda da minha por fazer bem, *e por encobrir faltas e, outros respeitos...»*

Apezar desse seu desvairamento em conquistas amorosas, nem o proprio lar domestico, o santuario da familia, onde residia *sua amada mulher*, como, talvez, por um simples comprazer, ou ironicamente, elle a designa no seu Testamento, mereceu-lhe o devido respeito e acatamento; e acaso, cedendo aos impulsos das leis do atavismo, teve relações com algumas de suas escravas, como por exemplo, a preta Victoria, a quem, *por alguns respeitos* deixou fôrra — « para viver muito bem á sombra de seus herdeiros, sem obrigação de servir, » — ainda que, com a condição de mandar dizer cada anno nma missa por sua alma.

Um *Domingos Fernandes*, filho da escrava Andreza, a quem deixou alfôrreado, tambem com igual obrigação, era naturalmente seu filho, não sómente pelo facto de lhe conceder a liberdade, e de usar de um dos seus appellidos, como pelas recommendações que deixou, de viver elle sempre á sombra dos seus herdeiros, — *« para que se lhe guarde respeito, e lhe favoreçam sempre que possam, sem obrigação de captiveiro. »*

E Vieira não se pejou de referir todas essas miserias num instrumento publico e solemne, como é um Testamento!

Dado o facto da restauração de Pernambuco, em 1654, o general Barreto de Menezes se apressou em mandar levar a El rei as bôas novas de tão faustoso acontecimento, e escolheu para ser o portador dessa noticia o mestre de campo André Vidal de Negreiros, o mais esforçado paladino da restauração, desde a idéa até a sua gloriosa consecução; e effectivamente, a ninguem, mais digno que Vidal, cabia a honra do desempenho de tão nobre tarefa.

Vieira, porem, estomagado pelas suas presumpções de *Restaurador de Pernambuco*, despachou tambem para Lisbôa um navio que sahiu do porto do Recife — *na esteira de André Vidal de Negreiros, e nelle o benedictino Fr. João da Resurreição,* — sob o pretexto de apresental-o ao rei com recommendações suas, *interessado com que S. Magestade premiasse os grandes serviços prestados na campanha por aquelle religioso*, mas com a occulta incumbencia de esforçar-se por antecipar-se a Vidal, e dar a El rei, em seu nome, as bôas novas da libertação de Pernambuco, recebendo por alviçaras, os despachos das suas pretenções.

Fr. Raphael de Jesus, que, velada e capciosamente refere o facto, como é natural, para salvaguardar as occultas intenções do ambicioso insulano, com aquella tangente das recommendações do frade, trahiu-se, porem, apezar das suas subtilezas, e conclue, ingenuamente :

« Navegaram as duas embarcações por differentes rumos, e tomaram a barra de Lisbôa em um mesmo dia, que foi 18 de de Março daquelle mesmo anno. O mestre de campo André Vidal de Negreiros pelas seis horas da tarde, e o padre Fr. João uma hora depois. Mandou André Vidal deitar ferro com a resolução de ficar aquella noite na caravella, e subir no dia seguinte, desembarcando em horas que da caravella entrasse no paço, e nelle sem detença, nem communicação alguma se apresentasse a S. Magestade.

« Sem abaixar vela entrou o padre Fr. João, e subiu ; e ao passar conheceu a caravella do mestre de campo, que estava sobre ferro, pareceu-lhe, que o levava adiante, e pelo alcançar no paço, e nelle o patrocinio do seu negocio, entrou pelas dez horas, falou com o secretario do expediente, e não achando noticias do general André Vidal de Negreiros, *parec[illegible]-lhe crime deter a nova, e engeitar a dita que lhe offerecia a fortuna ;* teve audiencia de S. Magestade, e deu-lhe a bôa nova, que ao outro dia ratificou-a o mestre de campo. »

Occupada a praça do Recife immediatamente á sua capitulação, Vieira lançou logo mão de duas moradas de casas de sobrado situadas na rua dos Judeus, hoje do Bom Jesus, *para deposito dos bastimentos do seu serviço*, sem pagar aluguel algum, apezar de se acharem adjudicadas á fazenda real ; bem

como, algumas casas da senzala dos negros, situada por detraz daquella rua, para alojamento dos seus escravos, sem pagamento algum, até que, decorridos dois annos se resolveu, ou foi coagido a pagar o aluguel da metade da dita senzala, á razão de 20$000 annuaes.

Para a sua habitação particular, porem, recebeu elle a doação de — uma casas grandes de sobrado com frontaria para a rua dos Judeus, que lhes servia de synagoga, — predio este, que, apezar de successivas reconstrucções, occupava o local do que presentemente tem o n. 26 da referida rua do Bom Jesus; mas, como não offerecia as accommodações necessarias ao seu alojamento, foi occupar um outro, tambem situado na mesma rua, que corresponde aos que tem hoje os numeros 64 e 66, sem pagar aluguel algum, sob o pretexto de que o *predio lhe fôro doado pelo hollandez Jacob Baire, seu proprietario.* (2)

Provando depois o capitão João de Oliveira Espinosa que esse predio era de sua propriedade, teve do mesmo a competente posse judicial; porem Vieira permaneceu na sua occupação, deixando-o, porem, temporariamente, quando foi governar a Parahyba, e definitivamente, em principios de 1658 para embarcou para tomar conta do governo de Angola.

Tendo de regressar daquella possessão portugueza, escreveu ao sargento mór João de Mendonça, seu procurador em Pernambuco, incumbindo-o de alugar e preparar o predio em questão para a sua residencia, o que facilmente conseguiu aquelle seu preposto, mediante o adiantamento de um anno de aluguel, correndo, findo esse praso, á percepção de pagamentos mensaes.

Vejamos agora a triste sorte que estava reservada ao infeliz proprietario do predio, pelo que occorreu sobre a sua posse, segundo os autos do pleito judicial que moveu em defeza dos seus direitos, documento este que temos sob as nossas vistas, e em cujas razões allega o seguinte :

« Provará que o dito governador João Fernandes Vieira chegou de viagem a este Recife em dias de Paschoa da Resurreição 2 do mez de Abril de 1662 annos, e se aposentou logo em desembarcando nas ditas casas ; e chegande a occasião delle Autor cobrar ao diante o aluguel do tempo que se tinha remido, não quiz o dito governador pagar-lhe, descompondo-o com

palavras escandalosas afim de o atemorisar, dizendo ultimamente, que, quando chegasse a ultima resolução de S. Magestade sobre as casas deste Recife, largaria estas, e pagaria os alugueis a quem pertencessem, achando-se nesta fórma e com este violento termo com a casa do Autor,

Provará, que por ser o dito governador tão poderoso e temido se introduziu com meio tão fraudulento, e doloso modo na casa do Autor, expoliando-o de sua pacifica posse e dominio em que estava, sem outro algum termo, mais que o de seu absoluto poder ; e considerando elle Autor que se tornasse a repetir pedindo-lhe a casa e os rendimentos della poderia succeder-lhe algum damno em sua pessôa ; e receioso de algum máo successo, se recolheu, esperando a chegada da ultima resolução do principe nosso senhor assim como o dito governador tinha dito. E com a chegada da resolução, se avistou o Autor com o governador sobredito, pedindo-lhe humildemente quizesse pôr os olhos em sua pobreza, entregando-lhe a sua casa, e pagasse os alugueis, e nem casa, nem alugueis, nem nada. »

Assim prepotentemente, abusando do prestigio da sua posição social, manteve-se Vieira na posse da casa sem pagar cousa alguma, e somente depois do seu fallecimento occorrido em 1681, foi que a justiça se atreveu a lavrar sentença final em favor da pobre victima, recebendo então das mãos da viuva do glorificado heroe a posse do seu predio por tão dilatados annos desfructado por elle !

E não foi este o unico pleito em que elle figurava como réo, por encontrar, apezar mesmo do seu poderio, quem se oppozesse ás suas ambições, á sua desmesurada ganancia ; sua viuva, replicando as allegações de Espinosa nos alludidos autos, confessa mesmo, que, — « nesta capitania correram sempre, de muitos annos a esta parte, e corriam actualmente no tempo em que elle falleceu varias demandas contra elle, em que era réo. (21)

Mas todas essas questões, como vimos com a de Espinosa, não tinham andamento, porque se a justiça estava diante do poderio do famigerado madeirense, e demais, armado de uma absurda provisão regia, sem duvida, muito de industria solicitada e conseguida, pela qual gosava do privilegio de não ser desapossado de fazenda alguma que tivesse por sua por nen-

hum governador nem magistrado, sem primeiro ser ouvido, e disto dar-se as competentes provas em contrario !

Em 1654 conseguiu Vieira um alvará regio, expedido em 20 de Julho, pelo qual se lhe fez a mercê da administração de uns engenhos situados na Parahyba, abandonados por seus proprietarios Jooge Lopes Brandão, e seus irmãos, ausentes em Castella, — pondo-se primeiro em pregão o rendimento dos ditos engenhos, e entregue a elle Vieira a sua administrzção pelo maior lanço que houvesse no acto da arrematação. (22)

Em 12 de Fevereiro de 1655 Vieira tomou posse do governo da Parahyba, e o dirigindo até Agosto de 1657, não somente tomou conta daquelles abandonados engenhos dos irmãos Brandões, que emigraram para a Hespanha em 1634, como aiuda *fez mais alguma cousa*, sem ter quem ousasse lhe tomar contas, como consta de um documento contemporaneo, o trecho de uma carta do velho fidalgo Antonio de Albuquerque, dirigida de Lisbôa em Fevereiro de 1667 a ssu irmão Mathias de Albuquerque, que substituiu a Vieira no governo daquella capitania, cujo trecho é assim lançado :

« Vejo o que mais me diz do pouco cabedal com que entra a fabricar aquella fazenda (um engenho em Cunhaú, no Rio Grande do Norte). O certo me parece que Vmc. se aproveitou pouco do tempo qne governou essa Parahyba. Em parte não lhe ponho culpa, porque achou muito verde em sua povoação ; e não succedeu assim a João Fernandes Vieira, que logo se empossou das fazendas dos Brandões, e mandou buscar os nossos cobres (utencilios dos engenhos, os quaes eram então desse metal) ; e sobre isso se deu a tão bôa manha, que os tapuias lhe trouxeram setenta, ou oitenta escravos, que lá tinham do tempo dos flamengos ; e a este homem lhe correu a fortuna com monstruosidades, e em Angola grangeou grande cabedal ; se lhe correu até o fim, é um monstro dos nossos tempos. (23)

O trecho transcripto já foi inquinado de *calumnioso quanto governo da Parahyba*, porque — « Vieira não se *apossou* por sua autoridade das fazendas dos Brandões ; foi sim o rei de Portugal, por Alvará de 20 de Julho de 1654, que concedeu a Vieira a administração destas fazendas. (24).

Mas o autor da missiva não diz que Vista *se apossou*, isto é, apoderou-se daquellas fazendas, e sim, que—*se empossou*,—o que é cousa muito differente, referindo-se a posse que lhe cumpria tomar de taes bens, segundo as prescripções do citado Alvrrá, como vimos ; e nisto cifrou-se a calumnia que o moderno defensor de Vieira teve de refutar do trecho da carta em questão, escripta — « em termos tão crués, que bem parece d'um inimigo de Vieira. »

Este chavão de *inimigos de Vieira* atirado sempre a todos quanto não resam pelas cartilhas de Fr. Raphael de Jesus, Calado e Santiago, é de uma logica esmagadora !

Entretanto ficaram de pé, e sem contestação os factos effectivamente verberados : de *mandar buscar* o material de cobre do engenho dos irmãos Antonio e Mathias de Albuquerque, na Parahyba ; as manhas que empregou para os tapuias lhe trazerem setenta ou oitenta escravos que tinham em seu poder, e ficar-se com elles, em vez de os restituir a seus donos, como cumpria a um governador honrado ; e o grande cabedal que adquiriu, ou *grangeou*, em Angola, como escreve o autor da missiva.

No desempenho do governo de Angola (18 de Abril de 1658—10 de Maio de 1661) viu morrer assassinado um sobrinho de sua mulher, Manoel Berenguer de Andrade, por Alvaro de Aguiar, que o encontrou de noite dentro de sua casa, victima, talvez, dos máos exemplos de libertinagem de seu tio affim, cujas proezas o leitor já conhece.

Mas a Vieira, não lhe foi tão sensivel aquelle facto, na phrase de um chronista portuguez, como a excommunham que lhe fulminaram os jesuitas, em virtude de uma questão de porcos, que se deu no seu governo, — sem ao menos attenderem os padres, que se tratava de um homem condecorado pelo papa Innocencio X com o titulo de *Restaurador da Igreja Americana !*

Cahindo no seu desagrado o capitão Francisco Sidrades Souto Maior, vinga-se vilmente tirando-lhe os cargos de capitão de Combate e pagador geral da conquista do reino de Angola, e passa depois pela humillação de ver o seu acto nullificado pelo governo da metropole, em virtude de sentença que contra elle alcançara Francisco Sidrades no Juizo da Corôa, em

Lisbôa, deixando-se-lhe ainda o seu direito reservado para haver de Vieira as perdas e damnos, que injusta e prepotentemente lhe causou.

Em face dessa sentença, e estando Vieira já então em Pernambuco, recorre Francisco Sidrades a El rei pedindo-lhe que mandasse ordens ao governador da capitania para o citar á se representar na côrte no processo de indemnisação de perdas e damnos que movia contra elle ; — « e porque, diz El rei em carta regia de 29 de Agosto de 1675 dirigida ao governador de Pernambuco, eu desejo que se faça igualmente justiça a meus vassallos, e que os poderosos a não atropellem com seu poder, vos recommendo muito, e mando, que logo que receberdes esta carta ordeneis ao official de justiça, a que tocar, que cite a João Fernandes Vieira na fórma da sentença, que por parte do dito Francisco Sidrades se vos apresentará com esta carta para que mande a este reino assistir a dita causa por seu procurador ; e de como se fez a dita notificação, enviareis certidão do official, que a fizer, remettida ao meu Conselho Ultramarino para ter entendido o que nisto se obrou. »

Ignoramos o resultado da questão, de cujos factos circumstanciaes apenas encontramos o que consta da citada carta regia convenientemente registrada nos livros da Secretaria do Governo.

Em fim, prevaricou Vieira no seu governo de Angola, converteu a sua banca de despachos em balcão de bater moeda, e dahi, *o grande cabedal que grangeou*, como escreve Antonio de Albuquerque, antigo governador da Parahyba na sua citada carta como vimos do trecho transcripto.

Perseguindo Vieira a um pobre indio pitiguaré, de nome Fructuoso Moreira, com o intuito de o reduzir a escravidão, D. Diogo Pinheiro Camarão, governador dos indios desta capitania, que a esse tempo partira para Lisbôa, o livra das garras do poderoso mestiço, leva-o em sua companhia, e representando na côrte contra o facto, baixa em 8 de Abril de 1872 uma carta regia dirigida ao governador de Pernambuco recommendando-lhe muito, — « que ouvidas as partes e examinado este negocio, e achando que Fructuoso Moreira era fôrro, o mandasse pôr em liberdade, fazendo assim saber a João Fernandes Vieira. » (25)

Pelo tratado de paz celebrado entre a Hollanda e Portugal, e assignado em Haya a 6 de Agosto de 1661, ficou este reino obrigado a pagar a outra parte contractante a quantia de quatro milhões de cruzados, em dinheiro ou generos, e em prestações annuaes; e coincidindo com este oneroso encargo, mais um outro, o da dotação assignada pela corôa á princeza D. Catharina, filha de D. João IV, casada com Carlos II de Inglaterra; resolveu o governo, em face do total das quantias parciaes daquelles dois encargos, que fosse paga por todos os estados das possessões portuguezas, sob o titulo de *donativo voluntario offerecido pelos povos.*

Ao Brasil coube a quota de 40,000 cruzados annuaes, e por uma Provisão expedida em 1662 foi ordenada a cobrança da contribuição que tocou a Pernambuco.

Havendo umas tantas irregularidades na arrecadação do imposto e remessa para a côrte das quantias recebidas, deu o governo as necessarias providencias, creando juizes privativos, para cujo encargo baixou um Regimento especial, e nomeou para Pernambuco o Desembargador Antonio Nabo Peçanha.

Vieira, porem, que até mesmo era remisso no pagamento de impostos, ao que parece, absolutamente negou-se a satisfazer o que devia de semelhantes donativos *das fintas que se lhe fizera em suas fazendas;* e representando contra elle o Desembargador Peçanha, para a côrte, porque talvez nada podesse conseguir contra elle em Pernambuco, baixou uma carta regia em 22 de Janeiro de 1681 dirigida ao governador Ayres de Souza Castro, ordenando-lhe El rei que chamasse a João Fernandes Vieira, e por bons modos lhe dicesse:—« que não parece razão, que tendo-me feito tantos serviços, difficulte, ou retarde o pagamento; e quando esta vossa diligencia não baste, mando ordenar ao dito Antonio Nabo trate dessa cobrança e arrecadação pelos meios ordinarios. » (26)

Felizmente para Vieira, não passou elle por mais esta humilhação, uma vez que já tinha fallecido quando a carta foi lavrada e chegou ás mãos do seu destinatario.

Entretanto, a ninguem mais que elle cumpria o dever civico de não se furtar ao pagamento daquelle imposto, porquanto, o tratado de paz com a Hollanda assegurou a Portugal a posse dos territorios do Brasil conquistados ao usurpador

hollandez pela patriotica attitude de Pernambuco, com o que somente a corôa portugueza lucrou, e Vieira muito mais, pelas honras e grandezas que se lhe conferiram, elevadissima posição social a que attingira, fama e renome que conquistou, fabulosa riqueza que logrou accumular, e ainda mais, por livrar-se *das grandes dividas que tinha com os hollandezes !*

E' dessa epocha, talvez, que vem a elevação do calote a altura de um principio....

*
* *

No seu testamento, um solemne e triste documento, que se traça com o pensamento em Deus, na morte, e nas incertezas da vida de alem tumulo ; dictado sob os influxos dos mais nobres e generosos sentimentos christãos, de piedade, modestia e timidez ; um documento em que a alma contricta e resignada, isenta de vaidades, de odios e paixões, revendo-se no livro da sua consciencia, se expande em sentimentos de altruismo, de generosidades e reparações, de esquecimentos e perdões ; nesse documento, em fim, em que Vieira affectando um profundo recolhimento, uma extrema compuncção, se dirige a Deus, não para pedir-lhe humildemente perdão dos seus peccados, mas solicitando a sua divina graça para deliberar com acerto, e um lugar *onde se recolhem os seus servos e queridos ;* revela-se elle, como em todas as attitudes caracteristicas da sua vida, — o mesmo homem vaidoso, presumido, espectaculoso, falando ainda da *bôa opinião da sua fama,* e deixando com firmeza de traços um completo perfil da sua vida, das suas acções, do seu caracter !

Vieira começa logo determinando as pompas funerarias do seu enterro.

O cadaver ficaria em capella ardente por 24 horas — com a cêra necessaria e com responsos de musica, — e sobre o seu habito de terceiro carmelita a sua condecoração da ordem de Christo acompanhando-o á sepultura todos os irmãos da Santa Casa de Misericordia de Olinda, todos os clerigos, todas as confrarias, e todos os religiosos da cidade, prodigalisando esmolas á todos, mas com o onus da celebração de missas de corpo pre-

sente em sua tenção, — « afóra a solemnidade, e fóra o officio de corpo presente que se ha de fazer. »

Determinou tambem, que a todos *os pobres e miseraveis*, que acompanhassem o seu corpo se désse *meia pataca e uma vela de quarta*, — com a obrigação de resarem nesse dia um terço por sua alma.

Como contraste, porém, de tudo isso, determinou Vieira, num rasgo de piedosa modestia, — para sua consolação, que nem no seu enterro, nem no officio houvesse sermão.

Mas isso, á nosso vêr, tem a sua explicação. Vieira, por certo, mirando-se no espelho da sua propria consciencia, temeu-se qne algum sacerdote facil, pouco escrupuloso, fosse mentir á Deus diante do seu cadaver, emprestando-lhe virtudes, caracter, honestidade, todos os predicados, em fim, que constituem os ornamentos de — um homem de bem. — Achou mais acertado, porem, comprar suffragios ás confrarias, aos clerigos e frades, e aos pobres...

Determina que o seu cadaver, — mettido em um caixão bem forrado de chumbo e calafetado, fôsse posto em deposito na igreja do convento do Carmo, de Olinda, para ser trasladado depois á capella mór da igreja da Santa Casa de Misericordia da Ilha da Madeira. da qual *era padroeiro*, e onde tinha mandado construir um carneiro para recolher os seus restos mortaes, de sua mulher, e de seus filhos, — Mas semelhante carneiro não existia, e nem Vieira foi nunca padroeiro da capella mór daquella Santa Casa, como consta das investigações que alli se procederam á empenhos do Instituto, ao tempo em que procurava descobrir a sua sepultura. (27)

Declara Vieira que lhe eram devedores de grandes quantias por dinheiro, creditos, escripturas, sentenças e contas de livro, e que os seus testamenteiros procurassem liquidar tudo isso ; e que sendo victima de grande quantidade de furtos de terras, escravos, gados, mercadorias, utensilios de engenhos, *e outras miudezas*, ordenava, que em todas as parochias destas capitanias publicassem escriptos nomeando todos os generos, e tambem as quantidades de dinheiro que lhe levaram em contas : e não havendo restituições espontaneas, tirassem de Roma *Carta de excommunhão*,, perdoando, porem, e isentando só-

mente dessa excommunhão, aquelles que não tivessem por onde pagar *no todo ou em parte!*

Vieira, incontestavelmente, tinha o direito de pedir a Deus um lugar —*onde se recolhem os seus servos e queridos*...

Magoado, certamente, com o monarcha, que apezar das innumeras graças honorificas e proveitosas que lhe conferiu com tanta prodigalidade, como vimos, não o attendeu, em absoluto, em todas as suas, sem conta, desarrasoadas, e impertinentes pretenções, principalmente sobre os seus almejados titulos de marquez, ou conde, e ás suas aspirações de governar Pernambuco, Vieira não tem para elle uma só phrase de reconhecimento e gratidão; e ao contrario, declara, como que, nem desafogo das suas paixães, dos seus sentimentos, — que S. Magestade lhe devia dos seus salarios vencidos, onze mil e tantos cruzados, e dois annos de sustento á infantaria da Parahyba, no tempo em que a governou; — e tratando depois, na verba 64, dos seus serviços, manifesta de novo as suas magoas, dizendo, que em sua consciencia lhe devia o soberano — a maior parte da satisfação desses serviços,, — « *porque as mercês que me tem feito*, conclue elle, *são muito diminutas ao meu merecimento, pois fui eu a causa das felicidades de que está gozando Portugal!*

E vai por diante (quasi que nos ia escapando do bico da penna o verso inicial da estrophe 49 do Canto V dos *Luziadas*), nesse tom, escrevendo o seguinte em que não sabemos o que mais admirar: — si a sua audacia, si o seu cynismo, — uma vez que são falsas todas as proposições a que avança, porquanto se trata de assumptos historica e documentadamente conhecidos, e de cujo criterio conhecer-se-ha depois por contrarios juizos do proprio Vieira, externados em outros documentos de sua lavra:

« Em a éra de 1645 em 13 de Junho me resolvi em tomar as armas e acclamar a liberdade com os moradores das quatro capitanias com que dei principio a restauração deste estado do Brasil, libertando-o da tyrannia dos hollandezes, com tanta ruina e perda, e sem reparar nos maiores prejuizos fui continuando a guerra, dando-lhes batalhas campaes, e tomando-lhes quantidades de fortalezas inexpugnaveis, villas e cidades, até que na éra de 1654 foi Deus servido que de todo se restau-

rasso o Brasil com glorioso successo das armas de Portugal, servindo na dita guerra de governador e mestre de campo. Eu fui o de quem a magestade que está em gloria fez a confidencia para negocio de tanta importancia: que dei principio, cheguei ao meio e acabei o fim da restauração. Em todos estes annos fiz gastos consideraveis no sustento da infantaria de tudo que lhe era necessario, em que gastei grosso cabedal, e arruinei e perdi com a guerra quantidade de propriedades, de fazendas, de engenhos, de curraes de gado e outras cousas, que tudo se poz por terra, que valiam uma quantidade muito para considerar, e perdi tambem o custo á reedifical-as, que importam estas perdas em muito mais de seiscentos mil cruzados, de que S. Magestade é obrigado a dar-me satisfação »...

Desce, em fim o testador á minuciosa mensão dos bens constitutivos da sua prodigiosa fortuna; e apezar de tel-a feito em Pernambuco, e de aqui se engrandecer até chegar á opulencia, revelou-se ingrato e desconhecido, como se manifestou, em toda a sua nudez, de um carcater avarento; e que se não fôra uns tres unicos e insignificantes legados que appaaecem no instrumento, seria uma peça toda do vanglorias, de ostentação de riqueza, e de um absoluto e completo egoismo e avareza.

Vieira legou 1:000$000 á Santa Casa de Misericordia de Olinda, com o onus de uma missa diaria *por sua conta e de sua mulher;* igual quantia aos padres da Congregação do Oratorio, com a imposição, para sempre, *de uma missa quotidiana, e cada anno uma cantada por sua alma;* o casamento de uma orphã da Ilha da Madeira, *por tempo de doze annos*, com 80$ a cada uma; ao sargento Antonio Bezerra 300$ — pelos bons serviços que teve delle, e por outros respeitos; — e em fim, que se mandasse dizer mil missas, *no reino de Portugal e na ilha da Madeira*, — offerecidas a Deus por todas as almas dos que morreram nas guerras desta capitania de Pernambuco, desde a era de 1645 para cá.

Estes unicos e insignificantes legados do milionario testador, attingem apenas a uma quantia de pouco mais de tres contos de réis!!!

Eis ahi o que se póde colher das 64 verbas conhecidas do Testamento de Vieira, — o melhor e mais valioso documento,

legado por elle proprio, para se julgar do seu caracter, da sua indole, dos seus sentimentos...

* * *

Terminada a guerra da restauração de Pernambuco em 1654, viu-se Vieira com a sua fortuna sensivelmente abalada, uma vez que as contingencias da guerra fizeram-no perder uma bôa parte da riqueza que adquirira entre os hollandezes.

Dos recursos que então lhe restavam, positivamente sabemos apenas, dos valores que tinha na Bahia, enviados por intermedio de Vidal de Negreiros, nas proximidades do rompimento da revolta, como vimos, os proventos das suas duas commendas lucrativas, e as vantagens do commando do seu regimento.

Confiscados os seus navios com avultados carregamentos de generos coloniaes, destruidos os seus engenhos e fazendas, desapparecendo grande parte dos seus escravos, arruinadas as suas propriedades, e completamente perdidos em sua actividade mercantil e industrial os nove annos de campanha, tratou logo de cuidar dos seus negocios, e de reparar todos os prejuizos que soffrera no intuito de reconquistar, com vantagem, a sua antiga fortuna, com o que se encaminharia a constituir uma outra ainda mais avultada, e de modo a fazel-o o homem mais rico do seu tempo.

Não se esquecendo da sua antiga profissão de mercador entre os hollandezes, Vieira de novo se entrega ás suas especulações mercantis por intermedio de agentes seus no Recife e de correspondencias firmadas nas praças da Parahyba, Bahia, Angola, e Lisbôa, como em outros tempos tivera nos grandes mercados da Hollanda.

Alem desse ramo de industria, parece que Vieira se entregou tambem a uns tantos negocios ou especulações de naturezas diversas, uma vez que elle proprio declara no seu Testamento, que teve — nesta vida muitos negocios com differentes pessôas, e muitas contas com gente de toda a qualidade.

Si não nos é licito condemnar a Vieira pela sua sordidez e ganancia, pela sua *auri sacra fames*, porque ninguem tem que lhe tomar contas pelo emprego desses meios conducentes á au-

gmentar os seus bens de fortuna, licitos embora, digamos mesmo, mas pouco compativeis com o decôro da sua elevada posição, e numa epocha em que a profissão do mercador, como se chamava ao commerciante, era reputada de baixa esphera, e vedada á nobreza; a Vieira, que se não era nobre mas possuia titulos de nobreza, não assentava bem envolver-se em taes especulações, muito embora não lhe fôsse preciso estar pregado ao cepo de açougue ou ao balcão da tendeiro, como no tempo em que chegou a Pernambuco — humilde e pobre, — e depois como mercador, taverneiro ou logista, ao começar de novo a sua actividade no periodo em que enricou á sombra dos hollandezes, em cujos negocios, aliás, não procedeu com honestidade, uma vez que o proprio Calado, descrevendo em versos a sua vida naquelle periodo, diz que elle comprava, vendia, mercadejava, e... *chatinava!*

No intuito de fazer rapida e avultada fortuna, não bastavam os proventos dos seus engenhos, reparados e safrejando, das suas propriedades, terras e fazendas, e os lucros das suas especulações mercantis; escravo das suas paixões, desvairado pelas opulencias da riqueza, e arrastado por essa mania das grandezas a que se chamaria hoje de *megalomania*, Vieira afasta-se mesmo da trilha do licito e do honesto, prevarica nos seus governos da Parahyba e Angola, *e grangeia grandes cabedaes;* obtendo a administração de bens de ausentes locupleta-se das suas vantagens; atirando-se sobre bens e alheias propriedades, retem-nos por largos annos, muito embora compareça em juizo, *como réo*, em grande numero de pleitos que correram em sua vida, e corriam ainda ao tempo do seu fallecimento; tenta reduzir pessôas livres á escravidao, e exime-se do pagamento de impostos; finalmente, em suas ambições sem limites, escudado no poderio drs suas grandezas, no prestigio que tinha no mundo official, e até mesmo junto ao proprio soberano e altos personogens da côrte, tudo lhe foi facil e correu á medida dos seus intentos!

E depois de tudo isso, que documentada e detalhádamente já deixamos demonstrado, não é para duvidar as conjecturas de que elle tambem tirasse grandes proventos dos cargos de superintendente das fortificações de Pernambuco e capitanias annexas, cujas despezas, em larga escala, corriam por sua conta sem

dependencia de fiscalisação ; e para se duvidar ainda da sua honestidade na provedoria da Santa Casa de Misericordia de Olinda, já então com um soffrivel patrimonio e uma dotação regia, e no commando do seu regimento com uma folha de avultado pret.

O que é certo, é que Vieira, apezar dos prejuizos que incontestavelmente teve na vigencia da guerra, que atravessou um longo estadio de nove annos, não sómente pelos lucros cessantes dos seus engenhos, fazendas, e negocios mercantis, como pela perda dos seus navios e carregamentos confiscados pelos hollandezes, damnificação das suas propriedades, perdas de grandes lavouras, escravos e gados, do que despendera com a guerra, e das prodigalidades que alardeia nos seus governos da Parahyba e Angola, chegou a accumular depois tamanha fortuna, que sómente, com assombro, poderá calcular quem se der ao trabalho de ler a parte conhecida do seu extenso Testamento celebrado em 1674, sete annos antes do seu fallecimento.

* * *

Alem de Vieira, sómente dois de seus companheiros de campanha lograram deixar uma fortuna regular, que não tem termo de comparação com a que legára elle. Esses dois companheiros foram os mestres de campo André Vidal de Negreiros e D. João de Sousa ; mas as suas fortunas têm origens honestas e conhecidas.

D. João de Sousa, fidalgo de esclarecida estirpe, herdára de seus paes um rico patrimonio, no qual figuravam, entre outros bens, o engenho Jurissaca, no Cabo, constantes do dote nupcial feito aos seus progenitores por seu avô materno o velho fidalgo João Paes Barreto, um dos mais ricos e opulentos colonos do seu tempo, fundador do hospital da Misericordia de Olinda, senhor de quasi todas as terras daquella localidade e onde fundára sete engenhos de grande importancia e valor pelas suas construcções e terras patrimoniaes ; e André Vidal, filho de um abastado colono da Parahyba, senhor de engenho, o velho portuguez Francisco Vidal, que pelos serviços prestados ao estado por quarenta annos teve a conferencia regia do habito de Christo e uma commenda lucrativa, foi herdeiro

dos bens patrimoniaes de seus paes por sobreviver a uma unica irmã que teve, e morreu solteira. Alem disso, recebeu tambem a mercê de dez legas de terra, e na distribuição dos predios que os hollandezes deixaram no Recife lhe coube alguns conferidos pelo general Barreto de Menezes.

Entretanto, um e outro, sob os influxos dos mais nobres sentimentos, applicaram uma grande parte da sua fortuna em instituições pias, que ainda hoje glorificam a sua benemerencia e o espirito philantropico que tão bellamente os distinguia. E foi assim, que D. João de Sousa fundou o Hospital do Paraiso e conferiu-lhe um alentado patrimonio, e do qual ainda campeia a sua bella igreja situada em uma das praças centraes do bairro de Santo Antonio; e André Vidal fundou a igreja de Nazareth, em Angola, ao tempo do seu governo nessa possessão portugueza, e dotou-a dos competentes bens patrimoniaes, e em Pernambuco instituiu a capella de N. S. do Desterro, em Itambé, com uma collegiada, assignando-lhes um avultado patrimonio.

Vieira, porem, *só viveu para si;* cheio de vanglorias e vaidades, ambicioso e avarento, nada fez e nada deixou em beneficio desta terra, credora, por certo, da sua gratidão e reconhecimento, terra esta que o acolheu *humilde e pobre*, e á sua sombra generosa e bôa, subiu, enricou, engrandeceu, e até mesmo ennobreceu-se!!!

Camarão, o chefe indio, e Henrique Dias, o chefe negro, tão grandes pelo seu valor e heroismo como os que maior renome conquistaram pelos seus feitos em todas as phases das lutas com o invasor, morreram pauperrimos! Um filho menor de Camarão, desprezado e arrastando miseravel existencia, encontrou, por fim, uma alma caridosa que o recolheu á sua casa, o governador Francisco de Brito Freire, que lhe dava o tratamento condigno — ao que se devia ao muito que seu pae soube merecer no serviço da corôa de Portugal: — e Henrique Dias morreu tão pobre, que aquelle mesmo governador mandou fazer o seu enterro por conta da fazenda real, com o qual se despendeu a quantia de 48$720!

O mestre de campo Antonio Dias Cardoso, distincto pelo brilhantissimo papel que representou em toda a campanha, que substituiu a Vieira no commando do seu regimento, e foi de-

pois governador da Parahyba, solicitava em 1667, como — *soldado pobre, com grandes empenhos nesta praça, e sem ter do que se valer,* — o que lhe quizessem dar por conta dos seus soldos vencidos, no que foi attendido, mandando o seu velho camarada o general André Vidal, que então governava a capitania, abonar-lhe a quantia de 309$000.

O capitão Roque Ferreira, cavalleiro fidalgo da casa real, que fez toda a campanha com muita distincção, e teve depois a conferencia do governo da capitania de Itamaracá, pedia em 1665, *attendendo-se a sua miseria e pobreza, que se lhe mandasse livrar por conta dos seus soldos vencidos com que fizesse um vestido, pois nenhum tinha com que podesse apparecer na praça.* Mandou-se-lhe dar 20$000 !

Posteriormente exerceu elle na mesma capitania os elevados e rendosos cargos de provedor da fazenda real e juiz da alfandega ; e deixando-os honradamente, de mãos vazias, cahiu de novo em penuria, á falta de pagamento de seus soldos : e de — cama, padecendo muitas molestias, e juntamente grandes necessidades, sem ter cousa de que se podesse valer para tratar de sua saude, — recorre ao governo ; ouvido o provedor, é de parecer que se o *favoreça com uma esmola, por ser homem nobre, que foi capitão mór da praça, e provedor da fazenda real muitos annos,* e o governador louvando-se na sua informação, e por não haver hospital em Itamaracá para se recolher, mandou que se lhe désse *oito mil réis de ajuda de custo para se curar !*

O alferes Antonio Martins Palha, com uma brilhantissima fé de officio, recebe a esmola — *de trinta até quarenta mil réis para o casamento de sua filha Clara dos Santos,* — por um Alvará expedido em 1686.

Para que ir mais adiante, quando o leitor curioso póde por si proprio contemplar esse quadro de tristezas e miserias, em uma infinidade de factos recolhidos e consignados por Mello nas suas *Biographias*, e particularmente nos que condensou elle no T. II nas paginas que se enumeram de 243 a 245 ?

Tal foi a sorte da gente que fez a campanha da restauração, em cujo numero avultam os homens da primeira nobreza da familia pernambucana, os quaes, pela sua abnegação e pa-

triotismo, se viram reduzidos á extrema pobreza — « pelos estragos e revezes do guerra, que lhes devorou as fortunas, e grandes estabelecimentos. »

Mas, todos esses homens, satisfeitos com o cumprimento do dever civico do patriota, nada pediram e nem pediam ao rei, alardeando serviços e benemerencias ; e os que depois desempenharam cargos de governos coloniaes e outros de elevada importancia *não grangearam*, no seu desempenho, *cabedaes alguns ;...* sahiram tão pobres e honrados como entraram !

Entretanto, da propria miseria dessa gente soube Vieira tirar vantajoso partido.

Destruidos os seus engenhos, propriedades ruraes e campos de lavoura, quer pelo inimigo, quer pelo seu abandono na constancia de uma longa e porfiada campanha, nada restava de tudo isso senão ruinas e dilatados tractos territoriaes cobertos de basta e alterosa vegetação. Até a sua propria escravatura e todo o gado se tinham perdido.

Para se restaurar todas essas propriedades demandava-se de avultados capitaes, e os seus donos não os possuiam ; e reduzidos ao ultimo extremo de pobreza, sem meios de subsistencia, e sem receber mesmo os seus proprios vencimentos de campanha, vendem ao feliz insulano por insignificantes quantias, *por dez réis de mel coado*, todos esses destroços das suas passadas fortunas ! E assim passaram ás suas mãos, terras, fazendas e pesqueiras, engenhos de fogo morto, predios, olarias e fornos de cal, em ruinas, que elle restaura e explora, ou vende depois por vantajosos preços, como a cada passo se vê do seu Testamento !

* * *

A restauração de Pernambuco foi um facto de aspiração, iniciativa, e esforços nacionaes, ou foi concebida, planejada e executada por uma só individualidade ?

Vieira, e os seus tres panegyristas contemporaneos, Calado, Santiago e Fr. Raphael de Jesus, dizem que a sua idéa foi por elle concebida, por elle planejada, e por elle executada ; e o ultimo, depois de assim o proclamar por tantas vezes no

correr de seu *Castrioto Lusitano*, diz ainda no *Prologo*, que foi Vieira — « o que com o zelo, com a industria, com a fazenda, com o braço, e com a assistencia *intentou, dispoz, seguiu e feneceu aquella guerra*, e como o maior planeta, mais caudaloso rio, e principal movel, *se lhe devem attribuir as operações de todos os seus inferiores* » : — e dahi, o juizo dos primitivos historiadores, que, sem o menor exame critico se firmaram nas vanglorias de Vieira e nos juizos daquelles tres chronistas ; depois, as servis repetições de taes conceitos, e portanto, a corrente tradicional e e aurea popular creada em torno do nome do afortunado madeirense como o *Restaurador de Pernambuco !*

Tambem nós, arrastados pela impetuosidade dessa corrente, já fizemos côro com esses escriptores ; mas nos penitenciamos desses peccados, confessando-os, para que não se nos atire a pecha de incoherentes e contradictorios, levados agora a contrarios juizos. Nunca é tarde para nos desviarmos do erro em conquista da verdade.

Enfrentemos, portanto, o assumpto, aiuda que, sem as devidas explanações, uma vez que se trata de um estudo complexo, e que sómente em uma especial e desenvolvida memoria, com a devida documentação, se poderá com vantagem discutir e elucidal-o.

Por agora, em face do já adiantado desenvolvimento deste nosso trabalho, e do que resta ainda tratar, o que nos cumpre, uma vez que nos afastámos da corrente dos que proclamam Vieira como um benemerito, um homem extraordinario, um patriota sem jaça, e tanta cousa mais, é legarmos ao futuro historiador alguns elementos sobre o assumpto colhidos na sequencia dos nossos estudos, e que, porventura, possam escapar ás suas investigações.

A noticia da acceitação do pedido de exoneração do cargo de governador do Brasil-hollandez, que fizera o principe conde de Nassau, recebida da Hollanda por carta de 18 de Abril de 1642, e com a qual não se conformou elle por não vir com a indispensavel sancção do governo ; e que por isso dirigira um novo pedido de exoneração, resolutamente reclamada, entristeceu a toda a colonia, e abateu, principalmente, os animos da população nacional, que vivia feliz e satisfeita á sombra do seu benefico e paternal governo.

Resoluto o illustre principe no seu pedido, foi inflexivel ás geraes solicitações e empenhos para continuar no seu governo da colonia, ás moções de todas as camaras municipaes, ao pedido da gente mais considerada, e até mesmo ao offerecimento de uma contribuição annual, a titulo de donativo, que montaria a uma avultada quantia.

Com a retirada de Nassau, voltariam, como effectivamente voltaram, os antigos governos de terror e oppressões; e a essa perspectiva surgiram logo mil conjecturas no intuito de salvar os colonos nacionaes da sorte tristissima que os aguardava, pairando certamente no animo de todos a idéa de sacudir o pesado e ignominioso jugo estrangeiro.

Com os animos assim prevenidos vem a Pernambuco o sargento mór André Vidal de Negreiros, em 1642, no desempenho de uma alta missão politica junto aos principaes moradores da capitania.

Naquelle anno regressára Vidal de Lisbôa com a incumbencia de tratar de fomentar a insurreição em Pernambuco, munido de documentos que mostravam, que os serviços dos que se empenhassem na empreza seriam bem acceitos e recompensados pelo rei, de quem recebera mesmo a faculdade de distribuir até seis habitos da ordem de Christo, e elle proprio vinha com a promessa regia do governo do Maranhão *quando se restaurasse do dominio hollandez*

Vidal partiu de Lisbôa para a Bahia no mesmo navio em que vinha Antonio Telles da Silva, despachado governador geral do Brasil, e sem duvida, nas palestras intimas da longa viagem conversaram muito sobre a restauração, acaso discutindo e assentando-se as bases do seu encaminhamento e consecução. O que é certo, é que apenas empossado o novo governador geral, partiu Vidal para Pernambuco, em companhia do capitão Manuel Pacheco de Aguiar, e para salvar as apparencias do fim particular da sua incumbencia veio em caracter diplomatico junto ao conde de Nassau, e com credenciaes — « para negociar, como escreve aquelle principe em carta dirigida a Telles da Silva em 3 de Março de 1643, acerca dos pontos tratados na nossa correspondencia amigavel, e do commercio do reino de Angola, » — accrescentando, que, aquelles dois deputados regressaram tendo sido tratados com todas as

attenções devidas, *permittindo-se-lhes communicar com os moradores das duas jurisdicções de Pernambuco e Parahyba.*

Vidal, porem, entende-se com os principaes moradores, e incita-os a offerecerem a El rei de Portugal os seus serviços em prol da emancipação da colonia do dominio hollandez, a exemplo da metropole que acabava de se libertar do jugo hespanhol.

A essa primeira viagem de Vidal a Pernambuco em 1642, não mencionada pelos conhecidos chronistas contemporaneos, se refere um escripto hollandez da epocha, a *Bolsa do Brasil*, dizendo, que, com a sua vinda com aquella —*frivola e fingida mensagem, ficou resolvida a rebellião que rebentou em Pernambuco e todos os lugares em 1645.*

O autor do *Diario da rebellião* tambem remonta os inicios da conspiração a 1642, animados os seus chefes pelas promessas de auxilios de Portugal e da Bahia, e do mesmo modo van dem Broeck, quando se refere á segunda viagem de Vidal, em fins de 1644. (28)

Neste anno dá-se o facto da restauração do Maranhão, e divulgado em Pernambuco nas vesperas da partida do conde de Nassau, é facil de imaginar-se como o seu exemplo não concorreu para encorajar os animos já em combustão, augurando-lhes em favor dos seus patrioticos empenhos uma igual victoria.

Effectivamente, a 6 de Maio de 1644, dia nefasto para o Brasil-hollandez, na phrase de Netzcher, deixa Nassau o governo de Pernambuco, entregando-o a um triumvirato composto dos conselheiros Henrique Hamel, antigo negociante de Amsterdam, Adriano van Bollestraten, outr'ora carpinteiro em Midleburg, e Pedro S. Bas, antigo ourives, que tantas extorsões praticára no Maranhão.

Homens de baixa esphera, de um passado obscuro, e sem a educação politica necessaria para dirigir o governo colonial de uma vasta possessão como o Brazil-hollandez, que apezar mesmo da perda do Maranhão, ainda se estendia desde Sergipe até ao Ceará, contando ainda sob o seu dominio a ilha de Fernando de Noronha; inaccessiveis, reservados, desconfiados, e homens de negocio em fim, accionistas da Companhia das Indias Occidentaes, que emprehendera, realizára e manti-

nha as conquistas das terras do Brasil; e empenhados nos seus lucros, que redundavam em proveitos proprios: esses tres homens recomeçaram o governo das perseguições, do terror e das extorsões, que caracterizam a phase que se desdobra desde o anno da invasão, em 1630, até ao de 1637, quando começou o governo benefico, tolerante, e impulsionador de grandes progressos á colonia, do illustre e generoso principe de Nassau.

Nessa epocha havia na colonia muita escassez de numerario. Os hollandezes que se retiraram para a metropole aos rumores de uma conspiração dos colonos nacionaes, depois de uma outra visita de Vidal, a Pernambuco, da qual opportunamente trataremos, tinham levado quasi todo o ouro e prata que havia em circulação.

Onerados os colonos de grandes comprommettimentos originarios dos seus contractos de arrecadação de impostos, compra de engenhos e propriedades de confisco do governo, e de outras dividas de procedencias diversas, e alem disso por outras mais de que eram credores os commerciantes hollandezes, e remissos na satisfação de todas essas dividas, em geral muito de industria, propositadamente, porque em sua maior parte podiam satisfazel-os, mas eximindo-se desse dever na esperança de liquidarem-nos com a restauração; solicitaram, e obtiveram do governo, com o intuito de ganhar tempo, umas tantas concessões, de tudo o que particularmente se occupa Moreau no seu livro.

Decahindo Vieira do seu antigo prestigio, sem mais as convivencias intimas com a gente da governança da colonia, de que tanto se soubera aproveitar; na espectativa de entrar com os grandes valores das suas dividas, e olhado mesmo com umas certas prevenções e desconfianças pelos vagos rumores de uma insurreição libertadora, robustecidos com o facto da restauração do Maranhão; Vieira sentia-se humilhado no seu orgulho, via estancada a fonte dos seus interesses, e a sua fortuna ameaçada de um grande golpe pelas reclamadas satisfações dos seus compromissos, inevitavelmente, quando muito difficeis seriam, em uma tal situação, os meios de desenvolvimento das suas expansões especulativas, e muito lentos, portanto, os de augmentar a sua fortuna.

Em uma tal situação, Vieira não, dissimulava os seus despeitos, os seus odios contra os novos membros do governo hollandez; cobria-os de apodos e injurias, chamava-os de *imbecis e pobres bebados*, e comparando-os com os seus amigos dos anteriores governos, Nassau, van Ceulen, e Gysseling, dizia que — estes tinham mais criterio e penetração, e eram pessôas de mais respeito e autoridade do que esses beberrões; — « e quando se tratava dos apertos de pagamento das prestações vencidas dos engenhos arrematados, dizia em substancia: —*Leve o diabo os engenhos que não podem produzir tanto quanto é necessario para pagar os senhores governadores,* » — como de tudo se occupa o autor d'*A Bolsa do Brasil.*

Estavam então os animos em combustão latente, e tres partidos distinctos enfrentavam resolutos a idéa da restauração, partidos esses, aliás, compostos de gente de iguaes origens, isto é, portuguezes do Brasil, e portuguezes reinóes, como então se designavam aos de alem mar, aos *do reino*, sendo que, dois desses partidos eram pela restauração, si bem que, *movidos por sentimentos oppostos*, e um era francamente contrario a ella pela sua decisiva e pronunciada adhesão aos hollandezes.

A esses tres partidos pela primeira vez se attende em um escripto historico desta natureza, e disto nos cabe, portanto, as honras da prioridade (permitta-se-nos está vangloria puramente *vieiriana*); e assim, podemos discriminal-os com esta classificação:

I—*Partido nacional;* ao qual estava filiado a gente da primeira plana da colonia, as velhas casas solarengas, e tanta outra mais, de prestigio, fortuna e influencia, e cercada de parentes, moradores, e numerosa escravaria. Os homens deste partido, inflammados de patriotismo, queriam a restauração por amor da liberdade, e aspiravam-na levados do enthusiasmo de arrancarem do poder do batavo invasor a terra querida do seu berço. Antonio Cavalcanti de Albuquerque era o prestigioso chefe desse agrupamento.

II—*Partido dos devedores remissos;* composto da gente alcançada nas contas dos seus negocios com os hollandezes, quer perante a Companhia, quer perante a particulares das praças do Recife e da Hollanda, por contractos e transacções mercantis cujas dividas attingiam a uma somma consideravel.

Vieira, o maior de todos esses devedores em face dos seus multiplos e avultados negocios, era o chefe dessa phalange. Este partido, que aliás não era numeroso, dispunha porem de recursos, e portanto de uma certa influencia, e querio a restauração com o unico fim *de liquidarem as suas contas com o hollandes de um modo muito commodo, muito suave*...

III — *Partido anti-nacional;* composto de individuos francamente decididos em favor dos hollandezes, fervorosos sectarios dr firmeza do seu dominio, e no qual figuravam, principalmente, abastados judèus portuguezes, que emigraram para a Hollanda ás perseguições do Santo Officio, e onde viviam felizes e contentes; e que, vindo muitos delles para Pernambuco, viviam do mesmo modo, publicamente exercendo as suas praticas religiosas nas synagogas que levantaram, e temiam-se, que restaurada a capitania cahissem prezas da Inquisição.

Este partido, como é obvio, era o menor dos tres, e si bem que, dispozesse de grandes capitaes, não se conservasse inactivo diante dos acontecimentos que se desenrolavam, nada conseguiu em favor dos seus intentos.

*
* *

Levado Vieira de odiosidades contra os hollandezes, ferido nos seus interesses e no seu orgulho, foram as suas explosões de vingança, o odio feroz que se accendera no seu animo, as suas vaidades ás conquistas de glorias e de graças honorificas, e mais que tudo, as commodidades de um ajuste de contas de elevada quantia, sem as indemnisações pecuniarias, que arrastaram-no, por fim, á entrar na conspiração, a esposar a causa pernambucana, e não o seu amor pela liberdade desta terra onde não nasceu; conceito esse que elle proprio o patenteia em uma carta que dirigiu aos membros do Supremo Conselho do Recife, ao rompimento da campanha, na qual, num arreganho de quixotesca fanfarronada disse, que, — á cara descoberta os iria visitar, para o que tinha 14,000 soldados brancos e 24,000 moradores indios, que nesta facção da liberdade o seguiam, numero, *que primeiro lhe grangeou o desejo da vingança, que o braço de sua diligencia.* (29)

Que bella hespanholada !

O movimento poz-se em campo, por assim dizer, com um punhado de homens, em geral mal armados ; e pouco a pouco engrossando as suas fileiras com os pequenos contingentes resultantes das adhesões de localidades diversas, mesmo assim, depois da jornada de Tabocas, constava toda a nossa gente, reunidamente, de — « 1,300 homens bem armados com armas de fogo que haviam tomado ao inimigo nas Tabocas, » — como consta de um documento authentico, a *Certidão da Acclamação !* (30)

D'entre os tres partidos que enfrentavam o movimento emancipacionista, vence na contenda do seu rompimento o partido *dos devedores remissos* com a entrada de Vieira na insurreição, trazendo como elemento de força toda a gente daquelle agrupamento, depois da segurança de ser della — « o primeiro caudilho, com preferencia a todos os outros moradores, e ficar autorisado a declarar quites os que deviam aos hollandezes, em cujo numero, segundo estes, entrava com uma avultada quantia elle proprio Vieira, » — como refere Varnhagen. (31).

Nieuhofs, um escriptor hollandez de reconhecidos meritos, diz com a sua autoridade de contemporaneo, que os individuos onerados de grandes dividas á Companhia — « procuraram a revolta como meio de esquivar-se ao governo neerlandez, e voltar á sugeição da corôa portugueza, pagando á Companhia com um *nihil*, ou nada absolutamente. »

Ainda sobre o assumpto se expressa assim o referido escriptor : — « Muitos dos portuguezes estavam individados até cabellos, e não vendo meios de satisfazerem os seus credores, tornaram-se desesperados, preferindo correr os azares de uma franca rebellião (na esperança de auxilios de Portugal) do que submetterem-se ás inevitaveis necessidades da pobreza, o que fez alguns delles dizerem mais tarde francamente aos nossos que, no caso de não obterem da Bahia o esperado soccorro, estavam decididos a procurar auxilios na Hespanha ou mesmo na Turquia. » (32)

Um vulto da estatura politica e litteraria do Padre Antonio Vieira, em um *Parecer* dirigido a El rei D. João IV *sobre as cousas do Brasil principalmente da restauração de Pernambuco*, datado de 14 de Março de 1647, diz o seguinte no § 6 :

« A composição das dividas entre uma e outra parte, não é menos embaraço deste negocio, porque não estão empenhados nelle só os das Companhias, *mas muitos outros mercadores e pessôas particulares de Hollanda, de que os portuguezes de Pernambuco teem recebido tão grandes sommas de dinheiro ;* e não falta quem cuide, que a cubiça de se levantarem com ellas, ou a impossibilidade de as pagarem, —*foi um dos principaes motivos daquellas capitanias se levántarem ;* — e todos os que em Hollanda estão interessados nestas dividas, é certo, que hão de resistir aos concertos, si delles não entrarem em melhores esperanças de cobrar o perdido. » (33)

Objectar-se-ha, talvez, que o Padre Antonio Vieira por ora nada affirma, em face da sua phrase dubitativa : — *não falta quem cuide*, etc.

Perfeitamente. Mas depois, convenientemente orientado, e de novo consultado sobre a questão que se debatia na côrte de Lisbôa, — *Si convinha entregar Pernambuco aos Hollandezes, e como se devia defender o reino contra a Hollanda e Castella ;* — escreveu um outro Parecer ou *Dircurso em que se persuade a entrega de Pernambuco aos hollandezes*, que não tem data, mas foi escripto em consequencia do Decreto de 21 de Outubro de 1648, documento este a que os seus coetaneos deram a denominação de *Papel-forte*, com que ficou conhecido na Historia, considerando-o como cabal e energica demonstração dos interesses de Portugal na questão, diz agora, franca, convencida, e positivamente, no *Segundo inconveniente*, — « que o levantamento de Pernambuco se fez contra a vontade de muitos, os quaes hoje e sempre abominaram tal guerra, e os principaes que a moveram *foi porque tinham tomado muito dinheiro aos hollandezes, e não poderam ou não quizeram pagar !* » (34)

Posto em campo o movimento, apressaram-se logo varios moradores notaveis da colonia em dirigir uma carta ao bispo D. Pedro da Silva Sampaio, pedindo a sua intervenção junto ao governador geral Telles da Silva, com o fim de suffocar a rebellião, persuadindo-o de que os seus *intitulados goverdadores* o enganaram, — e sómente buscam o que toca aos seus particulares interesses, — unidos a homens — « de tal modo oberados de dividas que, como viram que deviam pagar a grande somma que essas dividas representam, as quaes elles contra-

hiram muito facilmente, porque os mercadores, por sua pouca experiencia nessas cousas, foram muito faceis em lhes vender a credito as suas mercadorias, pareceu-lhes que o melhor meio de livrarem-se dellas era metterem-se com os revoltosos, e de animo resoluto já mataram a alguns... » (34 A)

Armado Fernandes Vieira de poderes discripcionarios conferidos pelo rei para pôr em campo o movimento, accrescentou a esses poderes, aliás convenientemente discriminados, mais uma clausula na parte referente a promessa de recompensas e graças, *sponte propria, pro domo sua*, assegurando a todos os moradores, — « que os empenhos de debitos que tivessem feito com os hollandezes *lhes não seriam pedidos,* » — o que efficazmente concorreu a que todos elles tomassem as armas, e ainda mais, á darem — de suas fazendas tudo o que poderam para a guerra, e do que se lhes devia consideravel quantia, — como elle proprio confessa em uma carta dirigida ao Dr. Feliciano Dourado, sem data, mas escripta depois do fallecimento de D. João IV, em 1656, como se vê desse importante documento. (35)

Com semelhante procedimento defendia Vieira os seus proprios interesses, e procurava uma ancora de salvação para futuras eventualidades; mas apezar disso, a idéa de que um dia fôsse compellido a ajustar as suas contas com os hollandezes o atormentava immensamente, como que um duende que sem cessar o perseguia.

Annos decorridos depois da restauração, em 1676, occorreu ainda alguma cousa na côrte de Lisbôa tendente á cobrança dessas dividas, talvez em virtude de reclamações dos credores hollandezes; e como era natural, falou-se no nome de Vieira, não sómente como um dos responsaveis por essas dividas, pela sua promessa de remissão, abusivamente usando do nome regio, como ainda por ser elle um dos maiores devedores pelos alcances dos seus negocios com os mesmos hollandezes.

A noticia dessas occurrencias vulgarisou-se logo em Pernambuco, e temendo-se Vieira de um grande desfalque na sua fortuna se porventura fôsse coagido ao pagamento daquellas dividas, apresson-se logo em procurar desviar-se de taes embaraços, escrevendo uma longa missiva ao principe D. Pedro regente do reino, e discutindo á seu modo a improcedencia de

taes reclamações, conclue que, ao contrario de dever aos hollandezes, *eram estes que muito lhe deviam !*

Vieira começa a sua longa missiva com o conhecido chavão das suas vanglorias e pretenciosidades, dizendo que, se dirigia ao principe, sobre o assumpto, com — *o mesmo animo com que emprehendeu obras heroicas e memoraveis no serviço regio,* — e referindo-se depois ás tendencias de um rompimento no intuito de livrar Pernambuco do dominio batavo, *e considerando nos perigos de maior dilacção,* mente á propria magestade, com uma audacia de pasmar que, — *se deliberou a declarar-se restaurador do Brazil, e o libertal-o pelas armas,* — concluindo : — « E vendo os moradores a prevenção de meu cuidado, e que sendo eu a pessôa mais apta a poder pôr-me com meus cabedaes em qualquer reino da Europa, e que regeitára convites da ventura humana pelos certos da divina, com que tambem obrigava a um rei natural, e tão soberano, que Deus restituira a Portugal mostrando-se-me agradecidos, se me offereceram ao que eu tanto desejava, quando elles haviam conhecido, e assim me rebelei com elles, por remir minha vexação e minha vida. »

Em fim, para não irmos por diante sobre o objecto desta extensa missiva, que o leitor curioso a encontra em sua integra na *Historia das lutas.* de Varnhagen ; e registrando ainda uma phrase do pretencioso madeirense, que ás suas resistencias a uma ordem regia simuladamente ditada pela politica, — *não o igualou Duarte Pacheco na India, nem outros do mesmo coração ;* — resistencia essa, aliás, opposta por Vieira, *ou por mais sentido, ou por mais empenhado,* na phrase de Fr. Raphael de Jesus, concluimos, transcrevendo o trecho final da missiva assim lançado :

« A vida dos vassallos é tributaria ás ordens de V. A e minha fazendo o é a seu real gosto, e só para isso a estimei sempre ; pelo que peço a V. A., com toda humildade e submissão devida, seja servido mandar vêr e examinar todas as razões que aqui relato, porque sou velho, e me avisam as potencias que tenho alma, e que tenho mulher, e ainda que os filhos legitimos que tive falleceram, tenho alguns bastardos que não escusam cuidados á consciencia, e como a morte caminha, justo será que V. A. me faça mercê mandar-me responder de modo que

por minha morte tenha minha mulher e filhos defeza contra qualquer alteração ou vexação que se intente; ou V. A. me permitta que emquanto vivo ponha meu direito em defeza para que as leis de V. A. o determinem por juizes competentes, ou V. A. haja por bem fazer-me mercê mandar-me passar ordem de como se ha por bem servido de meus procedimentos, e que a esse respeito se não entenda commigo, nem com meus herdeiros, na pretenção das dividas de que me fizeram carga os hollandezes, porque com esta mercê de V. A. ficarei seguro em minha quietação para com ella me empregar com a mesma vontade que sempre tive em todas as accasiões do serviço de V. A., para o qual sacrifico, com lealdade de fiel vassallo do gosto e ordem de V. A., toda quanta fazenda possuo, porque não devo nada aos hollandezes pelo que se deixa vêr na parte deste manifesto de minhas razões. » (36)

Em uma carta que tambem dirigiu ao Dr. Feliciano Dourado, provavelmente na mesma epocha e sobre igual assumpto, desculpa-se Vieira das suas responsabilidades, e dizendo, que se entrou na campanha foi porque D. João IV — *por secretos avisos lhe ordenou que fizesse a guerra aos hollandezes,* — o que discute com factos, e invoca mesmo o testemunho de grandes dignatarios da côrte, no reinado daquelle soberano; concluindo, em fim, que — « não havia razões para que os flamengos tivessem pretenções em cobrar taes debitos, quando não havia pessôas nem fazendas para lh'os poder pagar, e os que podiam ter se gastou na guerra, pelo que ficaram suas mulheres e filhos em miseravel estado. »

Annos depois, em 1676, quando teve de celebrar o seu Testamento, se refere e discute de novo essas dividas, concluindo ainda, que os hollandezes é que eram seus devedores, porque aprisionaram os seus navios, confiscaram os bens que deixára no Recife, e queimaram os seus engenhos; e finalmente, os faz até mesmo devedores *de mais de cem mil cruzados,* que no decurso de oito a nove annos em que conviveu entre elles despendera com as *peitas e dadivas a todos os governadores e seus ministros, e com os grandiosos banquetes que ordinariamente lhes dava para os trazer contentes!*

Pretenderia, Vieira, porventura, desertor do exercito hollandez, perjurando os seus votos de fidelidade proferidos

quando recebeu as insignias de capitão de cavallaria de um dos regimentos da cidade Mauricia, rebellado contra os hollandezes, e estando em guerra contra elles, ostensivamente figurando como chefe do movimento, e ainda mais, devedor a Companhia e a particulares, e fngindo ao seu pagamento, que os seus bens não fossem considerados bôas prezas, e que ficassem isentos de confiseo ?

Esse procedimento do governo hollandez em Pernambuco, agente da Companhia das Indias Occidentaes era inevitavel, e de accordo mesmo com as proprias leis da guerra ; e quando muito, a importancia dos bens confiscados podia servir, mediante um rasoavel arbitramento, *para se levar em conta do que devia Fernandes Vieira á mesma Companhia ;* mas o que devia elle a particulares tanto na praça do Recife como na Hollanda em virtude de suas transaações commerciaes e outros negocios, ficava de pé, é incontestavel, é logico !

Uma nota curiosa da *ingenuidade* de Vieira, são ainda os prejuizos que atira á conta e responsabilidade dos hollandezes, — « que lhe deram os campanhistas nas queimas dos seus engenhos, e outros damnos, e rompimentos de aguas, impossibilitando as moendas, e levando os seus escravos, » — como allega elle na citada carta dirigida ao principe regente, e repete no seu Testamento, queixando-se daquelles mesmos prejuizos que lhe deram *os soldados portuguezes*, que são esses mesmos *campanhistas* a que se refere anteriormente.

Mas então, o que é que pretendia Vieira dos portuguezes ?

Em 1635, quando Pernambuco foi abandonado ao potente invasor, irrompeu o que se chamava então a *guerra da campanha*, consistente em partidas de tropas que talavam, em direcções diversas, todos os territorios occupados pelo inimigo, e de sorpreza em sorpreza, destruiam as suas propriedades e campos de lavoura, aprisionavam escravos e conduziam todo o gado que encontravam, levando em fim tudo de vencida, impavidos, incolumes ; e Vieira que nessa epocha era tão bom hollandez como o mais refinado filho de Haya ou Amsterdam, mettido no Recife, levando *vida folgada e milagrosa*, á serviço do inimigo, e enricando á sua sombra, era com toda a razão e fundamento tambem considerado como tal, e ainda mais, com o ferrete do seu crime de deserção das fileiras do exercito portu-

guez em tempo de guerra; e portanto, não podia esperar que os campanhistas respeitassem as suas propriedades, e nem lhe era licito queixar-se, depois da sua conversão, de semelhantes damnos.

Demais, devia elle mesmo, por amor da sua propria dignidade e decôro da *bôa opinião da sua fama,* calar esses prejuizos, cuja vulgarisação, como que, queixando-se dos campanhistas, ou dos soldados portuguezes, que os cauzaram, concorre para ainda mais accentuar a incorrecção do seu procedimento, os seus crimes de lesa patria, digamos assim, para nos eximir da justa classificação que merecem...

Entretanto, reclamando dos hollandezes um abatimento nos seus contractos, em face daquelles prejuizos, concederam-lhe o de 40,000 cruzados annuaes, que, diz elle, — *os não quiz acceitar porque era pouco.*

*
* *

A libertação de Pernambuco da dominação estrangeira póde-se dizer, que, constituiu sempre uma idéa predominante no espirito da metropole, aliás algumas vezes positivamente manifestadas por tentativas frustadas, e ainda mais, no proprio animo dos pernambucanos, em face de alguns factos, si bem que, sem nexo, isolada e veladamente constatados nas nossas chronicas seiscentistas.

Effectivamente, o facto mais remoto que encontramos, e que de um certo modo deixa transparecer essa idéa, remonta-se ao anno de 1640, e é narrado por Calado; mas tão fugitivamente, que apenas deductivamente, si bem que, com positivos fundamentos, podemos caracterisal-o como que se prendendo a um assentado plano.

Referindo-se aquelle chronista ao capitão do exercito hollandez, Carlos de Tourlon, escreve que, — « impondo-lhe o principe Mauricio de Nassau a culpa de que tratava de entregar esta capitania aos portuguezes, o prendeu com grande rigor e vituperio, e o embarcou para a Hollanda, aonde morreu com morte apressada. »

Este facto desperta-nos uma tantas considerações.

Tourlon era casado com — a bella, rica e festejada per-

nambucana D. Anna Paes, — e tinha com o principe as mais intimas e cordeaes relações ; era o seu secretario particular, o commandante da sua guarda de pessôa, e lhe devia taes considerações, que sua mulher presenteando ao principe com seis caixas de assucar branco fabricado no seu engenho, escreve, na carta que lhe dirigiu por essa occasião, que assim o fazia, *não só pela obediencia que se devia aos superiores, tanto mais a S. Exª. de quem recebiam tantos favores e mercês.*

D. Anna Paes pertencia a uma numerosa, importante e abastada familia, composta, em geral, de alentados senhores de engenhos, prestigiados pela sua influencia, e respeitados pelos mais elevados cargos que exerceram no regimen colonial portuguez, e muitos dos quaes os vamos encontrar quando explodio o movimento emancipacionista em 1645, e figurando com muita distincção em toda a campanha.

E' bem provavel, portanto, que dessa convivencia intima de Tourlon com os parentes de sua mulher, e cedendo mesmo á sua influencia se associasse aos planos de uma conspiração libertadora, antevendo as vantagens de uma elevada posição social, e outras mais que o arrastassem a esse partido ; e dahi o seu compromettimento, a sua perda, acaso em face de provas materiaes e convincentes que foram ter ás mãos do principe, reveladoras do seu procedimento, e dos planos de uma conspiração latente.

Não nos parece, portanto, que Nassau, tão nobre e generoso, procedesse assim tão cruelmente contra um amigo seu, cercado de toda a sua estima e confiança pelos cargos que desempenhava, se não tivesse a convicção do seu comprommettimento na conspiração firmada em provas muito robustas e convincentes.

A idéa da restauração de Pernambuco, que por certo, positivamenie espontára em principios de 1641 quando chegou a noticia da libertação de Portugal do dominio castelhano, solemnisada com pomposas festas no Recife promovidas por Nassau, e nas quaes os portuguezes se expandiram em ruidosas manifestações de alegria, e robustecida em 1642 com os factos já conhecidos pela sua consignação, accentuára-se agora, em 1644, em face da orientação politica do novo governo da colonia, dando influxos como que a constituir-se um centro reac-

cionario, em paragens afastadas da capital, e onde, reunidos os conjurados, discutiam os planos de um rompimento emancipacionista, e os meios conducentes á consecução dos seus intentos.

« Si o dominio hollandez tinha incessantemente sido insupportavel aos pernambucanos, escreve Fernandes Gama, si de sua alma nunca lhes fugia a esperança de sacudir o jogo oppressor, a revolução he Portugal, pela qual a nação portugueza livrou-se da oppressão hespanhola, despertou-lhes o desejo de accelerar esse passo, combinado entre mui poucos, e em muito segredo tratado. Antonio Caxalcanti, Amador de Araujo de Azevedo, João Pessôa, Manoel Cavalcanti, Antonio Bezerra, Cosme de Castro Passos, João Carneiro, Francisco Dias Delgado, João Dias Leite, Sebastião de Carvalho, Fernando do Valle, Francisco Berenguer de Andrade, e outros juntaram-se por diversas vezes, afim de combinarem os meios de sacudir o jugo hollandez: muitos alvitres nestas secretas conferencias houveram; mas faltava o essencial, que era armamento; e o hollandez o tinha prohibido de tal maneira, que posto que os conjurados contassem com a vontade do povo pernambucano, viam-se na impossibilidade de armal-o.

« Alguns tempos se passaram nestas conferencias, sem que nada se resolvesse, quando João Fernandes Vieira, que vivia no Recife, e que gosava entre os oppressores de Pernambuco de grande conceito, pedia para casar D. Maria Cesar, filha de Francisco Berenguer, aparentado com todos os conjurados. Berenguer descobre neste casamento a liberdade do paiz, porque Vieira, senhor de muitas riquezas, e com grande credito entre o inimigo podia fornecer-lhe armamento e dar grande calor ao negocio. Berenguer communica aos seus parentes conjurados o designio em que estava de dar sua filha a Vieira, e finalmente todos approvaram, a excepção de dois, que por inimigos pessoaes de Vieira, apenas se submetteram á vontade dos mais.

« Fez-se portanto o casamento, e Vieira aparentou-se com uma das grandes familias de Pernambuco. Concluido o consorcio, estabelecida portanto a intimidade entre o noivo e os parentes da noiva, propozeram estes o grande negocio que os preoccupava, e á muitos pernambucanos. Vieira então expoz, que sua alma sempre fôra portugueza, e que si se sub-

mettera aos hollandezes, fôra arrastado pelas circumstancias, que tambem felizmente o collocaram em posição de poder mostrar, que os sentimentos que o animaram até 1634, nunca o desampararam. Repetiram-se, portanto as conferencias, e Vieira encarregou-se de predispor os negocios, e adquirir armamentos e munições, que era o que mais faltava aos conjurados. (37)

Antonio Cavalcanti de Albuquerque, distinctissimo pernambucano, inflammado patriota, energico e audaz, e prestigiado por sua grande e importante familia, herdeira das gloriosas tradições dos seus antepassados, tão notaveis na primeira phase da vida historica de Pernambuco, nobilitada pelos seus titulos da mais clara fidalguia, e abastada de bens da fortuna, principalmente em propriedades agricolas, povoadas de escravos e homens de trabalho, foi o proclamado chefe do movimento, a cabeça pensante de todas as deliberações, e seria mesmo o braço armado e conductor da victoria si não sobreviessem interesses politicos que não convinha desprezar, que o desviaram da chefia da insurreição, obliterando-se assim toda a gloria que ao seu nome compete como o iniciador da idéa de tão generoso commettimento, a cujo exito se deve a libertação de todas as capitanias sugeitas á dominação hollandeza, e com ella a integridade do territorio brasileiro, a unificação da sua nacionalidade.

Tal era a situação de Pernambuco em 1644, tal a idéa latente da insurreição, quando de novo chega André Vidal de Negreiros, a quem, na phrase de Varnhagen, — o exito obtido na restauração do Maranhão não podia deixar de exaltar os seus brios para se esforçar de novo em conseguir realisar a de Pernambuco e Parahyba, por que tanto se havia empenhado. Esta segunda viagem de Vidal obedeceu a um plano habilmente concertado.

Tocando em Pernambuco de viagem para a Parahyba, com o fim apparente de visitar seu velho pae, fazendo a sua jornada em uma caravella de commercio, em que vinha muitas munições e mantimentos remettidos pelo governador geral Telles da Silva, que deveriam, simuladamente, ser vendidos no Recife a Fernandes Vieira para provimento das primeiras necessidades da campanha, seguiu depois para o seu destino,

e deixando combinado o plano do rompimento, regressou para a Bahia, tocando porem na Barra Grande onde desembarcou ainda algum armamento e munições; e submettendo o seu plano do rompimento, e o que á respeito se havia accordado nas duas capitanias, á consideração do referido governador geral, este não só approvou tudo que resolvera e combinára Vidal, como — o incumbiu mesmo da sua execução, — como refere Varnhagen.

Entretanto esta segunda viagem de Vidal não passou sem reparos no Recife; e um chronista hollandez coevo, o autor da *Bolsa do Brasil*, escreve mesmo, que ao desembarcar elle, um portuguez disse alto e bom som no mercado em presença de muitos judeus principaes: — « Deus cerrou os olhos aos senhores governadores, que deixaram vir á terra esse perro, que não traz outro intento *senão o de pôr este estado em agitação e revolta.* »

Por sua vez, os membros do Supremo Conselho não ignoravam as secretas intenções e manejos de Vidal, como elles proprios declararam na carta que a 13 de Janeiro de 1645 dirigiram á Assembléa dos Dezenove, na Hollanda, nestes termos: — « E' fóra de duvida que a vinda de A. Vidal da Bahia aqui em Agosto ultimo, a pretexto de fazer as suas despedidas antes de seguir para Portugal, onde ia a serviço do rei, não teve outro fim senão informar-se minuciosamente acerca da situação deste estado, para dar disso relação verbal na Bahia e depois em Portugal, bem como sondar o animo dos portuguezes, e achando-os dispostos á revolta, incital-os com a promessa de serem de prompto soccorridos da Bahia, como nos foi referido em segredo por alguem que o encontrára em varias reuniões. «

Nessa viagem de Vidal, que Varnhagen descreve com todos os seus detalhes o que combinára elle em ambas as capitanias, fica bem patente, que hospedando-se na casa de Vieira, ahi fôra visitado por Antonio Cavalcanti, Amador de Araujo, e outros pernambucanos notaveis, ficando assentado, não sómente os planos da revolta e discutidos os seus meios de acção, como ainda, para satisfazer-se exigencias de Vieira que, — na Parahyba devia o movimento rebentar primeiro.

São a essas exigencias, cautelas e difficuldades apresentadas por Vieira, a que se refere Varnhagen, e diante das quaes — *a insurreição de Pernambuco esteve por duas vezes a ponto de mallograr-se de todo,* — deixando elle claramente perceber, *que não queria expor-se a perder quanto possuia sem a certeza de obter quanto ambicionava.*

Varnhagen conclue mesmo, á vista de varios factos, que acreditava, — que a principio Vieira admittia as propostas e fazia promessas, mais por deferencia e por não ficar mal com os seus patricios, se elles a todo tempo viessem a triumphar, que por verdadeiro desejo de ver realisado o movimento.

Fernandes Gama desce ainda a algumas particularidades sobre essas entrevistas revolucionarias, escrevendo, que, reunidos os conjurados em casa de Vieira sob o pretexto de um jantar offerecido a Vidal, este, — depois de lhes ter testemunhado louvor, declarou-lhes, que recebera do rei e do governador geral ordem positiva de os subtrahir ao jugo de estrangeiros insupportaveis ; — e que faltando-lhes um chefe nomeava a Fernandes Vieira, e designava para seus ajudantes Antonio Cavalcanti e Amador de Araujo.

Mas, que razões, que motivos de ordem superior dictaram a escolha de Fernandes Vieira para chefe da insurreição ?

Fernandes Pinheiro responde cabalmente : — « Sua opulencia, posição social e credito de que dispunha entre os dominadores, immensa popularidade grangeada pelo esplendido uso que de suas riquezas fazia, dictaram a Vidal e alguns outros virtuosos brasileiros o sacrificio do seu amor proprio e a escolha de semelhante homem, cujos vicios eram os proprios a reconhecer. Uma vez empenhado na empreza não lhe foi possivel recuar, nem tão pouco lhe convinha : via adiante de si o Capitolio e atraz a rocha Tarpeia.

« Ainda mesmo acreditando no que nos conta Fr. Raphael de Jesus acerca da sua magnanimidade, lançando fogo nos seus cannaviaes, regeitando avultadas sommas do inimigo, e perdoando aos que tramaram contra a sua vida, não nos sorprehendem taes actos, que julgamos inspirados pela politica, e por essa original sagacidade, que lhe conhecem os contemporaneos. Homem de commercio, — sabia perder para ganhar. »

Ouçamos agora a Varnhagen.

« Os primeiros planos para se levar a cabo a restauração de Pernambuco, pelos esforços dos seus proprios habitantes, haviam tido lugar antes de ser occupado o Maranhão, e até já antes das entrevistas de tregoas entre Nassau e Montalvão. Si não foi André Vidal o autor da idéa, desde que no tempo do Conde da Torre chegou, com um punhado de homens, quasi a dominar em toda a capitania da Parahyba e a ameaçar e aterrorisar as visinhas, elle veio depois a patrocinar de fórma tal a mesma idéa que podemos dizer que a perfilhou, que a fez familiar na Bahia, e veio a ser, por assim dizer, a alma do plano que foi posto em execução.

Em todo o caso não ha a menor duvida que não foi João Fernandes Vieira o autor da idéa da restauração de Pernambuco com apparencia de expontanea, como se chegou a acreditar, em virtude das asserções dos seus dois aduladores Fr. Manoel Calado e Fr. Raphael de Jesus. »

Termina Varnhagen este trecho da sua narrativa assegurando, *que é o proprio Vieira quem isto declara*, e em firmeza da sua asserção transcreve esse trecho da citada *Noticia*, que elle dirigiu ao Dr. Feliciano Dourado :

« Quem me trouxe vocalmente os avisos de S. M. foi um frade de S. Bento, por nome Fr. Ignacio, eleito bispo de Angola por este serviço : foi o mestre de campo Martim Ferreira e Simão Alvares de la Penha que naquelle tempo estavam na Bahia, e vieram disfarçados em embaixadores ao Recife, onde me fallaram, e tambem noutra occasião veio o governador André Vidal de Negreiros a trazer-me o mesmo aviso em companhia do frade bento.

« Todos estes traziam por escripto e m'o mostravam ; mas com ordem que os tornassem a recolher, por não serem achados, que assim convinha. E nos escriptorios de S. M devem estar muitos papeis, que por elles se conhecerá o referido... E quem disto dera certa noticia era o Sr. Antonio Telles da Silva, por cuja via corriam os secretos deste negocio, de que tambem o pode dar o Sr. Salvador Correia de Sá e Benevides, a cujo effeito veio na jornada do Galeão. »

Vieira, em fim, offerece como testemunha *destas noticias, porque só as tinha*, — « os Srs. Visconde o Velho, o Marquez de Montalvão, o Conde de Odemira, Gaspar de Faria Seve-

rim ; e tambem as póde ter o Doutor Pero Fernandes Monteiro, o Secretario Marcos Rodrigues Tinoco, e Ruy de Moura Telles, e os mais Srs. que naquelle tempo eram os do Conselho, » — como corollario da phrase inicial da sua *Noticia* : — « A Magestade que está em gloria (D. João IV), por secretos avisos que me mandou, me ordenou que fizess a guerra aos hollandezes, para com a occașião de eu a fazer obrigar aos flamengos a alguma conveniencia, ou por via das armas serem restauradas estas capitanias de Pernambuco. »

Esse Fr. Ignacio a que Vieira se refere, é hoje uma entidade conhecida. E' o benedictino Fr. Ignacio de S. Bento, que veio a Pernambuco em fins de Agosto de 1644, sob o pretexto de levar para a Bahia umas sobrinhas suas, e foi portador de uma carta de recommendação dirigida ao Supremo Conselho do Recife pelo governador geral Telles da Silva. (38 A)

Eis ahi claramente manifestado o pensamento da corôa portugueza sobre a recuperação de Pernambuco, unido aos votos geraes dos seus habitantes, mas com as cautelas que a politica aconselhava para evitar um rompimento com a Hollanda, em uma situação melindrosa, empenhada, como se achava ainda, na guerra da sua independencia com a Hespanha.

Alem disso Portugal se via preso ao *Tratado de tregoas e cessação de hostilidades*, que firmára com a Hollanda em 1641, e particularmente ás prescripções do art. 23, attinentes aos subditos e moradores dos lugares pertencentes a ambas as partes contractantes manterem respectivamente durante as tregoas de dez annos — a suspensão de todo o acto de hostilidade, com reciproca confiança, professando amizade, sem lembrança alguma das offensas e damnos que antigamente se receberam. (39)

Ainda Portugal se via preso a Hollanda por fortes laços de gratidão, e tributava-lhe o seu maior reconhecimento pelo valioso concurso que prestára em favor da sua independencia, enviando em seu auxilio, á diligencias e instancias do embaixador Tristão de Mendonça, em nome de D. João IV, uma poderosa frota, e um grande contingente de tropa de desembarque.

Portugal, portanto, não podia ostensivamente tomar uma attitude franca e decidida sobre a restauração de Pernambuco,

e nessa contingencia seguiu o melhor alvitre que a politica aconselhava.

E' certamente, em face de todos esses factos, hoje convenientemente estudados, que o nosso historiador Varnhagen conclue, que Vieira não chegou nunca a ser o conductor da insurreição, e que o seu papel restringiu-se antes ao que em linguagem vulgar se costuma designar por *testa de ferro*.

Effectivamente assim foi. Portugal precisava de um *edictor responsavel* para salvaguardar-se de qualquer reclamação da Hollanda ; e uma prova disto, é que, posto em campo o movimento aos seus influxos, e de facto, reclamando aquella potencia contra a insurreição, que importava uma franca hostilidade de um paiz contra um outro com que estava em paz, e flagrante rompimento do tratado de tregoas, apressou-se o governo portuguez em sahir dessas difficuldades expedindo uma carta regia dirigida ao governador geral do Brasil Telles da Silva, na qual, extranhando a *resolução dos moradores de Pernambuco, e ordenando-lhes que depozessem as armas e deixassem a capitania livremente entregue aos hollandezes*, conclue, ordenando a Telles da Silva, que procurasse reduzir os revoltosos á obediencia, e que se fôsse necessario, lançasse mesmo mão de meios repressivos.

Em observancia daquella ordem expediu Telles da Silva, sem demora, para Pernambuco, dois terços ou regimentos de linha commandados pelos mestres de campo André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno, com um effectivo de 800 praças, confiando-lhes a incumbencia de suffocar a insurreição, e de prenderem mesmo os seus chefes, se porventura não se submettessem.

Mas o accordo estava feito ; a enscenação da peça habilmente disposta. Os pernambucanos resistiram ás regias determinações ; as tropas da Bahia fraternisaram com as nossas, e dahi a celebre phrase : — *E' preciso desobedecer ao rei para melhor servir ao rei.*

* * *

Estudemos agora essa chefia absoluta que panegyristas de Vieira lhe emprestam, como conductor da guerra, em fla-

grante delicto contra a verdade historica, chegando mesmo um delles, o benedictino Fr. Raphael de Jesus, a proclamar, que: — « como o maior pleneta, mais caudaloso rio, e principal movel da guerra, *se lhe devem attribuir as operações de todos os seus inferiores.* »

Em 1645 rompe a guerra da restauração, e Vieira, que tomára a frente do movimento, commette um novo crime de deserção, deixando as milicias hollandezas, cujas bandeiras jurára defender quando o principe de Nassau lhe conferiu a patente de capitão de cavallaria; e vendo-se depois livre da competencia que lhe fazia o fidalgo pernambucano Antonio Cavalcanti de Albuquerque, cercado de grande, illustre e prestigiosa familia, com o facto do seu *providencial e mysterioso fallecimento*, e sem mais receios de perder o bastão de chefe da insurreição, que lográra empolgar ; e tendo já, prevenidamente, solicitado a conferencia de uma elevada patente, pensava assim tornar-se superior em hyerarchia militar a todos quantos figuravam nas fileiras do exercito em campanha contra o batavo invasor.

Segundo o termo de acclamação de Vieira foi elle apenas investido do — cargo de *Governador, com todos os privilegios e prerogativas que os mais governadores tinham por Sua Magestade ;* mas antes dessa investidura civil, já elle tinha empolgado o bastão do commando em chefe do exercito libertador, e no primeiro documento que apparece sob a sua firma, em campanha, um Edital lavrado em 15 de Julho, se intitula : — *Governador das armas na empreza da liberdade dos moradores de Pernambuco, e das capitanias sugeitas ás armas hollandezas ;* — em um outro Edital, de 24 do mesmo mez, — *Primeiro acclamador da liberdade, e governador das armas na restauração e restituição de Pernambuco a seu legitimo senhor ;* — e nas patentes de officiaes subalternos, conferidas por occasião de dar uma certa organisação militar á gente sublevada, proclamando-se :— *Capitão mór e governador desta guerra da liberdade divina.*

Ao rompimento da insurreição, tinha apenas Vieira um pequeno tirocinio de vida miiltar entre a nossa gente, no tempo da invasão hollandeza, e o posto de capitão da milicia inimiga, que exercera em plena paz, todo absorvido nos labores da sua

vida, e sómente cuidando de enricar; e nestas condições, carecia de experiencia e exacto conhecimento da arte da guerra para dirigir com bom exito as operações de um exercito em campanha, composto em sua quasi totalidade de gente, a quem, se sobravam o valor e a coragem gerados pelo seu patriotismo, faltava-lhe porem a experiencia e a disciplina do soldado, para enfrentar um inimigo potente e aguerrido.

Que Vieira não possuia aquelles predicados, alem de muitos outros indispensaveis em um chefe militar, principalmente em campanha, é que elle nunca teve essa apregoada chefia, não pelo que escrevem os seus panegyristas e seguidores, mas em face da historia constatada por valiosa documentação.

No ataque da Casa Forte, de uma situação desvantajosa para a nossa gente, porquanto uma grande parte do inimigo combatia intrincheirada na vasta casa de vivenda do engenho, construida sobre pilares de pedra, conseguiu-se por ahi, removendo-se uma grande pilha de lenha que havia no terreiro, lançar fogo á casa.

Cercado e combatido o inimigo, e desenvolvendo-se o incendio com rapidez, viu-se perdido e rendeu-se a discripção.

Acudiu-se logo a extinguir o incendio — por ordem do mestre de campo André Vidal de Negreiros; mas *o governador João Fernandes Vieira que com todos os seus instava que o flamengo morresse queimado, como herege pertinaz e fementido*, não é obedecido, e Vidal mantem a sua ordem — «convencendo-o com razões *e preceitos militares*,» — como escreve Fr. Raphael de Jesus.

Eis ahi um facto caracteristico da *supremacia de Vieira no exercito*, e dos seus conhecimentos dos *preceitos militares!*

Com antecedencia a pôr-se em campo o movimento, tinha vindo da Bahia, com alguma tropa, o Sargento mór Antonio Dias Cardoso, que, aguardando o rompimento, occultamente, em lugar seguro e affastado, uniu-se á nossa gente em momento azado.

Dias Cardoso era militar da primeira linha do exercito, com praça de soldado em 1624, e de uma reputação já firmada pela sua attitude nas campanhas do Brasil contra os hollandezes, conquistando com muita distincção todos os postos até

chegar ao de official superior, com a conferencia regia da patente de sargento mór, que possuia ao tempo do momento historico em que nos achamos. (40)

Dias Cardoso foi portanto o chefe militar do movimento nessa phase inicial da campanha, e o heroe do primeiro feito de armas, que abre o prologo da dilatada guerra contra o batavo invasor.

Para comprovação desse nosso juizo é preciso descer a detalhes sobre o combate de Tabocas ferido no dia 3 de Agosto de 1645, e nesse intuito tomamos um guia insuspeito, Fr. Raphael de Jesus, que detidamente se occupa do feito no seu livro, occupando as paginas que vão de 287 a 312.

Deliberando deixar o acampamento do engenho Covas, e procurar uma posição vantajosa á receber o inimigo que vinha no encalço da nossa gente, — « pelos soldados mais intelligentes mandou o sargento mór fazer esta diligencia ; e brevemente voltaram, feita a escolha de um monte, que chamavam das Tabocas, que elle approvou, pelo conhecimento que tinha delle, como versado no terreno, que sabia a palmos. »

Occupado o posto, Dias Cardoso dividio as tropas em tres emboscadas estrategicamente dispostas e abertas nos tabocaes da campina, — em fórma que umas se cobriam a outras, — onde se propunha attrahir o inimigo, deixando de reserva uma força ao lado de Vieira, no alto do monte, para acudir depois onde fosse necessario.

D'est'arte delineou Dias Cardoso o plano da batalha, e Fr. Raphael de Jesus não se exime de assim o confessar, e ainda mais, descendo a detalhes da contenda, escreve, que — « entre umas e outras armas andava o sargento mór Antonio Dias Cardoso, dispondo e cortando com igual braço e accordo, e com admiração e inveja dos olhos, qne o viam, » — até o fim da acção glorificada pela victoria das nossas armas.

O *Governador da liberdade divina*, porem, assistia o combate *de palanque*, do alto do monte, na distancia — *de um tiro de arcabuz* — do campo da acção, guardado por um batalhão, e cercado de padres e frades !

Chega porem, um momento em que elle se decide a empenhar-se na contenda, mas o Padre Simão de Figueiredo o detem, e elle obedece ; e quando viu que a *occasião o chamava*,

vence a resistencia dos padres, caminha resoluto para o campo da acção, e dirigindo-se aos soldados que o acompanhavam disse-lhes, — « que promettessem a mãe de Deus um templo dedicado ao seu Desterro, se lhes concedesse a victoria dos inimigos da patria. »

Depois, fatigado, talvez, deixa o campo da luta, volta para o seu posto, — « e fóra do conflicto, ficou com os olhos livres para ver a que parte se inclinava a victoria ; e guardando para o maior aperto o melhor soccorro, pondo os olhos em uma sagrada imagem de Christo crucificado que o Padre Manoel de Moraes trazia arvorada, disse em voz alta para os seus soldados : — *Resemos de joelhos uma Salve Rainha a mãe de Deus, certos, de que sua piedade não falta em ouvir, a quem a chama :* — e de corrida com os seus se metteu no mais furioso do combate, matando e ferindo inimigos com golpes tão desusados, que a espada em sua mão tinha menos de ferro que de raio. »

Mas a contenda estava quasi que decidida, e a victoria proclamada em favor da nossa gente.

E' isto, que em substancia escreve Fr. Raphael de Jesus, segundo as informações de Vieira ; Calado, porem, que a esse tempo ainda estava em Pernambuco, e sem duvida ouviu a Dias Cardoso e a outros capitães que tomaram parte na batalha, escreve o contrario. Fala, effectivamente, nas investidas de Vieira para se arremessar ao combate ; — *mas,* conclue, *os que com elle estavam o detiveram...*

Segundo Calado, portanto, Vieira não mediu as suas armas com o inimigo nesse primeiro feito da campanha.

No segundo, a jornada da Casa Forte, apezar do que escrevem os *conceituadissimos panegyristas,* occupou figura secundaria, porquanto a acção foi dirigida por Vidal de Negreiros, que em uma carta, tambem firmada por Soares Moreno, escripta de Nazareth em 20 de Agosto, poucos dias depois do combate, e dirigida ao capitão mór Serrão de Paiva, dizem o seguinte : — « Na Varzea sahiu o seu governador das armas com 500 homens escolhidos a receber o mestre de campo André Vidal de Negreiros, que com parte da nossa gente ia áquellas paragens evitar os damnos que nellas se faziam ; deu-lhe Deus tão bôa fortuna que os rendeu (*estes senhores flamengos,* aos quaes referem) em uma casa forte, e depois de lhe haver

morto 150 homens, e 100 indios, aprisionou duzentos e tantos flamengos cum todos os mais officiaes de guerra e os demais valor e opinião. »

Vidal e Moreno tinham chegado recentemente da Bahia commandando cada um delles um terço ou regimento de primeira linha, e com a incumbencia de reunidamente a Vieira dirigirem o movimento, intitulando-se—*Mestres de campo e governadores com poderes de capitão general.* Portanto, si até então, Vieira nada resolvia senão pela bocca de Antonio Dias Crrdoso, como escreve Varnhagen, dahi em diante, até tomar o mando o general Francisco Barreto, foi Vidal o verdadeiro director da guerra, e assim o entendeu o inimigo, como se deduz da propria obra de Moreau.

E nem podia deixar de ser assim, uma vez que Vidal e Moreno, officiaes superiores do exercito, com uma bem firmada reputação militar, não se submetteriam ao mando de Vieira, que se pouco tempo depois teve uma patente de mestre de campo, como elles, era-o porem de *segunda linha*, e conferida pelo governador Telles da Silva, *dependente de confirmação regia*, e com a particular incumbencia de organisar um terço composto de todas as companhias *de infantaria de ordenanças* de diversos districtos e freguezias da capitania, vencendo o soldo mensal de 116 cruzados, como tudo consta da respectiva patente. (41)

A confirmação dessa patente só a teve elle uns seis annos depois da sua conferencia, por despacho regio de 29 de Abril de 1651, e isto mesmo em virtude de reiteradas solicitações, —*para com isso poder exercitar o dito posto com mais autoridade.* (42)

Que Vieira occupou uma posição secundaria no exercito, militam varios factos que isto comprovam.

A correspondencia official dirigida a Serrão de Paiva, capitão mór de uma esquadra portugueza em operações nas aguas de Pernambuco, dando-lhe conta dos primeiros movimentos da campanha, é toda firmada pelos mestres de campo Vidal e Moreno, e nas patentes de postos militares e outros documentos, lavrados até a posse do general Francisco Barreto, a assignatura de Vieira, invariavelmente, figura em ultimo lugar.

Nunca lhe coube dirigir uma acção campal, e nem isso lhe competia, porque sempre teve superiores hierarchicos na

campanha, distinctissimos militares de primeira linha do exercito.

Não foi dos commissarios nomeados pelo general em chefe para accordar com os enviados do inimigo os termos ou artigos de capitulação da praça do Recife ; o escolhido representante especial para se incumbir dos assumptos militares, naquelle accordo ; e nem ainda o incumbido de levar a El-rei D. João IV as bôas novas do facto da restauração das capitanias do Brasil occupadas pelos hollandezes, com a victoriosa terminação da campanha pernambucana.

Mas, dir-se-ha : — coube a Vieira a gloria de ser o primeiro que entrou na vencida cidade no memoravel dia 27 de Janeiro de 1654 !

E' verdade. A bôa estrella do feliz insulano assim o permittiu, *graças a escala do serviço militar ;* e uma vez que naquelle dia lhe tocava o da vanguarda do exercito, recebeu ordem para á frente das suas tropas tomar posse da praça do Recife, na qual fez a sua entrada triumphal o general em chefe, no dia seguinte, com todo o ceremonial de guerra usado em semelhantes solemnidades, como é sabido.

Resolvendo o governo portuguez confiar a direcção da guerra a um official general de reconhecido valor e reputação militar, conferiu a Francisco Barreto de Menezes o cargo de commandante em chefe do exercito restaurador de Pernambuco, com a patente de mestre de campo general, lavrada em 12 de Fevereiro de 1647.

Magoadamente recebeu Vieira o acto regio daquella nomeação, uma vez que se julgava, elle só, dispondo da suprema autoridade dos negocios da guerra, o que manifesta ao proprio soberano, quando velada e cautelosamente significando os seus resentimentos, lhe deu as bôas novas da victoria da segunda batalha dos Guararapes, por carta de 20 de Março de 1649, — *« posto que não governasse mais aquella guerra, que alevantou á sua custa, com tanto sangue que tinha derramado, e dispendio de sua fortuna. »*

D. João IV, porem, como que para suavisar as magoas de Vieira, conferiu-lhe logo em 1648 a mercê do fôro de fidalgo, uma commenda do dote de 390$000, com o habito de Christo, e outorgou a sua conservação no posto de mestre de

campo, — *que occupava, emquanto não lhe dava outro maior ;*. — porem depois, em 1651, limitou-se apenas em expedir a confirmação daquelle posto, que corresponde hoje ao de tenente-coronel, e do qual não passou a outros mais elevados inherentes ao generalato !

O general Barreto de Menezes, que na phrase de Varnhagen, — era um grande cabo de guerra, sobretudo quanto a dotes de circumspecção, reserva e prudencia, — trazia, alem da sua experiencia militar das campanhas do Brasil, onde tanto se distinguira, um nome glorioso pelos seus feitos na guerra de independencia de Portugal.

Empossado do cargo do commando em chefe das nossas forças, e cuidando logo de imprimir-lhes uma nova organisação, de modo a não sómente enfrentarem a guerra defensiva, como tambem se aventurarem a — toda a offensiva que fôsse possivel, — coube-lhe logo no dia 19 de Abril de 1648 commandar o renhido prelio dos montes Guararapes ; no anno seguinte, uma outra acção ferida no mesmo theatro, e conduzindo assim o exercito de victoria em victoria, obrigar o inimigo, em rigoroso assedio na praça do Recife, ultimo reducto que occupava em Pernambuco, a pedir uma suspensão de armas para se entabolar a sua capitulação.

Entretanto, essa brilhante attitude do general em chefe durante todo o periodo da campanha que ainda lhe coube dirigir por seis longos annos, e que tem como prologo a bella jornada da primeira batalha dos Guararapes' e como epilogo a capitulação do inimigo em 26 de Janeiro de 1654 ; attitude essa que qualquer noviço em materia de historia patria não ignora, é esquecida ou amesquinhada pelos panegyristas de Vieira para lhe emprestarem todas as glorias dos feitos da campanha, e até mesmo por elle proprio, em varios documentos, entre os quaes o seu Testamento, no qual, sem se lembrar mesmo, que o exercito tinha um commandante em chefe, e que junto a elle desempenhára apenas o papel de um simples com mandante de corpo, escreve na verba 64, tratando da guerra hollandeza, que : — « sem reparar nos maiores perigos *foi continuando a guerra*, dando-lhes batalhas campaes, e tomando-lhes quantidades de fortalezas inexpugnaveis, villas e cidades, até que na era de 1654 foi Deus servido que de todo se restasse

o Brasil com glorioso successo das armas de Portugal, *servindo na dita guerra de governador e mestre de campo!*

Eis ahi o homem definido por si proprio !

E' em face dessas e de outras vanglorias de Vieira, e do pregão dos seus panegyristas, Calado, Fr. Raphael de Jesus e Diogo Lopes de Santiago, que já deixámos consignados no correr deste nosso estudo, que se chega a eclipsar os vultos heroicos de Vidal de Negreiros, Soares Moreno, Francisco Barreto, Dias Cardoso, Camarão, Henrique Dias, Francisco de Figueirôa, D. João de Sousa, Zenobio Accioli, e tantos outros, de sorte que, segundo apregôa Vieira, por si proprio, ou pela penna mercenaria dos seus thuriferarios, foi elle a cabeça pensante da guerra, o braço potente da execução dos planos de batalha, o heroe acclamado por mil victorias; em fim, o planeta superior pelo seu brilho e grandeza, em torno do qual gravitam como humildes satelites, todos os heroes dessa brilhante pleiade da homerica epopéa da guerra da restauração de Pernambuco do dominio hollandez!!

Eis ahi, em face da eloquencia da historia, não simplesmente narrada, mas convenientemente documentada, a que fica reduzida essa proclamada supremacia de mando conferida a Vieira, e portanto, justificada esta phrase de Varnhagen, que tanta grita levantou: — « Vieira não chegou nunca a ser o conductor da insurreição, como depois nunca foi o director da guerra. O seu papel restringiu-se antes ao que em linguagem vulgar se costuma designar por *testa de ferro.* »

Si os conjurados pernambucanos pelo seu amor proprio, seus sentimentos de nativismo, talvez, e digamos mesmo, pela nenhuma confiança que Vieira lhes inspirava, quer pela sua inaptidão militar, quer pelo seu caracter de uma triste celebridade pela ignomia de duas vezes traidor, não supportavam a ascendencia que elle foi pouco a pouco exercendo, desde que, despeitado com os hollandezes, e com o intuito de subrahir-se ao pagamento das suas dividas, de avultado valor, entrara na conspiração; esses resentimentos se accentuaram ainda mais quando elle definitivamente empolgou o bastão de chefe, que,

naturalmente por suggestões suas, conseguiu de Vidal de Negreiros, acaso arrastado pelos seus protestos de fidelidade e dedicação, e da prodigalidade da sua riqueza em prol da causa da restauração !

Entretanto, si a maior parte dos conjurados, sopitando todos aquelles sentimentos acceitaram essa chefia de Vieira, alguns porem, mais ardorosos e insoffridos, levados mesmo ao desespero, não trepidaram de se conjurar contra elle com o fim de o fazerem retirar do scenario e da chefia do movimento.

Por mais cautelas que os conjurados tiveram nos planos da insurreição, não foi possivel escapar do conhecimento da gente do partido hollandez, e dahi as denuncias que lhes fizeram, em uma das quaes apontavam a Vieira — como autor de uma conspiração contra elles, e que convinha assegurarem-se da sua pessôa como unico meio de suffocar o movimento.

Vacillantes os hollandezes á respeito da conducta de Vieira, não deram inteiro credito ás denuncias ; entretanto, o desdobramento dos factos, a sua completa ausencia do Recife, recusas á chamados para tratar-se de negocios de importancia, e o proprio afastamento da sua casa de vivenda do engenho S. João, na Varzea, onde não se encontrava, quando procurado, fizeram convencel-os, por fim, de que effectivamente se tratava de uma revolta, e prestes a explodir, sem comprehenderem mesmo — como uma tal mudança se operára no systema politico de Vieira, que até então, fiel sectario do partido hollandez, se tornára um dos mais empenhados na revolução ; — resolveram então tomar as providencias que a prudencia aconselhava, entre as quaes a de se apoderarem da pessôa de Vieira e dos principaes chefes conjurados.

Não conseguindo esse seu intento, procuraram um meio que lhes parecia de toda a efficacia no intuito de afastal-o da chefia do movimento.

Conhecendo intimamente o seu caracter, o seu espirito ganancioso e interesseiro, sem escrupulos na escolha de meios resultantes de lucros e vantagens, procuram corrompel-o mandando offerecer-lhe 200 mil cruzados (80:000$000) por dois emissarios de confiança, — pagos onde elle quizesse, e com as seguranças que apontasse, para que desistisse do intento começado, e deixasse a capitania em seu antigo socego ; — mas, ou

porque a familia de sua mulher, seriamente compromettida no movimento, influindo no animo de Vieira, o compelisse á regeição da offerta, ou porque achasse elle, que era insignificante para a solução de um negocio de tão grande importancia, e sem o offerecimento de quitação, ou perdão de suas dividas, o que é mais acceitavel, em face da sua compromettedora resposta, que, — « não vendia a honra de castigar tyrannos *por tão baixo preço,* » — o que é certo, é que Vieira não acceitou aquelle partido, vencendo, acaso, escrupulos mal cabidos em um homem da sua indole como o leitor já o conhece pelos diversos accidentes da sua vida convenientemente estudados.

* * *

A generosa idéa da restauração da patria do dominio batavo, teve originariamente, um caracter accentuadamente nacional, não sómente pelos votos geraes que a presidiram, como pela unanime aspiração de todos os corações verdadeiramente patriotas.

Calado, apezar de conferir a Fernandes Vieira toda gloria de tão nobre commettimento, deixou, comtudo, insensivelmente arrastado pela voz da consciencia, escapar estas phrases, que escriptas por elle, são de um valor historico de subido quilate :

« Vendo-se os moradores de Pernambuco tão aperreados e tyrannisados, e que já não lhes restava mais, que o dár em desesperação, começaram a tratar de seu remedio, para sequer, escaparem as vidas das mãos destes tyrannos, ou pelo menos defendel-as a custa de seu sangue, e para isto foram muitos ter com João Fernandes Vieira, como ao primeiro homem de Pernambuco, e lhe deram conta da sua determinação, o qual lhes respondeu, que considerassem bem o negocio, e guardassem segredo, e que de sua parte estivessem certos que os havia de amparar e ajudar. »

Ahi temos o movimento resolvido, e consultado Vieira sobre essa *determinação dos moradores de Pernambuco,* reflexiona sobre a gravidade do assumpto, e apenas premette — *os amparar e ajudar.*

Fr. Raphael de Jesus, que escreveu de empreitada, e chega mesmo num arroubo de servil enthusiasmo pelo seu idolo a proclamar, que — « foi seu coração tamanho, *que emprehendeu, proseguiu, e acabou a restauração de Pernambuco*, facção que se julgava para as forças da Europa, incerta; para as de uma monarchia, difficil; e para as de um reino, impossivel; » — como escreve no capitulo n. 6 do Livro V, não pôde tambem resistir á voz da consciencia, no primeiro periodo daquelle mesmo capitulo, externando os sentimentos que animavam a idéa da restauração, como uma causa *que a todas era commum*, accrescentando, que — « era universal em todos os moradores do Brasil sugeitos ao imperio de Hollanda, o desejo de se libertarem, deitando de si o pesado jugo, que os opprimia. »

No — « Manifesto do direito com que os moradores da provincia de Pernambuco se levantaram da sugeição, em que por força de armas os tinha posto a sociedade de alguns mercadores das provincias da Hollanda, » — Manifesto este, que figura no *Valeroso Lucideno*, accrescentando o seu autor, que foi *dirigido a El rei D. João IV pelo povo de Pernambuco*, vêm consignado estes periodos :

« Não tendo já para que appellar os tristes moradores, os obrigou sua grande miseria, e seu desconsolado captiveiro a olharem para si, e verem no triste espectaculo de suas pessôas apagado o brio dos antigos portuguezes, esquecida a valentia com que foram criados, vendo por lei fixada suas cintas sem espadas, suas fazendas com novos donos, muitas de suas casas com violentas deshonras, com tão geral desamparo, que se algum communicava sua dôr a outro, por alivio, sahia da occasião mais penôso pelas repetidas lastimas do proximo; e o peior é, que foram em tanto crescimento as affrontas, que se debitavam os brios ainda a falta do ordinario sustento, com que foi força recorrer ao discurso, e desembuçar o envergonhado valor, que tantos annas havia andava coberto, e ameúdados juizos formar total resolução de livrar a patria de tão forte de captiveiro, ou morrer na demanda.

« ... O direito natural nos ensinou a tratar da defensa, tanto por lei de Deus, que viamos offendida no profanar dos templos, no sacrilegio com que a Virgem Sagrada mãe de Deus foi despojada de suas divinas roupas, e cortando-lhe as mãos e

seu corpo, em suas imagens; como por sustentar as honras, e não perder as vidas ás mãos atadas, a este respeito communicada entre nós a geral dôr, *tratamos do remedio della, e elegendo em primeiro lugar um cabeça de tão leal coração, e tal fazenda, que com ambas as cousas podesse ajudar-nos a sustentar com as armas nas mãos, até que podessemos ter remedio na protecção e amparo de V. Magestade, que nos não podia faltar*, e assim elegemos por governador a João Fernandes Vieira, em quem achamos igual conselho, vontade, e despeza. » (43)

O valente capitão Antonio Dias Cardoso, em uma carta dirigida a Vieira do lugar em que estava acampado, com a gente que trouxe da Bahia, para animar e proteger a insurreição, manifestando-lhe o designio de regressar com a sua gente, começa a sua missiva dizendo, que — « *os moradores desta capitania* o constrangeram com importunações, á que viesse ajudal-os na rebellião em que estavam conjurados contra os hollandezes...»

Nas razões de ordem da patente de mestre de campo conferida a Vieira pelo governador geral Telles da Silua, se lêem estas phrases de começo: — « Porquanto os moradores da capitania de Pernambuco não podendo já soffrer o excesso das violencias com que eram tratados do tyrannico dominio dos hollandezes do governo da Companhia outorgada, *se resolveram a negar-lhes obediencia, tomando ás armas em defeza de sua liberdade*, e eleger neste empenho publico em que estavam por seu mestre de campo que os governasse a João Fernandes Vieira, etc., etc. »

No fim de Dezembro de 1645, como escreve Calado, partiram para Portugal Francisco Berenguer de Andrade, juiz ordinario, e o capitão Francisco Gomes de Abrêo, procurador do Conselho, — « mandados pela Camara e povo de Pernambuco, á significar a S. Magestade o miseravel estado, agonia, e calamidades em que esta provincia e capitania estava; e a pedir-lhe soccorro para o mar, pois a terra já os moradores a tinha ganhada ao inimigo hollandez, capitaneados por João Fernandes Vieira...»

A patente regia de 18 de Abril de 1674, conferindo o posto de capitão de infantaria a Manoel Rodrigues Santarem, refere, na ennumeração dos seus serviços, que embarcara elle

para Pernambuco na armada com que o mestre de campo André Vidal de Negreiros foi socegar as alterações dos seus moradores — *quando acclamaram a liberdade contra os hollandezes,* — cuja phrase se encontra aiuda nas patentes do mestre de campo Antonio Jacome Bezerra e do capitão Manoel da Costa. (44).

Tratando Fernandes Gama do movimento restaurador, estuda, retrospectivamente, a posição de Vieira entre os hollandezes, refere-se ao *arrefecimento do seu nacionalismo por espaço de dez annos,* e que tomando calôr quando os pernambucanos acharam conveniente sopral-o, segurando-se primeiro da sua vontade pelo casamento com uma filha dos principaes independentes, conclue :

» E' verdade, que no decurso de dois seculos os prelos tem gemido com os panegyricos de Vieira ; e que por entr'estes apenas aqui e alli se lê uma ou outra expressão, que de alguma sorte descobre a verdade ; mas lêam-se com reflexão esses mesmos panegyricos, attente-se para o que diz o *Valeroso Lucideno,* e ver-se-ha que a restauração de Pernambuco deve-se aos pernambucanos, que elles foram quem a projectaram, e que si Vieira veio finalmente a representar nella o principal papel, deve isto a sinceridade e patriotismo dos que o convidaram, e ao concurso de circumstancias, de que elle soube aproveitar-se, *até para descartar-se* de alguns daquelles que o tinham elevado, e lhe faziam sombra. »

O illustre pernambucano Antonio Cavalcanti de Albuquerque, foi a sua primeira victima.

Borges da Fonseca, um escriptor consciencioso e respeitavel pela sua probridade litteraria, florescendo ainda em uma epocha não muito afastada dessa em que se passam os acontecimentos que estudamos, diz na sua *Nobiliarchia Pernambucana,* tratando de Antonio Cavalcanti, a quem chamaram — o da guerra, — que á sua idéa *devemos a restauração de Pernambuco, da qual foi executor João Fernandes Vieira, ou por mais rico, ou por mais feliz, o que affirma,* conclue : — « por ter visto varios documentos antigos que me tiraram do embaraço que poderá causar a posteridade a lisonja, que ditou muitos periodos do rustico ainda que *Valeroso Lucideno,* e a maior parte do *Castaioto Lusitano,* chegando a dependencia até onde

podia chegar o odio no caracter que lhe fizeram estes autores. » (44 A)

Resignado a representar um papel secundario junto á Vieira, como uma especie de seu ajudante de ordens, acompanhou-o, seguido de dois filhos, em todos os movimentos iniciaes do rompimento, bateu-se com distincção no primeiro encontro campal com o inimigo ferido nas esplanadas da collina de Tabocas, e quando Iguarassú e Goyanna reclamavam auxilios contra os perigos que corriam, Vieira apressa-se em afastar de si a Cavalcanti fazendo-o marchar para aquelles pontos á frente de uma força de 150 homens.

Com aquella gente partiu elle do engenho Gurjaú, onde acampava o exercito, chega a Iguarassú, demora-se por algum tempo, e seguindo depois para Goyanna, perde mysteriosamente a vida nos primeiros dias de Agosto!

Os panegyristas de Vieira dizem, que, atacado Antonio Cavalcanti *de um pleuriz, morreu em tres dias;* mas um escripto hollandez, o já citado *Diario da rebellião.* traçado dia á dia, acompanhando a occurrencia dos factos notaveis do movimento, consigna o seguinte, nos seus registros referentes ao mez de Setembro de 1655: — « A 19 chegou a nossa frota com as pessôas de Tamandaré. Da Parahyba recebemos a noticia de que Antonio Cavalcanti, um dos tres cabeças da rebellião e sanguinolenta tragedia, *tendo sido alli ferido em uma sahida,* morreu em Goyanna em consequencia dos seus ferimentos. »

Qual, dos contemporaneos, fala a verdade sobre a occurrencia da morte de Antonio Cavalcanti?

« Os amigos de Vieira, escreve Varnhagen, chegaram a accusar a Cavalcanti de intenções perfidas, como a de haver pretendido descartar-se delle por qualquer meio, sem omittir o da propinação do veneno; mas o que é sem duvida, é que foi Cavalcanti quem logo depois de separar-se, perdeu a vida em Iguarassú; e as crueis accusações que lhe fizeram ainda depois da sua morte, os seus inimigos, deixam essa morte envolvida em certo mysterio. »

Vieira, *como é natural,* teve logo noticia do fallecimento de Antonio Cavalcanti, como se vê de uma patente por elle lavrada em 9 de Agosto conferindo o posto de capitão a Bento

de Macedo de Faria, mencionando na razão de ordem, entre outros serviços prestados pelo nomeado, e pelos quaes, se recommendava a conferencia daquelle posto, o de — « se apresentar na villa de Iguarassú á frente de uma companhia que levantára, ao *capitão mór que por seu maudado alli governava, Antonio Cavalcanti*, com a qual foi por ordem que se lhe deu assistir na estancia que chamam dos Marcos. »

A que conjecturas não levam aquella phrase referente ao infeliz Antonio Cavalcanti, assim tão indifferentemente lançada ?...

Quem não descobre nella uma flagrante manifestação de selvagem contentamento do improvisado chefe pelo *inexperado desapparecimento* de um homem que fazia sombra aos seus intentos, ás suas ambições ?

Si Cavancanti não tivesse porecido victima dos ferimentos que recebeu *naquella sahida* a que se refere o chronista hollandez ; se não cahisse ás mãos de vis assassinos mandatarios de interessados da sua morte para o fazerem desapparecer do scenario politico de Pernambuco, ciosos do seu prestigio, da sua influencia ; e sim fatalmente, victima de uma aguda enfermidade que o levou ao tumulo *dentro de tres dias*, não teria Vieira uma phrase qualquer de condolencia, um simples adjectivo sequer ao referir-se a esse illustre pernambucano, seu immediato na chefia do movimento, seu companheiro de campanha, exercendo nas fronteiras do norte uma arriscada incumbencia, e com a elevada graduação de capitão mór ?

E não seria a patente em qnestão assim immediatamente conferida ao fallecimento de Antonio Cavalcanti, uma especie de galardão por *algum serviço de importancia* que o agraciado tivesse prestado ?

Ahi ficam as nossas interrogações...

Prevalecendo-se Vieira da sua investidura de chefe, revelou-se de animo tão pequenino, que, nas diversas nomeações que fez, de capitães, em differentes localidades, por occasião da organisação das forças libertadoras, escolheu a gente da sua parcialidade, e tão patentemente se mostrou hostil aos Cavalcantis, *que nenhum delles figura naquellas nomeações !*

E depois de tudo isso, desde essas pequeninas infamias, até a grande infamia do assassinato de Antonio Cavalcantis

Calado e Fr. Raphael de Jesus, na sua ingloria faina de endeosarem a Vieira, e deprimirem do caracter daquelle mallogrado pernambucano, apresentam-no como delactor da conspiração, aconselhando aos hollandezes a prisão e morte de Vieira, e tentando elle proprio envenenal-o — « por os muitos e secretos avisos que tinha de pessôas fidedignas de que elle o queria matar por a melhor traça que podesse ! »

Entretanto, existe um documento da epocha, uma denuncia dada aos hollandezes, antes do rompimento, em uma longa carta, sob a assignatura : — *A Verdade, plus ultra,* — que soube-se depois, que fôra escripta por Sebastião de Carvalho e Fernando do Valle, na qual é Cavalcanti apontado como um dos chefes da rebellião, e como tal aconselhada a sua prisão.

Alem disso, o seu nome figura no juramento prestado pelos conjurados em reunião secreta de 23 de Maio, bem como nos primeiros documentos da insurreição, e *a sua vida e pessôa* foi tambem uma das que posteriormente foram postas á premio pelos hollandezes.

Com a morte de Antonio Cavalcanti, seus dois filhos João e Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, então muito moços ainda, se retiraram da campanha, e só os vamos encontrar em 1667, quando o governador André Vidal de Negreiros lhes conferiu a patente de capitão de um corpo de ordenanças da freguezia de S. Lourenço da Matta, — « havendo respeito ao bem que seu pae Antonio Cavalcanti de Albuquerque serviu a S. Magestade nesta guerra proxima passada, sendo o primeiro que em companhia do governador João Fernandes Vieira se levantou contra os hollandezes, achando-se em muitas occasiões de peleja *té perder a vida na campanha.* »

Posto que Vieira se tivesse descartado de Antonio Cavalcanti, todavia não era elle o unico da nobreza pernambucana a quem era insupportavel a sua ascendencia e predominio.

A primeira manifestação desses sentimentos á pessôa de Vieira teve elle quando a gente da sua parcialidade promoveu a sua acclamação de governador, em nome do *povo, nobreza, clero, e gente de guerra de Pernambuco,* em cujo termo, lavrado no Arraial Novo do Bom Jesus em 7 de Outubro não figura a assignatura *de um só Cavalcanti ! ;* e a segunda, nos primeiros dias de Julho de 1646, quando cahiu em uma emboscada na

estrada flanqueada pelos cannaviaes do seu engenho, e da qual logrou sahir com vida, apezar dos ferimentos produzidos por duas balas de fuzil, que atravessaram-lhe o braço direito.

Ficando provado em face dos raros documentos coevos que ainda podemos encontrar, que a patriotica cruzada da libertação de Pernambuco teve uma accentuação genuinamente nacional pelas aspirações dos bons, patriotas, e desinteressados pernambucanos; pondo mesmo de parte, o embora valioso concurso, dos que procuravam-na com o unico meio de um commodo ajuste de contas com os seus credores hollandezes; e escusando ainda o que se sôbe dos bafejos regios e dos auxilios prestados pelo governador geral do Brasil, apezar das dissimulações e cautelas que a politica aconselhavam; vejamos o patriotico desapego com que os pernambucanos metteram mãos nos seus bens de fortuna em auxilio da causa que defendiam, em contraposição ao exclusivismo dos proclamados rasgos de generosidade praticados por Vieira, quer articulados por elle, quer pela penna mercenaria dos seus panegyristas contemporaneos.

Sim. A cruzada da emancipação de Pernambuco encontrou em todos os seus habitantes, desinteressada e verdadeiramente patriotas, desde a idéa inicial do movimento, prolongada permanencia da campanha, até a sua gloriosa terminação, sellada com a victoria final, que ditou a capitulação da Campina do Taborda, a mais decidida e enthusiastica adhesão, infundindo em todos os corações o mais accentuado espirito de patriotismo, de amor e dedicação em prol de tão nobre e generoso commettimento.

Todos, indistinctamente, ricos e pobres, pequenos e poderosos, correram ao appello da patria na situação afflictissima de uma luta desigual, e que ameaçava o mallogro da idéa em face dos recursos do inimigo, aguerrido, disciplinado, bem armado, e provido de munições e petrechos bellicos, e numericamente superior.

Movidos todos por esse sentimento patriotico, que constitue o mais bello apanagio do caracter pernambucano, não se quedaram nos seus commodos e conchegos do lar, não cruzaram os braços na hora das provações, e abandonaram familia, propriedades e riquezas para correrem á engrossar as fileiras

dos defensores do patrio territorio usurpado e na posse do estrangeiro já por tantos annos, em sua maior parte, sem uma arma sequer, para enfrentar o inimigo!

Os senhores de engenhos e de propriedades ruraes, com seus filhos, parentes, moradores e escravos, confundidos e irmanados pelo mesmo sentimento, figuravam todos nas fileiras dos defensores do patrio territorio, como simples soldados, e de armas á cara para enfrentar o inimigo; e ninguem regateou o proprio sacrificio dos seus bens de fortuna em face das urgencias da guerra, muito embora esse patriotico desprendimento os levasse depois ás inevitaveis e tristissimas contingencias da pobreza, como effectivamente levaram-nos.

São escassos os elementos de que dispomos, pela diuturnidade do tempo decorrido para enfeixarmos em algumas paginas todos esses rasgos de desprendimento e do mais alevantado patriotismo; entretanto, apezar mesmo das difficuldades que se nos antolharam nas pesquizas desses factos, colhemos alguns que vamos consignar, como raros monumentos de attestado civico de tão heroica gente.

Comecemos pelo testemunho do proprio Fernando Vieira, que, na sua *Noticia* dirigida ao Dr. Feliciano Dourado confessa, que os moradores de Pernambuco *deram de suas fazendas tudo a que puderam para a guerra;* e referindo-se ao concurso prestado á causa da restauração pelos moradores das capitanias do Rio Grande, Parahyba e Itamaracá, conclue: — « Foram todos tão leaes, que largaram suas fazendas sem piedade, e se retiraram á capitania de Pernambuco aonde todos juntos conservaram a guerra até a ultima restauração, dando as vidas e o resto das fazendas que salvaram. «

Exigindo a força hollandeza de guarnição do forte do Pontal de Nazareth, como uma das condições de capitulação da praça — o pagamento aos cabos e soldados dos seus soldos vencidos até então, — concorreram todos os moradores *com o que puderam com bôa vontade*, estimando mais aquelle posto que suas fazendas, — como se lê na *Certidão da acclamação.*

As tropas que vieram da Bahia foram em grande parte sustentadas á custa do capitão João de Pontes Cide; o pae do capitão mór Manoel de Barros Correia, alem de servir — com grrnde zelo nas guerras que houve com os hollandezes, com

sua pessôa, criados e escravos, gastou com a infantaria a maior parte da sua fazenda no principio do levantamento; — e o velho e alentado fidalgo João de Mendonça, que alem dos seus serviços pessoaes na campanha, acompanhado de escravos e moradores, e das consideraveis quantias que adiantou *em differentes apertos que houve*, mantinha uma ambulancia com dois boticarios, — que foram de grande importancia para a cura dos feridos.

Luiz do Rego Barros, alem de servir com seus irmãos e escravos — á sua custa por espaço de annos, acudia com as fintas e contribuições para o sustento dos soldados com toda a promptidão; — o capitão Pedro Correia da Costa levantou á sua custa uma companhia de infantaria na freguezia do Cabo, e com ella tomou parte na campanha; João Gomes de Mello, contribuiu com avultadas quantias, e servindo na Camara, era — dos primeiros que davam exemplo para a contribuição das pesadas fintas; — Lourenço Paz Cabral despendeu — muito de sua fazenda com as tropas de infantaria que vinham da Bahia a esta capitania de Pernambuco; — Bartholomeu de Souza Marinho, abastecia as tropas com o gado de suas fazendas; — Antonio Barbosa Lobo alem dos auxilios pecuniarios com quem concorreu *no decurso da guerra*, prestou ainda grandes auxilios com a remessa de gado e farinha para o sustento da tropa; e como estes, tantos outros que as chronicas coevas não mencionam, e nem mais apparecem documentos que illustrem o assumpto, como esses poucos dados que podemos colher de suas patentes, publicadas por Mello no T. I das suas *Biographias*, e particularmente na de João do Rego Barros.

* * *

Tratemos, em fim, para terminar este nosso estudo, da legenda do forte de S. Jorge creada pela fertil imaginação do benedictino Fr. Raphael de Jesus, o mais comprometedor dos creditos de Vieira, de quantos de seus panegyristas se empenharam no propositado intento de leval-o nas azas da fama ao templo da immortalidade; e taes são os seus exageros, e os requintes dos seus conceitos, que o Dr. Joaquim Manoel de Macedo (45) o reputa, com muito criterio e fundamento, —

« uma autoridade suspeita á respeito de João Fernandes Vieira. »

Chronista contemporaneo, é verdade, mas escrevendo por conta de alheias informações, porquanto não esteve em Pernambuco na epocha dos acontecimentos que constituem o periodo historico do seu *Castrioto Lusitano*, é o unico que tratando da heroica defeza do forte de S. Jorge, inclue o nome de Vieira no rol dos seus combatentes, avançando até mesmo ao paradoxo de que esteve elle de — sentinella no posto mais perigoso, *tres dias, tres noites, continuos, sem interpolação ;* — e concluindo a sua narrativa com o facto da capitulação da praça, escreve o seguinte :

« Digna e gloriosa memoria (como acção propria de João Fernandes Vieira) foi uma generosa advertencia, qũe nesta occasião teve. Não se lembraram os rendidos da reputação, que perdiam nossas armas, deixando as bandeiras del rei e insignias dos cabos da milicia expostas ao desprezo do inimigo. Porem aquelle coração animado sempre de generosos espiritos, menos ambicioso da vida, que da honra, teve cuidado de mandar *a um moço seu*, que recolhesse a prata da gineta, *e enrolasse em si a bandeira do capitão Affonso de Albuquerque*, que era um dos rendidos ; *e cingindo consigo mesmo outra*, as salvou ambas do opprobio »...

Contractoriamente, porem, escreve Fr. Raphael de Jesus o seguinte no *Prologo* do mesmo livro, fazendo uma resenha das façanhas do seu heroe, em face do que, bem se póde aquilatar do seu criterio litterario :

« Capitularam os cabos a entrega do forte, e só elle teve a advertencia e animo para salvar as insignias de alguns cabos, e as bandeiras del rei, *sahindo com ellas enroladas em si mesmo*, com manifesto perigo de sua Vida. »

Sem commentarios, prosigamos.

O marquez de Basto, donatario de Pernambuco, absolutamente não menciona o nome de Vieira entre os defensores do forte de S. Jorge, e nem se refere a essa historia das bandeiras narrada por dois modos differentes pelo imaginoso benedictino, Entretanto, as *Memorias diarias* do marquez de Basto, que encerram um cyclo de nove annos completos, desde 1630 até 1638, foram escriptas segundo as suas impressões pessoaes, e

testemunho presencial no proprio theatro dos acontecimentos, desde 1631, quando veio para Pernambuco, e dos factos anteriormente occorridos, em face das *Relações diarias* escriptas por seu irmão o general Mathias de Albuquerque, que em seu nome governava a capitania quando se deu a invasão, e outros subsidios ministrados *por pessoas de inteiro credito*, como escreve o autor, crendo portanto, firmemente, como accrescenta, — « que outrem poderá escrever com mais luzimento, *não com maior exame da verdade.* » (46)

Calado, que nessa epocha residia em Pernambuco, e acompanhou pari-passo a todos os episodios que descreve no seu livro, ouvindo, na convivencia intima dos acantonamentos militares os principaes protogonistas de todo esse bellissimo drama, que, detida e documentadamente traçou no seu *Valeroso Lucideno*, aliás consagrado ás glorias de Vieira, nada refere da legenda narrada por Frei Raphael de Jesus; e depois, quando chega a epocha de 1644, e canta em versos toda a vida e proezas do seu heroe, constata essse seu silencio, absolutamente não se referindo aos episodios em questão.

Brito Freire, em fim, tambem contemporaneo, que tomou parte nos ultimos movimentos da campanha, como almirante da esquadra portugueza da Companhia do Commercio, fundeada em frente a Pernambuco em garantia ás forças de terra; e poucos annos depois lhe coube governar a capitania (1661–64) encontrando, portanto, ainda bem vivas as reminescencias dos episodios da guerra da invasão hollandeza, pela corrente tradicional e o proprio testemunho do muitos que figuraram naquella primeira phase das lutas contra o batavo invasor, e tendo ainda a sua disposição todos os documentos officiaes da epocha recolhidos no archivo da sua secretaria, não menciona o nome de Vieira quando trata da defeza e rendição do forte de S. Jorge no seu livro *Nova Lusitanea, Historia da guerra brasilica*, impresso em 1675, *esquecendo* assim, de contemplar entre os seus bravos defensores — a *João Fernandes Vieira, o voluntario de dezesete annos, aquella sentinella que não dormiu tres dias e tres noites, o brioso guerreiro que salvou as bandeioas d'el-rei, e as insignias dos cabos de milicia!*

Podera-se justificar o silencio de Brito Freire sobre Vieira, no forte de S. Jorge, a igual silencio sobre — « os nomes dos

que foram reforçar a sua guarnição elevada ao numero de 80 homens, dos mortos e feridos, e de todos que se renderam, limitando-se, quanto a estes. a declinar apenas os nomes dos capitães Antonio de Lima, commandante da praça, Francisco de Figueirôa, Roque de Barros e Affonso de Albuquerque, do alferes Jacintho Barreto, e do soldado Belchior Velho,—« que, sem duvida acompanhou o grupo na qualidade de ordenança do capitão Affonso de Albuquerque. » (47)

Mas Brito Freire era um historiador que tinha a devida intuição do historiador ; escreveu uma *Historia*, e a historia, como se sabe, não desce aos detalhes e minudencias da chronica e das memorias, ou monographias especiaes sobre um assumpto dado ; e portanto, estamos de perfeito accordo, *que não é de admirar, que não se occupasse de Vieira*, um simples soldado da guarnição do forte, como o apresenta Fr. Raphael de Jesus.

Mas, si esse joven soldado, na inexperiente idade de dezesete annos, vendo que os rendidos se esqueceram das bandeiras d'el rei, e das insignias dos cabos de milicia, ao deixarem o forte ; e tocado de animo heroico, inflammado do mais acendrado patriotismo, commettesse a bellissima acção, *qual outro Lucilio*, de salvar essas reliquias sagradas, essas glorificadas bandeiras, imagens da patria querida, mudas testemunhas dos assombrosos rasgos de valor e patriotismo dos valentes defensores do forte, arrancando a ambas do opprobrio e do desprezo do inimigo ; certamente Brito Freire não se esqueceria de mencionar na sua obra um tão heroico feito, brilhantissimo epilogo da bella epopéa da defeza do castello de S. Jorge, e neste caso, cabivel e digno mesmo de menção em uma Historia, se porventura tivesse elle a noticia documentada, ou mesmo tradicional da sua veracidade ! !

Ainda algumas considerações que nos parecem de muito valor sobre o assumpto.

Empossado Brito Freire do seu cargo de governador de Pernambuco, um anno depois chega Vieira de volta da côrte de Lisbôa para onde seguiu ao terminar o seu governo de Angola, no auge de toda a sua grandeza, coberto de honras pelas conferencias regias dos mais elevados titulos de distincção ; e antigos conhecidos, desde que se encontraram nos ultimos dias

da guerra, pelo menos em duas conferencias, com o fim de concertar-se o plano dos ultimos ataques á sitiada praça do Recife, e a attitude que a esquadra sob o almirantado de Brito Freire devia manter em apoio das forças de terra; naturalmente as suas antigas relações com Vieira se estreitaram então, sendo elle solicito em prodigalisar ao governador os seus bons officios no intuito de tel-o ao seu lado como uma garantia em favor dos seus multiplos negocios.

Sendo natural, que nessa permanencia de Brito Freire em Pernambuco se lhe despertasse o animo de escrever a sua Historia, e declarando elle nas palavras que dirige *Ao Leitor*, com que abre o seu livro, que — uma dás razões que o persuadiram a escrever essa Historia *foi tambem ter se achado nas principaes occasiões da guerra*, — de que se occupa; não é acreditavel, que intimamente conhecendo a Vieira, antigos camaradas, se esquecesse de mencionar o seu nome entre os que tomaram parte na defeza do castello de S. Jorge, e de consignar essa *historia das bandeiras*, se porventura tivesse conhecimento da veracidade de tão decantadas noticias, quando por não julgal-as condignas de inserção historica, ao menos como uma simples cortezia litteraria, por constituirem *o glorioso inicio da vida militar de Vieira...*

Em fim, a Certidão de acclamação de Vieira á chefia da insurreição, um longo e minucioso documento, que figura nas paginas do *Valeroso Lucideno*, e no qual se faz uma completa exposição dos apregoados serviços do acclamado chefe, não menciona essa sua decantada parceria na defeza do castello de S. Jorge; e note-se, que esse documento, como observa o Dr. Joaquim Manoel de Macedo, foi todo em louvor de Vieira, e assignado por diversos parentes de sua mulher, e portanto muito interessados em fazer brilhar a sua gloria, ou antes, diremos nós, — as auas presumpções, a sua prosapia, a sua fanforrice!

Alem do esmagador silencio dos tres referidos contemporaneos, Calado, o marquez de Basto e Brito Freire, e tão prodigos os dois primeiros em minudencias por demais em narrativas historicas, occorre ainda um facto de grande transcendencia, narrado por Fr. Raphael de Jesus, que vem derruir o cas-

tello que elle proprio levantára em exaltação do nome do seu heroe.

Vieira, como escreve elle, tinha praça de soldado *nas bandeiras do capitão Affonso de Albuquerque*, nas quaes se alistára em Olinda quando o general Mathias de Albuquerque providenciava sobre os meios de defeza da colonia, já com a esquadra inimiga velejando em frente a Pernambuco; e tomando aquella companhia, á sua conta, com uma outra mais, a defeza do Recife, com ella marchou o joven voluntario como as circumstancias urgiam: e d'est'arte só podia elle tomar parte na defeza do forte encorporado *ás suas bandeiras*, ou acompanhando a seu commandante quando se offereceu ao referido general para se reunir aos valentes defensores daquella tão tenazmente disputada fortificação pelo inimigo em vigorosos e successivos ataques.

O marquez de Basto narrando nas suas *Memorias* os acontecimentos do dia 16 de Fevereiro, em face das *Relações diarias* escriptas por seu irmão, aquelle mesmo general, e tratando das providencias que dera elle para melhor assegura a defeza dos fortes de S. Francisco da Barra (Picão) e de S. Jorge, diz que, *para este ultimo se offereceu o capitão Affonso de Albuquerque com seu alferes Antonio Borges, e um unico soldado que ficou, Belchior Velho.*

Verificado, portanto, que a companhia a que Vieira pertencia não tomou parte na defeza, e que não acompanhára elle a seu commandante quando marchou para a luta, em que caracter poderia elle tomar parte nessa defeza?

Mas, Fr. Raphael de Jesus, que tem sempre uma *retirada honrosa* em todas as suas difficuldades litterarias, refere que, Vieira estava na barraca do general quando recebeu elle um pedido de reforço para a guarnição do forte, reclamado por seu commandante, e que, *esperando occasiões para se adiantar ao numero dos annos*, — « achou nesta o que desejava, e sem dilação se offereceu a morrer em defensa da força (como outro Marco Curio em beneficio da patria), gentileza, que imitaram *até vinte moradores*, ou persuadidos da emulação, ou obrigados do exemplo. » — Isto diz o Padre no seu livro, mas no *Prologo*, se contradiz mais uma vez, dizendo que Vieira — offere-

ceu-se para se metter no forte levando comsigo *alguns homens* persuadidos de seu exemplo !

Alem dessa legenda *raphaeliana*, de *até vinte moradores*, ou de *alguns homens*, que acompanharam a Vieira, surge uma outra do seu offerecimento — « *com vinte e quatro mancebos*, para tomar parte na defensa heroica que tanto illustrou o nome portuguez !

Mas onde foi elle buscar esses *vinte e quatro mancebos* !

Fr. Raphael de Jesus diz apenas, que Vieira se offereceu só, pessoalmente, sem mais ninguem ; e que á seu exemplo o imitaram *até vinte moradores*, uma vez, ou *alguns homens*, em outra...

Alem disso o marquez de Basto, que desce a minudencias taes nas suas *Memorias*, ao ponto de referir a morte de um criado do general, o ferimento do sargento Luiz Fernandes, o nome do soldado que acompanhou o capitão Affonso de Albuquerque, e o daquelle por quem se mandou avisar da tristissima situação em que se achavam os atacados, — não menciona semelhante offerecimento.

Depois, Mathias de Albuquerque estava no seu acampamento somente com a gente de guerra que compunha o seu pequeno exercito, uma vez que todos os moradores se tinham occultado em diversos e afastados lugares á entrada do inimigo.

Não havia, portanto, gente em disponibilidade para dar-se semelhante offerecimento ; e uma prova disto, é que, tratando o marquez de Basto dos acontecimentos do dia 4 de Março, dois dias depois da rendição do forte de S. Jorge, e quando toda a gente da sua guarnição já estava reunida ás suas fileiras no acampamento portuguez, e tambem Vieira, portanto, *com os seus homens, moradores ou mancebos ;* refere a nomeação de officiaes para os differentes pontos militares estabelecidos no intuito de isolar o inimigo no Recife e em Santo Antonio, bem como outras providencias, concluindo, que — para os *Aventureiros* que se quizessem alistar, fez-se capitão a Manoel Rebello da Franca, *mas não os houve !*

E Vieira, que teria um lugar tão distincto nessas bandeiras ou companhia de *aventureiros*, ficou impassivel *com os seus homens, os seus moradores, os seus mancebos !*

Portanto, não havia então essa gente em disponibilidade, que em um momento dado apparecesse para imitar a Vieira nesse seu patriotico *offerecimento*...

Como um argumento de grande valor para se comprovar que Vieira tomou parte na defeza do forte de S. Jorge, exhibe-se a declaração que elle faz na verba 64 do seu Testamento, que, serviu a S. Magestade *desde a era de 1630*, e igual mensão consignada no Alvará de 5 de Junho de 1654, concluindo-se dahi, com o proprio sacrificio do sentido litteral daquellas phrases, que — *esse serviço prestado em 1630* sómente poderia ter sido a defeza do forte de S. Jorge ! ! !

Porem Vieira não diz semelhante cousa, isto é, *que tivesse prestado serviço algum particular em 1630*. O que elle escreve, referindo-se á primeira phase da sua vida militar, é textualmente o seguinte : — « Declaro que servi a S. Magestade *desde a era de 1630* até a de 1645 ; » — e o citado Alvará , — « *desde o anno de 1630*, em que os hollandezes começaram a occupar a capitania de Pernambuco, » — o que é cousa muito differente, porquanto, quer isto simplesmente dizer, que os serviços prestados por Vieira datam do seu assentamento de praça, *como soldado, capitão e mestre de campo*, na phase do citado diploma regio, isto é : — *começaram em 1630*, de accordo com a propria allegação de Vieira no seu Testamento.

Mesmo assim, para se tirar tão forçada conclusão, seria necessario que a defeza do S. Jorge, pelo menos, constituisse *o unico feito d'armas occorrido em 1630 !*

Effectivamente, desde que o inimigo chegou incolume á margem esquerda do rio Dôce na manhã de 16 de Fevereiro, após o seu desembarque na enseada de Páo Amarello, em demanda de Olinda, até o fim do anno, quasi que se póde dizer, em face das chronicas coevas, que não houve um só dia que tivesse completo descanço, porquanto, alem das pelejas e combates que provocava, ou a que era provocado, sahiam-lhe ao encontro as nossas gusrrilhas nas suas marchas de reconhecimentos, ou cahiam de emboscada sobre os seus destacamentos despachados para as provisães d'agua, lenha, fructos e outras cousas de que necessitavam, travando-se em todos esses encontros pelejas mais ou menos serias.

Portanto, uma vez que não é licito aventurar-se, que a companhia do capitão Affonso de Albuquerque a que Vieira pertencia como simples soldado, tomasse parte em todo esse movimento de mobilisação de forças em 1630, pelos dias de folga, segundo a escala do serviço militar em campanha; comtudo, é natural que tomasse elle parte, encorporado *ás suas bandeiras*, em todos aquelles em que ellas figuraram, quer isoladamente, constituindo uma dessas afamadas guerrilhas de emboscadas, quer reunida a outras, na formação de uma força superior para um ataque ou reconhecimento campal.

Consoantemente com este juizo, Fr. Raphael de Jesus escreve o seguinte, ao tratar do ultimo feito occorrido nesse primeiro anno da guerra da invasão.

« Casos em tudo semelhante, occuparam umas e outras armas todo o restante deste anno de 1630. *Em quasi todos os dias* havia pelejas, que diversificavam as occasiões, porem não os successos. A um mesmo tempo nos achava o inimigo promptos para a defeza e para a vingança. Em sua porfia, se alentava sua perdição. Não houve occasião, em que nos provocasse atrevido, de que não sahisse castigado. »

Ainda com o fim de se provar essa pretendida partilha de Vieira nas glorias resultantes da defeza da força em questão, vem a baila a patente de *capitão de batedores*, que teve no Arraial do Bom Jesus, — « por serviços anteriores, que não podiam ser senão os prestados na defeza do forte de S. Jorge, uma vez que não consta que naquella phase da guerra tivesse tomado parte em outro encontro com o inimigo. »

Não sabemos a data em que lhe foi conferida aquella patente.

Fr. Raphael de Jesus, diz apenas, no *Prologo* do seu livro, que — no Arraial de Parnameirim o tinha feito Mathias de Albuquerque capitão de descobrir o campo, quando o flamengo *sitiou e rendeu aquella força*.

Sabido que o assedio do Arraial começou no dia 3 de Março de 1635, e durou tres mezes, quando foi levantado, com a rendição da praça, tinhamos assim um termo de fixação exacta da conferencia dessa *patente de capitão*; mas F. Raphael de Jesus, que ora diz uma cousa, ora diz outra, encontradamente, narrando o ataque ferido no dia 24 de Março de 1633,

diz então, que Vieira, *com vinte annos*, como effectivamente tinha naquelle anno, porquanto nasceu em 1613, já era *capitão de descobrir o campo*, e que na peleja — « foi um dos primeiros, que com seus soldados deu sobre os inimigos, igualando-se seu valor e disciplina aos capitães mais assignalados. »

Si esta transcripta passagem, prejudica pelas contradicções do seu autos a epocha que anteriormente fixára da conferencia do posto de capitão a Vieira, quando, effectivamente, teve lugar a creação das *companhias de emboscada*, serve-nos porem de muito as seguintes phrases com que começa o referido trecho : — « *Em muitas occasiões passadas*, lhe tinham visto a prova quem na presente, quando a guerra estava mais viva, lhe fiou a segurança da campanha. »

Portanto, não foi a sua pretendida defeza do forte de S. Jorge, que lhe assegurou as divisas de capitão, mas sim o seu procedimento em campanha (attenda-se bem, que estamos em 1633), *em muitas occasiões passadas ! ! !*

As companhias de emboscada foram creadas em 1635 logo em começos do assedio do forte real do Bom Jesus, como de uma vez, escreve Fr. Raphael de Jesus, e verifica-se, em face do seguinte trecho das *Memorias* do marquez de Basto, tratando das occurrencias do dia 8 de Março daquelle anno : — « Vendo-se o general no campo tão perto do inimigo, e com tão pouca gente e polvora, trotou de fortificar e tomar os caminhos, *e para isso começou a organisar algumas companhias de emboscadas de doze a quinze homens dos moradores e naturaes daquelle districto, por serem os mais praticos.* »

Porem Vieira foi, effectivamente, um desses capitães de emboscada, de batedores, ou de descobrir o campo, como por sua propria conta escreve o Padre ?

Não o sabemos. Mas o que é certo, é que o marquez de Basto trata nominativamente de alguns desses capitães de emboscada, quer referindo-se as suas nomeações, quer aos seus feitos militares, e em nenhum dos casos *apparece o nome de Vieira !*

E é assim, que figuram como taes Gaspar André, Antonio Gomes, Manoel Baptista, com a sua companhia composta de treze irmãos, dos quaes elle era o mais velho, João Lopes Barbalho, e Antonio Bezerra, sem duvida os unicos nomeados ;

e observe-se ainda, que em todo o periodo que decorre de 1630 a 1635, quando Vieira se bandeou, qual outro Calabar, passando-se para o inimigo, não apparece o seu nome uma só vez sequer nessas *Memorias* contemporaneas, escriptas pelo donatario de Pernambuco, e na epocha, já testemunha presencial dos factos de que se occupa.

Mas, quer Vieira fosse ou não, capitão de emboscada, ou de batedores, que vem a ser a mesma cousa, vejamos que significação tinha esse posto.

Segundo Fr. Raphael de Jesus, no *Prologo* da sua obra, o general Mathias de Albuquerque o tinha feito *capitão de descobrir o campo*, e no correr da sua obra, que o nomeou—*por capitão dos batedores, que de noite e de dia haviam de assegurar o campo.*

Não se trata, portanto, de um posto do exercito, uma vez que os donatarios de capitanias particulares não tinham attribuições para conferirem postos militares, em face das suas cartas de doação e Foral, e o general Mathias de Albuquerque era simplesmente um governador da colonia em nome de seu irmão o quarto donatario de Pernambuco.

As patentes de officiaes do exercito eram de exclusiva conferencia do soberano ; e demais, pelas proprias attribuições do posto em questão, se vê, que esses capitães de batedores, tinham apenas a incumbencia de vigiar o campo para prevenir o exercito de qualquer approximação do inimigo, e dispunham de uma companhia apenas composta de uns 12 homens.

Tambem a Henrique Dias conferiu Mathias de Albuquerque a — gineta de capitão e cabo de muitos negros minas e crioulos, que se alistaram para servir na guerra, — sem que importasse isso um posto militar, e nem como tal nunca foi elle tratado nos documentos officiaes da epocha.

O conde da Torre, governador geral do Brasil, por diploma passado na Bahia em 4 de Setembro de 1639 conferiu a Henrique Dias a nomeação de — cabo e governador dos crioulos, negros e mulatos, que serviam, e ao diante servissem na guerra, — e sómente por patente regia de 28 de Novembro de 1658, quatro annos depois de terminada a campanha foi que elle teve a mercê do posto de mestre de campo *ad honorem*.

E o mesmo se deu com o Camarão.

Portanto, a patente conferida a Vieira, de que trata Frei Raphael de Jesus, não tinha importancia alguma, uma vez que não era um posto do exercito, e com as suas inherentes prerogativas. Era simplesmente, uma especie dos *capitães de entrada, e forasteiros*, creados pelo governador D. Thomaz José de Mello, *com honras e privilegios imaginarios*, ou dos nossos conhecidos *capitães de campo*, incumbidos da captura de escravos fugidos.

« Mais de dez historiadores dão noticia da estada de João Fernandes Vieira no forte de S. Jorge quando se deu a invasão dos hollandezes, merecendo entre elles especial menção Frei Raphael de Jesus, « — dizem os apologistas de Vieira, — « *o amado e venerado pela lenda, cuja mentira é mais potente e mais verdadeira que a historia* «...

Nós, talvez, podessemos duplicar aquelle numero de historiadores ; mas, fazendo nossos os conceitos de um grave escriptor, — « infelizmente esses autores são todos modernos, e que, como não apresentam nada de novo, valem tanto quanto Fr. Raphael de Jesus, *do qual tiraram suas informações.* » — Copias successivas de uns dos outros, prendendo-ss todas á fonte original... E ahi temos uma absurda definição da *Verdade : — a mentira muitas vezes repetida !*

Para que ir mais adiante sobre esse estafado problema da vida do afortunado insulano, firmado apenas sobre uma ridicula phantasia do seu imaginoso panegyrista o benedictino Frei Raphael de Jesus ?

* * *

Demos, portanto, o tiro de misericordia sobre a questão, liquidando, em fim, a romanesca passagem da legenda do castello de S. Jorge referente á salvação dos reaes estandartes.

Diogo Lopes Santiago, escriptor coevo, acaso pernambucano, ou pelo menos residente na colonia ao tempo do momento historico que abrange o seu livro, consigna uma variante da legenda das bandeiras do S. Jorge, segundo a qual, — «rendida a força de terra, João Fernandes Vieira mandou a um moço que tinha em sua companhia *que salvasse a bandeira* da

infantaria do capitão Affonso de Albuquerque, que alli estava tambem, e a prata da gineta »...

Não é crivel que no forte existisse outra bandeira alem da que tremulava sobre as suas ameias, como era costume, e ainda é, nas fortificações em combate, porquanto, partindo o capitão Affonso de Albuquerque para tomar parte na sua defeza, foi apenas acompanhado por seu alferes Antonio Borges, e *um unico soldado*, acaso sua ordenança, como escreve o donatario marquez de Basto ; e uma vez que não marchou elle á frente da sua companhia, em fórma militar, — com caixas batentes e bandeira desfraldada, — segundo a phraseologia da epocha, não podia, sem estas formalidades, de um absoluto rigorismo disciplinar, levar comsigo bandeira alguma, e muito menos a da sua companhia.

Havia, portanto, um unico estandarte no castello, o que lhe era proprio, golpeado em varios pontos alcançados pelos projectis de arcabuz disparados em descargas cerradas que partiam das fileiras inimigas na renhida e porfiada luta de tantos dias, e esse estandarte lá ficou, em obediencia ao artigo segundo do termo de capitulação firmado no acampamento hollandez no dia 2 de Março, (48) do qual se vê, que os vencidos deviam sahir com todos os soldados — com as armas ordinarias, *sem bandeiras* nem morrões accezos, — uma vez que o inimigo não lhes concedeu as honras da capitulação, isto é, de sahirem da praça em forma militar, *com dandeiras despregadas, ao som de suas caixas, morrões accezos, e bala em bocca.*

Consoantemente com o estipulado no termo de capitulação, escreve o general em chefe do exercito hollandez na sua parte official, — que se publicou logo por toda a Europa, nas relações, ou gazetas do tempo, — o seguinte, sobre a rendição da praça de S. Jorge :

« Na manhã seguinte, 2 de Março, depois de ter ainda disparado desde mui cedo, pela volta das nove horas, içaram do forte uma bandeira branca, como signal de querrer parlamentear, e mandaram um capitão ; ao qual concedi que deixariam toda a artilharia, munições de guerra e viveres (os quaes não encontramos, e cremos que de noite os lançariam ao mar) *e sahirom sem bandeiras*, morrão apagado, e prestando juramento

de não tomar as armas contra os Estados Geraes por seis mezes. »

Effectivamente assim foi, e effectivamente lá encontraram os hollandezes aquella gloriosa bandeira, que, sem duvida, se desfraldava ainda no mastro firmado sobre os baluartes do vencido castello, como encontraram tambem a do pequeno forte do Mar ou Picão, rendido no mesmo dia.

E é assim, que o commandante em chefe das forças hollandezas, o coronel Theodoro van Waerdemburch, em carta escripta — *De Olinda de Pernambuco aos 3 dias do mez de Abril de 1630*, — e dirigida aos Administradoros da Companhia das Indias Occidentaes, em Midelburgo, dando conta dos primeiros acontecimentos occorridos desde que se apoderou da colonia, em cujo documento, constante de copia authentica, segundo o proprio original, se lê este periodo, depois das enthusiasticas referencias da conquista dos fortes de S. Jorge, e do Picão :

« Nas fortalezas por mim tomadas foram encontradas *duas bandeiras esburacadas*, das quaes uma está em poder do General (o almirante Henrique Cornelios Lonck), e a outra parte por este navio, com mais uma outra que as minhas tropas tomaram nas mattas de alguns cavalleiros ; estas com outras podem servir para fazerdes um tropheo commemorativo. » (49)

Fr. Raphael de Jesus, que, incontestavelmente, escreveu a sua obra *com engenho e arte*, na phrase do poeta, precisava engendrar a lenda das bandeiras, e dar um certo tom romanesco á sua chronica, teve as cautelas necessarias de arranjar as cousas de modo a opparentar um cunho de verdade a essa scena final da sua narrativa sobre a rendição do castello de S. Jorge, sem lhe importar o que escreveu o marquez de Basto, culo livro naturalmente não lhe era desconhecido uma vez que foi publicado vinte e cinco annos antes do seu *Castrioto Lusitano*, nem pensar, tão pouco, que um dia se vulgarisassem os documentos coevos sobre o facto, e assim derrocar-se esse artificioso edificio da sua imaginação.

Apreciemos o Padre.

Escreveu o marquez de Basto, que os parlamentares enviados ao campo inimigo para tratarem da capitulação, — « con-

cordaram em que sahiriam *com suas armas*, e livremente iriam para onde estava o seu general. »

Esta é a verdade, e de accordo com o termo de capitulação, que Richshoffer consigna *textualmente*, e com a parte official do chefe inimigo.

Mas Fr. Raphael de Jesus escreve o contrario, dizendo positivamente, que os hollandezes concederam —*como da nossa parte se pediu ;* e consoantemente accrescenta : — « Com armas e moveis, trazendo corda acceza, e bala em bocca, sahiram os portuguezes, e com liberdade para disporem como quizessem de suas pessôas. »

O Padre, porem, *não fala em bandeiras !* Mas escreveu, apezar *desse esquecimento*, como que se tratasse de uma capitulação com todas as honras da guerra, deixando ficar as bandeiras para a traça que imaginava : — serem salvas por Vieira do desprezo do inimigo, — ainda que, com encontrados artificios, como escreve, quando por duas vezes relata a sua legenda !

Deixemos, porem, o Padre em paz com o seu Vieira e as suas bandeiras, e prosigamos, á terminação deste nosso já tão adiantado estudo, cuja extensão não imaginamos mesmo quando o emprehendemos.

Desta resenha que deixamos consignada sobre a romanesca passagem das bandeiras reaes, resulta, epilogando, o seguinte :

Segundo Fr. Raphael de Jesus, no corpo da sua obra o *Castrioto Lusitano*, existiam no forte de S. Jorge *duas bandeiras*, que foram salvas : uma por um moço de Vieira, e por ordem sua, *enrolando-a em si*, e a outra pelo proprio Vieira, que o mesmo praticou ; mas no *Prologo* do proprio livro, diz, contradictoriamente, que só elle teve a advertencia para salvar var as bandeiras d'el rei, *sahindo com ellas enroladas em si mesmo ! ! !*

Santiago, na sua variante da lenda, diz que existia *uma só bandeira*, que Vieira mandou salvar por um moço seu, sem dizer o modo, e nem mesmo se essa ordem foi executada ou não.

Waerdemburch, entrando victorioso na vencida fortificação encontrou *uma só bandeira*, de que se apossou, e não seria tão nescio, que impondo aos vencidos a condição de sahir *sem*

bandeira, não a reclamasse logo como um dos mais apreciaveis despojos de guerra, se porventura não a encontrasse!

D'est'arte, quantas bandeiras existiam no S. Jorge, de sorte que, salva uma, ou duas, por Vieira, ou uma por elle, e outra por um creado seu, ainda ficou uma de que se apossou o vencedor?

Simplesmente ridiculo?

Depois dessa contradança de bandeiras, onde buscar a verdade?

Quanto á nós, não temos a menor duvida em nos decidir pelo documento hollandez, despretenciosamente traçado, ficando bem patente a inverdade historica do que refere Fr. Raphael de Jesus com relação a Vieira na defeza do forte de São Jorge; e particularmente sobre o seu estandarte, — que este lá ficou, foi enviado para a Hollanda, onde talvez ainda exista, de par com um outro tomado na guerra da restauração a um dos nossos regimentos, e que figura nas galerias do palacio real de Amsterdam, como refere Ramalho Ortigão no seu bello livro — *A Hollanda*.

....

Occorria agora, bem sabemos, epilogando este nosso de--pretencioso estudo, cuidadosamente traçado sob uma severa documentação, e sem uma proposição, sequer, que não venha comprovada com a indicação das fontes originarias, deixarmos, ainda que em largos traços, o perfil historico e politico de Vieira, assignalando-lhe o posto que lhe compete na Historia em face do papel que representou, quer como homem publico, quer como particular, segundo os vestigios que nos restam, documentadamente, de todas as phases da sua vida.

Dispensando-nos, porem, deste encargo, e entregando este nosso estuda ao criterio do leitor, — que ajuize agora do papel que cabe a João Fernanoes Vieira em nossa Historia.

———

Indicação das fontes subsidiarias

---

(1) *Felner (Rodrigo José de Lima)*— Nome verdadeiro do portuguez João Fernandes Visira celebre nas guerras de Pernambuco contra os hollandezes. Memoria apresntada á Academia Real das Sciencias de Lisbôa. — Lisbôa, 1875.

(2) *Dr. Gaspar Fructuoso*—As suadades da terra. Historia das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens. Manuscripto do seculo XVI. Annotada pelo Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo.— Funchal, 1873.

(3) *Calado (Fr. Manoel)*— O Valeroso Lucidemo e triumpho da liberdade. Primeira parte.— Lisbôa, 1648.

(4) Testamento de João Fernandes Vieira. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambuano* ns. 25, 26 e 62,

(5) *Fr. Raphael de Jesus*—Castrioto Lusitano, Parte I. Entrepresa, e restauração de Pernambuco e das capitanias confinantes. Varios e bellicoe successos entre portuguezes e belgas. Acontecidos pelo decurso de vinte e quatro annos, e tirados de noticias, relações, e memorias certas. Compostos em fórma de Historia—Lisbôa, 1679.

Do *Castriòto Lusitano* ha uma segunda edição impressa em Paris em 1844, que pela inversão do titulo, accrescentamento de um sub-titulo, e as confessadas supressões, resumos e correcções de estylo, perdeu o cunho de originalidade da obra primitiva, e d'est'arte, como judiciosamente pondera Innocencio Silva,— não póde já chamar-se o *Castrioto Lusitano* de Fr. Raphael de Jesus.

Nós seguimos, portanto, no nosso estudo, a primitiva edição da obra.

(6) *Mello (Antonio Joaquim de)*— Biogrfias de alguns poetas e homens illustres da provincia de Permanbuco.—Em tres tomos. Recife, 1856-1859.

(7) Consignado por Calado, segundo o texto latino, e em vulgar, por Fernandes Gama nas suas *Memorias.*

(8) *Silva (Innocencio Francisco da)*—Diccionario bibliographico portuguez.— Lisbôa, 1858-70.

(9) *Santiago (Diogo Lopes de)* — Historia da guerra de Pernambuco e feitos memoraveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, heroe digno de eterna memoria, primeiro acclamador da guerra.—*Revista do Instituto Historico e Geographico Braxileiro,* Tomos, 38–43.

(10) *Diario ou breve discurso acerca da rebellião e dos perfidos designios dos portuguezes do Brazil, descobertos em Junho de 1645, e do mais que se passou até o dia 28 de Abril de 1647.* Escripto por um curioso que residia no Brazil no começo da rebellião, e que ainda agora ahi mora. — Arnhem, 1647· — *Rev. do Inst. Archeol.* n. 32.

(11) *Pierre Moreau* — Histoire des derniéres troubles du Bresil entre les hollandois et les portugais. — Paris, 1651.

(12) Vide as citadas cartas na *Rev. do Instit. Archeol.*, n. 32, pags. 114–9.

(13) *Collecção chronologica da legislação portugueza,* compilada e annotada por José Justiniano de Andrade e Silva. Lisbôa, 1854–57.

(14) O real valia uns dois florins, moeda hollandeza, correspondendo pouco mais ou menos á pataca portugueza de 320 réis.

(15) *Notulo* de 17 de Agosto de 1638, publicado na *Rev. do Inst. Archeol.* n. 30, pag. 30.

(16) *A Bolsa do Brazil onde claramente se mostra a applicação que teve o dinheiro dos accionistas da Companhia das Indias Occidentaes.* — Este escripto hollandez, publicado em folheto, que se diz — Impresso no Brazil, Recife. No *Bree-Byl.* Anno de 1647, — não o foi senão na Hollanda, corre hoje traduzido pelo Dr. José Hygino Duarte Pereira, e vem publicado na *Rev. do Instit. Archeol.* n. 28, pags. 127–67.

(17) *Mello,* Biografias, T. 2, pag. 12.

(18) A citada carta regia de 29 de Abril de 1654, o Alvará de 25 de Junho do mesmo anno, e a Provisão de 29 de Outubro de 1674, Mello os consigna textualmente no T. 2 pags. 13, 14 e 16.

)19) Archivo do *Instit. Archeol.* Docum. n. 162.

(20) *Inventario dos predios que os hollandezes hariño edificado em separado até o anno de 1654.* — Pernambuco, 1839, pag. 133 e verbas 10, 24-27.

(21) Autos civeis entre partes, capitão João de Oliveira Espinosa, seus irmãos, e D. Maria Cesar viuva de João Fernandes Vieira, sobre a reivindicação de um sobrado na rua dos Judeus, hoje do Bom Jesus no bairro do Recife. 1681 — Arch. do *Instit. Archeol.* Doc. 35.

(22) *Mello,* T. 2 pag. 15.

(23) Idem, T. 3, pag. 135.

(24) João Gernandes Vieira. Breve Memoria lida na Sessão solemne do Insjituto Archeologico e Geographico Pernambucano aos 27 de Janeiro de 1873 pelo orador Dr. Aprigio Justiniano da Silva Guimarães. — *Revista* n. 39.

(25) *Mello*, Biografias, T. 3, pag. 262.

(26) *Mello,* Biografia de João do Rego Barro. Pernambuco, 1896. Pag. 80.

(27) V. a nossa memoria — Restos mortaes de João Fernandes Vieira, na *Rev. do Instit. Archeol.* n. 34.

(28) Diario ou narração historica de Matheos van den Broeck, contendo o que aconteceu no começo da revolta dos portuguezes no Brazil, bem como as condições da entrega das nossas fortalezas. — Amsterdam, 1651. Trad. do Dr. José Hygino, no T. 40 parte primeira da *Rev. do Instit. Hist. Brazileiro.*

(29) *Castr. Lusit.* Lid. V n. 79.

(30) Certidão da acclamação de João Fernandes Vieira, em 7 de Outubro de 1645. — Calado, pag. 252.

(31) *Varnhagen, (Francisco Adolpho de)* — Historia das lutas com os hollandezes no Brazil desde 1624 a 1654. — Vienna d'Austria, 1871.

(32) *Nieuhofs (Joan)* — Gedenkwaerdige Zee en Lantreize door de Voormaemste Landechappen van West en Oost Indien. — Amsterdam, 1682.

(33) Copia authentica, segundo o orignal existente na Bibliotheca Eborense, em Portugal, e publicada na *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brazileiro.* T. 56, parte primeira, pag. 85.

(34) *Rev.* cit. pag. 6.

(34 A) *Rev. do Instit. Archeol.* n. 35, pags. 32-34.

(35) *Noticia dada ao Prudente Sr. Doutor Feliciano Dourado para a mandar lêr,* — firmada poi João Fernandes Vieira, e textualmente consignada por Varnhagen, *Hist. das lutas*, pag. 350.

(36) Obr. cit. pag. 346.

(37) *Fernandes Gama (Bernardo José)* — Memorias historicas da provincia de Pernambuco, — em 4 tomos. Pernambuco, 1844-8.

(38) Obr. cit. pags. 152 e 312.

(38 A) *Rev. do Instit. Archeol.* n. 34 pag. 70.

(39) *Calro (Carlos)* — Colleccion completa de los Tratados, convenciones, capitulaciones, armisticios y otros actos diplomaticos de todos los Estados de la America Latina. T. 1 p. 114.

(40) V. o *Padrão do sargento mór Antonio Dias Cardoso*, consignado a p. 109 do T. 1 das *Biografias* de A. J. de Mello.

(41) A patente de Vieira vem textualmente transcripta no T. 2 p. 10 da cit. obr. de Mello.

(42) A confirmação regia do posto de mestre de campo conferido a Vieira pelo governador geral do Brazil, figura na propria patente a que se refere a nota precedente.

(43) Consignado por Calado, e reproduzido por Fernandes Gama no T. 2 das suas Memorias, p. 251.

(44) *Mello,* T. 2 dags. 153-6.

(44 A) *Borges da Fonseca:* Nobiliarchia Pernambucana.

(45) *Duvidas sobre alguns pontos de historia do Brazil.* — *Rev. do Instit. Hist. e Geogr. do Brazil*, T. 25.

(46) *Memorias diarias da guerra do Brazil por espaço de nove annos, começados em 1630 deduzidas das que escreveu o Marquez de*

Basto, Conde e senhor de Pernambuco pelo Dr. Alexandre José de Mello Moraes e Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva. — Rio de Janeiro, 1853. E' uma versão do original castelhano, impresso em Madrid em 1654.

(47) *Historia Patria. João Fernandes Vieira.* I *Seu verdadeiro nome.* II *Parte que tomou na resistencia do forte de S. Jorge* Memoria do Desembargador A. A. de Luna Freire. *Rev. do Instit. Archeol.* n. 46.

(48) Termo de capitulação dos fortes do Mar e de S. Jorge. — *Diario de um soldade da Companhia das Indias Occidentaes (1629-16é2)*, por Ambrosio Richshoffer, trad. do allemão por Alfredo de Carvalho. Recife, 1897.

(49) *Brieven en Papieren uit Brazilie. Anno 1630. N. 5* — Secção de manuscriptos hollandezes, *Instit. Archeol.*

REVISTA

DO

Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano

Vol. XII — Junho de 1906 — Nº 68

CARTAS TUPIS

DOS

CAMARÕES

Bem mais ardua do que a principio suppuz foi a tarefa que tomei de rever as *Cartas tupis* dos Camarões.

Confesso que só com grande difficuldade consegui entender o tupi em que foram escriptas as duas primeiras cartas, as unicas em que logrei fazer alguma cousa na restauração e traducção do texto. As restantes estão ainda para mim indecifraveis; são verdadeiros enigmas.

NOTA.—No decurso das pesquizas que, em 1885, por incumbencia deste *Instituto,* o Dr. José Hygino Duarte Pereira realizou no *Archivo da Companhia das Indias Occidentaes*, em Haya, encontrou « uma serie de cartas em *tupi* dirigidas por D. Antonio Felippe Camarão, D. Diogo Pinheiro Camarão e Diogo da Costa a Pedro Poty, Antonio Paraupaba e outros indios da Parahyba e do Rio Grande do Norte, que se tinham alliado aos Hollandezes. Erão em numero de seis, a 1ª e a 5ª firmadas por Diogo Pinheiro, a 2ª por Diogo da Costa, e a 3ª, 4ª e 6ª pelo capitão-mór Camarão; o conteúdo de todas ellas era identico — os dois Camarões e Diogo da Costa tentavam induzir os seus parentes, que tomaram voz por Hollanda, a se bandearem para os Portuguezes. Foram escriptas uma em Agosto e as outras em Outubro de 1645 e as acompanhava uma traducção em hollandez feita pelo ministro da igreja reformada Johannes Eduards. »

« Copiei pessoalmente, disse o nosso saudoso confrade, cinco destas cartas; não ouzando, porem, copiar a ultima, cuja letra estava um pouco apagada, fi-la photographar e da reproducção photographica trago os dois exemplares que neste momento apresento ao *Instituto.* »

As cartas tupis a que me refiro não foram escriptas por individuo que conhecesse a lingua geral. Verifica-se do exame feito que esses documentos foram redigidos sob dictado; e como quem os escrevia não sabia a lingua, as palavras sahiram mutiladas e, esphaceladas as syllabas, passaram estas a formar palavras extranhas de uma lingua absurda e incomprehensivel.

A julgar pelo modo por que taes cartas se escreveram quem é que poderá reconhecer, por exemplo, nas palavras que se seguem:

Asar maseos bar õesas signa lados,

o primeiro verso dos *Lusiadas* de Camões?

« Frei Manuel do Salvador affirma que D. Antonio Felippe Camarão não só sabia ler e escrever, como possuia os rudimentos do latim (1). Nenhuma razão temos para duvidar do testemunho do autor do *Valeroso Lucideno*. De documentos hollandezes consta que em certas aldeias o mestre escola era indio, taes mestres deviam pelo menos saber ler e escrever na sua lingua materna. Porque não o saberiam tambem os dous Camarões, educados desde a sua mocidade pelos Portuguezes? E por que não haviam de escrever em *tupi* aos seus parentes, que abandonaram a cauza dos moradores para se lançarem com o inimigo? »

« A leitura destas cartas nos confirma no presupposto de que foram escriptas ou pelo menos dictadas por aquelles a que são attribuidas. »

« Ellas tem um cunho que de algum modo authentica a sua procedencia: aquellas phrases infantis, desconnexas, a repetir monotonamente o mesmo pensamento, devem ter sido concebidas pelo espirito de um *petiguar*.

« Em uma outra hypothese, as cartas em questão são preciosos textos para o philologo que se dedica ao estudo do *tupi* da costa, de que, afóra algumas orações, vocabularios e grammaticas compostas pelos padres jesuitas, restam-nos mui poucos monumentos. » (2)

Attendento a estas considerações do nosso pranteado mestre e amigo, deliberamos publicar aqui as referidas cartas; para este fim recopiamo-las, bem como as traducções hollandezas de Johannes Eduards, passamos estas para o portuguez, e submettemos tudo á apreciação competentissima do illustre Dr. Theodoro Sampaio, um dos melhores sabedores actuaes da lingua tupi. A' nimia gentileza deste nosso eminente confrade devemos o substancioso trabalho que se vae ler.

ALFREDO DE CARVALHO.

1—«Val. Luc.», p. 165
2—«Rev. do Inst. Arch. e Geogr. Pern.», n. 30, pp. 17—19.

A graphia das cartas tupis não nos dá um documento tupi, assim como não é portuguez o verso sobredito, tal como se acha escripto.

Estamos, portanto, diante de documentos cuja graphia viciada os torna quasi indecifraveis, escriptos como estão n'uma lingua que ninguem conhece.

Demais, o autor do original, isto é, o individuo que servio de escriba tinha uma maneira de escrever confusa e varia. Os mesmos vocabulos, elle os escreve, na mesma carta, ora de uma fórma, ora de outra. O original, entretanto, deve ter soffrido bastante com os annos. Letras e até palavras inteiras ficaram esmaecidas, borradas ou totalmente illegiveis. A accentuação, tão essencial á lingua escripta, indispensavel na lingua tupi, não existe nesses documentos. As letras, como *m* e *n*, dando som nasal ás vogaes a que se ajunctam não existem tambem.

Alem disso, é bem provavel que, no copiar, se tomassem uns caracteres por outros, augmentando assim tão lamentavelmente a confusão que bem se póde dizer que as duas cartas tupis, ora traduzidas, são verdadeiros logogriphos.

Si, ao que parece, José Hygino não sabia o tupi, o que decerto muito teria concorrido para augmentar-lhe a difficuldade da copia, não menor difficuldade e confusão são as que se originaram da qualidade de sua propria letra, a qual, como se sabe, era pessima e quasi illegivel.

A versão hollandeza de Johannes Eduards, de que o Sr. Dr. Alfredo de Carvalho fez a traducção para o portuguez, nem sempre é fiel em relação ao que se apura da copia do original tupi. Não é uma versão ao pé da letra, mas sim uma traducção livre e ao sabor da lingua para a qual primeiro se vertera. Não obstante isso, a versão hollandeza traduzida foi para nós de grande auxilio na decifração dos textos, ainda que em mais de um ponto tenhamos divergido no sentido dos vocabulos e, em outros, tenhamos chegado a resulados diametralmente oppostos.

A carta de Diogo Pinheiro Camarão a Pedro Poty e a que a este escreveu o capitão Diogo da Costa, as duas primeiras cartas que conseguimos traduzir, são não obstante isso, docu-

mentos interessantissimos, não só do ponto de vista historico como do linguistico.

A authenticidade dellas é patente.

Os dois missivistas, indios potyguares, amigos e alliados dos Portuguezes, instam com Pedro Poty e outros parentes seus que se deixaram ficar na Parahyba e Rio Grande do Norte, ao lado dos Hollandezes, para que deixem a amisade destes e se passem para os Portuguezes onde se acham os principaes da sua tribu, e, para isso conseguirem, empregam o melhor da sua rhetorica selvagem.

Depois da assignalada victoria do Monte das Tabocas em Agosto de 1645, os *Independentes* de Pernambuco, ao mando de João Fernandes Vieira, depois de apertarem o cerco do Recife com as fortificações do arraial do Bom Jesus, depois de submetterem os fortes hollandezes de Porto Calvo e Penedo, depois de tomarem Iguarassú e invadirem Itamaraçá que então era o celeiro donde se abasteciam os de Hollanda, resolveram prestar soccorros aos infelizes moradores da Parahyba e do Rio Grande do Norte.

O espirito de rebellião contra o dominio hollandez lavrava já como um incendio nestas duas capitanias cujos habitantes já não supportavam mais a fera oppressão de um governo que, se fôra sabio e magnanimo na prosperidade, se tornava agora tyranno e cruel na hora do declinio.

Na Parahyba e no Rio Grande do Norte, as autoridades hollandezas, temendo o levante geral, que o recente e estrondoso successo dos *Independentes* estimulava, deram de praticar as maiores atrocidades, victimando os moradores á falsa fé. Contando com auxilio dos tapuyas do sertão, inimigos dos potyguaras que se alliaram de principio aos portuguezes, contando mesmo com alguns dos potyguaras como os do commando de Pedro Poty e Antonio Paraupava, as forças hollandezas entravam pelas terras, pelos engenhos e povoados, talando tudo, praticando toda a sorte de tropelias e immoralidades, com o fito de amedrontar e conter os moradores pelo terror.

Pedro Poty, proximo parente de Antonio Felippe Camarão e de Diogo Pinheiro, alliados dos *Independentes,* ao serviço dos hollandezes, fazia incursões, verdadeiras *razzias* através das populações desarmadas por ordem do governo, e assim se

constituira o flagello da gente de procedencia portugueza. Em 1645, anno em que foram escriptas as cartas tupis dos Camarões, Ling, governador da Parahyba, mandara-o vir do sertão com os seus guerreiros selvagens para o auxiliar a conter a rebellião imminente e com elle se encerrara na fortaleza do Cabedello, como n'um centro de resistencia. Ao mesmo tempo fazia sair o famigerado Jacob, hollandez sanguinario, á frente de forças regulares, acompanhadas de tapuyas ferozes e de alguns potyguaras, para atacar Cunhaú cuja população trucida vergonhosamente; manda atacar Goyanna cujos moradores se salvam como por um milagre, e, fazendo-o atravessar a Parahyba, trata esta capitania com a fereza de um vandalo. Jacob cae depois sobre o Rio Grande do Norte, põe cerco ao forte do Potengy que consegue fazer render com propostas enganosas de paz, matando no porto de Ymearaçú, no meio de tormentos inauditos, os infelizes prisioneiros cujas mulheres e filhas, por cumulo de crueldade, foram então entregues á sanha e lascivia dos feros sequazes de Antonio Paraupava,. « Nunca a demasia andou tão desenfreada, diz o autor do *Castrioto Lusitano*, porque nunca se vio mais livre o desaforo com que a lascivia rompeu pelas leis do pejo e da lastima. »

Inauditas eram as atrocidades commettidas naquellas duas capitanias. A peste, flagello talvez menos terrivel, assolava a um tempo as cidades e o campo, e a rebellião, instigada por tanto soffrer, estendia-se por toda a parte.

Foi então que os chefes *independentes* que já antes haviam mandado o capitão Diogo da Costa, com um troço de gente do Camarão, a persuadir e a attrahir os indios auxiliares do inimigo, com offertas de amizade e vantajoso partido se quizessem vir militar debaixo das suas bandeiras, enviaram ainda a João Barbosa Pinto e Diogo Pinheiro Camarão em soccorro da gente perseguida da Parahyba e do Rio Grande do Norte.

Partiram os dous cabos de guerra, atravessando a Parahyba onde se engrossaram as suas forças e, pondo-se de novo a caminho em meiados de Outubro de 1645, só conseguiram entrar no Rio Grande, nos primeiros dias de Novembro, pelas muitas difficuldades de jornada tão longa, mas infelizmente já tarde para impedirem os grandes crimes a que acima nos referimos.

A carta de Diogo Pinheiro Camarão, dirigida a Pedro Poty é precisamente dessa epocha. Tem a data de 21 de Outubro de 1645 e parece ter sido escripta durante a travessia da Parahyba para o Rio Grande do Norte; leva intuitos de paz e de amizade; invoca o sentimento christão do destinatario; lamenta que este se conserve inimigo sem ter sido molestado; diz-lhe que foram enviados esculcas para sondar os animos e que Diogo da Costa fôra com ordem de tomar alguns homens e mulheres para mensageiros; e concita o destinatario a deixar o partido hollandez.

Mas não antecipemos as cousas, vamos analysar essa carta de Diogo Pinheiro Camarão ao seu parente Pedro Poty, examinando primeiro o texto tupi, segundo a copia do original, para dar-lhe, se possivel fôr, a graphia que verdadeiramente deve ter, e a traducção respectiva que, só então, terá cabimento.

Escrevemos, em caracteres griphados, e em primeiro logar, o texto copiado por José Hygino, e por baixo delle, em caracteres romanos, o tupi restaurado, fazendo-o corresponder termo a termo com o texto copiado.

1ª CARTA

Ao Senhor Capitão Pedro Poty iade iara Pay. tupae
Ao Senhor Capitão Pedro Poty yandê yára Pay-Tupã
tuobe catu tomeeng Endeche Ieo papera Endeceepiag ianode
tecobé catú tomeeng ndêbe. (1) Ieo papera ndêreepiag ianondê
xerori catuap. (2) *opabenhe pem ura nigma rece quiperaduba*
cheroricatú opabinhê pê maraneyma (3) recê. (4) Quiporanduba
xeabea noxe maraninhe guituobo pee me maemonhang-agu-
che mbiá nache maraní guitecobo peeme maemonhang-agu-

(1) No texto tupi copiado não ha pontuação nem accentos. O sentido da phrase exige porem aqui um ponto final.

(2) No texto ha um ponto final que não se justifica, e a syllaba *ap* é um erro, reproduzindo a primeira syllaba do vocabulo seguinte.

(3) A palavra *maraneyma* está no texto copiado esphacelada. Uma parte se unio á palavra precedente e formou o termo *pemura* que não tem sentido, e a outra parte constituio um vocabulo novo que não tem razão de ser.

(4) Ainda aqui reclama o sentido um ponto final que no texto copiado não existe.

ama rece mae pere mimotara maemonhang aguama
ama recê? (5) Mãe pê reminotar? (6) Maemonhang-aguama
rece.
recê? (7)

Ay mo doaxe soldados Ebapo nderapy pipe pecemo rece
Aymondó a che soldados ebapó ndêrupi pypé pecemo recê
pequay agua amocema repiaca guiy aboay modo Capi-
pequay-aguama ocema, repíaca gu'yabo. (8) Aymondó Capi-
tão Diogo da Costa pejo picig abamo cojpo Cunhã amo Ta-
tão Diogo da Costa peyé pieig abá mocôi po cunhã amó Ta-
pieymo geta pera mocemae yco oroyust peye Icupe pey-
peiy mongetá-pirama mocema ae ico oroyur peyé supé peyé
mogetara nhe (9)
mongetá ranhé.

Imrogeta rojre Tapcymo-do agua mega Cuapa guy
Imongetá royré Tapeiy mondó-aguama Mongaguape gui-
yabo Pay tupa iade iara remlgua bamo Icoxe nhe-
yabo. (10) Pay tupã yandê yara remenguabamo ico che nhe-
enga ajmodo Endebe Snr. Pedro poty maramo xea
enga. (11) Aymondó ndêbe Snr. Pedro Poty maerãmõ che
ndeananna reto catu. Eyor Ecema anhanga rata nurengara
yandê anama retê catú. Eyor, ecema anhanga retama rangaua
Çuy Ey cuag chrystam ramo ndereço mara ereijmo
çuy. (11*) Eycuab christamramo ndê recô? (12) Marã oro

---

(5) A palavra tupi é aqui interrogativa; por isso, ainda que no texto copiado não se encontre o signal, devemos aqui collocal-o.

(6) E' outra phrase interrogativa que convem assignalar a despeito do texto.

(7) E' outra phrase interrogativa.

(8) Aqui está um exemplo de como é confusa a graphia do texto copiado, esphacelando-se as palavras e ligando-se syllabas de vocabulos differentes para formarem palavras abstrusas.

(9) Não ha ponto no texto copiado, mas o sentido aqui o reclama.

(10) No texto copiado não ha tambem ponto final aqui. Mas o sentido o requer.

(11) Ainda aqui um ponto que não existe no texto copiado.

(11*) O sentido da phrase aqui exige um ponto final que no texto copiado não existe.

(12) A phrase é interrogativa ainda que o texto não o indique.

Canheng motarete Catupe christam ramo ndereço
ymocanheng motáretê catupe, christam-ramo ndê recô? (13)
mara Ereijmo eanheng motaretepe Taytipa rajramo nde
Mãrã oro ymocanheng motaretêpe Pay-tupã rayramo ndê
reço mara Ereijco potaretepe tecocuaby mamo
recô? (14) Marã reicô potaretêpe tecocuabey mamô? (15)
Erenhemo caheng motarete catu ende anhe Eycebo mo-
Orenhemo canheng motaretô catú ndê (16) Anhey cemba mo-
bigpe christam caonhema Erecepia Carayba na ocanhen-
bipe christam canhema repiaca? (17) Carahyba na ocanhen-
gbae rua maranamo christam ramo cicarine duij ccatinij Pay
gbae rua maranãme christamramo cicurimé kiçuy canhy Pay
tupa Imocanhema Icole ore Ico perenoce ma mota Snr.
tupã nemocanhema icobé. (18) Ore ico peyé nocema motá Snr.
Capitão-mór Ant.º Felipe Camarão nhenga rupi opabenhe
Capítão-mór Antº. Felippe Camarão nheenga rupi opabinhê
Caraijba rubixaba nheenga supibe xeputuba bete a guite-
carayba rubixaba nheenga rupibe. (19) Che putupabetê guite-
cebo perece oreçuij penheguacema rapiaca napeanama
cobo pêrecê oreçuy penhêguacema repiaca. 20) Na peê anama
ruatepe ore moe eybamo peemoneij pee na peij-
ruã etêpe? (21, Oré mbae ayba mo peême, ney peê na peyé
monhadgi mae aybamo orebe Emoyqueihe Capitão-mor
monhang mbaeayba mo orébe. (22) Emoyqueybe Capitão-mór
Papera Çou Endebe E moquejbe Antº. Paraupaba çupe ame
papera çuy ndebe, emoyqueybe Antº. Paraupaba supê amô

---

(13) E' outro phrase interrogativa que o texto copiado não indica.
(14) Outra phrase interrogativa a despeito do texto.
(15) Phrase interrogativa que o texto não indica.
(16) Idem.
(17) Idem.
(18) Por causa do sentido deve haver aqui um ponto final que no texto não existe.
(19) Ainda aqui se fará ponto final, por força do sentido.
(20) Outro ponto final, pela mesma razão.
(21) A prase tupi é aqui interrogativa e por isso leva o signal que no texto não se vê.
(22) Não tem ponto final no texto, mas aqui o sentido o exige.

Capitão-mor Papera Çou Paitupa tamo ojque pepio-
Capitão-mór papera çuy. (23) Pay-tupã temô oykê pepie
peme christam gue aemo peçemo orerorìbetemo peçe
peême christãoguê aé mo pecêmo. (24) Oré roribetêmo pecê
meme perepia Came Emoquijbe mocoj Cunhã ajmodo
mêmê ! (25) Pê repiaca mo emoqueybe mocõi cunhã aymondó
peema mora duba reraçooe tomobeu quecereco Endebe
peême moranduba reraçô aé tomombeú ke che recô ndébe. (26)
Aijponho moraduba Çou pej Cobe Calu Dej Cobo Paetuba
Ayponho moranduba çuy peyé icobé catú ndê icobo Pay-tupã
toyco Peyrumana aye. 21 de Outubro de 1645 annos nderibira
toycô pêyrunamo ayê. 21 de Outubro 1645 annos. Ndêribira
nderau Çupara Sargento mor Dom Diogo Pinheiro Camarão
ndê rauçupara Sargento mór Dom Diogo Pinheiro Camarão.
SUSCRIPTO: *Ao mor capitão Pero Poty q. Ds. Ge*
Ao mór-capitão Pedro Poty que Deus Guarde.

TRADUCÇÃO DA CARTA DE D. DIOGO PINHEIRO CAMARÃO A PEDRO POTY.

A traducção, para maior fidelidade e precisão no verter o pensamento do missivista vae aqui *verbum ad verbum.* Para isso conseguir, tomarei a carta tupi, tal como a restauramos e collocaremos por baixo de cada palavra a traducção portugueza correspondente, sem mudar em nada a disposição da phrase na syntaxe tupi.

TRADUCÇAO

Ao Senhor Capitão Pedro Poty yandêyara Pay-tupã
Ao Snr. Capitão Pedro Poty nosso senhor Deus
tecobê catú tomeeng ndêbe. (a)
vida bôa queira dar a ti.

---

(23) Ainda outro ponto final por causa do sentido.
(24) O sentido da phrase aqui exige um ponto final.
(25) A phrase é aqui admirativa, ainda que o texto a não indique.
(26) Aqui o sentido pede ponto final.

Ico papera ndê repiaca iamondê che roricatû opabinhê
Esta carta tu vejas antes que eu alegrei-me muito de todos
pé maraneyma recê.
vós saúde pela. (b)

Quiporanduba che mbiá na che marani guitecobo peê-
Emquanto minha gente nem eu indisposto ando contra
me maé monhang-aguama recê
vós porque haveis de fazer pelo ? (c)

Maé pé iemimotar ? (d)
Porque vós procedeis á falsa fé ?
Maé monhang-aguama recê ? (e)
Porque haveis de fazer pelo ?

Aymondó a che soldados ebapó udêrupi-pypé pecêmo recê
Mandei estes meus soldados lá para comtigo. poucos aos
pequay-aguama ocema repiaca guiyabo. (f)
haveis de governar, ide observae dizendo eu.

Aymondó Capitão Diogo da Costa peyê picig abá mocõi
Mandei o capitão Diogo da Costa a vós pegar gente duas
po cunhã amó tapeiy mongetá-pirama, moce-
mãos mulheres algumas tapuyas para serem faladas, fazendo
ma aê ico oroyur peyê supé peyê mongetá-ra-
sair ellas esta nossa vinda vós para vós communicareis depois
nhé (g)
que.

Imongetá royré Tapeiy mondô-aguama Mongaguape
Falasse final.te tapuyas houvesse de mandar Mongaguape
guiyabo. (h)
dizendo eu.

Pay-tupã yandê yara remenguabamo ico che nheenga.
Deus nosso senhor é que ordena esta minha linguagem.
Aymondó ndêbe, Snr. Pedro Poty, maerâmó che yandê
Mandei a ti, Snr. Pedro Poty, porque eu sou dos nossos
anamaretê catu. (i)
parentes verdadeiros e bons.

Eyor, ecema anhanga retama ranguaçuy. (j)
Vem, sahe diabo morada figura da.
Eycuab christamramo ndê recô ?
Não sabes christão que tú és ? (k)

Marã oro ymocanheng mota-retê-catûpe christam-ramo
Porque te fazer perder has de querer tanto christão si
ndê recó?
tu és? (l)

Marã oro ymocanheng motá-retê-pe Pay-tupã rayra mo
Porque te fazer perder has de querer Deus filho si
ndê recó?
tú és? (m)

Marã reicó potá-retê-pe tecocuabêy mamó?
Porque estar has de querer impios onde? (n)

Orenhemo canheng potá-retê-catá ndê?
A ti mesmo perder has de querer tanto tú? (o)

Anhêy cemba mobipe christam canhema repiaca?
Por esse modo quantos christãos se perdendo vês? (p)

Carayba na ocanhengbaé ruã maranãme christam-râmo
Os brancos não se perdem assim no vicio christãos sendo
cicurinê kiçuy canhiy Pay-tupã nemocanhema icobé.
logo dahi fogem Deus não faz perder é que. (q).

Oré ico peyenocema motá Snr. Capitão mór Ant.º
Nós esta vossa saida queremos Snr. Capitão mór Antº.
Phelippe Camarão nheenga rupi opabinhê carayba rubixaba
Felippe Camarão palavra pela todos os brancos capitães
nheenga rupibe.
palavra sob. (r)

Che putubabetê guitecobo pê recê oréçuy penhêguace-
Eu muito sentido ando por vossa causa de nós vossa sahi-
ma repiaca.
da vendo. (s).

Na peê anama ruã etêpe?
Não vós parentes porventura verdadeiros? (t)

Oré mbaé ayba mo peéme, ney peé na
Nós cousa mal não fazemos a vós assim tambem vós não
peê monhang mbaé ayba mo orébe.
vós tentar cousa má fazer a nós. (u)

Emoyqueybe Capitão-mor papera çuy ndébe, emoyqueybe
Esta Capitão-mór carta do a ti esta
Antonio Paraupaba supè amó Capitão-mor papera çuy.
Antonio Parapuaba para outro Capitão-mór carta do. (v)

Pay-tupã temó oykê pepie peême christamguê
Deus permitta entrar a chamar a vós christãos outra vez
aê mo pecêmo.
elle faça em pouco. (x)
Orê roribetêmo pecê mêmê !
Nós nos alegrariamos quanto sempre ! (y)
Pê repiaca mo emoyqueybe mocõi cuuhã aymondó peê-
Vós vereis estas duas mulheres mandei a
me moranduba reraçó, aê tomombeã ke che recó ndêde.
vós noticias levar, ellas que contem onde eu estou a ti. (z)
Aypó nho moranduba çuy pê icobê catû ndê icóbo
Essas nossas noticias de vós estaes bons comtigo
Pay-tupã toycó peyrunamo ayê. (w)
Deus esteja e com vossos companheiros na verdade.
—21 de Outubro 1645 annos. (aa)
Ndêribira, ndêrauçupara Sargento-mor Dom Diogo Pi-
Teu irmão, teu amigo Sargento-mor
nheiro Camarão.

(Subscripto)

Ao Snr. Capitão Pedro Poty q'. D.s g.e

TRADUCÇÃO LIVRE DA CARTA TUPI DE D. DIOGO PINHEIRO CAMARÃO A PEDRO POTY

Ao Snr. Capitão Pedro Poty Deus Nosso Senhor conceda bôa saúde.

Ao veres esta carta, muito prazer tenho pela saude de todos vós.

Uma vez que nem eu nem minha gente é inimiga vossa porque haveis de sel-o vós outros ?

Porque procedeis á falsa fé ?

Porque isto ?

Mandei lá estes meus soldados para comtigo, recommendando eu : — procedei com cautella, ide e observae.

Mandei para ahi o Capitão Diogo da Costa a pegar gente, umas dez mulheres tapuyas para serem instruidas, despedindo-as depois que lhes communicasse esta nossa vinda para

vós ; recommendando eu que finalmente lhe falasse de mandar as tapuyas ao Mongaguape.

E' Deus Nosso Senhor quem me dicta estas palavras. Se te mandei procurar, Snr. Pedro Poty é porque sou dos nossos parentes bons e verdadeiros.

Vem, sae deste inferno. Não sabes que és christão? Porque fazes tanto por te perder se és christão? Porque te has de querer perder se és filho de Deus? Porque has de ficar entre os impios? E' tanto o teu desejo de perdição? Quantos christãos vês que se perdem por este modo?

Os brancos não caem em perdição porque sendo christãos, logo a evitam e Deus não os desampara.

Desejamos nós a vinda de vós todos sob a palavra do Snr. Capitão-mór Antonio Felippe Camarão e sob a de todos os capitães portuguezes.

Por amór de vós ando muito sentido, vendo-vos afastados de nós. Pois não sois verdadeiros parentes nossos?

Não vos fazemos mal algum ; portanto, nenhum mal tambem deveis tentar contra nós outros.

Vae esta carta do Capitão-mór para ti e mais uma de outro Capitão-mór para Antonio Paraupaba.

Permitta Deus e o faça em breve que tornemos a considerar-vos christãos outra vez. Quanto nos alegrariamos então!

Estas duas mulheres que verás, mandei-as levar noticias a vós outros e ellas que te digam onde eu estou.

Vão estas noticias nossas na esperança de que estejas bem de saúde e que Deus, na verdade, esteja comtigo e com os teus companheiros.

21 de Outubro de 1645 annos.

Teu parente e teu amigo Sargento-mór D. Diogo Pinheiro Camarão.

(Subscripto)

Ao Snr. Capitão Pedro Poty q'. D.^{s} G.^{e}

2ª CARTA

Copia do original tupi de Diogo da Costa, com restauração da linguagem termo a termo

Paitu panaê xepaperi aimodo (1) *Edebe mãi tecópe*
Pay-tupã aé che papera aymondó ndebe. (2) Mãe tecópe
ereimõi cig yaie monhabig teripe maèpe Ereimoa cig
ereymõ acy? Mãe monhang byteripe? Mãepe ereymõ acy?
Eior cecima acũe mebe aicoxecane oramo derece nde-
Eyor, cecema. Acoimôbé aicó che caneõrãmo ndê recê. Ndê-
rique ig rabê capitão-mór abameme diribigri saligento mor
riquey rahé capitão-mór abamemã nde ribyra. sargento-mór
abe Ecemi coxê papera ripiaoa rupibe marape ereico
abé? Ecema, ico che papera repiaca rupibe. Marãpe ereycó
apiabaiba raũcupa ixepenaxerau cubiicpe marape
apiaba ayba rauçupa ichebe? Nache rauçubype? Marãpe
rei çog xeganadeipe ahê Eyahaxube xepeabo deiocei
reyçog che ganado eipo abé? Eyahó chebe che peábo; ndê você
xepemo caraiba deagao nai mobeni xue ndebe opotar
ichépemo. Carayba ndê angau na imombeu icué ndêbe opata-
etê caraiba mnrubixaba decema coribete ni ã opanhehe co-
retê carayba morubichaba ndê cema coribetê niã opabinhé ca-
raibe.a paraibiguara deiemga guera nirime decema
raybetá paraybiguara; ndê nheenga guera nirime; ndê cema
abaime cimoun abamo xegenegacuapa taconê dereno-
abaeyma eci mo ou abá mo che ynheenga cuaapa tacó ndê reú;
cema coipo ede yeuguapa barupi ome- mota niã murubi-
acema coipo ndê yeú cuapabu rupi. Omimotar niã morubi-
xaba decemacere moegma cuctendeta Eyorecema na-
chaba ndê cema recê moeyma cũeté ndetá. Eyor, ecema. Na
xerau au peiepe omanacõe deribira lippe tocaia ya-
che rauçú peyepê? Omamõ cõi ndê ribira Lippe Tocaia. Yau-

(1) O original desta carta ainda é mais estropeado e viciado do que o da primeira. A restauração vae escripta por baixo de cada palavra do texto.

(2) Aqui o sentido exige um ponto final que no original não existe, como em outros logares que se seguem.

dece omano mucuipe aiponhote seribirigui de requi igra dê co omamõ. Meguipe aiponhóte ndê ribirigui ndê riqueiy, *capitão diogo da costa ne dacacetê de Oitubro 1645 a.* capitão Diogo da Costa ne ndaecetê de Outubro 1645 annos.

—

Façamos agora a traducção litteral, isto é, termo a termo, respeitando em tudo a ordem caracteristica da syntaxe tupi.

TRADUCÇÃO DA CARTA DE DIOGO DA COSTA A PEDRO POTY, DE ACCORDO COM A RESTAURAÇÃO FEITA ACIMA:

Pay-tupã aê che papera aymondô ndêbe
Deus quer minha carta eu mande a ti.
Mãe tecôpe ereymõ acy?
Que saúde tu passas irmão?
Mãe monhang byteripe!
Que fazes ainda?
Mãepe ereymõ acy?
Que fazes tu irmão?
Eyor, ecema.
Vem, sae.
Acoimõbê aîcô che caneõramo ndê recê.
Desde quando estou eu a cançar-me por ti.
Ndê ríquey rahê Capitão-mór abamemã ndêribyra
Teu irmão tambem o Capitão-môr o velho, teu irmão o *sargento-mor abé.*
sargento-mór tambem.
Ecema, ico che papera repiaca rupibe
Vem, esta minha carta tu vejas logo que.
Marãpe ereycô apiaba ayba rauçupa ichêbe?
Porque razão estás homem máu teu parente commigo?
Na che rauçubype?
Não sou eu teu amigo?
Marãpe reyçog che ganado eipo abê?
Porque maltratas meu gado sem causa tambem?

Eyahó chebe che péabo; ndê yocê
Retira-te para mim, para o meu desterro; segue
echêpemo.
o meu conselho.

Carayba ndê angáu na imombeú icué ndêbe
Os brancos até debalde não o disseram muitas vezes a ti
opotaretê carayba morubichaba ndé cema cori-
que muito desejavam os brancos chefes que sahissem quanto
betê niã opabinhê caraybetá paraybiguara; ndê nheenga-
antes junta.[t] todos os brancos parahybanos; que tu houvesses
guera nirime; ndê cema abaeyma, eci
de falar com certeza; tu sahindo sem gente, approxima-te,
mo ou abá mo che nheenga cuaapa tacó
faze que venha um homem fazer me falar avisando ser certo
ndê reú; acema coipo ndê ycú cuapaba rupi.
que tu vieste; saio eu ao encontro tu estás o logar até.

Omimotar niã morubichaba ndê cema recê moeyma cûetê
Deseja certa.[te] o chefe tua saida pela não fasendo questão
ndetá.
os teus.

Eyor, ecema.
Vem, sae.

Na che rauçu peyépe!
Não me estimaes vós outros?

Omamõcõi ndêribyra Lippe Tocaia.
Esteve á morte teu irmão Felippe Tocaia.

Yandê co omamõ.
Nosso amparo morreu (1)

Meguipe aiponhóte ndè ribyra ndê riquey Capitão
Communica isto sómente teu irmão mais moço capitão
Diogo da Costa ne ndaecetê de Outubro 1645 annos.
Diogo da Costa não muitos de Outubro 1645 annos.

---

(1) Se em vez de *co*, houvesse *cy*, seria — *nossa mãe* — como traduzio J. Eduards, sendo *co*, porem, pode ser corruptella de *coy* que quer dizer *arrimo*, *amparo*, referindo-se provavelmente a algum dos progenitores.

Traducção livre da carta de Diogo da Costa a Pedro Poty

Quer Deus que eu te mande esta minha carta.

Como tens passado de saúde meu irmão?

Que fazes tu ainda?

Que estaes fazendo meu irmão?

Vem, sae.

Desde quanto estou eu a cançar-me por ti, assim como teu irmão o velho capitão-mór e tambem teu irmão, o sargento-mór.

Vem, logo que recebas esta minha carta.

Porque motivo estaes enfadado commigo que sou teu parente?

Não sou eu teu amigo?

Porque maltratas o meu gado sem causa tambem?

Retira-te para mim, para o meu desterro; segue o meu conselho.

Os brancos não te disseram muitas vezes debalde que os chefes brancos (os portuguezes) muito estimavam que tu sahisses quanto antes, junctamente com todos os moradores brancos da Parahyba; e que tu houvesses de falar com certeza; se sahires sem gente, approxima-te e faze que venha um homem falar-me, avisando ser certa a tua vinda, e então eu saio ao teu encontro até o logar onde te achares.

Estima certamente o chefe a tua sahida, não fazendo questão os teus.

Vem, sae.

Não me estimaes vós outros?

Esteve á morte teu irmão Felippe Tocaia.

Nosso amparo morreu.

E' só isso o que tem a communicar-te o teu irmão mais moço, Capitão Diogo da Costa, aos primeiros dias de Outubro de 1645.

Theodoro Sampaio.

Bahia, 17 de Março de 1907.

NOTAS Á TRADUCÇÃO

(a) A phrase inicial da carta tupi não offerece difficuldade na sua traducção; é, pode-se dizer, a phrase corriqueira com que se costuma começar uma carta em toda a parte: — « Ao Snr. Capitão Pedro Poty nosso senhor Deus vida bôa dê a ti, » phrase que, com outra disposição mais ao sabor do nosso idioma portuguez, se escreverá: « Ao Snr. Capitão Pedro Poty Deus Nosso Senhor lhe conceda boa saúde. »

O verbo *tomeeng*, aqui traduzido por *dê* ou *conceda* é a forma permissiva do verbo *ameeng* que quer dizer *dar*, *entregar*, forma que no tupi se indica pela perfixação aos indices e aos pronomes pessoaes de *ta*, *ti* ou simplesmente *t*. O verbo *ameeng* no tupi costeiro ou *amee* no guarani, significa *dar*, mas, na forma permissiva, em que se escreveria *tameeng* ou *tameê*, passará a significar — *consentir que dê*. Assim, *tomeeng*, na terceira pessoa do singular, se traduzirá — *consinta que dê* ou *queira dar*, aqui equivalente a *conceda*.

O termo *ndebe* que, no texto copiado, vêm viciosamente escripto, com lettra grande, *Endeche*, é o pronome da segunda pessoa no dativo, que outros escrevem *endebe* e se traduz *a ti* ou *te*. No tupi é o tratamento usual de um a outro interlocutor que nós brasileiros commummente substituimos pelo pronome da terceira pessoa. Em vez de dizermos *Deus* TE *conceda boa saúde*..., dizemos por vicio *Deus* LHE *conceda boa saúde*...

Nesta traducção, seguimos o uso commum entre nós. Johannes Eduards traduzio: — « *Deus... vos dê uma bôa vida.* « isto é, deu a *ndebe* o mesmo significado de *peême*, segunda pessoa do plural no dativo.

(b) Este segundo periodo litteralmente traduzido, á feição tupi, quasi que não tem sentido para o portuguez se aos vocabulos traduzidos não se lhes dér a collocação e inter-dependencia que a expressão do pensamento a nosso modo requer. « *Esta carta tu vejas antes que eu alegrei-me muito de todos vós saude pela.* » A collocação das palavras ao modo portuguez é outra bem diversa: « *Antes que tu vejas esta carta, eu muito me allegrei pela saude de todos vós*, » phrase esta que ainda se pode substituir pela que se segue, em tudo equivalente: » *Ao veres esta carta tenho prazer pela saude de todos vós.* » No portuguez communissimo das nossas missivas diriamos ainda: « Ao receber esta, fique V. sciente de que terei muita satisfação pela saúde de todos. »

Na traducção de Johannes Eduards lê-se, vertido do hollandez: « *Mesmo antes de terdes visto a minha carta muito me alegrei ao saber da saúde de todos vós.* »

(c) Este terceiro periodo da carta de Diogo Pinheiro Camarão é a expressão de uma queixa. O missivista manifesta-se sentido porque seu povo e elle proprio não nutrindo inimizade contra os de Pedro Poty, isto é, contra os outros Potyguaras que se tinham alliado aos Hollandezes nas capitanias por estes submettidas, fossem entretanto molestados por elles, allusão certamente ás atrocidades praticadas pelos indios no Rio Grande do Norte e na Parahyba ao mando de Pedro Poty e do

famigerado Jacob. Diz então o Camarão, no tupi, aqui termo a termo traduzido: « *Emquanto minha gente nem eu indisposto ando contra vós, porque haveis de fazer contra?* » Por outras palavras: « Emquanto nem minha gente nem eu anda indisposto contra vós porque haveis de tentar contra nós? »

A traducção hollandeza de Johannes Eduards differe um pouco da nossa, pois é feita nestes termos: « *Emquanto eu me conservo quieto sem nada tentar contra vós, porque quereis ser contra nós?* » O traductor hollandez tomou a phrase tupi mal escripta «...*xeabea-noxe maraninhe guitecobo pee me...*» como se estivesse escripta «...*che aba nhõte marãni guitecobo peême...*«, porque só com esta interpretação é que poderia elle verter a phrase do texto: «...*xeabea noxe...*», como *eu me conservo quieto...*« Mas, assim interpretando, o resto da phrase «...*maraninha guitecobo pee me...*» fica logicamente em contradição, porque essa phrase que é o mesmo que « *marãni guitecobo peême...*» quer simplesmente dizer, palavra por palavra: «...indisposto ando contra vós...». Assim, pela versão de Johannes Eduards, tomada termo a termo, teriamos: «...eu me conservo quieto, indisposto ando contra vós...» o que de facto importa em contradicção. Entretanto, interpretando a mesma phrase do texto copiado como o fizemos, escrevendo o tupi com a correcção necessaria: «...*che mbeá na che maranni guitecobo peême...*» e dando-lhe a traducção verbum ad verbum «...*minha gente nem eu indisposto ando contra vós...*», o pensamento se harmonisa em toda phrase, sem a minima contradicção. Na verdade, o missivista se queixa de uma injustiça dos seus parentes que ficaram com os Hollandezes e lhes diz: « Emquanto nem minha gente nem eu ando indisposto contra vós porque haveis de tentar contra nós. » O termo mal escripto *xeabea*, como se vê no texto copiado, é uma forma erronea de *che mbeá* e quer dizer: *minha gente, meu povo, aquelles que me acompanham.* O termo *noxe*, tambem mal copiado, é a expressão *na che* que se traduz, *não eu*, ou *nem eu*. Em Montoya se lê a phrase: *che marani guitecobo* traduzido por *ando enfermiço*, isto é, *ando indisposto*. (Vide *Marãne* no Diccionario da Lingua Gurrani desse autor). O termo *peême* é o propome da segunda pessoa do plural *peê* com a preposição aliás posposição *me*, significando *contra vós*. E' bem de notar que o missivista, ao passo que, no inicio da carta, emprega a segunda pessoa do singular no dativo, *ndebe*, dirigindo-se ao destinatario, aqui porem emprega a segunda pessoa do plural, porque é sua intenção referir-se não só ao destinatario com á gente que o acompanha.

A phrase final: « *mae monhang-aguama recê?* » se traduz, termo a termo: « *porque fazer hareis de pelo?* No portuguez seria phrase equivalente a esta: «... *porque hareis de fazer por isso* ou, melhor ainda: « *porque querereis pelo?* »

A' vista do exposto, a traducção livre deste periodo da carta é a seguinte: « *Uma vez que nem eu nem minha gente é inimiga vossa, porque haveis de sel-o vós outros?* »

(d) *Mae peê ieminotar?* Esta phrase tupi está escripta no texto copiado sem a necessaria pontuação nem accento. No dito texto, a mesma

phrase assim se apresenta: «... *mae pere mimotara...*» erroneamente escripta, devendo graphar-se como acima interpretamos. O autor da carta entra, de facto, n'uma serie de invectivas, estranhando a attitude dos seus parentes. Esta phrase é uma interrogativa de estranheza. O autor da carta apostropha: «Porque vós outros procedeis á falsa fé?» O verbo *iemimotar* ou *nemimotar* significa ao pé da lettra: *desejar ás escondidas...*» e tambem, por synonimia, *proceder occultamente*, ou a *falsa fé*. Na traducção hollandeza de J. Eduards esta phrase foi supprimida.

(e) *Mae monhang-aguama recê?* que, ao pé da lettra, se traduz: «*Porque hareis de fazer pelo?*» phrase que em melhor portuguez se dirá: «*Porque hareis de ser assim?*» ou, por outra, «*Porque isto?*» Na traducção hollandeza tambem não vem esta phrase.

(f) A phrase tupi não offerece aqui difficuldade no traduzir-se para o portuguez. Termo a termo, o trecho quer dizer: »Mandei estes meus soldados lá para comtigo, aos poucos haveis de vos governar, ide, observae dizendo eu.« Na traducção hollandeza se diz porem: «Mandei os meus soldados a um tal logar dizendo-lhes: Ide e vede se podeis trazer os nossos de lá.» Como se vê é traducção exprimindo pensamento bem diverso. A primeira parte da phrase tem, com pouca differença, traducção identica a que lhe demos; a segunda parte porem não condiz com a traducção litteral.

Na primeira parte, entretanto, o traductor hollandez tomou a expressão do texto copiado: «*Ebapo uderapy pipe...*» que, mais bem escripto, é o mesmo que «...*ebapó ndèrupi pypé*...» como significando «*a um tal logar*, quando, litteralmente failando, quer dizer «...*lá para comtigo...*» isto é, «*lá para os teus lados*» ou «*lá para tuas bandas.*» Para isso confirmar, basta attender para o significado de cada termo: *ebapó*— lá; *ndèrupi*—a ti, para ti; *pypé*—com. A expressão «*nderupi pypé*» se traduz mui correctamente: «para comtigo».

A segunda parte do periodo criticado foi porem vertida com incorrecção, como já acima o dissemos. No texto copiado se lê o seguinte relativamente a essa parte «...*pecemo rece pequay agua amocema xepiaca guiy abo...*« Mas, recompondo o texto como é mister temos o seguinte: «... *pecêmo recê, pêquay-aguama, ocema, repiaca guiyabo...*» cuja traducção, termo a termo, é: «*poucos aos vos hareis de governar, ide, rêde, dizendo eu...*» phrase esta que, ao sabôr portuguez, quer dizer: «*aos poucos hareis de perceber, ide, vede, dizendo eu*», e ainda mais correctamente: «*recommendando eu: procedei com cautela, ide e observae.*»

Não ha como conciliar com o texto supra a traducção de Johannes Eduards.

(g) Este periodo traduzido termo a termo, ao caracter da lingua tupi, nos parece confuso, mas disposto ao sabor portuguez é o seguinte: «Mandei para ahi o Capitão Diogo da Costa pegar gente, algumas dez mulheres tapuyas para serem instruidas e depois de lhes communicar esta nossa ida para vós as fizesse sahir.« O sentido do periodo é per-

feito e o pensamento aqui traduzido exprime bem um costume da epoca. Não havendo imprensa nesse tempo, nem meio de fazer espalhar rapidamente uma noticia qualquer, usava-se então pegar gente, principalmente mulheres escravas, tapuyas, a quem se communicava o que se queria propagar e depois de instruidas estas soltavam-nas para que levassem ao longe a nova desejada.

A traducção de J. Eduards differe bastante da nossa, pois é feita nestes termos: «Enviei tambem o Capitão Diogo da Costa a fim de pegar alguns homens ou mulheres e lhes falar sobre a nossa vinda, dizendo-lhes que nós iremos e que depois de os haver bem interrogado os mandasse embora.» O sentido do texto é bem diverso. O Capitão Diogo da Costa foi enviado á Parahyba e Rio Grande do Norte para o fim de fazer espalhar a noticia da proxima chegada do Camarão, isto é, do autor da missiva e, para esse fim, devia proceder como de costume na epocha, isto é, colhendo alguns individuos do paiz, homens ou mulheres, e soltando-os depois de lhes communicar o que queria. Era um plano de levante geral que assim se preparava, e que de facto se realisou.

O traductor hollandez parece que se confundio ao verter por «a vossa vinda» o termo tupi *oroyust*, aliás mal escripto, quando, na verdade, «*oroyust*» ou melhor «*ore yur*» significa «*nossa vinda*», isto é, a do missivista e não a do seu interlocutor.

Tambem não foi feliz na interpretação do texto mal escripto na parte em que se lê: «*picig abamo cojpo Cunhã amo Tapeiymo geta pera...*» talvez mesmo por causa do estropeamento das palavras, uma vez que não pequeno esforço requer o tentamem do restaural-o, como já acima o fizemos nos seguintes termos; »*picig abá mocõi pó cunhã amó tapeiy mongetá-pirama...*» e cuja traducção passamos a dar analysada. A expressão «*picig abá*», litteralmente fallando, se traduz *pegar homem*, mas o sentido do texto pede que se diga — *pegar gente*, mais ao sabôr portuguez. A expressão seguinte *mocõi pó* quer dizer *duas mãos*, isto é, *dez*, pois que os indios contavam pelos dedos e, quando muito, numeravam até *cinco*, designando pelo nome *pó*, que quer dizer *mão*, o grupo das cinco unidades, e assim exprimiam *pten pó, mocõi pó, mboapi pó, yrundi pó...* que se traduzem: *uma mão, duas mãos, tres mãos, quatro mãos*, equivalentes respectivamente a *cinco, dez, quinze, vinte...* As palavras *cunhã amó tapeiy* se traduzem, termo a termo, *mulheres algumas tapuyas*. O traductor hollandez, parece-me, que deu á palavra *amõ* o significado de *parente proximo* que realmente tem quando substantivo, mas que aqui repugna ao sentido da phrase. A palavra *amõ* é, porém, um adjectivo indefinido, que, no tupi, se pospõe quasi sempre ao substantivo ou pronome a que se refere. Os tupis diziam commummente: *abá amõ*, algum homem, ou alguem; *mbae amõ*, alguma cousa; *y amõ*, alguma agua; *ore mocõi amõ*, um ou algum de nós dous. Portanto, a expressão *cunhã amõ tapeiy* se traduz: *algumas mulheres tapuyas*. A expressão *mongetá-pirama* é o verbo *mongetá*, falar, conversar, communicar, no participio do futuro na forma passiva, significando — *para serem faladas, para serem ouvidas* ou *instruidas*.

Resulta da analyse feita que a phrase tupi: «*picig abá mocõi pó*

cunhã amõ tapyeiy mongetá-pirama...» fica bem traduzida, como o fizemos pela fórma seguinte: «...*pegar gente, algumas dez mulheres tapuyas para serem instruidas...*»

O termo mal escripto no texto copiado, *mocemae* deve ser *mocema aé*, no gerundio, que litteralmente se traduz: *fazendo sahir ellas* ou melhor: *fazendo-as sahir, despedindo-as*. *Mocema* é a forma causativa ou coercitiva do verbo *acêm*, sahir, partir, e que com a simples prefixação da particula *mo*, passa a significar, *fazer sahir, fazer que saia.*

(h) Este periodo não offerece difficuldade na traducção, a qual, em bom portuguez, quer dizer: «Recommendando eu que finalmente lhe falasse de mandar as tapuyas ao Mongaguape.» Na traducção de Johannes Eduards essa parte da carta foi supprimida.

(i) A phrase tupi, traduzida como está, é perfeitamente clara, mas pode ser redigida em bom portuguez por outra forma: «Se te mandei procurar, Snr. Pedro Poty, é porque sou dos nossos parentes bons e verdadeiros.« Aqui a traducção hollandeza differe bastante, pois se fez nestes termos: «... oh Sr. Pedro Poty, porque sois um meu muito bom e proximo amigo.» (*)

(j) A coordenação das palavras no portuguez exige que se diga: «Vem, sahe da figura da terra do diabo« ou por outros termos: «Vem, sahe deste inferno.» Na verdade, a Parahyba e o Rio Grande do Norte infectados pelos bandos de tapuyas ferozes e pelos potyguaras, alliados dos Hollandezes, que assim procediam para opprimir e intimidar as populações de origem portugueza, eram um verdadeiro inferno. Lêam-se os chronistas do tempo.

A traducção hollandeza se fez nestes termos: «Vinde, pois, destes logares que são como o inferno.» E' uma traducção livre.

(k) A melhor disposição das palavras exige que se diga: «*Não sabes que és christão?*

(l) A phrase tupi, traduzida ao pé da lettra, *verbum ad verbum*, e com a collocação que se deve dar ás palavras na lingua portugueza é: «*Porque has de querer tanto te fazer perder, se tu és christão?*« Ou, em outros termos: «*Porque tanto fazes por te perder se tu és christão?*»

O traductor hollandez respeitou o pensamento do missivista, mas verteu por outro modo: «Porque quereis vos perder assim, quando sois um filho do nosso Deus?»

E' como se vê, uma traducção livre, que melhor fôra se dissesse: «Porque tanto has de fazer por te perder se és christão?»

(*) **Nesta phrase o sentido expresso é exactamente o opposto do que o missivista quer dizer. Não é o interlocutor que é classifieado entre os amigos muitos, é o proprio missivista quem se considera tal e basta attender para a phrase tupi «... maeramô che yandi anama retê catû.»**

(m) E' repetição da phrase anterior: « Porque te has de querer perder se és filho de Deus? »

(n) Em outros termos: « Porque has de querer estar entre os impios? » A traducção hollandeza diz: « Porque quereis permanecer entre os impios.» ?

(o) Por outras palavras: « Has de querer tanto perder-te a ti mesmo? » A traducção hollandeza diz: « Quereis vos perder tambem? »

(p) Em melhores termos: « Quantos christãos vês que se perdem por este modo? » A traducção hollandeza diz: « Não vedes quantos christãos no entretanto se perdem? »

(q) Com melhor collocação dos termos, ao modo portuguez quer dizer: « Os brancos não se perdem no vicio, é porque, sendo christãos logo dahi fogem e Deus não faz que se percam. »

Por outros termos: « Não se perdem os brancos no vicio porque sendo christãos logo o evitam e Deus não os desampara. » Johannes Eduards traduzio: « Os Portuguezes não se perdem na guerra porque são christãos e o Senhor Deus não permitte que fujam ou se percam.»

A traducção do capellão hollandez não interpreta aqui o sentido verdadeiro da phrase tupi, e o pensamento que dominava o missivista ao escrever a seu parente desgarrado. Diogo Pinheiro Camarão concitava a seu parente Pedro Poty a que abandonasse aquella vida entre os impios ou hereges, que se lembrasse que era christão ou catholico, como os brancos, os portuguezes, e que sahisse daquelle inferno do qual tantos horrores se contava, e então, para corroborar o seu pensamento, accrescentava: « Os brancos não caem no vicio ou no peccado porque sendo christãos logo o evitam e Deus não os desampara. » A expressão *marandme* que o hollandez traduzio: *na guerra*, não significa positivamente senão: *na maldade, no peccado, no vicio*, isto é, o mesmo que *mård*, como se vê em Montoya, *(Vocabulario e Tesoro de la Lengua Guarani)* que significa: *ruindade, delicto, falta, enfermidade*, etc., podendo, entretanto, tambem exprimir *guerra*, mas já em sentido translato. No tupi a palavra *guarini* é que mais propriamente significa — *guerra*, formando-se entretanto, com a palavra *marã*, o verbo *marãmonhang* que quer dizer *guerrear*, e *marãmonhangaba* que exprime: *guerra, lucta, batalha*. No caso presente, o sentido da carta, não permitte que se traduza como o fez o capellão hollandez.

(r) Em outros termos: « Queremos nós esta vossa sahida sob a palavra do Snr. Capitão-mór Antonio Felippe Camarão e sob a palavra de todos os capitaes brancos. » Ou, fazendo uma traducção livre: « Desejamos nós a vossa vinda sob a palavra do Snr. Capitão Mór Antonio Felippe Camarão e tambem sob a de todos os capitães portuguezes, » O traductor hollandez disse: «... por isso muito desejamos a vossa vinda, sob a benção do grande capitão Antonio Felippe Camarão e sob a palavra de todos os capitães brancos (portuguezes). »

(s) Por outras palavras: « Por amor de vós ando muito sentido, vendo vós afastados de nós. » Johannes Eduards traduzio: « Estou muito triste por vossa causa, vendo vos apartar de nós. »

(t) Em outros termos: « Não sois vós, por ventura, verdadeiros parentes nossos? »
O traductor hollandez disse: «... não sois o nosso mais proximo parente consanguineo? »

(u) Traduzindo mais livremente: « Não fazemos mal contra vós, assim tambem não deveis tentar nem fazer mal contra nós outros. » Johannes Eduards traduzio differentemente: « *Porque ambos vós nos odiaes?* Nós não vos faremos mal, tambem não nos façais mal. « A primeira phrase interrogativa não existe no texto copiado, salvo se ao copista passou ella despercebida, o que é bem possivel; sendo para notar que o ministro hollandez traduzio directamente do original, ao passo que nós o fazemos agora de uma copia de copia.
O missivista, como se sabe, dirige-se a Pedro Poty, chefe dos potyguaras dissidentes a que se ligára Antonio Paraupaba. E' possivel que a phrase, omittida na copia, mas conservada na traducção hollandeza, se refira a ambos esses chefes: « Porque ambos vós nos odiaes?»

(v) Dando outra disposicão ás palavras: « Vae esta carta do Capitão-mór para ti e mais uma de outro capitão-mór para Antonio Paraupaba. » Por esta phrase se vê que alem da carta do missivista, que ora se traduz, outras duas seguiram pelo mesmo emissario, uma escripta pelo capitão-mor Antonio Pinheiro Camarão para Pedro Poty e uma segunda escripta por outro capitão-mór para Paraupaba.
A phrase tupi do texto copiado não offerece duvida a este respeito. Entretanto, a traducção hollandeza diz: « Esta carta vae para vós, o capitão-mór e uma outra segue para o outro capitão-mór Antonio Paraupaba. »

(x) A phrase tupi, se o texto copiado não está adulterado, significa o seguinte: « Permitta Deus e o faça em breve que nos tornemos a vos considerar christão outra vez. « A traducção hollandeza diz mais succintamente: « E que o Senhor permitta que de novo vos possamos chamar christãos,... »

(y) Em outros termos: « Quanto nos alegrariamos então! » O traductor hollandez diz: «... quanto nos alegrariamos se assim fosse. »

(z) Traducção livre: « Estas duas mulheres que vereis, mandei-as levar a vós outros noticias e ellas que te contem onde eu estou. »
Aqui se entende bem, que os emissarios secretos, portadores das cartas, foram duas mulheres, as quaes, alem das noticias verbaes que deviam transmittir a todos, e por isso é que na missiva se emprega a expressão *peème* que quer dizer *a vós outros*, deviam decerto reservadamente, contar só ao destinatario (dahi o emprego da expressão *ndebe* — a ti), o logar onde se achava o missivista. Quer isso dizer

que as emissarias não só levavam cartas, como foram instruidas para divulgarem certas noticias, e só reservadamente referirem a Pedro Poty o logar onde se deveria achar o seu parente delle que lhe escrevia. Isso era do plano da guerra ou do levante que então se preparava.

O traductor hollandez divergio muito de nós neste ponto, dizendo: « Vède que vos envio duas mulheres para vos levarem noticias e vos darem as minhas cousas. »

A ultima parte do trecho traduzido — «... *vos darem as minhas cousas.* » é a versão do tupi — *aé tomobeú quexereco endebe*, mal escripto, na verdade, mas que se restaura sem difficuldade, pois é equivalente a: — *aé tomombeú ke che recò ndèbe.* O engano do traductor hollandez procede de haver tomado o verbo *tomombeú*, isto é, o verbo *mombeú*—dizer, publicar, contar, relatar, na sua forma permissiva, a qual, no tupi, se faz com a prefixação de uma das particulas *ta, ti*, ou *t* aos indices, pelo substantivo *tembiú* — comida, ou comer, traduzindo livremente. A expressão *tomombeú* ou *aé tomombeú* quer dizer litteralmente: « que seja permittido a ellas contar » ou « que lhes seja permittido contar » ou ainda « *ellas que contem* ».

(w) Em melhor portuguez: « Vão estas nossas noticias na esperança de que estejas bom de saúde e que Deus esteja, na verdade, comtigo e com os teus companheiros. »

(aa) Ainda aqui se confirma o que já na nota *x* avançamos a respeito do segredo que as emissarias deviam guardar a respeito do logar onde devia se achar o missivista. A carta, como aqui se vè, traz data, mas não o logar da procedencia. Bem se vè que a invasão de que se fizera cabeça D. Diogo Pinheiro Camarão se levava a effeito com a maxima cautela. As cartas enviadas podiam cahir em mão dos contrarios e, uma vez descoberto o logar onde se achava o autor da carta, a operação se frustaria.

Mrs. Graham

E A

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (*)

Ha de certo um deus para os bibliomanos. Nem vejo porque deixaria de existir, havendo-o para os borrachos, que são personagens mais ruidosos mas menos interessantes. A esse deus, devo o ter adquirido recentemente um livro unico : o exemplar, que pertenceu á autora, da Viagem ao Brasil de Mrs. Graham.

Esta senhora, que mais tarde desposou um artista celebre e se tornou Lady Calcott, foi casada em primeiras nupcias com um official da marinha de guerra ingleza, commandante da fragata *Doris*, estacionada por alguns annos na costa do Atlantico e depois na do Pacifico do nosso continente. Mrs. Graham acompanhou o capitão na sua residencia sul-americana até elle fallecer no Chile em 1822. Voltou então á Inglaterra, mas para logo regressar por algum tempo ao Brasil em 1824, a convite do Imperador D. Pedro I que, tendo-a conhecido em 1821, lhe quiz confiar a guarda e educação da princeza D. Maria da Gloria, posteriormente rainha D. Maria II de Portugal.

(*) Transcripto d'*O Estado de S. Paulo*, de 27 de Novembro de 1906.

Ao embarcar em obediencia ao appello imperial, Mrs. Graham trouxe comsigo um exemplar entremeado de paginas em branco da sua obra sobre o Brasil (a qual teve por complemento outra sobre o Chile) que acabava de ser editada em Londres. Era seu intuito corrigil-a e augmental-a com novas observações e novos factos, com vista numa futura edição. Este exemplar, largamente usado pela autora, foi que me coube a boa fortuna de encontrar numa livraria de Londres, a casa Edwards, ainda conservando dentro como marca de pagina um cartão de visita do barão de Maresthal, encarregado de negocios da Austria no Rio de Janeiro por occasião da independencia e dos começos do primeiro reinado.

Os que possuem o amor do livro e o carinho pelas cousas do passado podem bem imaginar o jubilo que um tal achado me proporcionou.

Accresce que, além da preciosidade do autographo, as notas manuscriptas de Mrs. Graham têm, muitas dellas, verdadeiro valor historico. O momento era, valha a verdade, dos mais agitados e interessantes da nossa historia. Em Pernambuco, onde primeiro parou o paquete inglez de que era passageira, logo se lhe deparou o bloqueio motivado pela Confederação do Equador.

Mrs. Graham conhecera muito no Chile Lord Cochrane, a quem estava confiada a missão de reduzir por mar a revolução, e que logo a foi visitar e almoçar com ella a bordo, incumbindo-a de entender-se em terra onde ia hospedar-se em casa do seu compatriota Stewarts—com o chefe rebelde e aconselhar-lhe a sujeição. A viajante estivera anteriormente em Pernambuco, sendo hospede de Luiz do Rego e assistindo ás primeiras lutas constitucionaes e á organisação e victoria da Junta de Goyanna. Conhecia por isso Manuel de Carvalho Paes de Andrade, presidente da Confederação, o qual, segundo ella nota no exemplar de que trato, falava bem inglez e parecia ser um homem notavel.

Carregou Mrs. Graham comsigo algumas copias impressas da proclamação dirigida por lord Cochrane de bordo da nau *Pedro I* aos insurgentes pernambucanos; uma até ficou conservada entre as folhas do livro. Conscienciosamente desem-

penhou a sua missão, procurando convencer Manuel de Carvalho a ceder, já que eram tão superiores as forças legaes e que só podiam resultar do conflicto «derrota e miseria e um desperdicio de vida humana que eu estava segura de que elle e qualquer homem de bem devia desejar evitar.»

«Disse-lhe (rezam mais as notas manuscriptas em questão) que não obstante a sentença antecipadamente pronunciada contra elle e seus partidarios e as proclamações espalhadas pelo exercito, eu contava inteiramente como certo que se elle confiasse no almirante e se lhe entregasse immediatamente, poderia ter por garantidas a salvação e fuga de todos.» E' mais que provavel que Mrs. Graham não fizesse ahi mais do que repetir as palavras do marquez do Maranhão, pouco affeiçoado por temperamento e educação e pouco inclinado na sua qualidade de extrangeiro a represalias politicas de tal natureza. Se o conselho houvesse sido seguido, o primeiro reinado teria poupado aos seus annaes uma pagina cruel de repressão que nunca offereceu o segundo reinado.

Nas folhas em brancos que encheu no Recife faz Mrs. Graham menção do «espirito republicano que sempre distinguiu Pernambuco e que estava diariamente adquirindo forças; do sentimento federalista», queixando-se a provincia de ter-se esforçado e soffrido muito pela causa da Independencia, de haver sido a primeira a tornar a Bahia capaz de resistir e expulsar os *pés de chumbo*, e entretanto de serem todos os seus rendimentos sugados pela capital, ficando desprezados seus proprios trabalhos publicos, mantidos inactivos na côrte ou bruscamente demittidos os seus funccionarios e não cumpridas as promessas de reforma em todos os departamentos.»

Lembra Mrs. Graham que Manuel de Carvalho se fizera revoltoso por motivo da dissolução da constituinte, occorrida «quando elle aconselhava o Imperador em proclamações e outros documentos publicos a excluir do seu conselho e valimento todos os portuguezes europeus e modelar uma constituição liberal com a assistencia da sua assembléa constituinte. A dissolução, porem, daquella assembléa, de um modo arbitrario, exacerbou os sentimentos do partido a um grau tal que o poz fóra dos eixos e acabou com toda a deferencia para com o Imperador. Este e o seu poder entraram a ser desafiados e as pro-

vincias vizinhas chamadas a ajudar os pernambucanos a defenderem seus direitos de homens e de cidadãos».

D. Pedro I, observava Mrs. Graham, era geralmente tido por portuguez e a situação imperial não apparecia muito lisonjeira, sendo serias as esperanças de adhesão das provincias do Norte á causa republicana federativa ; já Filgueiras marchava do Ceará, segundo no Recife avisaram a viajante, a Parahyba estava sob o influxo da força democratica de Goyanna e o Piauhy se manifestava bem disposto em prol da revolução.

Foi em 20 de agosto de 1824 que Mrs. Graham teve a sua segunda entrevista com Manuel de Carvalho «esperando, escreve ella, que as minhas representações podessem ainda poupar o derramamento de sangue». O presidente da Confederação do Equador recebeu-a muito amavelmente, apresentou-lhe as filhas, fez servir fructas e vinho e communicou-lhe suas esperanças, referindo-se ás suas forças—tropa, na expressão da autora, composta em parte de meninos de 10 annos e de negros de cabeça branca—affirmando que jámais cederia deante do poder central a não ser que a *mesma* assembléa constituinte fosse convocada de novo, não, porem, no Rio de Janeiro, em qualquer outro logar fóra do alcance dos regimentos imperiaes. Elle pessoalmente achava-se resolvido a tornar o Brasil livre ou a morrer no campo da gloria *(sic)*.

«Tomei a liberdade, escreve Mrs. Graham nas suas referidas notas manuscriptas, de contradizel-o e mostrar-lhe quão imprudente havia sido a assembléa e como cabia ao soberano o direito de dissolvel-a pela circumstancia della se declarar permanente. Nossa conversação versou longamente sobre politica abstracta.»

Não se esqueceu a medianeira de mencionar o perigo que pessoalmente corria o presidente rebelde e as gravissimas responsabilidades que elle assumira, ao que Manuel de Carvalho se mostrou, segundo ella relata, sensivel, declarando que se visse perdida a causa que encarnava, se poria nas mãos de lord Cochrane e ahi se julgaria seguro *(he would put himself in his power and feel safe)*. Accrescenta Mrs. Graham ter deixado Manuel de Carvalho com um sentimento penoso.

Ao regressar para bordo procurou-a de novo Lord Cochrane a saber do resultado das suas entrevistas. A distincta

senhora communicou-lhe o occorrido, mostrou-lhe as gazetas e proclamações que trouxera e nas quaes frei Caneca deixava transbordar o seu ardor antidynastico e o seu lyrismo republicano, e desenganou-o de chegar a uma solução pacifica do movimento.

Almirante e escriptora jantaram juntos em frente ao Recife percorridos pelos troços maltrapilhos de Manuel de Carvalho, palestraram horas, recordaram a luta pela independencia do Pacifico em que elle fôra actor e ella espectadora, e cada um seguio o seu rumo: Mrs. Graham para o Rio, onde a chamara tão honroso convite, Lord Cochrane para a sua náu capitanea, a preparar-se para um ataque que desejaria poupar. Manuel de Carvalho regressava, entretanto, ás suas illusões ambiciosas, que achavam em redor a correspondencia dos odios nacionaes e das vehemencias democraticas.

OLIVEIRA LIMA.

Rio, novembro de 1906.

O RECIFE EM 1813

Traduzindo para estas paginas as raras noticias que, de suas visitas á capital de Pernambuco, nos legaram alguns viajantes estrangeiros, é nosso principal intuito reunir materiaes para a futura reconstituição dos seus successivos aspectos, de modo a permittir ao historiador esboçar os scenarios contemporaneos dos acontecimentos politicos que aqui se têm desenrolado.

Infelizmente estas noticias, alem de muito escassas, são pouco variadas, em geral demasiado succintas e porisso de mediocre interesse quando isoladamente consideradas; mas, da sua reunião e cotejo é possivel obter informações tanto mais valiosas quanto faltam em absoluto na literatura propriamente nacional.

Eis porque, após as impressões de Charles Waterton (1), de William Swainson (2) e de Mrs. Graham (3), trasladamos para aqui as de James Prior, official da marinha ingleza, que, em fins de 1813, aportou ao Recife a bórdo da fragata *Nisus*,

---

(1) Vide esta *Revista*. Vol. XI, pp. 726–732.
(2) *Ibidem*, Vol. XI, pp, 160–167.
(3) *Ibidem*, Vol. XI, pp. 89–199; 590–610.

impressões, aliás, consignadas em um livro quasi desconhecido dos nossos estudiosos. (4)

Escripta em estylo epistolar, a narrativa das viagens de James Prior termina com a seguinte carta, datada de *Pernambuco, 29 de Dezembro de 1813.*

« No dia de Natal ancoramos na grande bahia de Pernambuco, vasta extensão d'aguas revoltas, exposta a toda a furia do Oceano Atlantico, sem abrigo (ao menos para os grandes navios) contra os assaltos de tormentas implacaveis. No fundo, distante de nós umas oito milhas, erguem-se as torres e os edificios da cidade, como uma massa de desorganização organizada. Ao norte está situada a bella cidadezinha de Olinda, com casas de apparencia consideravel, brancas, e separadas por pomares e jardins, semelhando uma reunião de casas de campo na Inglaterra. A meio caminho da cidade uma frota de navios mercantes prepara-se para a viagem de regresso, tão violentamente agitada pelo elemento bravio como em meio d'um temporal. Em todas as direcções o scenario é desabrigado, selvagem e triste ; não podemos dizer si estamos no alto mar ou n'um porto. e perturbado pelas vagas do oceano este logar seria dos mais improprios para as operações commerciaes, não fôsse um pequeno e tranquillo ancoradouro, que passo a esboçar.

« Através do fundo da bahia corre um grande recife de coral, formado pela natureza como uma larga e solida muralha ; de encontro a esta barreira, elevada acima do nivel da prea-mar, as vagas e os ventos batem continuamente em vão. Originalmente apresentava muitas falhas e irregularidades, que os Hollandezes. por alguns annos donos de Pernambuco, repararam por meio de blocos de cantaria, ligados por barras de ferro, tornando-o assim mais compacto e regular. Era

(4) Voyage along the Eastern Coast of Africa, to Mosambique, Iohanna. and Quiloa; to St. Helena; to Rio de Janeiro, Bahia, and Pernambuco in Brazil, in the «Nisus» Frigate. By James Prior, Esq. R. N. *London Printed for Sir Richard Phillips and Co.*, 1819, in-8º, 114 pp, 1 vista de Moçambique.

sua intenção eleva-lo consideravelmente, e construir no seu cimo armazens, de modo que botes e mesmo navios ahi podéssem descarregar directamente ; a expulsão dos Hollandezes destruiu este projecto, comquanto os seus vestigios constituam uma recordação da sua industria caracteristica. Proximo á praia de Olinda o recife termina abruptamente, deixando uma passagem para navios de calado inferior á dezeseis pés ; ao entrar elles passam uma velha torre á esquerda, construida sobre a extremidade do recife e armada de alguns canhões. Além deste ha mais tres fortes poderosos entre Olinda e Pernambuco, que defendem a approximação da sua entrada. O ancoradouro em si é uma bacia alongada, com menos de 200 jardas de largura, que, protegida pelo recife, se conserva lisa e calma, emquanto que fóra as ondas trovejam tumultuosamente de encontro á barreira ; dentro os navios estam ancorados em filas, carregando e descarregando sem difficuldade.

« Satisfeito de poder escapar á monotonia de bórdo, aproveitei-me da primeira opportunidade para ir á terra, e, em companhia de um amigo recebi de Mr. G......, um negociante inglez, o mais affavel acolhimento, não obstante lhe sermos estranhos.

« Sob a sua direcção percorremos a cidade afim de ver o que era digno de nota ; mas, asseguro-lhe, sem pretender nenhuma affectação, que vimos muito pouco o que admirar, excepto a actividade de um logar populoso, não muito asseiado, grande variedade de casas de negocios, individuos atarefados indo e vindo, e garotos vendendo pelas ruas innumeraveis papagaios, que são regularmente offerecidos á venda a todo e qualquer Inglez.

« De Olinda, em direcção ao fundo do ancoradouro, estende-se uma peninsula, cuja extremidade está ligada, por uma ponte a uma ilha vizinha, da qual uma segunda ponte, ultimamente construida, dá passagem para o continente fronteiro, Sobre este solo disperso assenta a cidade de Pernambuco ; é de consideravel extensão, mas, de pequena largura, tendo na frente o ancoradouro e atraz um rio que vem de Olinda, de sórte que a peninsula assim formada não excede, em alguns pontos, a poucas centenas de jardas. O sólo é baixo e arenoso, e o ardor do sol, devido a estreiteza das ruas, não é mitigado pela

brisa marinha. Aos naturaes do paiz isto pouco incommoda, e quanto a nós bem sabeis que estamos habituados ao calor; mas, os Europeus recemchegados, mettidos nas suas grossas roupas de lã, sentem-se mal á vontade para exercicios pedes-dres; mas, comquanto quente a cidade não é insalubre.

« Uma igreja alterosa, proximo da praia, só tinha a recommenda-la uma gravura mediocre da Ceia do Senhor; o semblante do Salvador era expressivo; mas, o ruido de jogadores, na rua vizinha, perturbava a santidade do logar. Uma rua larga, com passeios de cantaria, conduz á extremidade direita da cidade; a maioria das outras são calçadas. Algumas das casas são bôas, outras merecem o qualificativo opposto, bem como o de irregulares e de desleixadas; algumas tem dois e tres andares; diversas projectam-se sobre a rua, outras recuam della como que envergonhadas das suas fachadas arruinadas.

« A praça do commercio não merece noticia particular; a alfandega tambem é mesquinha, considerado o movimento commercial do porto. A ponte que liga a peninsula á ilha, sendo occupada de ambos os lados por pequenas casas e lojas, póde ser transposta por um forasteiro sem suspeitar que atravessa um rio; as taes lojas da ponte me pareceram pobres e mesquinhas, comquanto pertençam a alguns dos negociantes mais ricos da cidade, que adquiriram fortuna mantendo ahi empregados de confiança occupados em retalhar pannos de algodão, louças, contas, escovas e outras quinquilharias. A ponte nova ha menos de dez mezes que foi acabada; é uma bella e solida obra de cantaria, com cerca de meio estadio de comprimento, grades de pau-ferro, e foi construida por um engenheiro de Lisbôa no logar de uma arruinada ponte de madeira, tão antiga quanto a cidade.

« A residencia do governador não correspondeu á nossa espectativa; não se recommenda nem pelas dimensões, nem pela elegancia.

« Não me foi possivel obter informações exactas sobre a população da cidade, excepto calculos mais ou menos fundados que lhe dão de 40 a 50,000 habitantes, de todas as côres e condições. Os brancos conservam os mesmos caracteristicos geraes que distinguem os demais Brasileiros; mas, quanto á illustração, e bem assim ás maneiras, são considerados infe-

riores á gente da Bahia e do Rio de Janeiro. Não excedem á meia duzia os negociantes inglezes aqui residentes, que mantêm a reputação da patria com honra para si proprios. Mau grado um pouco de vaidade, prejuizo religioso e rivalidade commercial o nosso caracter nacional é apreciado pelos Brasileiros.

« Pernambuco foi sempre uma praça de consideravel importancia. Em 1595, o Capitão Lancaster, um aventureiro inglez, depois de commetter varias depredações na costa, atacou-a e tomou-a, carregando comsigo despojos opulentos, conforme á pirataria da epoca. Os Hollandezes, que se esforçaram por melhorar-lhe o porto, evacuaram-na em 1654, com pezar, se bem que mediante uma forte compensação pecuniaria, que a tradição popular eleva a um milhão e duzentos mil florins. Os principaes generos de exportação consistem em assucar, madeiras de tinturaria e principalmente algodão. Este ultimo, o melhor que conhecemos, é muito apreciado nos mercados europeus, alcançando preço superior de um decimo ao de qualquer outra procedencia ; além das suas qualidades intrinsecas, nunca é comprimido na emballagem ao ponto de perder a elasticidade tão apreciada pelos fabricantes. E' cultivado no interior do paiz, á distancia de quarenta, cincoenta e mesmo cem leguas da costa, sendo trazido para a cidade em costas de animaes. Os plantadores, gente rude e extranha aos usos do commercio, só vendem á dinheiro de contado, raramente acceitam mercadorias em pagamento e nunca letras. Durante o presente anno a procura excedeu de muito a offerta, por quanto, não obstante os navios que comboiamos terem carregado 56000 balas, muitos outros ficam no porto impossibilitados de obter carga. Isto, segundo me informaram, não succederia si as encommendas da Inglaterra fôssem regulares ; mas, os correctores e negociantes queixam-se da preferencia dada ao mesmo artigo procedente dos Estados-Unidos.

....

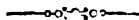
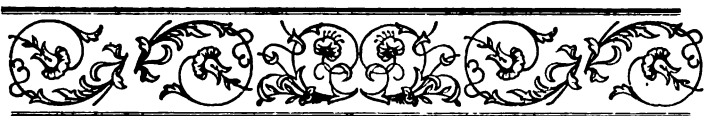
« Deixando o agitado ancoradouro de Pernambuco com bom vento, habitual nesta estação, passamos entre o continente e a pequena ilha de Fernando de Noronha, que o estado do tempo nos permittio observar favoravelmente. Tem dez ou

doze milhas de circumferencia e dista do continente 240 milhas. O sólo é mau, consistindo toda a superficie da ilha de uma successão de precipicios abruptos e escarpados, improprios á cultura; sendo insignificantes os seus productos, os Portuguezes servem-se da ilha apenas como de logar de degredo para criminosos do sexo masculino; mas, para accrescimo dos terrores desta punição, é principalmente notavel a falta completa, ou quasi completa, de mulheres, disposição esta tão verdadeiramente barbara, e tão contraria aos sentimentos naturaes como aos principios da bôa politica, que surprehende que um governo constituido de homens a houvésse adoptado. Em Pernambuco me disséram não haver uma só mulher na ilha; isto talvez seja inexacto; mas, o seu numero é certamente diminuto, e estas mesmo fóra do alcance dos miseraveis degradados; de sorte que si se pretende legalizar crimes atrozes, nenhum methodo mais efficaz poderia ser adoptado. »

....

ALFREDO DE CARVALHO.

PARA A HISTORIA

DA

REVOLUÇÃO DE 1817

Documentos ineditos existentes no Archivo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros da França (*)

I

RIO DE JANEIRO, 28 DE MARÇO DE 1817.

Ao Ex.mo Sr. Duque de Richelieu, Ministro dos Negocios Estrangeiros.

EX.mo SR.

E' com o mais vivo pezar que participo a V. Exa. haver a hydra revolucionaria conseguido erguer uma hedionda cabeça no Brásil, na capital de Pernambuco.

Na terça-feira, 25 do corrente, vio-se chegar inopinadamente o Governador-General desta provincia, o Sr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro; entrou no porto a bórdo de um brigue que, trazendo bandeira toda branca, á distancia parecia uma embarcação franceza, e já causou alguma surpreza quando annunciou que era portuguez e vinha de Pernambuco. Espalhou-se logo a noticia de que o Sr. Montenegro havia sido expulso e obrigado a embarcar naquelle navio. Puz-me immediatamente em campo afim de procurar obter a carta que

---

(*) Mandados copiar e offerecidos ao *Instituto* pelo socio hnoorario Dr. M. de Oliveira Lima.

devia naturalmente esperar receber do agente francez em Pernambuco, o Sr. Germain, narrando os successos. Mas, comquanto não possa duvidar que elle me tenha escripto, não recebi carta alguma e tive de empregar todos os outros meios para conseguir informações e pormenores sobre este lamentavel incidente. Apresso-me em transmitti-los a V. Exc.

Ha mais de um anno que a guarnição de Pernambuco era mal paga e mal alimentada pelo Governo; o territorio desta cidade e dos districtos vizinhos, estremamente productivo em algodão, é esteril em comestiveis e generos de primeira necessidade, de sorte que o pão para os ricos e a mandioca para a classe indigente vinha de fóra e era comprada por preços muito elevados. Avidos especuladores monopolisavam os carregamentos que chegavam e os revendiam a retalho ao publico da maneira a mais arbitraria.

Os clamores e as queixas geraes despertaram emfim o indolente Montenegro, que encarregou o Brigadeiro do Exercito Salazar de tomar algumas medidas para conter o monopolio e reprimir a desordem. Mas, este official general não tendo podido satisfazer a esperança e os votos do publico, commetteu-se ainda o injusto dislate de propôr ás tropas dar-lhes as rações de pão em especie e de lhes abonar 16 soldos por cada sacco de mandioca, cujo preço no mercado era de 50 soldos.

Emfim, a 6 deste mez, um Regimento de Artilharia excedendo-se em vociferações e espirito de amotinação, o Governador, avisado do tumulto, enviou ao quartel o mesmo Brigadeiro Salazar para tratar de acalmar a desordem. Quando começava a exhortar o Regimento, um Capitão, talvez receioso do effeito das suas palavras, apressou-se em atravessa-lo com a espada e Salazar cahio immediatamente morto. Ao saber do assassinato o Governador mandou um dos seus ajudantes de campo, que foi igualmente victima.

Emquanto que isto se passava nos quarteis, tres brasileiros percorriam a cidade, reuniam a multidão e pregavam a revolta, vociferando contra o Governo e contra os europeus. Estes tres chefes eram: 1° um negociante Domingos José Martins, recentemente chegado de Londres, onde quebrára fraudulentamente; 2° Antonio Carlos de Abreu, que durante varios annos

fôra magistrado em Santos, actualmente ouvidor, accusado de assassinato e vivendo na mais pacifica—e aqui mais vulgar—impunidade; 3° o Vigario de uma parochia; este scelerado para melhor se impôr á multidão teve a infamia de se revestir de sobrepeliz e da estola. São visivelmente os tres chefes da insurreição, e Domingos José Martins é o mais influente de todos. Ouviam-se com frequencia gritos de: Viva a independencia! Viva a liberdade dos filhos da patria! Morram os europeus!

Apressaram-se em arrancar das bandeiras o escudo das armas de Portugal, e como o fundo das mesmas é branco, com esta operação ficaram todas desta só côr, e eis porque o brigue, aqui chegado a 25, foi annunciado e por algum tempo reputado como embarcação franceza. Aliás os rebeldes pretendem adoptar uma bandeira particular.

Durante aquelle dia seis outras victimas foram sacrificadas ao furor revolucionario, e varios funccionarios publicos, entre elles o Intendente da Marinha Candido José de Sequeira, foram recolhidos á prisão.

Constituio-se um *comité* de governo (Junta) composto de cinco individuos escolhidos no commercio, a magistratura e a igreja, a milicia e a agricultura. Domingos José Martins, Antonio Carlos, o Vigario, um Tenente-Coronel e um dos mais ricos proprietarios do paiz são os membros desta Junta; diz-se que este ultimo é pessôa pacifica, e que só involuntariamente se prestou a exercer as suas funcções; chama-se Manoel Correia de Araujo.

Começaram por se apoderar do erario onde acharam cerca de oitocentos mil escudos, sendo duzentos mil em bilhetes do Banco do Rio de Janeiro. Apressaram-se em pagar muito exactamente as tropas, a que não chamam mais senão de defensores da patria e da liberdade, e que em lugar dos cinco soldos, que raramente recebiam, passaram a ter 20 soldos por dia.

A 8 de Março a ordem e a tranquillidade estavam perfeitamente restabelecidas; li uma carta de um negociante inglez, escripta daquella cidade a 9, que dizia não se perceber mais o menor vestigio da revolução, gozando-se da mais perfeita calma e segurança.

O Governador Montenegro, logo no primeiro dia, refu-

giou-se em um dos fortes, cuja ponte levadiça fez levantar; a vista de uma intimação de render-se, escripta num farrapo de papel e sem assignatura, mandou abrir a porta, e foi conduzido directamente e sem o menor exame para bórdo do brigue que o trouxe aqui. Tendo reclamado o seu dinheiro e roupas, a Junta immediatamente tudo lhe mandou entregar, dizendo que assim procedia attendendo a sua integridade pessoal, e que tudo teriam retido se elle houvésse roubado como os outros; o seu dinheiro subia a 6000 cruzados.

A Junta mandou chamar o consul inglez em Pernambuco, que foi muito cortezmente recebido no proprio recinto em que os seus membros celebram as suas sessões, e foi-lhe assegurado que seria respeitado e secundado no cumprimento dos deveres de seu cargo.

Enviaram depois uma embarcação aos Estados-Unidos, mas não sei com que fim, comquanto seja muito natural suppôr que se apressassem em communicar áquelle governo a sua proeza e que procurarão provavelmente adquirir viveres e armas.

O Governador-General de S. Salvador ou Bahia de Todos os Santos acaba de expedir para aqui uma embarcação afim de communicar o pouco que póde saber sobre a insurreição de Pernambuco, e prevenir que havia enviado para aquelle porto o unico pequeno navio armado, que tinha á sua disposição, para bloquea-lo; prevenio igualmente que tinha um corpo disponivel de 1500 homens para marchar contra os rebeldes.

Desde o dia 26 não perdi um momento e escrevi ás pressas aos meus agentes de Pernambuco, Maranhão e S. Salvador afim de, nesta crise, lhes dar as instrucções que me pareceram mais cordatas, e d'ellas tenho a honra de transmittir a V. Exa. uma copia, pedindo indulgencia para a celeridade com que foram feitas e talvez da falta de calma em semelhante emergencia.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito, Ex.^{mo} Sr.

De V. Exa.
humilde e dedicado creado
Coronel *Maler*.

II

Rio de Janeiro, 29 de Março de 1817.

Ex.mo Sr. *Duque de Richelieu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.*

EX.mo SR.

A noticia da insurreição de Pernambuco produzio, tanto na Côrte como nesta capital, a mais viva impressão, e está provado que nada se fez para prevenir o perigo dos erros contagiosos deste genero, apezar da proximidade das scenas que agitam a America Meridional devesse ter aberto os olhos ao governo, o que os successos de Pernambuco só agora começam a fazer. Mas, Ex.mo Sr., este acontecimento, que pela sua natureza e sobretudo nestas regiões, deveria estimular todo o vigor e a actividade de um governo forte e energico afim de destruir o mal na origem, este acontecimento, digo, só encontra aqui uma sombra, um esqueleto de administração, na unica pessôa do Sr. Conde da Barca, estenuado pela idade e pelas enfermidades, esmagado mesmo pelo trabalho material de ter de tudo assignar.

Cumpria fazer face ás operações offensivas no Sul, e desde alguns dias apenas começava-se a olhar para lá com menos inquietação, e eis que se apresenta uma insurreição no Norte, ou, por assim dizer, a guerra civil que se manifesta no coração do paiz ; o exercito só é numeroso em officiaes que custam muito e de nada servem ; não se sabe onde arranjar soldados ou mesmo recrutas ; as finanças estão esgotadas, o credito é nullo, tudo está em atrazo e confusão, e para reparar tudo, dirigir tudo isto, nenhum corpo deliberante, nenhum ministerio, senão um ancião minado pela febre e pelas convulções. Na verdade, Ex.mo Sr., este quadro é inconcebivel, os bons cidadãos não podem contempla-lo, senão com temor e os estrangeiros não podem deixar de lastima-lo.

O Governador Montenegro, logo que desembarcou, apresentou-se ao Conde da Barca, com que conferenciou longo tempo ; El-Rei recusou vê-lo e no dia seguinte á sua chegada foi mandado preso para a ilha das Cobras. Expediram-se ins-

trucções aos Governadores da Bahia de Todos os Santos, do Maranhão e do Pará ; o de Minas, que se achava aqui, recebeu ordem de partir immediatamente e reassumir o seu posto. Apresta-se á toda a pressa a fragata *Thétis*, duas pequenas corvêtas recentemente chegadas de Lisbôa, a *Aurora* e a *Benjamin*, e duas embarcações de menor porte. O Chefe de Divisão Rodrigo Lobo foi nomeado commandante desta pequena esquadra destinada a bloqueiar Pernambuco e a agir hostilmente contra os insurgentes.

O Brigadeiro Luiz do Rego foi nomeado Governador General da Provincia e é quem está principalmente incumbido de ali restabelecer a ordem. E' um militar bravo e leal, geralmente amado e estimado pelas excellentes qualidades que o distinguem. Promettem pôr á sua disposição quatro batalhões de linha, dous de caçadores, um regimento de cavallaria e dous parques de artilharia ; mas, para organisar estas forças será preciso primeiro ajuntar, reunir e encorporar as que marcham para esta capital com as que se preparam em S. Salvador, e esta combinação fará perder um tempo precioso ; é lamentavel confessar que os tres regimentos de infantaria de guarnição no Rio de Janeiro não podem formar dous batalhões, tão desfalcase acham. Conta-se poder fazer pártir o Coronel Luiz Paulino de Oliveira, nomeado Ajudante General do corpo expedicionario na quarta-feira 2 de Abril, afim de tomar a dianteira e preparar as primeiras forças, O commandante em chefe Rego disse-me que receiava não poder estar prompto para fazer-se de véla antes de quinze dias.

O embaraço para arranjar soldados é igual ao de desfazer-se da quantidade de officiaes que pedem para serem empregados, o que é muito natural á vista do grande numero dos que se acham simplesmente a meio soldo e dos outros circumstancialmente licenciados e pertencentes ao exercito de Portugal. Estes serão sem duvida preferidos e isto é para receiar que produza mau effeito entre os brasileiros. Em acontecimentos e emergencias como as presentes urge não se deixar só guiar pelos principios militares.

Desde que as differentes classes sociaes sahiram do estupôr em que as havia mergulhado a noticia da insurreição, todas á porfia se apressaram em fazer a S. Magestade todos os offere-

cimentos possiveis; mas, ainda não pude saber qual a vantagem que delles tirou El-Rei, e ignoro as consequencias e o resultado de tudo.

A ceremonia da coroação de S. Magestade, que devia realisar-se a 7 de Abril, deve ser necessariamente retardada pela multiplicidade das assignaturas a fazer, ás quaes não póde satisfazer o Conde da Barca, occupado com tantas outras cousas urgentes. Crê-se que esta festa será transferida para o dia 13 de Maio anniversario d'El-Rei.

El-Rei pessoalmente ficou muito afflicto por este acontecimento, o que não póde de todo occultar. O Conde da Barca, ao contrario, dissimula tudo tendo o ar de considera-lo um acto de loucura.

Quanto a mim, persisto em considerar este acto como muito perigoso, tanto mais quanto não se dispõe dos meios necessarios para agir immediatamente contra os rebeldes, e por pouco que este mal contagioso se estenda para o Norte não vejo como se poderá fazer face á insurreição. Acabo de receber algumas informações que me fazem suppor ter a Paraiba já manifestado symptomas mais que alarmantes. O exemplo será terrivel si os revoltados não forem forçados a fugir em poucos dias.

Estou ainda persuadido, Ex.^{mo} Sr., que esta noticia terá algumas consequencias funestas para este governo em Buenos-Aires; os amigos e as creaturas da Côrte do Brasil perderão coragem, e o povo em geral vae reforçar os gritos de guerra, porquanto o episodio de Pernambuco determinará uma diversão util a elles, desde que os reforços que deviam seguir para Montevidéo marcham em direcção inteiramente opposta e que a estação naval do Rio da Prata será diminuida para reforço do bloqueio de Pernambuco.

O governo julgou dever suspender a sahida das embarcações estrangeiras por alguns dias, e a este respeito recebi duas notas do Conde da Barca, cujas traducções a esta acompanham.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito, Ex.^{mo} Sr.

De V. Exa.
humilde e muito dedicado criado
Coronel *Maler*.

III

RIO DE JANEIRO, 19 DE ABRIL DE 1817.

Ex.mo Sr. *Duque de Richelieu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.*

EX.mo SR.

A capitania da Bahia acaba de escapar, por um feliz accaso, ás suggestões e aos tramas de um emissario enviado pelo governo revolucionario de Pernambuca. Este scelerado de idade avançada, padre e entretanto pae de varios filhos, embarcou vestido de marinheiro, na cidade de Alagoas, com seis individuos que, comquanto seduzidos, não eram da conspiração. Fundeou a alguma distancia de terra e da capital de S. Salvador, fingindo que a jangada estava occupada em pescar, e enviou um dos seus homens á terra para saber o que se passava na cidade, onde suppunha já haver rebentado a insurreição. Afim de melhor encobrir o seu intento o individuo desembarcado levava algumas fructas do paiz que devia vender.

Approximando-se de um corpo de guarda teve a inepcia de procurar se informar com demasiada precipitação do espirito dos differentes regimentos da guarnição da Bahia; tornando-se suspeito, foi preso e declarou ter vindo na jangada que mostrava ao longe e dizia estar carregada de fructas para vender. Tratou-se então de cercar a embarcação e de nella penetrar de repente; mas, o padre teve tempo de lançar ao mar um pacote de papeis, que foram retirados do funda d'agua e remettidos ao Governador Conde dos Arcos. Estes papeis constavam de diplomas o de nomeações em favor de individuos designados simplesmente por um numero.

O Governador submetteu a processo sem demora este desgraçado que, 72 horas depois foi fuzilado; marchou para o supplicio com a maior firmeza e compostura, conversando tranquillamente com as pessôas proximas. Recuzou constantemente revelar os seus cumplices e os nomes dos individuos a quem eram destinados os diplomas; pedio para fallar com um seu filho, capitão em um dos regimentos de S. Salvador e que

já se achava preso, e esta graça lhe foi concedida, sendo, porem depois reconduzido á prisão.

O Governador-General Conde dos Arcos, desde o começo desta crise, tem desenvolvido uma actividade extraordinaria; enviou para a fronteira da Capitania de Pernambuco cerca de 4000 homens, que pelo menos tornam difficeis as communicações com os insurgentes; os armamentos navaes fizéram-se com uma presteza que não era de esperar da indole portugueza; dous grandes navios de tres mastros e dous brigues já, a 5 de Abril, se fizéram de véla, e não devem tardar em seguil-os um outro navio de tres mastros e duas embarcações ligeiras.

E' certo que a classe dos habitantes abastados daquella Capitania offereceu expontanea e generosamente os seus navios e sommas consideraveis; a este respeito não falta ao Conde dos Arcos nem zelo nem habilidade para cultivar estas bôas disposições; mas, das tres proclamações deste General, que tenho a honra de enviar junto com esta, penso que V. Exa. não fará grande conceito da sabedoria e da prudencia destas medidas em tempos tão difficeis.

O Conde dos Arcos que, segundo diz, tem tantos Scipiões ás suas ordens, faria bem em procurar um unico e de obedecer-lhe em pessôa.

Tenho a honra de ser, com o mais profundo respeito, Ex.mo Sr.,

De V. Exa.
muito humilde e dedicado criado

Coronel *Maler*.

IV

RIO DE JANEIRO, 1 DE MAIO DE 1817.

Ex.mo Sr. Duque de Richelieu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

EX.mo SR.

Os pormenores e as informações que tive a honra de transmittir a V. Exa., a 28 de Março ultimo, sobre a revolta de Per-

nambuco, são em geral tão exactos, apezar de obtidas com precipitação, e tão recentes que pouco lhes posso accrescentar.

No momento da insurreição de Pernambuco havia naquelle porto quatro embarcações francezas: *La Perle* e *La Louise*, do Havre; *La Felicité*, de Nantes; *L'Here de Charente*, vinda de Marselha, e uma embarcação sueca igualmente fretada para Nantes. No dia da explosão, 6, tres marinheiros de *La Perle* foram mortos e um outro ferido. Um caixeiro-viajante, tambem francez e vice-consul de Portugal em Aigue-Mort, chamado Perret-Brunel levou uma punhalada. Supponha que o numero das victimas que neste primeiro pia foram immoladas pelo furor revolucionario não excedêsse a oito; mas, infelizmente tenho que eleval-o a 40.

O Capitão Thibaut, de *La Louise*, desde o primeiro momento da insurreição teve a generosidade de expontaneamente ir procurar o Governador e de lhe offerecer 6 canhões que tinha a bórdo, polvora e toda a sua tripolação para apoiar o partido real. Tendo este offerecimento sido acceito fez desembarcar as peças e alguns barris de polvora; mas, devido á covardia e pusilaminidade do Governador, este movimento que poderia ter animado os portuguezes foi inutil; o Capitão Thibaut, vendo-se só e sem o menor apoio, teve que voltar para bórdo e durante a noite seguinte pôde apenas reembarcar parte dos seus canhões e munições.

A impulsão menos nobre obedeceu um certo Melteri, immediato de *L'Adromaque*, navio que partira para Bordeaux havia algum tempo e que ficou doente em Pernambuco; achando-se sem recursos foi offerecer os seus serviços aos insurgentes, que o nomearam 3· official a bórdo de um brigue que armaram no porto.

O navio *Le Mercure*, do Havre, tinha apparelhado desta capital, a 22 de Fevereiro, para ir carregar algodão em Pernambuco, a 2 de Abril, depois de uma travessia demorada por ventos contrarios, calmarias e correntes, fundeou no ancoradouro externo; o Capitão, tendo feito aguada nos dias 3 e 4, a 5 fez-se de vela, por causa dos acontecimentos politicos daquella cidade, e voltou ao Rio de Janeiro pela tarde do dia 19. Trouxe comsigo como passageiro ao Sr. Vigneaux, negociante de Bordeaux, que se achava em Pernambuco a negocio. Ha-

vendo sido prevenido, na manhã de 20, que, como medida de segurança, o governo portuguez tinha dado ordens para que *Le Mercure* não fôsse admittido no ancoradouro interno e que o passageiro não desembarcasse, escrevi ao Sr. Conde da Barca a nota inclusa que, apezar da multiplicidade das suas occupações, elle teve a bondade de responder immediatamente, e não obstante as ordens e as *pesquizas rigorosas e minuciosas* de que me falla, *Le Mercure* entrou no ancoradouro na tarde de 20 e o Sr. Vigneaux veio tranquillamente á terra sem difficuldade. Enviei-o á Policia, na manhã de 21, afim de prestar o seu depoimento. Recommendei-lhe que me apresentasse um relatorio escripto sobre os acontecimentos de que foi testemunha, afim de remettel-o a V. Exa., mas, ainda não o recebi e envia-lo-ei na primeira occasião.

Disse-me elle que o Sr. Germain, agente consular do França em Pernambuco não tinha ouzado me escrever receiando mais se comprometter perante a *Junta Revolucionaria*, da qual já tivéra de se queixar por causa dos sentimentos de opposição que havia manifestado, e que aproveitaria a primeira occasião para vir refugiar-se no Rio de Janeiro.

Isto muito me contraria, pois vae de encontro com as instrucções que lhe remetti desde o começo; é verdade que não poderam lhe ser entregues a tempo. O Sr. Vigneaux não teve a coragem, e talvez nem mesmo a idéa, de trazer algum dos documentos publicados pelo *comitê* revolucionario. Um dos seus membros disse-lhe que haviam julgado conveniente communicar o movimento á França e ás outras Côrtes, mas, que duvidava fôsse bem acolhido. Entretanto parecem esperar muito das suas communicações com os Estados-Unidos, com Artigas e com Buenos-Aires.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito, Ex.^mo Sr.

De V. Exa.

muito humilde e dedicado creado

Coronel *Maler*.

V

RIO DE JANEIRO, 2 DE MAIO DE 1817.

Ex.mo Sr. Duque de Richelieu, Ministro e Secretario de dos Negocios Estrangeiros.

EX.mo SR.

O corpo expedicionario organisado nesta capital para marchar contra os rebeldes de Pernambuco embarcou finalmente a 30 do mez ultimo, comquanto ainda permaneça no porto. Consta de proximamente tres mil homens, compondo dous batalhões de infantaria, um de granadeiros, um de caçadores, dous esquadrões que devem receber a cavalhada na Bahia e um destacamento de artilharia de 160 homens e 8 peças de campanha. Encorporou-se á infantaria grande numero de voluntarios tirados dos regimentos de milicias desta capital.

Conta-se com a cooperação de um corpo de cerca de 4000 homens, que será tirado dos regimentos da capital e da capitania da Bahia; os rebeldes serão, pois, atacados por 8000 homens.

As noticias de Pernambuco alcançam até o dia 10 de Abril; naquella epoca a divisão partida do Rio de Janeiro para bloqueiar os rebeldes não tinha ainda apparecido, bem como as embarcações enviadas da Bahia para o mesmo fim; foi, pois, falsamente que o Conde dos Arcos aventurou, na sua proclamação de 29 de Março, *a força naval presentemente á vista e bloqueiando o porto.*

Por sua vez o pretenso Governo Patriotico dispõe e organisa com muita actividade os meios de defender-se; completa e augmenta os regimentos de todas as armas e calculam-se as suas forças em 4 a 5000 homens. Desde o começo da revolta que têm feito acampar as tropas no recinto da cidade; a 9 fizéram-nas pogar em armas, e, com as bagagens. artilharia e cofre militar, para occupar novo acampamento fóra da cidade perto do antigo Palacio do Bispo.

Possuem já um brigue com 22 canhões, uma bella escuna americana que acabam de armar e varias grandes chalupas e canhoneiras promptas a sahir. Devem juntar a esta flotilha

outros grandes navios mercantes que pretendem armar em guerra. Os trabalhos no arsenal, bem como os do governo, são permanentes.

O contagio já ganhou a Provincia lemitrophe do Rio Grande do Norte, e não ha a menor duvida de que a fagulha se tornará um grande incendio se não se apressarem em extingui-la.

O Rei está bem persuadido desta verdade, e por isso tem ido varias vezes aos arsenaes de guerra e de marinha e por toda a parte onde se trabalha, para com a sua presença activar os preparativos; mas, apezar da sua presença, do seu ardor e dos seus cuidados, V. Exa. ha de observar que desde o dia 25 de Março que se trata da remessa do corpo expedicionario, e que a 2 de Maio este ainda se acha no porto, tal tem sido a falta de toda a especie de materiaes e de trabalhadores. Creio que o comboio só se fará de vela a 4 ou 5 deste mez.

Tenho a honra de, junto com esta, enviar a V. Exa. algumas das proclamações publicadas pelos rebeldes, e peço perdão por não tê-las traduzido por falta de tempo; são copias assaz detestaveis dos escriptos desta especie que inundaram a a nossa desventurada França nos primeiros tempos da Revolução.

Tenho a honra de ser, com o mais profundo respeito, Ex.mo Sr.,

De V. Exa.
humilde e muito dedicado criado
Coronel *Maler*.

VI

RIO DE JANEIRO, 15 DE MAIO DE 1817.

Ex.mo Sr. *Duque de Richelieu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.*

EX.mo SR.

Comquanto saibamos que a divisão naval ás ordens de Rodrigo Lobo esteja estacionada em frente á costa de Pernambuco, este Governo ainda não recebeu a respeito noticias of-

ficiaes. Emfim, a 4 deste mez, a expedição sob o commando do General Rego, de cuja composição e força já informei a V. Exa., fez-se de véla e sahio do porto desta capital, destribuida a bórdo da nau *Vasco da Gama*, de 74 peças, de tres transportes, um brigue e duas sumacas. O chefe de divisão Braz Cardozo está encarregado da direcção do comboio, e sabemos que os primeiros dias da viagem não foram prosperos, sendo lenta a navegação.

Tenho a honra de transmittir a V. Exa., junto com esta, a proclamação que, segundo as instrucções da Côrte, o commandante do bloqueio de Pernambuco deve publicar e introduzir ali. Esta peça é dictada por um espirito mais sabio do que as fanfarronadas irreflectidas do Sr. Conde dos Arcos, que enviei a V. Exa. pelo ultimo paquete.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito, Ex.mo Sr.

De V. Exa.

humilde e muito dedicado creado

Coronel *Maler*.

VII

RIO DE JANEIRO, 20 DE JUNHO DE 1817.

Ao Ex.mo Sr. Duque de Richelieu, Ministro e Secretario de dos Negocios Estrangeiros.

EX.mo SR.

Uma embarcação vinda da Bahia e aqui chegada na tarde de 14, nos trouxe a agradavel noticia de que os insurgentes de Pernambuco foram batidos e de que a autoridade real e legitima havia sido restabelecida naquella capitania.

Era pelas quatro horas quando a embarcação fundeou no porto; logo os gritos de alegria, os foguetes e o som de todos os sinos annunciaram algum acontecimento feliz, e entretanto

a esperança, ou antes, o enthusiasmo, geral fundava-se apenas nas duas bandeiras que o brigue trazia despregadas no topo dos mastros. Dirigi-me a residencia de campo do rei ás cinco horas e S. M. teve a bondade de me fazer entrar para a sua antecamara antes mesmo que eu me tivésse feito annunciar; felicitei-o pelo que havia visto e ouvido ao atravessar a cidade e accrescentei que esperava ter outras profalças a lhe apresentar logo que me communicasse as bôas noticias de Pernambuco; S. M. disse-me que infelizmente nada havia ainda de official; mas, presumia que desta vez não seriamos enganados como ultimamente e teve a complacencia de me communicar tudo o que tinha recebido do Conde dos Arcos e do General Rego. (V. Exa. encontrará junto a esta a traducção da gazeta de 16). O contentamento d'El-Rei por vezes turvava-se com a idéa da dura necessidade (S. M. repetio estas palavras varias vezes) em que se acha de mandar executar os principaes chefes. Emfim, após uma conferencia que durou pelo menos uma hora, deixei S. M. e, ao atravessar os outros aposentos, encontrei-me com quatrocentas a quinhentas pessôas que lhe vinham manifestar o seu jubilo e dedicação.

Do corpo diplomatico havia ahi apenas o encarregado de negocios da Hespanha, que foi introduzido algum tempo depois de mim.

Nesta noite e nas duas seguintes todas as casas foram illuminadas e eu me achava por demais satisfeito para não tomar bôa parte nas manifestações de alegria publica; assim, tendo feito, no Domingo, guarnecer de luminarias a fachada da minha cazinha, posso dizer que nos dias 15 e 16 fui o sol do meu bairro.

Tenho a honra de, junto com esta, transmittir a V. Exa. a gazeta desta capital, e apresentar-lhe a homenagem de profundo respeito com o qual tenho a honra de ser, Ex.^{mo} Sr.,

De V. Exa.

muito humilde e dedicado criado

Coronel *Maler*.

VIII

Rio de Janeiro, 24 de Junho de 1817.

Ao Ex.mo Sr. Duque de Richelieu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

EX.mo SR.

Comquanto o Governo tenha recebido pormenores officiaes sobre a restauração de Pernambuco, não póde, devido á sua singular desorganização, fazê-los imprimir e o publico tem que se contentar com o mero conhecimento do facto e a esperança de, um dia, conhecer as circumstancias deste feliz successo.

Tenho a honra de transmittir a V. Exa. o seguinte extracto de uma carta que recebi de Pernambuco, com data de 1 de Junho, e devo solicitar a indulgencia de V. Exa. para o descozido da sua redacção.

« Depois da chegada das tropas reaes nós respiramos ; podeis fazer uma idéa de tudo o que tivemos de soffrer ; si ellas tivéssem chegado 24 horas mais tarde, todos os europeus teriam sido trucidados, os armazens pilhados e o Recife incendiado ; eis a sorte que nos estava reservada e á qual escapamos pela firmeza e a energia de alguns homens de bem.

« Communico-vos que os governantes e principaes chefes, que geraram esta maldita revolução, foram todos presos, acorrentados e embarcados para a Bahia, onde certamente serão julgados e executados.

« Na noite de 19 do mez passado todos os revolucionarios e a soldadesca deixaram bem precipitamente os seus antros na cidade, onde não estavam mais seguros, para ganhar o matto e fazer-se bandidos, mas, não sem terem commettido o estrago o mais inconcebivel em todos os petrechos bellicos que havia nos armazens do Governo.

« O P.e João Ribeiro enforcou-se ; cortaram-lhe a cabeça e, depois de a terem passeado na ponta de um chuço, foi exposta na Praça do Commercio. »

Posso accrescentar que o numero dos facciosos conduzidos á Bahia e submettidos ao tribunal criminal, sobe a 180 ; que

um só dos chefes, o antigo magistrado Antonio Carlos, já accusado de assassinato, póde fugir e sabe-se que leva na algibeira o veneno necessario para suicidar-se caso venha a ser preso.

....

IX

Rio de Janeiro, 14 de Julho de 1817.

Ao Ex.mo Sr. Duque de Richelieu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

EX.mo SR.

Depois de haver cumprido a penosa missão de communicar a rebellião de Pernambuco, tenho o agradavel dever de annunciar que a autoridade real é a unica reconhecida naquella provincia e que a ordem e a tranquillidade succederam ali á anarchia revolucionaria.

A historia, Ex.mo Sr., conservará a lembrança de poucos acontecimentos tão perigosos pelas consequencias que podia ter, e tão prompta quão facilmente mesmo evitado nos seus effeitos.

A expedição partida desta capital encontrou tudo terminado desde a vespera da sua chegada á Bahia. Entretanto ella se dirige para Pernambuco, excepto a cavallaria que volta para cá. Os corpos de tropas organizados na Bahia, pelos cuidados do Governador General Conde dos Arcos, e postos em marcha a 3 de Maio, bastaram prra dispersar e reduzir os miseraveis revolucionarios que mesmo quasi não lhes offereceram resistencia.

O general Mello, cujas forças, comprehendendo mesmo a gente do campo, constavam apenas de quatro mil homens, acampou, a 10 de Maio, a 16 leguas de Pernambuco, em uma planice cercada de eminencias e monticulos ; o general tinha de antemão tomado providencias para, em caso de ataque, d'ellas se apoderar ; os rebeldes em numero inferior (comquanto podéssem dispôr de 8000 homens) vieram atacar o exercito real no dia 15. Este se formou em columnas e, retro-

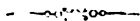
gradando lentamente, susteve o fogo e deu tempo a qne os destacamentos de escól se apossassem das eminencias e guarnecessem os desfiladeiros ; apenas os rebeldes desembocaram na planice viram-se accommettidos pela retaguarda e pelos flancos, a desordem apossou-se das suas fileiras que debandaram para perecer nos logares abertos ou para se lançarem nos mattos proximos, sem communicações e sem viveres.

Logo que a noticia da derrota chegou a Pernambuco, os chefes perderam a cobeça, esqueceram o quanto a sua posição ainda era forte e não pensaram nem em se defenderem nem em fugir, dando tempo a que o exercito real entrasse na cidade, emquanto que a esquadra entrava sem obstaculo no porto, e todos os principaes chefes, em numero de 80, foram presos e conduzidos, com ferros nos pés, para a Bahia, por mar, afim de ali serem julgados.

O vigario João Ribeiro foi achado enforcado na sachristia da sua matriz. Domingos José Martins, negociante, José Luiz de Mendonça, advogado, e o padre Miguel Joaquim de Almeida foram em seguida fuzilados e morreram com coragem.

Jamais, Ex.mo Sr., a extravagancia humana foi mais longe do que na concepção deste miseravel projecto e nos meios de o sustentar e de o pôr em execução.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito, Ex.mo Sr.

De V. Exa.
muito humilde e dedicado criado
Coronel *Maler*.

VIAGENS NO BRASIL

Provincias de Pernambuco, Ceará, Parahyba, Maranhão, etc.

Usos e costumes dos habitantes desse paiz, por Henry Koster

Traduzidas para o francez por M. A. Jay e do francez para o portuguez por Antonio C. de A. Pimentel, amanuense do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano.

PUBLICADO EM PARIS EM 1846.—1° VOLUME

(CONTINUAÇÃO DO N. 64)

CAPITULO IX

Viagem de Pernambuco ao Maranhão. São Luiz.—Commercio. — Os Indios selvagens. — O Governador. — Alcantara. O autor faz-se á véla de S. Luiz e chega á Inglaterra.

Oito dias depois de minha volta do Ceará, chegou um navio da Inglaterra trazendo cartas que me obrigavam a deixar Pernambuco e a ir ao Maranhão, e desejando eu aproveitar a primeira occasião, preparei a viagem e fiz-me á véla quarenta e oito horas depois.

Levantámos ancora á 25 de Fevereiro e fizemos uma feliz travessia, que durou sete dias. Tivemos quasi sempre a terra á vista e varias vezes nos approximamos della muito de perto, porque o navio era pequeno e o commandante desejava, tanto quanto possivel, fazer o reconhecimento da costa. Os navios portuguezes só mui raramente vão ao longo della sem pratico e nem é prudente proceder de modo contrario ; nós porém não podiamos obter pratico senão demorando a viagem, ao que se

oppoz o commandante. Este quasi que nunca sahira dos mares da Inglaterra; aquelles porém são uma bóa escola e o commandante seguio a sua derrota até o Maranhão com tanta habilidade como um experimentado piloto.

Aquella costa é geralmente difficil e perigosa e depois do Rio Grande, sobretudo, apresenta um aspecto nú e tristonho. Penetramos na bahia de São Marcos com a sonda na mão, seguimos pelo canal á léste do *baixo do meio* e depois de transposto o forte de São Marcos, fomos fundear em frente e muito perto dos bancos de areia que existem na entrada do porto de São Luiz.

Não se tendo apresentado pratico algum, embarcamos, eu e o commandante, n'um bote e seguimos em busca de um; ao passarmos porém pelo forte de São Francisco dispararam um tiro de polvora secca e o vigia da fortaleza fez-nos signal para voltar ao navio. Mandamos remar para o forte e ao chegarmos á distancia de ser ouvidos, transmittiram-nos por meio de um grande porta-vóz ordem de não ir á cidade.

Apezar disso, porém, desembarcamos no forte e eu communiquei ao official que o commandante necessitava muito de um pratico, porquanto não conhecia a bahia e sabiamos ser cheia de bancos de areia. A resposta foi que o pratico iria quando fôsse tempo; ficando pois, sem effeito ás nossas exhortações voltamos para bordo.

Quando chegou afinal o pratico veio acompanhado de um soldado e de um guarda da Alfandega e só com bastante difficuldade consegui que o commandante deixasse subir á bordo o primeiro d'aquelles dous homens. Os marinheiros e os soldados nunca estão de accordo e o meu inglez, de natural um tanto brusco, declarou não admittir que o seu navio fosse escoltado por um velhaco trajado de arlequim; com tudo era uma nova formalidade, mas realmente, todas as que se preenchem no porto do Maranhão, me fizeram lembrar o velho proverbio: «muito barulho e pouco trabalho».

Logo que o navio entrou no porto recebemos a visita dos officiaes da saude e da Alfandega. A turma dos visitantes compunha-se de varios homens bem trajados entre os quaes alguns trazendo chapéos á franceza e espadas. Comeram

todos muito pão com queijo e beberam copiosamente. O administrador da Alfandega achava-se entre aquelles senhores.

Creio nunca ter visto physionomia exprimir maior admiração do que a de meu commandante, que estando habituado aos usos dos nossos portos onde tantos negocios se aviam tranquillamente, não poude conter-se que não me dissésse com ar meio risonho e serio : O que ! pois não basta um, é necessario um bando para tomar-me o navio !

Apezar da visita dos taes senhores e do embaraço que nos causaram, fui ainda forçado a passar a noite á bordo, porque o *guarda-mór,* isto é, o official especialmente incumbido de impedir contrabandos, não viera visitar-nos.

Por felicidade achei meios de mandar minhas cartas para terra porque a não ser assim, o navio teria chegado vinte e quatro horas antes que os commerciantes seus consignatarios tivessem delle noticia.

Para augmentar as delicias da situação, a chuva cahio com abundancia e estando o convez mal calafetado, fui obrigado a levantar-me á meia noite para pôr-me a abrigo do temporal.

A cidade de São Luiz, situada na ilha do Maranhão e capital do Estado do mesmo nome, é residencia de um capitão-general e séde de um bispado. Edificada em terreno desigual, estende-se desde a praia até quasi milha e meia na direcção de N. E. O espaço que occupa poderia conter muito mais habitantes do que as que effectivamente possue ; as casas porém são mui affastadas umas das outras e a cidade contém ruas larguissimas e algumas grandes praças e por isso ali o ar circula com facilidade, o que é bem agradavel em clima tão quente.

Todavia a posição da cidade de São Luiz na parte occidental da ilha e á margem de uma enseada, impede-a de receber a brisa do mar, tornando-a por conseguinte menos sadia do que se estivesse melhor exposta. Sua população póde ser avaliada n'um pouco mais de doze mil almas, comprehendidos nesse numero os negros que ali são proporcionalmente em maior quantidade do que em Pernambuco. As ruas, em grande parte calçadas, são maltratadas. As casas só tem um andar,

sendo quasi todas acceiadas e lindas ; o pavimento terreo é destinado á creados ou serve de loja ou de armazem, como em Pernambuco. Os donos moram no andar superior, cujas janellas se abrem ao nivel do soalho e são guarnecidas de saccadas de ferro.

Existem conventos, taes como os dos franciscanos e dos carmelitas, bem como numerosas igrejas, interiormente bem adornadas ; mas parece não ter sido observado, na construcção dos edificios, plano algum de architectura ; quanto aos conventos apresentam o aspecto commum á todos os edificios desse genero.

O palacio do governo está edificado n'um alto á pouca distancia da praia e tem a fachada para a cidade. E' um edificio comprido e regular, de um só andar. A entrada principal é larga, mas sem portico. A ala occidental é contigua á Camara Municipal e a Detenção, que parecem fazer parte do mesmo edificio.

Uma praça oblonga e coberta de relva, estende-se defronte do palacio.

Um dos lados da praça é aberto vis a vis do porto e de uma fortaleza edificada junto ao mar ; o lado opposto é quasi inteiramente occupado pela cathedral, a terceiro é tambem quasi todo occupado pelo palacio e a frente por casas particulares e ruas que conduzem aos differentes pontos da cidade. O solo de toda esta é formado de pedras avermelhadas, de maneira que as ruas menores são cheias de regos irregulares cavados pelas aguas no estação pluviesa.

Essas ruas compõem-se de casas de um só andar e cobertas de colmo ; as janellas não tem vidraças e o interior offerece a mais mesquinha apparencia.

A cidade possue Alfandega e Thesouraria. O edificio da primeira é pequeno, em todo caso sufficientemente vasto para os negocios que na cidade se realisavam até aquelles ultimos tempos.

O porto é formado por uma enseada e sua entrada dá para a bahia de São Marcos. O canal é bastante fundo para os navios mercantes de mediana grandeza ; é todavia estreitissimo e nelle não se póde entrar sem pratico.

Em frente da cidade e do lado opposto da bahia a agua é mui baixa no refluxo. Convem notar que a altura da maré augmenta ao longo das costas do Brasil de sul á norte. Assim, no Rio de Janeiro essa altura é pouco sensivel, em Pernambuco é de cinco a seis pés, em Itamaracá de oito e no Maranhão de dezoito.

Os fortes do Maranhão, dizem, estão todos em más condições. Ouvi alguem sustentar mui seriamente que, não ha em cada um, quatro canhões capazes de servir.

Não visitei o forte de São Marcos, que se acha á entrada da bahia, mas diz-se que está no mesmo estado que os outros ; os que vi são pequeninos e construidos de pedras.

Os soldados andavam bem uniformisados, bem alimentados e tinham bôa apparencia.

Os quarteis são novos e grandes, comparados aos demais edificios, e foram edificados em logar arejado no extremo da cidade. A guarnição consta de um regimento de infantaria de linha de mil homens ao todo, pouco mais ou menos, divididos por tres fortalezas. O recrutamento é feito nas classes baixas, entre brancos e pardos. Os soldados daquelle regimento nunca foram exercitados nas manobras da artilharia, estando apenas habituados á velha rotina militar ; entretanto, por vezes pequenos destacamentos tinham sido enviados ao visinho continente afim de protegerem os agricultores contra os Indios selvagens.

A ilha do Maranhão constitue a parte S. E. da bahia de São Marcos e por conseguinte esta acha-se ao occidente da ilha ; ao oriente acha-se a bahia de São José. Pela semelhança da montanha de Itacolona, que serve de signal aos navios para entrarem na bahia de São Marcos, com uma ponta de terra situada na pequena bahia de Santa Anna, que se acha na entrada da de São José, acontece que alguns navios, tomando uma das pontas pela outra, entram nesta ultima em vez de entrarem na bahia de São Marcos. Este erro provoca grandes prejuizos e bastantes inconvenientes, porque, soprando os ventos quasi sempre de léste, é quasi impossivel a um navio sahir da bahia pelo mesmo caminho, sendo obrigado a fazer a volta da ilha do Maranhão e a passar pelo estreito canal existente entre essa

ilha e a terra firme, passagem que apresenta immensas difficuldades (1).

A bahia de São Marcos é semeada de varias ilhas. A largura della, desde São Luiz até a margem opposta, é de quatro a cinco leguas. Seu comprimento é mais consideravel; na extremidade meridional ha varios bancos de areia e a agua tem

---

(1) Devo a substancia desta nota a João Romano Trivino, capitão do *S. José*, navio hespanhol de 300 tonneladas. Recebera elle ordem de ir do Rio de Janeiro ao Maranhão, em 1815, tomar um carregamento de algodão. Chegando á vista do porto do Ceará, mandou á terra buscar um pratico e lá responderam que não havia nenhum; mas que acharia um em Jeriquaquara, local situado n'uma alta montanha entre o Ceará e Parnaiba. Indo aos arredores de Jeriquaquara, vio um Indio pescando na sua piroga, o qual indo á bordo, offereceu-se para pilotar até São Luiz. Sento acceito o offerecimento proseguio o navio a sua derrota. O Indio porém, tomando uma das pontas pela outra, do modo porque ácima se disse, em 15 de Março, metteu o navio na Bahia de S. José, á cujo meio chegou antes de aperceber-se do seu engano.

O navio fundeou com onze braças d'agua áo largo da povoação de S. José, que fica na costa á N. E. da ilha do Maranhão. Conservaram-se sempre no canal da bahia onde acharam de 18 á 20 braças d'agua. A profundidade da bahia diminue gradualmente indo do centro para a terra, de ambos os lados; não contem porem bancos de areia isolados. O navio conservou-se dous dias ancorado na altura da povoação, depois, fazendo-se á véla, atravessou o canal de cada lado do qual se levantam muitos *mangues*, e é tão estreito n'alguns lugares que as vergas batiam nos ramos; o vento era favoravel e navegou-se com o auxilio das vélas sem necessidade de reboque nem de singra. A altura d'agua variava de cinco a duas e meia braças. O fundo era vasoso em quasi meio canal; a maré que vem da bahia de São José e a que vem da de São Marcos, encontram-se quasi defronte da embocadura do rio Itapicurú. Foram precisos dous dias para ir do ancoradouro de São José á ilha de Tauá, que fica proxima da ponte sudoéste do Maranhão. Ali ancorou o navio em nove braças d'agua e fundo de areia. O capitão mandou á São Luiz buscar outro pratico porque o que os conduzira até ali não conhécia a navegação que lhes restava a fazer. A ilha de Tauá não passa de rochas, é coberta de palmeiras e desabitada. A aldeia ou povoação de São José pareceu consideravel ao Capitão Trivino; todas as casas porem, com excepção de duas ou tres, eram construidas de pequenos pedaços de madeira e de folhas de varias especies de palmeiras, sendo os habitantes, na maior parte, pescadores. Disse que tinha visto ali um sapateiro trabalhando. O capitão Trivino foi informado pelo seu piloto que o rio Itapicurú tem, na fóz, cento e vinte varas de largura e que a sua profundidade é de braça e meia.

menos profundidade. Neste ponto despejam as aguas de um rio, nas margens do qual estão situados varios estabelecimentos de criação de gado. As margens, do rio Itapicurú, que corre em um estreito canal entre a ilha e o continente, são em grande parte cultivadas ; são extremamente ferteis e ali se acham estabelecidas as principaes plantações de algodão e de canna de assucar, que fornecem os dois principaes e quasi que unicos artigos de commercio para a cidade de São Luiz.

A ilha mesmo é pouco cultivada e não contem grandes plantações. Alguns negociantes moradores na cidade possuem casas de campo á meia legua, pouco mais ou menos ; o resto dos terrenos é improductivo e isso devido, dizem, á ruim qualidade do solo, que o torna improprio para a agricultura (2).

Ha uma vereda que atravessando á ilha, conduz á uma casa situada defronte da embocadura do rio Itapicurá ; ali acha-se postada uma canôa, para transportar os habitantes de um ao outro lado ; uma segunda vereda para cavallos leva á povoação e á capella de S. José.

---

(2) João IV enviou de Portugal um tal Bartholomeo Barreiros de Athayde, com tres mineiros, um venesiano e os outros dous francezes para extrahirem ouro e prata : depois de dous annos de busca, subindo o rio Amazonas, voltaram ao Maranhão e offereceram-se para fornecer ferro aos habitantes á razão de cruzado (quasi dous francos e oitenta centimos) por quintal de peso de 115 libras, se o Estado quizesse obrigar-se a acceitar todo o que fornecessem por esse preço. Receiaram tomar semelhante compromisso· A ilha era tão rica desse mineral que os cosmographos estrangeiros chamavam-na em suas cartas *a ilha de ferro :* o mineral que ahi se acha passava, aos olhos de todos os conhecedores, por ser da melhor qualidade, circumstancia importantissima para Portugal, que comprava todo o ferro de que precisava, e todavia foi despresada essa descoberta.—Extrahido de uma memoria de Manoel Guedes Aranha, procurador do Maranhão, 1685, 6· volume da collecção Pinheiro de manuscriptos que possue M. Southey.

Foi estabelecida, na capitania de São Paulo, uma manufactura real de ferro chamada — manufactura real de São João de Ipanema. Tive conhecimento deste facto por duas cartas incertas nos numeros 45 e 56 do Investigador Portuguez, obra periodica publicada em Londres. Com pezar digo que as duas cartas de que fallo, foram transcriptas por occasião de ema contenda entre os directores da manufactura.

A importancia da provincia tem augmentado com rapidez; ha sessenta annos que não se exportava algodão, e ouvi dizer que, quando o primeiro fardo estava prestes a ser embarcado, uma petição fôra apresentada, por varios habitantes, á Camara Municipal, pedindo que se não permittisse a exportação, pois receiavam que aquelle artigo viesse a fazer falta ao consumo do paiz.

E' facil de imaginar que a petição não produzio o menor effeito; agora o numero de saccos de algodão, exportados annualmente, é de quarenta á cincoenta mil, pesando cada um, termo médio, cento e oitenta libras (3).

A quantidade de arroz que ali se colhe é immensa; (4) mas o assucar necessario para o gasto da provincia, vae dos portos meridionaes; ultimamente plantaram alguma canna; até aqui porém não fabricaram melaço; ouvi dizer por varias pessoas que os terrenos não são apropriados para o cultivo da canna de assucar. (5)

O arroz e o algodão são transportados á São Luiz em barcos de vinte e cinco a trinta tonelladas, que descem os rios

---

(3) Mui a proposito acabo de receber uma nota da exportação de algodão do Maranhão, desde 1809 até 1815.

1809	Para a	Inglaterra	em	51	navios,	55.835	saccos.
	«	outros portos	»	29	»	21.006	»
1810	«	Inglaterra	»	37	»	40.684	»
	«	outros portos	»	19	»	11.493	»
1811	»	Inglaterra	»	36	»	48.715	»
	»	outros portos	»	19	»	6.053	»
1812	»	Inglaterra	«	29	»	35.567	»
	»	outros portos	»	29	»	4.803	»
1813	»	Inglaterra	»	35	»	50.062	
	»	outros portos	»	27	»	10.101	»
1814	»	Inglaterra	»	22	»	31.205	»
	»	outros portos	»	34	»	14.436	»
1815	»	Inglaterra	»	32	»	28.539	»
	»	outros portos	»	49	»	21.206	»

(4) Foi um particular chamado Belfort, o primeiro que plantou arroz no Maranhão; moram ali e vivem na opulencia alguns dos seus descendentes.

(5) Havia cinco engenhos em Itapicurú, que produziam cinco mil arrobas e na ilha existem seis em plena actividade — 1641. *Hist. do Brasil*, vol. 11, pag. 9.

com a corrente ; a volta é que não é tão facil, sendo preciso conduzil-os á remos ou alal-os ; mas como voltam vasios, ou quasi vasios, a difficuldade não é tão grande.

Desde a abertura do commercio que tem ido da Inglaterra consideraveis quantidades de productos industriaes, quer para São Luiz, quer para os outros portos daquella costa, mas o consumo nem é prompto nem vantajoso.

A provincia do Maranhão não póde ser comparada á de Pernambuco. E' um estado na sua infancia. Ainda lá existem Indios selvagens á cujos ataques estão expostas as plantações. A quantidade de pessôas livres, é limitadissima ; os escravos exce[illegible]m em muito maior numero, estes porem poucas mercadorias de luxo gastam.

Existe em São Luiz grande desigualdade de condições. As principaes riquezas da provincia achão-se nas mãos de poucos individuos, que além de possuirem vastos dominios territoriaes e multidões de escravos, são tambem negociantes. A fortuna desses particulares e o caracter de alguns delles lhes tem attrahido muito peso e importancia ; bem depressa um governador aprende á propria custa que, sem o auxilio delles, lhe é impossivel tentar melhoramento algum, bem como que é difficil opprimir o resto da communidade, por muito tempo. Essa desigualdade, porém, demonstra que os progressos d'aquella cidade tem sido mais morosos do que os dos demais estabelecimentos meridionaes, onde a sociedade é mais unida e as propriedades são mais divididas.

Com relação ao commercio com a Europa, São Luiz póde ser considerado como a quarta fundação da costa brasileira ; classificam-na depois do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Os Indios bravios passam as vezes do continente para a ilha e saqueiam as casas e jardins nas proximidades da capital. Em varias partidas muitos tem sido aprisionados e conduzidos á cidade onde, segundo receio, ninguem se deu ao trabalho de conquistar-lhe o affecto. Não vi nenhum ; mas pintam-nos como seres espantosos.

O aspecto d'aquelles selvagens é, com effeito horrendo ; uma cabelleira preta e comprida lhes cobre o rosto cahindo pelos hombros. São da côr do cobre e mais escuros do que os que hão sido subjugados á vida domestica. Os ultimos apri-

sionados foram levados á cidade completamente nús, em numero de quatro ou cinco e disseram-me que encerrados n'uma estreita prisão, nella morreram.

Não pude descobrir que houvéssem feito a menor tentativa no sentido de reenvial-os como medianeiros, ou tentado o menor plano de conciliação. Quando pretendi dizer alguma cousa á este respeito, responderam-me que os meios rigorosos eram as unicos que, com efficacia, se podiam empregar para com elles.

Não creio que seja esta a opinião geral ; o que é certo porem, é que nunca manifestaram o menor empenho em prol da civilisação dos Indios. Já não ha missionarios enthusiastas, os Jesuitas não se acham mais n'aquelle paiz e as outras ordens de frades são indolentes e corrompidas. Entretanto, os Indios não podem ser escravisados ; pelo menos já os não perseguem como á féras, conforme o faziam outr'ora. *Tapuya* é o nome que ali e em Pernambuco dão geralmente aos Indios, servindo o de *caboclo* para designar os que já foram civilisados.

Apresentando um esboço do lugar onde chegára, seja-me permittido deixar o meu alojamento á bordo do brigue e pisar em terra, e foi o que fiz no dia seguinte ao da minha entrada no porto. Encontrei no caes um dos meus amigos, joven Portuguez com quem intimamente me relacionára na Inglaterra e em Pernambuco.

Disse-me elle que era necessario ir á palacio mostrar o meu passaporte, visto como os regulamentos da policia desde algum tempo eram rigorosamente observados e que até mesmo, recentemente haviam sido augmentados. Então pela primeira vez lembrei-me de que, com a pressa de sahir de Pernambuco, esquecera-me de tirar passaporte. Esta circumstancia fez-me hesitar e o meu amigo receiou que eu fosse preso, visto não ser o governador amigo dos Inglezes. Todavia resolvi-me a passar pelo *sobrecarga* do brigue e dirigimo-nos a palacio

A entrada era guarnecida por duas sentinellas, e, galgando a escada, encontramos muitas outras que subiam para se dirigirem a antecamara onde nos recêbeu um official de optima apparencia, que ouvindo o que eu tinha a dizer-lhe

nada me perguntou e despedio-nos logo. Julguei ter visto o proprio governador, mas desenganaram-me e soube que raras vezes honrava elle alguem com uma audiencia; o official com quem fallaramos era lugar tenente Coronel do regimento de infantaria regular.

A guarda que fazia o serviço, constava de uma companhia. Os mosquetes estavam ensarilhados defronte da porta principal e pareciam em bom estado.

Percebi logo que a cidade de S. Luiz achava-se submettida ao mais despotico poder. Temiam fallar porque ignoravam se a mais insignificante expressão não daria lugar a uma prisão. Tinha o governador tão alta opinião da sua força e de seus merecimentos, que chegavam a exigir dos que atravessavam a esplanada fronteira ao palacio, que se descobrissem até passar o edificio, não porque o governador estivesse sempre á vista, mas por ser essa demonstração de respeito julgada necessaria mesmo para com a casa que elle habitava.

Outra distincção, que a igreja romana reserva para as suas mais altas dignidades, não era considerada por S. Exa. cousa superior á sua nobreza e aos seus direitos. Os sinos da Cathedral repicavam sempre que elle sahia á carro. As pessôas á cavallo, e tambem á carro, que o encontravam, mesmo as mais distinctas da cidade, eram obrigadas a parar até que passasse aquella excellencia.

Fui apresentado nas casas dos principaes commerciantes e agricultores e particularmente nas dos coroneis José Gonçalves da Silva e Symplicio Dias da Silva; este é vice-governador da Parnahiba pequeno porto situado á quasi tres leguas a léste de São Luiz. São ambos ricos e de caracter independente. O primeiro, já idoso, fez no commercio avultada fortuna, que é diariamente augmentada com o cultivo do algodão e possue de mil á mil e quinhentos escravos. Um dia o mulato que lhe guiava a carruagem, embora recebesse ordem de parar, até que passasse o governador, recusou-se a obedecer. Na manhã seguinte apresentou-se um official com a incumbencia de prender o mulato. O coronel mandando-o chamar disse-lhe: Vai, eu velarei por ti, e voltando-se para o official: Diga a S. Exa. que possúo outros cocheiros. A' tarde com a maior

admiração dos outros presos, chegaram dous creados trazendo uma bandeja coberta com finissima toalha e cheia dos mais delicados manjares, não tendo sido esquecidos os doces nem o vinho, tudo isso para o cocheiro, e esses regalos repetiam-se tres vezes por dia até que o puzeram em liberdade.

O coronel Symplicio fôra chamado á São Luiz pelo governador, e á não serem as circumstancias em que se achava elle collocado, eu teria ido á sua residencia na Parnahyba, onde possue magnifica e apparatosa casa. Acha-se entre os seus escravos uma banda de musicos educados, na mór parte, em Lisbôa e no Rio de Janeiro. Só de homens como o coronel se pode esperar melhoramentos.

Relacionei-me tambem com um particular, que foi preso por ligeira infracção em um novo regulamento do porto. Todos os seus amigos obtiveram licença para ir visital-o e eu passei com elle algumas tardes bem agradaveis, no alojamento, composto de dous quartos que lhe haviam cedido; á nós reuniam-se outras pessôas, e assim detido permaneceu elle varios mezes.

O *ouvidor* da provincia foi tambem suspenso do exercicio de suas funcções, affastado de São Luiz e mettido n'uma fortaleza.

O *juiz de fóra*, segundo official de justiça, desempenhava durante esse tempo os deveres do cargo, era um brasileiro de caracter altivo, que fallava e procedia livremente, apesar do lugar que occupava e dos perigos que corria no dominio de tal governo.

Um capitão de navio mercante inglez acabava igualmente de ser preso por haver infringido qualquer ordenação maritima e foi conservado por tres dias em miseravel enxovia.

Soube muitas outras anedotas do mesmo genero; mas estas bastam, creio eu, para mostrar o estado em que se achava a cidade de S. Luiz na epoca em que lá estive.

O governador, muito moço ainda, pertencia á uma das mais nobres familias de Portugal. (6)

---

(6) Foi destituido e teve ordem de retirar-se á Lisbôa. Voltando, só mui difficilmente poude, no Rio de Janeiro, ser admittido á presença do principe regente.

Poucos cargos ha mais facil de fazer-se amar do que aborrecer como o de governador de provincia do Brasil ; nesse posto um homem póde ser bemfeitor ou flagelo do povo confiado aos seus cuidados.

A casa do amigo em que me hospedára durante a minha permanencia em São Luiz, ficava á beira-mar, quasi ao alcance da voz dos navios fundeados no porto.

Distrahia-me as vezes a ligeireza, com que os pescadores conduziam as suas canôas, que são sufficientemente largas para dous homens se sentarem um defronte do outro. Vi algumas com seis marinheiros, em duas ordens, tendo cada um delles um pagaio com que batia a agua muito rapidá e regularmente. Os dous individuos que se collocam no ultimo banco, em caso de necessidade, dirigem a canôa pondo os pagaios de modo a poderem servir de leme.

Aquelles canoeiros são, na maioria, mulatos muitos éscuros, ou pretos e andam completamente nús, menos a cabeça porque usam de chapéos ; quando, porem, vão á terra, vestem alguma roupa. A gravura (no original) dá ideia da estranha figura delles.

A nudez dos negros captivos não é menos occulta. Os homens e as mulheres andam despidos da cintura para cima, menos nos domingos e dias de festas, mas embora o clima permitta que se ande nú, com tudo me parece que não seria fóra de proposito consultar-se um pouco mais a decencia. Refiro-me aqui aos escravos que trabalham nas ruas, porquanto os que servem de creados nas casas, estes andam soffrivelmente trajados e até de modo pretencioso.

Em Pernambuco, os escravos conservam-se decentemente vestidos, e os criminosos que ali se veem encadeiados, são em numero menor do que no Maranhão ; passando pelas ruas, o ruido das cadeias fere os ouvidos sem cessar e nunca deixa esquecer a presença do despotismo. O poder de um governador é tão extenso que uma pessôa respeitavel póde ser condemnada á esse medonho castigo, pelo menos até que possa conseguir justiça do governo geral o que exige uma demora de quatro mezes e ás vezes mais.

Levei commigo o cavallo que me servira até o Rio Grande na minha viagem ao Ceará e, com um Inglez residente na

cidade, fiz varias excursões pela vizinhança. As estradas, mesmo nas proximidades de S. Luiz, são pessimas, e por isso de ordinario, nos contentavamos em fazer a volta do terreno em que estão edificados os quarteis.

A' este respeito o Maranhão é ainda inferior ao lugar que eu acabava de deixar; ha poucas casas de campo e poucos caminhos, de que tambem não cuidam. Apezar disso muita gente possue carruagens iguaes ás de que se servem em Lisbôa e que muito se parecem com as seges de posta de dous cavallos usados em França e em Flandres.

Os cavallos que se podem comprar em São Luiz são pequeninos, mas existem alguns bem feitos. O capim é raro e a equitação é tão pouco apreciada naquella ilha, que não admira ser tão insignificante ali a quantidade desses animaes e tão communs, na maior parte. Se lá os cavallos fossem bem vendaveis, com certeza e pouco trabalho iriam do Piauhy; mais difficil é levar grande porção do centro de Pernambuco ao Recife.

Um Inglez, meu conhecido, chegou ao Maranhão logo depois da abertura daquelle porto oos navios inglezes. Uma tarde, passeando á cavallo nos arrabaldes da cidade, foi abordado por uma mulher idosa, que lhe perguntou se era exacto, conforme diziam, ter chegado um Inglez porque devendo ir á cidade, teria immenso prazer em ver *semelhante bicho*. Depois de longa conversa sobre o assumpto, disse-lhe que o *bicho* á que se referia era o mesmo que lhe estava fallando. Teve o maior trabalho em persuadi-la, mas quando afinal convenceu-a, ella exclamou: *Ai tão bonito.*

Esperava sem duvida que lhe mostrariam um animal horrivelmente feio do qual era perigoso approximar-se; pelo que ficou agradavelmente surprehendida ao saber que se enganara e ao ver carne e sangue reunidos em tão linda forma humana.

Estive quasi a perder grande porção de livros que levára commigo; o caixão que os continha fora depositado na Alfandega, e sendo de lá retirados, pediram-me para traduzir todos os titulos, ao que accedi. Ainda que não contivesse senão livros de historia, percebi que o empregado que os conferia não tinha a menor vontade de m'os restituir, e alguem

do meu conhecimento deu-me a entender que eu os podia considerar perdidos por uma vez. Entretanto, immediatamente requeri ao governador afim de que me permitisse devolvel-os para bordo, o que me foi concedido conseguindo assim salval-os. Se me demoro nas minhas passadas creio que ficava sem elles.

As difficuldades com que se luta para a entrada de livros nas partes do Brasil, que visitei, são tão grandes que o unico meio que ha de fazel-os entrar é o contrabando. (7) Espero todavia que o illustrada ministro que se acha presentemente á frente dos negocios, fará desapparecer esse embaraço aos melhoramentos intellectuaes.

Eu tinha sido encarregado por um meu conhecido de Pernambuco de entregar uma carta a um morador de Alcantara, pequena cidade situada do outro lado da de São Marcos. Com um amigo, de São Luiz, joven Portuguez, combinei alugarmos uma embarcação afim de o irmos visitar e ver Alcantara. Com effeito, tomando um barcosinho, por uma manhã cedo nos fizemos á vela, com vento favoravel.

Só atravessando a bahia se póde apreciar as suas bellezas. As numerosas ilhas de que está semeada, dão á cada instante nova aspecto á paysagem, quer pela descoberta de algum ponto occulto, quer pela alteração na forma do terreno, que é uma consequencia da continua mudança na posição da canôa. Examinando a entrada do porto de Alcantara, a propria cidade e a exiguidade da nossa embarcação, afigurava-se-me estar vendo os modelos reduzidos daquelles objectos; a cidade, o porto, a nossa canôa, era tudo pequenino e de proporcionadas dimensões assemelhando-se muito a brinquedos de creanças.

Não conseguimos entrar com a facilidade com que de ordinario o faz uma embarcação pequena em porto grande,

---

(7) Não é talvez geralmente sabido que em Londres se publicam tres ou quatro obras periodicas em lingua portugueza; uma dellas é prohibida no Brasil e ouvi mesmo dizer que as outras o eram do mesmo modo; mas como são principalmente destinadas aos leitores brasileiros, espalham-nas por toda parte, apezar da prohibição. Eu as vi nas mãos de officiaes, civis, militares e ecclesiasticos. Dizem que o regente as lê e ri-se das invetivas contra certos sujeitos poderosos.

porque, como na barra houvésse mui pouca agua foi-nos precisa tanta pilotagem como para um grande navio que vai fundear em São Luiz; para chegar ao termo da viagem, gastamos quasi cinco horas.

Os bateleiros arranjaram-nos uma cabanasinha junto á bahia porque desejavamos estar em liberdade e mandar preparar a comida pelos nossos proprios creados. Mas apenas nos accommodavamos, a pessôa para quem eu levava a carta e que fôra informada da nossa chegada, apresentou-se exigindo absolutamente que fossemos para a sua casa.

A cidade é edificada sobre um monte em semi-circulo e ao primeiro olhar, quando vista do porto, parece bem linda, mas perde bastante ao ser examinada de perto: algumas casas são de um andar e construidas de pedra, a mór parte, porem, tem apenas o andar terreo; a cidade se estende muito para traz; mas as casas, na maioria cobertas de colmo e arruinadas, acham-se separadas umas das outras por jardins e grandes espaços vasios; ao primeiro relance não se descobre logo a peior parte da cidade, porque a colina que se levanta [illegible]anda declividade, desde a beira mar, não é alta e as [illegible]ras que ficam alem inclinam-se um pouco em direcção contraria.

Todavia Alcantara progride e prospera porque os terrenos de sua visinhança são procurados para o plantio do algodão. Estava em construcção um bonito caes de pedras n'um angulo reentrante formado pela terra, em torno do qual estende-se o porto para pequenas embarcações. A cidade possue uma camara e varias igrejas.

Passamos a noite com o nosso novo amigo e o seu socio, ambos homens extremamente agradaveis. O ultimo levou-nos a uma igreja proxima para ouvirmos um afamado pregador e ver o mundo elegante de Alcantara.

Havia enchente na igreja e o orador, frade franciscano e bonito homem, dotado de voz sonora, proferio extenso e brilhantissimo discurso com bastante força e vivacidade, sendo aquelle e outro pregador que ouvi no Brasil, os unicos que se affastavam do methodo ordinario que consiste em só fallar da Santa Virgem e dos Santos. Era um sermão cheio de uteis observações e de bôas reflexões moraes; todavia para conformar-se com as regras estabelecidas, de vez em quando referia-

se no seu sermão ao patrono em honra do qual era a festa celebrada (8)

A manhã passou-se agradavelmente em sociedade; á noite trouxeram guitarras e alguns moços da cidade viéram augmentar as distracções da companhia; cantou-se, jogou-se e entreteve-se muito. Toda a etiquêta foi banida; mas as pessôas presentes portaram-se perfeitamente, sendo a sua conversação bastantemente divertida.

Fallaram-me de certa fazenda, cujos numerosós escravos se haviam revoltado e assassinado varios administradores, conservando-se algum tempo sem serviço e sem todavia abandonarem a propriedade. Achavam-se as cousas neste pé, quando um particular, de naturalidade portugueza, se apresentou propondo-se, mediante o enorme salario de um conto de réis por anno, a administral-os, lavrando-se entretanto um contracto, onde fosse estipulado que elle não seria responsavel pela morte dos escravos que por ventura fossem assassinados. Tendo o proprietario acceitado estas propostas, partio elle acompanhado de dous amigos e um guia, todos bem providos de armas de fogo e de munições.

A' noite, chegando ao lugar da scena, acharam aberta a porta principal da casa e lá se aboletaram. Pela manhã varios escravos, advinhando os projectos dos que se haviam apossado da casa, reuniram-se defronte, não longe e sobre a forma de conselho. O novo administrador desarmado apprreceu logo á porta, prohibindo aos companheiros de se mostrarem. Como se nada houvésse e se achasse tudo tranquillo, chamou pelo nome de um dos *cabeças;* o negro respondeu sahindo do grupo; mas recusou approximar-se.

O administrador, tomando immediatamente o seu partido, lançou mão de uma espingarda carregada que estava do lado de dentro da porta, estendeu o homem no chão e chamou outro preto. Não respondendo ninguem, sahiram os companheiros do administrador e fizeram fogo ao mesmo tempo sobre

---

(8) Quasi um anno depois tive occasião de conhecer pessoalmente aquelle religioso e achei-o mui superior á todos os da sua ordem, que conhecera e mesmo aos de qualquer outra.

os captivos. E tal foi o effeito dessa summaria maneira de proceder, que em dous ou tres dias estava a ordem restabelecida tendo retomado tudo o seu curso natural e fugido apenas alguns escravos.

Voltando de Alcantara, tivemos uma desagradavel travessia. A violencia do vento e da chuva fez-nos receiar não podermos alcançar o porto de São Luiz. O nosso barco não tinha camarote, mas era coberto; fomos por isso obrigados a refugiarmos no porão onde ninguem sè podia conservar firme e onde a agua estagnada molhava os pés. Essa situação motivou gracejos, afinal chegamas sem accidente.

Não longe da embocadura do porto de Alcantara ha uma ilha de tres milhas de extensão sobre quasi uma de largura chamada—*ilha do Livramento*, na qual residem um homem e uma mulher incumbidos de velar por uma capella dedicada á Senhora do Livramento e é frequentada pela gente da vizinhança que ali vae uma vez por anno assistir á festa da Virgem.

A minha partida do Maranhão, que verificou-se mais cedo do que eu tencionava, impedio-me de ver aquella ilha e de lá passar um dia. Não sei que ideia faria della se a tivésse examinado de perto; mas de longe me pareceu mui linda. Segundo o que ouvi dizer, acho que alguem que quizesse estabelecer-se no Maranhão deveria primeiramente ir residir ali.

Fui apresentado por um amigo a uma respeitavel familia de São Luiz. Uma tarde, sem ser convidados, lhe fizemos uma visita, conforme o uso e fomos introduzidos n'um aposento bastante grande, mobiliado com um leito e tres bonitas rêdes, armadas por detraz, em differentes direcções, havendo mais naquelle aposento uma commoda e varias cadeiras. A dona da casa, senhora de certa idade, estava sentada n'uma das rêdes e uma senhora visitante n'outra; duas filhas e outras pessoas da familia occupavam cadeiras. A reunião, que á nossa chegada, constava de duas ou tres pessôas, formava semicirculo em frente das rêdes.

Receberam-nos com ceremonia e a conversação animou-se, principalmente entre os homens; de tempos á tempos uma ou outra das duas senhoras fazia uma observação, as filhas respondiam ao que se lhes perguntava, guardando silencio depois.

Alguns dos assumptos de que se tratou, na Inglaterra não teriam sido tolerados n'uma sociedade mixta. Parte das formalidades provavelmente desappareceria depois de longo conhecimento. A educação das mulheres é despresada, o que as inhibe de entrar em assumptos variados quando mesmo se julgasse conveniente admittil-as aos entretenimentos.

Entretanto nem todas as senhoras de São Luiz são reservadas; jogam muito e a paixão do jogo é commum a ambos os sexos. Uma moça indo uma tarde em companhia da mãe, passou pela sala em que o pae jogava com outros amigos; insistio elle com a filha para que pegasse nas cartas e ella obedecendo, entrou a jogar até que perdendo tresentos mil réis, confessou não ter mais dinheiro. Encheram-lhe de novo a algibeira e ella accompanhou a mãe a outra sala onde o jogo foi ainda a distracção da noite.

A dança é exercicio por demais violento para aquelle clima e á ella só se entregam nas grandes occasiões. E' facil de explicar a paixão do jogo n'uma terra em que pouco ou nenhum gosto existe pela leitura e onde se juntam grandes sommas de dinheiro sem ter em que gastal-o A alimentação é barata e com pouca despeza tem-se bella casa, carruagens e numerosos creados.

Entretanto a abertura do commercio tem proporcionado aos habitantes do paiz novas distracções facilitando-lhes a acquisição de objectos de luxo.

Só vi em São Luiz dous commerciantes inglezes estabelecidos, e os negocios das casas de commercio inglezas eram confiados principalmente a negociantes portuguezes da cidade (9), entre os quaes diversos andavam mui commodamente e passeavam nas ruas de collete liso, outros, sem gravata, e outros ainda, em menor quantidade, sem meias; havendo porém outros que trajavam á européa.

Tive immenso trabalho em convencer a mór parte daquelles com quem conversava que nenhum negocio tinha a tratar; não podiam comprehender que um homem se sujeitasse aos encommodos de uma longa viagem só para instruir-se ou

---

(9) Desde aquella epoca foi enviado para o Maranhão um consul inglez.

divertir-se. Não consegui fazer penetrar essa ideia na cabeça de certos individuos, que, imaginando que eu disfarçava, teimavam em acreditar que eu tinha na mente planos sinistros.

Tive poucas occasiões de obter noticias do interior da provincia, todavia passo a referir o que soube a respeito: As margens do rio Itapicurú, ainda que bem cultivadas, comparativamente ao que eram ha alguns annos, são entretanto agrestes e ainda conservam incalculavel extensão para novos colonos. O gado abunda no Piauhy e no centro do Estado do Maranhão, regiões que não estão sujeitas a seccas.

A cidade Aldeias Altas (10), que pertence ao Maranhão e a de Oeiras, do Piauhy, e mais para dentro das terras, são, dizem, florescentes. Annualmente levam daquelles lugares para a Bahia e Pernambuco grande porção de gado. Os proprietarios de bens situados em districtos tão affastados do governo, são com frequencia refractarios ás leis. Uma tropa de soldados que algum tempo antes da minha chegada á São Luiz, fôra mandada afim de conter um desses motins, voltou sem ter podido desempenhar-se de sua incumbencia.

Entre outras anecdotas, ouvi contar a seguinte: Um mulato escravo, fugindo da casa do senhor, enriqueceu e no fim de alguns annos comprou uma importante fazenda coberta de animaes. Em certa occasião, quando fazia juntar nos cercados grande numero de bois dispondo-se para mandal-os vender em differentes mercados, um estranho, só e á cavallo, chega, approxima-se e pede para fallar-lhe em particular. Retirando-se ambos a alguma distancia, disse o dono da casa ao recemchegado: Muito lhe agradeço não ter feito conhecidas da minha gente as relações que existem entre nós.

Aquelle estranho, antigo senhor do dono da casa, cahindo na miseria, foi visital-o, na esperança de ser por elle soccorrido, bem sabendo que não podia alimentar o pensamento de o poder reclamar como escravo e que ia pôr-se á mercê de um homem que poderia mandal-o assassinar immediatamente. Este porem presenteou o senhor com varias centenas de gado, que mandou por seus empregados conduzir ao mercado dando a

(10) Nomearam um Ouvidor para Aldeias Altas, e o Piauhy foi elevado á cathegoria de governo provincial independente; ahi estão melhoramentos que provam que o governo regular lucra do territorio.

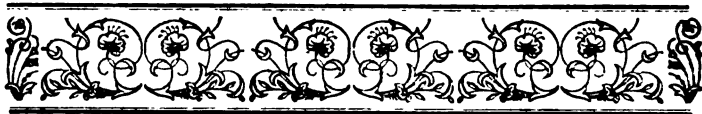
entender que era uma divida antiga que pagava e de que se tinha esquecido. Um homem capaz de tal acção bem merecia a liberdade que obtivéra.

Como eu tencionasse passar na Inglaterra o verão seguinte e não chegassem navios daquelle paiz, receiei retardar alguns mezes a minha partida, por falta de occasião, e eis o que me decidio a tomar passagem n'um dos navios que iam fazer-se á vela; preferi o *Brutus* porque o sobrecarga, joven Portuguez, era meu intimo amigo.

Partimos de São Luiz a 8 de Abril de companhia com outro navio inglez que logo perdemos de vista porque um dos dous tinha melhor vento. A 18 attingimos os ventos variaveis, na latitude 22° norte, longitude 50° oéste. Não é commum achal-os tão longe ao sul.

O tempo estava bom e o vento favoravel, por isso passavamos os dias mui agradavelmente. A 7 de Maio o vento *affrouxou;* estavamos porem em bom navio e longe das costas. A 8 pela manhã uma vaga bateu contra a poupa e penetrou na camara; tudo ali fluctuava e nós só faziamos levantar-nos. A 9 avistamos dous navios á grande distancia, ambos em pannos; mas logo nos pareceram tomar bordos differentes. Verificou-se que um era brigue inglez carregado de madeiras de construcção, cujo porão enchera-se d'agua, estando elle á ponto de ir a pique; reconhecemos o outro por um navio americano que se tinha posto á pannos e occupava-se na salvação da equipagem do brique. Se este não estivesse carregado de madeiras, não se teria conservado tanto tempo em cima d'agua.

Como o navio americano voltava ao seu paiz, tomamos á bordo do *Brutus* a infeliz tripolação, composta de nove pessôas, que se achavam na mais triste condição; umas estropiadas, outras quasi núas, e todas morrendo de frio e de fome. Tinha-se aberto uma veia d'agua, que augmentara com tanta rapidez, que se viram forçados a abandonar o convés e a refugiarem-se no cesto de gavea, onde passaram tres dias e duas noites quasi sem alimentação.

A' 20 de Maio, sem accidente algum desagradavel, chegamos a altura de Falmouth. Ali eu e o sobrecarga desembarcamos e partimos para Londres. *(Continúa)*

UM POETA AVENTUREIRO

Elias Herckmans

1596—1644

« *Viro supra virtutes plurimas et ingenii, quod acre illi fuit et à Belgicae poësios studiis erectum, egregias dotes, vario navigationum discrimine et rerum maris usu subacto, fidei in dominos suos prorsus inviolatae et laboris indefessi.*

BARLAEUS.

Vindo governar o Brasil Hollandez, Mauricio de Nassau não se fez sómente acompanhar de um grupo notavel de scientistas, literatos, pintores e architectos; aqui chegado, alimentando uma politica de concordia, procurou cercar-se dos homens mais considerados d'entre os nacionaes, e d'aquelles dos seus patricios cujo saber, talentos e experiencia melhor podiam coadjuva-lo na realisação da magna empreza que tomára a hombros — consolidar e dilatar o dominio neerlandez na America Meridional.

Entretanto, o esclarecido principe mais frequentemente lutou contra as intrigas de ambiciosos rivaes do que encontrou apoio em auxiliares idoneos, leaes e prestimosos.

Cabe a Elias Herckmans o merito de haver sido um dos seus mais esforçados e constantes collaboradores no governo e na expansão das conquistas.

A vida deste homem pouco vulgar — contemplativo e energico, intelligente e culto, poeta e aventureiro — foi uma serie de tribulações romanescas e de trabalhos literarios, al-

guns dos quaes se acham tão proximamente relacionados a successos do nosso passado historico que, me parece, não é fóra de proposito narra-los a leitores brasileiros. Para os seus compatriotas já o fez, com superior competencia, o Dr. J. A. Worp em excellente memoria não ha muito publicada (1).

Dando á luz, em 1734, a *Bibliotheca virorum militia aeque ac scriptis illustrium*, diz o citado escriptor hollandez, os eruditos allemães Johannes Burchard e Fredericus Otto Menkenius esqueceram injustamente de mencionar o nome de Elais Herckmans; no entretanto o biographia deste navegador, guerreiro, dramaturgo, sabio e poeta tem sufficiente importancia para merecer algumas paginas.

Certo as suas poesias não são aos nossos olhos obras primas; mas o varão diserto que achou lazer e deleite para escrevê-las, o bom latinista e fecundo dramaturgo que estudou a historia da Russia, manteve relações com Rembrandt e Huygens, foi confidente de Mauricio de Nassau e, no Brasil, prestou assignalados serviços á Companhia das Indias Occidentaes, não deve ser olvidado.

Elias Herckmans nasceu em Amsterdam, pelo anno de 1596, e a sua erudição classica faz suppôr tenha sido filho de paes abastados e aptos para lhe darem esmerada educação literaria.

Comtudo, cêdo abraçou a carreira maritima, navegando primeiramente para o norte da Russia, cujo porto de Archangel era então o principal entreposto do commercio hollandez naquellas regiões.

As viagens para ali eram habitualmente emprehendidas, de Texel, no começo do verão e os navegantes regressavam á patria no outomno. Herckmans residia em Amsterdam, na St. Anthonie Breestraat, e como o seu nome figura no cadastro —*Kohier van den Tweehondersten pennig* (2), é de suppôr possuisse algum cabedal. Durante o inverno dedicava-se a labores literarios.

(1) Na revista — OUD-HOLLAND, — *Amsterdam*, 1893. — Vol. XI, pp. 162-178.

(2) *Registro do duocentesimo dinheiro* — inventario dos burguezes collectados.

Em 1624 estreou no theatro com *A Batalha de Flandres*, peça dividida em 6 actos e recheiada de quadros, em que apparecem as Sete Provincias Unidas trajando de donzellas, a Inquisição celebra uma conferencia com o rei de Hespanha e Mauricio de Nassau consorcia-se com a Virgem Hollandia ; os personagens são numerosos e a acção é frequentemente amenisada por canticos e incidentes humoristicos.

De indole mui diversa é a — *Relação historica dos tumultos provocados no Imperio da Russia por Demetrio Iwanowitch*, que Herckmans escreveu pouco depois e cujo MS, desde 1856, permanencia na Imperial Bibliotheca Publica de St. Petersburgo, onde, em 1868, foi dada á luz no idioma original e, em 1874, traduzida para o russo.

Em 1627 o poeta fez imprimir uma tragedia — *Assedio e destruição de Tyro*—, e, em 1631, um poema — *A trombêta da victoria sueca.*

Mas, a sua obra mais consideravel é —*O Elogio da Navegação* (3), terminada em 1633 e publicada no anno seguinte.

E' um poema epico dividido em seis cantos. Após um argumento sublimado, o Autor descreve, no Canto I, a historia da navegação até Alexandre Magno, tratando da arca de Noé, das expedições egypcias e phenicias e miudamente das gregas. No II occupa-se com o periodo macedonio, as guerras punicas e principalmente as lutas de Cesar e Pompeu. O III comprehende os fastos dos imperios romano e bizantino e das cruzadas. No IV lê-se dos descobrimentos maritimos dos portuguezes e hespanhóes e dos combates navaes, no Zuiderzee, contra Bossu e Drake. O V é consagrado aos hollandezes : depois de celebrar os feitos de Linschotten e de Plancius, descreve as expedições de Heemskerke e de Barentez, e canta as proezas heroicas dos demais navegadores batavos, como Piet Heyn, Loncq e Adiaen Pater.

Nesta parte do poema se encontra a narrativa das expedições hollandezas ao Brasil, a tomada da Bahia, a conquista de Olinda e a Batalha naval de Setembro de 1631. Finalmente o Canto VI contem uma interessante e minuciosa descripção da vida á bordo de um navio mercante.

---

(3) Der Zee-vaert Lof.

Como obra d'arte *O Elogio da Navegação* não tem grande merito, sendo abundante em incorrecções de linguagem; mas, admira-se a variedade de conhecimentos e a pasmosa erudição do Autor, não só no proprio texto do poema como nas copiosas notas que o illustram. Vê-se que Herckmans era sobretudo historiador; as suas citações latinas são incontaveis e parecem indicar a leitura dos escriptores na lingua original

Adornam *O Elogio da Navegação* numerosas gravuras, uma das quaes é devida a Rembrandt, sendo geralmente conhecida pelos nomes de — *A Nau da Fortuna* ou *A Fortuna Voluvel*, se bem que Vosmaer, o melhor biographo do grande artista, tenha demonstrado que allude á viagem de S. Paulo a Roma (4). Muito provevelmente Herckmans conhecia Rembrandt e conseguio movê-lo a desenhar uma estampa para o seu livro ou que lhe désse alguma já prompta pertinente ao assumpto. As demais illustrações são de differentes autores.

O Elogio da Navegação não foi integralmente reimpresso; mas, em 1641, quando Herckmans já se achava no Brasil, o livreiro de Haya Isaac Burchoorn reeditou o Canto V sob o titulo de — *Theatrum Victoriae* ou *Theatro das Batalhas Navaes* (5), accrescentando-lhe uma introducção em prosa e supprimindo cerca de cem versos do final.

Graças a este livro travou Herckmans relações com o celebre Huygens, que o incitou a perseverar nas lides literarias, e estas relações se estreitaram ao ponto do poeta dedicar ao grande mathematico o seu outro poema — *Encomium calvitti* ou *Elogio dos calvos*, impresso em Amsterdam. em 1635, e no qual o Dr. Worp nota reminiscencias do *Costelick Mal* de Huygens.

Neste mesmo anno de 1635 operou-se consideravel mudança na vida de Herckmans, com a sua entrada ao serviço da Companhia das Indias Occidentaes e consequente vinda para

(4) *Rembrandt Harmensz. van Rhyn, — Sa vie et ses oeuvres.* — 1869. pp. 39-41.

(5) *In's Graven-Hage, Gedruckt by Isaac Burchoorn, Boeck-drucker in de Nieuwe Druckery*, 1641, in-4°.

o Brasil (6). Atravessavam então os invasores uma das frequentes crises em que a fortuna parecia querer desertar das suas armas. O genio e a actividade de Bagnuolo não permittia vantagens decisivas ás forças mais numerosas de Schkoppe e de Artichofsky, ao primeiro dos quaes acompanhou Herckmans. Mas, já em Setembro de 1636, foi nomeado pelo Supremo Concelho governador de Itamaracá e de Goyanna, e logo depois da Parahyba e do Rio Grande, cargo em que cêdo teve ensejo de se distinguir repellindo um assalto do inimigo.

Na carta a Huygens narrou esta sua primeira façanha em terras brasileiras nos seguintes termos: « Achando-me aqui havia apenas tres semanas succedeu que o inimigo, forte de 600 homens sob as ordens de um certo Rebellinho, vindo do interior das mattas, penetrou nesta capitania provocando grande terror entre os habitantes. Chegando a noticia aos meus ouvidos deliberei sair a batê-los, comquanto não dispuzésse de forças sufficientes. Mas, tendo feito desembarcar as guarnições dos navios surtos no rio consegui reunir um destacamento de cerca de quinhentos homens, sob o commando do sargento-mór Iohan Godlaed, com o qual, a 27 de novembro. sai ao encontro do inimigo que estava acampado d'ali a tres milhas e meia, junto a um engenho de nome St. André. Chegando lá, pelas cinco horas da tarde, e após algum descanço, demos sobre elle com tanta galhardia que o puzemos em fuga, deixando muitos mortos e feridos. As nossas perdas não foram de consideração. Ainda por espaço de tres dias perseverei no seu encalço em direcção aos desertos do interior, mas, não podendo alcança-lo, com tanta presteza se escapava, recolhi-me á Parahyba com os feridos e seis prisioneiros. »

No intervallo destas expedições bellicas dedicou-se Herckmans á exploração e ao estudo da região cujo governo lhe fôra confiado, e colligio assim os materiaes para a elaboração da sua preciosa *Descripção Geral da Capitania da Parahyba* (7), memoria fertilissima em valiosos informes sobre a

---

(6) Estas e outras particularidades são extrahidas de uma carta inedita de Herckmans a Huygens, em 9 de dezembro de 1636.

(7) Primeiramente publicada, no original, na *Chronica do Instituto de Utrecht*, foi pelo Dr. José Hygino traduzida para o portuguez e impressa no N. 31 desta *Revista*, pp. 239-288.

topographia, riquezas naturaes e populações indigenas daquella zona.

Com a chegada de Mauricio de Nassau não tardaram os seus serviços em ser aproveitados para emprezas de maior vulto. Depois de haver restaurado e augmentado as fortificações que protegiam a entrada do rio da Parahyba, foi escolhido pelo conde para commandar a famosa expedição em busca das minas de Capaoba.

A 3 de setembro de 1641 partio do Recife acompanhado de 53 soldados, alguns voluntarios, 60 indigenas e sete carros de bagagem. A jornada, desde o começo, apresentou tamanhas difficuldades, que dentro em breve o numero dos soldados ficou redusido a 40 e o dos brasilienses a 36. Os expedicionarios tivéram que atravessar muitos rios, entre elles o largo Mongaguaba, abrir a machado picadas na espessura das mattas, vadear pantanos extensos, e quasi pereceram victimas do incendio que o inimigo lançou á relva resequida do sertão. Chegados ao sopé de uma ingreme montanha, que cumpria galgar, foram os doentes e esfalfados remettidos para a Parahyba, e os restantes, tendo penosamente alçançado a cumiada do monte, ali erigiram um tosco padrão. E seguiram avante. Viam muitas cousas novas e estranhas, arvores e animaes desconhecidos, penhascos exquisitos e grotescas agglomerações de rochas. Mas, as difficuldades cresciam e começaram á padecer falta d'agua e de viveres, e a custo, diz Barlaeus, conseguia Herckmans mover a sua gente a proseguir; avançavam no maximo duas a tres milhas por dia. Por fim, achando-se á vista de um outeiro que suppunham ser o monte Capaoba, foi resolvido regressar, e, a 4 de Novembro, os restos da malfadada expedição entravam no Recife.

Dois annos mais tarde foi Herckmans escolhido para nova empreza.

Em Dezembro de 1642 chegou ao Brasil Hendrik Brouwer, marinheiro irascivel e truculento, que, tendo sido governador-general das Indias Orientaes, passára ao serviço da Companhia das Indias Occidentaes.

Trazia da Hollanda a incumbencia de, com alguns navios fornecidos por Mauricio de Nassau, transpôr o estreito de Le Maire, desembarcar no Chile, travar relações de ami-

zade com os indigenas e incita-los a se levantarem contra os hespanhóes. Logo que conseguisse celebrar alliança com os indios, Brouwer devia regressar, deixando Herckmans encarregado dos negocios chilenos.

A 15 de Janeiro os expedicionarios partiram do Recife em quatro navios e um hyate, levando 360 soldados. Ventos contrarios obrigaram a esquadrilha a mudar de rota e, em vez de atravessar o estreito de Le Maire, a contornar a Terra dos Estados. Um dos navios, soffrendo avarias, foi mandado voltar para Pernambuco, e com os demais Brouwer chegou, a 1 de Maio, á ilha de Chiloé.

Debalde tentou entabolar relações com os indigenas, que fugiam á vista dos estrangeiros. Alguns hespanhóes que pretenderam offerecer resistencia foram postos em fuga, e, tomado de assalto o forte de *Carelmappe*, os sessenta homens que o guarneciam foram todos passados a fio de espada de ordem do chefe hollandez. Amedrontados, os habitantes da vizinha cidade de Castro incendiaram-na, e Brouwer fez arrazar completamente as ruinas fumegantes, sem deixar pedra sobre pedra.

A' vista dos grandes obstaculos que apresentava o proseguimento da jornada por terra, foi resolvido continua-la por mar. No entretanto adoecia o feroz Brouwer e pouco depois fallecia, deixando o commando a Herckmans.

O novo chefe procurou redimir com clemencia as crueldades do antecessor, e sôbe acalmar o terror dos indigenas com actos de politica conciliatoria. Logo partiu de Chiloé para o continente, occupando Valdivia, d'antes florescente cidade fundada pelos hespanhóes, mas, havia pouco, destruida pelos indios. Em carta, datada de bordo do hyate *Dolphijn*, ancorado no porto de Valdivia, em 14 de Setembro de 1643, o poeta aventureiro narrava ao seu amigo Huygens os seguintes episodios da viagem :

« Depois de havermos soffrido fortes tormentas, naufragios, avarias e outros grandes trabalhos, chegamos, a 29 de Agosto de 1643, junto ás ruinas da outr'ora opulenta cidade de Valdivia, onde os principaes dos indios inimigos dos hespanhóes, nos acolheram amigavelmente, e correndo logo a noticia da nossa chegada, a 3 de Setembro, reuniram-se na

planice vizinha da cidade tres dos generaes dos indios, acompanhados de mais de 1200 homens armados, na maioria montados, e fizeram alliança comnosco, concedendo-nos a liberdade de negociarmos e o direito de levantarmos fortificações em suas terras. Declararam não terem ouro em provisão, mas, saberem onde eram as minas, mas, estipularam que não seriam forçados a trabalha-las, porquanto fôra o ouro a causa unica da sua guerra com os hespanhóes. »

Estes indios, accrescenta Herckmans, pertencem a uma raça vigorosa, não têm a menor idéa de Deus, são propensos á embriaguez e dados á polygamia ; a sua principal riqueza consiste em bois, carneiros e cavallos.

O chefe hollandez garantio-lhes auxilio contra os hespanhóes è fez traduzir, por um interprete, uma carta de Frederik Hendrik, que comsigo trazia.

Os indios prometteram ajuda-lo na construcção de um forte em Valdivia, mas não quizéram celebrar nenhum contracto.

Envioun então Herckmans um dos navios ao Brasil pedindo reforços, que Mauricio do Nassau promettêra mandar no intuito de expulsar definitivamente os hespanhóes do Chile.

Entrementes começou a perceber que fóra imprudente nas indagações sobre as minas de ouro. Asseveravam os indios que as minas poderiam ser facilmente exploradas com proveito, si para isto empregassem negros, pois, os naturaes, de medo dos hespanhóes, preferiam viver na pobreza ; não cessavam tambem em protestar a sua amizade e fidelidade aos hollandezes e em traçar grandes planos para a expulsão dos hespanhóes. Mas, os seus actos não correspondiam ás promessas ; não só não concorreram para a contrucção do forte, como deixaram até de trazer viveres ao acampamento hollandez, onde não tardou em se manifestar a fome. Ao mesmo tempo espalhou-se a noticia da approximação de uma consideravel força hespanhola ; o forte ainda estava longe de ficar prompto e entre os soldados esfomeados manifestavam-se symptomas de insubordinação, sendo descoberta uma conspiração de cincoenta que pretendiam desertar para o inimigo. Nestas circumstancias comprehendeu Herckmans ser temeridade demorar-se alli por mais tempo ; sete dos cabeças

da revolta foram castigados e com os tres navios restantes o chefe hollandez emprehendeu a viagem de regresso. Os indigenas os acompanharam, em canôas, até ao alto mar, repetindo os protestos de amizade e rogando que voltassem com maiores forças.

A 28 de Dezembro de 1643 chegou Herckmans ao Recife, com sorpresa geral, attenta a certeza que havia do exito da expedição; foi grande a decepção pelo mallogro da empresa, que não tivéra outro fructo além do conhecimento de algumas palavras chilenas (8). Não faltou, naturalmente, quem accusasse a Herckmans do desastre, olvidados da insufficiencia dos meios de que dispozéra, de que a ferocidade de Brouwer alheiára os indigenas e que estes eram uma gente perfida por natureza e ainda mais corrompida pela oppressão dos hespanhóes. Cuidou-se até em perseguir judicialmente a Herckmans.

Entretanto, diz tristemente o seu biographo, o nosso poeta não soffreu por muito tempo estas contrariedades. Alquebrado por tantas privações e trabalhos não resistiu a estes novos desgostos e, a 8 de Janeiro de 1644, falleceu no Recife. Não obstante continuaram a culpá-lo do fracasso da expedição e a Companhia recusou-se ao pagamento dos seus honorarios atrazados, que numerosos credôres disputavam. E assim terminou a aventurosa carreira deste homem singular, inteiramente esquecidos os seus serviços anteriores, ante a desventura que annullou os seus ultimos esforços; foi uma das muitas victimas sacrificadas á cobiça e á ingratidão dos avidos accionistas da Companhia das Indias Occidentaes.

ALFREDO DE CARVALHO.

---

(8) *Barlaeus*, pp. 283-289.

O TUPI

NA

Chorographia Pernambucana

ELUCIDARIO ETYMOLOGICO

COMPILADO POR

ALFREDO DE CARVALHO

Ao illustre philologo e brilhante escriptor
Dr. Theodoro Sampaio.

INTRODUCÇÃO

A ser verdadeira a these de Egli (1), de que «as denominações geographicas, como emanação caracteristica da indole de um povo, ou de uma épocha, reflectem, não só o gráo da respectiva cultura, como a direcção geral desta,» de grande interesse e utilidade se nos antolha o considerar a significação dos toponymos indigenas, sobretudo em regiões onde, simultanea ou successivamente, assentaram suas habitações povos differentes.

O gentio que, ao tempo do descobrimento, povoava o territorio do actual Estado de Pernambuco pertencia a

(1) *J. J. Egli.*—Der Voelkergeist in den geographischen Namen. —Na revista *Ausland.* 1893, ns. 30-38.

duas ou mais raças distinctas. No littoral e na zona vizinha da matta residiam, em agrupamentos mais ou menos estaveis, os Tupis das tribus Cahetés e Tobajaras; mais para o occidente vagavam, em cabildas esparsas, os restos dos primitivos habitantes do paiz—Tapuias e Cariris—para alli enxotados pela invasão tupi.

Das linguas destes selvagens deriva a totalidade dos nomes de feição indigena ainda hoje occurrentes na nossa chorographia, apesar da concurrencia secular das denominações portuguezas e mau grado mesmo a sua imposição, em muitos casos, official.

Infelizmente o estado contemporaneo dos nossos conhecimentos linguisticos não autoriza a cogitar de uma traducção fidedigna de todos estes nomes indigenas; tão sómente para a elucidação dos de procedencia tupi possuimos elementos sufficientes.

Ainda assim é mistér não esquecer que, escolhendo d'entre o numero de toponymos tupis usados em Pernambuco aquelles cuja significação foi possivel interpretar e d'ahi concluir qual a feição espiritual encarnada nestas denominações geographicas, fazemos apenas uma tentativa apta, quando muito, a permittir um golpe de vista approximado do problema, cuja solução definitiva é presentemente impossivel, mesmo dentro de limites tão restrictos.

Ao considerarmos o conjunto destes toponymos, logo desperta a nossa attenção a abundancia dos nomes derivados do aspecto physico das localidades.

Ora é a côr d'agua que dá o nome aos rios ou aos logares proximos (*Iobi*—rio verde; *Ipiranga*—rio vermelbo; *Iputinga*—fonte clara; *Iuna*—rio preto); ora a configuração do leito dos cursos d'agua (*Perpery*—rio das pontas ou das quebradas; *Maragogy*—rio livre, desimpedido); ou a sua extensão (*Parnamerim*—riozinho). Outras vezes é a configuração do solo (*Bijari*—terra longa); a occurrencia de certos mineraes (*Buique*—sal da terra), ou de rochedos peculiares que determina a denominação (*Itambé*—penedo ponteagudo; *Itapessoca*—lage perfurada; *Itapissuma*—pedra de superficie liza).

Muito frequente é a alliança de nomes de animaes aos toponymos ((*Açurema*—veado fetido; *Amberęçumbú*—

rio dos lagartos lizos; *Arabary*—rio das baratas; *Araguary*—rio da baixada dos papagaios; *Arandú*—ruido dos papagaios; *Araquára*—viveiro dos papagaios; *Arary*—rio dos papagaios; *Aratangy* — rio das aratanhas; *Aratuhipe*—rio dos aratús; *Bertioga* — refugio, ou paradeiro das tainhas; *Cabú*—vespa negra; *Camurigy*—rio dos camorins; *Capibaribe*—no rio das capivaras; *Carapitangy*—rio das carapitangas; *Cotigy*—rio das cotias; *Exú* — abelha negra; *Garanhuns* — passaros pretos; *Garapú* — fonte dos guarás; *Gindahy*—rio das jandaias; *Gurjahú*—rio do viveiro dos sapos; *Jacuhype*—no rio dos jacús; *Jaguaribe*—no rio da onça; *Mariquipú*—olho d'agua dos macacos; *Muribára*—o papa-moscas; *Muribeca*—a mosca importuna; *Pagy*—rio das pacas; *Penanduba*—abundancia das borboletas; *Perory*—rio dos tubarões; *Piragibe* — no rio do peixe; *Saraŕái* — rio das mariposas; *Serinhaem* — viveiro dos siris; *Sernamby*—o marisco; *Sibauma*—concha preta; *Suassuna*—veado preto; *Tabayacú*—pedra dos baiacús; *Tambiá* o «piolho de cobra»; *Tapirema*—a manada de antas; *Tarú*—o camaleão; *Tatuoca*—o refugio dos tatús; *Uruçú*—abelha grande.)

Ainda em maior abundancia do que os zoonymos se encontram os nomes de vegetaes empregados para a designação de logares (*Agariba*—arvore do veneno; *Araçagy*—rio dos araçás; *Araticum*—fructa rala molle; *Aricory*—cacho repetido; *Barabú*—pau sonoro; *Barauna*—madeira preta; *Batatan*—fructa dura; *Batinga*—fructa branca; *Bulandy*—pau d'oleo; *Buraré*—pau fetido; *Caboatan*—matto de fibra dura; *Caiapé*—vereda dos cajás; *Caiupé*—vereda dos cajús; *Camaragibe* —no rio dos camarás; *Camassury*—camará de cacho; *Capema* — pau chato; *Capim*—herva fina; *Caturú*—herva grossa; *Columby*—matto verde; *Communaty*—feigão branco; *Cruangy*—rio das cruanhas; *Curubé*—cabaças grossas; *Cutegy*—o rio das coités; *Emburana*—similhante ao imbú; *Gatiuba* — pau amarello; *Genipapo* — fructo de esfregar, ou que serve para pintar; *Geriquity*—o cacho cortado; *Guabiraba*—fructa de comer amarga; *Ibirapaba* — madeira cortada; *Ibirapitangy* — rio do pau vermelho; *Icipupeba*—o cipó chato; *Imbé*—planta que se arrasta; *Ingá*—o ensopado, o cheiro d'agua; *Ja-*

boticaba — botão de fructos; *Jatobá* — o que tem dura a casca; *Jetirana*—similhante á batata; *Juá*—fructo de espinhos; *Juparitiba*—cerca de espinhos; *Jurema*—espinho fetido; *Jurupariоba* — folha do demonio; *Jussára* — vara de espinhos; *Maçaranduba* — arvore de fructo lubrico; *Mangari* — rio dos cachos; *Matapagipe* — no rio do pau duro; *Matury*—fructo minguado; *Peroba*—casca amarga; *Petribú* — olho d'agua das flores; *Pindobu* — rio das palmeiras; *Quimanga* — espinho viscôso; *Sapé* — o que allumia; *Taboca* — haste furada; *Taiapú* —fonte dos taiás, ou taiobas; *Taquára*—haste cheia de buracos; *Tatiuba*—planta de espigas; *Timbauba*—arvore alvissima; *Tucurubá* — fructa do gafanhoto; *Urubá*—fructo dos urús).

Por vezes tambem os toponymos resultam de caracteristicos vegetaes geraes (*Caheté* — matto virgem; *Catinga* —matto branco; *Penderama*—terra das palmeiras; *Perpery*—o juncal; *Ubatuba*—canaveal bravo).

Outros nomes recordam a configuração do solo, ou a derrubada e queimada de um trecho de matta (*Capoeira* —matto extincto, ou destruido).

Ainda outros toponymos são denominações puramente culturaes (*Arataca*—especie de armadilha; *Atapuz*—especie de bozina; *Caiçára* — cercado, curral; *Comocim* — o pote; *Carpina* — o carpinteiro; *Cassuá* — cesto de cipós; *Cuité*—vaso real; *Cotunguba*—mastro de embarcação; *Cupety*—rio da roça; *Gequiá*—o covo de apanhar peixes ou aves; *Gramame*—cerca, curral; *Guararapes*—nos tambores; *Ibitara*—ornamento do labio inferior, ou das orelhas; *Inhaem* — panella d'agua, pote; *Japaranduba* — arcos em abundancia; *Mandahú*—rio dos feixes; *Manicoára*—cova de mandioca; *Maracahype*—no rio do chocalho; *Maranguape*—no valle da batalha; *Marim*—a cidade; *Meguhaype* — no rio dos escravos; *Mondé* — o alçapão; *Pagéhu*— rio do feiticeiro; *Pumaty* — a fonte da sementeira; *Queraiba*—o pouso ruim; *Suape*—o caminho da caça; *Tabatinga*—aldeia branca; *Tabayré*—aldeiazinha extincta; *Tapéra*—a ruina; *Tapurassú*—choça grande; *Tibiry*—rio das sepulturas; *Turyassú*—rio grande das fogueiras).

Comquanto o pequeno numero de exemplos acima citados, e mesmo os mais abundantemente resenhados no

elucidario seguinte, não permitta fixar uma porcentagem que possa ser considerada geral, são entretanto sufficientes para indicar a preponderancia decisiva dos nomes naturaes sobre os denominações culturaes, e isto, de accordo com a these de Egli, basta para manifestar que os Tupis eram um povo genuinamente natural.

Mas não foi o desejo de verificar este asserto o movel inicial da organização do subsequente glossario.

A primeira idéa da sua elaboração nos foi suggerida pelo estudo da excellente monographia do Dr. Theodoro Sampaio — *O Tupi na Geographia Nacional* — na qual se avantajou a todos os precursores pela vastidão da sciencia historica, solidez dos conhecimentos linguisticos, penetração critica e segurança de methodo.

Começamos relacionando os toponymos pernambucanos explicados neste trabalho e após colleccionamos todos os demais que conseguimos encontrar em documentos de qualquer natureza e até mesmo na tradição oral. De posse, assim, de uma lista de varias centenas de vocabulos, encetamos a ardua tarefa da sua traducção.

A principal difficuldade que offerece a interpretação destes nomes indigenas é a graphia mutilada com que chégaram até nós; mui raramente é possivel, ao primeiro aspecto, distinguir os seus elementos constitucionaes:

« Essas denominações geographicas, diz o citado philologo, explicaveis e naturalissimas numa epoca em que o *tupi* era a *lingua geral*, ou a mais fallada no paiz, são agora para as modernas gerações verdadeiros enigmas que as alterações quotidianas ou as inevitaveis corruptellas vão tornando indecifraveis. »

Na opinião do eminente scientista, «o estudo etymologico dos nomes tupis com applicação na geographia ou na historia nacional é um trabalho mais de investigação historica do que propriamente de lexicologia.» E em apoio deste asserto adduz as considerações seguintes que não podemos nos dispensar de transcrever:

« Sendo o tupi, como é, uma lingua agglutinante, com os elementos componentes quasi integraes, ou mui raramente contractos, a palavra, nesse idioma, com facilidade se analysa; e ainda quando mettida numa como que *enca-*

psulação em que os varios elementos se envolvem uns nos outros, as linhas de separação destes não desapparecem totalmente, e a desaggregaçãe desses elementos habilita o interpretador a traduzir. O problema mais importante, o estudo mais serio, e a meu vêr essencial, é o da *identificação historica* do vocabulo ou a restauração da sua graphia primitiva, tal como ella symbolicamente representou em outro tempo a palavra fallada.

« E' mistér, portanto, ler os documentos mais antigos, as chronicas, roteiros, relações de viagens, os mappas geographicos que primeiro se publicaram e que possam encerrar o thema ou o vocabulo a intepretar e ahi surprehender-lhe a graphia antiga, de certo, a mais verdadeira, pois é de suppor fosse a representação symbolica mais fiel dos sons recolhidos directamente do gentio ou dos seus immediatos descendentes, e, portanto, mais isenta dos effeitos provenientes do diuturno contacto com a lingua que ficou prevalecendo.

« Conseguida a *restauração historica* do vocabulo, facil será explicar como elle se alterou ou como evoluio até nós, porque invariaveis e positivas são as leis philologicas que regem a especie.

« Sem a restauração do vocabulo com a sua graphia primitiva, como um processo previo e essencial, difficil e quasi insoluvel, em certos casos, é o problema linguistico attinente aos nomes geographicos de procedencia tupi.

« Firmado este ponto, é mistér ainda considerar que o tupi, como todas as linguas barbaras, sem cabedal literario e com arte e vocabulario organisados por extranhos, é sujeito aos defeitos communissimos da homographia e da homophonia. Palavras, na verdade, differentes soaram e se escreveram por forma identica nos primeiros vocabularios.

« Além disso, os dialectos numerosos, entre as tribus selvagens não consentem palavras com formas fixas e definidas, entrando os vicios de pronunciação, as modalidades do falar como causas inevitaveis da variação dos vocabulos.

« As difficuldades do interpretador salientam-se ainda se se considerar que o tupi, em contacto com outras linguas americanas, como tantas houve no ambito do Brasil

e nas suas fronteiras, não poucos vocabulos extranhos adqueriu, como não poucos foram os que o portuguez por si mesmo assimilou do *quichua*, do *kariry* e dos que geralmente se designam pelo nome *tapuya*. Dahi, a necessidade de quem os interpreta de bem conhecer o tupi e os seus principaes dialectos, e de guardar a reserva mais cautelosa no decidir-se pela nacionalidade de um vocabulo duvidoso.

« Do que deixamos exposto decorre que para bem interpretar nomes tupis, com emprego na geographia e na historia se ha de adoptar como regra: 1.º Descobrir a graphia primitiva do vocabulo nos documentos mais antigos em que possa ter apparecido e, na falta deste elemento, procurar surprehender-lhe a pronuncia entre o povo rustico do interior, onde a corrupção dos vocabulos tupis é menos intensa e quasi que permaneceram intactas as tradicções do falar. » (Neste particular nos foi de grande prestimo o mappa *Praefectura Paranambucae pars Borealis*, da edição *princeps* da obra de Barlaeus, — *Rerum per octennium in Brasilia gesta...... historia*, abundantissimo em toponymos indigenas: sem o seu auxilio teria sido impossivel dar interpretação verdadeira a nomes como *Beberibe*, *Corcuranas*, *Jaboatão*, etc.)

« 2.º Analysar o vocabulo restaurado e verificar se, no seu longo evoluir, as modificações experimentadas se fizéram segundo as regras philologicas que regem a especie, o que servirá de confirmação ao que se houvér conseguido pelo processo historico.

« 3.º Decompôr o vocabulo restaurado etymologicamente pelos seus elementos agglutinados, sempre faceis de destacar, collocando-o por esse modo em condições de ser traduzido.

« 4.º Ter sempre em vista que as denominações tupis das localidades ou dos individuos, como todos os epithetos de procedencia barbara, são de uma realidade descriptiva admiravel, exprimem sempre as feições caracteristicas do objecto denominado como producto que são de impressões nitidas, reaes, vivas como soem experimentar os povos infantes, incultos no maximo convivio com a natureza; Exprimem tambem meros accidentes em uma circumstancia

qualquer, mas que deixaram viva recordação no animo do selvagem. »

Attendendo cuidadosamente a estas criteriosas prescripções, procuramos traduzir os toponymos colleccionados e, após, submettemos o resultado dos nossos estudos ao sabio mestre Dr. Theodoro Sampaio. Este, com inexcedivel gentileza, se dignou de analysa-los detidamente, notando enganos e propondo modificações em numero tal que, passando por suas mãos, o nosso modesto trabalho foi completamente refundido, ganhando de modo consideravel em exactidão e utilidade. Em verdade podemos dizer que nos limitamos a fornecer a materia prima sobre a qual se exerceu com tanto brilho o seu engenho douto e subtil.

A dedicatoria, pois, que precede a estas paginas, não é sómente um testemunho de gratidão pelo inestimavel concurso que recebemos do illustre philologo, como principalmente uma declaração de *jus auctoris*.

Resta-nos advertir que as letras, entre ( ) depois da explicação dos vocabulos, se reportam: *B. C.*, ao *Vocabulario das palavras guaranis usadas pelo traductor* «Conquista Espiritual» *do P.e A. Ruiz de Montoya*, organizado pelo Dr. Baptista Caetano de Almeida Nogueira; *Th. S.*, a — *O Tupi na Geographia Nacional*, do Dr. Theodoro Sampaio, e Th. S., *Ns. Ms.*, ás notas manuscriptas ineditas com que nos favoreceu o mesmo escriptor.

ALFREDO DE CARVALHO.

Recife, 3 de Junho de 1907.

ELUCIDARIO ETYMOLOGICO

A

Aburá. — (Serra no Mun. de Nazareth). — « Se não soffreu alteração, como parece, é composta de duas palavras tupis: *abú* — folego, respiração, e *rá* — soltar, desprender. De sorte que o nome *Aburá*, applicado a uma serra, quer exprimir que nella a respiração da gente se solta, isto é, respira-se a pulmões largos; é como se se dissésse: — *serra do resfolego.*» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Acahú.—(Riacho no Mun. de Goyanna). « Applicado a um corrego, é palavra tupi que, se não soffreu alteração, se decompõe em: *Acá*—querella, disputa, troca de palavras, questão; *hú* ou simplesmente *ú*—beber, ou por synonimia —*bebedouro, aguada. Acahú* ou *Acaú*, applicado a um curso d'agua, quer dizer:—*aguada* ou *bebedouro da questão* ou *da briga*. Se, porém, o nome tupi alterou-se, como tão frequentemente se deu, *Acahú* póde ser corrupção de *Acahy*, isto é, *Aca-y*, e, porque o *y* dos tupis, soando como o *u* dos francezes e fortemente guttural, não era facil a portuguezes e brasileiros, que ora o pronunciavam *i* ora *u*, a ultima parte do nome *Acahy* ou *Aca-y* se alterou em *u*, e, neste caso, *Aca-hú* ou *Aca-u* não significa senão:—*agua da questão,* ou *corrego da briga* ou *da rixa*.—Sebastião Galvão interpretou *Acahú (Dicc. Chor. de Pern.* pag. 2) como equivalente a *Acá-una* e o traduzio *cabeça preta;* mas interpretou *Acahy*, como se fôra *Acã-hy*, traduzindo-o por *cabeça do rio*, o qne é incorrecto do ponto de vista tupi, mas sim *rio da cabeça*, que é o que significaria *Acã-hy*. No tnpi do Norte, a palavra *hú* não significa *negro* que, na lingua costeira, se traduzio pela palavra *una* ou *pixuna*. Só no tupi do Sul, no guarani, mais contracto do que o tupi do Norte, é que se encontra *hu*, mas *hun* nazal, significando *negro, preto*. No Norte do Brasil, no tupi costeiro, se diria por *cabeça negra, acã-una:* no guarani, no tupi do Sul, se diria, porém, *acahun*. » (Th. S., *Ns. Ms.)*

Acahy.—(Serra no Mun. de Cimbres) O mesmo que o prededente.

Acajúpaié.—(Ant. log. no Mun. do Recife) C. *acayú-payé*, o cajú do feiticeiro, do *payé*.

Acanabuçú.—(Ant. eng. no Mun. da Escada). C. *acã-un-buçú*, o grande caroço preto.

Acauã.—(Riacho no Mun. de Salgueiros).—« S., ave conhecida, vulgo *cauan*, ave agoireira entre o gentio *(Falco cachinans).» (Th. S.*, 108).

Açurema.—(Distr. polic. no Mun. de Aguas-Bellas). —C. *çoó-açu-rema*, veado fetido.

Agariba.—(Pov. no Mun do Cabo).—«Dada a hypothese de não estar alterada a denominação do povoado, o nome *Agariba* se decompõe em *Aga-r-yba* e se traduz: *arvore do veneno* e tambem, *arvore do amargor.*» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Agissé.—(Eng. no Mun. de Goyanna).—«Parece corrupção de *Hayi-cen*, que quer dizer—*o grão nasce,* ou *a semente brota.*» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Aituba.—(Pedra ao sul do ancoradouro do Lamarão no porto do Recife).—«Se não está alterada esta denominação, é palavra tupi que se decompõe em *Aí-tyba*, por corrupção da ultima parte, *Aí-tuba*, significando *abundancia de preguiças, onde ha preguiças* (Bradypus tridactylus). Sendo, porém, o nome applicado a uma pedra do ancoradoro do Lamarão, a origem e significado são outros. No tupi, dá-se ás cousas não lisas, ou que têm asperezas. rugas ou caroços, a denominação *aî;* é, portanto, natural que o nome *Aituba*, applicado a um rochedo, signifique: *abundancia de cousas asperas*, ou, por outra: *muitas pontas*, ou *cabeços*, e tambem *cascalhos.*» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Amaragy.—(Mun., villa e rio affl. do Serinhaem).— «E' palavra tupi que se decompõe; *amã-rá-gy*, em que *amã-rá* significa *solto das nuvens, tirado das nuvens*, ou *procedente da chuva; gy* ou *g-y* quer dizer *agua* e por extensão, *rio, curso d'agua. Amaragy*, quer, pois, dizer: *rio procedente da chuva*, isto é, um curso d'agua temporario, torrente.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Amberéçumbú.—(Riacho affl. do Capibaribe-Merim). —Corr. de *amberé-cymb-y*, rio dos lagartos lisos.

Anguatá.—(Riacho affl. do Capibaribe).—Corr. de *anguã-atã,* o tambor, ou o timbale rijo, duro(?).

Apepé.—(Riacho affl. do Tapacurá).—«E' o nome tupi *apé*, caminho, verêda, trilho, no augmentativo, que nessa

lingua se fórma muitas vezes com a repetição do nome. Assim *apé-pé* é como se se dissésse *apé-apé*, caminho grande, caminho largo, nome applicado a algum rio temporario, que se apresenta como uma estrada larga no tempo de sêcca.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Apétumbiú.—(Riacho affl. do Pirapama). — Corr. de *apé-tumbi-ú*; rio do caminho da lombada.

Apéturibiú. —(Riacho affl. do Caranguêjo). — Corr. *apé-torib-ú*, rio do caminho da fogueira (?)

Apipucos.—(Arrabalde da cidade do Recife).—«Corr. *apé-puc*, o caminho se divide ou se parte, a encruzilhada; póde ser tambem corrupção de *apé-pucú*, caminho ou verêda longa.» *(Th. S.*, 111).

Apody.—(Eng. no Mun. de Agua-Preta).—« Se fôr tupi, como parece ser, se decompõe em *A-poty*, significando *altura firme*, ou *elevação unida*, *fechada*. A serra do Apody é uma chapada.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Aporá.—(Serra no Mun. de Nazareth).—Vide *Aburá*.

Apuá.—(Riacho affl. do Capibaribe).—« *Apuá* decompõe-se em *Ã-poã*, alto que se levanta, ou se ergue.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Apuépe.—(Riacho affl. do Tapacurá). —Corr. *apó-éb*, raiz ouca.

Arabary. — (Riacho no Mun. de Bom-Conselho). — «C. *arabe-r-y*, rio das baratas; corr. *araberi*, a baratinha, o peixinho d'agua dôce conhecido por *lambary* ou *alambary* (Chalceus nematurus).» *(Th. S.*, 111.)

Aracajú, —(Eng. no Mun. de Agua-Preta).—« Corr. de *ar-acayú*, cresce ou nasce o cajueiro; apanhar ou colher cajús; corr. *ara-acayú*, cajú do tempo ou da estação; corr. *ara-acayú*, cajueiro dos papagaios.» *(Th. S.*, 111)

Aracapá.—(Ilha no rio S. Francisco).—Corr. de *ará-capáb*, o passaro ferido, ou corr. de *ará-capár*, o passaro briguento.

Araçá.—(Serras nos Muns. de Cimbres e da Victoria).—« S., nome dado ás myrtaceas do genero *Psidium*»; c. *ara-çá*, estação, epoca, (*B. C.*, 47), allusão ao facto de apparecer o fructo do *Psidium* em tempo proprio». *(Th S.*, 111)

Araçagy.—(Eng. no Mun. do Cabo).—C. de *ara-çá-g-y*, rio dos araçás.

Araguaba.—(Eng. no Mun. de Barreiros).—«C. de *ará-guaba*, comida ou bebida dos papagaios; póde dizer-se *bebedouro dos papagaios.*» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Araguary.—(Eng. no Mun. de Barreiros).—C. de *ará-guá-r-y*, rio do valle ou da baixada dos papagaios.

Arandú.—(Riacho affl. do Pirapama).—«*Arandú*, é o mesmo que *ará-ndú*, e quer dizer, *ruido dos papagaios*, o vozear destes passaros.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Arapuá.—(Serra no Mun. de Floresta).— «Corr. de *ira-apuã*, mel redondo, ou ninho de abelhas redondo.» *(Th. S.*, 112)

Araquára.—(Riacho affl. do Serinhaem).—C. de *ará-quára*, refugio ou viveiro dos papagaios.

Arára.—(Riacho affl. do Pirapama).—« S., augmentativo de *ará*, nome applicado aos papagaios grandes (Psittacus Macrocercus).» *(Th. S.*, 112)

Arari.—(Antigo nome do rio Araripe).—C. *ará-r-y*, rio dos papagaios.

Araripe.—(Rio que desagua em frente á ilha de Itamaracá).—C. *ará-r-y-pe*, no rio dos papagaios.

Araripe.—(Grande serra que atravessa os Muns. de Ouricury, Exú, Granito e Salgueiro). — « Corr. *ara-r-y-pe*, *ara-ar*, nascer, surgir, *y*, agua, rio, *pe*, posposição equivalente a *em* ou *na*; portanto, *no nascer dos rios*, o mesmo que *Serra das nascentes* ou *das cabeceiras.» (Th. S.*, 112)

Arassangy.—(Riacho affl. do Sibiró). — « Póde proceder de *ará-çã-gy*, e neste caso significa *rio da corda de papagaio.* » (Th. S., *Ns. Ms.)*

Arassú.—(Eng. no Mun. de Barreiros).—C. de *ará-assú*, papagaio grande.

Arassuágy.—(Eng. no Mun. do Cabo).—«E' identico a *Arassuáhy*, e, num e noutro caso, é alteração do tupi *araçoiá-y*, que significa *rio do chapéo*, ou antes *rio do cocár* ou toucado de plumas.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Arataca.—(Riacho affl. do Itapicema).—«C. *ara-tac*, colher batendo com estrepito, apanhar desabando sobre; armadilha usada para as aves ou caça miuda.» *(Th. S.*, 112)

Aratangy.—(Riacho affl. do Goitá). — C. *ará-tanha-g-y*, rio das *aratanhas,* pequenos camarões d'agua dôce, cujas longas e fortes tenazes justificam bem o seu nome de *ará-tanha* ou bico de papagaio.

Araticum.—(Serra no Mun. de Bonito). — « Corr. de *ára-ticun*, que significa *fructa rala molle.»* (Th. S., *Ns. Ms.)*

Aratinga.—(Eng. no Mun. de Palmares). — C. *ará-tinga*, papagaio branco.

Aratuhype.—(Riacho affl. do Tupupiró).—C. *aratú-y-pe*, no rio dos *aratús*, especie de pequenos caranguejos vermelhos (Grapsus).

Araúna.—(Eng. no Mun. de Agua-Preta.;—« C. *ará-una*, papagaio escuro, quasi negro, especie de arára azul.» *(Th. S.*, 113)

Arendépe.—(Eng. no Mun. de Ipojuca).—Corr. *ará-endape*, no logar dos papagaios (?)

Aricory.—(Primitivo nome de Ouricury).— « Corr. *ari-curií*, o cacho amiudado ou repetido, o que dá cacho de continuo (Cocos coronata, Mart. ou Atalea). » *(Th. S.*, 113).

Arimbú.—(Eng. no Mun. de Ipojuca).—« Póde proceder de *ará-imbú*, e neste caso se traduzirá—imbuseiro dos papagaios; póde vir tambem de *irá-iembú*, manancial ou fonte dos papagaios. » (Th. S., *Ns. Ms.)*

Aripibú.—(Pov. no Mun. de Amaragy).—« Póde ser corrupção de *ára-ypì-bú*, em que *ára-ypi* quer dizer—tempo secco, tempo em que não chove, *bú=ybú*, significa fonte, nascente, olho d'agua; e então *Aripibú* significará fonte da secca, isto é, fonte que atura pelo tempo secco, ou que resiste á secca.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Aripuá.—(Serra no Mun. de Floresta).— « Póde ser corrupção de *harii-poã* e então significa—cachos levantados,; póde tambem provir de *arapoã=eira-poã*, que quer dizer—abelhas assanhadas.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Ariquindá.—(Cambôa na margem esquerda do rio Formoso).—«Antigo *Aracondá*, é alteração de *ara-cundá*, que se póde traduzir por—passaro enroscado, ou melhor—passaro enleado, atado, embaraçado.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Assurema.—(Distr. polic. no Mun. de Aguas-Bellas).—Vide *Açurema*.

Atapuz.—(Pontal entre a fóz do rio Tejucopapo e o canal de Itamaracá).—« Corr. *atã-pu*, forte soar, resoar, resonante; é o nome de uma bozina dos jangadeiros e pescadores, feita de um grande buzio ou caramujo desta denominação; dizem tambem *gatapuz*.» *(Th. S.*, 113)

Ay.—(Primitivo nome da foz do rio Iguarassú).—C. *aiba*, ruim, mau, imprestavel, em allusão a ser o rio im-

proprio á navegação, devido ás muitas voltas e ao pouco fundo (?)

B

Bagé.—(Riacho no Mun. de Triumpho).—« Corr. *pagé*, o feiticeiro, o santão do gentio.» (*Th. S.*, 114)

Baithé.—(Eng. no Mun. de Palmares). — « Póde ser corrupção de *abá-êtê* que quer dizer—homem honrado, varão illustre.» (Th. S., *Ns. Ms.*)

Barabú.— (Eng. no Mun. de Nazareth).—Corr. *ybirá-mbú*, pau sonoro.

Barauna. — (Pov. no Mun. de Nazareth). — « Corr. *ybirá-una*, madeira preta, (Melanoxylon Brauna).» (*Th. S.*, 114).

Batatan.—(Riacho affl. do Capibaribe.)—« Corr. *ybá-tãtã*, fructo duro ou de casca rija.» (Th. S., *Ns. Ms.*)

Baticubá.—(Serra no Mun. de Bezerros). — « Póde ser corrupção de *abati-cupaba*, que quer dizer—logares do milho, milharaes.» (Th. S., *Ns. Ms.*)

Batinga.—(Serra e riacho no Mun. de Bom-Conselho).—« Corr. *ybá-tinga*, fructa branca ou esbranquiçada.» (Th. S., *Ns. Ms.*)

Beberibe. — (Pov. e rio no Mun. de Olinda). — Antigo *Iabebiry*, c. *Iabebir-y-pe*, no rio das raias ou peixes chatos.

Bepicu.—(Riacho affl. do Tejucopapo).—C. *apé-pucú*, caminho comprido, verêda longa.

Bertioga.—(Log. á beira-mar no Mun. da Olinda.) — « Corr. *parati-oca*, alt. *barati-oga*, *barti-oga*, *berti-oga*, casa, refugio ou paradeiro das tainhas.» (*Th. S.*, 114)

Bijari.—(Eng. no Mun. de Goyanna).—«Corr. *yby-yarí*, que quer dizer—terra longa, uma especie de planice.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Boacica.—(Eng. no Mun. de Ipojuca).—Corr. «*mboi-acig*, cobra curta ou cortada, que dizem ter duas cabeças.» (*B. C.*, 250)

Boissó.—(Riacho affl. do Serinhaem).—«Parece corrupção de *mboy-yçog*, que se traduz—bicho de cobra, ou piolho de cobra.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Bongy.—(Log. no Mun. do Recife).—«Parece corrupção de *pong-y*, que significa—agua da pancada ou agua do rumôr.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Borborema.—(Grande serra ao Noroéste do Estado).—«Corr. *pór-pora-yêma*, sem moradores, sem habitantes, o deserto, o sertão.» *(Th. S.,* 116)

Bu.—(Riacho no Mun. de Goyanna).—«Uma vez que é denominação de riacho deve ser corrupção de *ybú=ypú*, que quer dizer—manancial.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Bucu.—(Serra nos Muns. de Cimbres e da Pedra).—Alt. *pucú*, longo, comprido.

Buique.—(Villa e Mun.).—Corr. *yby=ubú=bú-yiqui*, sal da terra; o Mun. é abundante em salitreiras.

Bujari.—(Eng. no Mun. de Goyanna).—Vide *Bijari.*

Bulandy.—(Lagôa no Mun. de Bom-Conselho).—Corr. *ybirá-ñandi*, pau de azeite, ou d'oleo.

Buranhaem.—(Engs. nos Muns. do Cabo e de Serinhaem).—«*ybirá-nhen*, alt. *iburá-nhen*, *bura-nhem*, pau doce, sapotacea de casca adocicada (Chrysophyllum glycypheleum).» *(Th. S.,* 116)

Burarama.—(Eng, no Mun. de Serinhaem).—«Parece corrupção de *ybirá-rama* ou futuro de *ybyrá*, porque,

no tupi, os nomes tambem têm passado e futuro como os verbos, e, neste caso, significa—arvores que hão de ser, arvores vindouras. Póde ser tambem *ybyrá-retama*, por contracção *ybyrá-rama*, significando — terra das arvores, ou região da matta.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Buraré.—(Eng. no Mun. de Mazareth).—« Corr. *ybyrá-ré=ybyránen*, madeira ou pau fetido; nome dado a arvores e a lianas.» *(B. C.*, 194)

Burity.—(Riacho affl. do Ipojuca).—« Corr. *mbiriti*, nome da palmeira (Mauritia vinifera, Mart.).» *(Th. S.,* 116)

Bythury. — (Riacho no Mun. do Brejo).—« Póde ser corrupção de *ybytú-r-y*, significando — o rio ou a agua das nuvens, como póde proceder de *ybytyr-y*, alterado para *ybitur-y* e finalmente *bitur-y*, que se traduz—agua do monte.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

C

Caboatan.—(Log. no Mun. de Olinda).— Corr. *cáapo-atã*, matto de fibra dura; é o nome de uma sapindacea (Cupania vernalis, St. Hil.).

Cabocó.—(Log. no Mun. do Recife). — « Parece corrupção de *caba-ocó*, que quer dizer—a vespa está; isto é —onde ha vespa.» (Th S., *Ns. Ms.)*

Cabrunema.—(Eng. no Mun. da Escada).— « Póde ser alteração de *cabarú-nema* significando — cavallo ruim, como póde ser corrupção de *cabun-nema*, significando— vespão fetido.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Cabu.—(Eng. no Mun. de Iguarassú). — Alt. *Cabun*, vespa negra ou preta.

Cabuçú. — (Riacho no Mun. de Rio Formoso). — C. *caba-uçú*, vespa grande.

Caçatuba. — (Riacho affl. do Capibaribe). — C. *cáa-açá-tyba=tuba*, cercados em abundancia.

Caheté. — (Engs. nos Muns. de Goyanna e de Ipojnca). — Corr. *caa-êtê*, matto real ou verdadeiro; matto virgem. *(Th. S.*, 117)

Cahú. — (Eng. no Mun. de Iguarassú). — Corr. *caá-y*, rio da matta.

Caianna. — (Log. no Mun. de Bezerros). — Corr. *Cayenne*, capital da Guyanna Franceza, de onde, em principios do seculo XIX, foi importada a variedade da cana de assucar que tem este nome.

Caiapé. — (Eng. no Mun. de Iguarassú). — » Parece corrupção de *acayá-pé*, significando — vereda dos cajás. » (Th. S., *Ns. Ms.)*

Caiará. — (Riacho no Municipio de S. Lourenço da Matta). — « Póde ser corrupção de *acayá-rã*, que tambem se diz *acayá-rana*, que quer dizer — semelhante a cajá. » (Th. S., *Ns. Ms.)*

Caiçára. — (Pov. no Mun. da Victoria). — « Corr. *cáa-içá*, o cercado, a trincheira, ou pallisada, o curral. » *(Th. S.*, 118)

Caipé. — (Riacho affl. do Ipojuca). — C. *cáa-y-pé*, no rio da matta.

Caipóra. — Log. no Mun. de Gravatá). — « Corr. *cáa-y-póra*, o que mora, habita, ou frequenta a matta; genio. da mythologia selvagem.» *(Th.. S.*, 1k8)

Caité. — (Eng. no Mun. de Iguarassú). — Vide *Caheté.*

Caiupé. — (Eng; no Mun. de Iguarassú). — « Parece alteração de *acayú-pé*, significando — vereda dos cajús.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Cajá. — (Riacho affl. do Tapacurá). — Corr. *acayá*, fructo de caroço (Spondias venulosa).

Cajabussú. — (Riacho affl. do Pirapama). — « Póde proceder de *acayaba-uçú*, significando cedro grande.» (Th. S., *Ns.Ms.)*

Cajássuri.—(Faz. no Mun. da Pedra).—Corr. *acayá-assú-r-y*, rio dos cajás grandes.

Cajú. — (Eng. no Mun. de Taquaretinga). — « Corr. *acayú* (Anacardium occidentale), nome generico dos anacardios, de *acã*, carôço, *yu*, suffixo. » *(B. C.*, 21)

Cajucú. — (Eng. no Mun. de Goyanna). — C. *acayú-cú*, o cajú comprido, longo.

Calugi.—(Eng. no Mun. de Goyanna).— Corr. *carú-g-y*, rio da comida, ou do alimento.

Camará.—(Eng. no Mun. de Itambé).—« Corr. *cáa-pará*, herva ou folha variegada, de muitas côres, ou colorida (Lantana spinosa), Linn.)

Camaragibe.—(Riacho affl. do Capibaribé).—«Corr. *camará-g-y-pe*, no rio dos camarás.» *(Th. S.*, 118)

Camassary.—(Engs. nos Muns. de Jaboatão, Escada e Rio Formoso).—Corr. *camará-caryb*, camará de cacho, ou de penca, ou cacho, penca de camarás.

Camocim. — (Pov. no Mun. de Bezerros). — « Corr. *cambú-chi*, vaso d'agua, pote, cantaro, tina.» *(B. C.*, 66)

Camurigy.—(Riacho affl. do Capibaribe).—C. *camuri-g-y*, rio dos camorins.

Camurigymirim.—(Riacho affl. do Serinhaem).—C. *camuri-g-y-mirim*, pequeno rio dos camorins.

Camutanga.—(Pov. e Riacho no Mun. de Itambé). —« Corr. *acamitã*, cabeça vermelha, crista; nome de varias aves e de um papagaio.» *(B. C.*, 19)

Cananduba.—(Eng. no Mun. de Jaboatão). — Voc. hybrido formado de *canna-duba=tyba*, canas em abundancia, canaveal.

Cangaçá.—(Eng. no Mun. de S. Lourenço da Matta).—«Corr. *acang-açab*, galho secco ou cortado.

Cangahú. —(Eng. no Mun. de Nazareth). — «Corr. *acang-y*, rio das cabeceiras, agua drs nascentes.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Canindé.—(Eng. no Mun. de Agua-Preta).— «Nome de uma especie de arára, talvez contr. de *arara-canindé*, arára muito retincta.» *(B. C.* 67)

Capema.—(Riacho no Mun. de Bonito).—»Corr. *cáa-pema*, pau chato, ou pau esquinado.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Capibaribe.—(Rio).—«Corr. *cáa-piuar-y-pe*, alt. *capibar-y-be*, no rio das capivaras.» *(Th. S.*, 119)

Capibaribemerim.—(Rio).—Corr. *cáa-piuar-y-pe-mirim*, no pequeno rio das capivaras.

Capim.—(Serras nos Muns. de Quipapá e Tacaratú; lagôas nos de Altinho, Bom-Conselho e Granito). — «Corr. *capin=cáa-piyn*, matto fino.

Capissurá.—(Riacho no Mun. de Itambeé). — Corr. *capin-çur-á*, capim de grão, ou semente saliente.

Capivara.—(Log. no Mun. de Bom-Jardim; riacho no Mun. de Bonito).—«Corr. *capin-uára*, o comedor de capim, o herbivoro (Gydrochocus Capibara).» *(Th. S.*, 119)

Capoeiras. — (Riachos nos Muns. de Bonito e Palmares). — «Corr. *cáa-poéra*, matto extincto, matta cortada ou destruida; costuma-se confundir com *copueira*, c. *cõ-poéra*, roça extincta, roça velha, abandonada e já invadida pelo matto.» *(Th. S.*, 119)

Capunga.—(Arrabalde da cidade do Recife).—Corr. *cáa-pong*, pau sonoro, que percutido sôa; *caaponga* é o nome vulgar da *Philoxerus vermiculata*, Swart.

Caracituba. — (Riacho affl. do Ipojuca). — « Corr. *cará-cin-tyba.* Chama-se *cara-cin* a raiz de cará. *Cara-cin-tyba* quer dizer: abundancia de raizes de cará.» (Th. S., *Ns.. Ms.)*

Caraçúipe. — (Eng. no Mun. de Agua-Preta). — C. *acará-assú-y-pe*, no rio dos carás grandes.

Caracundaya.—(Antigo nome da fóz do rio Tracunhaem). — C. *acará-cundá-ydi*, ancoradouro dos carás tortos, ou torcidos.

Caraguatá. — (Eng. no Mun. de S. Lourenço da Matta).—« C. *carau-a-atã*, o carauá rijo, duro.» *(Th. S.*, 120)

Caragussu'. —(Riacho affl. do Ipojuca).— C. *acará -guassú*, cará grande.

Carahu'. —(Riacho no Municipio de Iguarassú).— Corr. *cará-y*, agua ou rio dos carás.

Carahybas.—(Pov. no Mun. de Bôa-Vista).—«Adj., forte, valente, sabio, sagrado; appellido do homem branco entre os tupis.» *(Th. S.,* 112)

Caraí. — (Fazenda no Mun. de Floresta). — « Corr. *carahyba*, com o mesmo significado do precedente.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Caramuru'.—(Eng. no Mun. de Agua-Preta).—Corr. *acará-mburú*, e o cará diabo, a moréa.

Carapitangy. — (Riacho na ilha de Itamaracá). — C. *acará-pitã-g-y*, rio dos acarás vermelhos, ou das carapitangas.

Carassu'.—(Riacho no Mun. de Barreiros).—C. *acará-assú*, cará grande.

Carautá.—(Pov. no Mun. de Iguarassú).— « C. *caruá-atã*, o carauá rijo, duro.» *(Th. S.*, 120)

Caraúipe. — (Pov. no Mun. de Agua-Preta). — C. *acará-un-y-pe*, no rio dos carás escuros ou pretos.

Carauna.—(Riacho no Mun. de Jaboatão).— C. *cará-una*, cará escuro, ou preto.

Carijó.—(Eng. no Mun. de Goyanna).—« Corr. *cari-yo*, o descendente, o tirado dos carahybas, tem o mesmo significado de *cariboca*.» *(Th. S.*, 120)

Cariman.—(Riacho affl. do Una). — «Corr. *quirin-mã*, bolo tenro ou punhado de cousa branda, pois que *quirin*=*quir-in* significa—succo brando, macio, uma massa fluida; *mã*=bolo, punhado, molho.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Carirys.—(Serra que separa Pernambuco do Ceará). —« Corr. *kiriri*, adj., taciturno, silencioso, calado; appellido do povo selvagem que outr'ora occupou grande extensão do Brasil para o Norte, e mais tarde encontrou-se nos sertões de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará.» *(Th. S.*, 121)

Carnahuba.—(Riacho affl. do Pajehú).—«Corr. *caraná-yba*, alt. *caraná-uba*, a palmeira conhecida *(Copernicia cerifera) (Th. S.*, 121)

Carnahyba.—(Pov. no Mun. de Flores).—O mesmo que o precedente.

Carnijó. — (Eng. no Mun. de Jaboatão; riacho no Mun. de Bom-Conselho).—«Parece corrupção de *carã-ñy-yó*, que significa—o cará se arranca. E' como se se dissesse—onde se colhe o cará. *Cará-ñy* é o cará rugoso, a raiz cheia de rugas, ou nós.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Carpina *(Chã do*— Pov. no Mun. de Nazareth). — Corr. « *carapindár*, o que lavra, cercêa, apara, o carpinteiro.» *(B. C.*, 59).—Este nome indigena e tradicional foi ha pouco ineptamente mudado, pela Camara Municipal de

Nazareth, para o de *Floresta dos Leões* (!!!) a instancias de um vesanico morador da localidade.

Caruá. — (Serra no Mun. de Gravatá). — Corr. *caruár*, especie de paralysia que ataca as pernas do gado vaccum.

Caruaru'. — (Cidade e Mun). — Corr. *caruar-y*, alt. *caruár-ú*, rio das caruáras.

Caruru'. — (Riacho no Mun. de Nazareth). — « Corr. *cáa-ruru*, herva inchada, ou grossa, folha aguada, ou viscosa, mucilaginosa» *(B. C.* 64); « póde tambem ser corr. *cáa-reru*, prato de hervas, ou de folhas.» *(Th. S.*, 121). E' o nome vulgar do *Amaranthus viridis*, Willd. et Sp.

Cassuá. — (Eng. no Mun. da Escada). — « Se fôr tupi, como parece, é corrupção de *cáa-açoyá*, alterado para *cáa-açoá=cáa-çoá=caçoá* e finalmente *cassuá*, significando — cobertura, ou chapéo de pau, tapagem de pau, tecido de pau, isto é, tecido, ou trama de pau, ou de cipós. O *cassuá* é um cesto feito de cipós rijos, com azelhas. O nome *cassuá* póde vir ainda de *cassu-á* ou melhor *ca-uçu-á*. *Ca-uçu* é uma vespa grande tambem denominada *cabuçú;* sendo *caba* ou *cáuá* e por contracção *cá*, vespa; *uçú*, grande. *Cauçú* alterou-se em *caçú*, como se observa frequentemente no Sul. *Caçu-á* significaria, neste caso, vespão em pé, vespão assanhado.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Cassupim. — (Eng. no Mun. da Escada). — «Corr. *caçú=cauçú-pin*, picada de vespão, ou — o vespão morde.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Catimbáo. — (Serra no Mun. de Buique). — Corr. *cáa-tin-imbai*, matto, ou folha branca ruim, catinga ruim.

Catinga. — (Pov. no Mun. de Gravatá). — « Corr. *cáa-tinga*, matto branco, alvacento, especial das regiões seccas do Brasil.» *(Th. S.*, 121)

Catingueira. — (Riacho no Mun. do Brejo). — Voc. hybrido, composto do tupi *caatinga*, e do suff. portuguez

eira; é o nome vulgar de varias leguminosas e euphorbiaceas.

Catolé.—(Serra no Mun. de Belmonte).—« Voc. que não parece tupi e que se encontra no sertão designando uma palmeira (Atalea humilis).» *(Th. S.*, 121)

Catá. — (Eng. no Mun. de Goyanna). — « Adj., bom, bonito, conveniente; adv., bem, bastante.» *(Th. S.*, 121)

Catuama. — (Pov. no Mun. de Goyanna). — « Póde vir de *cáa-tuã* significando—talos de folhas, grelos, palmitos.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Catucá.—(Log. no Mun. de Goyanna).—C. *catu-caá,* bastante matto (?); as mattas de Catucá são famosas pela sua extensão e espessura.

Cauan. — (Eng. no Mun. de Agua-Preta). — Vide — *Acauan.*

Caxangá.—(Pov. no Mun. do Recife). — Corr. *caa-çang-áb*, matto estendido (?); póde ser ainda corr. *cáa-çang-guá*, matto do valle dilatado, ou, finalmente, corr. *caa-ciangá,* matto da madastra, ou da madrinha.

Changuá. — (Eng. no Mun. de Rio Formoso). — C. *çang-guá*, valle dilatado, ou estendido.

Cibiró.—Riacho affl. do Serinhaem).—« Parece compôr-se de *cibi-rõ* significando—o *cebi* ferido; um passarinho pardo conhecido por *Cebi*, nome que se alterou em *Cebinho.*» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Cocahu'.—(Riacho affl. do Serinhaem). — C. *co-ca-y*, alt. *coca-u*, rio dos mantimentos, ou dos viveres.

Coités.—(Serra no Mun. de Nazareth).— C. «*cui-étê*, vaso real, cuia grande, ou capaz, cuia bòa.» (*B. C.*, 80)

Columby.—(Log. no Mun. de Florês).—«Em outros logares *Calumby*, é corrupção de *cáa-umby*, matto verde, ou folha azulada, ou tirando a anil.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Columby.—(Log. no Mun. de Flores).—«Em outros logares *Calumby*, é corrupção de *caá-umby*, matto verde, ou folha azulada, ou tirando a anil.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Communaty.—(Serra no Mun. de Aguas-Bellas).—«Corr. *comaná-tim*, feijão branco.» *(Th. S.*, 122)

Corémay.—(Riacho na ilha de Itamaracá). — C. *corimã-y*, rio das corimans.

Coromatá.—(Ilha no Rio S. Francisco).—Corr. «*quiri-mbatã*, peixe salmão, (muito tenro, ou muito vermelho).» *(B. C.*, 438)

Cotigy.—(Riacho no Mun. da Escada). — Corr. *acuti-g-y*, rio das cotias.

Cotunguba.—(Pov. e riacho no Mun. de Gravatá). —«Em outros logares, *Cotinguiba*, é corrupção de *cotynga-yba*, que quer dizer—pau de véla, isto é, mastro de embarcação.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Cromatá.—(Ilha no rio S. Francisco).—Vide *Coromatá*.

Cruangy.—(Pov. no Mun. de Timbauba; riacho affl. do Capibaribe-merim).—C. *curuã-g-y*, rio das curuanhas ou cruanhas, arvore silvestre, que cresce em abundancia nas suas margens.

Crussahy.—(Riacho affl. do Capibaribe).—Corr. *curuçá-y*, rio da cruz; *curaçá* é alt. tupi do portuguez *cruz*.

Cuaté.—(Log. no Mun. de Itambé).—« Corr. *quá-té*, poço desmanchado ou transformado.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Cuépe.—(Eng. no Mun. de S. Lourenço da Matta).— « Parece corrupção de *cué-pe*, que quer dizer—no mexido, no agitado, no revolvido.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Cumaru'.—(Logs. nos Muns. de Limoeiro e de Bom Jardim).—«Corr. *cumbarú=cumbary*, especie de pimenta

(deram-me como significando em geral «tempero», *cu*, o alimento, *mboari*, alegrar).» *(B. C.*, 81). E' tambem o nome de uma leguminosa (Dipterix odorata), *D. C.*)

Cumbe.—(Log. no Mun. de Olinda). — « Não parece tupi, mas se o fôr, parece compòr-se de *cúm-be*, o mesmo que *cúm-pe*, em que se troca o *p* por *b*, porque se dá o abrandamento do som, por estar precedente uma syllaba nazal.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Cúpe.—(Pov. no Mun. de Ipojuca).—«Póde ser corrupção de *cú-pe*, que quer dizer—no aperto, no apertado.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Cupety.—(Pov. e riacho no Mun. de Alagôa de Baixo).—Corr. *copi-t-y*, rio da roça, ou do roçado.

Curémay. — (Riacho na ilha de Itamaracá). — Vide *Corémay.*

Curcuranas.—(Pov. no Mun. de Jaboatão). — Ant. *caracurana=caracu-arana*, o falso vinho de raizes (?)

Cursahy. — (Eng. no Mun. de Pau-d'Alho). — Vide *Crussahy.*

Curubé.—(Riacho no Mun. de Iguarassú).—«Parece corrupção de *curu-beb*, cabaças grossas.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Curubu'.—(Riacho no Mun. de Olinda),—Corr. *curub-y*, alt. *curub-u*, rio dos seixos, ou do cascalho.

Curupaity.—(Engs. nos Muns. de Agua-Preta, Nazareth, Palmares, Serinhaem e S. Lourenço da Matta).

Cururu.—(Eng. no Mun. de Gameileira).—« O roncador, o que ronca, o sapo grande (Pipa cururu).« *(Th. S.*, 124)

Curuzu'.—(Eng. no Mun. de Gamelleira).—«E' o vocabulo *cruz* pronunciado á moda guarany.» *(Th. S.*, 124)

Cutegy.—(Riachos nos Muns. de Alagôa de Baixo e da Escada).—Corr. *cui-ètê-g-y*, rio das coités.

Cuyabá.—(Eng. no Mun. de Agua-Preta)—«C. *cuy-abá*, gente forte, esforçada, valente.» *(Th. S.*, 124)

Cuyambuca.—(Pov. e riacho no Mun. de Agua-Preta).—« Corr. *cuñambucú*, mulher alta, alongada, isto é, moça.» *(B. C.*, 263)

E

Embóassu'.—(Pontal ao N. do Estado e proximo á Ponta do Funil).—C. *embó-assú*, riacho grande.—«Póde ser corrupção de *mboy-uçú*, cobra grande.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Emburanas.—(Pov. no Mun. de Caruarú; serras nos Muns. de Caruarú e Taquaretinga).—Corr. *imbú-rana*, similhante ao imbú, planta da familia das leguminosas (Dipterix peteropa).

Exú.—(Mun. e villa; serras nos Muns. de Buique e Brejo da Madre de Deus).—«Corr. *eichú*, ou *eira-chú*, abelha negra que faz um ninho rugoso, aspero.» *(Th. S.*, 124)

G

Gambá.—(Eng. no Mun. de Nazareth).—«Corr. *guà-ambá*, seio ouco, e sacco vazio; nome de um marsupio que guarda os filhos em um sacco que tem na barriga.» (Didelphus). *(Th. S.*, 124)

Garanhuns.—(Mun. e cidade).—«Corr. *guirá-nhun*, os passaros pretos.» *(Th. S.*, 124)

Garapu'.—(Eng. no Mun. do Cabo).—Corr. *guará-ypú*, fonte dos guarás, que alli abundam, devastando os canaveaes.

Gatiuba.—(Riacho no Mun. de Goyanna).—«Parece corrupção de *catiuba* que, por sua vez, é corrupção do

tupi *caá-t-yuba*, que quer dizer—pau amarello.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Genipapo. —(Riacho no Mun. de Bonito). — «Corr. *yanipaba*, ou *nhandipab*, fructa de esfregar, ou que serve para pintar.« *(Th. S.*, 125)

Gequia'. —(Pov. no Mun. do Recife).—Ant. *Yequeá* =«*yequeá*, o cesto, o covo de apanhar peixes ou aves.» *(B. C.*, 587)

Gerimu'. — (Serra no Mun. de Garanhuns). — Corr. *ina-yurumun*, cabaça de bocca ou gargalo estreito; nome indigena da abobora conhecida *(Cucurbita major rotunda)*, ou talvez com mais propriedade a variedade denominada —*gerimú de pescoço.*» *(B. C.*, ...)

Geriquity. — (Log. no Mun. do Recife). — « Corr. *yari-quynty*, cacho cortado.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Gindahy. — (Riacho affl. do Tracunhaem). — Corr. *nhendai-hy*, rio das jandaias.

Goitá.—(Rio affl. do Capibaribe).— «Parece corrupção de *guá-itá*, que quer dizer—pedra da baixa; póde ser tambem corrupção de *cuin-itá* e se traduz—pedra de farinha ou gral, pedra em que se quebra o milho para fazer a farinha.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Goyabeira. — (Eng. no Mun. de Jaboatão). — Voc. hybrido composto do tupi—*goyaba (acoyá*, junta de grãos), nome do *Psiduim*, e do suff. portuguez *eira*; a arvore da goiaba.

Goyanna.—(Mun. e cidade).—«Ant. *Gueena*, como o escrevou na sua *Historia do Brasil*, de 1627, Frei Vicente do Salvador; mas deve ser antes—*Guayana*, c. *Guá-yãi*, porto, ou ancoradouro do valle, ou da bacia.» *(Th. S.*, 125)

Gramame.—(Riacho no Mun. de Itambé). — «Corr. *guára-mãmo*, cerca, curral, rodeio, manga.» *(Th. S.*, 125)

Gravatá.—(Mun. e cidade).—Corr. *carauá-atã,* o carauá rijo, duro.

Guabiraba.—(Pov. e Mun. de Limoeiro).—«Corr. *guab-iroba,* alt. *guab-iraba,* comida, aliás, fructa de comer amarga (Abbevillea maschalantha).» *(Th. S.,* 126)

Guaibihebé.—(Riacho affl. do Capibaribe).—C. *guai-bi-ebé,* barriga de velha.

Guaibipopéba.—(Riacho affl. do Araripe).—«Corr. *guaibin* ou *guaimi-popéba,* que se traduz—a mão chata da velha—e tambem—cinta ou faxa da velha. O nome *popéba* indica uma trança ou faxa, tira de panno, especie de tanga, que as mulheres traziam á cinta.« (Th. S., *Ns. Ms.)*

Guaibú.—(Pov. e ancoradouro no Mun. do Cabo). —«Parece corrupção de *guá-ybú,* que quer dizer—fonte ou olho d'agua do valle, isto é,—olho d'agua da baixa.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Guajá.—(Riacho affl. do Pirapama).—C. *guayá,* o carangejo.

Guajáguira'.—(Braço do rio Cebiró).—«Corr. *guayá-guirá,* passaro ou ave dos carangejos, designando-se com esse nome uma ave que se alimenta destes crustaceos.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Guajirú.—(Pov. no Mun. de Goyanna).—«Corr. *guá-gy-r-ú,* agua da lagôa.» *(Th. S.,* 126)

Guararapes.—(Montes celebres na Guerra Hollandeza).—«Corr. *guararú-pe,* nos tambores.» *(Th. S.,* 127).— E' um dos raros vocabulos indigenas bem interpretados pelos antigos chronistas: Já Frei Raphael de Jesus, no *Castrioto Lusitano* (Ed. 1679, pag. 579), explicava: «Guararapes, na lingua do Gentio, he o mesmo, que estrondo, ou estrepito, que cauzão os instromentos de golpe, como sino, tambor, atabale, & outros; & o rumor, que fazem as agoas pellas roturas, & concavidades delles (montes) lhes deu o nome de Guararapes.»

Gurjáhu'.—(Pov. e riacho no Mun. de Jaboatão).—Ant. *Gurujáy,* c. *guarú-yá-y*, rio do viveiro dos sapos, ou onde se criam os sapos.

I

Ibipupura.—(Ant. eng. no Mun. do Recife).—Corr. *ibi-popór*, terra fertil.

Ibirapaba. — (Riacho affl. do Araripe). — C. *ibirá--paba*, madeira talhada, cortada, lavrada.

Ibirapitangy. — (Riacho affl. do Capibaribe). — C. *ibirá-pitâ-g-y*, rio do pau vermelho, ou do pau brasil.

Ibitara. — (Ant. eng. no Mun. de S. Lourenço da Matta).—«Corr. *yby-tara*, espiga de terra, isto é, o ornato em fórma de espiga que se introduzia no beiço inferior ou nas orelhas, uns feitos de pedra *(itámetara)*, outros de terra *ybitara* ou *Ybymetara).*» (Th. S., *Ns. Ns.)*

Ibura. — (Log. no Mun. de Recife). — Corr. *ibúr*, a fonte, o manancial, a nascente.

Icipupéba.—(Riacho affl. do Pirapama).—Corr. *ici--pó-péb*, o cipó chato, a liana em forma de fita.

Igarassupitanga. — (Riacho affl. do Iguarassú).—C. *ygara-assú-pitã*, a grande canôa vermelha.

Iguapé.—(Eng. no Mun. de Nazareth).—C. *igua-pé*, o caminho do lagamar, ou da bacia fluvial.

Iguarassu'. — (Mun. e cidade).—«Corr. *igara-assú*, canôa grande, barco de alto bordo, navio.» *(Th. S.*, 130)

Imbê.—(Serra no Mun. de Cimbres).—«C. *ym-mbe*, planta que se arrasta, planta rasteira, trepadeira.» *(Th. S.*, 130). *(Philondendron imbé).*

Imberibeira. — (Log. no Mun. do Recife). — Voc. hybrido composto do tupi *imbi-rib (in-piri*, perto ou junto

d'agua, *ib*, arvore) nome das aroideas, vulgo «folhas da fonte», e o suff. portuguez *eira*.

Ingá.—(Riacho no Mun. de Quipapá).—C. *ingá*, ensopado, cheio d'agua; é o nome de varias mimosas e leguminosas.

Ingazeira. —(Mun. e villa).—Voc. hybrido formado do precedente com o suff. portuguez *eira;* arvore do ingá.

Inhacipopuco.—(Riacho no Mun. de Iguarassú).—«Corr. *nhãcipó-pug*, o cipó partido, ou arrebentado.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Inhaem.—(Ilha no rio S. Francisco).—«Corr. *y-nhaen*, panella d'agua, pote.» (Th. S., *Ns.. Ms.)*

Inhaman.—(Pov. no Mun. de Ipojuca).—«Corr. *y-nhamã*, circulo d'agua, rodeio d'agua, agua em torno.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Inhumas.—(Riacho no Mun. de Altinho).—Alt. *anhumas*, «corr. *nhã-um*, com a apposição do artigo portuguez *a*, significa—*ave preta*, (Palamedea cornuta).» *(Th. S.*, 110)

Iobi. —(Riacho affl. do Tapirema).—C. *y-obi*, o rio verde.

Iobuguassu'.—(Antigo nome do rio Formoso).— Corr. *y-obi-guassú*, grande rio verde.

Ipetunga.—(Riacho affl. do Araripe).—«Corr. *ipé-tunga*, pulga ou bicho de sujeira, bicho de immundicie; póde, porém, ser corr. de *yby-tunga*, que se traduz—bicho do chão, ou pulga do chão, ou o bicho do pé.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Ipiranga.—(Eng. no Mun. de Agua-Preta).—C. *y-piranga*, agua ou rio vermelho.

Ipojuca — (Mun., cidade e rio). — «Corr. *yapó-yuc*, estagnado, pôdre, banhado de aguas putridas.» *(Th. S.*, 131)

Iputinga.—(Log. no Mun. do Recife).—C. *ipú-tinga*. olho d'agua branca, fonte clara.

Iruzui.—(Riacho no alto sertão, affl. do Parnahyba). —«Corr. *uruçu-y*, rio do *uruçú*, nome de uma bôa variedade de abelhas indígenas.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Itaborahy.—(Eng. no Mun. de Pau-d'Alho).—«Corr. *itá-pore-y*, rio do salto da pedra.» *(Th. S.*, 131)

Itacaratu'.—(Mun. e villa).—Vide *Tacaratú*.

Itacoára. —(Log. no Mun. de Goyanna). — C. *itá-quara*, o buraco da pedra, a furna, a lapa.

Itaguassutiba.—(Antigo nome do rio das Ilhetas). —«Corr. *itaguassú* ou *itáguaçú-tyba*, significando—*penedia;* pois que *itaguaçú* significa—penedo, penhasco, padrão.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Itamaraca'.—(Ilha). — «C. *itá-maracá*, maracá, ou chocalho de metal, o sino, a campa.» *(Th. S.*, 132)

Itacuruba. — (Ant. nome de um affl. do Araripe). —«Corr. *itá-curuba*, pedacinhos, ou fragmentos de pedras, seixos.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Itambé.—(Mun. e cidade).—«C. *itá-aimbé*, pedra aspera, penedo afiado, cortante, ponteagudo. *(Th. S.*, 132)

Itanhenga.—(Pov. no Mun. de Pau d'Alho).—«Corr. *itá-nheenga*, som da pedra, ou pedra sonora.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Itapessoca.—(Riacho no Mun. de Iguarassú).—«Corr. *itapé-çoca*. *Itapé* é a contracção de *Itapeba*, que perde a ultima syllaba ao entrar em composição e significa literalmente—pedra chata, isto é, lage; *çoca* quer dizer—batida, perfurada, moida. *Itapeçoca* quer dizer, pois,—lage batida, ou perfurada.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Itapicuru'.—(Eng. no Mun. de Iguarassú). — «C. *itapé-curu*, lage fragmentada, pedra meuda, seixos, calhaus; póde ainda ser corr. *ita-pucu-r-u*, rio da pedra comprida, ou melhor da penha longa, rio dos lageados extensos.» *(Th. S.,* 133)

Itapirema. — (Riacho affl. do Ubú). — «Corr. *itá--apireima*, pedra sem fim, e tambem póde ser corr. *tapir--ema*, anta fetida, ou fedorenta.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Itapirussu'—(Morro no Mun. de Olinda). — «Corr. *tapir-uçu*, significando—anta grande, o que é mais provavel do que se se interpretasse por *itá-apira-uçú*, ou *itá--apiruçu*, -que se traduz—cabeceira grande de pedra.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Itapissuma.—(Pov. no Mun. de Iguarassú).—Ant. *Itapicima*, c. *itá-pecim*, pedra de superficie liza, lage, lousa.

Itapissurú.—(Pov. no Mun. de Serinhaem).—Corr. *itapé-çurú*, lage que desliza, lage escorregadiça.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Itapocirica.—(Riacho affl. do Capibaribe). — «Póde ser corrupção de *itapé-cirica*, que quer dizer—lage corredia, lage resvaladia. O gentio designava com o nome de *itapecirica* os cabeços rochosos, calvos, onde a vegetação não consegue medrar. No littoral do Sul, do Rio de Janeiro para S. Paulo e além, ainda se conserva na lingua popular o nome indigena com essa significação.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Itapurussú.—(Log. no Mun. de Bôa-Vista).—Vide *Itapirussú*.

Ituba.—(Log. no Mun. de Tacaratú).—«Corr. *y-tyba*, abundancia d'agua, ou — aguaçal, paul.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Iuiás.—(Riacho affl. do rio Mandahú).— «Corr. *yui--áa*, rãs pequenas.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

J

Jabaira.—(Riacho affl. do Capibaribe).—C. *yabá-ira*, esconderijo do mel.

Jaboatão.—(Rio, mun. e cidade).—Antigamente—*Iauapoatã*, que se decompõe em *Iauá-poatã*, *Yauá*—é a forma contracta de *yaguá* que é o mesmo *Yaguára*, perdendo este a ultima syllaba ao entrar em composição; *poatã* ou *pó-atã*, quer dizer—mão rija,mão firme. Portanto, *yauá-poatã* quer dizer—mão rija de onça, ou mão dura de onça. Como, porém, o nome indigena se applica a um fructo espinhoso de fibra dura, reconhece-se que o selvagem o compara ou equipara a uma mão aspera como a da onça com as suas unhas estendidas.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Jaboticaba.—(Serra no Mun. de Bezerros).—Corr. «*iapoticaba*, botão de fructos, ou fructas em botão; nome tupi do fructo de varias myrtaceas.» *(B. C.*, 184)

Jacarara'.—(Serra no Mun. de Taquaretinga).—«Parece corrupção de *yacarérã*, significando—semelhante ou parecido com o jacaré; designa alguma cousa cujo exterior se assemelha ao couro do jacaré.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Jacaré.—(Riacho nos limites dos Muns. de Olinda e do Recife).—«Corr. *ya-caré*, o que é encurvado, ou sinuoso; corr. *y-echa-caré* o que olha torto, ou de banda; póde ser ainda corr. *yaguá-ré*, a fera de outro genero, ou como se fôra—a onça d'agua (Crocodilus sclerops)» *(Th. S.*, 134)

Jacu'.—(Eng. no Mun. de Nazareth).—«Corr. *y-a-cú*, o que come grãos, o que traga, ou engole fructos *(Th. S.*, 135) *(B. C.*, 565)

Jacuhype.—(Rio affl. do Una).—«Corr. *yacá-y-pe*, no rio dos jacús.» *(Th. S.*,135)

Jaguara'.—(Riacho affl. do Ipojuca).—C. *yaguá-rá*, semelhante á onça; o cão.

Jaguarama. — (Riacho affl. do Pirangyzinho). —C. *yaguá-retama,* alt. *yaguá-rama*, a região das onças.

Jaguarana. — (Log. no Mun. de Amaragy). — C. *yaguá-rana,* parecido com, semelhante á onça; o cão.

Jaguaribe. — (Braço do rio Maria Farinha; riacho na ilha do Itamaracá).—«Corr. *yaguár-y-pe,* no rio da onça.» *(Th.. S.,* 135)

Jagurussu'.—(Riacho affl. do Capibaribe). — «Póde ser corrupção de *yacu-r-uçú*, o jacú grande.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Japaranduba. — (Eng. e riacho no Mun. de Palmares).—Ant. *Iaparatiba*, corr. *yapára-tyba*, arcos em abundancia; como é o nome de uma arvore de madeira muito flexivel póde tambem ser corr. *yapára-t-iba*, arvore dos arcos.

Japomin.—(Riacho no Muu. de Goyanna).—«Parece corrupção de *yapó-nun* que quer dizer—brejinho, pantano pequeno.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Japicanga.—(Serra entre os Muns. de Bonito e do Brejo).—«Parece corrupção de—*yapê-cang,* significando — o que é torto e secco. Póde ser ainda *ya-apecang*, ramagem de espinho, haste de espinho.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Jaquicipitanga.—(Riacho affl. do Ipojuca).—Ant. *Iequicipitanga*, «parece corr. de *y-quicin-pitanya,* que se traduz—agua revolvida, ou agua turva, vermelha.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Jaracatiba. — (Serra no Mun. de Garanhuns). — «Parece corrupção de *yararaca-tyba*, onde abundam as jararacas.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Jararaca.—Log. no Mun. de Goyanna).—«C. *yará-r-ag,* o que colhe, ou agarra envenenando, ou, vulgarmente, o que tem bote venenoso (Bathrops).» *(Th. S.,* 136)

Jassirú. — (Riacho affl. do Serinhaem). — «Póde ser corrupção de *yaçi-r-ú,* que se traduz—bebida da lua, bebedouro da lua.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Jatinan. — (Logôa no Mun. de Cimbres). — «Corr. *yatii-nã*, grão grosso, ou cabeço grosso.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Jatobá.—(Mun. e villa; riacho affl. do Una).—«Corr. *y-atã-obá,* o que tem dura a casca, ou a superficie.» *(Th. S.*, 136)

Jaturécay.—(Ant. nome de um affl. do Capibaribe). —«Parece corrupção de *yá-aturé-cai*, que se traduz — cabaça curta queimada, ou—queimada de cabacinhas.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Jetirana.—(Eng. no Mun. de Barreiros). — C. *yeti--rana*, parecido com, ou semelhante á batata, em allusão á semelhança das folhas da *jetirana* com as da batata.

Jua'.—(Eng. no Mun. de Nazareth).—C. *yu-á,* fructo de espinhos.

Juazinho.—(Riacho affl. do Capibaribe). — Voc. hybrido composto do precedente e do suff. dim. portuguez *zinho.*

Jundia'.—(Riacho affl. do Una). — «C. *Yundi*, espinhal, barbas, espinhos, *á,* cabeça; *jundiá*, o que tem cabeça cheia de barbas, ou espinhos; peixe d'agua doce (Platystoma spatula).» *(Th. S.,* 136)

Juparitiba. — (Riacho affl. do Capibaribe-mirim).— «Corr. *yu-pari-tyba,* em que *yu-pari* quer dizer—cerca de espinhos, ou—fecho de espinhos, cerrado de espinhos, trama de espinhos; *tyba* é suffixo exprimindo abundancia. *Yu-pari-tyba* é, pois, — o espinhal trançado, sarçal, silvado.» (Th. S., *Ns. Ms)*

Jupi. — (Serra no Mun. de Garanhuns). — C. *yu-pi*, espinho aguçado, ponteagudo, fino.

Juquicipitanga.—(Riacho affl. do Ipojuca).—Vide *Jaquicipitanga.*

Juquipitanga.—(Riacho affl. do Capibaribe-Mirim). —C. *yuquir-pitanga*, sal vermelho.

Juquiri.—« *Yuquirí*, salmoira, agua muito salgada. Póde ser corrupção de *yuquerí*, que designa um espinheiro, ou sarça.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Jurema.—(Pov. no Mun. do Brejo). — C. *yú-rema,* espinho fetido, ou fedorento; é o nome de varias mimosas.

Jurupariоba. — (Riacho affl. do Araripe). — Corr. *yurupari-ób*, folha do demonio.

Jussára.—(Serra no Mun. de Bom-Conselho).—«Corr. *yu-içára* ou *yú-içá*, vara de espinho, ou haste de espinho. E' o nome de uma palmeira que attinge grande altura, e de que ha variedades.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

M

Macahyba. — (Eng. no Mun. de Nazareth). — Corr. *bacayba*, a palmeira *Aerocomia Scleorocarpa* Mart.

Macapa'.—(Pov. no Mun. de Timbaúba).—«C. *macá-pá, macá=macaba* ou *bacaba*, a palmeira *(Oenocarpus Bacaba,* Mart.), *pa*, lavrar, cortar, derribar; a derribada de macabas.» *(Th. S.*, 138)

Maçaranduba.—(Riacho e pov. no Mun. de Goyanna). — « Corr. *mbaé-çarand-yba,* em que *mbaé-çaran* quer dizer — cousa resvaladia, e *yba,* arvore. *Maçaranduba= mbaé-caran-d-yba* é arvore que dá cousa resvaladia, isto é, fructo escorregadio ou lubrico.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Macuca.—(Riacho affl. do Mandahú).—«Corr. *mbacuca* ou *mbaé-cuca*,—alguem que traga, o que traga, o tragador, ou engolidor.» (Th. S., *Ns. Ms.)* Nome de um passaro.

Mambucaba. — (Log. no Mun. do Recife). — Corr. *mombucaba*, o furo, a aberta, a passagem, o rasgão.

Mamucaba. — (Riacho no Mun. de Rio Formoso). — «Parece corrupção de *mamõ-cái* que quer dizer—cerca queimada, ou—fecho que se queimou.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Mamucaya. — (Log. no Mun. de S. Lourenço). — Vide *Macucaba.*

Manary. — (Riacho affl. do Moxotó). — «Corr. *amana-r-y,* agua de chuva.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Manassu'.—(Riacho affl. do Jaboatão).—«Corr. *amana-assú,* chuva copiosa, tempestade.» *(Th. S.*, 138)

Mandaçaia.—(Riacho affl. do Capibaribe).—C. *manda-eçái*, estender, os olhos em feixe (?); é o nome de uma abelha.

Mandacaru'.—(Riacho affl. do Capibaribe).—*Mandacarú*, nome dado a cardos e fructos espinhosos, ou pennugentos.» *(B. C.*, 216)

Mandahu'.—(Rio).—«Corr. *manda-ú,* ou *manda-y*, o rio dos feixes, ou dos montões.» *(Th. S.,* 138)

Mangari—(Riacho affl. do Jaboatão). — Corr. *mangá-r-y*, o rio dos cachos.

Manicodra.—(Lagôa no Mun. de Iguarassú).—Corr. *manib-coára*, buraco, ou cova de mandioca.

Maracahype.—(Ponta, riacho e pov. no Mun. de Ipojuca).—«C. *maracá-y-pe,* no rio do maracá, ou do chocalho.» *(Th. S.*, 139)

Maragogy.—(Riacho no Mun. de Correntes). — «C. *morog-g-y*, rio livre, desempedido; rio amplo, desembaraçado; póde ser tambem corr. *mair-aqui-gy-pe,* no rio dos francezes afogados.» *(Th. S.*, 139)

Maranguape.—(Pov. no Mun. de Olinda).—«C. *maranguá-pe,* no valle da batalha, ou da luta.» *(Th. S.,* 139)

Marayal.—(Pov. no Mun. de Palmares.—(Corr. *mbarayá,* especie de côco, palmeira; em uma sesmaria de 1820 encontra-se escripto *Marayá.*

Maribondo.—(Log. no Mun. de Limoeiro).—Corr. *mberú-ybõ,* mosca que flecha, que fere como flecha.» *(B. C.,* 229)

Marim.—(Ant. nome de Olinda).—«Corr. *mayri,* cidade.» *(Th. S.,* 139)

Mariquipu'.—(Riacho affl. do Capibaribe).—«Parece alteração de *mburiqui-pú,* que quer dizer—olho d'agua dos macacos.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Mary.—(Riacho affl. do Capibaribe).—«Corr. *mbary* ou *pari,* uma especie de espinho, sarça, silva.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Matapagipe.—(Eng. no Mun. do Cabo).—Corr. *iba-atã-gy-pe,* no rio do pau duro.

Matapiruna.—(Riacho affl. do Ipojuca).—Corr. *ibá-atã-purun,* pau duro que estronda.

Matary.—(Riacho affl. do Tracunhaem).—Corr. *ibá-otã-r-y,* rio do pau duro.

Matury.—(Eng. no Mun. de Bom-Jardim).—Corr. *ibá-tiriri,* fructo minguado, pequeno; diz-se do fructo do cajueiro ainda não desenvolvido.

Megahó.—(Riacho no Mun. de Goyanna).—Ant. *Mogoaí*; «parece corrupção de *myngau-ó,* ou *mynga-ahó,* lama fetida, barro fetido.» (Th. S., *Ns.. Ms.)*

Meguahype.—(Eng. no Mun. de Jaboatão).—Corr. *mbiguai-y-pe,* no rio dos escravos.

Menicudra.—(Riacho no Mun. de Iguarassú).—Corr. *manib-quára*, cova ou buraco de maniva, ou de mandioca.

Merépes.—(Riacho no Mun. de Ipojuca).—«Corr. *me-réb*, feridas, sarnas.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Merueira.—Riacho no Mun. de Iguarassú).—«Parece corrupção de *merú-eira*, que se póde traduzir—mosca com forma de abelha; póde ser tambem palavra hybrida, dando-se á palavra *merú* a terminação portugueza *eira.*» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Miringaba.—(Pov. no Mun. da Victoria).—«*Miringaba* quer dizer—pequeneza.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Mirucyra.—(Log. no Mun. de Cimbres).—«Corr. *merú-cira*, mosca luzidia, polida.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Mocós.—(Pov. no Mun. de Timbauba).—«C. *mo-coó*, ou *ma-coó*, bicho que róe, animal roedor (Cavia rupestris.» *(Th. S.*, 140)

Mondé.—(Serra no Mun. de Garanhuns).—«C. *mo-ndé*, fazer sobrepôr, ou cobrir; o que envolve, o que se alça; o laço, o alçapão.» *(Th. S.*, 141)

Muçahyba.—(Log. no Mun. de S. Lourenço).—«Corr. *moçá-yba*, em que *moçá* ou *mõ-eçá*=fazer olho, avultar; *yba*, arvore. *Moçá-yba* significará—arvore de vulto, arvore vistosa.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Muçupe.—(Eng. no Mun. de Iguarassú).—«*Muçupe* ou *mussupe* é corrupção de *mboçú-pe*, que quer dizer—no *muçum* (especie de enguia).» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Mucury.—«Parece corrupção de *mycura-y*, rio da *mucura*, especie de marsupio, ou *sariguê*. Costuma-se tambem designar por este nome uma palmeira, que chamam—*Licury*, *Uricury*, *Ouricury*.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Mupam.—(Eng. no Mun. do Cabo).—«Parece alt. de *nupã*, que quer dizer pancada.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Muribára.—(Eng. no Mun. de S. Lourenço).—Ant. *Miribára*, corr. *merú-uára*, o comedor de moscas, o papa moscas.

Muribeca.—(Eng. no Mun. de Jaboatão).—Ant. *Mirubeca*, corr. *mberú-beca*, a mosca importuna, o mosquito persistente.» *(Th. S.*, 141)

Mussú.—(Riacho affl. do Ipojuca).—Corr. *mbuçú*, vulgo *muçum*, especie de enguia d'agua dôce.

Mussurépe.—(Riacho affl. do Capibaribe).—«Corr. *mbuçú-ré-pe*, em que *mbuçú-ré* quer dizer—moçum differente, qualidade diversa de moçum; *pe* é a posposição, para nós preposição,—em. *Mbuçuré-pe*, quer dizer, neste caso,—no moçum de outra especie.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

O

Obú.—(Log. no Mun. de Goyanna).—«Corr. *upú*, *ou y-bú*, agua que ferve, ou surge o manancial; o olho d'agua.» *(Th. S.*, 142)

Ory.—(Serra no Mun. de Flores).—«Corr: *ory*, o cacho.

Ouricury.—(Mun. e villa).—«Corr. *ary-curú*, o cacho amiudado, ou repetido, o que dá cacho de continuo *(Cocos coronata*, Mart.).» *(Th. S.*, 143)

P

Pacús.—(Log. no Mun. de Flores).—«C. *pacú*, rapido, ou veloz no comer; é o peixe fluvial *Prochilodus argentus.» (Th. S.*, 143)

Paétinga.—(Riacho affl. do Araripe).—Corr. *payé-tinga*, o feiticeiro branco.

Pagy.—(Riacho no Mun. de Nazareth).—C. *pag-y*, rio das pacas.

Pajehú. — (Rio). — «Corr. *payé-ú* ou *payé-y*, rio do feiticeiro.» *(Th. S.,* 143)

Panema. — (Rio affl. do S. Francisco). — «Corr. *y-panema*, agua ruim, imprestavel.» *(Th. S.*, 130)

Papicu'.—(Riacho no Mun. de Goyanna).—«Parece alteração de *ypa-pucú* que quer dizer—lagôa comprida, o brejo extenso.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Paraguassu'. — (Eng. no Mun. da Escada). — « C. *pará-guassú*, mar grande, e tambem rio grande; póde ser ainda *pará-guá-açú*, seio grande do mar, bahia, golpho.» *(Th. S.*, 144)

Parary. — (Eng. no Mun. de Limoeiro). — «*Parary* ou *parari* é nome de uma especie de pomba.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Parnamerim.—(Log. no Mun. do Recife).—C. *paraná-mirim=pará-mirim*, o riosinho, o rio menor.

Paratibe.—(Rio e pov. no Mun. de Olinda).—Corr. *pirá-ty-pe*, nos peixes brancos, ou nas tainhas.

Passassunga.—(Eng. no Mun. de Limoeiro).—«Parece corrupção de *mbeaçá-cynga*, que se traduz—porto resvaloso, ou escorregadio. O nome *mbeaçá* ou *peaçá*, que quer dizer—porto, ou o caminho sahe, isto é,—onde vem ter o caminho á beira d'agua, altera-se muitas vezes em *piaçá*, *paçá*, ao entrar em composição.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Passira.—(Serra no Mun. de Limoeiro).—Ant. *Bacira*, corr. *pab-cira*, extremidade polida, ponta reluzente.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Penanduba.—(Eng. no Mun. de Jaboatão).—«Corr. *panã-dyba*, abundancia de borboletas.» (Th. S., Ns. *Ms.)*

Penderaca.—(Eng. no Mun. de Palmares).—«Parece corrupção de *pindó-r-ag* que quer dizer—palmeira amarga, isto é, que dá palmito amargoso. Póde ser ainda corrupção de *pindá-r-ag*, que se traduz — veneno do anzol.» (Th. S,, *Ns. Ms.)*

Penderama.—(Eng. no Mun. de Ipojuca).—«Parece corrupção de *pindó-rama* que se traduz — terra das palmeiras.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Perajuhy. — (Eng. no Mun. de Iguarassú). — Corr. *pirá-yú-y*, rio do peixe amarello, ou do dourado.

Pernambuco.—(Nome do Estado).—Ant. *Paranambuca*, «corr. *paranã-buc*, ou *paranã-puca*, o mar quebra, ou o mar arrebenta, isto é, o quebra mar, em allusão ao recife.» *(Th. S.*, 146)

Peroba. — (Pequena enseada junto á ponta de Persinunga). — C. *pé-rób*, casca amarga; é o nome de varias leguminosas.

Perory.—(Eng. no Mun. de Itambé).— Corr. *yperú-r-y*, rio dos tubarões.

Perpery.—(Riacho affl. do Pirapama). — « C. *pepen-r-y*, rio das quebradas, ou das quinas, rio das pontas (Th. S., 145.)» Póde ser tambem alteração de *piri-piri,* o jun cal.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Persinunga.—(Rio no limite de Pernambuco e Alagoas). — Alt. *Piraçununga*, c. *pirá-çunun*, onde o peixe rumoreja.

Petimbú,—(Ponta, porto e pov. no Mun. de Goyanna).—Ant. *Apitumbú*, «corr. *petyn-bú*, olho d'agua do fumo, ou do tabaco.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Petribu.—(Riacho affl. do Capibaribe).—«Parece alteração de *botir-ybú,* significando—olho d'agua das flôres; póde ser ainda corrupção de *apiter-ybú*, que quer dizer— olho d'agua do meio.» (Th. S. *Ns. Ms.)*

Piátyba.—(Corôa junto á foz do rio Maria Farinha). —C. *piab-tyba*, abundancia de piabas.

Pindoba. — (Riacho affl. do Ipojuca). — «C. *pindob*, folha de palmeira, palma em geral; nome tambem da mesma palmeira.» *(B. C.,* 377)

Pindobú.—(Eng. no Mun. de Nazareth).—Alt. *pindob-ú*, corr. *pindob-y,* rio das palmas, ou das palmeiras.

Pirágibe.—(Eng. no Mun. de Agua-Preta).— C. *pirá-g-y-pe*, no rio do peixe.

Pirangibe. — (Riacho no Mun. de Agua-Preta). — «Corr. *pirã-g-y-pe*, no rio das piranhas.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Pirangy. — (Riacho affl. do Una). — C. *piran-g-y*, rio vermelho.

Pirapama.—(Rio). — «C. *pirá-pama*, bate o peixe, onde o peixe salta n'agua.» *(Th. S.*, 147)

Pirapora.—(Eng. no Mun. de Nazareth).—«C. *pirá-pora*, o peixe salta, ou pula; logar do rio encachoeirado onde o peixe pula.» *(Th. S.,* 147)

Pirauá.—(Eng. no Mun. Nazareth).—Corr. *pirá-ú-á*.

Piráuhyra. — (Riacho affl. do Capibaribe).— «Corr. *pirá-ú-yra*, agua do peixe cortada, ou o mesmo que agua do peixe temporaria.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Piriguáy. — (Riacho no Mun. de Iguarassú). — C. *piriguá-y*, rio dos piriguás (o que é attinente a junco), nome dado a aves, entre outras ao anú.

Pitanga. — (Riacho affl. do Iguarassú).—Corr. *pitã*, vermelho.

Pipoca. — (Riacho no Mun. de Itambé).— «Corr. *pipoca*, a pelle estalando, ou arrebentando; o milho torrado.» *(Th. S.*, 146)

Pororoca.—(Riacho affl. do Ipojuca).— «Corr. *pororog*, rebentar, estrondar, desparar; *pororoca*, part. estrondante, o que arrebenta, ou faz rumor; o macaréo.« *(Th. S.*, 147)

Pituaçú.—(Eng. no Mun. de Goyanna).—C. *pitú-açú*, *pitú* grande; *pitú*, grande camarão escuro *(pin-tun*, pelle escura, ou negra).

Pumaty.—(Eng. no Mun. de Palmares).—Corr. *ypú-mityn*, a fonte da sementeira, o olho d'agua da plantação.

Q

Quati.—(Serra no Mun. de Bom-Conselho).— «Corr. *quá-ti*, riscado punçado, ou lanhado, o que traz riscas, ou sulcos; o animal *Nasua.*» *(Th. S.*, 148)

Queraiba.—(Riacho affl. do Araripe).—«Parece corrupção de *ker-ayba*, dormida ruim, ou pouso mau.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Quimangas.—(Barreta junto á ponta de Serinhaem). Corr. *qui-mong*, espinho pegajoso, ou viscoso.

Quipapá.—(Mun., villa e riacho).—«Aug. *quipá,* que se póde decompôr em *qui-pã*, ponta, estylete, espinho cravado, atolado, introduzido; s., tenaz, torquez; é o nome do cardo rasteiro dos sertões do Norte do Brasil.» *(Th. S.*, 146)

Quitembú—(Riacho e pov. no Mun. de Ingazeira). «Parece corrupção de *quiti-bú*, que quer dizer—olho d'agua do limpo.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

S

Saguim.—(Eng. no Mun. de Nazareth).—«Corr. *çã-ĩ*, olhos pequenos, o que é esperto, o vivo, agil; nome de um pequeno simio (Hapale).» *(Th. S.*, 149)

Sambacuy..—(Log. no Mun. de Alagôa de Baixo). —Corr. *tambá-quib*, cisco de ostras ou conchas; os montes de cascas de mexilhões, ou de conchas, vulgo *sambaquis*.

Sanharó.—(Pov.. no Mun. de Cimbres).—«Corr. *çoó-haron*, que se traduz — bicho bravo. Nome applicado a uma qualidade ae abelhas silvestres e bravias.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Sapé.—(Outeiro ao Norte da barra das Jangadas).— «C. *eçapé*, o que allumia; graminea *(Saccharum sapé)* que servia para cobrir casas e fazer fachos.» *(B. C.*, 88)

Sapocaya. — (Log. no Mun. da Victoria). — « Corr. *çapucai*, s., o grito, o clamor; vb., gritar, clamar; s., o gallo ou a gallinha; corr. *yaçapucai*, o fructo conhecido por sapucaia (Lecythis).» *(Th. S.*, 149)

Sapocagy. —(Riacho affl. do Ipojuca). — C. *çapocai-g-y*, rio das sapocaias.

Sararái.—(Riacho no Mun. de Iguarassú). — C. *çararã-y*, rio das mariposas.

Saué.—(Log. no Mun. de Amaragy).—Corr. *içaú-é*, a formiga mestra diversa, a saúna de outra especie.

Saúna.— (Log. no Mun. do Brejo). — Corr. *içá-una*, formiga preta.

Serinhaem. — (Rio, mun. e cidade). — « Corr. *ciri-nhaen*, bacia, vaso dos siris, viveiro dos siris; corr. *ciri-nheen*, o siri rumoreja, onde os siris fazem rumôr.» *(Th. S.*, 150)

Sernamby.—(Ponta no Mun. de Serinhaem)—«Corr. *cerinambi*, o marisco, a amejôa.» *(Th. S.*, 150)

Sibauma. — (Log. no Mun. de Rio Formoso).— « É nome tupi corrupto e que toma diversas fórmas, como *Sibaúma*, *Sebaúma*, *Subaúma*, *Sebaúna*, *Sabaúna*, todos

corrupção de *Tambá-una*, que quer dizer — concha preta, especie de marisco d'agua dôce.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Sibiró. —(Rio que atravessa os Muns. da Escada, Ipojuca e Serinhaem).—Vide *Cibiró.*

Siri. — (Riacho affl. do Tejucopapo). — «Corr. *ciri*, o que corre, o corredor, ou corredio.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Sirigi. — (Riacho affl. do Tracunhaem). — C. *ciri-g-y*, rio dos siris.

Sirijó.—(Riacho no Mun. de Goyanna).—«Corr. *ciri-yó*, o que procede do siri, ou tirado do siri.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Suape.—(Rio e barra no Mun. do Cabo).—Corr. *çoó-apé*, o caminho, ou a vereda da caça.

Suassuna.—(Riacho affl. do Jaboatão; ilha no Mun. do Recife).—Corr. *çoó-assú-una*, veado preto.

Sueira. — (Riacho no Mun. de Ipojuca). — « Parece corrupção de *çoó-era*, animal extincto, carniça.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Supitanga.—(Riacho no Mun. de Itambé).—«Póde ser corrupção de *çoó-pitanga*, bicho vermelho; como póde ser abreviação de *çoó-açu-pitanga*, alterado para *Suassu-pitanga* e abreviado em *Supitanga*, que quer dizer—veado vermelho.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Suruajú.—(Eng. no Mun. de Nazareth).—Corr. *çur-uã-yú*, espinho de talo saliente.

T

Tabatinga. — (Riacho affl do Ipojuca). — « C. *taba-tinga*, aldêa branca; corr. *tauá-tinga*, barro branco.» *(Th. S.,* 151)

Tabayacús.—(Esparcellado no ancoradouro do Lamarão).—Corr. *itá-bayacú*, pedra dos baiacús.

Tabajára. — (Eng. no Mun. de Goyanna). — «Corr. *taba-yara*, os aldeões, os moradores das aldêas, os senhores dos povoados.» *(Th. S.,* 131). Nome de uma nação indigena.

Tabayré.—(Eng. no Mun. de Goyanna). — Corr. *tabaí-rér,* pequena aldêa que foi, aldêasinha extincta.

Tabira.—(Eng. no Mun de Goyanna). — «Corr. *itá-bir*, penha empinada, ou erguida.» *(Th. S.*, 151)

Tabocas.—(Montes no Mun. da Victoria). — «C. *ta-boc*, ou *ta-bog,* haste furada, tronco ouco, haste fendida, graminea conhecida.» *(Th. S.*, 151)

Tacaratú.—(Mun. e villa).—C. *itá-quár-atú*, a furna curta, a lapa de pouca profundidade, a caverna superficial.

Tacaruna. — (Cambôa no Mun. do Recife). — Ant. *Itaquaruna.* «Parece corrupção de *tacá-r-una;* em que *tacá* é o nome *tacape* que perdeu a ultima syllaba, ao entrar em composição, e significa — cacéte, pau grosso de ponta romba como uma mão de pilão e que servia de arma de guerra. *Tacá-r-una*, neste caso, se traduz o—tacápe negro, ou feito de madeira escura.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Taceboca.—(Log. no Mun. de Goyanna). — «Parece corrupção de *taçá-boca*, que se traduz — travessa fendida, ou travessa ouca.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Tacis.—(Recifes submersos ao sul da costa de Pernambuco).—Corr. *itá-acir,* pedra pontuda.

Taguary.—(Eng. no Mun. de Serinhaem). — C. *taguá-r-y*, rio do tauá, ou do barreiro.

Taiapú.—(Riacho affl. do Iguarassú).— «Corr. *tayá-ypu*, fonte dos tayás ou taiobas.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Taipé.—(Riacho affl. do Iguarassú).—«Póde ser corrupção de *itá-ipé*, em que *ipé* é uma contracção de *i-pe-*

ba, traduzindo, neste caso, *itá-i-pé*, por — pedra chata, recife.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Taipú.—(Riacho no Mun. de Bom-Conselho).—«Póde ser corrupção de *itá-ypú*, que quer dizer—fonte da pedra, ou fonte das pedras.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Tamandaré.—(Barra, ponta e pov. no Mun. de Rio Formoso). — « Corr. *tamanduar-é*, o que se assemelha ao tamanduá, o que sóbe ás arvores como o tamanduá, o que faz o papel do tamanduá; nome do Noé dos selvagens na sua lenda do diluvio.» *(Th. S.*, 151)

Tambataúpe.—(Eng. no Mun. de Nazareth).—«Parece corrupção de *tambaetá-ú-pe*, em que *tambaetá* é o plural de *tambá*, significando—conchas, mariscos; *ú*=comer; *pé* é a posposição equivalente á nossa preposição *em*. *Tambataúpe*, quer pois dizer, neste caso, — no comer dos mariscos, isto é,—onde se comem mariscos.» (Th. S., *Ns.. Ms.)*

Tambiá.—(Log. no Mun. do Recife).—Corr. *tambuá*, centopêa, «piolho de cobra», aliás *tã-bí-á*, o que tem pellos hirtos.» *(B. C.*, 478)

Tamuatá-mirim. — (Riacho affl. do Tapacurá). — C. *tamõatá-mírím*, o tamboatá pequeno, ou menor.

Tapacurá.—(Riacho no Mun. da Victoria). — « *Tapacurá*, ligas, jarreteiras (*B. C.*, 480); ant. *Tapacurai*, c. *tapacurá-y*, rio das ligas, ou das jarreteiras.

Tapeporucu'.—(Serra no Mun. de Cimbres).—«Parece corrupção de *itá-pípó-r-ucú*, que se traduz — pedras grossas separadas, ou distantes.» (Th. S., *Ns. Ms)*

Tapéra.—(Eng. no Mun. da Victoria).— «Corr. *tab-era*, aldêa extincta, ruina, povoação de outr'ora.» *(Th. S.,* 152)

Tapessirica.—(Riacho affl. do Ipojuca).—«É o mesmo que *itapecirica*, que quer dizer — lage escorregadia.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Tapessoroca. — (Riacho no Mun. de Iguarassú).— «Corr. *itapé-çoroca*, que quer dizer — pedra rasgada, ou fendida.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Tapinassu'.—(Riacho affl. do Tracunhaem).—«Corr. *tapii-n-açú*, choça grande, rancho grande.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Tapirema.—(Pov. no Mun. de Goyanna). — «C. *tapir-eii*, a manada de antas; corr. *tapir-êma*, a anta fetida, ou catinguenta; corr. *tapir-eima*, falto de antas, logar onde não ha desses animaes.» *(Th. S.*, 152)

Tapirussu'—(Riacho affl. do Serinhaem).— «C. *tapir-uçú*, anta grande, vacca, boi, gado bovino.» *(B. C.*, 482)

Tapopirussu'.—(Riacho affl. do Araripe). — C. *itá-popir-uçú*, grande pedra lascada, ou fendida.

Tapugi.—(Riacho affl. do Pirapama).—Corr. *tapó-g-y*, rio da raiz; corr. *itá-pu-g-y*, rio do toque de sino. (?)

Tapuya.—(Log. no Mun. de Amaragy).— Corr. *tapuy*, o barbaro, o gentio.

Taquára.—(Riachos affls. do Ipojuca e do Una).— « C. *tã-quara*, haste furada, ou cheia de buracos.» *(Th. S.*, 152)

Taquaretinga.—(Mun. e villa).—C. *itá-quar-tinga*, buraco de pedra branca, furna ou lapa branca.

Tará. — (Pov. no Mun. de Buique). — C. *tab-paráb*, pello vario; o que varia de pello, furta-côr; o camaleão.» *(B. C.*, 486)

Tatintiba.—(Riacho affl.. do Capibaribe).—Corr. *itatin-tyba*, o pedregal branco, o montão de pedras brancas.

Tatiuba.— «Parece corrupção de *tati-yba*, alterado em *tati-úba*, significando — arvore de es pigas, ou planta de espigas.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Tatuoca.—(Rio que despeja na barra de Suape).— C. *tatú-oca*, a casa, ou o refugio dos tatús.

Taua'.—(Log. no Mun. de Buique).— «Alt. *taguá*, contr. *itá-guaba*, pedra, ou argilla de comer; corr. *itá-guá*, pedra, ou argilla variegada, de côres diversas.» *(Th. S.*, 151)

Teitanduba.—(Eng. no Mun. de Nazareth).— «Parece corrupção de *itã-tã-dyba*, em que *itã-tã* quer dizer— pedra dura; *itatã-dyba* quer dizer—abundancia de pedras duras, pedregal rijo.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Tegipió.—(Riacho no Mun. do Recife).— « Parece alteração de *tejúpió*, corrupção de *tejú-pióg*, raiz de *tejú.»* (Th. S., *Ns. Ms.)*

Tejucopapo.—(Riacho affl. do Itapessoca).— « Corr. *tuyuc-paba*, lama espraiada, lamaçal, lameiro.» *(Th. S.*, 153)

Tejucussu'.—(Barreta formada pelo pontal ao sul do Rio Formoso).—Corr. *tuyuc-uçu*, lameiro grande, brejão.

Temby.—(Riacho affl. do Capibaribe).—C. *tembê-y* borda ou margem do rio.

Tibyri.—(Eng. no Mun. de Barreiros).—C. *tyby-r-y*, rio das covas, ou das sepulturas.

Timbaúba.—(Mun. e cidade).—Corr. *timbá-yba*, arvore muito branca, alvissima; arvore da familia das leguminosas.

Timbó.—(Riacho affl. do Una).— « S., a planta cujo succo mata o peixe; vara, vergontea, cipó *(Paulinia Pirmata*, L.).» *(Th. S.*, 153)

Timbóassu'.—(Pov. no Mun. de Ipojuca).—C. *timbó-açú*, timbó grande.

Timbu'.—(Log. no Mun. de Panellas).—« S., o furado do nariz» (*B. C.*, 518); nome de um marsupio.

Tiriri.—(Eng. no Mun. do Cabo). — C. *tiriri-y*, agua escassa, rio pequeno.

Tiuma.—(Pov. no Mun. de Itambé). — Corr. « *tiuun*, liquido turvo; enxurro, enxurrada; rio sujo.» *(B. C.*, 350)

Tobitinga.—(Riacho no Mun. de Goyanna).—C. *tobi-tinga*, tobi branco; *tobi* é o nome de um peixe.

Tracunhaem.—(Rio e pov. no Mun. de Nazareth). —«Corr. *taracu-nhaen*, panella de formigas, formigueiro.» *(Th. S.*, 154)

Traiépe.—(Riacho affl. do Capibaribe).— C. *ityra-éb*, monte ouco, vazio.

Traipu'.—(Riacho que nasce em Pernambuco e termina em Alagôas).—Corr. *ityra-ypú*, olho d'agua do monte, a fonte do morro.» *(Th. S.*, 154)

Trapiá.—(Riacho affl. do Capibaribe).—Corr. *ityra-apiá*, monte manchado, pintado, ou marcado.

Tucuruba'. — (Pov. no fóz do rio Pajehú). — Corr. *tucur-ybá*, fructa do gafanhoto, ou da formiga.

Turyassu'.—(Eng. no Mun. de Nazareth).—«C. *tur-y-açú*, rio grande das fogueiras.» *(Th. S.*, 155)

U

Uba'.—(Eng. no Mun. de Goyanna).—«Corr. *ybá*, s., o fructo; corr. *uybá*, a cana de flecha, ou caniço; a canôa de casca.» *(Th. S.*, 156)

Ubáca. — (Eng. no Mun. de Serinhaem). — « Parece corrupção de *y-bag*, que significa—a agua que muda, que volta.» (Th. S., *Ns. Ms.)*

Ubatuba.—(Eng. no Mun. de Agua-Preta).—«Corr. *ybá-tyba*, canaveal bravo, flechal, fructal.» *(Th. S.*, 156)

Ubú.—(Riacho que despeja na barra de Catuama). «Corr. *yby*, a terra, o sólo.» *(Th. S.*, 156)

Umary.—(Eng. no Mun. de Gamelleira).—Corr. *cumbary*, que vide.

Umbú.—(Eng. no Mun. de Nazareth).—« O fructo tambem conhecido por *imbú (Spondias tuberosa*, Arruda).» *(Th. S.*, 156)

Una.—(Rio).—Ant. *Iuna*, c. *y-una*, rio preto.

Uruahé.—(Eng. no Mun. de Goyanna).—C. *uru-aé*, o cesto differente, de outra fórma.

Urubá.—(Serra no Mun. de Cimbres).—Corr. *uru-ybá*, fructa dos urús, nome onomatopaico de varias perdizes pequenas.

Urubú.—(Riachos affls. do Capibaribe e do Tabocas).—«Corr. *uru-bù*, a gallinha preta, a ave negra (Carthartes).» *(Th. S.*, 156)

Uruçú.—(Serra no Mun. de Gravatá).—«Corr. *eir-uçu*, abelha grande, de còr avormelhada e que não morde.» *(Th. S.*, 157)

Utinga.—(Riacho affl. do Iguarassú).—«Corr. *y-tinga*, agua branca.» *(Th. S.*, 157)

Z

Zabelê.—(Eng. no Mun. de Timbaúba).—«Corr. *çaberé*, ou *eçaperé*, c. *eça-peré*, olhos encascados, ou cheios de caspas; nome de uma ave gallinacea, especie de perdiz de pernas amarellas (Crypturus noctivagus).» *(Th. S.*, 161)

DESCRIPÇÃO

DE

PERNAMBUCO

EM

1746

(CONTINUAÇÃO DO N. 64)

§º 6.º — COMP.as DE ORDENANÇA, AUXILIARES, HENRIQUES, E AS MAIS FORÇAS QUE EXISTEM NESTE GOVERNO, COM AS SUAS DISTINÇOENS. — Comprehende este Governo as Cid.des e Villas que constão da Rellação que se segue, na qual se declara as legoas de Costa que ficão desde o Camussy, adonde se divide o Governo do Maranhão, até a Barra do Rio de São Francisco, em que se divide o Governo da Bahia, e as legoas pela terra dentro até o Rio de Carienhenha, donde se divide o Governo das Minas, declarando-se o n.º de Gente de Ordenanças de pé, e do Cavallo, Auxilliares, e Henriques, que guernece cada uma das freguezias que se contem nas Cid.des ou Villas, das quaes os moradores no espiritual são governados pelo Reverendo Bispo, e no temporal pelo Governador e mais Minis[illegible] de Justiça a que S. Mag.e tem concedido as Jurisdiçoens como se vê das rellaçoens seguintes.

A Cidade de Olinda, cabeça do Governo, está c da á beira-mar, tem oito freg.as Commandadas por C

de Ordenanças, as quaes são; a freg.ª da Varge, a de São Lourenço, a de N.ª Sr.ª da Luz, a de S. Antão, a de S. Amaro de Jaboatão, a de Ararobá, a de Rodellas, e a do Rio Grande do Sul, que todas estas freguezias estão cituadas no termo da mesma cidade.

Manoel de Miranda de Almeida, Capp.ªº Mor da Cid.ᵉ de Olinda e seo termo. Miguel Alves Lima, Sargento Mor da Ordenança da Cidade e seu termo. Francisco Xavier, Ajudante da Ordenança.

Comp.ᵃˢ de Ordenança, Auxiliares e Henriques que existem nesta freg.ª com suas distinçoens.

Hum terço de infantaria paga com praças............	682
Huma Comp.ª de Auxiliares com praças..............	60
Huma Comp.ª de Cavallaria com praças...............	69
Huma Comp.ª de Henriques com praças..............	175
Quatro Comp.ᵃˢ de Ordenanças com praças...........	268
	1254

Somma toda a Gente que goarnece esta Cid.ᵉ, como se vê da Rellação acima, 1254 praças, entrando neste n.º a Infantaria paga, Auxiliares. Ordenança e Henriques.

Freguezia da Varge. — Esta freg.ª fica distante do Porto do Mar huma legoa; he Commandante della Pedro Ribeiro da Silva, Capp.ªº de Ordenança de pé: ha nesta freg.ª

Duas Comp.ᵃˢ de Ordenanças com praças...............	151
Ha mais huma Comp.ª de Cav.ª com praças..............	72
Somma toda a gente q. ha nesta freg.ª praças............	223

Freg.ª de S. Lourenço da Matta. — Esta freg.ª fica distante do Porto sinco legoas, he Com.ᵉ della João Cavalcante de Mello. Ha nesta freg.ª

Duas Comp.ᵃˢ de Ordenanças com praças...............	133
Trez Comp.ᵃˢ de Cavallaria com praças................	179
Trez Comp.ᵃˢ de Auxiliares com praças................	201
Huma Comp.ª de Henriques com praças................	54
Somma toda a Gente que goarnece esta freg.ª........	567

Freg.ª de N.ª Sr.ª da Luz.—Esta freg.ª fica distante do Porto de Mar oito legoas: he Commandada por Pedro de Souza Barboza, Capp.ão da Ordenança: ha nesta freg.ª

Quatro Comp.as de Ordenanças com praças............	439
Huma Comp.ª de Auxiliares com praças...	68
Duas Comp.as de Cavallaria com praças................	153
Huma Comp.ª de Henriques com praças...............	92
Somma toda a gente que goarnece esta freg.ª.........	752

Freg.ª de S. Antão da Matto.—Esta freg.ª fica distante do Porto de Mar dezoito legoas: he Command.te della Ant.º Bezerra Torres, Capp.ão da Ordenança; ha nesta freg.ª

Trez Comp.as de Ordenanças com praças...............	241
Huma Comp.ª de Auxiliares com praças............ ..	65
Huma Comp.ª de Cav.ª com praças.....................	67
Somma a Gente que goarnece esta freg.ª..............	373

Freg.ª de S. Amaro Jaboatão.—Esta freg.ª fica distante do Porto de Mar seis legoas: he Command.te della Domingos Bezerra Cavalcanti; ha nesta freg.ª

Trez Comp.as de Ordenanças com praças...............	145
Huma Comp.ª de Cav.ª com praças	63
Duas Comp.as de Auxiliares com praças...............	63
Huma Comp.ª de Henriques com praças..............	55
Somma a gente que goarnece esta freg.ª...............	399

V.ª de S.to Ant.º do Recife.—A V.ª de S.to Ant.º do Recife está cituada a beira mar: tem trez freg.as command.as por Capp.es de Ordenanças, as q.s são: a freg.ª de S.to Antonio do Cabo, a de Muribeca e a de Ipojuca, que todas estas freg.as estão cituadas no termo da mesma Villa. João da Costa Monteiro he Capp.ão mor da V.ª do Recife e seo termo. Jorge Carreira de Miranda Sargento mor da Ordenança da mesma V.ª e seo termo. João de Freitas Ajudante das Ordenanças.

Comp.as da Ordenança, Auxiliares, Henriques, e as mais forças que existem nesta freg.ª com suas distinçoens.

Hum terço de Infantaria paga com praças........	708
Huma Comp.ª de Artiheria com praças..................	123
Nove Comp.as de Auxiliares com praças......	545
Duas Comp.as de Cavallaria com praças................	126
Duas Comp.as de Henriques com praças................	155
Quatro Comp.as de Ordenanças com praças............	328
Huma Comp.ª de Familiares com praças...............	49
Huma Comp.ª de Prevelegiados com praças..............	52
Somma toda a gente que goarnece esta villa praças.	2.086

Entrando neste n.º a Inf.ª e mais tropas.

Freg.ª de Moribeca.—Esta freg.ª fica distante do Porto de Mar duas legoas: he Commandante della Afonço de Albuquerque Mello, Capp.ão da Ordenança, ha nesta freg.ª

Trez Comp.as de Ordenança com praças................	302
Duas Comp.as de Auxiliares com praças................	112
Duas Comp.as de Cav.ª com praças........................	114
Huma Comp.ª de Henriques com praças...............	83
Somma toda a gente que goarnece esta freg.ª.........	611

Freg.ª do Cabo.—Esta freguezia fica distante do Porto de Mar trez legoas, he Commandante della Pedro Marinho Falcão, Capp.ão da Ordenança; ha nesta freguezia

Sinco Comp.as da Ordenança com praças...............	333
Quatro Comp.as de Auxiliares com praças..............	247
Duas Comp.as de Cav.ª com praças	142
Somma toda a gente que goarnece esta freguezia praças.	722

Freg.ª de Ipojuca. — Esta freguezia fica distante do Porto de Mar trez legoas, he Commandante della Ambrozio Machado, Capp.ão da Ordenança, ha nesta freguezia

Quatro Comp.as de Ordenança com praças..............	321
Quatro Comp.as de Auxiliares com praças..............	241
Huma Comp.ª de Cav.ª com praça........................	63
Somma toda a gente que goarnece esta freguezia praças.	625

Villa de Igarassú. — Esta freg.ª fica distante do Porto de Mar, digo a V.ª de Igarassú está cituada a beira mar,

distante trez legoas do Porto, tem por termo trez freguezias commandadas por Capp.es da Ordenança, as quaes freg.as são a de S.to Antonio de Tracunhaem, a de Marangape, a de S. Lourenço da Matta, que todas estas freguezias estão cituadas no termo da mesma villa. Francisco X.er Carneiro da Cunha he Capp.ão mór da dita V.a e seo termo. Cosme da Rocha Bezerra Sargento mor da mesma V.a e seo termo. Antonio Teixeira da Cruz, Ajud.te da Ordenança.

Comp.as de Ordenança, Auxiliares, Cavallaria, e Henriques e mais forças que existem nesta freg.a com suas distinçoens.

Cinco Comp.as de Ordenança com praças..............	438
Duas Comp.as de Auxiliares com praças................	139
Huma Comp.a de Cav.a com praças.....................	59
Huma Comp.a de Henriques com praças..............	71
Somma toda a gente q. goarnece esta freg.a praças......	713

Freg.a de S.to An.to de Tracunhaem.—Esta freg.a fica distante do Porto de Mar dezeseis legoas, he commandante della João Barbalho de Mello, Capp.ão da Ordenança, ha nesta freg.a

Oito Comp.as de Ordenança com praças...............	532
Huma Comp.a de Cavallos com praças.................	77
Huma Comp.a de Henriques com praças..............	76
Somma toda a gente que goarnece esta freg.a.........	685

Freg.a de Maranguape. — Esta freg.a fica distante do Porto de Mar meia legoa, he Commandante della Francisco Beringuer de Andr.de, Capp.ão da Ordenança, ha nesta freg.a

Trez Comp.as de Ordenanças com praças..............	132
Somma toda a gente que goarnece esta freg.a praças...	132

Freg.a de S. Lourc.o da Matta.—Esta freg.a fica distante do Porto do Mar doze legoas, he commandante della Luiz de Andr.de Lima, Capp.ão da Ordenança; ha nesta freg.a

Huma Comp. de Ordenança com praças.... 87

Somma toda a gente que goarnece esta freg.ª........... 87

Villa de Goiana. — A V.ª de Goiana Capp.nia de Itamaracá, está cituada trez legoas do Porto do Mar, tem por termo quatro freg.as commandadas por Capp.es de Ordenança, as quaes são a freg.ª de Tigicupapo, a da Tacoára, a do Desterro e a de Itamaracá, que todas estas freg.as estão cituadas no termo desta Villa. Jozé de Barros Falcão he Capp.ão Mor da d.ª V.ª e seo termo. Manoel de Souza Soares he Sarg.to mor da Ordenança da d.ª V.ª e seo termo. Elias Pais de Souza he Ajud.e da Ordenança.

Comp.as de Ordenança, Auxiliares, Cavallaria, Henriques e mais forças que existem nesta freg.ª com suas distinçoens.

Cinco Comp.as da Ordenança com praças........ 290
Cinco Comp.as de Auxiliares com praças.............. 244
Quatro Comp.as de Cav.ª com praças..................... 207
Huma Comp.ª de Henriques com praças.............. 236

Somma toda a gente que goarnece esta freg.ª........ 977

Freg.ª de Tigicupapo. — Esta freg.ª fica distante do Porto de Mar hum quarto de meia legoa, he Command. della Lourenço Ribeiro Pinheiro, Capp.ão da Ordenança, ha nesta freg.ª

Huma Comp.ª da Ordenança com praças.............. 158
Huma Comp.ª de Auxiliares com praças.............. 71
Duas Comp.as de Cavª. com praças........................ 98

Somma toda a gente que goarnece esta freg.ª praças..., 327

Freg.ª da Tacoára. — Esta freg.ª está cituada a beira mar; he Commandante della Estevão de Castro Rocha, Capp.ão da Ordenança, nesta freguezia ha

Huma Comp.ª de Ordenança com praças.............. 68
Huma Comp.ª de Auxiliares com d.as 64
Huma d.ª de Cavallaria com d.as......................... .. 58

Somma toda a gente q. goarnece esta freg.ª praças....... 190

Freg. do Desterro.—Esta freg.ª está cituada 7 legoas do Porto do Mar; he Commd.te della Felippe Guedes, Capp.am da Ordenança; ha nesta freg.ª

Duas Comp.as de Ordenanças com praças 114
Huma Comp.ª de Auxiliares com praças............... 63
Huma d.ª de Cav.ª com praças........................... 54

Somma toda a gente que goarnece esta freg.ª 231

Freg.ª de Itamaracá.—Esta freg.ª está cituada a beira mar; he command.te della Bento Franco da Rocha, Capp.am de Ordenança, ha nesta freg.ª

Huma Comp.ª de Ordenança com praças 123
Trez Comp.as de Auxiliares com pragas................ 181
Trez Comp.as de Cav.ª com pragas. 171
Huma Comp. de Henriques com pragas 44

Somma toda a gente que goarnece esta freg.ª praças... 519

V.ª de Serinhaem.—A V.ª de Serinhaem está cituada duas legoas distante do Porto de Mar, tem por termo huma freg.ª commandada por hum Capp.am da Ordenança, a qual he a freg.ª de Una que está cituada no termo desta V.ª Jozé Salgado da Costa Achioly he Capp.am mor da d.ª V.ª e seo termo. Manoel da Rocha Lins he Sarg.to mor da mesma V.ª e seo termo. Martinho de Mello e Albuquerque he Ajud.te da Ordenança.

Comp.as de Ordenança, Auxiliares, Cavallaria, Henriques e as mais forças que existem nesta freguezia com suas distinçoens:

Seis Comp.as de Ordenança com praças................. 337
Trez Comp.as de Cav.ª com praças.......................... 155
Seis Comp.as de Auxiliares com praças.................. 341
Huma Comp.ª de Henriques com praças............... 86

Somma toda a gente que goarnece esta freg.ª praças... 919

Freg.ª de Unna.—Esta freg.ª fica distante do Porto de Mar duas legoas, he Commd.te della Antonio da Cunha Mouço, Capp.am da Ordenança; ha nesta freg.ª

Duas Comp.as de Ordenança com praças................ 149
Duas Comp.as de Auxiliares com praças................ 155
Huma Comp.a de Henriques com praças................ 53

Somma toda a gente que goarnece esta freg.a.......... 321

V.a de Porto Calvo.—A V.a de Porto Calvo fica dis.te do Porto de Mar duas legoas, tem trez freg.as são a freg.a de São Bento, a de Camargibe e parte da freg.a de Unna, que todas estas freg.as estão cituadas no termo da dita Villa. Gonçallo da Rocha Vanderley he Capp.ão mor da d.a V.a e seo termo. Bartholomeu Lins he Sarg.to mór da Ordenança da mesma Villa e seo termo. Domingos Ribeiro do Spirito Santo, Ajud.te Comp.as de Ordenança, Cavallaria Auxiliares e mais forças que existe nesta V.a e seo termo

Oito Comp.as de Ordenança com praças................ 564
Duas Comp.as de Cavallaria com praças................ 106
Huma Comp.a de Auxiliares com praças................ 57

Somma toda a gente que goarnece estas freg.as praças... 727

V.a das Alagoas.—A V.a das Alagoas está cituada seis legoas distante do Porto de Mar; tem por termo trez freg.as commd.as por Capp.es da Ordenança, as quaes freg.as são: a de Santa Luzia d'Alagôa do Norte, S.to Antonio Merim, e N.a S.a do O' da Povoação do S. Miguel, que todas estas freg.as estão cituadas no Districto da mesma Villa. João Marinho Falcão he Capp.ão mor da d.a V.a e seo termo. Caetano de Mello he Sarg.to mor da d.a V.a e seo termo. Antonia dos Santos he Ajud.te da Ordenança da V.a e seo termo.

Comp.as de Ordenança, Henriques, e Indios, e as mais forças que existem nesta freguezia com as suas distinçõens

Quatro Comp.as de Ordenanças com praças............ 346
Huma Comp.a de Henriques com praças................ 50
Huma Comp.a de Indios com praças.................... 120

Somma toda a gente que goarnece esta freg.a praças..... 516

Freg.ª de N.ª S.ª do O'.—Esta freg.ª fica distante do Porto do Mar sete legoas, he commandada por hum Capp.am da Ordenança, ha nella
Seis Comp.as da Ordenança com praças.................. 388

Somma toda a gente que goarnece esta freg.ª praças.... 388

Freg.ª de S.to Ant.º Merim;—Esta freg.ª está cituada a beira mar, he commandada por hum Capp.am da Ordenança.

Freg.ª de S.ta Luzia da Alagoa do Norte.—Esta freguezia esta cituada..

V.ª do Penedo.—A V.ª do Penedo fica distante da Barra de S. Francisco sete legoas da sua situação, tem por termo duas freguezias commandadas por Capp.es da Ordenança, as quaes são as a freg.ª da Villa e a do Pochim, cituada no termo da mesma Villa. Leandro Dantas Barboza he Capp.ão mór das Ordenanças da d.ª Villa e seu termo. J.e Martins de Figueiredo he Sarg.to mor das Ordenanças da d.ª Villa e seo termo.

Comp.as da Ordenança, Cavallaria, e Henriques, e as mais forças que existem nesta freg.ª com as suas distincçoens.
Nove Comp.as de Ordenança com praças............... 752
Huma Comp.ª de Cavallos com praças................... 65
Huma Comp.ª de Henriques com praças............... 114

Somma toda a gente que goarnece esta freg.ª praças... 931

Freg.ª do Pochim.—Esta freg.ª está cituada dez legoas distante do Porto de Mar, he Commandante della João Correia da Novôa, Capp.ão da Ordenança; ha nella
Duas Comp.as de Ordenança com praças.............. 196

Somma toda a gente que goarnece esta freg.ª praças. 196

Freg.ª de Ararobá.—A freg.ª de Ararobá fica distante desta praça setenta legoas pela terra doutro, he comman-

dada por Manoel Monteiro da Rocha, Capp.[ao] de Ordenança; ha nella

Huma Comp.[a] de Ordenança com praças...............	55
Duas Comp.[as] de Cavallos com praças...................	108
Somma toda a gente que goarnece esta freg.[a] praças.	166

Freg.[a] de Rodellas.—A freguezia de Rodellas fica distante desta praça cento e cincoenta legoas pelo Certão dentro, tem quarenta de extenção, he Commandada por Fernando Dantas Barboza, Tenente do Coronel de Cavallaria, ha nella

Trez Comp.[as] de Ordenança com praças..................	168
Trez Comp.[as] de Cavallaria com praças....................	159
Somma toda a gente que goarnece esta freg.[a] praças.	327

Capp.[nia] do Rio Grande. — A Cid.[de] do Natal do Rio Grande está cituada a beira mar, distante do Porto desta praça do Recife setenta legoas, tem trez freguezias commandadas por Capp.[es] da Ordenança, a saber a freg.[a] de N.[a] S.[a] da Aprezentação da Cid.[de], a de N.[a] S.[a] dos Prazeres da Goianinha, e a de S. João Baptista do Assú, que todas estão cituadas na dita Cappitania. Francisco X.[er] de Miranda Henriques he Capp.[ao] mor da dita Cappitania. Comp.[as] da Ordenança, Cavallaria, e as mais forças que existem nesta Capp.[nia] com suas distinçoens.

Duas Comp.[as] de Infantaria pago com praças............	120
Huma Comp.[a] de Auxiliares com praças.................	100
Hum Regimento de Cav.[a] com praças.....................	

Capp.[nia] do Ciará. — A V.[a] da Fortaleza fica distante desta praça do Recife duzentas e cincoenta legoas, para a parte do Norte, está cituada a beira-mar; esta Capp.[nia] he commandada por hum Capp.[ao] mor pago e as Villas do seo Districto por Capp.[es] mores das Ordenanças, e as freg.[as] dellas por Capp.[es] das mesmas Ordenanças. Francisco da Costa he Capp.[ao] mór da Capp.[nia] do Ciará e seu termo. O Capp.[ao] mor das Ordenanças da V.[a] da Fortaleza e seo districto he Francisco da S.[a] Coelho. O Sarg.[to] mor das Ordenanças da mesma V.[a] e seo disfricto he João Dantas.

O Ajud.te das d.as Ordenanças da mesma V.a e seo districto he Domingos de Mattos.

Comp.as da Ordenança, Cavallaria, Auxiliares, e as mais forças que existem nesta Villa com as suas distinçoens.

Duas Comp.as de Inf.a paga com praças	120
Hum Terço de Auxiliares com praças	580
Hum Regimento de Cav.a com praças	909
Hum Regimento mais de Cav.a com praças	546
Huma Comp.a de Ordenanças com praças	61
Somma toda a gente que goarnece esta freg.a, digo termo e V.a, praças	2.096

V.a de Aguiráz.—A V.a de Aguiráz está cituada sete legoas........., he commandada por João Dantas, Capp.ao mor da Ordenança da V.a e seo termo. He Sarg.to mor das Ordenanças da V.a e seu termo João de Freitas Guimaraens. He Ajud.te das Ordenanças da V.a e seo termo Francisco Ab.e Xavier; ha nella

Huma Comp.a de Ordenança com praças	44
Hum Regimento de Cav.a com praças	132
Somma toda a gente que goarnece esta V.a e seo termo.	176

Villa do Icó.—A V.a do Icó fica distante do Porto de Mar vinte e quatro legoas; he commandada por hum Capp.ao mór da Ordenança Bento da Silva de Oliveira, Cappao mor da V.a e seo termo. João Lopes Raimundo he Sarg.to mór da V.a e seo termo. Luiz Ferreira da Cruz he Ajudante das Ordenanças da V.a e seo termo; ha nella e no seo termo

Huma Comp.a de Ordenança com praças	79
Hum Regimento de Cav.a (com 5 comp.as) com praças.	325
Hum Reg.to mais de Cav.a (com 4 comp.as) com praças.	189
Somma toda a gente que goarnece esta V.a e seo termo.	593

Ha nestas Cappitanias de Pernambuco, e Ciará, e Rio Grande trinta e sete Aldeias de Indios, as quaes humas por

outras tem cem homens de Armas, e fazem o computo de 3.700

Sommão todos os Indios praças........ 3.700

Ha nestas Cappitanias de Pernambuco, e Ciará, e Rio Grande a seguinte gente de Guerra.

Infantaria paga, praças........	1.630
Artilharia, praças........	123
Cavallaria, praças........	4.365
Ordenanças, praças........	7.755
Auxiliares, praças........	3.634
Henriques, praças........	1.350
Familiares, praças........	49
Prevelegiados, praças........	52
Indios, praças........	3.700
Somma toda a gente que goarnece estas Capp.nias...	22.658

(continúa)

Governadores e Capitães Generaes

DE

PERNAMBUCO

1654 — 1821

(CONTINUAÇÃO DO N. 62)

Luiz do Rego Barretto. — Nomeado commandante em chefe da expedição militar destinada a restabelecer a autoridade real em Pernambuco, abolida pela revolução republicana que rompeu em 6 de Março de 1817, e tendo partido do Rio de Janeiro com as tropas expedicionarias, foi depois lavrada a sua nomeação de governador e capitão general, por carta patente de 26 de Junho do mesmo anno, cujo documento é concebido nos seguintes termos :

«Sendo restaurada a capitania de Pernambuco do intruzo governo erigido pelos rebeldes, e sendo necessario que haja pessôa de honra, intelligencia e confiança que no meu real nome governe aquella capitania, e mantenha no devido socego, obediencia e fidelidade os seus habitantes: e tendo eu encarregado a Luiz do Rego Barreto marechal de campo dos meus reaes exercitos, do commando em chefe das forças que óra mando para reduzir aquella capitania á sua devida sujeição ; hei por bem não só nomeal-o para aquelle importante destino, mas tambem para governador e capitão general da mesma capitania por tempo

de tres annos e o mais que decorrer emquanto eu fôr servido, e não lhe nomear successor.»

Luiz do Rego chegou no Recife com a divisão militar sob o seu commando em 28 de Junho de 1817, e tamou posse do governo no dia 1.º de Julho, na igreja matriz de Santo Antonio, pelas 4 horas da tarde, celebrando-se em seguida um solemne *Te-Deum*, cuja oração, recitada pelo Padre Ignacio de Souza Prata, com o titulo de—Sermão em acção de graças pela feliz restauração de Pernambuco succedida aos 20 de Maio de 1817 pregado no dia da posse de Luiz do Rego Barreto, governador e capitão general de Pernambuco,—foi impresso em Lisbôa no mesmo anno.

Luiz do Rego Barreto nasceu em Vianna do Minho, em Portugal, em 1778. Seguindo a carreira militar, já era tenente em 1807, quando o exercito francez sob o commando de general Junot, invadiu Portugal. Deixou elle então o seu regimento, mas em 1808, quando rompeu a guerra contra os invasores, Luiz do Rego appareceu dirigindo o movimento insurreccional dos viannenses, que o acclamarão em chefe.

Elevado ao posto de major, e incumbido da organisação de um corpo, conquistára um nome distincto pelos seus feitos, quando em 1810 a batalha campal do Bussaco veio firmar a sua reputação militar.

Retirando-se o exercito francez de Portugal em 1811, e passando-se a Hespanha, as tropas portuguezas marcharão em sua perseguição, colhendo então Luiz do Rego novos triumphos no estrangeiro, principalmente nas batalhas da Cidade Rodrigo, Badajoz, Arapiles, e assalto de S. Sebastião de Biscaia.

Firmada a paz em 1814, regressou Luiz do Rego a sua patria ennobrecido pelo valor dos seus feitos, recebendo então condigna remuneração, não só do governo do seu paiz, como tambem do inglez, cujo exercito muito cooperou para a libertação de Portugal.

Vindo a côrte do Rio de Janeiro em 1816, ao chegar encontrou lavrada a sua patente de brigadeiro, sendo mui bem recebido por D. João VI. Naquelle mesmo anno casou Luiz do Rego com D. Maria Zeferina de Azevedo

filha do Visconde do Rio Secco, depois Marquez de Jundiahy, senhor da Villa de Macahé e alcaide-mór da villa de Santos.

Achava-se, pois, Luiz do Rego no Rio de Janeiro, quando chegou a noticia da revolução de Pernambuco; e deliberando o governo enviar immediatamente uma expedição militar para bater os revoltosos e restabelecer a autoridade real, foi elle nomeado commandante em chefe, graças a fama do seu nome, e ainda mais, pelo valimento de seu sogro em toda a côrte.

Dous batalhões de infantaria, um esquadrão de cavallaria, e uma parte do regimento de artilharia forão postos a disposição de Luiz do Rego, e como ainda se julgou insufficiente aquella força para suffocar a rebellião, recebeu elle ordem para tocar na Bahia, e ahi receber o maior reforço possivel, e concertar o plano de campanha com o Conde de Arcos.

Logo que Luiz do Rego tomou posse do governo, armado de discricionario poder, «autorisado para fazer tudo o que entendesse fosse em bem do serviço do rei no desempenho da sua commissão,» como lhe facultára D. João VI em officio de seu proprio punho, escripto em 2 de Maio, forão logo por sua ordem sequestrados todos os bens dos infelizes patriotas, e installada a commissão militar, da qual era elle o presidente, para julgar os mesmos patriotas, e poucos dias depois rolava do cadafalso a cabeça do intrepido Antonio Henrique, e mais tarde as de Tenorio, Barros Lima, e Domingos Theotonio, alem de um grande numero de presos que foram atulhar os carceres da cadeia, fortalezas e quarteis.

Abria-se de novo o martyrologio pernambucano.

Mais tarde cabe igual sorte aos patriotas da Parahyba, que por ordem de Luiz do Rego vierão para o Recife, e aqui exalarão o derradeiro suspiro na forca erguida no campo, que hoje, para gloria de tantos martyres, se chama—Praça da Republica!

Da commissão militar, refere Muniz Tavares, passavão os juizes á sala de jantar, que Luiz do Rego lhes offerecia, e todos ahi procuravão comprimir nos licores, que copiosamente bebião, o grito incessante da consciencia. A noite

elles dedicavão aos assaltos de casas honestas, onde a fidelidade conjugal e o pudor virginal, eram postos em duras provas.

A morte de tantas victimas compromettidas pelo seu patriotismo, a decepação dos seus membros expostos em lugares publicos, e o arrastamento dos seus corpos mutilados, em cauda de cavallos, pelas ruas do Recife, á serem atirados á vala commum aberta para os receber, inda era pouco! Luiz do Rego estabeleceu logo em principios do seu governo, uma denominada policia militar, que commetteu toda a sorte de torpesas e barbaridades.

Viram-se então homens livres, surrados publicamente á grade da cadeia, um dos quaes de côr preta, morreu em consequencia dos repetidos açoutes; homens e mulheres apanham de palmatoria nas praças publicas; militares com carceres privados em casa, tomando conta de espolios, e lançando mão dos bens dos compromettidos na revolução, presos, mortos, ou foragidos; o povo violentado a trabalhar nas estradas e obras publicas; o contrabando de todos os generos, até mesmo do páo-brazil, que era de estanco real; a matança e incendio da serra do Rodeador, e o saque da povoação de Afogados; emfim, o que ha de mais torpe, de mais infame, prisões de homens notaveis, moços de familia de calceta pelas ruas, enxovalhada a honra das familias, os conventos invadidos, um sem numero de perversidade e de infamias que iria muito longe a sua enumeração, caracterisaram o governo de Luiz do Rego Barreto!

Para cumulo de tantos males, á noticia de uma guerra imminente entre Portugal e a Hespanha, e ás ordens que recebeu Luiz do Rego para se prevenir de qualquer aggressão externa, viu-se um rigoroso recrutamento, o armamento da milicia, os exercicios forçados, e milhares de homens privados do meio de vida honesto, e arrancados de suas familias. Pernambuco, em fim, convertido em um campo militar.

Para se fazer uma idéa do estado em que se achavam os negocios intimos da capitania em 1820, consignamos aqui os seguintes topicos de uma collecção de cartas particulares que se conservam archivadas na Secretaria do Governo, escriptas naquelle anno:

« O Sr. General vai todos os dias para as Cinco Pontas ver correr bois.

« O folguedo dos bois tem feito seus estragos... Matarão uma mulher dentro do Recife, e no outro dia o General mandou pôr as casas de todas as mulheres damas em cerco, dar-lhes bolos e chibatadas e cortar-lhes o cabello; de sorte que têm fugido as mulheres para o matto, e o Recife está vasio. Os algarves brigaram com os galuxos, e têm havido seus encommodos, de sorte que os galuxos têm tido a palma; elle general nem se lhe importa com isto. A ponte dos Afogados cahiu, e cada pessôa está pagando oitenta réis de passagem... O nosso santo General agora acorda as tres horas da madrugada e vai á cassada... Está preso um letrado por fazer um requerimento de um senhor de engenho por lhe terem usurpado as suas terras. O Gato-brabo o mandou metter na cadeia... O General mudou-se para o convento de S. Bento. Isto meu Amigo, vai-se acabar; Deus se lembre de nós... O General está na cidade e não tem vindo ao Recife; hontem ó que appareceu esta alma perdida... Tem havido aqui uns pasquins, e se botou um bando pelas ruas publicas para serem tiradas as rotulas que abrissem para fóra, para serem substituidas pelas que abrissem para dentro. Neste bando declarou elle que, quem visse algum pasquim pelas ruas, os arrancasse, sob pena de serem castigados. O General deu uma conta para o Rio dizendo que elle não era revolucionario.... Acham-se presos a bardo da Maria Zeferina, o Casimiro e o Sá, por inconfidentes; o Coronel Moraes e o Sargento-mór Sebastião Antonio, estão presos tambem por este crime. Elles estavam com a revolução formada para o dia de Santo André; o Tenente Felippe foi quem denunciou, e o General anda com a guarda dobrada. Tem-se prendido muita gente... Hoje (5 de Dezembro) se acha uma grande junta no Collegio (Palacio do Governo); o ouvidor, o juiz de fóra, Gaio, e muitas patentes superiores, para darem a sentença dos criminosos. »

Taes actos de um semelhante governo oppressivo, despotico e immoral, não podiam ficar impunes. As reclamações para a côrte eram infructiferas, porquanto Luiz do Rego tinha lá poderosos protectores; e então, veio a vindicta

popular, e no desespero da situação foi deliberada a sua morte.

João de Souto-Maior, uma das victimas de 1817, que já havia tentado contra a vida de Luiz do Rego, no proprio palacio do governo, o que não conseguira por haver obstado o Vigario Venancio Henrique de Rezendo, foi o escolhido para salvar a patria, e quebrar o jugo da tyrannia, arrancando a vida daquelle que a trazia na oppressão.

A noite de 21 de Julho de 1821, foi a designada, e então os conspiradores, temendo a quebra do segredo se fosse confiado a gente de baixa esphera, fizeram elles mesmos a emboscada, na ponte da Bôa-Vista. Dirigia-se, pois, Luiz do Rego a cavallo, para a sua casa no Mondego, acompanhado de duas pessôas, quando ao passar pela ponte desfecha-lhe João Souto-Maior um tiro á queima roupa, que não só o feriu em varias partes do corpo, como a um dos que o acompanhavam.

Sentindo-se Luiz do Rego ferido, e não podendo seguir para a sua casa, voltou e procurou a casa do capitão-mór Dr. Antonio de Moraes Silva, á rua Nova, hoje do Barão da Victoria, onde esteve em tratamento por quinze dias.

Antes de João de Souto-Maior tentar contra a existencia de Luiz do Rego, os ouvidores de Olinda e do Recife tiravam devassas e summarios vagos por ajuntamentos sediciosos, e premeditação de assassinatos, e positivos contra o major Antonio Joaquim Guedes e outros individuos. Dadas as pronuncias, já se haviam capturado umas oito ou dez pessôas, quando teve lugar o mallogrado plano contra a existencia do governador.

Então, multiplicaram-se as perseguições, os insultos e as prisões; 13 dos indigitados comprommettidos foram deportados para Fernando de Noronha, e 42 foram embarcados para Lisbôa, sem processo algum, e a despeito da legislação, que prohibia remetterem-se do ultra-mar para Portugal preso algum sem culpa formada, e sem ordem expressa do rei. Luiz do Rego, no intuito de descobrir o chamado assassino, mandou por officio de 23 de Julho dirigido ao desembargador ouvidor geral, que publicasse um edital promettendo 1:000$000, e alforria sendo escravo, a pessôa que

descobrisse o autor daquelle attentado, o que seria promptamente feito, obrigando assim a sua propria palavra.

João de Souto-Maior errando a pontaria, e vendo-se perseguido, lança-se ao rio; mas, ou não podendo lutar com o elemento das aguas, ou cahindo sobre alguma pedra, veio a succumbir, e no fim de tres dias é encontrado o seu cadaver já bastante desfigurado e comido dos peixes.

Fez-se o que foi humanamente possivel para saber-se quem era; assentaram o cadaver sobre uma cadeira na calçada da matriz de Santo Antonio, postou-se uma guarda, e perguntava-se com interesse a quem passava se o conhecia, offerecendo o premio que Luiz do Rego promettera; porém muitos que o reconheceram, nada diziam a esse respeito, nada revellaram.

O odio popular contra Luiz do Rego já vinha de mais longe, e elle proprio em officio de 5 de Dezembro de 1820, communica aos governadores das provincias do Norte, que se havia descoberto uma conspiração contra a sua pessôa e a de outros funccionarios, que devia rebentar na noite de 29 daquelle mez, da qual era principal autor o coronel Antonio de Moraes Carvalho, que se achava preso, assim como mais outros complicados.

A odiosidade publica contra Luiz do Rego vinha de tempos anteriores, e já em 1818 havia abortado uma tentativa contra a sua existencia.

Tinha elle por costume residir temporariamente no grande sobrado do Mondego, pertencente ao negociante Luiz Gomes Ferreira, um magnifico predio, que por isso era conhecido por *Palacio do Mondego*, e que ainda existe, occupado pelo Collegio Salesiano.

Confronte ao predio existia um grande sitio murado, bastante arborisado, o qual dava sahida para a Trempe e Soledade, até onde chegava; e no muro do sitio, que era reboucado e caíado, appareceu em certa manhã escriptos estes dous versos:

Tem cautella Rego.
Não passes no Mondego...

Foi então que se soube que dous individuos entravam á noite para o referido sitio, pelo lado da Soledade, e que

a espreita aguardavam occasião de atirar sobre Luiz do Rego, que assim avisado, deixou por algum tempo a bella e agradavel residencia do Mondego.

Tal foi a conducta moral de Luiz do Rego no seu governo de Pernambuco, os actos que tornam execranda a sua memoria. Mas, como reflexiona um escriptor que foi contemporaneo dos acontecimentos dessa epocha,—assim como não ha heroe que o seja em tudo, tambem por mais desregrado, ou máo que seja um governo, ordinariamente se lhe notão algumas acções bôas e louvaveis.

Depois das execuções dos comprommettidos na revolução de 1817, a Camara Municipal do Recife se lhe apresentou solemne em audiencia, implorando a clemencia real, por meio de um requerimento que lhe apresentou, para tantos cidadãos que ainda gemiam em prisão, e Luiz do Rego «que trouxera ordens positivas para carregar sobre os rebeldes com braço de ferro», ouviu attento a Camara, e encaminhando o requerimento ao rei, e expondo que já tantos dos seus inimigos tinham expiado o seu crime, elle tambem implorava a sua clemencia, «offerecendo para o impetrar os serviços que tinha feito á patria.»

Elle muito concorreu para a revogação da Alçada, e o perdão que os comprommettidos obtiveram, a elle o deviam, como confessou o ministro Thomaz Antonio de Villanova Portugal, em officio que lhe dirigiu sobre o assumpto, cujos documentos se acham consignados na sua *Memoria Justificativa*, impressa em 1822.

Além desse serviço, Pernambuco deve ser grato á sua memoria por muitos outros que prestou, tendentes ao seu engrandecimento e progresso material.

Luiz do Rego reformou o Trem Militar, hoje Arsenal de Guerra, creou a companhia de artifices, e a companhia de educandos menores do mesmo Trem; prestou tambem muito bons serviços á Intendencia, depois Arsenal de Marinha, de maneira que encontrando a repartição em decadente estado, em pouco tempo aprestou uma flotilha para o serviço de cruzeiro da costa; melhorou o serviço da exportação do algodão, contribuindo para que tivesse melhor preço nos mercados estrangeiros, e promoveu um serviço regular de pescaria nos baixos de Fernando de Noronha;

deu grande impulso á agricultura abrindo estradas, reparando as pontes arruinadas, e construindo outras, aconselhando os senhores de engenho a mandar vir machinismos para melhorar o fabrico do assucar, devendo-se á sua iniciativa o uso de fornalhas economicas nos mesmos engenhos; construiu varias estradas, e alinhou e alargou a dos suburbios, fazendo em todas ellas as obras d'arte necessarias, e reconstruiu a ponte do Recife; estabeleceu telegraphos de signaes em diversos pontos, dos quaes nos resta o da torre da igreja do Espirito-Santo; construiu o farol do Recife; e prestou grandes serviços á Casa dos Expostos, onde se collocou o seu retrato a oleo, com uma honrosa inscripção, em que se o declara protector de tão util estabelecimento: emfim, por esse lado, o governo de Luiz do Rego foi um dos mais fecundos que teve o estado durante os tempos coloniaes, e longe iriamos na minuciosa enumeração de tudo que fez de bem a esta terra.

No entretanto, cumpre salientar a instituição de uma typographia nacional, e a publicação do primeiro jornal que sahiu em Pernambuco, *A Aurora Pernambucana*, ligando assim o seu nome á historia da nossa imprensa.

Mas os acontecimentos politicos que concorreram para elevar Luiz do Rego e o collocar no governo de Pernambuco, passaram, e succederam-se outros que vieram apeal-o desse mesmo poder.

Os portuguezes europeos humilhados pela sua situação politica, quando viam o Brazil constituido em metropole, e assento da monarchia, e vendo que já era tempo de inaugurar-se um governo liberal e constitucional, levantam-se, e em Agosto de 1820 põem em campo a celebre revolução do Porto, dirigindo um manifesto á nação em que faziam ver o estado a que Portugal tinha chegado, e todos os seus infortunios, devidos principalmente a permanencia da côrte no Brazil e a abertura dos seus portos ás nações estrangeiras.

Lisbôa acompanhou o pronunciamento, depois todas as demais cidades, a revolução triumphou, e a côrte tem de regressar para Portugal, depois de treze annos de permanencia no Brazil.

Em 1821 os portuguezes pronunciam-se por uma constituição liberal, o rei jura adoptar a que fosse decretada, convoca-se uma constituinte, e todo o paiz põe-se em movimento.

Vendo Luiz do Rego que a situação politica que se iniciára importava a sua queda, e o triumpho do numeroso partido que lhe fazia frente em Pernambuco, colliga-se com os seus compatriotas, e sem consultar a nenhum dos filhos do paiz, nem esperar ordens do Rio de Janeiro, e ao simples convite da regencia de Lisbôa, proclamou e fez jurar em 11 de Julho de 1821 as bases da futura constituição, e mandou proceder a eleição dos deputados de Pernambuco ao congresso constituinte.

Os pernambucanos vendo em todo o procedimento de Luiz do Rego um unico fim—a sua conservação no poder, levantam-se revolucionados no interior, e reunindo-se em Goyanna, com grande parte da tropa que desertou do Recife, installam em 29 de Agosto um governo provisorio, ao mesmo tempo que o governrdor creava no Recife uma junta constitucional governativa, de que se fez presidente.

Organisado o governo de Goyanna, e preparado um grande exercito, composto de tropa e povo armado, marcham sobre a capital; mas chegando ás immediações de Olinda, encontram-se com as tropas portuguezas que Luiz do Rego fizera marchar para cortar-lhes o passo, e trava-se renhido combate, de que sahiu victorioso o partido nacional.

Vendo-se o governador reduzido ao pequeno circuito da capital, sem meios de acção e de defeza, batido em todos os pontos em que oppoz resistencia, delega uma deputação ao governo de Goyanna, que se achava com toda a tropa acampado na povoação de Beberibe, afim de estabelecerem-se os artigos de paz.

Dous dias duraram as negociações, no fim dos quaes se lavrou o termo de capitulação, consagrado na historia por—Convenção de Beberibe,—em data de 5 de Outubro de 1821, pelo qual se accordou na installação de uma junta constitucional provisoria, cessando assim o mandato da que fôra clandestinamente eleita por Luiz do Rego, e por consequencia a sua autoridade como presidente da mesma junta, além de mais outras clausulas tendentes ao

restabelecimento do paz e socego, e outras medidas necessarias.

Coincidiu com esse facto a recepção da Carta Regia, de 2 de Setembro, ordenando a organisação de uma Junta Provional, e Governo das Armas, á qual entregaria Luiz do Rego immediatamente o governo, assim como que se retirasse elle para Portugal, logo depois de feita a referida entrega do governo. E' facil de prever o despeito de Luiz do Rego, e effectivamente mandou proceder a eleição no dia no dia 26 de Outubro, e á tarde, depois de concluidos os trabalhos eleitoraes, embarcou elle para Lisbôa com os seus amigos, no navio francez *Charles-Adela*, sem esperar para cumprir o preceito de dar posse á nova junta, tal o seu despeito e contrariedade.

Extraordinario jubilo, grande enthusiasmo, festas solemnes, saudaram o triumpho do partido constitucional, a queda da tyrannia, a aurora da regeneração da patria, cujo feito memoravel foi saudado pela lira patriotica com harmoniosas canções e enthusiasticos hymnos.

O povo ia respirar livremente, a situação afflictiva de Pernambuco, a carestia dos generos de primeira necessidade, as fintas forçadas para o sustento das tropas, as prisões, os sobresaltos, tudo ia emfim desapparecer, pela segurança da paz, pela firmeza das liberdades patrias, e pela confiança que a todos inspirava o governp que se acabava de estabelecer. No entretanto os partidarios de Luiz do Rego não desanimaram, e quaes outros sebastianistas, esperavam a sua volta a reassumir o governo de que fôra deposto, e ainda em 1822 nutriam essas esperanças, quando a Junta do Gaverno tomou severas providencias repressivas de taes idéas, e em uma proclamação que dirigiu ao povo em 14 de Janeiro, destruiu todas as esperanças mostrando a sua improcedencia e impossibilidade, exhortando todos á paz, união e tranquillidade.

Luiz da Rego foi mal recebido em Portugal, em vista do seu procedimento em Pernambuco, sobre o que resolveram as Côrtes Constituintes em 16 de Outubro de 1821 mandar devassar por um desembargador. Mas não se deu andamento nenhum a esse negocio, apesar da insistencia dos nossos deputados, e por fim, reclamando Luiz do Rego pro-

videncias que resolvessem a sua situação, revogaram as mesmas Côrtes a sua ordem em 3 de Julho de 1822, *por nada ter que ver contra o comportamento do general, e por competir ao governo decidir a seu respeito como julgasse conveniente.*

Teve então Luiz do Rego a nomeação de governador da provincia do Minho, mas logo no anno seguinte foi demittido, e deportado para a villa da Figueira. Vem, talvez, a sua demissão do facto da perda da acção do monte de Santa Barbara, contra as tropas do conde de Amarante, em que a custo podéra Luiz do Rego retirar-se em debandada com as forças do seu commando, a cujo facto alludia a trova popular do tempo:

Tu, Luiz do Rego,
Que desgraça foi a tua?
Silveira está em palacio
E tu no meio da rua.

Ainda a Luiz do Rego fazem allusão umas *Cantigas realistas* da epocha:

O Pego não pega,
O Rego não rega
O Silva não prende,
Não entendo esta guerra.

Conseguindo a revogação do acto do seu desterro, veio tentar fortuna no Brazil, mas nada conseguindo, regressa para Portugal, onde o esperavam novas contrariedades. Cahindo em poder das forças miguelistas, foi preso e perseguido, até que em 1833 conseguiu evadir-se de Campo Maior e passar-se á Hespanha.

Com a queda de D. Miguel, Luiz do Rego regressou á patria, foi readmittido no serviço do exercito, recebeu depois o titulo de visconde de Geraz do Lima, e serviu os cargos de membro do conselho de guerra, governador da provincia do Minho, e o mandato de deputado ás côrtes legislativas.

Luiz do Rego Barreto falleceu na cidade do Minho, em 7 de Setembro de 1840, tendo attingido a elevada posição social. Tenente-general do exercito portuguez, visconde, conselheiro, fidalgo da casa real, e commendador das ordens de Christo e Torre Espada, e condecorado com a Cruz-Grande das sete batalhas pelo governo britanico, taes erão os titulos que teve o ultimo governador capitão-general de Pernambuco.

Um contemporaneo, que militou sob as suas ordens, assim o descreve physica e moralmente:

« Luiz do Rego era de estatura acima de mediana, corpo bem formado, peito largo, sem ser gordo, e os musculos desenvolvidos, annunciando força physica e agilidade dos movimentos. Côr morena, falto de cabellos, que erão grisalhos, testa larga e saliente; angulo facial quasi recto, olhos grandes e penetrantes, nariz aquilino e bocca rasgada. Era desembaraçado, e montava bem a cavallo.

« Traduzia e fallava bem as linguas franceza, ingleza e hespanhola; e comquanto não tivesse frequentado as escolas militares, não só se achava bem instruido na tactica e evoluções militares, mas era capaz de dirigir qualquer fortificação de campanha.

« Era accessivel ao tracto, generoso e franco; facil em dar e emprestar dinheiro, e jamais pedia o seu embolso; mas tambem não pagava as dividas que contrahia, se lhe não advertiam ou lembravão. Tinha accessos de colera, e se não havia quem o advertisse, obrava mal, do que logo se arrependia. Ouvia com docilidade os conselhos e uma vez formada a sua resolução não prescindia della. Nem sempre, porém, era bem aconselhado pelos que abusavam da sua confiança, e que muitas vezes o comprometteram.»

REVISTA

DO

Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano

Vol. XII — **Dezembro de 1906** — **Nº 69**

FORMULA

DA

Civilisação Brasileira

Deduzida da apreciação dos seus elementos essenciaes definitivamente reunidos pela luta hollandeza

POR

ANNIBAL FALCÃO (*)

> Todo o estudo systematico da evolução humana deve consistir em desenvolver a lei unica: o homem torna-se cada vez mais religioso. Com effeito, a dynamica social reduz-se á explicação do passado, conforme esse principio fundamental, emanado da sociologia statica. Elle indica outro-sim a marcha natural do futuro, que tenderá sempre a realizar cada vez mais o typo da unidade.—AUGUSTO COMTE.—*Politique Positive*, Vol. III, pag. 10.

Senhores.—E' uma festa da Patria que nós hoje celebramos: o sentimento publico assim encara esta data, e assim os nossos descendentes deverão commemoral-a.

(*) Discurso pronunciado no salão do *Gabinete Portuguez de Leitura*, aos 27 de Moysés de 95 (27 de Janeiro de 1883) 229º anniversario da Restauração Pernambucana pela expulsão dos invasores, transcripto do *Diario de Pernambuco* de 25, 27 e 28 de Fevereiro, e 1 de Março de 1883.

Quando o Brasil, dividido nas intendencias que de futuro o deverão separar, houver de recordar os seus grandes antepassados, volverá o coração cheio da veneração mais subida aos heróes da luta hollandeza; e, particularmente, o estado que ha de ter o seu centro em Pernambuco, realizará esta festa como a glorificação primaria e capital do seu passado, porque, effectuada embora com o concurso dos demais elementos da vasta colonia e da metropole, a obra da conservação dos antecedentes ibericos em nossa civilisação é, sobretudo, devida ao esforço dos avós pernambucanos. Será, pois, no futuro, a commemoração da luta hollandeza, ao mesmo tempo, a exaltação dos laços historicos que nos ligam ao Occidente, a da identidade essencial e da harmonia brasileiras, e, emfim, a da iniciação da autonomia de nossa Patria.

Considerada no seu aspecto dynamico, essa festa deverá ser classificada entre as das patrias coloniaes, conforme a individuação dos dias da respectiva semana feita por Mr. Pierre Laffitte na sua exposição do kalendario abstracto de Augusto Comte.

Mas ainda hoje estamos longe de apresentar a convergencia sentimental necessaria para a digna effusão, e de reunirmos os elementos mentaes indispensaveis para a conveniente celebração desse esplendido periodo do nosso passado.

Afim de concorrer com o adminiculo para a reunião de taes elementos, que determinarão logicamente,—porque para amar, é preciso conhecer o accordo dos sentimentos,—é que resolvi effectuar a apreciação abstracta que me ides ouvir.

Desgraçadamente, como aqui já uma vez disse, o conjuncto de nossa situação encarrega do exercicio dessa funcção quem é inteiramente estranho ao officio sacerdotal.

Proponho-me a demonstrar que, terminada a luta hollandeza o Brazil tinha reunido os elementos de uma verdadeira patria; de sorte que poderiamos conceber a sua emancipação politica desde logo, se, por um lado não devesse ser simultaneo o impulso de desaggregação do systema colonial americano, e se, por outro lado, a immensa extensão do paiz não houvera disposto desigual-

mente as condições locaes, sendo preciso uniformalizal-as préviamente para que tivesse um verdadeiro caracter de união nacional a nova patria que se formava. E tanto é verdade que se tornava indispensavel essa uniformisação que, emquanto ella se não realizou, foram mallogradas todas as tentativas parcialmente feitas, no intuito de emancipar da metropole o estado colonial. A exploração completa da séde da nossa patria foi o primeiro passo para o estabelecimento dessa necessaria cohesão nacional; a reunião das differentes capitanias sob um governo geral commum, o segundo; o terceiro, finalmente, a incorporação, mais ou menos systematica, dos fetichistas negros e amarellos, (1) o que veio estabelecer o predominio da civilisação occidental, facultando o indispensavel elemento de ordem—a unidade do passado nacional.

Para demonstração da these que estabelecemos, torna-se necessaria a exposição, ainda que rapida, da noção positivista de patria, no que ella tem de statico, dispensando-nos da apreciação da evolução dessa forma de união humana, desde a sua iniciação fetichica até o seu termo sociocratico final.

Diremos dessa forma de união humana (2).

Com effeito, a patria é uma associação, suppõe concurso, convergencia e continuidade, como a familia de que ella se deriva e como a humanidade em que se resolve.

A primeira condição de sua existencia resulta da appropriação de certa porção de territorio, o que não é essencial a associação familiar, e não tem por outro lado, o caracter planetario da séde da humanidade. Da habitação do solo commum provém certa solidariedade que se accentúa cada vez mais com o correr dos tempos; e o reconhecimento do que se deve a esse solo habitado desperta o sentimento fetichico de amor a terra natal, que se estende pro-

(1) Não se entenda isto chronologicamente e em absoluto, visto que a constituição d'um governo central precedeu a exploração de grande parte das regiões que constituem o Brasil, e mesmo a descoberta de provincias inteiras.

(2) Para o que segue, vide—Pierre Laffite «De Union Nationale» (Revista Occidental do 1° de setembro de 1881).

gressivamente da communa rural a todo o paiz que o estado comprehende. Todavia, as patrias podem existir ou não sobre um solo commum continuo, e os grandes imperios coloniaes modernos offerecem typos completos deste genero, cuja feição anormal se revela pela sua instabilidade, pois, em taes casos tendem sempre os dominados a separar-se da metropole, restabelecendo o *statu quo* anterior á annexação. Daqui deduz-se que a continuidade territorial é uma condição statica essencial da existencia normal da patria.

Outra condição da mesma natureza é a existencia d'um governo commum, ao qual são subordinados os governos locaes, tanto das communas, como das provincias que constituem a patria, e que foram gradualmente annexadas e definitivamente incorporadas e assimiladas, pois, sem cabal assimilação dos annexados, não ha unidade nacional. A simples annexação dá lugar a um estado pouco diuturno de nada fixo, caracterizada, como observamos, a tendencia dos dominados para voltarem ao *statu quo* anterior; de sorte que a assimillação delles torna-se indispensavel para evitar perturbações taes, e ella dá-se quando os dominados aceitam o conjuncto das tradições, dos preconceitos, dos costumes, das idéas, emfim, da civilisação dos annexadores. Daqui resulta o segundo caracter essencial á existencia normal da patria: antecedentes communs.

Realizada, pois, a reunião destes elementos: sólo continuo, governo e tradições communs, a Patria existe, quaesquer que sejam as differenças que se observem entre os habitantes das communas, districtos, departamentos ou outras circumscripções regionaes, differenças de linguagem, de raça, de religião ou dos diversos modos de actividade industrial. Todavia, ainda a Patria existe, anormalmente, na falta de alguma dessas condições: na falta de um sólo commum, como no caso da nacionalidade religiosa dos judeus, na falta de tradições communs, como nas patrias occidentaes. Esse estado revolucionario pode persistir e trazer a dissolução final da patria que é o «conjuncto de familias ou grupos sociaes, vivendo sobre o mesmo sólo, ligados pelo mesmo governo independente, tendo tradições communs e concorrendo ao mesmo destino, sob o peso das necessidades crea-

das pelo passado, pela situação geographica e pela natureza do territorio.»

A' luz desta noção statica de patria, examinemos se a gloriosa época reunio e dispôz os elementos da unidade nacional brasileira.

— Primeiro elemento: sólo proprio e continuo.—Pela primeira vez, de modo decisivo, o Brasil proclamou a solidariedade dos habitantes de suas immensas regiões, quando depois da repulsa dos piratas inglezes e francezes, ao sul, tiveram que unir-se os povoadores ibericos e os filhos natos da colonia para a defensão d'um sólo, que a nação hollandeza, pela sua nova companhia de Indias, lhes arrebatara: indo, por exemplo, os nossos heroicos avós defender a Bahia, o Maranhão, o Ceará, a Parahyba e o Rio Grande do Norte occupados pelos inimigos.

— Segundo elemento: governo commum independente.—Durante a memoravel e assombrosa luta, o Brasil esteve, quasi sempre, entregue a si mesmo, sem governo, abandonado do conde-duque de Oliveiras e depois dos restauradores de Portugal, compromettido pela diplomacia da metropole (3) que á sua existencia sacrificava a opulenta colonia. Pela primeira vez, então o Brasil sentio a irrecusavel necessidade de ter um governo seu independente, e as circumstancias da guerra quasi creavam esse orgam de convergencia, porque, bem ou mal, quem governa é quem, recusando-lhe soccorros a metropole e entabolando negociações de amizade com a côrte de Hollanda, declara como João Fernandes Vieira, guerra á nação hollandeza, e leva á victoria os habitantes que o seguem, em despreso dos terrores de Portugal. Se, pois, com a luta hollandeza, não estava perfeitamente preenchida esta condição de existencia da patria, o exercicio da funcção governamental, revolucionaria, anormal e deficientemente praticado, dispunha todavia inquestionavelmente o apparecimento d'um orgam

(3) O signal mais caracteristico desta situação dá o papel do padre Antonio Vieira, contradizendo, em suas negociações diplomaticas com os Estados, os seus mais vivos sentimentos de catholico na celebre apostrophe a Deus, no eloquente sermão da Bahia. (*Diario* de 25 de Fevereiro de 1883).

proprio, mostrando os inconvenientes insuperaveis d'um governo metropolitano, pela contradicção radical entre os interesses de tal governo e as necessidades de manutenção e desenvolvimento da patria colonial. De tal arte foi accentuado esse antagonismo que, menos de sessenta annos depois de terminada e—signal caracteristico—na sua mesma séde principal, a luta hollandeza, explodia a guerra entre os filhos natos da metropole, ligados directamente ao seu governo, e os descendentes dos primeiros povoadores europeus mesclados aos indigenas e aos negros da Africa.

— Terceiro elemento: tradições communs.—Este é o fructo mais opimo que produzio a luta hollandeza.

Vio-se então d'um modo impressivo e cabal, realizada a incorporação dos fetichistas amarellos e negros á civilisação iberica.

A simples e serena contemplação d'um dos quadros mais sublimes dessa luta formidavel, — quadro commovente e fortalecedor—a retirada das familias pernambucanas em 1635 —dá-nos a convicção real de que, desde então a patria brasileira se formava com a assimilação dos fetichistas natos na America e importados da Africa. Em Porto Calvo, diante dos hollandezes n'uma estratagema de guerra, estão os indios de Camarão e os negros de Henrique Dias, ao lado dos brancos e mistiços de Mathias d'Albuquerque, defendendo as tradições da mesma patria, o mesmo sólo sagrado, as mesmas familias, a mesma crença religiosa.

A Iberia é aqui maior, que faz dos filhos da Africa adusta e da selvagem America os nobres cavalleiros, os esforçados paladinos, os altos continuadores d'um passado glorioso, que, na velha metropole, se esboroava e ruia em pó.

Desde esse dia, o destino a que concorriam as diversas raças que iam constituir a nova patria estava traçado e começava a ser valentemente preparado; e a fórma desse destino era e é: «o prolongamento americano da civilisação iberica, a que cada vez mais se assimilarão, até a reunificação total, os indios e os negros importados, ou os seus descendentes.»

Se esta é a formula geral do destino da patria brasileira, differenciemos os seus diversos elementos, seguindo a disposição inversa da que trazem em sua integração,

isto é, façamos, primeiro, a theoria dos fetichistas africanos e d'America, analysemos depois, as condições da civilisação iberica, para dar, finalmente, a solução systematica da assimilação d'uns á outra. A primeira operação importa na apreciação das differenças humanas, ou *raças*, e a segunda na exposição da evolução do Occidente, ou Republica Occidental; sendo a terceira a applicação politica d'essas theorias, uma das quaes, ao mesmo tempo, biologica e social, e a outra exclusivamente sociologica.

O Protheico materialismo contemporaneo, na sua fórma biologica, proclamou a differença essencial das raças humanas, dividindo-as e subdividindo-as arbitraria e indefinidamente, pois a cada nova especie de variações teve que fazer grupamento—e as variações humanas de ordem secundaria não tem termo.

Por pouco—ou por defeito logico—não chegou a repartil-as em individuos, cada um essencial e radicalmente differente dos mais; e, não conseguindo absolutamente ordenar, segundo caracteres certos, distinctos e determinados, os grupos que foi aqui e alli classificando, o seu vicio logico levou-o a embrenhar-se ainda mais nas difficuldades que creara, mettendo-se na deploravel indagação metaphysica da origem das especies, investigação superlativa que nos deu os bellos trabalhos d'imaginação sobre as oppostas theorias do monogenismo e do polygenismo. Não o satisfez a indagação directa do modo de producção do phenomeno das raças, porque o materialismo, na sua qualidade de philosophia metaphysica, não tem aquella justa modestia intellectual que Dante recommendava, e que dá ao positivismo o seu grande caracter de real:

«State contenti, humana gente al quia.»

Entretanto, nenhum dos doutores que tão bellamente repartiram a nossa especie chegou a determinar differença radical entre um polynesio e elle doutor, nem quanto a funcção alguma.

O contrario é que foi rigorosamente notado. De sorte que foi preciso explicar por outra ordem de influencias—que não por differenças physiologicas ou anatomicas—o phenomeno das raças.

Neste ponto é que se vê cabalmente quanto a metaphysica—materialista ou não—é antagonica do bom senso vulgar, cuja systematisação constitue a sciencia.

De feito, empiricamente a verdadeira noção da unidade humana e a razão primeira das suas variações supervenientes e secundarias foram conhecidas e proclamadas; e, neste particular de Beainville e Augusto Comte não fizeram mais do que systematisar e demonstrar a intuição da intelligencia popular.

De ha muito, era fundo commum da razão vulgar que as variações physiologicas apreciaveis na especie humana resultam de influencias cosmologicas operando nos individuos durante um numero inapreciavel de seculos e fixando-se hereditariamente (4).

---

(4) O leitor, pelas duas citações que seguem, ajuize da exactidão do que affirmamos.

Tacito (Vida de C. J. Agricola, XI) escreve: «Eram indigenas ou estranhos os primeiros habitantes da Bretanha? E regiões. O exterior do corpo varia segundo os differentes bandos ou nações: dahi conjecturas. Os cabellos ruivos dos caledonios, o agigantado dos seus membros, attestam uma origem germanica. A tez escura, os cabellos geralmente encarapinhados dos Silurios e a posição delles defronte da Hespanha, fazem acreditar que, em tempos remotos, uma colonia de Iberos occupou esses lugares. Os mais proximos das Gallias parecem-se aos gualezes, ou porque hajam conservado o molde originario, ou porque, nessas regiões parallelamente oppostas a influencia do céo actue na forma do corpo».

Brito Freire (Guerra Brasilica, liv. 10, pag. 21.-2) diz claramente: «Vivendo em igual distancia do mesmo parallelos aquelles, e estes
« habitadores, uns são vermelhos, outros negros. Deixando parecer
« dos que buscam a causa da descendencia de Caim, porque foi do
« justo Noé desobediente filho, dizem os professores de filosofia, que
« nace da quentura, depois de convertida em natureza. Assim os pri-
« meiros homens que da Africa ou na America, degeneraram de bran-
« cos, foram pelo curso do tempo queimando-se ao ardor do sol, e
« adquirindo mais cálido e mais intrinseco temperamento.

« Ainda que o espaço d'uma vida não era para mudar de todo a
« côr, a mudou em parte. Vieram depois os filhos destes, em que se
« tranfundiram outros gráus de calor mais intenso. Em os netos ou-
« tros, e outros mais, em os mais desdendentes. Com o que tiveram
« causa bastante para a differença da côr, conforme o temperamento
« do clima. Que por ser na Ethiopia mais quente, são negros os de
« Angola, e por ser na America menos cálido são vermelhos os do
« Brasil. »

Essas variações verdadeiramente taes determinam a divisão biologica da raça humana em tres grandes raças: a branca, a amarella e a negra; outra qualquer divisão é impossivel, visto que a variedade indefinida dos contactos humanos fez desapparecerem, dada a gratuita hypothese da existencia d'outros grupos, os caracteres physiologicos que os distinguiam.

Mas as diversas influencias cosmologicas, inilludiveis na infancia humana, diminuiram progressivamente desde a instituição da industria, desde que se desenvolveram as relações sociaes, que assim crearam nova especie de influencias modificadoras, de acção mais real, preponderante e apreciavel que as do clima, situação geographica etc. Em vista deste novo capital elemento de alteração da unidade fundamental da especie, é que jámais será satisfatoria e verdadeira uma theoria exclusivamente biologica das raças; essa theoria, ao contrario, deve ser principalmente sociologica, em razão da natureza do segundo e essencial modificador dos grupos humanos. Pela apreciação do valor das influencias historicas, foi que Augusto Comte dividiu sociologicamente a especie humana em tres grandes raças —a intellectiva e activa e a affectiva,—correspondendo aos tres typos physiologicos — branco, amarello e preto. Importa notar: esta divisão, deduzida da dynamica social ou desenvolvimento humano, por sua vez fundada na constituição cerebral do individuo, não significa separação radical, mas simplesmente caracterisação do gráo de intensidade funccional das diversas raças ou de celeridade do seu movimento historico. A identidade das aptidões permanece, essencialmente; o que é *a posteriore* confirmado pelos exemplos de poderosas civilisações de negros, taes como a do Egypto e, provavelmente, as de Ninive e Babylonia, assim como pelas experimentações americanas, quer no caso caracteristico do Haiti, quer nos demais casos em que os negros, postos em contactos com os brancos, teem revelado que elles não estão senão retardados na marcha da civilisação, mas que isto de modo algum denota uma inaptidão social e intellectual intrinseca. Em relação aos fetichistas amarellos a mesma observação se póde fazer, e, sem fallar no admiravel caso da China,

as extinctas civilisações astrolatricas do Mexico e do Perú revelam na raça activa uma capacidade intellectual e affectiva que só cede, quanto a primeira qualidade aos brancos, e quanto a segunda aos negros.

E tanto é verdade que só a influencias sociologicas se deve attribuir a marcha desigual das raças humanas na via do progresso, que a demonstração da inferioridade relativa d'uma raça para as outras repousa no exame da concepção geral que ella tem do mundo e do homem, ou da sua philosophia. Assim, para se determinar no seu triplice aspecto, social, intellectual e moral, a theoria das raças negra e amarella, basta examinar o conjuncto das suas concepções. Ora, quer n'uma, quer n'outra, a philosophia dominante é o fetichismo, mais ou menos systematico, e, abstractamente, da concepção fetichista podem-se deduzir os caracteres geraes dessas raças. Foi o que fez Augusto Comte, chegando á demonstração do predominio da affeição nos negros e da preponderancia da actividade nos amarellos. Com effeito, que é fetichismo? A sua principal noção intellectual repousa na confusão das idéas de actividade e vida.

E' a primeira concepção universal da razão humana, e funda-se na lei de philosophia primeira, lei pela qual formulamos, na indagação do incognito, a hypothese mais simples e mais sympathica que o conhecido comporta. Na contemplação do mundo externo, e fetichista parte do conhecido, que é elle proprio contemplador, que é o sujeito, e assim attribue ao objecto os mesmos caracteristicos que em si observou d'um modo synthetico.

Ora, o homem, no seu aspecto mais geral, o phenomeno predominante que apresenta é o da vida: resulta d'ahi a confusão fetichica d'essa noção com a da actividade do mundo. Esta philosophia essencialmente concreta leva ao desenvolvimento correspondente das duas regiões cerebraes relativas á affeição e á acção. Attribuindo ao mundo sentimentos benevolos ou malevolentes, o fetichista é conduzido a votar-lhe affectos ou desaffeições por igual, vivas e fundas, e, por outro lado, a contemplal-o com uma curiosidade e um interesse immensos, suppondo-lhe uma

modificabilidade, que elle começa a tentar cada vez mais, desenvolvendo assim a actividade propria.

Mas o caracter concreto da philosophia inicial difficulta o trabalho da abstracção, d'onde resulta para a intelligencia um desenvolvimento inferior ao que apresentam os orgams affectivo e activo do cerebro. Desde, porém, que as circumstancias sociaes permittirem aos fetichistas o realizarem o evolução intellectual até seu derradeiro termo, essas differenças na intensidade funccional da alma terão desapparecido, e o verdadeiro equilibrio estabelecer-se-á.

Depois da exposição desta theoria, será ainda preciso insistir na demonstração da unidade fundamental da especie humana, cujas variações se referem unicamente á intensidade funccional, em virtude de causas principalmente sociologicas? Não bastará o exemplo das grandes civilisações theocraticas para demonstrar a capacidade social e mental-intrenseca das raças hoje retardadas, e que todavia prepararam a situação a que attingimos? Vêde, não sómente os resultados sociaes, mas as transformações physiologicas originadas do simples contacto e do cruzamento das raças. E' um interessante espectaculo a que nós mesmos assistimos, o que nos dispensaria de recorrer ás observações dos sabios e dos viajantes.

Estabelecida, como deixamos, a theoria sociologica das raças negra e amarella, fixemos agora, e que não pouco importa á nossa demonstração, os caracteres physiologicos dos fetichistas que vão sendo gradualmente incorporados ao grupo occidental, e cuja definitiva assimilação, no Brasil, constitue o destino da nossa patria. Nós conhecemos sufficientemente o typo physico do negro; não carecemos, pois, demorar-nos na descripção. Limitemo-nos a considerar a grande raça como uma vasta escala, cujo termo inferior é formado pelo australiano, o polo hottentote, e cujo degráu superior é constituido pelo ethiope.

As qualidades intellectivas e a regularidade das formas physicas seguem proporcionalmente d'um extremo a outro, em progressão ascendente, passando pelo typo médio, que é represantado pelos negros, do Sudan, da Senagambia, do Guiné e pelos Cafres (exactamente os que foram trazidos ao Brasil).

São evidentes as transformações progressivas que elles apresentam logo que, fóra do continente africano, entram em contacto com os brancos ou com os amarellos.

A fecundidade augmenta extraordinariamente nas mulheres, o pigmento diminue, mesmo independentemente de crusamento, as feições se modificam, crescendo em regularidade e em bellesa. «No espaço de 150 annos, diz Mr Elysée Réclus, os negros na America, quanto á apparencia exterior, galgaram um bom quarto da distancia que os separava dos brancos».

Lyella notou, visitando duas igrejas de negros em Savaunah, que o odôr caracteristico da raça negra não se fazia alli sentir.

O sangue do negro crioulo, segundo as observações do Dr. Visimie, em Nova-Orleans, perdeu o excesso de plasticidade que distingue o dos africanos. De sorte que, por effeito da transferencia e do cruzamento, se formou uma sub-raça derivada dos africanos. (5)

Em relação aos fetichistas amarellos, elles apresentam na America, assim como os negros da Africa, gradações de côr, que vão do vermelho escuro, ou acábreado, typo a que o Sr. Couto de Magalhães chama *abaùna*, até ao amarello pallido do indio da bacia do Amazonas. (6) Dáse igualmente n'elles uma progressão de aptidão mental, que corresponde, de modo geral, á diminuição do pigmento e á pureza das fórmas.

Não nos cabe aqui examinar quaes os cruzamentos hajam produzido essas differenças; mas o que é evidente e o que os documentos mexicanos e quichúas demonstram, é que taes cruzamentos se deram, visto como, não só os caracteres physicos dos diversos grupos americanos o denotam, mas a coincidencia da civilisação astrolatrica dos Incas com as antigas theocracias da Africa e da Asia, particularmente a phenicia e a cathagineza, está indicando uma filiação necessaria, que não se generalizou a todos os

---

(5) Apude Pierre Laffite «*Tousaint Louverture.*»

(6) O Sr. Baptista Caetano admitte no Brasil quatro typos distinctos: o bugre ao sul, o botocudo ao centro, o tapuio ao norte, e o tupy na costa e á margem dos grandes rios do interior.

habitantes do novo-mundo. Mas não é isso o que de presente nos occupa, senão a transformação physiologica dos fetichistas amarellos em contacto com o branco.

O gráo de differença d'estas duas raças está insinuando que essa transformação não podia ser physiologicamente tão importante quanto a que experimentaram os pretos; tanto mais quanto as mesmas condições cosmicas se mantiverem para o indio, ao passo que o negro foi transplantado para o continente americano. Ainda assim, podemos dizer, d'um modo geral, que o cruzamento do indio com as outras duas raças produzio resultados analogos ao do cruzamento branco-africano, dando lugar ao apparecimento de typos que se distinguem por uma actividade sorprendente, como são os cafuzes ou caborés (cruzamento do indio com o preto), o mameluco e o gaúcho (cruzamento com o branco).

Quanto á aptidão para ser assimilado á civilisação occidental cumpre accentuar e dar os motivos que determinam uma differença entre o indio e o negro, cuja superioridade n'este ponto parece contradizer o seu maior afastamento do typo branco. Esta superioridade explica-se por duas ordens de razões, derivadas umas do exame das condições cosmologicas e outras do exame das condições moraes em que se achavam, relativamente á civilisação occidental, as duas raças fetichistas.

As primeiras razões resultam da consideração da séde geographica das populações indigenas, que, sendo despojadas dos territorios que occupavam, se embrenharam nas solidões desconhecidas dos invasores, ao passo que os negros eram transplantados para um continente extranho, afim de, conjunctamente com os brancos, povoarem-n'o e explorarem-n'o; as segundas razões deduzem-se da natureza caracteristica das duas raças amarella e negra, esta, profundamente amorosa, encontrou no apego pelo senhor e pela familia d'este, assim como pelo sólo que veio habitar, a força necessaria para supportar a dura crueldade dos occidentaes, ao passo que os indios morreram ou emigraram, quando os brancos procuraram reduzil-os ao captiveiro. Sendo identico o estado mental das duas raças inferiores, sendo ambas igualmente fetichistas, as indicadas

circumstancias tornaram todavia mais continuo e mais intimo o contacto do negro com o branco, d'onde resultou para aquelle uma assimilação mais completa do que a que soffreu o indigena.

Determinada assim a theoria dos fetichistas negros e amarellos, cuja definitiva e completa assimilação á civilisação occidental constitue o destino effectivo da Patria Brasileira, examinemos o conjuncto d'aquella civilisação, conforme nos propuzemos ao traçar a formula que nos serve de these.

Da exposição da evolução da republica occidental resultará a justa apreciação do caracter amplo e geral da luta hollandeza, em que realmente se empenharam: d'um lado, o catholicismo e a dictadura monarchica; d'outro, o protestantismo e a igualdade democratica em fornecer os elementos sociaes da nova Patria.

Outrosim, ficará a theoria sociologica da Hollanda e da Hespanha indicada por modo que, permittindo que exultemos com os fructos da victoria dos nossos avós, não nos leve á condemnação cega e radical dos competidores, cujos serviços geraes á civilisação do occidente, embora hajam sido de caracter eminentemente critico, nem por isso deixaram, attenta a sua necessidade, de ser benemeritos.

Senhores, o principio geral da dynamica consiste, segundo Augusto Comte, em que o homem se torna cada vez mais religioso, isto é, mais synthetico, mais synergico e mais sympathico.

Cada vez mais nos approximamos d'essa perfeita unidade, que é o fim supremo e real de todo o progresso, unidade, ao mesmo tempo, individual e humana, conforme á correspondencia necessaria entre a evolução da especie e a constituição do nosso cerebro.

Esse destino effectivo e ultimo é proseguido pela humanidade, mediante o espontaneo e permanente impulso do sentimeuto, que é, paralellamente, na vida do individuo o elemento inicial de toda a especulação e de toda a concepção, como ainda o alimento e o coordenador da existencia puramente biologica. A base, pois de statica social é a propria theoria de nossa natureza cerebral; e o estudo da desenvolução da sociedade não poderia deixar

de firmar-se n'essa concepção statica, segundo mesmo a lei universal, pela qual, em toda a ordem de phenomenos, o movimento é sempre subordinado á existencia.

Impulsor inicial dos nossos progressos, é igualmente o sentimento o fim real d'elles, pela harmonia e unidade que a sua mais completa e ampla cultura trará á existencia, assim individual, como collectiva: e n'este sentido é que o Mestre proclamou que, « consistindo fundamentalmente a nossa evolução em desenvolver a nossa unidade, importa considerar abortados, ou ter como puramente preparatorios todos os progressos da intelligencia e da actividade que não influirem no sentimento, fonte exclusiva de tal harmonia ».

O fetichismo apresenta-nos o aspecto primeiro d'essa harmonia, tão necessaria quanto expontanea; dominado pelo sentimento, elle offerece o inicio grosseiro, mas altamente revelador e demonstrativo, da unidade que cada vez mais proseguimos systematizando a nossa existencia. Mas a excessiva subordinação da intelligencia, n'esse regimen concreto, produz inevitavelmente, apenas esta se emancipa, a ruptura da primitiva e espontanea unidade, por effeito da instituição desregrada da abstracção.

Todavia, no primeiro despertar, a especulação abstracta não consegue quebrar a continuidade historica, tal é a força do passado fetichista, e principalmente tão verdadeira a theoria que dá ao sentimento a presidencia da vida individual e collectiva.

Assim, o polytheismo theocratico e mesmo intellectual, incorpora a si as conquistas moraes do fetichismo. Em breve, porém, desligada, na Grecia, do sacerdocio theocratico, cujas funcções, offerecendo sempre um caracter eminentemente pratico, evitaram o desregramento da especulação, a supremacia da intelligencia vai despedaçando a continuidade, até que Aristoteles institúe a theoria intellectual do monotheismo, e S. Paulo a adapta ás correspondentes necessidades sociaes.

Então rompe-se inteiramente a filiação historica, e a maldição do passado polytheista, astrolatrico e fetichista está na bocca dos apostolos da nova fé!

Primeiro e fatal exemplo da triste insurreição dos vivos contra os mortos. Felizmente, os resultados sociaes da evolução realizada o genio do apostolo das gentes incorpora-os ao catholicismo, evitando assim a miseravel degradação da intelligencia desenfreada, da especulação desviada de todo objectivo humano, como foi o espectaculo dado ao mundo por esse pantano que se chamou—o Baixo Imperio!

A civilisação grega, sacrificada a esse immortal papel historico, cultivara ao mais alto gráo a razão abstracta, e fundara a Sciencia e a Philosophia; os romanos, a seu turno, desenvolveram poderosamente a actividade e a vida social, propagando, ao mesmo tempo, os resultados essenciaes da cultura hellenica.

Sob os aspectos especulativo e pratico, a humanidade reunira os elementos capitaes d'uma unificação total sob o imperio da paz, como o illustre Cesar e o grande Trajano presentiram; mas o terceiro termo da evolução da nossa especie estava por soffrer uma cultura systematica e cabal, que completasse o espontaneo apego dos fetichistas com a veneração e a ternura, aquella já iniciada no regimen militar antigo, e esta exclusivamente dependente de instituição e desenvolvimento.

A theoria geral da dynamica da sociedade e a propria contemplação concreta do espectaculo historico demonstram o caracter imprescindivel d'essa nova phase provisoria, para attingir a humanidade o idéal de todas as religiões—a unidade final.

E' este o papel da edade media, papel a que o catholicismo preside e que a cavallaria preenche.

Despindo-se da aridez mosaica, o novo dogma incorpora as conquistas sociaes dos romanos, ao mesmo tempo que se apodera da concepção de Aristoteles. Sob este duplo aspecto, elle é o representante das duas civilisações matrizes do Occidente. Preenchidos os papeis historicos d'uma e d'outra, era todavia necessario proseguir, sob nova fórma e por novos meios, a evolução geral, em cujo desdobramento parcial ellas haviam esgotado o mais alto de sua intelligencia e o mais indefeso de sua actividade. Roma

assimilara á sua civilisação a Italia, a Gallia e a Hespanha.

E assimilar é aqui a expressão propria. Já no tempo do grande representante da civilisação militar, gaulezes são senadores romanos, e, pouco depois, a Hespanha tem philosophos romanos como Seneca, poetas romanos como Lucano e até imperadores romanos como o incomparavel Trajano.

Só ficara fóra o que ella realmente não podia assimilar, o que era realmente incompativel, por então, com a civilisação greco-romano.

O inevitavel esphacelamento do grande colosso social e a irrupção dos barbaros transformam a conquista em defesa. Constituem-se os pequenas estados com o fundo da civilisação latina alicerce tão forte que resistirá á barbarie das hordas do norte. Vêde o imperio Wisigothico. Esses barbaros fizeram-se continuadores dos Antoninos e filhos de S. Paulo, e sobre aquella civilisação poderam passar e repassar os invasores triumphantes, que não conseguiram apagar o inebliteravel cunho romano. Mas n'aquellas regiões cujos habitantes não haviam sido assimilados pela communhão greco-latina, estão os elementos que ameaçam os novos estados apenas constituidos na primeira phase da idade media: de Julio Cesar a Publico Agricola, a Bretanha havia bem sentido o peso dos gladios romanos, e Germanico repellira cincoenta vezes do Rheno e do Vistula ao Zuiderzée as inumeraveis nações barbaras; mas todas ellas escapavam á assimilação, que era uma questão vital para os estados neo-latinos. Essa assimilação foi obra de Carlos Magno,—o lendario « emperor à la barbe florie » cantado pelo estro de Théroulde — continuada e levada a termo pelos primeiros carlovingios. Como foi difficil e dura a ingloria tarefa, todos o sabeis; mas por fim, os estados originados da decomposição do imperio romano viram garantidos os resultados essenciaes da civilisação que proseguiam, e a republica occidental achou-se formada com dois novos elementos.

Em vista da sua posição central e da maior influencia que soffreu de Roma, á França coube a presidencia do novo grupo sociologico, seguindo-se-lhe a Italia e a Iberia,

ao sul, e ao norte, a Inglaterra e a Allemanha, mais tarde chegada ao gremio dos povos que possuiam as conquistas sociaes do passado e as continuavam.

Realizada assim a constituição definitiva da Republica occidental, a edade-media começou a sua evolução caracteristica, pela qual Augusto Comte a denominou de «transição affectiva».

A cavallaria institue a dedicação dos fortes aos fracos, pratica a lealdade, proclama a Mulher, cujo culto systematiza na Virgem Maria, admiravel esboço da composição normal. Durante os seculos que vão até á segunda cruzada, a alma occidental entrega-se ás mais puras expansões de sublimada ternura, até que a decomposição catholica a principio do regimen, em seguida do dogma e, finalmente, do culto, emancipando a intelligencia tanto tempo soffreada, vem demonstrar a necessidade de instituir em novas bases a constituição definitiva da unidade humana.

Não posso, *hic et nunc*, meus senhores, expôr como desejava a theoria do catholicismo, segundo a philosophia positiva; limitar-me-ei a observar a sua impotencia radical e mesmo a sua incompatibilidade em relação á systematização final, a cuja ultima tentativa organica presidio, todavia; e essa impotencia e essa incompatibilidade demonstram-se *a posteriori*, notando-se que, em relação ao sentimento, foi fóra do seio do catholicismo que a evolução se operou, cabendo, como fica dito, á cavallaria esse meritorio papel; no tocante á intelligencia, a ruina catholica proveio mesmo do estado de Aristoteles, fonte em que se achava a definição do dogma monotheico; e, finalmente com respeito á actividade, foram as instituições feudaes que presidiram á transformação do seu exercicio, cabendo apenas á egreja a collaboração na emancipação servil, cuja realização foi um germen de morte para o catholicismo, com o qual a industria, fundada na sciencia e exercida pelos novos libertos, não poderia ser compativel.

Assim, abortadas as tentativas de S. Bernardo e de S. Francisco de Assis, relativas principalmente á reforma do regimen, a ultima synthese theologica dissolve-se, a principio espontaneamente, depois systematicamente, so-

bretudo ao norte. Eis o juizo definitivo de Augusto Comte: «Ainda que a principio inspiradas pelas necessidades intellectuaes, a plena emancipação conformava-se depois com as exigencias sociaes; porquanto, tornando-se retrogado, o catholicismo perdera a moralidade, por não poder conservar a independencia espiritual, que trocou em breve pela seguridade material, quando as usurpações temporaes prevaleceram irrevogavelmente.

Desde então, em lugar de regular os fortes, a sua disciplina não visou senão a submetter-lhes cegamente os fracos, dando ao vago de suas doutrinas um destino inverso daquelle que por tanto tempo o honrou. Limitado a principio aos poderes consideraveis, esse servilismo acabou por estender-se ás forças menores, de modo a revoltar, assim os nobres corações, como os bons espiritos. O catholicismo era em si mesmo tão repugnante ao sentimento que só a sua efficacia social fizera supportar-lhe o dominio, cujos vicios naturaes, sem esse desvio, os nossos pios antepassados cavalleirescos teriam, como nós, sentido. Quando, achando-se-lhe exgotado o verdadeiro destino, elle não prolongou sua existencia official senão tornando-se tão hostil ao progresso social quanto ao desenvolvimento da intelligencia, essas antipathias latentes seguiram livremente o curso normal.

Em todos os espiritos dotados de algum vigor, a emancipação estendeu-se até ao principio divino, cujo ascendente autorizava as irracionalidades que revoltaram as intelligencias mediocres, como se cousa alguma devêsse parecer extranho a quem admitte a omnipotencia.» *(Politique Positive*, vol. III, Pag. 507–508).

Ainda mesmo, senhores, na phase espontanea da decomposição catholico-feudal, o Occidente procede unido e harmonico o mesmo destino, a sua solidariedade persiste; mas apenas se systematiza o movimento revolucionario. accentuam differenças entre os diversos membros da grande republica fundada por Carlos Magno. Depois de ligeira indicação dos caracteres capitaes da phase de decomposição expontanea, apreciaremos essas differenças, principalmente com relação aos casos da Hollanda e da Iberia, o que

deixará determinadas as respectivas theorias sociologicas, segundo nos propuzemos fazer.

A revolução occidental, conforme á profunda observação de Augusto Comte, é principalmente intellectual, razão por que a sua iniciação, não affectando a ordem social e moral, se confunde com o prolongamento do regimen anterior, havendo ainda hoje quem estenda a edade média até á explosão da crise protestante. Mas os signaes caracteristicos d'uma nova ordem de cousas e, principalmente, d'uma nova ordem de idéas surgem desde o seculo XIII principalmente no meio dia, onde o poema de Dante começa a revelação da decomposição do catholicismo. Ao norte, Rogerio Bacon institue directamente a cultura scientifica no dominio cosmologico.

E' tão apreciavel o symptoma revolucionario que, no indicado seculo, como diz Comte, se torna popular o dito: « *Tres medice quatour athœi* ». O que indica muito bem que a emancipação se estende ao principio monotheico.

Restaurando e reatando a cultura scientifica e philosophica da Grecia, de que durante alguns seculos os arabes da Hespanha foram os interpretes na Europa medieval, os espiritos superiores do occidante, sentindo o descredito do catholicismo, proseguiram ou nas syntheses materialistas antigas de Thales e Pithagoras, de que pouco depois Descartes dava a tentativa mais absoluta, ou principalmente nos estudos especiaes.

Incontestavelmente necessidade para a indispensavel organização das ultimas sciencias cosmologicas, a analyse, então, sobreleva á synthese—signal mais evidente da reacção contra a edade média, essencialmente synthetica, em vista mesmo da evolução que lhe foi propria—a cultura do sentimento.

Mas essa revolução intellectual devia influir no estado social correspondente, e dahi a transformação do systema feudal, resolvendo-se no centro e no meio-dia pela dictadura real, e nos paizes maritimos do norte, com Veneza ao sul, pela plutocracia aristocratica.

Em relação ao sentimento, uma transformação tambem se opera, sempre contra a evolução medieval, isto é, o

egoismo cada vez mais prevalece, tanto nas relações privadas, como nos negocios publicos do Occidente.

A emancipação intellectual, iniciada pelos estudos astrologicos e alchimicos do seculo XIII, poder-se-ia conceber como chegando, sem solução de continuidade ou reacção, ao seu destino effectivo, se ella fosse tão completa ao norte como era ao sul. E aqui vamos ver as diffe rencias sociologicas a que a pouco me referi, e que co meçam a revelar-se claramente com a explosão protestante- Esta theoria, inutil é fazel-o sentir, meus senhores, constitue o ponto capital da apreciação que tive a temeridade de emprehender.

Traçámos já a formula geral do progresso humano e o seu ponto final de convergencia, como sendo toda a evolução destinada a systematizar a unidade de nossa natureza, assim individual, como collectiva e recorda-nos a deducção que desse grande principio tirou Augusto Comte, pela qual todos os progressos reaes devem referir-se ao sentimento, importando considerar todos os mais como ociosos ou preparatorios.

Esta doutrina, cuja exposição poderia quando a fizemos, vos ter parecido uma degressão inutil, vai servir-nos de ponto de partida para apreciação da reacção protestante e para a determinação do seu caracter essencialmente opposto ao conjuncto da evolução social.

O principio fundamental do protestantismo consiste em attribuir a cada individuo a competencia absoluta para o exame e decisão das questões quaesquer, desprezando-se, ao mesmo tempo, toda sorte de antecedentes. Esta doutrina, a principio limitada á interpretação dos livros sagrados, conquista em breve todo o campo theologico, e a razão individual, ou livre exame sobrepuja logo o juizo social.

Basta isto para notar o caracter fundamentalmente anarchico de semi-emancipação que progressivamente dissolve do catholicismo, primeiro o regimen, depois o dogma, e, finalmente, o culto.

Esta base intellectual do protestantismo serve desde logo para as primeiras applicações sociaes: o libre exame

dá á luz a igualdade, e a soberania popular é proclamada na séde principal do negativismo.

Por outro lado, a insurreição do individuo contra a especie—traz como consequencia o predominio do egoismo, o que se manifesta, não só pela ruptura da solidariedade, como principalmente pela quebra de toda a continuidade. A disciplina social soffre então os mais rudes embates, e o correspondente sentimento — a veneração — que preside a essa disciplina, é cada vez mais comprimido, ao passo que o orgulho se desenvolve.

Mas o protestantismo não se limita, como a decomposição expontanea, a atacar as bases fundamentaes da vida publica: a propria existencia domestica é por elle vivamente compromettida.

Rôta a primeira condição de ordem—o passado—todas as mais, uniformemente, experimentam a terrivel assolação negativa.

Institue-se o divorcio proclamado pelos doutores da absoluta emancipação.

A vista desta apreciação, podemos altamente affirmar o caracter reaccionario da semi-emancipação protestante.

Sob o ponto de vista intellectual elle é contradictorio, porque acceita a mesma base monotheica, a mesma revelação, attribuindo unicamente á incompetencia universal o exame e a interpretação; sobre o ponto de vista social, não só como observa o Mestre, é uma parodia do Itamismo, que contraria essencialmente a solução do problema da separação dos poderes que a edade-media constitue, mas o seu caracter igualitario contradiz evidentemente a indispensavel constituição das dictaduras monocraticas; finalmente, sob o aspecto moral, elle é a negação de toda a sympathia. Portanto, nem synthetico, nem synergico, nem sympathico.

Essa horrivel reacção que, a prevalecer simultaneamente em todo o Occidente, houvera fatal e irrevogavelmente compromettido os destinos da humanidade, encontra, porém, ao meio-dia, o antagonismo offerecido pela resistencia oppressiva organizada pelo jesuitismo.

Aqui, para as differenciações que nos propuzemos fazer, podemos tomar como typos os dois elementos occi-

dentaes que disputaram, ha dois seculos e meio, o predominio da sua civilização na futura patria brasileira—a Hollanda e a Iberia.

Senhores, mesmo em nosso paiz, o revolucionarismo tem proclamado a superioridade da civilização do Occidente septentrional sobre a das populações do meio dia, e nenhum de vós terá deixado de ouvir a denegrição dos nossos antepassados e a lamentação do resultado da luta hollandeza no Brasil. Mas demonstremos a irracionalidade d'essas idéas.

A inferioridade da civilização dos povos septentrionaes, diz Augusto Comte, prova-se exactamente pelo triumpho que entre elles teve o protestantismo, e que só resulta d'uma emancipação menos avançada que a do meio dia.

Basta notar a séde principal da explosão protestante para reconhecer esta importante verdade, pois que foram os germanos os ultimos chegados ao gremio da civilização occidental, e os unicos que não experimentaram os beneficos effeitos da incorporação romana.

No seculo XVI, intellectualmente mesmo, eram elles os mais atrazados dos occidentaes.

Quanto á outra patria européa em que a semi-emancipação triumphou—a Bretanha, a mesma inferioridade, ainda que em menor gráo, notava-se. « Na Inglaterra mesmo, diz Augusto Comte, o triumpho protestante resultou antes de necessidades sociaes de que de condições intellectuaes ».

Ao sul, porém, a emancipação intellectual universalizava-se, e era evidente no clero, assim secular, como regular.

Os grandes poemas surgidos nas épochas mais criticas da decomposição attestam esta observação fundamental. A Hespanha particularmente, foi que, desprendendo-se do regimen e mesmo do dogma catholicos, construiu a admiravel creação esthetica da Virgem Maria, esboço esplendido da final elaboração do culto.

Como ainda hoje se conserva na grande massa dos hespanhoes europeus e americanos, os nossos avós guar-

daram do catholicismo apenas o culto como uma necessidade primordial de sua natureza amorosa.

Mas accentuemos essas differenças sociologicas entre as duas patrias iberica e batava.

Como acabais de ouvir, a Hollanda, parte integrante do ultimo dos elementos occidentaes, constitue, todavia, a população mais adiantada da Germania.

Pela admiravel instituição do sólo nacional, os seus habitantes revelaram uma actividade industrial, que nos explica as suas posteriores empresas coloniaes. E convem notar que os seus homens de Estado impediram longo tempo a degeneração dessa admiravel acção sobre o mundo: systematizaram as instituições coloniaes, offerecendo nesse trabalho sociologico um verdadeiro typo que a Inglaterra adoptou e que se perverteu; foram liberaes e generosos para com os dominados, toda vez que os governantes regeram directamente os dominios conquistados, e os não entregaram á avida cubiça das companhias de commercio.

Outra superioridade da Hollanda sobre as demais populações germanicas resulta da alta cultura scientifica e philosophica que a sua situação politica permittiu e estimulou; pode-se dizer que sob este aspecto, ella foi verdadeiramente a patria da liberdade intellectual. Além disto, os batavos conseguiram estabelecer uma cultura esthetica esplendida, rivalizando nas artes plasticas com os grandes mestres italianos e hespanhoes, e conseguindo na poesia construir o esboço da theoria da natureza humana delineado no poema de A. Kempis.

Estas vantagens de diversas ordens collocam-n'os tão acima dos outros allemães, que o fundador da Religião da Humanidade pensou até em manter a sua primitiva hierarchia occidental, dando-lhes o segundo lugar no grupo sociologico de Carlos Magno.

Mas aquillo que foi condição productora do seu desenvolvimento, isto é, a instituição do livre exame, da soberania do povo e, por conseguinte, do parlamentarismo mediante a alliança da aristocracia com as massas, fel-os desviarem-se do recto caminho da humanidade que a Hespanha consagrou. Ao contrario dos paizes do norte, a

Iberia — Iberia porque, sociologicamente, é inadmissivel qualquer distincção radical entre Portugal e a Hespanha, —conservou e desenvolveu todos os resultados essenciaes da evolução occidental.

Se Augusto Comte com razão denominou a edade média de «transição effectiva» essa caracterização cabe sobretudo, entre as populações do Occidente, á Hespanha.

Comecemos por notar na apreciação deste caso occidental, que a emancipação da Iberia, como ha pouco observámos, era, ao tempo da explosão protestante, muito mais completa e cabal que as dos povos do norte.

Isto resulta, em primeiro lugar da seguinte observação feita por Augusto Comte e de que, no seu «Templario» teve a mais viva intuição o genio de Walter Scott: o descredito dos monotheismos rivaes, o occidental e o oriental, proveio principalmente dos contactos nascidos de sua commum pretenção ao dominio universal. Ora, na Hespanha, esses contactos foram duradouros, seculares e decisivos.

Todos sabeis como se protahio por setecentos annos a luta dos filhos dos godos com os mussulmanos, desde a fatal jornada do Guadalete até Fernando e Izabel. A tolerancia dos dominadores do imperio de Andalús estreitou essas relações por tal modo que chegou o povo christão a adorar Mahomet sob o nome de S. Mamede, (7) e o Cid lendario e popular, é, ao mesmo tempo, godo e mouro. Por outro lado, esses mesmos contactos, essa peleja secular fizeram da Hespanha a nação mais energica do Occidente. Paralellamente, os sentimentos de lealdade, de dedicação e da mais elevada ternura se desenvolveram. Instituiu-se o culto da mulher; a poesia alimentou-o de encantos numerosos, d'uma suavidade e d'uma nobre paixão de que litteratura alguma outra nos dá o exemplo.

Os servos foram incorporados á familia, e por isso mesmo a dignidade individual tomou uma força e consistencia enormes, como Calderon nos pinta no «Alcade de Zalamêa».

---

(7) Vide Miguel Lemos—*Luiz de Camoens*—Paris, 1880.

Em vista das lutas com o Islamismo, a Iberia fez do catholicismo um symbolo nacional e da monarchia a lealdade hispanica fez a directora real da vida publica.

> « Que és la sangre de los nobles
> Patrimonio de los reys ».

Em face de tudo isto, é que Augusto Comte poude firmar: « Comparando-se ás populações protestantes, a nação hespanhola acha-se autorizada a proclamar a sua superioridade moral e social, por modo algum neutralizada por sua inferioridade theorica e pratica. O Positivismo confirma esta apreciação representando as lacunas ibericas com susceptiveis de serem em breve preenchidas, mediante conveniente impulso, emquanto que as dos outros occidentes exigem lenta e difficil renovação.»

Depois d'este juizo definitivo e irrevogavel, nada nos resta a accrescentar relativamente ás differenças sociologicas que acabamos de apreciar, senão resumir os caracteres essenciaes da população hispanica.

A Iberia conserva as tradições medievaes e respeita o verdadeiro destino da evolução humana por tres caracteres essenciaes que lhe são proprios: 1.º ella faz a cultura moral dominar a actividade industrial; 2.º faz a synthese poectiva dominar a especialização scientifica; 3.º faz a centralização das dictaduras reaes dominar a disperção democratica.

Os caracteres proprios dos dois modos sociologicos mantêm-se com relação ás empresas coloniaes, em que se expandem um e outro; « Systematizada, diz Augusto Comte, pelo catholicismo e pela realeza, a transplantação iberica conservou o conjuncto dos antecedentes, e até permittiu um desenvolvimento melhor dos seus caracteres essenciaes.

Mas a colonização britanica (8) resultando d'um impulso individual a que o protestantismo servio de consa-

(8) Augusto Comte serve-se da expressão «Britanica« mas a sua observação convém egualmente ao caso hollandez, pois, como observamos, o systema colonial britanico foi tomado conforme ao typo creado pelos batavos.

gração, alterou tanto mais as tradições sociaes, quanto ella emanou principalmente de perseguidos e de rebeldes.»

Temos, pois, senhores, determinado as differenças essenciaes entre a Hollanda e a Iberia, e, em vista d'esta apreciação sociologica, proclamado a superioridade da civilização hespanhola em relação a batava.

Podemos, portanto, venerar, sciente e conscientemente, a memoria dos heróes que defenderam contra as aggressões dos invasores e nos legaram admiravel e completo o conjunto dos antecedentes ibericos.

Como vos disse ao começar, n'essa obra importante é que estava a razão da luta formidavel que ha 229 annos teve, n'este sagrado solo, o desenlace que nos faz exultar. Poderamos proval-o d'um modo particular e concreto; mas os successos d'essa Illiada, todos o tendes presentes, porque, na phrase de frei Raphael de Jesus, « no treatro das acções não se perdem as lembranças. »

E mais, senhores, devemos admirar a intuição clara e nitida que os nossos heroicos antepassados tiveram do seu papel, quanto são elles proprios que nol-a declaram, pela bocca d'outro chronista contemporaneo, Brito Freire, que assim proclama o idéal que os alentava n'essa luta, em que elle proprio foi heróe: « morriam pela fé, e a confessavam, dentro n'aquellas rôtas entranhas, os corações espedaçados. »

Temos, repito, ampla e plenissima razão de conservar por esses grandes antepassados o culto de que a tradição popular os revestio, e que não logrará destruir a metaphysica revolucionaria dos nossos doutores germanicos, degragados na admiração d'uma civilização que volta cada vez mais ao regimen militar. Sim, porque foram esses avós que nos guardaram as grandes tradições ibericas e mais remotamente os resultados essenciaes da evolução greco-latina, ao mesmo passo que nos perservaram do funesto desvio protestante; sim, porque foram elles que, d'ess'arte, nos mantiveram na linha gradual pela qual segue o destino humano, e nos collocaram n'um dos mais avançados pontos d'onde avistamos já os longinquos cimos onde luz a claridade suave e perenne da harmonia final; sim, porque foram elles os que formaram esta Patria gran-

de e altiva, cujo destino é o caracteristico e o ensaio particular da reunificação total da especie, pois, tendendo a humanidade para uma perfeita harmonia pela eliminação das differenças actuaes, aqui é que se opera a iniciação decisiva d'essa grande obra, a obra mesma a que tendem, desde o dia em que surgiram sobre o Planeta, as extensas e innumeraveis legiões dos homens. Assim é que nos religamos á trama do destino humano, de que, podemos dizel-o, dirigimos uma parte importante. A enorme responsabilidade que nos incumbe não nos deve acabrunhar, porque temos n'esses memorandos avós o exemplo dos grandes deveres plenamente preenchidos; e, se elles nos deixam uma tarefa mais grave, na contemplação dos seus sublimes esforços, busquemos a coragem para dizer e a energia para realizar: Essa herança, nós a acceitamos!

Senhores, partindo da formula de civilização brasileira, que definimos «o prolongamento americano da civilização iberica, a que cada vez mais, até a reunificação total, serão assignalados os fetichistas negros e amarellos», nós differenciamos os diversos elementos dessa formula, até chegarmos a reconstruir a sua synthese, ou integração.

Vejamos agora as applicações que esse estudo nos póde suggerir: é essa uma condição que o positivismo proclama indispensavel a qualquer contemplação abstracta, e que, só, póde dar-lhe um caracter proveitoso, efficaz e opportuno. Essas applicações devem naturalmente referir-se: 1.º á manutenção da civilização brasileira; 2.º ao seu desenvolvimento.

Vejamos, em relação ao primeiro ponto, como devemos proceder. Tal apreciação deve constar de duas partes: a primeira referente ás alterações que a civilização brasileira, constituida pelo passado iberico, póde soffrer em vista de perturbações indirectamente originadas no exterior e effectuadas no paiz; a segunda referente ás alterações directamente resultantes da introducção de elementos extranhos em nossa civilização.

A primeira ordem de alterações provém da influencia de idéas contrarias, simultaneamente, ao conjunto do nosso passado e ao nosso destino futuro.

A' vista de sua propria natureza, só podem ser evitadas ou rectificadas pela apreciação scientifica desse passado e pela demonstração real desse destino.

E' uma questão de dominio espiritual, em que toda acção do poder pratico é mais que nulla, é perniciosa. Só uma doutrina scientifica póde curar esses desvios mentaes, que compromettem conjuntamente toda a existencia privada e nacional. O positivismo sustenta ser essa doutrina, e, para proval-o, não reclama outra cousa mais do que a plena liberdade espiritual.

Quanto, porém, á segunda ordem de perturbações, o poder politico é o mais proprio para evital-as ou supprimil-as.

Ellas resultam, como dissemos, da intervenção directa de elementos extranhos á nossa civilização. E', posta em termos geraes, a questão da colonização extrangeira.

A influencia das idéas revolucionarias tem feito proclamar como dogma que a nossa grandeza nacional depende d'uma extensa população. Este materialismo é caracteristico: funda-se na necessidade do alongamento de nossa producção economica.

Mas, senhores, nós somos uma patria, proseguindo um destino traçado pelos nossos antecedentes, e, certamente, como o mais importante na vida biologica não é a grossa alimentação a Vitellio, na existencia social não é o mais alto a grande producção material.

Depois, para o preenchimento do nosso destino nacional—é preciso dizel-o em brados—nós temos a população sufficiente: já em 1827 o proclamava o nobre patriota José Bonifacio. (9) Esse pretexto de augmentar a producção—é preciso tomar bem nota nisto, meus senhores, póde ser-nos fatal. Nas provincias do sul, os allemães, inteiramente extranhos ás condições do nosso viver social, mostram-se excessivamente refractarios a tudo o que nos diz respeito.

---

(9) O director do positivismo no Brasil, Sr. Miguel Lemos, a quem devemos esta informação, trata de editar a brochura de José Bonifacio.

Os seus contactos com a população nacional só produzem dissenções, cada vez mais aggravadas pelo despreso que nos mostram, e que elles revelam d'um modo que faz pasmar.

Chega isto a ponto de irem os nossos compatriotas convencendo-se de que os allemães, effectivamente, nos são muito superiores. Elles, os *muquems!*

Em materia de augmento de nossa producção, o que augmenta em muito maior proporção é o consumo de mercadorias e generos allemães.

Mas o governo, écho dos interesses de fazendeiros egoistas, e, digamos a verdade, um tanto convencido tambem da superioridade da civilização germanica, não cessa de promover a immigração dos compatriotas do Sr. de Bismark—o qual, entre parenthesis, proclama no Reichstag que o melhor meio de conquista é... a colonização.

E' bem sabida a insolente pretenção dos colonos allemães que, em Blumeneau, por exemplo, eram unicamente —válidos pensionistas do Estado, bem nutridos, bem vestidos, bem alojados que, nas horas vagas, agricultavam o sólo—construindo polacios.

Mas o nosso governo ainda não se contenta com isto, e liberalmente dá-lhes—desde que o queiram—o titulo de cidadãos brasileiros. A patria é uma casa publica: entra quem quer.

Ultimamente, o parlamento votou uma lei, dando aos presidentes de provincias a faculdade de concederem cartas de naturalização, e a Camara dos Srs. Deputados queria até que essa faculdade se estendesse ás municipalidades.

Offerece-se de graça o que devera ser o galardão das grandezas de extranhos. Todavia, a patria, segundo a energica e pinturesca expressão de Danton, não se leva na sola dos sapatos.

Em face do perigo que para nós resulta dessa desordenada immigração, deixamos até de notar o que ha nisso de grave para o proletariado europeu, cujo deslocamento o priva assim do sedentarismo necessario á sua regeneração, cuja cubiça d'ess'arte se desenvolve com a especta-
venturas de riquezas.

Essa propaganda da colonização extrangeira resulta tambem da admiração que os nossos democratas—quasi todos o são, chamem-se conservadores ou republicanos—manifestam pelo que chamam pomposamente progresso dos Estados Unidos. A republica americana effectivamente produz muito, mas tambem cada vez mais degenera de patria americana em uma verdadeira e immensa sociedade de mercadores, sem passado, sem futuro, e com uma religião caracteristica: o culto do Dollar.

Mas em materia de colonização, o nosso governo, para attendor á grande lavoura, que quer viver largamente á custa alheia, faz-se eclectico, e, ao mesmo tempo que manda vir allemães, pretende fazer buscar chinezes. A respeito desta redicula e universal pretenção a opinião do paiz já se manifestou, condemnando-a. (10)

Senhores, é preciso repetil-o: a nossa patria tem a população sufficiente para o preenchimento do seu destino sociologico. Vejamos agora quaes são as questões praticas relativas ao desenvolvimento da civilização brasileira, ou ao seu destino.

Deveis estar lembrados de que caracterizámos esse destino pela progressiva assimilação dos fetichistas negros e amarellos. Quanto aos negros, ha duas ordens de medidas a instituir: a primeira directamente dependente do governo, a segunda exclusivamente propria á modificação dos sentimentos e preconceitos nacionaes.

---

(10) Depois de realizada esta conferencia, lemos nos jornaes que o Sr. Callado, nosso ex-embaixador no celeste Imperio, conseguio contractar com capitalistas chinezes a formação d'uma companhia de navegação entre Hong-Kong e os portos do Brasil, para o effeito de transportar-nos *coolies*.

O cuidadoso ex-embaixador, nas informações que deu á imprensa, indicou logo o meio de illudir a resolução do governo chinez, prohibindo os contractos de colonos na China: E' contractal-os apenas desembarquem no Brasil.

Sobre esta questão de immigração chineza, os positivitas brasileiros repetidas vezes se têm enunciado terminantimete, e agora volverão a refazer as suas demonstrações.

A introducção dos fetichistas africanos nas colonias americanas foi o mais monstruoso dos crimes que a decomposição revolucionaria commetteu.

Nada justifica esse escravizamento tão diverso do antigo e tão refinadamente systematico.

Tambem as modernas patrias americanas trataram de, tanto quanto possivel, reparal-o pela abolição do regimen servil.

Desgraçadamente, nós brasileiros ainda estamos a clamar por essa inadiavel emancipação dos trabalhadores. Mas não basta abolir a escravidão: fôra necessario reparar completamente o crime occidental, fazendo volverem aos seus lares, ou entregando-os á communhão da patria de Toussaint Louverture os pobres fetichistas negros. Ora, já não podemos realizar essa medida de estricta justiça. Resta-nos, pois, dar aos pretos, em troca da familia e da patria que lhes roubámos, uma nova familia e uma nova patria, que não podem ser outras senão as nossas. Para isso importa systematizar o que ha mais de dois seculos se opera no Brasil; e cremos ter provado que a systematização dos enlaces matrimoniaes entre as diversas raças humanas será, no Brasil, a base da reunificação total de nossa especie, conforme á previsão positiva de Augusto Comte.

Resta-nos apreciar qual deva ser a nossa acção relativamente á assimilação dos fetichistas amarellos á communhão brasileira.

Senhores, esta questão é grave e é urgente, porque, a seguirmos o mesmo methodo que até aqui temos adoptado, os nossos descendentes ver-se-ão, apenas a nossa civilização se estenda até ao interior da paiz, ameaçados de serios perigos pelas correrias dos selvagens, como se dá na Republica Argentina, e, por falta de previdencia nossa, não podendo asssimilal-os em alguns annos, serão talvez forçados a assassinal-os em massa, como se fez nos Estados Unidos.

Até aqui o nosso systema de relação com os indigenas se tem baseado, ou na propaganda theologica, ou na exploração mercantil. Ora, nós sabemos o que vale o primeiro modo, sabemos o que são os indios aldeiados sob a

direcção d'um padre catholico, que não é nem Nobrega, nem Anchieta... E' original essa pretenção de querer sujeitar as populações selvagens a uma fé, em que os proprios missionarios e evangelizadores não crêem! O segundo modo, que aliás não dispensa o concurso do primeiro, é o que está mais em voga, e, entre outros, o Sr. Dr. Couto de Magalhães, que todavia mostra a mais viva curiosidade e effectiva sympathia pelos nossos selvagens, não tem difficuldade em reduzir a questão de incorporal-os á civilização brasileira a um unico ponto: empregal-os nas industrias extractivas, que nos renderão tanto ao anno!

Aqui os missionarios são regatões áviados e cupidos, que teem como intermediarios das suas operações mercantis, indios, em creança roubados ás suas tribus, e, depois de adultos, feitos soldados do nosso exercito. (11)

Já apresentámos as duas ordens de razões pelas quaes, mas do que o negro, o fetichista amarello tem difficuldade em ser assimilado pela nossa civilização. Diante, pois, d'esse embaraço maior não é fazendo-os trabalhar em nosso proveito, ou pregando-lhes uma fé absolutamente incompativel com o estado de sua razão, que havemos de trazer os selvagens brasileiros ao gremio do nossa patria.

Abandonemos, portanto, esses meios empiricos e perniciosos. O que nos cabe fazer, em relação aos indigenas é, pura e unicamente, facilitar-lhes o contacto pacifico com as nossas populações, cercando-os da maior protecção, como aliás é o pensamento da lei que os considera menores.

Esta prudente reserva deverá ser mantida até que tenhamos uma fé, em cuja efficacia confiemos, e que possamos conscientemente propagar. Essa fé—unica possivel depois do irrevogavel declinio da ultima synthese theologica—é a Religião da Humanidade, com a qual o fetichismo sympathizará tanto mais quanto não encontrará n'ella senão a systematização do que espontaneamente lhe é proprio. A passagem d'um estado a outro se fará como demonstrou Augusto Comte, mais facilmente do que do po-

---

(11) Vid. Couto de Magalhães—«O Selvagem».

lytheismo ou do monotheismo. Antes, porém, que o Positivismo esteja em condições de realizar missões apostolicas, deixemo-nos de insistir n'uma propaganda desmoralizadora e n'uma exploração immoral, que cada vez mais afastarão de nós o selvagem do Brasil.

Eis, senhores, o que entendi dever dizer-vos para a apreciação da épocha inicial de nossa patria, e eis as vistas praticas que esta contemplação me suggere.

Devo terminar encarecendo-vos o valor d'estas inspirações que o espectaculo do desenvolvimento social faz surgir.

Especialmente na arte de dirigir os destinos das patrias e de applicar os meios mais apropriados ao seu engrandecimento é que taes apreciações se tornam fecundas de ensinamento, porque, devendo o movimento ser sempre subordinado à existencia, importa, antes de tudo, examinar a ordem que se trata de desenvolver. Hoje toda a politica deve ser historica.

A EFFICACIA

DO

ARCO DOS INDIOS

PELO

Dr. Georg Friederici (*)

A mais efficaz e a mais espalhada das armas de alcance da America primitiva era o arco. Nos raros logares em que faltava era, em parte e só imperfeitamente, substituido por apparelhos de arremessar a lança, ou pela funda, como nas ilhas de Bahama, no Haiti e em Cuba; em parte tambem servia-lhe de substituto assás efficiente a estólica, como nas vastas regiões da America Meridional e partes da Central. (1)

Desde o momento em que os Francezes, Inglezes e Hollandezes iniciaram, sem escrupulos, o commercio e o contrabando de armas na America, começou a supplanta-

---

(*) O original deste interessante estudo, publicado na revista allemã *Globus*, Vol. XCI, nº 21, foi pelo Autor tão consideravelmente corrigido e augmentado, que a presente traducção deve ser considerada antes como um novo trabalho.

Nota do traductor: Alfredo de Carvalho.

(1) Navàrrete, I, 367 (segund. edic. Madrid, 1858).—«The American Naturalist,» IX, 183-184 (Salem Mass., 1875).—Bernaldez: «Historia de los Reyes Católicos», I, 296 (Granada, 1856).—Enciso: «Suma de geographia» fol. LXX (Sevilla, 1530).—«Bol. Soc. Geogr. Madrid,» XIII, 110.

ção do arco pelas espingardas européas. Não era tanto a superioridade, frequentemente mais que discutivel daquelles imperfeitos mosquêtes sobre o arco e a flexa, que determinava a mudança de armamento; mas, sim o terrôr que toda nova invenção technica derrama no campo de batalha. O disparo, o fumo, o estampido das espingardas produziam sobresalto e supersticioso pavôr; após os primeiros tiros certeiros de ordinario o panico e a fuga tornavam-se geraes. Alcançar a posse desse instrumento aterrorizador é que tornava a acquisição de uma arma de fogo tão cobiçada pelo indio; ella o constituia logo superior ao archeiro e lhe restituia, em face do Europeu, o sentimento de equivalencia que lhe recusara o mudo arco.

Uma segunda vantagem do mosquête era permittir o transporte de um pouco mais de munição e de não poder esta ser tão facilmente esgotada; mas, essa vantagem, já muito duvidosa em si, era mais que abolida pela impossibilidade do indio em guerra municiar-se. No mais só havia prejuizos: as antigas espingardas eram excessivamente pesadas, de mediano alcance, de carga demorada, a sua detonação afugentava a caça e era tão diminuta a sua velocidade inicial que serviam até para lançar dardos inflammados.

Nas regiões tropicaes, sobretudo, estragavam-se facilmente por effeito de influencias atmosphericas, e o menor estrago no machinismo tornava a arma inutil para o indigena incapaz de reparál-la. Por isso mesmo, entre os conquistadores, muitos preferiam a bésta ao mosquête.

Balboa disse-o expressamente e ainda no seculo XVIII Byrd constatava a superioridade do arco. Até á invenção das armas de retrocarga, um bom arco indigena era realmente de efficacia superior ao commum das espingardas. Gumilla considerava como uma providencia divina que os indios estupidos houvessem adoptado armas de fogo.

Quando os archeiros indios conseguiam vencer o terrôr supersticioso, frequentemente viam a realidade das cousas: « zombavam dos nossos mosquêtes, » disse Cabeça de Vaca, e ainda no seculo XIX os indios das planices dos Estados-Unidos conduziam arcos e flexas juntamente

com as suas espingardas, para não ficarem desarmados caso estas falhassem. (2)

Uma vez, porém, adoptadas as armas de fogo não era mais possivel, mesmo após a verificação da sua inferioridade, desprezá-las. A sua principal vantagem, o seu effeito moral, era permanente, e a maior parte dos seus inconvenientes foram, no decorrer dos annos e dos seculos, sanados pelos progressos da industria. Para o indio era muito mais commodo obter dos mercadores polvora e chumbo em troca de pelles, do que dedicar-se ao trabalho infinitamente penoso do fabrico de arco e das flexas.

Desaprenderam essa industria com a mesma rapidez com que perderam, por insufficiencia de exercicio, a faculdade de serem archeiros fortes e certeiros; porquanto, para atirar com o arco, a pratica ininterrupta é essencial já para a obtenção de um tiro forte, pois o arco não é um dymnamometro em sentido absoluto.

O archeiro indio procurava principalmente agir pelo seguinte modo: em primeiro logar pela força de penetração do projectil, depois pelo effeito balistico especial da ponta da flexa e finalmente pela rapidez do tiro. Contra esses tres effeitos oppunha o indio atacado medidas defensivas, e essas por sua vez conduziam naturalmente ao augmento e aperfeiçoamento daquelles effeitos.

A força de penetração do projectil depende em primeiro logar do peso, isto é, da força do arco. E' conhecida a alta importancia que os povos archeiros davam á

---

(2) Navarrete, III, 374 (Madrid, 1880).—«La relacion que dio Aluar nuñez cabeça de vaca», p. 86 (Zamora, 1542).—Stöcklein: «Der Neue Welt-Bott», XIV, 88, XXVII, 89.—Diaz del Castillo: «Historia Verdadera», II, 48, 51 (Mexico, 1904).—Gumilla: «El Orinoco Illustrado,» II, 105 (Madrid. 1745).—Oexmelin: «Histoire des Avanturiers qui se sont signalez dans les Indes,» II, 100-101 (Paris, 1688). —«The Hawkins'Voyages,» p. 322 (London, 1878).—Lawson: «History of North-Carolina,» p. 161 (Charlote, N. C., 1903).—Clark: «The Indian Sign Language,» p. 76 (Philadelphia, 1885).—Cumpre, todavia, advertir que tambem certos arcos indigenas estavam sugeitos ás influencias atmosphericas: eram sobretudo os revestidos de colla e fortemente lacrados de chifre e de tendões. Vide «Smithson, Rep. for 1876,» p. 469 (Washington, 1877).

capacidade de manejar um grande arco. Penolope impoz, como tarefa, aos seus pretendentes que entezassem o arco de Ulysses, e Ibu Batutah conta que o soldo das tropas na India variava conforme ao tamanho do arco que cada soldado podia manejar. (3)

Antes de tratar da força do arco indigena, devo dizer algumas palavras sobre a precisão do tiro, alcance e natureza dos projectis.

Todas as relações dos seculos XV, XVI e XVII concordam em que os primitivos habitantes da America eram archeiros extraordinariamente habeis e muitas vezes chegavam a ser o que hoje chamariamos de atiradores emeritos.

Essas noticias prolongam-se até á segunda metade do seculo XIX, mas, já a partir do seculo XVIII apparecem informações sobre proêzas inferiores, e desses factos se deduzio aqui e alli, a conclusão de que a habilidade dos archeiros não era devéras notavel, tendo sido muito exaggerada. Isso daria logar a uma generalização injustificavel. Não é possivel desprezar simplesmente a somma de testemunhos de observadores inteiramente insuspeitos e independentes uns dos outros. E isso seria tanto mais reprovavel quando se sabe que, pela penetração da cultura européa, as condições de existencia e os costumes dos indios foram, aqui mais cêdo, alli mais tarde, totalmente modificados, e como, com a introducção das armas de fogo, diminuiram as exigencias impostas á habilidade dos archeiros, determinando por fim a sua incapacidade. Entre alguns povos, p. ex. os Iroquezes, é possivel acompanhar a evolução que transformou o arco, de formidavel arma de guerra, em um brinquêdo de creanças relativamente inoffensivo.

Naturalmente os indios eram tão pouco infalliveis como todos os outros povos barbaros e civilizados que ganharam fama de atiradores.

---

(3) «Voyages d'Ibu Batoutah», trad. Defrémery et Sanguinette, vol. III, p. 119-120. (Paris, 1877).

Em combate tendiam muito ás pontarias demasiado altas, sobretudo á noite, defeito este, radicado na natureza humana, que tão grandes vantagens proporciona á offensiva e que é egualmente geral nos exercitos europeus, como foi observado entre os Chinezes em 1900 e 1901 e na campanha russo-japoneza (4).

Se não é possivel pôr em duvida que os indios primitivos eram archeiros extraordinariamente habeis, tornase um pouco mais difficil responder quaes as distancias vingadas por tiros provados como excepcionaes.

Os algarismos, bem raros nas relações, são sufficientes e assás precisos para permittir fixar os seguintes limites:

Os primeiros casos a notar, de formidavel força de penetração, occorreram a pequenas distancias, ou a distancias que jamais excederam a 40 metros.

Meninos faziam tiros ao alvo em distancias de 16 a 20 metros, e adultos de 40 a 50 metros. Os principaes limites de combate, isto é, as distancias dentro das quaes em geral se effectuava a luta de arco, ou um bom atirador podia esperar ferir mortal ou pelo menos gravemente, a um adversario parado, estavam entre 80 e 150 metros.

Ha menção de tiros em distancias de 275, 365 e até 450 metros, mas, nada se diz da sua precisão; provavelmente o ultimo algarismo indica o alcance maximo, sem

(4) No ambito limitado deste estudo naturalmente não é possivel mencionar toda a somma de testemunhos da pericia dos archeiros indigenas; apenas citaremos alguns exemplos dentre os geralmente menos conhecidos: Bressany: «Relation Abrégée, de Quelques Missions des Pères de la Compagnie de Jésus dans la Nouvelle France», p. 220 (Mont-real, 1852).—Wafer: «A New Voyage and Description of the Isthmus of America», p. 54, 152 (Cleveland, O. 1903).—Rosa: «Floresta», em «American Anthropologist, N. S., vol. III, p. 626, 632 633.—Lery: «Histoire d'un Voyage fait en la Terre du Brésil, autrement dite Amerique», p. 199 (I Genève) 1594, E. Vignon).—Soares de Sousa: «Tratado Descriptivo do Brazil em 1587», p. 321 (Rio de Janeiro, 1851).—(Córdoba): «Relacion del Ultime Viage al Estrecho de Magallanes», Apéndice, p. 59 (Madrid, 1793).—Stöcklein: I, 83.—Venegas: «Noticia de la California», III, 303 (Madrid, 1757).—Gilij: «Saggio di Storia Americana», II, 350. (Roma, 1780-1784).—Gregg: «Commerce of the Praiaies», 5th edit., II, 144 (Philadelphia, 1851).

cuidar da precisão do tiro, de um arco indigena muito pesado. Estes algarismos parecem concordar bem com os fornecidos por Max Buchner no seu animador ensaio sobre o tiro do arco na Inglaterra, se attendermos á incontestavel superioridade do indio primitivo, para o qual este exercicio era uma profissão e do qual dependia a sua existencia. Muitas tribus indigenas—o Coronel Church pensa que geralmente em toda a America—augmentavam a precisão da trajectoria de suas flexas, dando-lhes um movimento rotatorio por meio da disposição em espiral das pennas do conto. (5)

Bem como os algarismos das distancias são egualmente raras as informações sobre a natureza das pontas das flexas, cujos sorprehendentes effeitos são relatados.

Estas poucas noticias confirmam, entretanto, o facto, já alhures (6) por mim salientado, de que, em geral, as pontas das flexas usadas pelos indios americanos não eram de pedra, mas sim de madeira, osso e outras materias semelhantes. Por vezes tem se feito distincção entre flexas de guerra e de caça, e neste caso as pontas de pedra devem certamente ser contadas com as primeiras (7); aliás, as pon-

---

(5) Wafer, p. 152.—Eder: «Descriptio Provinciae Moxitarum in Regno Peruano,» edit. Mako, p. 286 (Budae, 1791).—Gregg, II, 36 37.—Armand: « Amerikanische Jagd-und Reiseabenteuer, p. 12 (Stuttgart und Augsburg, 1858).—« Dos Antiguas Relaciones de la Florida,» p. 25 (México, 1902).—«Colección de Documentos Inéditos del Archivo de Indias,» IV, 187; XIV, 272.—Vancouver: « A Voyage of discovery to the North Pacific Ocean, II, 84, (London. 1798).— Mason: «North American Bows, Arrows, and Quivers,» em «Smith. Rep. July 1893, p. 648, 676 (Washington, 1896).—Grindell: «The Story of the Indian», p. 152 (London. 1896).—Clark, p. 77.—Buchner, em «Globus», Vol. XC, p. 77.—Churchs, em «The Geographical Journal, X, 66 (London, 1897).—Morgan: «League of the Ho-dé-no-saunee, or Iroquois, p. 306 (Rochester, 1854).

(6) Friederici: «Skal[illegible]n und ahnliche Kriegsgeluänche in Amerika». p. 39-42 (Braunsch[illegible], 1906). Os exemplos aqui citados podem ser augmentados por duzias de testemunhos.

(7) Pfefferkorn: «Beschreibung der Landschaft Sonora», II, 147 151 (Köln am Rhein, 1794-95).—Clavigero: «Storia della California». I, 125 (Venezia, 1788).—Seidler: Zehn Jahre in Brasilien usw., I, 204 (Quedlinburg und Leipzig, 1835).—Clark, p. 47, 49.—«Recueil de Voiages au Nord», V. 46-47 (Amsterdam, 1715-1738).

tas de madeira dura ou de osso atravessavam tão bem os corpos de animaes e de homens, as armaduras, hastes de lanças, tabuas grossas e portas, como as melhores pontas de ferro e, talvez, melhor do que as pontas asperas de pedras.

Ao considerarmos agora a força de arremesso do arco indigena, cumpre-nos primeiramente mencionar o grande numero de casos comprovados em que a flexa atravessou completamente o corpo de um bisão. Neste caso o indio galopava habitualmente, com toda a calma, no seu bem amestrado cavallo de caça, ao lado do bisão e atirava-lhe de muito perto, com formidavel força, a flexa através do corpo. Em alguns casos a flexa, depois de haver varado o corpo sem quasi nada perder da velocidade inicial, tinha ainda força bastante para matar um outro bisão que galopava ao lado do primeiro. Em geral, estes temiveis archeiros eram Sioux. O facto de que o projectil de um pesado revolver Colt não conseguia varar o corpo de um bisão, póde servir de medida comparativa. (8)

Em face de semelhantes façanhas perdem importancia os factos de flexas atravessarem bois, cavallos, onças, sussuaranas, guanacos e porcos do matto; os exemplos são apenas mencionados para mostrar como esta enorme força de arremesso do arco indigena se encontrava por toda a America.

Como especialmente caracteristicas, registremos ainda apenas duas observações dos Hespanhóes durante a expedição de Soto. Uma vez uma flexa penetrou no peito de um cavallo de fórma a ficar inteiramente occulta no corpo

---

(8) Castañeda, em Winship: «The Coronado Expedition,» em XIV[th] Ann. Rep. Bur. Ethn.», Part. I, p. 442.—Harmon: «A Journal of Voyages and Travels in the Interior of North-America,» p. 287 (New-York, 1903).—Irving: «The Adventures of Captain Bonneville, U. S. A., p. 244 (New-York, 1883, Putuam).—Franklin: «Narrative of a Journey to the Shores of the Polar Sea in the Years 1819, 20, 21 and 22,» p. 112 (London, 1823).—Cattin: «Letters and Notes, etc.», II, 212-213, note (London, 1844).—Marcy and Mc Clellan: «Exploration of the Red River of Louisiana,« p. 98 (Washington, 1853).—«Smiths. Rep. f. 1876,» p. 469. — Armand, p. 12. — Grinnell, p. 452. — Marryat: «A Diary in America,» I, 159 (Paris, 1839).—Clark, p. 77-79.

do animal; uma outra flexa entrou por traz na anca de um cavallo com tal força que apenas faltaram quatro dedos para que a ponta apparecesse no peito. E' interessante a informação de Alonso Ponce de que semelhantes effeitos só eram obtidos pelo indio com o primeiro, segundo e, no maximo, terceiro tiro. (9)

Na guerra demonstravam estes arcos toda a sua formidaval importancia. Os escudos dos Hespanhóes, as suas couraças e cotas de malhas, bem como as couraças de algodão, tão promptamente adoptadas dos indigenas, não só eram completamente perfuradas, como os soldados e cavalleiros que as vestiam eram varados de modo a ponta da flexa apparecer do lado opposto. Tabuas de pollegada de espessura, portas e troncos de carvalho da grossura de uma côxa eram atravessados.

Inclino-me a considerar exaggerada esta ultima façanha, comquanto tenha sido testemunhada sob juramento por soldados hespanhóes. Mas, com aquillo que um soldado em certos casos quer e está prompto a jurar ter visto em extranhas terras, ha frequentemente circumstancias especiaes a attender. Em compensação registremos ainda alguns exemplos bem comprovados da formidavel força de penetração da flexa do indio. Certa vez um Patagão atravessou com flexa, não só o corpo de um soldado hespanhol, como tambem a mochila que o mesmo trazia ás costas com todos os seus possuidos. Em outra occasião uma flexa, de ponta de madeira dura, depois de ter varado a

---

(9) Oviedo y Valdés: «Historia General y Natural de las Indias,» I, 573 (Madrid, 1851-1853).—Garcilaso de la Vega: «La Florida del Inca,» p. 96I, 106II, (Madrid, 1723).—Relación de Fray Alonso Ponce, em «Coleccion de Doc. Inédit. p. l. Historia de España,» LVIII, 136, (Madrid, 1872).—«Boletim de la Sociedad Mexicana de Geografia y Estadistica, tom. III, p. 20II (Mexico, 1852).—Pr. João Daniel: «Thesouro Descoberto,» em «Revista Trimensal,» II, 472: III, 168 (Rio de Janeiro, 1840 e 1844).—Ciéza de León: «La Crónica del Perú,» em «Historiadores Primitivos de Indias,» edic. Vedis, II, 362 I (Madrid, 1858 1862).—Bove: «Expedicion Austral Argentina. Informes Preliminares,» p. 133 (Buenos Aires, 1883).—Peña: «Etnografía del Chaco,» em «Bd. Inst. Geográfico Argentino,» XIX, 485 (Buenos-Aires, 1898).—cf. Schwarzlose; «Die Waffen del alten Araber, p. 315-316 (Leipzig, 1886).

couraça e a coxa de um cavalleiro hespanhol, atravessou ainda a sella e pregou o cavalleiro ferido ao corpo do cavallo furioso e esbravejante de dôr. Em um terceiro caso, finalmente, uma flexa varou um craneo e pregou-o por tal fórma a um tronco, que se achava por traz delle que a haste horizontal supportou o peso do craneo livremente suspenso. (10)

Emquanto que duzias de exemplos tradicionaes assim demonstram a enorme força de arremesso do arco indigena, não tenho conhecimento de um só caso de effeitos semelhantes obtidos pela estólica ou *tiradera*. Uma azagaia era capaz de varar um homem ou uma onça; mas, este era, em geral, o seu effeito máximo; em um caso uma atravessou uma grossa porta. (11)

Em força de penetração, e ainda mais em certeza e rapidez de tiro, a estólica era indubitavelmente inferior ao arco; era a arma mais primitiva e que por isso, em geral, só encontramos entre povos inferiores, ou como sobrevivencia entre os mais progressistas. O arco representava um progresso em face da estólica.

Os arcos de grande força de arremosso exigiam, na maioria dos casos, uma disposição protectora da mão esquerda contra o embate da corda distendida. Estas dis-

---

(10) «History of the Pequot War,» edit. Ch. Orr, p. 130 (Cleveland, O., 1897).—Cabeza de Vaca, l. c., p. 25, 30.—Oviedo, i. c., I, 569-570.—«La Florida del Inca,» p. 217 II.— Clark, p. 77-78.—«Col. Doc. Inédit. Arch. Indias, XV, 112, 174-175. — Diaz del Castillo, II, 228.—Gonzalez de Mendoza: «The History of the Great and Mighty Kingdom of China,» p. 242 (London, 1853-54, Hakluyt Soc.).—Purchas: «His Pilgrimes,» XVIII, 414 (Glasgow, 1906).—F. Colón: «Historia del Almirante Don Cristóbal Colón,» I, 211 (Madrid, 1892).—Cardim: «Do Prindipio e Origem dos Indios do Brasil,» p. 19 (Rio de Janeiro, 1881).—«Revista Trimensal,» tom. LVII. parté I, p. 196-197 (Rio de Janeiro, 1894). — «Col. Doc. Inéd. Arch. Ind., V, 391.—Th. Wilson descreveu, no seu interessante artigo «Arrow Wounds» («Amer. Anthrop.», N. S., vol III, p. 513-531), grande numero de effeitos e ferimentos de flexas.

(11) Velasco: «Histoire du Royaume de Quito,» edit. Ternaux-Compans, I, 179 (Paris, 1840).—«Col. Doc. Inéd. Arch. Indias, V, 489. —«Lettres E'difiantes et Curieuses,» V, 138 (Lyon, 1819).—«Dialogos das Grandezas do Brazil,» VI, 146 (Recife, 1886).

posições eram de varia natureza. Os Kutchins atabascos usavam de um guarda-mão de madeira preso ao proprio arco; as tribus das planices dos Estados-Unidos amarravam sobre a mão esquerda um pedaço de couro rijo e teso; o mesmo faziam os Guajiros. Entre os indios de Sinaloa ou Sonora encontrou Alarcón pequenos saccos cheios de sementes servindo de guarda-mão, emquanto que os Matacos do Chaco se serviam para este fim de pedaços de pelles. (12)

Já Cabeza de Vaca menciona que, graças a excellente saúde e robusta constituição dos indios, estes, mesmo quando varados por flexas, só falleciam se houvésse sido attingida alguma viscera importante. Por isso, a exemplo de todos os demais povos primitivos, tambem os indios engenharam meios de, mercê de dispositivos especiaes das flexas, augmentarem a sua efficacia offensiva. Já por isso as pontas de pedra aspera e não polidas das flexas tinham um quer que fôsse de venenoso; mas, augmentavam a efficacia das de qualquer natureza provendo-as de fisgas, ou fabricando-as com materiaes que, batendo de encontro aos ossos, os fracturassem ou lascassem.

Gomara diz que as pontas das flexas dos Aztecas, feitas de espinhas de peixe e de ossos, produziam ferimentos quasi incuraveis. Era isto mesmo o que elles queriam alcançar: um adversario prisioneiro, posto fóra de combate por este meio, vivia justamente ainda o tempo necessario para ser sacrificado aos deuses, emquanto que as flexas hervadas, agindo com demasiada rapidez, annullariam este proposito.

Las Casas descreve com amorosa minucia o gigantesco cacique Cotubanamá, cujo arco era de comprimento duplo dos da sua gente e cujas formidaveis flexas eram armadas de tres pontas. Os Apaches e os Araucanos são famosos

(12) «Smithson. Rep. for 1866,» p. 322 (Washington, 1867).—Dodge: «Our Wild Indians,» p. 420 (Hartford, Conn., 1882).—Candelier: «Rio-Hacha,» p. 151 (Paris, 1893).—Ramusio: «Delle Navigationi et Viaggi Raccolte, vol. III, p. 304 a (Venetia, 1606).—Baldrich: «El Chaco Central Norte,» p. 245 (Buenos Aires, 1890).—«Globus,» LXVI, N.° 6, Est. I, Fig. 3.

pelo emprego de flexas, cujas pontas eram colladas de fórma que, ao penetrarem no corpo, a colla se dissolvia no sangue quente e, a ponta não podia ser retirada junto com a haste.

Com o mesmo intuito os Vilelas do Chaco collavam á flexa pennas soltas, que depois era muito difficil senão impossivel retirar do corpo. Os Caraibas conseguiam o mesmo fim abrindo um profundo sulco que determinava o quebramento da ponta no corpo. Os habitantes da Terra do Fogo usavam de pontas de flexas apenas ligeiramente ligadas as hastes e que ficavam nas feridas. Para fins especiaes possuiam tambem os Indios pontas especialmente preparadas; as flexas de pescar tinham em geral diversas pontas. Finalmente, as flexas hervadas eram empregadas na America em grande proporção.

Sobre este interessante assumpto não posso naturalmente demorar-me aqui; mencionarei apenas que, na America do Norte, o uso de flexas hervadas foi primitivamente muito mais espalhado do que em geral se suppõe. (13)

O uso de flexas inflammadas era corrente em toda a America; nas lutas entre indios e colonos inglezes representaram grande papel, e foram de preferencia empregadas pelos indios Timucuas, Caraibas, Tupis, do Chaco e dos

---

(13) Cabeza de Vaca, l. c., p. 86. — Grinnell: «Story,» p. 149.— Wallace: «A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro,» p. 486 (London, 1853). — Gomara: «Historia de Mexico, con el descobrimento de la nueva España,» p. 110 (Anvers, 1554). — Fidalgo d'Elvas: «Relazam verdadera,» em «Collecção de Opusculos Reimpressos,» I, 19-20 (Lisboa, 1844).—Las Casas: «Historia de las Indias,» III, 89, 98 (Madrid, 1875-76). — Pumpelly: «Across America and Asia,» p. 25 (New-York, 1870).—Pike: «An Account of Expeditions to the Sources of the Mississippi, and through the Western Ports of Louisiana,» Append. to part. III, p. 10 (Philadelphia, 1810).—Medina: «Los Aborígenes de Chile,» p. 134-138 (Santiago, 1882). — Dobrizhoffer: «An Account of the Abipones, an Equestrian People of Paraguay, trans., II, 355, 358 (London, 1822).—Du Tertre: «Histoire Général des Antilles,» II, 302 (Paris, 1657-1671). — Labat: «Nouveau Voyoge aux Isles de l'Amérique,» II, 7 (La Haye, 1724).—Weddell: «A Voyage towards the South Pole, per forned in the years 1822-24,» 2nd edit., p. 180 (London, 1827). — Barrère: «Noiwelle Relation de la Frauce Equinoxiale,» p. 196 (Paris, 1743).

Pampas. (14) Um effeito especial era obtido por meio de flexas zumbidoras, que tinham um fim semelhante ao das antigas flexas-correios dos Chinezes.

O experimentado caçador azteca trazia sempre no seu carcaz algumas flexas zumbidoras; se encontrava um jaguar, lançava-lhe primeiro uma destas flexas, para logo depois abater com uma flexa de ponta o animal distrahido pelo ruido anormal. Os Moxos prendiam aos contos de algumas flexas cascas de nozes perfuradas que, lançadas contra o inimigo, «sibilum edunt terrificum». Os indios da costa dos Mosquitos fabricavam flexas semelhantes: no conto traziam pequenas caixas de madeira, parcialmente cheias de pedrinhas, que, ao mesmo tempo, augmentavam a força de penetração do projectil. (15)

Contra os perigosos effeitos das flexadas dos contrarios, empregavam os Indios em geral dois meios defensivos: um technico e um physico.

Quanto ao primeiro, as differentes sortes de armaduras, escudos, couraças, elmos, é aqui tampouco logar para pormenorizar como a respeito das flexas hervadas. Em toda a America, do Esquinau mais septentrional até ao Cabo de Hoorn, encontravam-se espalhadas armaduras de toda a casta. A sua investigação é uma taréfa muito interessante, mas nada facil ainda a realizar-se. (16)

---

(14) Le Moyne: «Brevis Narratio,» tab. XXXI (Francoforti a M., 1591, de Bry).—Breton: «Dictionaire Caraibe-Français,» I, 375" (Leipzig, 1892).—Purchas, XVI, 328.—Du Tertre: II, 404.—Labat: II, 114. —«N. Federmanns und H. Stades Reisen in Sudamérika 1529-1555,» herausgegeben von Klupfel, p. 104, 187 (Stuttgart, 1859).—Dobrighoffer, II, 359.—«Ulrich Schunidels Reisenach Sudameriba in don Yahren 1534 bis 1554,» herausgegeben von Laugmantel, p. 32 (Tubuigen, 1889).

(15) Sahagun: «Historia General de las Cosas de la Nueva España, III, 150-151 (Mexico, 1829-30). — Eder, p. 287. — Oexmilin: II, 186-188.—Hoa Tsieu Ki, of Geschiedenis van het Gebloemde Briefpapier,» vert. G. Schlegel, p. 78, 79 (Batavia, 1865).

(16) Hough: «Primitive American Armor,» em «Rep. U. S. National Museum for 1893, p. 625-651, apresenta um trabalho preparatorio, na qual são principalmente bôas as reproducções graphicas e descriptivas dos thesouros de museus norte-americanos. Se, porém, pretende ser apreciado pelo que faz suppôr o titulo, a que aqui e ali a texto procura corresponder, deve ser considerado assás lacunoso em face da grande copia de materiaes existentes.

O meio physico consistia em saltos persistentes em varios sentidos, afim de difficultar a pontaria do adversario. Um combate de indios representava realmente uma somma de duellos, que, é certo, tinham logar dentro dos limites do todo, mas, nos quaes cada combatente attendia em primeiro logar á sua propria pessôa e á de um contrario. A este procurava-se obstar, por meio de negaças e de saltos desencontrados, que acertasse no alvo, e mesmo quando os adversarios eram muitos, como, p. ex., sempre succedia com os chefes, o constante movimento difficultava-lhes a pontaria.

Os descobridores europeus geralmente comprehenderam logo a significação destes saltos singulares e, por vezes, queixam-se que os impediam de apontar e de acertar. Outras vezes, porém, escapou-lhes o seu intuito: a denominação «bailando», de occurrencia tão frequente nas relações hespanholas, significa sempre, nesta connexão, aquelles saltos guerreiros.

Du Tertre dá uma descripção burlesca de um duello entre dois caraibas da Martinica, tão habeis archeiros que attingiam passaros no vôo. Comquanto, durante todo o tempo de um «Miserere» não deixassem de saltar e de lançar flexas um contra o outro, nenhum delles foi ao menos de leve arranhado. Esta tactica de combate, espalhada por toda a America, explica o incidente occorrido com Colombo e uma canôa de guerra indigena, por occasião da sua terceira viagem ao golpho de Paria.

No intuito de attrahir os indios desconfiados, tirar-lhes o mêdo e alegrá-los, o Almirante fez reunir, na coberta da sua caravella, um tambôr e os grumetes e ordenou que estes dançassem alegremente ao som do instrumento. No mesmo instante os 25 indios da canôa largaram os remos, pegaram dos escudos e arcos e cobriram de uma nuvem de flexas os grumetes dançarinos. Como era de suppôr esta inesperada resposta a um convite para dança poz fim a toda alegria a bórdo da caravella e determinou os Hespanhóes a repellirem os indigenas a tiro.

Estes, de accordo com as suas opiniões e experiencias, haviam considerado os saltos dos grumetes ao som do tambôr, como o inicio de um ataque dirigido contra

elles; immediatamente prepararam-se para a luta e não atacaram, mas, apenas, responderam ao supposto ataque, com flexadas. (17)

A difficuldade, creada á pontaria por estes saltos e negaças, devia naturalmente conduzir ao empenho em augmentar a rapidez do tiro. Por isso é que, tão frequentemente, encontramos, não menos louvada do que a sua certeza de pontaria e vigor de tiro, a sorprehendente celeridade com que o indio conseguia despedir as suas flexas. Naturalmente é muito difficil obter informações precisas sobre a rapidez com que o indio podia desfechar tiros certeiros; as façanhas devem ter sido muito diversas e são, já em si, difficeis de medir. Varios autores affirmam que o archeiro indigena sabia desfechar diversas flexas successivas e certeiras antes que a primeira tocasse o alvo. De que podiam atirar com o arco com a mesma rapidez que o branco com o revólver ha testemunhos, e Eder menciona que os Moxos desfechavam vinte flexas certeiras no espaço de um minuto, o que excederia do dobro a celeridade exigida nos exercicios rudimentares do exercito allemão em distancia e posição de pontaria eguaes.

Ao tempo das lutas com os Hollandezes no Brasil, os Tapuias combatiam deitados em linhas de atiradores; com a rapidez do raio o archeiro erguia-se para desfechar uma flexa certeira, e com a mesma celeridade desapparecia deitando-se de novo no solo.

No intuito de proporcionar á sua mulher tempo para fugir, um guerreiro Muskhogee atirou-se ao encontro de sete Hespanhóes montados, feriu a todos sete e aos sete

---

(17) Cabeza de Vaca, l. c., p. 86.—Fidalgo d'Elvas, p. 19.—«Coll. Mass. Hist. Soc.», III, 235 (Boston, 1810).— Ramusio, III, 255.—Du Tertre, II, 407.—Carvajal: «Descobrimiento del Rio de las Amazonas», edic. Tarribio Medina, p. 58 (Madrid, 1894).—Soares de Sousa, p. 332. —Dobrizhoffer, II, 420.—«The First Voyage Round the World by Magellan», p. 54 (London, 1874, Hakbryt Soc.).—Segers: «Tierra del Fuego», em «Bol. Inst. Geográf. Argentino», XII, 61 (Buenos Aires, 1891). —Navarrete, I, 397.— Petrus Martyr: «De Rebus Oceonicis et Novo Orbe Decades Tres», p. 72 (Coloniae, 1574).—F. Colón: «Historia del Almi ante», II, 50.—Las Casas: «Historia de las Indias», II, 233 (Madrid, 2875-76).—«Lettres E'dif.». V. 138.

cavallos e só succumbiu, varado por uma lança, depois de haver, como ultimo recurso, derrubado um Hespanhol com um golpe do arco empunhado com ambas as mãos.

Da somma das flexas certeiras e rapidamente desfechadas, o combate de Soto contra os Mobilianos fornece um bom exemplo: além dos 22 Hespanhóes mortos e dos cavallos mortos e feridos, os demais 148 Hospanhóes feridos foram conjuntamente attingidos por 688 flexas, das quaes couberam só a Soto mais de vinte. (18)

Para obter uma grande rapidez de tiro era naturalmente da maxima importancia ter á mão a munição necessaria. Só uma certa quantidade de flexas, entre os Chichimecas só as seis primeiras, podiam ser disparadas com particular celeridade. Por isso as tribus de archeiros que usavam carcazes, só traziam neste receptaculo uma parte das suas flexas, emquanto que as outras estavam sempre commodamente á mão para uso immediato. Assim as tribus das planices dos Estados-Unidos, os Tapuias do Brasil, e os indios do Chaco seguravam as flexas com a mão esquerda; os Chichimecas traziam-nas á cinta, os Caraibas das ilhas enroladas em um pedaço do casca de palmeira, emquanto que os Puelches e os Patagões as usavam suspensas, ou mettidas na testeira.

Durante o combate podia observar-se como, de vez em quando, os archeiros se abaixavam rapidamente ao chão afim de esfregarem com areia os dêdos tornados suados e escorregadios pelo constante entezamento da corda. (19)

---

(18) Grinnell: «Story», p. 152. — Gregg. II, 36-37.— «La Florida del Inca», p. 73[1] 103–104. — Oviedo, I, 569. — Ponce, em «Col. Doc. Inédit. Hist. España», vol. LVIII, p. 135–136. — Daniel, em «Revista Trimensal», II, 473.—Richshoffer: «Diario de um Soldado da Companhia das Indias Occidentaes» (1629-1632), trad. Alfredo de Carvalho, p. 73–74 (Recife, 1897).— Eder, p. 286 287. — Diaz del Castillo, I, 32 33.—«Dos Antiguas Relaciones», p. 113.—«Lettres Edif., IV, 111.

(19) Dodge, p. 420. — Prinz Wied: «Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817, I, 136 (Frankfurt a. M., 1820-21). — Breton, p. 404[1].—Stöcklein, I, 84.—Bancroft: «The Native Races of the Pacific States of North America, I, 627 (New-York, 1875-76).—Calveto: «Historia Indiae Occidentalis», p. 441 ([Genève], 1586, E. Vignon).—Coreal: «Voyages aux Indes Occidentales», trad. p. 35 (Amsterdam, 1722). —Medina: «Aborijenes», p. 134–138. — «Coll. Doc. Inédit. Arch. Indias», V, 391.— «Voyage of Magellan», p. 55. — Dobrizhoffer, II, 419.

Para augmentar ainda mais a rapidez do tiro, surgiu, em alguns logares, a idéa de despedir simultaneamente do arco varias flexas. Labat contesta este uso entre os Caraibas, affirmado por Du Tertre; mas, está comprovado no Mexico e Miohuacán. Disparar duas flexas de uma corda não é nada difficil, sobretudo se o ponto de descanço da corda e a ranhura do conto da flexa forem appropriados a este fim. Tambem póde-se suppôr fossem empregados arcos com duas cordas, pois, taes arcos foram encontrados, é certo que como arcos de funda, degenerados em brinquedos de crianças e para atirar a passaros, no Brasil e no Chaco. (20)

E' claro que projectis, offerecendo ao ar tamanha superficie de resistencia e de atricto, só a distancias muito proximas, podiam ter uma trajectoria rectilinea. Por isso o indio adoptou cêdo o tiro indirecto e sabia, de perto ou de longe, lançar a flexa a alvos visiveis ou invisiveis por meio do tiro em curva. Ás vezes, para fazer este tiro, o archeiro deitava-se de costas no chão, quando a mão direita e os pés serviam para distender o arco e a mão esquerda obstava que este mudasse de logar ao choque da corda. (21)

---

(20) Labat, p. 114.— Du Tertre, I, 509-510. — Gomara, p. 323.— Torquemada: «Los Veinte y Un Rituales, y Monarquia Indiana», II, 539' (Madrid, 1723).—«Relacion de las Ceremonias y Ritos y Poblacion y Gobernacion de la Provincia de Mechuacan», edic. Solórzano, p. 141 142 (Morelia, 1903). — Bandelier: «On the Art of War and Mode of Warfare of the Ancient Mexicans», em Teuth Aun. Rep. Peabody Mus.», vol, II, p. 138, nota (Cambridge, 1877). — Martyr: «Decades octo», p. 675 (Parisiis, 1587). — Wied. I, 75. — Seidler, I, 205. — von Langsdorff: «Bemerkungen auf einer Reise um die Welt in den Jahren 1803 bis 1807», I, 40-41 (Frankfurt a. N., 1812). — Dobrizhoffer, II. 360.—Kobler: «Pater Florian Baucke», p. 258, fig. p. 263 (Regensburg, 1870). — Azara: «Voyages dans l'Amérique Méridionale, depuis 1671 jusqu'en 1801», edit. Walckenaer, II, 66-67 (Paris, 1809). — Rengger: «Reise nach Paraguay in den Jahren 1818 bis 1826, p. 126-127, e Est. I, fig. 16 (Aarau, 1835).

(21) Fidalgo d'Elvas, p. 125. — Gregg, II, 36-28.— Bernau: «Missionary Labours in British Guiana», p. 169 (London, 1847(.—Seidler: I, 203-204.—von den Steinen: «Durch Central-Brasilien», p. 218-218 (Leipzig, 1886). — «Globus», LXV, 59. — Dobrizhoffer, II, 359.—ten Kate, em «Revue d'Ethnographie», IV, 136 (Paris, 1885).

Sobre o modo de pegar o arco, distendel-o, apontar e disparar a flexa, as noticias são infelizmente escassas; as raras existentes não são de natureza a permittir a inferencia de regras. O indicador da mão esquerda, que sustentava o arco, parece ter, ás vezes, servido de ponto de mira; o modo do emprego dos dêdos no distender o arco e despedir a flexa, o merito de cuja investigação cabe a Morse, certamente variava de accordo com a fórma e a força do respectivo tiro. Os Tamoyos usavam, nos seus combates navaes, de remos erguidos como de pontos de apoio, ou de descanços para os seus arcos. (22)

E' evidente que o indio ligava a maior solicitude ao seu arco, que tantos serviços lhe prestava. Afim de não fatigar inutilmente a sua elasticidade, só era entezado na occasião de ser usado. No commercio representava um valioso objecto de cambio; era um presente honroso e bem acceito. Ao tempo de Cabeza de Vaca um arco com duas flexas tinha o preço equivalente ao de uma mulher, emquanto que, no seculo XIX, nas grandes planices dos Estados-Unidos, um bom arco singello dos Sioux custava de 12 a 15 Marcos e um arco artistico de chifre de 140 a 150 Marcos. (23)

Como entre os povos primitivos o commercio, só em proporções muito diminutas, póde produzir um equilibrio, e como o indio dependia inteiramente do material, que lhe offereciam os reinos vegetal e animal da sua vizinhança geographica, para o fabrico dos seus arcos e flexas, é claro

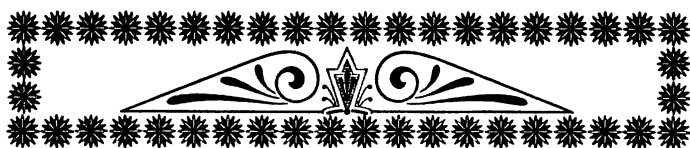
---

(22) Labat, II, 113. — v. Holten, em «Zeitschr. f. Ethnol.», LX, 111 (Berlin, 1877). —Daniel, em «Revista Trimensal», III, 168.— «The American Naturalist», XXI, 785 (Philadelphia, 1887).—Clark, p. 78.— Vasconcellos: «Vida do veneravel padre Joseph de Anchieta, p. 68 (Lisboa, 1672).

(23) Cabeza de Vaca, p. 65-63, 85-86, 91, 93. – Vancouver: I, 277-278. — «R. H. Schomburgk's Reisen in Guiana und am Orinoko während der Jahren 1835 1839», herausgegeben v. O. A. Schomburgk, p. 142 (Leipzig, 1841).—Ruiz Blanco: «Conversión en Piritú (Colombia) de Indios Cumanagotos y Palenques», p. 56 (Madrid, 1892).— Alonso Ponce, em «Col. Doc. Inédit. Historia España», LVIII, 136.— Clark, p. 76-78.

que, na America, só em sentido restricto estes podem servir de signal de reconhecimento para povos aparentados. As tribus isoladas sempre se distinguiam umas das outras pela fórma dos seus arcos e flexas, e cada individuo de uma tribu differençava as suas flexas dos dos outros guerreiros por meio de pequenos signaes. Mas, só em proporções limitadas, é possivel determinar, na America, fórmas peculiares a certos grupos de povos, ou de familias e que os separavam dos demais.

Os Aruaks espalharam-se desde o Oriente da Bolivia até á Florida, os Tupis desde a fóz do Prata até ao Putumayo. Encontram-se Athapascos na região da fóz do Yucou, no Alaska e no baixo Rio Grande del Norte; Algouquins em Alberta, no Montana, e na costa atlantica da Virginia; Sioux nas planices occidentaes dos Estados-Unidos e na Carolina do Sul.

A variedade das condições climatericas e a diversidade das floras e faunas forneciam-lhes materiaes de correspondente variedade para o fabrico dos seus arcos e flexas.

ORAÇÃO HISTORICA

DE

ARTHUR MUNIZ

Recitada no Instituto Archeologico, a 10 de Novembro de 1906, a convite da Sociedade Bernardo Vieira de Mello, da qual é Presidente Honorario.

Bernardo Vieira de Mello foi
o espirito da revolução de 1710.

Senhores. — Nos dias sombrios da Republica, quando tristezas profundas pairam por sobre o nosso *momento*, revivescer o valor do passado envolto no crepusculo da distancia, não é só um dever determindo pela religião do civismo, e sim tambem, um alento consolador para os espitos cançados do martyrio de illusões esfolhadas...

E' uma felicidade que acaricia e conforta e encoraja, o estudo da Historia patria, porque nos podemos refugiar em suas paginas, e dentro destas, viver a vida dos nossos ideaes, reconstruir a physionomia moral dos nossos *maiores*, e como elles o fizeram no seu tempo, fazermos egualmente, a escalada á *cidade ideal do Direito*—onde o brilho do caracter não oscilla e a fé patriotica não desmaia.

Mas, quem assim pode viver, quem assim pode gozar, em espirito, bellezas que outros gozar não podem, por haverem sido arrastados á luta pela existencia em sitios differentes ao nosso, tem a obrigação moral de ensinar a estes, o quanto valemos e fizemos no passado para chegar ao presente, corollario fatal daquelle.

E tarefa mais nobre, e mais pura, e mais altiloqua não pode haver, do que a de resuscitar a poesia da bravura de

éras mortas, e os nomes de personagens semelhantes aos cantados nos poemas celticos—*vivo entre os limites da realidade e do sonho*—perante os que tempo .não tiveram para, de perto, ver e sentir os feitos celebrados dos seus antepassados illustres.

Assim pensando, eu acceitei o convite da *Sociedade Bernardo Vieira de Mello*—que me foi buscar no retiro onde a minha obscuridade se esconde—para algo contar sobre a figura central da revolução de 1710, embora, tendo a certeza de nada de novo dizer, por mais recúos o meu espirito fizesse até áquelle periodo historico, e não mais pretender, do que narrar o por outros narrado de forma melhor, mesmo porque a Historia não deve ser construida em paramos ideaes, alicerçada em sombras de verdade apparente, artificial, ao sabor da phantasia, e sim, calcada na rigidez de bronzeos documentos, e manter sempre, as feições *duma velhota que se repete sem cessar!*

....

A classica rebeldia e altivez dos pernambucanos parte de pristinos tempos, ala-se a feitos de coragem indomita dos avoengos, tecido no eido do lar, ao morrer da tarde, para depois altanados espontarem nos sitios da peleja, ao nascer do dia.

Nos capitulos da Historia desta terra impassiveis á acção destruidora do Tempo, onde se encontram os germens da nossa Republica, o civismo dos ancestraes alli eternisado empolga de forma impressionadora—desde as primeiras horas de conquista dos seus direitos conculcados pela invasão extrangeira, até o momento em que estes foram transformados em Verdade Suprema, luzindo no espaço e no tempo.

Seculos idos, em 1630, naturaes da Hollanda—«a terra quasi afogada no procelloso Mar do Norte e envolta em brumas eternas»—penetraram, surrateiramente, na capitania de Pernambuco, e pasmados da riqueza do seu solo em que florescia o plantio do algodão e da canna, encantados de suas florestas infindaveis cuja madeira se appropriava á construcções de solidez sem pár, admirados de seu desenvolvimento commercial e agricola, invejosos de suas propriedades territoriaes, em summa, no delirio do deslumbramen-

to pela opulencia e riqueza existentes naquella epocha, procuraram firmar seus pretensos direitos de conquistas, —conseguindo por alguns annos semelhante pretenção, por se achar d. João IV todo entregue ás guerras com a Hespanha, afim de manter a independencia de sua patria—motivo pelo qual reconheceu nelles, os invazores, não a simples qualidade de occupantes da capitania e sim a de possuidores de direitos eguaes aos dos nossos antepassados.

Os pernambucanos, descendentes de portuguezes, não se submetteram aos batavos, porque a isto se oppunha a differença completa de seus caracteres physiologicos, de sua religião calvinista «que substituia o Deus de Roma, pomposo, amavel e misericordioso, pelo culto judaico do Deus vingador», e sobretudo, por haverem começado a crear empeços ao amanho e cultivo da Terra. Estas causas occasionaram a guerra da restuaração de Pernambuco, iniciada em 1645 e terminada em 27 de Janeiro de 1654, data da expulsão dos hollandezes do nosso territorio.

Sendo os unicos factores dessa restauração os pernambucanos, porque só elles derramaram sangue e despenderam capitaes, não se poderam conformar com a attitude de d. João IV enchendo seus vassallos de distincções honorificas e cargos publicos, e esquecendo de todo a elles —os exclusivos anniquiladores do dominio batavo.

Injustiça tamanha descida do alto, de quem se devia manter sereno na distribuição do Direito Premial, de que falava Tobias Barretto, obrigou aos nados em Pernambuco a crearem «*a nobreza da terra* composta dos senhores de engenhos e proprietarios do solo».

Os portuguezes tinham como unico meio de vida, naquella epocha, realizações de negocios mercantis, e vendo-se batidos pela convencionada *aristocracia de Olinda*, fizeram do Recife o centro de irradiação de sua actividade, attendendo, além do mais, a ser um porto maritimo e facilitar, dest'arte, as transacções commerciaes interna e externamente.

Mas, desde a origem da *classe aristocratica* que espontou contra ella o odio dos subditos de d. João IV, odio que explodiu a ponto dos pernambucanos chamarem aos portuguezes—*mascates*—por haverem chegado sem re-

cursos á capitania, e estes a elles de—*pés rapados*—por se apavonearem de *nobres* sem meios para sustentar a *nobreza!...*

Nessa situação, o governador da capitania, Jeronymo de Mendonça Furtado, não se revestiu da imparcialidade exigida pelo cargo, e sem rebuços, collocou-se ao lado dos *mascates*, embora depois, este partido tomado... o obrigasse a seguir caminho de Lisbôa como um simples prisioneiro dos *pés rapados!...*

Apezar do aspecto de tranquillidade apparente seguida ao facto esboçado, apezar dos pernambucanos terem vencido e na victoria revelado desassombro, os portuguezes não se resignavam a não representar funcções publicas, e surdamente, machinavam nos seus concilios, supplantar aos que obices levantavam aos seus sonhos de *mando*, até o dia em que chegou para se encarregar dos destinos administrativos da capitania de Pernambuco, por 1707, o celebre Sebastião de Castro e Caldas.

Este governador despertou toda sympathia dos *mascates* não só por haver se vendido ao ouro delles, como por ter sido o vehiculo pelo qual chegou á Corte de Lisbôa—em completa ignorancia do Senado e da *nobreza de Olinda*—o maior desejo dos extrangeiros que era transformar a parochia do Recife em villa, afim de occuparem os cargos publicos que seriam fatalmente creados, e poderem deste modo, rivalizar com os seus inimigos...

E de facto, Sebastião de Castro e Caldas sem attender ás reclamações do Senado de Olinda, sem ligar á opinião do Ouvidor, sem lhe importar o pensamento dos naturaes da terra, conseguiu fazer do Recife uma villa, sob a invocação de Santo Antonio, e nomeou os portuguezes para os cargos de capitão-mór, vereador, e demais funcções publicas creadas, e mandou levantar o pelourinho como symbolo da independencia da villa—até aquelle dia uma simples parochia annexada á cidade de Duarte Coelho.

Esse acto da metropole de 19 de Novembro de 1709, realizado sob os auspicios do governador amigo dos *mascates*, «envolveu na occasião mais do que a simples consagração de uma supremacia geographica, porque encerrou um desrespeito proposital aos direitos da aristocracia de

Olinda que insistentemente reclamava por intermedio do senado olindense em prol da dependencia devida á primogenitura de villa de Duarte Coelho» no dizer de Oliveira Lima.

Mas, Sebastião de Castro e Caldas não se amoldou ás razões dos pernambucanos, e de vizeira erguida, collocou-se, ás claras, ao lado dos que o enchiam de ouro, confiante como se achava de para vencer bastar-lhe o falso brilho do poder, as miragens entontecedoras da posição...

E assim, dominado pelos fremitos da vaidade impressa no seu ser moral pelo ephemero do cargo, não tendo para a *nobreza de Olinda* as cortezanias que lhe deviam emprestar a investidura governamenticia, avassallado pela febre do poder que cega aos *falsos grandes homens*, para usar uma phrase de Michelet referindo-se a Cezar, elle não poude comprehender como alguem ouzasse se collocar hostil á sua prepotencia, e tentasse sequer, projectar embaraços aos seus desejos, razões de desencadear contra os adversos do seu poderio, os desobedientes aos seus bandos, uma serie de perseguições de todos os tamanhos, de todas as côres, de toda natureza!

A supremacia dos *mascates*, adrede arranjada, não teve bom agasalho nos dominios contrarios, porque como uma caudal enorme arrastava direitos adquiridos e sobrelevava a autonomia da *aristocracia de Olinda*, motivando por isto, o alvoroto dos acontecimentos, dos quaes resultou a 17 de Outubro de 1710, de volta da Egreja da Penha, e no momento em que atravessava a rua das Aguas Verdes, ser o governador Sebastião de Castro e Caldas ferido a tiros de bacamarte!

A' gravidade desse facto, um cortejo de circumstancias curiosas acompanhou, que eu reproduziria aqui, se a natureza deste trabalho me permittisse—bosquejo do inicio da nossa formação republicana—ensaiado pelas tintas duma pobre palheta.

No delirio da causa que tomara sobre os hombros, sem auscultar o movimento revolucionario operado subterraneamente, sem prever as explosões das camadas populares quando esmagadas pela tyrannia triumphante, o governador não esperava represalia ás suas contumelias feitas

aos que, não sendo attendidos nas suas supplicas de justiça, se reuniram, se fundiram, e num só bloco, cahiram sobre a cabeça do despota...

E pensaram o seu poderio, a sua vaidade, a sua cubiça, a sua traição — qualidades que lhe faziam o estofo intimo e com as quaes unicamente penetrou na Historia —não ouvir, nas delicias duma Capua sonhada, o rugir de agonias intensas, o vociferar de dores suffocadas, o vozear de lagrimas secretas, que pelas ruas do Recife a fóra, num desespero de causa, clamavam os seus direitos conspurcados, documentavam a bravura dos seus ascendentes, e escreviam a ferro e a fogo os caracteres dum povo em marcha para a luz, para a independencia, para a liberdade!

Todos os pernambucanos enfeixados num só pensamento e solidificados num só sentimento, partiram das freguezias do interior, chegaram a Afogados, e dahi, vieram para o Recife, onde, romperam o foral regio, arrasaram o pelourinho, soltaram os prisioneiros, e não acceitaram o accordo que lhes propozera o indigno governador quando teve noticia do occorrido...

E' que no inconsciente da vida intellectual—na Arte, na Historia, ou na Sciencia — ensinam os psychologos, a inspiração nada mais representa do que a reflexão accumulada, ou melhor, o consolidamento em nosso espirito de trabalhos superpostos; e mais, é que o Desconhecido— transformado pelos athenienses num Deus—nada mais é no cosmos social do que o *fieri* constante de factos anteriores ligados entre si, dando em resultado, phenomenos imprevistos para os que se perdem nas nuvens do poder....

Quando a vaga revolucionaria se espraiou em derredor do cimacio do poder onde se achava, quando o seu Olympo terreno se transformava num barathro profundo onde o seu poderio se ia atufar para sempre, o espirito delle, do governador insidioso, foi clareado pelo recurso extremo dos covardes na hora extrema da derrota... fugio para a Bahia, deixando acephalo o governo, acompanhado de alguns *mascates* de sua intimidade...

A fuga do tyranno a 7 de Novembro, a exomologése de sua miseria moral, o destroçamento dos *mascates* em rúma, fizeram com que os *pés rapados* procurassem realizar a emancipação politica da colonia de ha muito anhelada, tentassem proclamar o governo do povo pelo povo. Por estes antecedentes historicos, pela filiação dos acontecimentos narrados, pelo arco com que pretendi ligar os dias do dominio hollandez aos da revolução de 1710, resalta o quanto souberam os nossos antepassados manter inconsutil o nome de Pernambuco—o depositario de tradicções eternas.

Em todos os phenomenos sociaes ha uma particula, um elemento, um factor principal; na revolução que hoje o nosso Amor festeja, dos cimos silenciosos de quasi dois seculos, a particula, o elemento, o factor principal, foi Bernardo Vieira de Mello—o propheta que por uma presciencia extraordinaria sonhou os sonhos da Patria futura, e sobre o rochedo onde se assentava a magestade dum rei... atirou a semente da Democracia!

Mas, teria o Heroe de 1710 sido um especulador do *momento*, dos que surgem nas aguas turvas dos interesses, dos que nada tendo a perder procuram occasiões azadas para ganhar alguma cousa; ou, pelo contrario, encerraria elle, naquelle tempo, o espirito dum povo anceado pela emancipação moral e politica, representaria a consciencia duma crise social agitada por interesses justificaveis e paixões plausiveis?

Um grande homem deve ser estudado sob dois pontos de vista: «como elle se fez e o que elle é, dois problemas estes que se encadeiam mutuamente e alteiam a sua psychologia.»

Seguindo á risca o ensinamento de Henry Joly, desdobremos a personalidade moral do pernambucano que deu o primeiro grito de Republica no Brazil, vejamo-lo, observamo-lo, e estudemo-lo desde a sua formação até o *momento* de 1710, sem separa-lo de seus ancestraes, de seus contemporaneos, de seus amigos, de seus inimigos, nem dos alti-baixos dos acontecimentos de que foi a luz, foi a vida, foi a alma.

Bernardo Vieira de Mello sentia correr-lhe nas veias o *sangue azul* de fidalgos cavalleiros da *Casa Real*, que lhe proporcionaram á vida a opulencia de todos os bens de Fortuna

Em plena mocidade, logo ao inicio da vida publica relevou qualidades de bravura e desempenhou as funcções de vereador da Camara de Olinda, de juiz ordinario e capitão-mór da villa de Iguarassú—cargo de que se achava investido quando Caetano de Mello e Castro resolveu conquistar os Palmares.

O quilombo dos Palmares—*republica* celebre desde a occupação hollandeza,—formada por negros raptores de mulheres moradoras em engenhos visinhos, governada por um *zumby*—figura com dignidade de principe e eleita por elles—,mantida dentro de principios rudimentares de Justiça, tendo como religião um mixto do primitivo gentilismo e do christianismo posteriormente inoculado, como garantia de estabilidade forças regimentadas, com uma população extraordinaria a commetter depredações de toda ordem, segundo affirma Oliveira Lima, era, aquella *republica*, um espantalho pelas proporções immensas que tomava, e mais ainda, porque os governos amedrontados se limitavam a enviar pequenos contingentes de tropas, afim de baterem-se com os negros que alli encantoados, resistiam ferozmente, servindo-se de todos os recursos possiveis.

Caetano de Mello e Castro, logo ao assumir o governo da capitania de Pernambuco, teve a idéa fixa de arrasar os Palmares, e para empresa tamanha, organizou um corpo de exercito composto não só de voluntarios das povoações e villas, como tambem dos dois terços de infanteria que se achavam no Recife.

A essa expedição associaram-se pessoas de fortuna e da *nobreza de Olinda*, e Bernardo Vieira de Mello que estava na sua fazenda Pindobas, em Ipojuca, aprestou grande numero de homens armados, e apressuradamente, veio se offerecer ao governador para, alliado aos expedicionarios, bater os quilombos, offerecimento que não só foi acolhido de bom grado, como além dos mais, por ser

Capitão-mór, teve de marchar investido do commando das forças.

O exterminio dos Palmares era, pelas razões ha pouco referidas, uma necessidade imperiosa, mas, cercada de empeços quasi intransponiveis porque os negros combatiam protegidos pela couraça de suas trincheiras, usavam de todas as armas—desde a flexa até a agua fervendo—, e revelavam bravura instinctiva, não calcada nos ensinamentos falliveis, e sempre estrategicos, da arte militar...

Os expedicionarios escandiram os obstaculos, sondaram a altura da empresa, e recorreram depois ao governo solicitando reforço de tropa para vencer a *Troya Negra,* o que conseguiram, de completo, ao chegar de novos auxilios.

Rechassados em toda linha, esmagados no amago da sua cidadella — « cujo recinto era fortificado por uma palissada alta, á moda das aringas ou mocambos da Africa» — segundo Oliveira Martins, alguns negros seguiram o exemplo do *xumby* que se precipitou do alto da collina—preferindo a morte á escravidão,—emquanto os aprisionados foram espalhados pelas outras capitanias, salvante, as mulheres e as creanças que ficaram em Pernambuco.

Depois dessa conquista pelas armas, Bernardo Vieira de Mello occupou figura de destaque entre os do seu tempo, recebeu o distinctivo de fidalgo da *Casa Real*, e em seguida, por 1695, foi nomeado governador da capitania do Rio Grande do Norte.

No desempenho das attribuições do novo cargo, elle se occupou da civilisação dos indios e firmou com estes um tratado de paz, de que resultou vantagens á capitania e ás rendas da fazenda real, incrementou a agricultura alcançando ordem regia para construir engenhos, fomentou a industria pastoril concedendo-lhe terras de sesmarias para o seu desenvolvimento, tornou defeso o porto de Natal pela reconstrucção da fortaleza dos Reis Magos, e tudo isto fez, *sendo com a mesma egualdade temido e amado dos povos pelo seu singular genio e liberdade com que os tratava*, e mais, pelos *tons* fidalgos e cavallerescos com que se houve, teve dos filhos daquella terra, o maior

penhor de estima e reconhecimento que um homem póde alcançar na trajectoria da vida publica.

Approximando-se o termino do triennio de sua administração, a camara municipal da capitania do Rio Grande do Norte, dirigio-se ao rei, afim de permittir a reconducção no mandato daquelle que de tantos bens lhe enchera; e de facto, em 1697, depois de ouvido o Conselho Ultramarino, em Lisboa, Bernardo Vieira de Mello foi por uma carta regia novamente provido no cargo vindo «em paga dos assignalados serviços que prestara, especialmente o de ter chamado a uma paz geral os indigenas, cujas correrias muito haviam inquietado os governos precedentes, o que deu aberta a fundarem-se muitos nucleos de povoação na capitania».

Escoados os ultimos tres annos, que como os primeiros foram proficuos á capitania do Rio Grande do Norte, o Heroe de 10 de Novembro voltou para Pernambuco, e aqui chegando, recebeu como recompensa dos seus relevantes serviços a graduação de sargento-mór commandante do terço dos Palmares, segundo patente regia de 25 de Setembro de 1709.

Nesse posto militar e senhor dum nome aureolado por feitos assignalados, elle entrou na revolução de 1710, revolução, em que além de ser o vulto principal pelo esmalte da coragem, pela *allure* do civismo, foi, quem melhor comprehendeu, e sentiu, e encarnou, o espirito daquelle acontecimento ainda hoje, e amanhã, e sempre, contemplado com Amor pelos pernambucanos que fazem do heroïsmo passado a Egeria dos seus actos presentes.

A revolução de 10 de Novembro consubstanciou o resultado logico, e fatal, do sentimento emancipacionista da colonia que se vinha estratificando de longas eras, vozeou o idéal dum povo em róta para os dominios da liberdade, corporificou a alma da Democracia, alma, e voz, e sentimento, ha muito carentes para explodir, do brado do *surge et ambula* dum acontecimento, do canto do *sursum corda* da esperança de homens subjugados, da apostrophe—*sol lucit omnibus*, e da vingança das cousas, vingança subtil, vingança intangivel......

E de facto, o Recife elevado á villa, o pelourinho levantado clandestinamente, a eleição dos *portuguezes* para os cargos publicos, tudo isto feito, tudo isto arranjado, com o escopo unico de humilhar e de retirar as prerogativas dos *pés rapados*, forçou-os a «sacudir com os *mascates* o jugo de Portugal».

Derrotados os *mascates*, abandonada a capitania pelo governador Sebastião de Castro e Caldas, os pernambucanos em desfilada triumphal seguiram para a antiga Olinda, «a cidade de Duarte Coelho onde a casaria branca se desenrola pela eminencia verdejante e campeia desassombrada», ou melhor, o velho solar da *nobreza* dos antepassados, ainda hoje, como hontem, embalado pela «canção que Deus compoz com as primeiras ondas na primeira noite do mundo», velho solar donde se evola o perfume da saudade nascida entre o silencio das ruinas de illusões extinctas...

Em alli chegando, os vencedores penetraram na Camara Municipal com o objectivo de eleger um *juiz do povo* — autoridade de feitio democratico desconhecido em Pernambuco—modelar de uma existente na Republica Romana—autoridade de que devia emanar o poder do povo, pois, este deve reinar e não governar como os Romanos pensavam, na affirmativa do historiador Mommsen.

Nos paços do Concelho Municipal de Olinda, os revolucionarios reunidos em Congresso, deram a palavra a Bernardo Vieira de Mello, que, serenamente, com a serenidade de apostolo duma idéa, e como Regueira Costa o canta na sua lyra de ouro, assim se pronunciou:

«Uma republica, ó pernambucanos,
Que seja *ad instar* dos venezianos,
Proclamemos perante esta Assembléa.»

O arrojo da proposta e a segurança da voz do autor em expende-la—causaram no auditorio grande impressão—, que com algumas excepções, não acolheu o voto daquelle que, sem elles advinharem, lançava o germen da republica no Brazil, iniciava a renascença politica de sua Patria!

A *maioria*, embora a sêde de liberdade que lhe escaldava o intimo, embora a batida para a luz que fizera sahindo do seio das trevas, embora haver depositado nas mãos do Heróe de 10 de Novembro, como num cofre santo, as reliquas de suas esperanças, soffreu, no *momento* o medo do Desconhecido, sentiu-lhe acordar nos recessos do *eu* o virus da educação sordida que lhe infiltrara a metropole—de obedecer passivamente de olhos voltados para o chão ás ordens regias,—e calceta da obediencia passiva como o era, experimentou, naquella hora, a sensação do Ignoto, a vertigem do Absoluto!

Estas causas efficientes impelliram a *maioria* a não se collocar ao lado do proclamador da idéa republicana, e sim, a opinar para que se convidasse a assumir o governo da capitania o bispo d. Manoel Alvares da Costa, e em nome do regio poder, se lhe entregasse os seus destinos administrativos.

Se esta prece historica comportasse, se eu tempo e força tivesse para tecer uma chronica daquelles dias memoraveis, á fé, que reproduziria os dois manifestos dos *mascates* e conjuntamente o dos *pés rapados*, e analysando-os, mostraria quantas tristezas e dissabores e vergonhas elles encerram, salvando-se apenas, do abysmo de tristezas e dissabores e vergonhas tamanhas — pela direitura moral traçada da primeira á ultima linha — a figura do Patrono da *Sociedade* que relembra o dia de hoje, o grande dia de Pernambuco, aos indifferentes, aos incolores, aos inuteis...

Mas, apezar da *maioria* ter se desviado da proposta de Bernardo Vieira de Mello, facto não admiravel attendendo aos motivos ha pouco externados, o que me enche de magoas profundas, como se eu fôra daquelle tempo, é elle ter ficado só em semelhante empreza, e sido mesmo abandonado pelos que o acompanharam até a hora da escolha do governo, mas chegada essa hora, decidiram-se votando em favor dos obedientes ao rei!

Mas, isto que ainda hoje revolta, teve na sua epocha, tem no presente, e terá no futuro a dentro, grande utilidade e ensinamento, porque se elles assim não o fizessem, Bernardo Vieira de Mello não seria o vulto central da

revolução de 1710 e não passaria á claridade da Historia como um raro pela energia, um milagre pelo caracter, um santo pelo civismo, qualidades estas, que teriam de se confundir com ás de luzidio apparente que a suggestão do *momento* imprime aos heróes ephemeros; e além, e mais, os ensinamentos de covardia dos *intimos* não fluctuariam, atravez das edades, como uma medida exemplar, aos que julgam aos outros *á sua propria imagem e semelhança!*...

Elle, o raro, o milagre, o santo, não conheceu os seus seguidores... que como as aves de arribação, as antipodas das aves estacionarias, partem, e celeres, vôam á busca de outras searas, de outros climas, com a mesma facilidade com que regressam ás searas e aos climas donde partiram!...

E' que na politica, em todos os tempos e em todos os logares, ha o patriota de sentimento inverso ao sentimento da andorinha—«que abriga no coração o reconhecimento e a fidelidade»; ha o patriota, em grande numero, que se semelha a cordoniz—«a ave sybarita, emigrante, ingrata, que não tem affeição nem carinho a terra onde nasceu, e logo que póde voar... foge do campo onde cantou os seus amores, porque o desejo incessante de seu egoismo se reduz a satisfazer a sua gula, a procurar as regiões onde ha a abundancia.» E apezar de ser assim, e não sendo sequer uma das aves sagradas do Capitolio, a cordoniz encontrou um Julio Cezar que baixasse um decreto prohibindo mata-la... sob pena de morte tambem!

Se houve um Toussenel para escrever o *Mundo dos Passaros*... é indispensavel surgir um Toussenel para fazer a psychologia das *cordonizes* do patriotismo, daquelles cujo *credo civico é crêr que se não deve crêr em nada*, ou que como o jornalista Prangins, citado por Claretie, pensam *não valer trinta annos de gloria um anno de poder!*

Vencido Bernardo Vieira de Mello na sua idéa, assumiu o governo da capitania o Bispo d. Manoel Alvares da Costa, «que entrou no Recife com o perdão nos labios» e procurou congraçar os inimigos, anhelo este que não realizou, porque os *mascates* lhe responderam a 18 de Junho de 1711 com uma *contra revolução*, e o obrigaram a intimar o Heróe de 10 de Novembro a retirar-se, ao

que elle respondeu—*não fazer por não ter concluido os seus negocios no Recife!...*

A audacia da resposta reaccendeu a discordia, e os *mascates* julgando-se armipotentes, sahiram rua a fóra, dando vivas a d. João V e morras aos *trahidores*, e no crescendo do odio insoffrido, foram á casa do homem de quem a propria sombra lhes apavorava, e fortalecidos pela compacidade do grupo, procuraram prende-lo, e mais do que isto, tentaram mata-lo quando calmamente chegára á janella, tentativa não realizada... porque o ouvidor Arôche se responsabilizara por elle!

Depois do que se passara, Bernardo Vieira de Mello foi preso e atirado numa enxovia, e transferido, dias ulteriores, para a Fortaleza de Cinco Pontas, pois, phantasiaram os seus inimigos para semelhante miseria conseguir, elle tentar contra a estabilidade do governo afim de assumi-lo!

Ao Bispo de quem os autores da *contra-revolução* se tornaram adversarios por não lhes proporcionar todas as regalias do poderio, substituiu Felix José Machado — governador nomeado por d. João V e que delle trouxera ordens para informar-se do occorrido *afim de tomar o expediente que convinha.*

De facto, os *mascates* triumpharam na *contra-revolução*, porque o novo governador, embora tivesse trazido por uma carta regia o confirmativo da amnistia aos pernambucanos revolucionarios, amnistia concedida desde o governo do Bispo, era uma creatura delles; e mais, Bernardo Vieira de Mello tinha sido *desvalorizado* com a prisão, e André Dias, Leonardo Bezerra e André Vieira—*que muito sentiram não ter estado presentes para animarem os independentes* — á conquista dos seus direitos, achavam-se ausentes da capitania.

Solto o Heróe de 10 de Novembro em 8 de Outubro de 1711, depois de assumir a direcção administrativa de Pernambuco Felix José Machado, voltou ao exercicio do seu cargo de commandante do regimento dos Palmares, e por esse motivo, longe se achava dos novos acontecimentos rebentados em Fevereiro de 1712, forgicados pelo odio dos *mascates* contra elle, odio incessante, odio de todos os mi-

nutos, odio indormido, odio «que o pintava como um chefe de celebres proezas com o fim de conseguir os seus pessimos e depravados fins.»

Architectada a *rebellião* que objectivava de vez, sem mais recursos, o *exterminio* de Bernardo Vieira de Mello, vingada a trama perante o governador, foram aprisionados homens notaveis desta terra e em bando declarados pronunciados, entre os nomes dos quaes, destacava-se o do nosso Heroe... pela simples denuncia de pactuar com «um plano de deposição ou assassinato do governador.»

Era mister castigar áquelle que pelas malhas do perdão se escapara das malhas da cadeia, era mister que a vingança sequiosa se desalterasse no pantano da felonia, era mister provar aos nados em Pernambuco que os extrangeiros, os reinoes, contavam com um Congresso como o Ultramarino — capaz de no labyrintho de provas arranjadas... achar o fio de semelhante premeditação, desvendar o espirito da tentativa do crime...

Dispunha — quando os amigos o avisaram da partida da força publica para prende-lo — de elementos para reagir, porque além do prestigio do seu cargo publico conquistado pelos feitos de bravura, tinha o pessoal das suas fazendas e do seu engenho em Ipojuca, o poderio da familia e a sympathia dos amigos em extenso numero, ou melhor, mais facilmente ainda, podia fugir para a Bahia ou Sergipe, e procurar alli abrigo protector.

Mas, Bernardo Vieira de Mello não era, e não foi nunca, o covarde transformado em bravo nas horas em que o perigo desapparece nas dobras do horizonte fugidio; e sim, uma organização moral blindada de energia, de coragem, de desassombro, que naquelle tempo, encarnou o espirito da Liberdade nascente entre nós, e conduziu, estoicamente, a hostia dum credo novo... surgido do seio dos opprimidos, dos despreçados, dos esmagados pela tyrannia dum despotismo em que se refractava o espirito alienigena contra o espirito indigena...

Ao contrario, elle passou o exercicio do commando do seu regimento ao substituto legal, e seguiu caminho do Recife, estacionando em Porto Calvo, onde se apresentou ao capitão-mór José de Barros Pimentel afim de ser pre-

so; dahi sahiu murado de grande escolta para a séde do governo da capitania, onde chegando, foi recolhido á Fortaleza do Brum.

Depois de sequestrados os seus bens para segurança do Reino, conduziram ao Martyr da idéa republicana pelas ruas do Recife, entre o babaréo e a bruteza dos *mascates* em levas, que pediam para elle ser enforcado, e jogaram-no num navio de véla, no qual, torturado pelos ferros e muitas vezes pela fome, seguiu, arrastado em companhia de seu filho André Vieira para a cadeia de Limoeiro, em Lisboa, accusado pelo *crime de inconfidencia e de lesa magestade!*

Alli terminou a existencia, desappareceu no seio immortal da immortal Cybele, fóra da Patria que tanto amou e por muito a ter amado tanto soffreu — «o homem que não fazia falta a esta terra» — segundo a carta dum alto personagem da Côrte de d. João V, Antonio Bastos Pereira, dirigida ao governador Felix José Machado, sem mais nada constar sobre os seus ultimós dias, a não ser a noticia de haver amanhecido morto na prisão, antes de seu filho, que morreu dias depois!

E mal sabiam os seus adversarios que da noite daquella masmorra se erguia a aurora da Republica; e mal pensavam, que matando-o... davam o sopro da vida a Democracia, porque foi neste idéal de governo onde sua alma se aninhou, e em avatares constantes, nos encaminhou até o 15 de Novembro, dando-nos assim, a realidade da aspiração de nossa Patria—a elle primeiramente confessada!

Explicar uma revolução é fazer um trecho de psychologia, dizia Taine criticando Carlyle, motivo de eu dei xar aos de engenho a tarefa de fazerem o que meu esforço não conseguio fazer.

....

A idéa emancipacionista dos pernambucanos plantada na *crise* batava foi, atravez do espaço e do tempo, em virtude de uma lei de dynamica social, vencendo os obices que se lhe antolhavam, creando raizes nos corações sequiosos de independencia, clareando as consciencias entenebrecidas pelo *mando* regio, e numa synergia de forças,

avançando para as regiões da Liberdade—a suprema conquista dos povos cultos no dorso do planeta humano.

E assim, e nesse crescendo, e sentindo no *eu* o desdobrar da cadeia desses phenomenos sociaes, os pernambucanos chegaram á evidencia de *não ser el-rei de Portugal o unico rei*, e procuraram em banquetes realizados, ás escondidas, e numa gyria especial—brindar a elles mesmos, *muito capazes de se governarem*, a extremo, desses factos succedidos uns após outros, crystallizarem em realidade o 10 de Novembro!

Mas, era necessario para ser a voz daquella epocha, para ser o echo daquelle anceio, para ser a consciencia daquella crise social — um homem cuja *physionomia se sentisse que ia ficar na galeria da historia, e que servisse a futuros historiadores, para explicar um destino e um genio!*

Nestas condições, o unico na altura pela coragem, e nome, e feitos, e principios democraticos sustentados entre a fidalguia da familia e dos amigos, e o desamor digno com que se despia das investiduras das posições officiaes para escutar o gemido das agonias populares — era Bernardo Vieira de Mello — que nos ensinou a morrer por uma idéa, e morrer de olhos voltados para ella, até o minuto em que a nossa *face é transfigurada pela belleza sagrada e espiritual da morte!...*

Haver elle sido o primeiro a proclamar a Republica e a prioridade da proclamação caber a Pernambuco, está gravado no *Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres*, de Pereira da Costa, e na *Idéa Republicana* e nos *Precursores da Republica no Brazil* — trabalhos do velho historiador José Domingos Codeceira—que em 1894 e 1899, como aquelle em 1882, tambem reivindicou, espartanamente, para esta terra tamanhas glorias —; e brevemente, num estudo demorado, Pereira da Costa — um espirito luminoso e um coração diamantino — dará ao assumpto em tela, relevo maior e mais intenso colorido (*).

(*) Pereira da Costa tem prompto um livro sobre a revolução de 1710—livro exhaustivo sobre o assumpto.

As phrases desta prece historica em que procurei pintar ao vivo as causas occasionaes da revolução de 1710, phrases que embora usadas, muitas vezes, não perdem o valor plastico e concreto porque encerram feitos eternos, servem para o vosso Amor immaterial, o amor como comprehendia o divino Ruskin, reconstruir, em espirito, os episodios de 10 de Novembro—episodios que se não perderam nas curvas melancholicas da distancia como as legendas do Norte ou como as scenas feericas do Imperio de Bysancio—, e, depois da reconstrucção feita, extrahir da transparencia de suas lições o espirito de energia civica indispensavel aos dias correntes, aos nossos dias, aos dias sombrios da Republica...

Os argivos julgavam que para manter a belleza de sua raça—bastava imitar a vida dos Deuses; nós para reagirmos contra as simulações de heroismo, de amor civico, de sentimento affectivo, de bravura de caracter, simulações estas calcadas na *hypocrisia classica* que caracteriza o nosso *momento,* devemos regressar ao passado e imitar aos nossos *maiores* — sempre eternos na eternidade da nossa Saudade, na eternidade do nosso Carinho, na eternidade do nosso Amor.

E hoje, depois de tantas lutas, lutas constantes sustentadas com os portuguezes, aos quaes nos estreitam élos de sangue e laços de amizade—« e que um immenso arco iris assenta nas duas praias do Atlantico, dum e outro lado, reflectindo sempre em combinação maravilhosa e feliz as côres da alma portugueza e as da alma brasileira»—, uma cousa unica me entristece, e me desanima, e me aterra, é o despreço da geração hodierna aos exemplos de civismo dos longevos, geração em caminho para a deliquescencia do caracter...

E que os senhores da *Sociedade Bernardo Vieira de Mello*, ha tantos annos mantenedores do nome do seu Patrono, sejam entre nós, a flammula reaccionaria contra a miseria moral da Patria, contra a deliquescencia do caracter nacional, afim de nossas illusões verdejarem de novo —é o voto sincero do meu coração, voto confessado ao descer da tribuna.

Ha uma lenda budhica, chegada ao meu conhecimento pelo encantador Vogué, lenda que reza haver um cego, filho dum rei, vagueado pelas estradas descantando os seus queixumes ao som do alaude. Seu pai, no desespero da Dôr, mandou vir um *arhat,* um santo afamado que morava no Convento da Intelligencia, afim de ter piedade de seu filho e cura-lo do mal que tanto mal causava ao seu coração paterno; o cenobita chegando, ordenou que lhe viessem ouvir os homens do reino e cada um trouxesse uma urna para guardar suas lagrimas. E de facto, os homens vieram e com elles vieram mulheres tambem, e quando o santo afamado começou a explicar os principios da Lei e as dozes causas da Existencia, as lagrimas cahiam dos olhos de todos, e as urnas ficaram cheias, de tantas lagrimas choradas, de tantas lagrimas a fio! Depois, reuniu as lagrimas de todos, derramou-as numa bacia de ouro, e lavou os olhos do principe real, voltando os olhos do principe real logo depois, a vêr como outr'ora viam, as bellezas julgadas mortas e sepultadas nas dobras da noite de sua cegueira!

A Patria querida, como o cego da lenda, sem norte, arrasta suas tristezas pelas ruas, e arrastando-se, e em threnos, diz suas magoas causadas pelos indifferentes ao seu destino, por aquelles que a cegaram para ella não ver o quanto se atufam no paul de interesses inconfessaveis, magoas, porém, que carecem ser ouvidas pelos moços—a fonte de Bondade e Pureza donde desliza agua crystallina... agua crystallina capaz de dar vista aos olhos cegos da Patria, e assim deixa-la seguir, como outr'ora seguia, para a luz, para a luz!

Governadores e Capitães Generaes

DE

PERNAMBUCO

1654 — 1821

(CONTINUAÇÃO DO N. 68)

Regimento dos Governadores e Capitães Generaes

Deixámos de consignar neste artigo o que se encontra na legislação, e codificado em varias obras de historia nacional, com relação as obrigações e prerogativas dos governadores das capitanias do Brasil, para attender sómente a parte inedita e especial aos de Pernambuco, porquanto, não só lhes cumpria guardar e executar todas as disposições geraes, como ainda aquellas que baixavam em virtude de consulta de qualquer dos governadores de capitanias, que assim constituiam doutrina geral, com applicação aos casos identicos.

Regimento dos Governadores de Pernambuco

Eu o Principe como Regente e Governador dos Reinos de Portugal e Algarves. Faço saber a vós Fernão de Sousa Coutinho, Fidalgo da minha Casa, que ora envio por Governador da Capitania de Pernambuco e das mais de sua jurisdicção que hei por bem que emquanto a governardes guardeis o Regimento seguinte:

1—Partireis desta cidade em direitura ao porto da Capitania de Pernambuco, e fareis vossa assistencia na villa de Olinda na fórma que o tenho rezoluto, e della não sahireis para parte alguma sem expressa ordem minha por que vol-o mande, fóra das que aqui vão declaradas.

2—Logo que chegardes a dita villa de Olinda, apresentareis ao governador que nella está a patente que vos mandei passar, e os mais despachos que levais para logo vos entregar o governo, e que fará na fórma costumada, sendo presentes as pessôas que neste auto e estilo acharem-se ordinariamente, e da entrega se farão autos que se me hão de enviar para a todo o tempo constar que se procedeu conforme á ordem que sempre se praticou em actos semelhantes.

3—Logo que vos for entregue o governo ireis pessoalmente visitar e ver as fortalezas da dita capitanias e armazens e tarracenas, e ordenareis que se faça inventario pelo escrivão da minha fazenda de todas as couzas que nelles estiverem de munição, navios e artilharia que houver, de que me enviareis a copia e juntamente a planta de todas as fortificações que estão em pé das capitanias do vosso districto.

4—A principal causa que obrigou aos Senhores Reis meus predecessores, mandarem parar essa Capitania e as mais do Estado do Brazil foi a reducção do gentio della a nossa santa fe Catholica, e assim vos encommendo façais guardar aos novamente convertidos os privilegios que lhe são concedidos repartindo-lhes terras conforme ás leis que tenho feito, sobre sua liberdade, e fazendo-lhe todo o mais favor que for justo de maneira que entendão que em se fazerem christão não somente ganhão o espiritual mais tambem o temporal e seja exemplo para outros se converterem e em seus aggravos e vexações provereis conforme minhas leis, e provisões dando-me conta do que se fizer.

5—Da mesma maneira vos encommendo muito o bom tratamento dos ministros que se occupão na conservação e doutrina dos gentios soccorrendo-os e ajudando-os em tudo o que para esse effeito for necessario tendo com elles a conta que é razão e fazendo-lhes para bom pagamento

das ordinarias que tem da minha fazenda para sua sustentação porque de todo o bom effeito me havereis por bem servido de vós, e o mesmo usareis com os vigarios das igrejas e mais ecclesiasticos dessas Capitanias, das Casas da Misericordia, e Hospitaes que ha nessa Capitania, vos encommendo tambem muito tenhais particular cuidado pelo serviço que se faz a Deus Nosso Senhor, nas obras de caridade que em uma e outra cousa se exercitar, favorecendo a seus officiaes, fazendo-lhes pagar as ordinarias que tiverem de minha fazenda, e as dividas e legados que lhe pertencerem para que por esta causa não deixem de cumprir com suas obrigações.

6—Informar-vos-eis dos officiaes de justiça, guerra e fazenda que ha na dita Capitania, e por que Cartas e Provisões servem os postos e officios, e me dareis conta de todas as pessôas que os exercitão de propriedade ou serventia, enviando-me relações das que o fazem, e por que provimentos, e o mesmo fareis nas mais Capitanias de vossa jurisdicção.

7—Informar-vos-eis das rendas que tenho e pertencem a minha fazenda em cada uma de cada uma de vossa jurisdicção e da forma em que se arrecadão e despendem, e da em que o Provedor toma conta e ração ás pessôas que tem a seu cargo seguindo a de seu Regimento de que particularmente me dareis conta.

8—Entendereis com muito cuidado e vigilancia na guarda e defensa de todos os portos dessa Capitania, provendo as fortificações da mar.nha, sua artilharia, polvora, armas e tudo o mais que puder ser necessario de maneira que em nenhuma parte vos ache desprevenido e nesta mesma forma o advertirás aos capitães subordinados, e que vos fação aviso do que necessitão para sua segurança, e da gente, armas, munição e artilharia que tem, e de tudo me dareis conta.

9—Tambem vos informareis de toda a artilharia que ha nas praças do vosso districto assim a que estiver cavalgada como apeada, calibres e serviço que tem, armas e munições que houver e se está tudo carregado na receita aos officiaes o que toca, e quando não o fareis carregar, e assim as que forem em vossa companhia e as

que eu mandar adiante para que carregadas em receita se tirem conhecimentos em forma, que mandareis por vias, e todos os annos da polvora que se despender e armas que faltarem, para que se possão prover de novo e para este effeito dareis as ordens necessarias aos officiaes de vosso districto, e que estes tenhão as ditas armas limpas, e concertadas para o que se offerecer, e tomareis informação se a artilharia que eu mandei vir a este Reino tem vindo toda e quanto e se ha alguma escusa para ordenar o que for servido.

10 — Muito vos encommendo ordeneis que os moradores dessa Capitania e das mais de vosso districto sejão repartidos em ordenanças por companhias com os capitães e mais officiaes necessarios e que todos tenhão as suas armas, fazendo exercitar nos dias que vos parecer na forma que se dispõe no Regimento geral das Ordenanças, o que fareis cumprir assim na gente de pé como de cavallo, e para que se faça com prompta execução vos encommendo muito que assistaes as mais vezes que poderdes dos alardes que mandardes fazer que como meio mais prompto de se acudir a defensão dessas Capitanias, e quando os moradores não tenhão todos armas com que hão de servir assim de pé como de cavallo me dareis conta para vos enviarem advertindo que os officiaes da gente miliciana não hão de vencer soldo nem ordenado algum a custa de minha fazenda nem das Camaras excepto os sargentos mores.

11 — Hei por bem que todos os officiaes maiores e menores e soldados que me servem nessa Capitania e nas mais de vosso districto sejão pagos com toda a pontualidade pelo rendimento de minha fazenda e mais consignações que se cobrão para esse effeito e para o que fareis passar as mostras e nellas serão obrigados trazerem todos suas armas limpas e concertadas não consentindo que hajão praças fantasticas e procedereis contra aquellas pessôas que ao passarem ou consentirem na forma que se dispõe no Regimento das fronteiras.

12 — E a mesma mostra se fará aos artilheiros que me servem nessas Capitanias e seus officiaes tomando noticia dos que são sufficientes e ordenando-lhe que para os

que não forem de todo se faça nos dias que parecer exame, e haja barreira aonde se exercitem com peça de menor calibre e a despeza que se fizer na polvora e balas deste exercicio o fareis levar em conta as pessôas de cujo recebimento sahirem, e quando nesses postos hajão navios de meus vassallos obrigareis aos condestaveis e artilheiros delles vão tambem ao exercicio na barreira, que a competencia faça adestrar a todos.

13 — Tereis particular cuidado de mandar proceder contra aquellas pessôas de qualquer qualidade ou condição que sejão que derem ou venderem artilharia, armas de qualquer sorte, polvora e munições ao gentio que estiver de guerra com os meus vassallos, e aquelles que tiverem feito mocambos e retirados nelles o que defeso por minhas Leis e Ordenações, e quando neste caso houver alguns culpados dareis conta ao Governador do Estado para que exercite nos culpados a pena que se dispõe no capitulo vinte e sete de seu Regimento.

14 — Tratareis muito que se augmentem essas Capitanias, e que seus moradores cultivem e percorram pela terra dentro o que puder ser fazendo cultivar as terras e se edifiquem novos engenhos, e aos que de novo reedificarem ou fizerem lhe mandareis guardar seus privilegios, e aquelles que tiverem terras de sesmarias obrigareis que as cultivem e abrão: e aos que não cultivarem na forma da Ordenação e Regimento das sesmarias mandareis proceder contra elles como se dispõe na mesma Ordenação e Regimento e tambem procurareis que se não deem mais terras de sesmarias que aquellas que cada um puder cultivar.

15—E porque o Páo-brazil é uma das rendas da maior importancia que minha fazenda tem nessas Capitaniar, e correm a administração delle pela Junta do Commercio na forma das Provisões que para esse effeito lhe mandei passar tereis particular cuidado que não haja nelle descaminho e que as parte do que se tirar seja de modo que se não prejudique as plantas novas pelo damno que disso resulta.

16—Encarrego-vos muito o bom tratamento que deveis fazer aos officiaes de justiça e fazenda dessas Capi-

tanias deixando-os obrar na administração da justiça e fazenda na forma de seus Regimentos encommendando-lhes o como devem prender em seus cargos e quando de sua parte haja omissão lh'o advertireis e continuando nella me dareis conta para resolver o que for servido, e para os negocios que tocarem a meus serviços, os podereis mandar chamar a vossa casa todas as vezes que vos parecer sem lhes admittir escusa.

17—E porque correm a meu serviço que cada um em sua jurisdicção guarde o que é ordenado, não consentireis que nessas Capitanias tomem os ecclesiasticos mais jurisdicção da que lhes tocar, nem donatarios, havendo-os, tendo nisso muita vigilancia e cuidado, e vós nem meus officiaes de justiça lhes tomeis nem cobreis seus privilegios e doações antes em tudo o que lhe pertencer lhe fareis cumprir e guardar.

18—Podereis prover a serventia dos officiaes de justiça e fazenda que vagarem no tempo do vosso governo interino por tres mezes somente por não parar o curso dos negocios pertencentes a justiça e fazenda, e dareis conta ao Governador do Estado, o que fareis tanto que vagar, e provendo elles os taes officios, as pessoas que vos apresentarem provimento lhe poreis o cumpra-se, e entrarem a servir, porém depois de acabados os tres mezes de vosso provimento, assim o Governador do Estado como vós, me dareis conta por quem vagarão os ditos officios, sem rendimento, e se ficarão filhos dos proprietarios, e quem fica servindo.

19—Provereis os postos milicianos das Ordenanças de vosso governo e seu districto nas pessoas mais idoneas e capazes sem dependencia do Governador do Estado, e os providos mandarão tirar a este Reino dentro em seis mezes a confirmação por mim, como está disposto, e os postos da guerra assim como vagarem dareis conta ao Governador do Estado quaes sejão e por quem vagarem, e lhe enviareis informação dos sugeitos benemeritos que houver nesse governo para que sendo tudo presente ao Governador nomeie a pessoa que lhe parecer para o dito posto e que tenha os requisitos e armas de serviço que

dispõe o Regimento das Fronteiras, e o Governador do Estado e vós me dareis conta.

20—Hei por bem quo não possais crear officio algum de novo assim de justiça como de fazenda, e guerra nem aos creados accrescenteis ordenado ou soldo e menos o possais dar intertimento, soldos de reformados, praças mortas ou escudos de vantagem e fazendo o contrario, o que vós não espero, se vos dará em culpa, e sereis obrigado a pagar por vossa fazenda o que assim mandardes dispender contra a forma deste capitulo.

21—As pessoas que forem deste Reino degradadas para essa Capitania, e as mais de vossa jurisdicção, ordenareis que tanto que a ella chegarem se lhes assentem praças naquellas partes aonde lhes ordenares vão cumprir seus degredos, e que sejão confrontados com paiz, terras, signaes e annos de degredo e posto que hão de vencer soldo não poderão ser occupados em postos ou officios na forma da Ordenação e pretendendo as taes pessoas fés de officios se lhes passarão com todas essas declarações para que lhe não sirva de premio—a pena do delicto como mais em particular o mandei assim declarar por Carta de 31 de Maio de 1670 que ordenei se registrasse nas partes necessarias de que me dareis conta de assim se haver executado.

22—Por ser de grande inconveniencia a meu serviço e fazenda o commercio de estrangeiros nessas Capitanias houve por bem de lhes prohibir conforme ás leis e prohibições que mandei passar, e porque convem muito que os que sem licença e contra a forma do capitulado celebrada entre esta Corôa, e a Inglaterra, e os Estados de Hollanda forem tratar e commerciar ás ditas Capitanias sejão castigados segundo as ditas leis e prohibições, em que assim forem comprehendidos procedereis contra elles na forma dellas e contra os inglezes, e hollandezes como se declara nos capitulos das mesmas pazes, de que se vos envião as copias, e com os vassallos d'El Rei Christianissimo que forem aos portos desse Governo e seu districto, mandareis ter toda a bôa correspondencia e reciproca amizade como se contem no capitulo do tratado que com este Regimento se vos dá, mandando aos officiaes da vossa ju-

risdicção que assim o executem e succedendo algum navio francez derrotar nesses mares, e ser-lhe necessario tomar no de vosso districto e valer-se de algum fornecimento ou aguada, ordenareis que se não falte com bôa correspondencia que pede a bôa irmandade e alliança que que tenho com El Rei de França, mas que de nenhum modo se lhe permitta comprar nem vender fazendas algumas pelo damno que disso poderá resultar, e ó o mesmo que mandei ordenar ao Governador do Estado em carta de 3 de Setembro de 1669 pela minha Secretaria de Estado.

23—Tereis particular cuidado de procurar de todos os mestres de navios que forem deste Reino a essa Capitania se levão ordens ou cartas minhas ou despachos do meu Conselho Ultramarino porque conste que as não havia e não vos entregando uma ou outra cousa fareis alguma demonstração para exemplo de adiante em materia de tanta importancia.

24—Sereis advertido que todos os negocios de justiça, guerra e fazenda dessas Capitanias me haveis de dar conta pelo meu Conselho Ultramarino, e aondo hão de vir as ordens dirigidas á quem privativamente toca todas as materias das conquistas, e o mesmo advertireis aos ministros de vossa jurisdicção e assim vós como elles, não cumprireis as ordens que forem passadas por outros Tribunaes excepto as que se expedirem pela Secretaria d'Estado e expediente e pela Mesa de Consciencia e Ordens as que tocarem aos ecclesiasticos, e defuntos e ausentes e as pessôas que forem providas em beneficio e vigararias que houverem de vencer ordinarias por conta de minha fazenda, serão obrigadas a levar Alvaraes de mantimentos passados pelo meu Conselho Ultramarino para lhe serem assentados e sem elles se lhes não assentará as taes ordinarias, e assim guardareis as Cartas passadas pelo Desembargo do Paço dos Ouvidores Geraes dessas Capitanias que tambem hão de levar Alvarás de mantimentos expedidos pelo meu Conselho Ultramarino para vencerem seus ordenados, e sem elles se não assentarão e assim cumprireis as Provisões e Alvaràs passados pelo meu Conselho

de Fazenda sobre as licenças dos navios, emquanto eu não mandar o contrario.

25—E se emquanto me servirdes nesse Governo succederem algumas cousas que por este Regimento não vão providas, e cumprir fazer-se nellas obras, como ruina de alguma fortificação, a cujo reparo se deva promptamente acudir por correr risco a detença mandareis fazer o tal reparo e dareis conta ao Governador do Estado: e dos outros casos que tiverem dilação lhes dareis a mesma conta, não obrando sem sua resolução.

26—Houve por bem de mandar largar a meus vassallos o valor das minas de ouro desse Estado e seu lavor, com declaração que elles pagarão o quinto a minha fazenda por ella se não achar em estado de não puder acudir a essas despezas e lhes farei a elles mercê para o que se lhes passou Regimento, e a elles vos encommendo que havendo pessôas que queirão tratar de descobrimento de minas as favorecereis para que se animem a descobri-las e lhes faça por isso as mercês que houver por bem.

27—Tanto que tomardes posse desse Governo me enviareis logo um pé de lista da infantaria que achardes nessa praça, e suas annexas entrando as primeiras planas com o que cada um vense, e por que patentes e Alvarás e Provisões; e o mesmo fareis nos officiaes de artilharia, condestaveis e artilheiros, e assim uma relação do que importa a folha ecclesiastica e secular, entrando as tenças que nesse governo se pagão, e a relação virá sem distincção das pessôas do que cada um vence, e por que Ordens, e por que Alvarás e Provisões, e outra relação dos gastos extraordinarios que não entrão na folha Livrança, reparo das fortificações, despesas da artilharia, concerto de de armas e armazens, e quanto se paga a Misericordia da Villa de Olinda da cura dos soldados, e a quem se entrega este dinheiro, e por que ordem se faz este pagamento, e lista dos soldados doentes que em um anno entrarão no dito Hospital, e se nos soccorros que se fazem aos soldados se desconta alguma cousa para o mesmo Hospital e quanto importará por anno, e outra semelhante relação me enviareis muito pormenor de todas as despezas que

faz a Camara, assim com os officiaes e soldados, como de ordenados que paga, gasto das festas que faz, declarando cada festa e quanto nella se dispende por anno, e as mais despezas que fizer o Senado e ordem que para isso tem, e o mesmo fareis das mais praças annexas á esse Governo, ou seja por conta da minha fazenda, ou pelas das Camaras dellas e subsidios que tiverem impostos. E quanto é a ordinaria que se dá aos Capuchos Francezes e por que ordem se lhes paga; e por quanto nesse governo e seu districto ha varios officiaes de fazenda e guerra que tem seus Regimentos e outros sem elles e todos muito confusos e encantadas Comarcas, Provisões, Alvarás e Cartas, e por esta razão se não observão e ser conveniente assim pelo que toca ao meu serviço como para o bem da justiça e bom governo desses povos emendarem-se e reformarem-se tendo-se consideração ao tempo presente, vos encommendo e mando que tambem façais trasladar todos os Regimentos, Ordens, Cartas, e Alvarás e Decretos, que se tenhão passado assim minhas como dos Senhores Reis meus predecessores e dos Governadores Geraes do Estado e outras pessoas que tiverem ordens minhas para as passar e os mais papeis que a isso pertencerem enviados aos Governadores vossos antecessores e esta díligencia mandareis fazer desde o tompo da restauração dessas Praças até o presente e havendo noticia destas mesmas causas antes dos Hollandezes as occuparem tambem me enviareis os traslados e todos com os mais papeis relações e pé de lista que por este Capitulo vos ordeno e mando. Sereis obrigado a mandardes tirar e remetter ao meu Conselho Ultramarino dentro de um anno desde o dia que tomardes posse com o vosso parecer e informações e dos officiaes que entenderdes a podem dar, para melhor se reformarem as ditas Ordens e Regimentos, e sendo caso (o que vós não espero) que haja emissão nesta materia tereis entendido que passado o anno, e não tendo vós satisfeito ao que se ordena e dispõe por este Capitulo, Hei por bem de meu serviço que logo o Conselho Ultramarino me possa consultar esse governo de que agora vos fiz mercê, e eu nomear pessôa que vos vá succeder alem do que mais ordenar; e para esse effeito e bem desta diligencia tanto do

meu serviço ordeno aos officiaes de justiça, fazenda e guerra dessas Capitanias cumprão vossas obras e mandados como devem e são obrigados.

28—E porque sobre tudo o que por este Regimento vos ordeno, confio sereis em todas as materias assim do Ecclesiastico, como de Justiça, Fazenda, e Guerra, e as mais tocantes ao bom governo dessas Capitanias, tal procedimento como é a confiança que faço da vossa pessôa para vos encarregar della assim vos ordeno e mando que de todas me deis particular conta e das que succederem e entenderdes convem ter eu noticia, assim no que a experiencia vos mostrar ser necessario para o bom governo dessas Capitanias como do procedimento das pessôas que nellas me servem, o que fareis em todos os navios que partirem desses portos, e não impedireis aos officiaes das Camaras e Ministro de Justiça, Fazenda, e Guerra a escreverem-me ainda que sejão queixas pelo que cumpre ao meu serviço e administração da mesma Justiça e quando se vos peção informações as mandareis com toda a clareza e distincção que puder ser.

E este Regimento cumprireis como nelle se contem em tudo o que nelle é declarado sem duvida alguma, e sem embargo de quaesquer outros Regimentos, ou Provisões em contrario e de não ser passada pela chancellaria, o qual mandareis registrar nos livros de minha fazenda e da Camara, enviando-me certidão de como fica registrado. Antonio Serrão de Carvalho o fez em Lisbôa a dezenove de Agosto de mil seiscentos e setenta. O Secretario Manuel Barreto de São Paio o fez escrever. *Principe. Duque.*

Regimento de que ha de usar Fernando de Sousa Coutinho que vai por Governador de Pernambuco no governo daquella Capitania e das mais de sua jurisdicção como neste se declara que não passará pela chancellaria. Para Vossa Alteza vêr.

Por Resolução de Sua Alteza de 4 de Agosto de 1670 em Consulta do Conselho Ultramarino de 13 do dito mez e anno. Registrado nos Livros do Conselho Ultramarino. *Manuel Barreto de São Paio.*

Os Officiaes da Camara e fazenda desta Capitania de Pernambuco fação registrar este Regimento como Sua Al-

teza, que Deus Guarde, me recommenda e com o protesto que eu explicarei a tudo o que nelle encontrar em alguma forma ou melhor expedimento do serviço de Sua Alteza e jurisdicção dos Governadores que me toca concedida a meus antecessores com posse de tantos annos para que Sua Alteza mande prover como mais for servido. Recife 31 de Outubro de 1670. *Fernão de Sousa Coutinho. Antonio Barbosa de Lima.*

Registre-se nesta Secretaria esta copia do Regimento dos Governadores della se se não achar ja registrado. Recife 1· de Setembro de 1740. Estava a rubrica.

Registrado no Livro quinto de Ordens Reaes que serve nesta Secretaria do Governo de Pernambuco a folhas 171. Recife 3 de Setembro de 1740. *José Antunes.*

Este Regimento foi tambem registrado na Camara de Olinda, e se encontra em sua integra no livro inedito—*Descripção de Pernambuco com parte da sua historia e legislação até o governo de D. Marcos de Noronha em 1746 e mais alguns documentos até 1758*, e em seguida as ordens seguintes dirigidas aos governadores de Pernambuco em differentes epochas:

Carta Regia dirigida a D. Manuel Rolim de Moura em 14 de Novembro de 1724, ordenando a execução das ordens da Secretaria de Estado, Conselho Ultramarino e Governo geral do Estado, a quem se devia dar conta do governo da Capitania.

Alvará de 18 de Setembro de 1668, para não consentirem que se desse cumprimento senão as ordens que fossem passadas pelo Conselho Ultramarino, Secretaria de Estado e Expediente.

Idem, de 19 de Novembro de 1744, mandando executar as ordens passadas pelo Tribunal das Contas do Reino e Casa.

Idem, de 26 de Outubro de 1722, mandando que dessem conta do estado do governo ao governador geral ainda mesmo quando não houvesse novidades.

Carta Regia de 20 de Outubro de 1714, dirigida a Felix José Machado mandando executar as ordens do governador geral com a mesma promptidão que as de S. Magestade.

Alvará de 27 de Maio de 1716, declarando que, como subordinados ao governador geral, devem executar as suas ordens.

Carta Regia de 23 de Agosto de 1663, dirigida a Francisco de Brito Freire, determinando a sua residencia em Olinda.

Idem de 10 de Outubro de 1669, dirigida a Bernardo de Miranda Henriques, sobre o mesmo assumpto.

Idem de 2 de Março de 1689, escripta a Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, tambem ordenando a residencia dos governadores em Olinda.

Permittiu-se aos governadores residirem no Recife durante o tempo da expedição da frota. C. R. de 21 de Julho de 1704, e de 31 de Agosto de 1706.

Os seus vencimentos, ou soldos, forão elevados de 4,500 cruzados a 6,000 annuaes, em vista da prohibição de commerciarem, pela Provisão de 23 de Maio de 1721.

Tiverão mais 1,000 cruzados annuaes de augmento, pela Provisão de 17 de Outubro de 1721. .

Tinhão mais 1:322$000 por triennio, de propinas dos contractos, por Alvarás de 11 de Março de 1726 e 18 de Abril de 1739.

Foi-lhes prohibido todo e qualquer genero de commercio, pela Provisão de 29 de Março de 1721, em virtude da Lei de 3 de Setembro de 1720. Sobre a mesma prohibição existem mais as seguintes ordens: de 9 de Agosto de 1720, e 17 de Dezembro do mesmo anno.

Eram obrigados a visitar as fortificações. Carta Regia dirigida a Felix José Machado em 7 de Fevereiro de 1713.

Propunhão os militares para a promoção dos postos vagos. Alvarás de 22 de Outubro de 1733 e de 11 de Março de 1734.

Provião os postos de ajudante das fortificações. C. R. de 22 de Dezembro de 1694.

Devião ter todo o cuidado em que os soldados satisfizessem as obrigações de catholico, applicando-os á confissão. C. R. de 13 de Março de 1690.

Não consentião que os convenientes dessem homisio a delinquentes de qualquer natureza. C. R. de 4 de Março de 1713.

Sobre este assampto existem ainda outras ordens.

Propunhão ao governo os individuos que julgassem mais capazes para os postos militares. Ord. de 22 de Outubro de 1733 e outras.

Não consentião que se fizesse descobrimento de minas sem expressa ordem regia. Carta R. de 18 de Abril de 1730.

Não podião intrometter-se nos negocios da administração da justiça, tanto civil como criminal. C. R. de 7 de Outubro de 1709; e nem tão pouco nas eleições das Camaras Municipaes. C. R. de 7 de Fevereiro de 1691.

Além de todas essas disposições, existem muitas outras com relação a tropa, administração da fazenda publica, embarcações de guerra e mercantes, commercio estrangeiro, indios e outros assumptos.

Vencimentos e vantagens dos Governadores

Sendo prohibido aos governadores commerciarem em suas capitanias, por lei de 3 de Setembro de 1720, o que foi communicado a Manuel de Souza Tavares por C. R. de 29 de Março de 1721, foi marcado aos governadores de Pernambuco o soldo annual de 4,500 cruzados (1:800$).

Nomeado governador da capitania D. Manuel Rolim de Moura, reclamou elle, que com aquella limitada quantia não se podia tratar decentemente, uma vez que não podia commerciar como os seus antecessores, e sendo attendido, foi augmentado o soldo dos governadores da capitania com mais 600$000, por Provisão de 23 de Maio de 1721. Ficarão portanto percebendo 2:400$000 annuaes.

Reclamou ainda Moura Rolim, allegando a carestia da terra, e mesmo não ser justo, que percebendo o governador do Maranhão 7,000 cruzados, tivesse o de Pernambuco 6,000, sendo de maior graduação, e precisar tratar-se com luzimento, para o que erão precisas grandes despezas, pedio que lhe fosse marcado o soldo de 8,000

cruzados, pelo que baixou uma Provisão em 17 de Outubro de 1721 consignando mais 1,000 cruzados, com a declaração, porém, que isso era uma graça especial a sua pessôa, e que não serviria de exemplo para os seus successores.

Percebeu, por consequencia o governador D. Manuel Rolim de Moura o soldo annual de 2:800$000, mas os seus successores ficarão apenas com 2:400$000.

Alem destes vencimentos percebião mais 1:322$000 de propinas dos contractos de impostos da capitania, mas triennalmente, por occasião da arrematação dos mesmos contractos, de conformidade com as Provisões de 11 de Março de 1726 e 18 de Abril de 1739.

No caso de vacancia do governo por fallecimento do governador, tomava conta da administração da capitania o bispo diocesano, e o mestre de campo mais antigo, segundo o Alv. de 7 de Abril de 1704, expedido para prevenir o caso do fallecimento do governador Francisco de Castro Moraes, servindo elles com o mesmo poder, jurisdicção e alçada dos governadores e capitães generaes.

Servião no governo somente por tres anno. Alvará de 26 de Setembro de 1601.

Casa do Padre Miguelinho

O Sr. Dr. Miguel Joaquim de Almeida e Castro, na sessão do *Instituto Archeologico* de 13 de Setembro de 1900, procedeu á leitura de uma pequena memoria sobre a casa em que residiu em Olinda o Padre Miguelinho, um dos herões desse martyriologio sublime, que começou em 1817 e em que figuraram Antonio Henrique, o Padre Roma, Domingos José Martins, José Luiz de Mendonça, Theotonio Jorge e tantos outros que se immolaram em Pernambuco pela causa da democracia.

Refere Lamartine, na sua *Historia dos Gerundinos*, um episodio interessante, occorrido com Legrand d'Allejay, membro do parlamento, velho integro, cercado de estima e carregado de annos.

Conduzido á barra do tribunal revolucionario, é ahi accusado de ter entretido correspondencia com seu filho desterrado e de lhe haver transmittido soccorros no exilio.

Era accusador publico Fouquier Tinville, o qual, ao deparar com o venerando ancião, faz-lhe um signal de intelligencia para dictar-lhe com o olhar e com o gesto a resposta que o deveria salvar.

« Eis a carta que te compromette, diz Fouquier, mas eu conheço a tua lettra e muitas vezes, quando tiveste assento no parlamento, cahiram sob os meus olhos papeis escriptos por ti: esta carta não é tua; a tua lettra está visivelmente falsificada.

— Enganas-te, responde Legrand, depois de alguma pausa, esta carta é do meu proprio punho.

Fouquier, confundido com esta resposta, que lhe derrota todos os planos de indulgencia, offerece-lhe uma nova taboa de salvação.

« Ha uma lei que prohibe, sob pena de morte, aos pais dos desterrados se corresponderem com os filhos e lhes enviarem soccorros; sem duvida ignoravas essa lei.

— Enganas-te, torna-lhe ainda Legrand, eu não a ignorava, mas, anterior a esta, eu conhecia outra lei superior, gravada pela natureza no coração de todos os pais, que lhes manda sacrificar a vida para soccorrer a seus filhos!

A mesma serenidade, o mesmo estoicismo, a mesma coragem revelou o Padre Miguelinho perante a commissão militar, a que comparecera, para ser julgado, como um dos patriotas da revolução de 1817.

Presidia a commissão o Conde dos Arcos, o qual, compadecido de sua sorte e admirado do silencio qne elle guardava sobre todas as perguntas, que se lhe fazia, lhe disse em plena sessão, « Não pense o accusado que somos alguns barbaros e selvagens, que somente respiramos sangue e vingança; diga alguma cousa em sua defeza. »

E, continuando elle silencioso, pergunta-lhe o Conde, como que querendo insinuar-lhe uma evasiva:

« O accusado não tem inimigos?

Não seria possivel que elles lhe falsificassem a firma e com ella subscrevessem todos ou parte dos papeis, que o compromettem?

— Não Senhor, fallou pela primeira vez o Padre Miguelinho, não Senhor; não são contrafeitas; as minhas firmas são todas authenticas e por signal, em uma dellas, o *o* do meu sobrenome Castro ficou metade por acabar, porque me faltou o papel.

E calou-se, recusando outra qualquer resposta; mas nesse mesmo silencio, perante o Conde dos Arcos, como que se adivinhavam as palavras de Legrand d'Alleray a Fouquier Tinville:

Cumpri o vosso dever, como eu cumpri o meu.

E si esse rasgo de coragem foi o epilogo glorioso de sua vida de martyr, não se impõe menos á nosso admi-

ração o acto de devotamento, com que o Padre Miguelinho, antes de ser preso, se sacrificou pelos seus companheiros de infortunio na revolução de 1817.

Estava em campo a contra revolução... e Domingos Theotonio, á frente de uma pleiade de patriotas, deixava o Recife, levando o desespero n'alma e o desanimo cruel a lavrar-lhe no espirito.

Era uma procissão de bravos, que, sem esperar pela decisão das propostas de capitulação, apresentadas ao almirante Rodrigo Lobo, abandonavam a capital ao furor dos vencedores, em direcção a Paulista.

Dessa heroica jornada fazia parte o Padre Miguelinho, o qual, ao chegar a Olinda, resolveu separar-se de seus companheiros, não para fugir aos perigos que os ameaçavam, mas para melhor servir á causa republicana.

Havendo occupado o lugar de Secretario do Governo Provisorio, estava de posse de importantissimos documentos; e o seu intuito, tomando aquella resolução, era destruir esses papeis e salvar a muitos da morte, embora, para fazel-o, arriscasse a propria vida.

Com este pensamento, pois, corre sem demora á casa em que residia e, estreitando nos braços a sua idolatrada irmã, que se lhe apresenta debulhada em lagrimas, exclama com voz commovida:

« Não chores, minha irmã: estás orphã; tenho enchido os meus dias; logo me virão buscar para a morte; entrego-me á vontade de Deus; nelle te dou um pai que não morre. »

Subito, porém, como si não devesse perder tempo com essas expansões de amor fraterno, accrescenta:

« Aproveitemos a noite; vem imitar-me; ajuda-me a salvar a vida a milhares de desgraçados. »

E, conduzindo-a para a sala, em que se achavam os autos e papeis relativos á mallograda revolução, ahi passa a noite de 20 de Maio a examinar os de mais responsabilidade para os que se haviam compromettido naquelle movimento, inutilisando todas as provas de criminalidade que existiam em seu poder contra esses sonhadores de uma patria livre.

Cumprida tão patriotica quão humanitaria missão, esperou que o dia amanhecesse e resignado aguardou que se verificassem, a seu respeito, as meaças de morte, com que procuravam abater-lhe o animo varonil.

Estas felizmente não se realizaram; e, apezar de estar ainda em tempo de fugir á sanha de seus perseguidores, se deixou ficar em Olinda, onde foi preso; caminhando satisfeito para o carcere, por se haver devotado pela salvação de seus companheiros, desviando-lhes da cabeça o cutello do algoz.

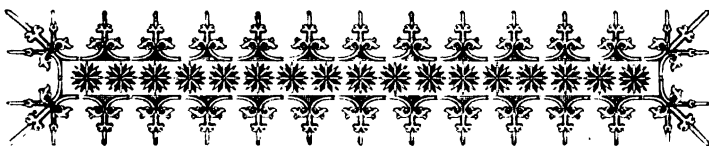
E o theatro em que se representou esse drama de civica abnegação, o templo em que a religião do amor da patria, que o teve por martyr, lhe mereceu naquelle angustioso momento um culto tão ardente quanto a do Martyr do Golgotha, de que fôra elle um digno ministro, assevera o Sr. Dr. Miguel Castro, na sua interessante memoria, haver sido o sobrado, da rua Nova, que ficava fronteiro ao Recolhimento da Conceição e a pequena distancia da Igreja da Misericordia.

Para assim affirmar funda-se o Sr. Dr. Castro no que lhe referira um sacerdote respeitavel, o conego Joaquim da Assumpção, o qual residiu n'aquelle predio em 1854, devendo o seu testemunho ser recebido como a expressão da verdade.

Ainda em principios deste seculo o memoravel sobrado que era o ultimo da rua Nova, a partir da Cathedral, coroava o alto de Olinda com as suas paredes ennegrecidas.

Hoje não mais avultam alli as ruinas do historico edificio, porque todo elle foi ultimamente arrasado.

Mas, em compensação, o que o tempo, o abandono e a destruição não podem apagar é a memoria gloriosa do Padre Miguelinho, a qual, a despeito do indifferentismo dos contemporaneos, povoará sempre aquelle local das recordações de um passado de quasi cem annos.

J. B. REGUEIRA COSTA.

CARTAS NASSOVIANAS

Correspondencia do Conde João Mauricio de Nassau, Governador do Brasil Hollandez, com os Estados Geraes (*)

(1637—1646)

(CONTINUAÇÃO DO N. 56)

XI

SENHORES.

O quanto sempre me tenho esforçado e applicado para provar a minha sincera dedicação ao vosso serviço e ao da Patria, no espaço de vinte annos que já sirvo, tendo me deixado empregar em todas as occasiões, creio que deveria vos ter convencido de que a minha conducta não necessita doutra fiscalisação alem da vossa vigilante direcção.

Desde que, com a vossa approvação, entrei ao serviço da Companhia das Indias Occidentaes tenho trabalhado, com o mesmo zelo e lealdade, para manter e dilatar os seus dominios e promover a sua prosperidade; em consequencia tenho certo que ninguem, com razão ou direito,

(*) Traduzida do hollandez por Alfredo de Carvalho.

me poderá culpar de haver dado motivo á desconfiança: todavia cauzaram-me bastante surpreza a commissão e as instrucções de Christovão Artischofsky para general da artilharia, como si vós, ou S. A., ou a Companhia das Indias Occidentaes, tivésseis alguma suspeita quanto a minha pessoa e serviços ou que, devido a negligencia minha houvésse occorrido algum estrago no que é relativo á artilharia ou nos seus depositos, não obstante serem diariamente inspeccionados.

Desejo, com toda a submissão, demonstrar-vos que semelhantes informações em meu prejuizo foram falsamente inventadas; assim é que sabendo bem ser a direcção da artilharia uma das principaes attribuições do meu cargo, a tenho como tal considerado não deixando de ir pessoalmente dum armazem a outro e tudo eu mesmo examinar, bem como de informar, de tempos, aos Nobres Senhores da Assembléa dos XIX, das nossas faltas e do que nos era necessario, desde dous annos passados, de sorte que as cauzas dos nossos depositos de artilharia e munições não se acharem no estado em que deviam estar, não devem ser procuradas aqui, mas, sim no seio da Companhia, ahi na Patria, a qual não nos enviou o necessario tão repetida e continuamente requisitado; entretanto não poupamos esforços para impedir e remediar os estragos que houvéssem podido occorrer.

Sem embargo foi um erro alimentar a suspeita pela qual se deliberou nomear o citado Artischofsky general da artilharia, com a missão de informar aos XIX do estado da mesma e devendo tudo pôr e manter em boa ordem. E, segundo elle verbalmente communicou-me, da Patria não nos sera mais remettida a menor parcella de armas ou munições, senão quando por elle requisitada. Este general Artischofsky tem, alem d'isto assaz demonstrado, com o seu procedimento, que não veiu apenas para occupar o referido cargo, mas, tambem para fiscalisar todos os meus actos, o que ter-me-ia sido muito agradavel caso houvésse sido enviado um homem honrado e não um detractor, porquanto considerar-me-ia feliz tendo alguem que levasse ao vosso conhecimento, ou ao dos commissionados à Assembléa dos XIX, os meus bons serviços.

Eu poderia ter, para bem da Patria e da Companhia das Indias Occidentaes, deixado passar tudo isto sem formalisar-me e me submettido de muito bôa vontade á vossa ordem e determinação, pois, de modo algum desejaria malquistar-me com quaesquer pessôas que resolverdes occupar no vosso serviço aqui ao meu lado, e isto mesmo manifestei anteriormente a este homem e procurei até testemunhar-lhe toda a honra e amizade.

Mas, elle foi tão longe com a sua imprudencia que muito atrevidamente ouzou, em minha presença e de todo o Alto Conselho, ler uma carta dirigida a um dos principaes accionistas, na qual permittiu-se de manchar muito torpemente a minha honra com muitas calumnias, desvirtuando todo o meu governo, conforme podereis verificar da copia que esta acompanha; não ficou, porem, só nisto, pois, atreveu-se ainda mais a vilipendiar a minha pessôa com injurias mordazes, proferindo-as diante de meus officiaes e até de alguns criados da minha casa, que elle bem sabia não deixariam de m'as referir, e assim revelando o desejo de que chegassem ao meu conhecimento.

Tendo seriamente considerado commigo mesmo todos estes factos e prevendo que de semelhante conducta da sua parte nada de bom pode resultar, mas sim graves damnos para a Companhia, devido á minha inimizade com Artischofsky; sendo elle a pessoa que occupa o posto militar immediatamente inferior ao meu, e não convindo absolutamente á minha honra conviver com semelhante individuo, no qual tambem não posso confiar, mas contra o qual devo sempre estar de sobreaviso de que venha, para sua propria deshonra, procurar affrontar-me por qualquer modo, como já fez com o seu proprio sargento-mór, insultando-o publicamente com dizer-lhe que seguisse para a expedição que agora temos em vista, com uma porção de canalhas, pois não se honrava de ter a sua gente sob o seu commando, e que se estivésse em seu poder fal-o-ia passar tres noites sem dormir, comquanto soubésse que eu havia designado o mesmo sargento-mór para commandante das tropas daquella expedição, não por falta de outros dignos officiaes, mas sim para honrar ao mesmo Artischofsky e ao mesmo regimento.

Estes attritos entre os chefes e as desconfianças dos outros, não os pode supportar a presente situação do Brasil, com tão poderosos inimigos ás portas. A vista disto, e no intuito de evitar maiores males, julguei-me obrigado a representar sobre o occorrido ao Supremo Concelho, que participa das mesmas attribuições a mim conferidas, bem como ao Concelho Politico, para que ficasse bem manifesto que eu tenho sempre obedecido e obedecerei ás vossas ordens com todo o zelo e submissão, e até mesmo com prejuizo da minha honra (que prezo mais do que a vida) hei de cumpril-as, e ponderando outrosim que estava resolvido a renunciar ás honras que aqui me são devidas e ao meu cargo, transmittindo-o ao Supremo Concelho, de preferencia a commetter a minima infracção da commissão que vos dignastes conferir a Artischofsky, movido apenas e sobretudo do desejo de vos obedecer, e não temendo senão, por qualquer incidente, incorrer no vosso desagrado.

O Supremo Concelho, tomando em consideração a minha representação, e considerando de um lado não estar em sua alçada acceitar a minha renuncia, e de outro lado não ser de forma alguma possivel, a bem da honra, que eu continuasse a servir com um individuo que tão gravemente me injuriou com as suas calumnias, e que necessariamente um de nós dous deveria cêder, de accordo com o Concelho Politico e apóz maduras deliberações, tentou por todos os meios reconciliar-nos o que, á vista da gravidade das injurias, era impossivel realisar-se sem deixar subsistir permanentes desconfianças.

Assim foi finalmente resolvido, afim de prevenir maiores males e evitar damnos, que Christovão Artischofsky se licenciasse e partisse neste navio para a Patria, onde chegando não deixará de procurar justificar os seus actos tão bem quanto puder; mas, confio que vós, com a vossa sabedoria, bem podereis separar o joio do trigo.

Entretanto peço-vos humildemente que, no caso de agora ahi representar em nosso prejuizo, não vos digneis de acredital-o sem a respeito ouvirdes opportunamente a nossa defeza.

Garantindo-vos alem disto que com a partida de Christovão Artischofsky, nem o vosso serviço nem o da Com-

panhia das Indias Occidentaes soffrerá o menor prejuizo e que, com a retirada do mesmo, a referida Companhia nada perderá, antes ver-se-a transportada dum mar tempestuoso para o seio da bonança, e não querendo importunar-vos por mais tempo, termino esta subscrevendo-me

Vosso obdiente e leal servidor

Mauricio, CONDE DE NASSAU.

Antonio Vaz, em Pernambuco, 25 de Maio de 1639.

XII

SENHORES.

Em cumprimento do meu dever tenho vos communicado, em minhas cartas anteriores, o estado em que se acha este paiz, e não duvido que as tenhaes recebido, bem como haverdes expedido ordens urgentes para que sejamos emfim providos do necessario, isto é, de homens e de viveres de que temos grande penuria.

Depois da minha ultima carta o nosso almirante, cruzando em frente á Bahia, com 18 navios, entre grandes e pequenos, aprezou uma barca carregada com um pouco de assucar, a qual fazia de vela da Bahia para a Hespanha; a seu bordo foram aprehendidos um capitão e um alferes vindos na ultima expedição, assim como muitas cartas do generalissimo Conde da Torre aos principaes officiaes, pelas quaes nos foi revelada toda a situação do inimigo. Rezam ellas que as suas forças montavam a 46 velas, entre as quaes 29 galeões, transportando 5000 soldados, dos quaes 300 morreram no Cabo Verde e durante a viagem; dos sobreviventes desembarcaram muitos doentes e diariamente fallecem muitos. As instrucções que traziam ordenavam-lhes que ao chegarem a esta costa desembarcassem immediatamento as tropas junto á cidade de Olinda e nos conservassem estreitamente bloqueiados pelo lado do mar, deixando alguns navios cruzando ao largo

afim de impedir que nos chegassem alguns dos enviados da Patria.

Revendo as listas de todos os nossos depositos, as quaes vos enviámos anteriormente, podereis com facilidade avaliar em quão precaria situação ter-nos-iamos achado si o Omnipotente não houvésse elle proprio batido o inimigo e este tivésse podido pôr em pratica as suas instrucções.

Na Bahia estam trabalhando activamente em reparar os navios para nos virem atacar no proximo mez de Agosio, para que alistam todos os moradores da terra; pretendem reunir em terra, com as tropas veteranas do Conde de Bagnuolo, 5000 soldados deixando para guarnição dos navios 7000 outros; contam tambem que 2000 a 3000 homens dos nossos moradores passar-se-ão para o seu lado, o que não ó desarrazoado porquanto cada dia mais presentimos a perfidia dos mesmos.

A maior esperança que nutrimos, depois de Deus, é que elles não venham a realisar grandes couzas, visto como sem cessar se queixam da falta de viveres, tem consumido todos os que viéram da Hespanha e que o paiz não pode alimentar tão grande numero de tropas.

Entretanto, logo que regressarem as embarcações que enviaram ao Rio de Janeiro e ao Rio da Prata em busca de farinha e carne secca, estão resolvidos a nos virem atacar com todas as forças acima referidas. Esperam tambem 7000 homens do novo soccorro tanto da Hespanha como das Ilhas. As forças de que presentemente dispõem cemstam dos seguintes officiaes superiores e soldados:

Dom Fernando de Mascarenhas, Conde da Torre, generalissimo de terra e mar;

Don Juan de Vega, Almirante de Castella, com 16 galeões, alem dos navios fretados;

Dom Rodrigo Lobo, Almirante de Portugal, com 16 galeões, alem dos navios fretados que, junto com os castellanos, prefazem o numero de 46 velas.

Conde do Bagnuolo, Mestre de Campo General.

Don Francisco de Allora, General de cavallaria.

Antonio Rodrigues, Tenente-general de cavallaria.

Nuno de Mello..............................	Capitães de cavallaria.
Jacome Pires de Lucena................	

Dom Vasco de Mascarenhas, Conde de Obidos, General de artilharia.

Dom Urbano de Uma	Coroneis	1000 homens
Fernando da Silveira		1100 »
Luiz Barbalho		1050 »
Dom Manuel de Mascarenhas		800 »
Don Fernando de Deladuerge		500 »
Hector de la Calce		160 »
Alonso Ximenes	Tenentes-coroneis	
Pedro Cerco de Somona		
Martins Ferreira		
Antonio de Fretes	Sargentos-mór	
Francisco Duarte		
Paulo Bagnuolo		
João Daruge		
Pedro Martins		
Paula de Parada		
Moradores alistados		900 homens
Camarão, Governador dos Brasilienses		600 »
Henrique Dias, Governador dos pretos		400 »
Gente que fica a bordo dos navios		2000 »

Muitas pessoas de qualidade, fidalgos e officiaes reformados que viéram como voluntarios, entre os quoes o Conde de Castello-Melhor.

As nossas forças, ao contrario são exiguas, não nos sendo possivel pôr em campo mais de 3000 soldados. Comtudo esperamos, com o auxilio de Deus, cumprir o nosso dever, pedindo que nos ajude e que faça com que vós, tomando a peito esta cauza, nos envieis com toda a brevidade os recrutas promettidos, assim como uma boa quantidade de viveres de que actualmente temos aqui falta absoluta.

Não nos houvésse Deus concedido uma preza carregada de farinha, ha muito que não teriamos mais pão; em terra, tambem, não ha meio de obter farinha, de sorte que todo o paiz está exposto á ruina e tanta gente honrada ás maiores calamidades. Os viveres de forma alguma devem faltar, porquanto, se apenas nos mandarem gente sem provisões, será enviar-nos os peiores inimigos que virão esfomear-nos.

Vimos tambem a ordem escripta que o rei de Hespanha enviou ao Conde da Torre, determinando que conservasse a presente frota durante dous annos nesta costa, e promettendo mandar-lhe de anno em anno tropas e navios afim de nos expulsar do mar, o que é assumpto de grande importancia para o qual chamo a vossa attenção, afim de que vos digneis providenciar no intuito de sermos successivamente providos de tropas e de navios solidos.

Expulsos do mar, ameaçados em terra por um inimigo poderoso, e ainda mais vivendo em meio duma porção de portuguezes perjuros, que diariamente aqui entram e sahem, tudo espionando, sem que se possa impedil-o, ser-nos-a extremamente difficil nos mantermos. Parece que o rei de Hespanha começa a comprehender que daqui lhe podemos cauzar grande damno e por isso trata de cuidar melhor dos negocios do Brasil do que succedia anteriormente.

Isto é o que apressadamente posso levar ao vosso conhecimento.

Vosso obediente e leal servidor

Mauricio, CONDE DE NASSAU.

Antonio Vaz, em Pernambuco, 9 de Julho de 1639.

XIII

SENHORES.

Cumprindo o meu dever de, de tempos em tempos, vos informar sobre o nosso estado aqui, não pude deixar passar a presente occasião sem levar ao vosso conhecimento quão melindrosa é a nossa situação. Actualmente nada mais nos resta dos viveres e munições constantes das listas que vos enviamos; assim podeis facilmente julgar em que situação nos achamos e qual a honra que aqui posso ganhar.

O inimigo faz grandes aprestos para nos atacar este mez; estou resolvido, com o auxilio de Deus, a bater-me

com elle, custe o que custar, visto como é preferivel morrer no campo de batalha, de espada em punho, a perecer de fome. Deus perdoará aos que disto têm culpa, abandonando-nos á miseria, que tantas vezes e tão lamentosamente patenteamos á Assembléa dos XIX sem que produzisse outro effeito senão trazerem-nos esperanças de boas resoluções, no papel, com as quaes não podemos contentar os nossos soldados esfomeados, nem dellas viver.

Comtudo quero esperar que Deus Omnipotente, que já bateu visivelmente os nossos inimigos, de futuro continuará a nos ajudar, afim de que estas bellas conquistas, para grande paejuizo da Patria, não voltem a cahir nas mãos da Hespanha, e tambem dirija os vossos corações e os da Assembléa dos XIX de forma que a cuidarem melhor duma cauza de tamanha importancia, evitando que de novo cheguemos a semelhante extremo.

Vosso obediente e leal servidor

Mauricio. CONDE DE NASSAU.

Antonio Vaz, em
Pernambuco, 4
de Agosto de 1639.

XIV

SENHORES.

Actualmente aqui nada ha que mereça vos ser escripto, a não ser que mais uma vez nos privaram dos meios com que poderiamos prestar serviços á Patria, tentando agora um bom golpe contra o nosso inimigo commum, e que, numa palavra: Nós aqui morreremos de fome!

Ha alguns dias o almirante sahio da Bahia, com tres grandes galeões e duas velas menores, afim de dar caça a quatro dos nossos navios que ali cruzavam: mas, foi atacada e tratado por tal forma que se vio obrigado a refugiar-se junto da costa, de onde fez signal para que os outros navios o fossem soccorrer, os quaes, porem, estavam tão avariados que foram forçados a procurar abrigo ao pé

das fortalezas, e os nossos teriam, sem duvida, se apoderado de alguns delles si não os tivésse surprehendido a noite.

A 15 de Setembro possado toda a frota hespanhola fez-se ao mar; os nossos navios contaram 21 grandes galeões e muitos navios ordinarios, aos quaes seguiram afim de ver que rumo tomavam, mas, perderam-nos de vista durante a noite, não voltando mais a descobril-os. A vista disto o nosso almirante deliberou reunir todos os navios e mantel-os juntos na espectativa de que os inimigos tentassem alguma couza contra estas conquistas.

Sendo já passados 23 dias desde que elles fizéram de vela da Bahia, crêmos firmemente que carregaram os seus navios com assucar, e regressaram novamente para a Hespanha. Sendo assim a occasião seria magnifica para emprehender alguma couza contra o inimigo. Mas, o que anteriormente ficou dito basta não só para nos fazer abandonar semelhante idéa, como tambem para demonstrar a extrema penuria e miseria em que estamos, conforme o Sr. van de Dussen, que aqui foi membro do Supremo Concelho Secreto, vos informará verbalmente, e o qual não podemos demorar por mais tempo aqui visto querer aproveitar-se desta opportunidade para retirar-se.

Nada mais tendo a communicar-vos assigno-me

Vosso obediente e leal servidor

Mauricio, CONDE DE NASSAU.

Antonio Vaz, em
Pernambuco, 8
de Outubro de 1639.

XV

SENHORES.

A ultima noticia, que vos enviei sobre a frota hespanhola, foi que a maioria dos navios estavam carregados com assucar, donde presumimos que houvéssem seguido para a Hespanha; mas, aconteceu que elles, antes da sua partida para Portugal, quizéram nos visitar, conforme po-

deis ver da relação annexa. Deus Omnipotente seja louvado e agradecido pela mercê que se dignou de fazer a este Estado, vos concedendo nestas regiões uma esplendida victoria. Queira o mesmo Deus Omnipotente continuar a permittir-vos um longo e prospero governo, emquanto eu permaneço

Vosso obediente e leal servidor

Mauricio, CONDE DE NASSAU.

Antonio Vaz, 28 de Fevereiro de 1640. (*)

XVIII

SENHORES.

Recebi com a devida reverencia a vossa carta de 19 de Maio ultimo, na qual vos dignastes de fazer-me a honra, não só de communicar-me que os serviços que, com a graça de Deus, prestei na ultima occasião contra a frota hespanhola, vos foram agradaveis, com o que muito me desvaneço, como tambem de determinar que eu continuasse no cumprimento dos meus deveres, podendo ficardes certos de que não aspirei nem aspiro a outra honra que não seja prestar a vós e á Patria bons e proveitosos serviços.

Depois da minha anterior as tropas de Luiz Barbalho têm-se fundido como gêlo, tanto pelo ferro como pela fome; elle proprio refugiou-se, com talvez metade da sua gente na Bahia.

O nosso vice-almirante Lichthaert chegou aqui a 16 de Março ultimo, tarde de mais para poder emprehender

---

(*) A esta carta acompanhavam a Relação da chegada e da partida da poderosa frota hespanhola do Brasil, e tres cartas escriptas em portuguez. A mencionada Relação acha-se no livro intitulado—*Kronieck van het Historische Genootschap*, pags. 515 a 529, ao passo que as cartas se encontram numa outra obra.

Nota do Copista.

contra a Bahia o que fôra prescripto, alem do que não tinhamos tropas sufficientes para tentar um assedio, e sobretudo haviamos recebido ordem dos XIX de enviar o mesmo Lichthaert com a frota ás Indias Occidentaes.

Comtudo realisamos um assalto á Bahia, com vinte navios e 2500 soldados, afim de tomarmos vingança dos damnos que Luiz Barbalho occasionou nas regiões por nós occupadas, e incendiamos e destruimos para sempre vinte e sete engenhos, alem de povoações e casas particulares. de sorte que na Bahia só restam oito engenhos, conforme podereis ver da carta annexa. A nossa gente matou alli todos os que lhe cahiram nas mãos, do mesmo modo por que elles nos pretendiam tratar, excepto as mulheres e crianças. Actualmente enviamos as nossas tropas para o interior para defeza dos engenhos, no cazo das tropas do inimigo pretenderem incendial-os ou damnifical-os.

Pouco depois da nossa frota sahir da Bahia, aportou alli o Vice-rei Dom Jorge de Mascarenhas com dezoito navios e 2500 soldados, segundo declaram os prisioneiros.

Junto com esta seguem os membros do Supremo Concelho Secreto, Srs. Mathias van Ceulen e Gysselingh, dos quaes recebereis informações completas com relação á situação de que me tenho occupado. Eu teria desejado bem que estes senhores tivéssem podido continuar por mais algum tempo na sua administração a prestar serviços, porquanto agora é que viéram a ter conhecimento perfeito das couzas, e tambem se portaram sempre com lealdade e sizudez em todas as occasiões. E como se approxima a epoca em que tambem eu devo ser substituido, vos dirijo muito humildemente o pedido de a tempo cuidardes numa pessoa que na épocha determinada possa vir occupar o meu logar, no que não duvidando permaneço

Vosso obediente e leal servidor

Mauricio, CONDE DE NASSAU.

Pernambuco, 11
de Setembro de 1640.

XVII

SENHORES.

Tive a honra de receber a carta que vos dignastes de me escrever, a 19 de Maio ultimo, communicando-me que vos fôra agradavel que Deus Omnipotente houvésse abençoado as vossas armas, no anno passado, contra a frota hespanhola.

Com grande pezar e desgosto tivemos que deixar passar este verão sem nada de notavel poder realisar em vosso serviço, porquanto depois da partida do tenente-almirante Jol e Lichthaert, temos apenas 8 navios da Companhia, 4 charruas fretadas e 3 hyates, os quaes, junto com os que agora nos chegaram da Patria e que aqui guarnecemos, enviamos a cruzar diante da Bahia sob o commando do coronel Koin, com ordem de, si visse alguma vantagem em ir á terra, fazêl-o afim de dar o que fazer ao inimigo nos seus proprios quarteis. O que o mencionado coronel effectuou podeis ver da sua carta que a esta acompanha (*Lettra* A). Do que succedeu á nossa frota nas Indias Occidentaes vos informarão as duas cartas annexas (*Lettras* B e C); logo que elle regressar procuraremos cauzar damno ao inimigo, si bem que então estaremos na estação das chuvas que nos trazem grandes embaraços.

Parece que esta e as anteriores expedições á terra dos nossos inimigos tiveram pelo menos como resultado, estar elle ficando cançado deste modo de guerreiar, por elle proprio primeiramente adoptado, e por isso procuraram encobertamente, por meio do clero, obter que fôssem restabelecidas as treguas e cessassem os massacres e incendios; neste sentido o mesmo clero nos apresentou um requerimento em nome de todos os habitantes deste paiz, o qual apostillamos dizendo que desde que o inimigo deixasse de incendiar os nossos cannaviaes e assassinar os pobres moradores, nós veriamos o que se poderia fazer sobre o assumpto; consenti igualmente que a sua gente mandasse o mesmo requerimento e a apostilla para Bahia, pelo meu clarim que para ali enviei afim de obter, por troca, a liberdade do major van den Branden e de outros

prisioneiros. Respondeu o Vice-rei que estava disposto a entrar em negociações, e sollicitou que de ambos os lados trocassemos refens, afim de ver se se podia restabelecer as alludidas treguas, como existia outr'ora, o que sendo por nós maduramente ponderado nos levou á convicção de que este paiz lucraria mais com a restabelecimento das treguas do que com a continuação dos incendios e ruina das propriedades, em parte porque o inimigo tem a vantagem de poder nos incommodar com pequenas partidas, alem de que os nossos moradores portuguezes na maioria são sympathicos a sua gente, a occulta e lhe fornece comida e o mais de que necessitam, e d'outra parte porque é de esperar que, a região ainda em poder do inimigo, venha, hoje ou amanhe, a ficar sob o vosso dominio, e que por isso com arruinal-a cauzariamos prejuizo a nós mesmos.

A vista disto achou-se conveniente enviar para lá os refens, tendo sido designados do nosso lado o tenente-coronel Henderson e o major Day, e havendo o Vice-rei me escripto que mandaria dous dos seus principaes officiaes; o que de futuro occorrer neste particular não deixará de vos ser communicado com toda a brevidade.

Ha algumas semanas o inimigo enviou varias pequenas partidas afim de incendiarem os nossos cannaviaes; mas, graças a Deus, pouco damno cauzaram, porquanto poz-se-lhes bôa guarda, e a maioria das referidas partidas já se retirou para a Bahia, de sorte que é de esperar que este anno a safra seja colhida sem estorvo.

Em diversas das minhas cartas anteriores tomei a liberdade de importunar-vos com negocios do meu interesse particular, isto é; com relação á minha retirada deste paiz; mas, como ainda não tive a honra de saber de qualquer resolução á respeito, vejo-me obrigado a lembral-o novamente, tanto mais quanto de dia a dia se approxima o praso; quero crêr, e peço muito humildemente, que não levareis a mal esta minha importunação, nem tão pouco suspeiteis que eu não esteja disposto a, depois della, servir á Patria; mas, peço-vos considerar que não só acceitei os cinco annos, que vos dignastès marcar-me para servir neste paiz, com grande satisfação, como tambem pro-

curo, no dominio das minhas forças, completal-os com toda a circumspecção e lealdade, e por isso desejo poder em tempo regressar, visto como a constituição deste clima enfraquece muito o corpo humano, e não podendo supportal-o por mais tempo, vejo-me forçado a deixar esta terra. Alem disto torna-se summamente necessario que vos apresente informações verbaes, sobre assumptos concernentes ao Estado, que por escripto não se podem bem tratar nem tambem confiar.

Esperando uma resolução favoravel a este respeito, sou

Vosso submisso, obdiente e leal servidor

Mauricio, CONDE DE NASSAU.

Mauritzstaet, no
Brasil, 10 de Janeiro de 1641.

Ao fechar esta chegou aqui no porto o tenente-almirante Lichthaert e Jol com 16 navios, muitos dos quaes, porem avariados e roidos dos vermes, não obstante o que empregarei todo o zelo afim de reparal-os com a presteza possivel para ir incommodar o inimigo.

A

Nobre e Excellentissimo Conde, Clementissimo Senhor; Igualmente Nobres, Honrados, Sabios e Discretissimos Senhores.

Depois que fizemos de vela do Rio Real, chegamos a 2 de Outubro diante da Bahia, onde cruzamos durante dous ou tres dias a bordo do navio *S. João;* mas, não podendo obter noticias da Bahia e havendo grande necessidade dellas, mandei durante a noite uma chalupa á terra junto de St. Antonio afim de vêr se podia pegar alguns pescadores; trouxe com effeito tres, dos quaes pude saber que o inimigo não ignorava ser o objecto na nossa expedição o morro de S. Paulo, e como tambem os navios já

se resentiam de falta d'agua, nos vimos obrigados a ir a Camamú afim de alli fazermos aguada; alli chegados dirigi-me com 200 homens para a povoação, onde a nossa gente ainda não tinha estado, e conquistamol-a depois de curta resistencia por parte dos habitantes, e incendiamol-a, bem como uma barca e uma caravela, ambas sem carga, e algumas outras cazas situadas nas vizinhanças; mandei igualmente partidas a examinar a região adjacente, as quaes acharam apenas muito poucas roças de mandioca, e tambem que os engenhos e as cazas em que a nossa gente esteve anteriormente estavam deshabitadas e abandonadas; feita a aguada, e considerando o pequeno proveito que poderiamos alcançar proximo á Bahia, resolvemos seguir para o Espirito-Santo, para onde fizemos de vela a 17, deixando diante da Bahia um hyate veleiro, afim de fazer com que os navios que viéssem do Recife permanecessem alli aguardando o nosso regresso, porquanto pretendiamos realisar a nossa viagem com a maxima presteza possivel.

A 26 chegamos diante da terra do Espirito-Santo, e verificamos nos acharmos duas milhas para o sul do rio; o vento soprava rijamente do norte e como tambem uma forte corrente nos arrastava para o sul, procuramos da melhor maneira ganhar novamente o largo bordejando. Na mesma noite desgarraram os navios *Eendracht* e *Morgenster*, tendo o bordo a companhia do major Pierre Le Grand e o capitão Schutt, bem como a meia companhia do major Haus, ao todo 250 homens.

A 27 aproamos de novo, com os cinco outros navios e 2 hyates, acima da entrada; vendo á tarde duas velas proximo da costa, para lá nos dirigimos verificando serem os navios *St. Laurens* e *St. Jan Baptist;* até noite esperamos pelos nossos outros dous navios, mas não os avistando, e tendo sabido dos navegantes que deviamos entrar no porto emquanto podiamos fazel-o, porquanto as correntes e o vento corriam com muita força para o sul, pelo que facilmenie poderia frustrar-se o objecto da nossa viagom, entramos na mesma noite no porto; deixamos ordem ao commandante do *St. Jan Baptist*, como conhecedor da barra, para que no dia següinte sahísse novamente ao mar.

afim de cruzar em busca dos nossos outros dous navios; o que elle fez.

Tendo entrado já tarde da noite e sendo a maré contraria não se me offereceu opportunidade de tentar qualquer golpe contra a cidadesinha; mas, vendo dous navios fundeados junto á ella, dirigi-me para elles na mesma noite com 2 hyates e 4 botes dos navios, e aprezei-os, não obstante de terra fazerem duas baterias violento fogo; achamos nestes dois navios quatrocentas e cincoenta e uma caixas de assucar; mas, estando um delles muito avariado em consequencia das balas que recebera, resolveu o commandante baldear as caixas para os outros navios.

No dia seguinte, 28 de Outubro, resolvemos dar um assalto á cidadezinha, com cerca de quatrocentos homens; mas, alli chegados, verificamos que a cidadezinha estava muito mais bem fortificada do que presumia-mos, tendo, 10 ou 12 dias antes, recebido da Bahia aviso da nossa chegada, pelo que augmentou as suas obras de defeza e pôde receber soccorro de brasilienses do Rio de Janeiro; desta sorte comquanto tivéssemos passado as trincheiras e nos achassemos dentro da cidadezinha, não nos foi possivel tomar o cimo do monte que haviam fortificado e armado com cinco peças, em parte devido á infelicidade de logo no começo ficarem feridos quasi todos os nossos officiaes, e doutra parte por terem os nossos soldados cumprido muito mal o seu dever, retirando-se por duas vezes, sem motivo, muito vergonhosamente, donde se infere que são todos recrutas, que na sua vida nunca viram o inimigo, e dos quaes poucas vantagens ha que esperar, conforme já tive occasião de, do Rio Real, communicar a V. Exas. A visto disto vimo-nos obrigados, depois de pelejar tres horas e meia, a abandonar a cidadezinha, que mandei incendiar em dous ou tres pontos; mas, como as casas fossem de pedra e cal e houvésse perfeita calmaria o fôgo não pegou, de sorte que fomos obrigados a nos retirarmos, abandonando a esperança dos despojos que alli havia.

Os mortos e feridos foram os seguintes: major Haus e capitães Tack e Debitz, feridos; capitães Wolff e La Main, mortos em consequencia de ferimentos; o meu ca-

pitão-tenente e os tenentes dos majores Mansfeld e Haus. feridos; o tenente do capitão Debitz, morto; o tenente do capitão Tack e o alferes do capitão Wolff, feridos; o alferes do capitão Tack e o meu, mortos em consequencia de ferimentos; dos soldados foram mortos sessenta e feridos oitenta.

Os officiaes feridos acham-se quasi todos restabelecidos, excepto o alferes do capitão Wolff que segue para o Recife; os soldados estam tambem na maioria curados, e o resto que não pode prestar serviços é transportado para ahi por este hyate;

No dia seguinte procuramos um ponto para fazer aguada e tambem alguns refrescos para os feridos; mas, encontramos o logar entrincheirado e guarnecido por brasilienses e alguns moradores, o cujo logar fomos no outro dia tomar e alli nos abastecemos d'agua, não encontrando, porem, refresco.

A 30 chegou junto a nós o navio *Enckhuysen* trazendo alguns viveres.

Os nossos brasilienses não foram comnosco á terra, porque não havia embarcações sufficientes para transportal-os; não nos podiam tambem prestar serviços na peleja, devido a terem perdido quasi todas as suas escopetas no Rio Real, e não haver outras, si bem que o commissario as tenha requisitado; ha igualmente entre os soldados muitas espingardas estragadas, pelo que rogo a V. Exas. queiram se dignar de providenciar para que, na primeira opportunidade, nos sejam enviados mosquetes e escopetas; sou igualmente de opinião que fòra melhor que V. Exas. determiuassem o regresso dos brasilienses, que estão morrendo e perecendo, devido a não estarem acostumados ao mar; os nossos soldados tambem não poderão supportar mais por muito tempo as fadigas desta jornada, pois começam a experimentar as consequencias das privações soffridas no Rio Real, e ha sete mezes que não recebem carne fresca nem quaesquer refrescos, pelo que se acham, na maioria, descoraçoados e desanimados, conforme mesmo deixam perceber.

A 3 chegou o navio *Eendracht*, referindo não ter avistado o navio *Morgenster,* e que devido aos ventos e

correntes contrarias não tinha ha mais tempo podido entrar; a *Eendracht* deu caça a uma caravela, que encontrou em frente á barra, a qual deu á costa e donde nada poderam tirar porque, depois de bater quatro ou cinco vezes no fundo, fez-se em pedaços.

A 8, tendo provido os nossos navios d'agua e do mais necessario, e comprehendendo que com esta gente nada era possivel ainda tentar, resolvemos levantar os ferros e proseguir de novo a nossa viagem; ao chegarmos, porem, á fóz do rio o vento se nos tornou contrario de sorte que os tres navios grandes, *Enckhuysen*, *Haerlem* e *St. Laurens*, tiveram que reentrar, com grande perigo, no porto, e aos quaes acompanhamos com as outras embarcações, esperando por vento propicio até o dia 18, quando emfim começou a soprar e nos fizemos ao mar.

O navio *St. Juan Baptist*, que deixaramos cruzando em frente da barra, foi ainda avistado dous dias antes da nossa sahida; mas, depois que sahimos não foi mais visto; parece ter sido arrastado para o sul pelo que não pode vir ter comnosco; mas, tem instrucções para reunir-se a nós na altura da Bahia, e assim esperamos encontral-o qualquer dia.

A 15 pela manhã, achando-nos bastante ao largo, avistamos duas velas e verificamos serem o *Krabbe* e o *Geele Hope*, que nos disseram terem os outros dous navios se apartado delles e pelo que presumiam que já se tivéssem reunido a nós; presentemente, a 6, nos achamos na altura da Bahia, a 80 milhas de terra, e resolvemos aproar para lá, afim de esperar os nossos navios, que ficaram ainda atraz, cruzando alli, e depois seguirmos para uma ou outra das aguadas; entretanto, não esquecerei de deixar um navió ou hyate diante da Bahia ou na altura della, aguardando qualquer ordem que V. Exas. se dignarem de me enviar, e a qual fico esperando.

Quando ao assucar baldeado para os navios, sou de parecer que o mais conveniente será passal-o para duas charruas e, ao terminar o praso do seu fretamento, mandal-o para o Recife.

Da galeota que deixei no Rio Real ainda não tive noticia; tem a bordo a meia-companhia do Capitão Claes

Thyszoon, forte de 17 ou 18 homens, e a outra metade acha-se no hyate *Black*, que ficou cruzando diante da Bahia.

Pelos ultimos navios não recebemos vinho, de que temos grande necessidade, porquanto desde que partimos do Rio Real, não temos podido destribuir mais do que um quartilho por semana a cada homem, e actualmente só ha muito pouco ou quasi nenhum vinho a bordo da frota, pelo que se torna muito urgente provel-a.

Isto é o que me pareceu necessario levar ao conhecimento de V. Exas; comquanto esperasse poder fazer desta viagem um mais feliz relatorio, a má sorte m'o impedio, mas, supponho que terminará agora. Sem assumpto para mais recommendo V. Exas. á protecção do Altissimo, e permaneço, Nobre e Excellentissimo Conde, Clementissimo Senhor, e Nobres, Sabios, Previdentes e Discretissimos Senhores

De V. Exas.

criado submisso

H. V. Koin, *Coronel.*

A bordo do navio *Overyssel*, 6 de Dezembro de 1640.

B

Nobre Conde. Clementes Senhores.

MEUS SENHORES.

Tendo sido resolvido enviar o hyate *Tyger* a Pernambuco, afim de avisar V. Exas. do que comnôsco tem succedido, não quiz deixar de particularmente cumprimentar a V. Exas. com uma cartinha, não obstante ter que escrever o que só poderá ser lido com desagrado, isto é: o mau resultado da nossa expedição ás Indias Occidentaes.

A 14 de Julho fizemos de vela da costa do Brasil, chegamos, com toda a frota diante de Havana, a 1· de

Setembro, e desde este dia até 28 do mez permanecemos cruzando entre Havana e as Ilhas de Sotavento; mas, não avistando uma só vela inimiga, dividimos os nossos navios em tres esquadras, deixando tambem hyates de guarda e outros proximos da costa, não só para impedir a entrada aos hyates e barcas do inimigo, como tambem para procurar aprisionar alguns pescadores ou outra gente de terra, de quem podessemos obter alguma noticia sobre a *Frota da Prata;* conseguiram com effeito trazer alguns prisioneiros, mas delles poucas informações alcançamos sobre a citada frota, não obstante termos empregado todos os meios devidos e precisos para fazel-os fallar; tudo foi debalde. Assim devemos repetir o Psalmo que diz: «Se o Senhor não edifica a caza, em vão se tem posto ao trabalho os que a edificam» (Ps : 126, V. 1.) porque tudo depende da benção de Deus.

Alem disto tivemos ainda, para nosso grande pezar, que deixar atraz seis navios e um hyate, que, devido ao mar grosso e ao forte temporal, que nos assaltou nos dias 12 e 13 de Setembro, não só desgarraram do frota, como tres d'entre elles, a saber *Alckmaer*, *Keyserinne* e o hyate *Cattinbão*, foram arremessados á costa e feitos em pedaços, cahindo as suas tripolações em poder do inimigo.

Os quatro outros, *Nassau*, *Bull*, *Haes* e *Graef Ernestus*, não sabemos onde ficaram, de sorte que nada podemos com segurança dizer a seu respeito.

Depois de ainda termos permanecido nos citados logares durante alguns dias, nos vimos forçados (como estava sufficientemente demonstrado não haver esperança da *Frota da Prata* sair este anno, e sendo para receiar diariamente mais fortes nortadas) a nos dirigirmos d'alli para a bahia de Matanzas, afim de fazer aguada e procurar refrescos para a nossa gente, e d'alli regressarmos de novo para o Recife de Pernambuco.

Não só nada conseguimos pescar, como ficamos com as rêdes rasgadas. Entretanto o Senhor póde novamente nos compensar destas perdas: «Elle fére e a sua mão faz sarar.»

Estas más noticias não as podia occultar a V. Exas., mas, sim devia succintamente communicar-lh'as, porquan-

to do relatorio geral, que a esta acompanha, verão V. Exas. tudo por miudo.

Nobre Conde, Clemente Senhor, recommendo V. Exa. á mercê do Altissimo, sendo e permanecendo de

V. Exa.

submisso e dedicado criado

J. C. LICHTHARDT.

A bordo do navio *Emilia*,
saindo da Bahia de Matanzas,
7 de Outubro de 1640.

C

Nobre Conde, Clemente Senhor. Nobres, Honrados, Sabios e Previdentes Senhores.

De accordo cam a determinação de V. Exas. não quizemos deixar de enviar na frente o hyate *Tyger*, afim de avisar V. Exas. da nossa proxima chegada e communicar a nossa situação.

A projectada empreza não póde realisar-se por não ter sahido ao mar a frota hespanhola; alem disto prouve ao Deus dos exercitos enviar-nos do norte, a 12 e 13 de Setembro, uma tempestade, na qual se perderam os navios *Alckmaer* e *Keyserinne* e o brulote *Cattinbào*, que naufragaram nesta costa e cujas tripolações estão prisioneiras em Havana.

Os navios *Nassau*, *Ernestus*, *Bull* e *Haes*, desgarraram tambem durante a tempestade; mas, é de esperar que tenham transposto o Canal de Bahama e se achem do novo em segurança.

O navio *Maeght*, sendo um dos mais velhos e de que poucos serviços seriam de esperar ahi no Brasil, enviamos com noticias para a Patria, e o hyate *Schop*, que fazia muita agua e por isso se tornou improprio para voltar ao Brasil, deixamos aqui afim de ser reparado; com os demais navios, tripolados por 690 soldados e 938 marinheiros, regressamos de novo para o Brasil, e queira Deus nos conceder uma feliz e rapida viagem.

Quanto á remessa do navio *Maeght* para a Patria, e o concerto do hyate *Schop*, a occasião não permitte descer a minudencias, bem como sobre tudo o mais que se passou nesta viagem; mas, V. Exas. poderão inquerir a respeito o portador desta, o capitão do hyate *Tyger*, e terão, por occasião da nossa chegada informações completas; e, terminando esta aqui, imploramos a Deus Omnipotente que conceda a Vós, Nobre Conde e Clemente Senhor, e a Vós, Nobres, Honrados, Sabios e Previdentes Senhores, prolongada saúde e abençôe o vosso governo.

De V. Exas.
muito obedientes criados

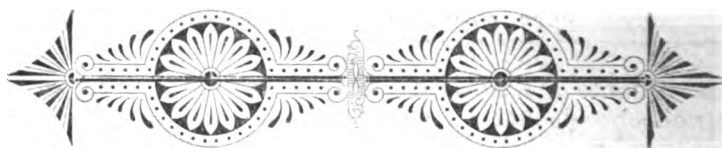
C. C. Jol.
J. C. Lichthardt.

A bordo do navio *Salamander*, 6 de Outubro de 1640, na Bahia de Matanzas.

(continúa)

PROBLEMAS

Historico-geographicos

III

O marco de Iguarassú

Esse precioso monumento archeologico, encontrado em terras do engenho Nazareth da comarca de Ignarassú, é de marmore branco e se acha hoje ennegrecido pelo tempo; tem a forma de uma columna ou pilar cylindrico, em cuja parte superior sobresáe um escudo, que é encimado por uma corôa e no qual se destacam ainda em alto revelo alguns dos sete castellos, os cinco escudetes e um certo numero de arruelas ou besantes.

Nenhuma data nelle se observa, que indique a epocha, em que fôra alli assentado.

Entretanto não póde soffrer a menor duvida de que a sua collocação, no lugar em que foi descoberto, remonta ao anno de 1534 ou 1535, e que servia para assignalar a divisão das capitanias de Pernambuco e Itamaracá.

Consta effectivamente das cartas de doação, passadas em favor de Duarte Coelho e Pero Lopes de Souza, haver disposto, para esse fim, D. João III que, a 50 passos da casa da feitoria, levantada por Christovão Jacques, se puzessem padrões com as armas reaes.

Assentados estes, ficou conhecido o lugar por sitio dos *Marcos* e este nome ainda figurava, um seculo depois, na epocha da dominação hollandeza, como ponto di-

visorio entre Pernambuco e Itamaracá, o que se vê não só de um relatorio apresentado por J. Mauricio, Van Ceulen e Van der Dussen, como da carta geographica das duas capitanias, que se acha junta á obra de Barleus.

Si pois no seculo XVII existia, como hoje, com o nome de *Marcos*, uma localidade, no littoral de Iguarassú, si dos escriptos e mappas daquella epocha se evidencia que por esse lugar passava exactamente a linha divisoria das duas capitanias, é visto que o padrão real ahi encontrado e que enriquece hoje o museu do Instituto Archeologico assignalava o limite de uma dellas e por conseguinte devia ter sido assentado em 1534 ou 1535.

Occupando-se desse marco, quando o visitou em 1871, em commissão do Instituto Historico de Goyanna, o Dr. Francisco Manuel Raposo de Almeida contesta que elle fosse alli erigido para dividír as capitanias de Pernambuco e Itamaracá e funda-se, para assim opinar, em que, determinando D. João III que os padrões divisorios fossem assentados a 50 passos da feitoria de Christovão Jacques, verificára elle estar o marco descoberto a mais de 1,500 braças do lugar em que existira esse estabelecimento.

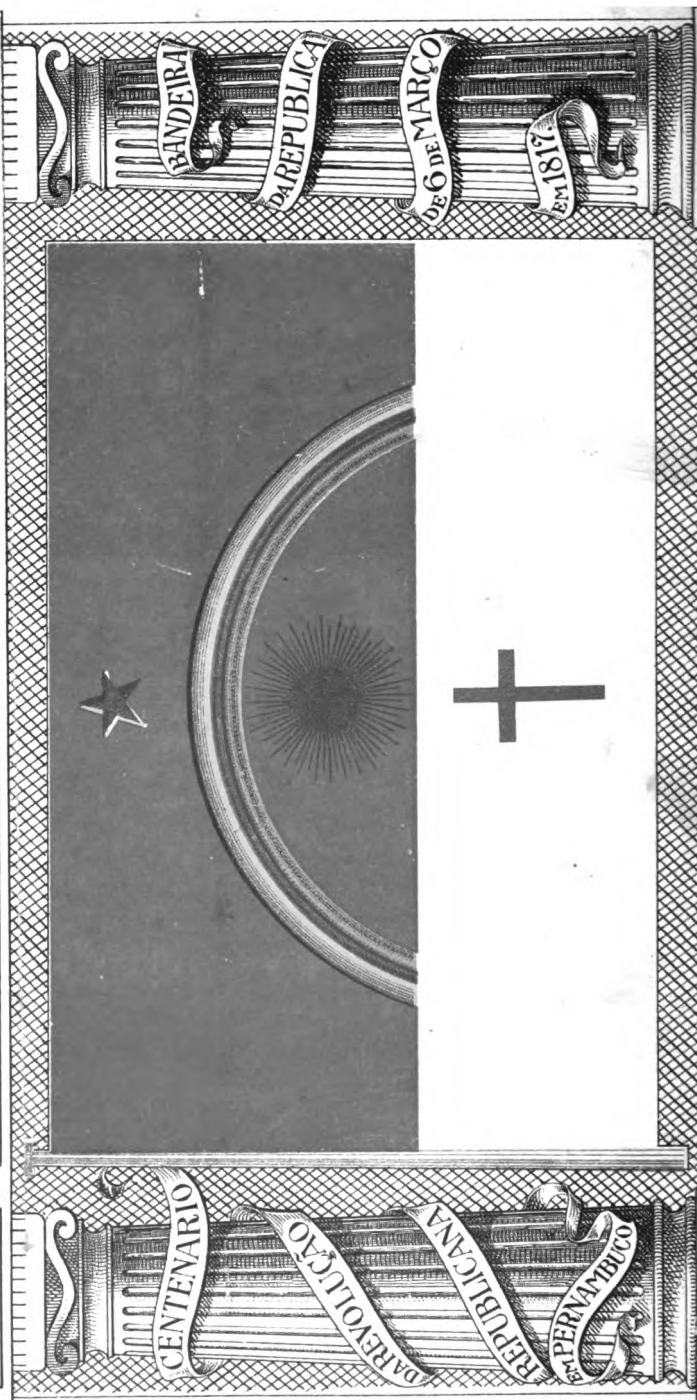
Mas essa opinião do illustre litterato nasce sobretudo do facto de dar elle por admittido que aquella feitoria ficava á margem esquerda do rio Iguarassú, perto da foz; o que é de todo o ponto inexacto, porque, como se conclue das respectivas cartas de doação, fòra ella levantada muito mais ao norte e portanto mais proximo do marco, á margem do canal, que cerca em redondo a ilha de Itamaracá, separando-a do continente, o que é muito differente do rio, que vae ter a villa de Iguarassú; sendo que por esse canal a dentro e ao longo da costa é que se deve contar os 50 passos, de que fallam as cartas de doação.

E si é improcedente, por esse lado, a argumentação do Dr. Raposo de Almeida, não o é menos, quando procura provar que o marco em questão fôra alli collocado em 1503.

Funda-se elle para assim pensar em que a corôa, que cobre o escudo, n'esse padrão, se assemelha muito a de que usava D. Manuel.

Mas, além do que essa semelhança não é tão pronunciada como parece ao distincto escriptor, o que é facil de se verificar na *Historia de Portugal* de Faria e Souza, accresce que os padrões levantados pelos primitivos exploradores do nosso littoral eram tambem assignalados pela esphera armillar de D. Manuel e esse distinctivo, que aliás o Visconde de Porto Seguro affirma existir em todos elles, não se observa no marco descoberto em Iguarassú.

Devesse este, com effeito, representar um symbolo de posse do Brasil, ahi levantado em 1503 e teria sido chantado de preferencia no alto da ilha de Itamaracá, porque, como refere Ayres do Casal na sua *Chorographia Brasilica*, os padrões que então se assentaram foram collocados nos *sitios mais azados para serem vistos;* e não satisfaria a esse fim um marco como o que se descobriu, plantado no littoral de Iguarassú, a uma legua da barra e tendo de permeio aquella ilha.

J. B. REGUEIRA COSTA.

BRAZIL
1817-1917
CENTENARIO
DA REVOLUÇÃO
REPUBLICANA
EM PERNAMBUCO
BANDEIRA
DA REPUBLICA
DE 6 DE MARÇO
EM 1817.
100
REIS
CORREIO
100
REIS

A Bandeira da Republica

DE

1817

A revolução pernambucana de 1817 não foi sómente o primeiro movimento franco, definido e vigorôso em prol da Independencia, como, apesar da sua vida ephemera, apresentou quasi todos os caracteristicos de uma completa organização politica.

Abolindo de golpe a realeza, os republicanos cuidaram tambem logo na substituição dos seus emblemas.

O pavilhão nacional era então a bandeira conferida ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, pelo decreto de 13 de Maio de 1816 — branca, tendo no centro as armas da União, isto é, o escudo das armas de Portugal e Algarves sobrepôsto ás armas do Reino do Brasil e por timbre a corôa real. (1)

Os officiaes e soldados rebeldes, arrancando das barretinas as armas reaes, retiraram-nas igualmente da bandeira que, nos primeiros dias da revolução, foi arvorada toda branca, a lembrar o estandarte dos Bourbons.

Segundo Tollenare não foi o accazo que determinou a adopção desta insignia provisoria: tinha por fim tornar

---

(1)—*Eduardo Prado.* — A Bandeira Nacional.— *São Paulo*, 1903, pag. 17.

menos brusca a transição e apresentavam-na como symbolo de intenções pacificas; aliás, accrescentou, era a bandeira com que os fortes do Recife annunciavam, havia muito tempo, o apparecimento de navios na costa e as embarcações vindas de fóra, vendo sempre o signal acostumado. entravam sem desconfiança; era isto o que justamente se queria, porquanto havia falta de viveres na cidade e se receiava que o aspecto de uma nova bandeira assustasse os que os traziam. (2)

A crêr no citado contemporaneo os membros do Governo Provisorio cogitaram de principio em adoptar a tricolor franceza; inquirindo porém da sua interpretação e informados de que exprimia a reunião dos tres estados, regeitaram-na. (3)

Assentaram então na organização de uma bandeira propria a concretizar de modo assás expressivo as aspirações da nascente nacionalidade.

Não é desarrazoado suppôr que o P.[e] João Ribeiro Pessoa tenha sido quem presidisse á escolha e á disposição das côres e dos symbolos da nova insignia e—habil professor de desenho como era—até mesmo houvésse fornecido algum esboço ao artista incumbido de sua elaboração.

Esta foi confiada ao pintor Antonio Alvares, pardo fluminense de notavel talento, que na occasião se achava no Recife e executou a oleo os retratos dos chefes republicanos, telas a cujo numero talvez pertença o retrato de Domingos José Martins, ou, mais provavelmente, o de José Luiz de Mendança, conservados ambos na galeria do *Instituto Archeologico.*

O original do desenho da bandeira, então traçado a aquarella por Antonio Alvares, ainda existe actualmente: subtraido dos autos da devassa, figurou na Exposição de

---

(2).—*L. F. de Tollenare.*—Notas Dominicaes.—Recife. 1905, pag. 188, — *He a bandeira franceza*, disse ao Autor um soldado rebelde. pag. 203.

(3).—*Loc. cit.,* pag. 205.

Historia do Brasil, de 1881 n.º 20075) e deve parar hoje na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

E' perfeitamente identico á estampa que acompanha este artigo e conforme á seguinte descripção de Varnhagen: « A bandeira era bicolôr, azul escura e branca, sendo as côres partidas horizontalmente; a primeira em cima e esta por baixo, e tendo, no rectangulo superior azul, o arco iris com uma estrella em cima e o sol por baixo, dentro do semicirculo; e no inferior, branco, uma cruz vermelha. » (4)

Approvado o desenho foram as bandeiras mandadas fazer pelo alfaiate José de O' Barbosa, capitão de milicias pardas e *mestre peritissimo*, que, auxiliado por seu irmão Francisco Dornellas Pessôa (5) as executou primorosamente, todas de seda e compostas de pequenos retalhos d'esta fazenda para representar não só o colorido como o desenho dos emblemas. (6)

Assim, «apromptadas as bandeiras necessarias, diz Muniz Tavares, foi determinado o dia para a benção, e consignação aos respectivos regimentos. Era o dia 21 de Março, e foi o campo do Erario o lugar escolhido para a solemnidade deste acto religioso e politico. Alli ás 8 horas da manhã achava-se já desfilada toda a tropa de primeira linha, e milicias, com a musica em frente, que por intervallos fazia-se ouvir; no centro do campo tinha sido erecto hum decoroso altar, sobre o qual collocarão-se as bandeiras. O altar estava voltado para o Oriente; o Sol reflectindo sôbre elle os seus luminosos raios, parecia ensinar aos circumstantes a recorrer ao verdadeiro Sol de Justiça, d'onde provem o unico seguro auxilio. Ao pé do altar com devota compostura estava o Deão da Cathedral revestido dos paramentos sagrados, e assistido pelo Clero da Parochia de S. Antonio em sobrepeliz; do lado do Evangelho comparecião os cinco membros do Governo Pro-

(4).—Historia Geral do Brasil, 2.ª ed.—*Rio de Janeiro,* 1878, pp. 1133-1134.

(5).—*P.ᵉ Dias Martins.*—Os Martires Pernambucanos.—*Pernambucanos*, 1853, pp. 74 e 314.

(6).—*Pereira da Costa.*—Diccionario Biographico.—*Recife*, 1882, pag. 599.

visorio com a Camara do Recife; a' multidão do povo occupava o resto da superficie.

« Recitadas as preces que o ritual Romano prescreve para aquella cerimonia, o Deão alçou uma das bandeiras, e dirigindo-se aos soldados fallou-lhes deste modo: « *In hoc signo vinces.* O nosso pai que está nos Céos, creou livres todos os homens; o espirito das trevas introduzio gaz infernal na alma dos malvados: estes ligarão os braços dos seus irmãos, armaram-se de azorrague, e chamarão-se Principes absolutos. Desde então a creatura não pôde mais erguer as mãos ao Firmamento para supplicar ao Creador, a sua face contristada abaixou-se á terra, chorou. O scelerado manifestou desde o principio a reprovada sua origem, e abertamente mostrou que era filho de Satanaz: reunindo a hypocrisia á iniquidade occultou debaixo de uma Corôa á marca de Caim impressa sobre sua fronte, ungio com o santo Chrisma os seus cabellos, e disse: *Eu venho da parte de Deus.* Blasphemia! O Senhor fallou a Samuel: Esta será a razão do Rei: *se apoderará dos vossos filhos, e filhas, dos vossos campos, das vossas lavoiras;* e accrescentou: *hum dia vós gritareis por causa do vosso rei, e eu não ouvirei porque o tendes eleito.* Os escravos voluntarios pesão ao mundo e a Deus. Nós não elegemos Principes, nós o combateremos, o perseguiremos até que entre no Inferno, donde o antigo inimigo do genero humano o extrahio. Se as Provincias deste vasto continente vos abandonarem, (o que o Omnipotente não permitta) será inteira a vossa gloria, inteira a infamia dos cobardes, que vos abandonárão, e quando nos inexcrutaveis arcanos da Providencia fôsse decretado que succumbissemos, será esplendido o vosso sepulchro, por que ultimos cedemos, por que sós ousamos resistir.

« *In hoc signo vinces!* Do alto gritou a voz a Constantino Imperador, e lhe foi mostrada a Cruz resplandecente nos Céos como documento de victoria: *in hoc signo vinces!* Exclamo eu tambem apresentando-vos este sacro-santo Estandarte, e confiando-o nas vossas mãos: seguí-o; elles vos conduzirá ao caminho da honra, da independencia, e da liberdade.

« Não vos excitarei a ser valorosos, vós já o sois, o

mundo vos conhece; duas coisas sómente vos recommendo, *disciplina e união:* a disciplina he a origem dos grandes feitos; a união he a fonte de todos os bens, e o vehiculo exclusivo da força dos Estados.» (7)

Terminada esta allocução, em meio de estrepitosas ovações, o Deão, D. Bernardo Luiz Ferreira Portugal, desceu do altar e entregou as bandeiras ao Governador das Armas Domingos Theotonio Jorge, o qual «conjunctamente com os outros membros do Governo, por entre festivos vivas da multidão, foi consignar huma a cada hum dos Chefes dos regimentos, que ahi se achavam; e estes, com os Officiaes, e soldados jurarão não as abandonar jamais.»

Este espectaculo da benção e entrega das novas bandeiras deve ter sido realmente tão pittoresco quão emocionante, e a sua perpetuação, em uma grande téla historica, é assumpto dos mais dignos de tentar o pincel de um artista nacional, sobretudo considerada a abundancia da documentação necessaria: além do desenho authentico da bandeira e da precedente descripção da cerimonia, por Muniz Tavares, existem excellentes elementos de composição na gravura quasi contemporanea do Campo do Erario, do livro de Henderson, nos numerosos retratos dos principaes assistentes, e nos grupos de militares e de populares das estampas de Bradford, Chamberlain, Martius, Debret e Rugendas.

O sello da republica foi constituido com os mesmos symbolos da bandeira tendo em derredor a inscripção— SALUS POPULI * PERNAMBUCO. (8)

Frequentemente descripta e mais de uma vez representada em gravura, é notavel a discrepancia que entre si apresentam estas differentes descripções e desenhos da bandeira da republica de 1817.

Entre os contemporaneos, que certamente a viram, Tollenare delineou fielmente os seus esmaltes e figuras (9), e a sua descripção, divulgada por Ferdinand Denis (10),

---

(7).—*F. Muniz Tavares.*— Historia da Revolução de Pernambuco em 1817.—2.ª ed.—*Recife*, 1884, pp. 99-101.

(8).—*Varnhagen, loc. cit.*

(9).—*Loc. cit.*

(10).—*Le Brésil*, *Paris*, 1839, pag. 283.

foi judiciosamente adoptada por Varnhagen (11) e por Mello Moraes (12).

Não só combina perfeitamente com a aquarella de Antonio Alvares, como só discrepa, em trazer uma estrella em vez de tres, do desenho que, para os Estados Unidos, levou o enviado republicano Antonio Gonçalves da Cruz Cabugá.

Este facto aclara-se, porém, se attendermos a que o augmento das estrellas symbolizava as adhesões das capitanias vizinhas ao movimento pernambucano.

Ao desenho levado por Cabugá, e ainda hoje conservado no archivo da Secretaria dos Negocios Estrangeiros, de Washington, acompanham as seguintes explicações em inglez:

« As tres estrellas representam os estados de Pernambuco, Parahiba e Rio Grande do Norte que, segundo as ultimas noticias (5 de Abril) compunham a confederação para a liberdade e independencia. Quando as restantes provincias do reino do Brasil houvérem adherido á confederação, outras estrellas seram collocadas em volta do arco-iris.

« O arco-iris tem tres côres, denotando paz, amizade e união, que a confederação offerece aos Portuguezes Europeus e aos povos de todas as nações que viérem pacificamente aos seus portos ou porventura residam nella.

« O sol significa que os habitantes de Pernambuco são filhos do sol e vivem sob elle.

« A cruz allude ao nome de Santa Cruz dado ao Brasil na épocha do seu descobrimento. » (13)

Muniz Tavares diz: « Erão azul e branco as côres tanto do laço quanto da bandeira; esta dividida horizontalmente em duas partes *iguaes,* continha no meio da parte branca huma Cruz vermelha indicando ser o Brasil consagrado a aquelle precioso stigma da humana redempção: na outra parte apparecia recamado o Sol em todo o seu

---

(11).—*Loc. cit.*

(12).—*Brasil Historico,* Vol. II, pag. 41.

(13).—Desenho e explicações communicadas ao *Instituto Historico Brasileiro* pelo Dr. J. A. Ferreira da Costa e reproduzidos no Tomo LVI, pag. 122, da respectiva *Revista.*

esplendor, como constantemente mostra-se na região Equatorial, e rodeado de tres estrellas, simbolo das Provincias insurgidas »(14). Não falla no arco-iris.

O autor dos *Martyres Pernambucanos*, outro contemporaneo, registrou, em 1 de Abril de 1817; « Bando solemnissimo, convidando todas as classes do povo, para no dia seguinte assistirem á benção das novas bandeiras no Campo da Honra: constavão ellas do arco-iris, tendo *sobreposto* o sol, e sotaposta a cruz, occupando a parte inferior do campo branco; e por baixo da cruz as iniciaes: — S. P. S. L. E. » (15). Não allude ás estrellas.

Mello Moraes, além do desenho sem texto da bandeira e do sello, reproduzidos no Vol. II, pag. 41, do *Brasil Historico*, consignou ainda, no Vol. I, pag. 174, da *Historia do Brasil Reino e Brasil Imperio*, uma carta, escripta de Pernambuco para o Rio de Janeiro, por um Portuguez a outro seu amigo e compatriota, resumindo os factos da revolução, como testemunha presencial dos acontecimentos.

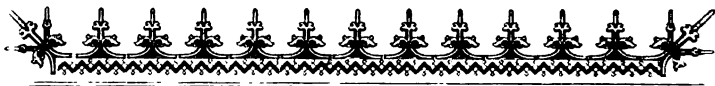
Nesta carta encontra-se o seguinte trecho: «Raspárão as corôas, tirárão os quadros de Suas Magestades, e formárão bandeira chamada republicana. Era um quadro dividido horizontalmente; a parte de cima, em campo azul escuro, uma estrella em cima, e um arco-iris: por baixo o sol, não sei se, pondo-se ou se nascendo.» Esta descripção é accorde com a de Tollenare.

Dos modernos, Pereira da Silva, com a negligencia habitual, affirmou ser a bandeira « de côres brancas e azues com uma grande cruz vermelha no centro » (16).

Em compensação são fieis os desenhos reproduzidos no periodico fluminense *A Luz*, de 1872 (Vol. I, pag. 305), e na Revista *Diabo a Quatro*, do Recife, de 9 de Março de 1879.

ALFREDO DE CARVALHO.

---

(14).—*Loc. cit.*, pag. 99 (2.ª edição).
(15).—*Loc. cit.*, pag. 55.
(16).—*Historia da Fundação do Imperio Brasileiro*, Vol. IV. pag. 162.

DOCUMENTO IMPORTANTE

Doação que fez Jorge de Albuqverque Coelho, 3° Capitão e Governador desta Capitania de Pernambuco aos Padres de S. Bento para poderem fundar Mosteiros em toda a dita Capitania.

Considerando eu Jorge de Albuquerque Coelho, 3° Capitam e Governador da Capitania de Pernambuco da nova Lusitania, nas partes do Brasil por El-Rey nosso Snr. etc. etc., nas muitas e mui grandes mercês que me Deos tem feito, assim em me livrar de muitos e mui grandes naufragios, que passey no mar, como das guerras e trabalhos que passey na Conquista da dita minha Capitania de Pernambuco e em outras partes e assim em me livrar da batalha, que El-Rey Dom Sebastião deo em Africa aos Mouros inimigos da Fé, ficando estirado no Campo em que se deo a dita batalha, onde escapey milagrosamente emfim, tam destroçado de muitas e mortaes feridas, que na dita batalha me deram, que foram cauza de andar perto de quatorze annos sobre duas moletas ou encostado em dous criados e por entender as muitas e mui grandes mercês que me nosso Snr. tem feito em me livrar de tantos perigos e trabalhos, me parece razam, que em louvor de tantas mercês quantas me nosso Snr. tem feito, tenho obrigaçam para fazer a Deos os mais serviços que podér com favorecer e ajudar aos Religiosos e Religiosas para que vam fazer muitos Mosteiros a dita minha Capitania

de Pernambuco, como já com ajuda do nosso Snr. estam feitos alguns Mosteiros assim de Frades de S. Francisco, Capuchos da Provincia de S. Antonio d'este Reino de Portugal e um Collegio dos Padres da Companhia de Jesus e Frades de nossa Senhora do Carmo, e agora pela devoção, que tenho ao bemaventurado Sam Bento, faço o que posso para que os Frades de sua Ordem vam fazer muitos Mosteiros a dita minha Capitania e para que melhor o possão fazer tenho dito ao Padre Geral da Ordem de S, Bento o que por esta minha provisão torno a ratificar, que na dita minha Capitania, nas Villas e Lugares della, em que quizerem fazer Mosteiros, lhes mandarei dar Sitio e chãos que lhes for necessario para poderem fazer o dito Mosteiro, com sua Capella Mór, Sachristia, Igreja e todas as mais Officinas necessarias, tudo feito de novo assim como se costuma neste Reino de Portugal, e Lugar em que possão fazer Pomar e horta, e para ajuda de cada mosteiro que fizerem na dita minha Capitania lhes mandarei dar quinhentos Cruzados, os quaes uma pessoa, que me servir de feitor e procurador, mando que lhes ajude a arrecadar das dividas, que me devem na dita minha Capitania algumas pessoas e aos ditos Religiosos se quizerem procuraçam para por sua via as arrecadarem mandarlha hey fazer.

Das duas Legoas de terra do meu Reguengo, que tenho do Rio do Histimo a par do Cabo de S. Agostinho, hey por bem dar aos Frades e Religiosos da Ordem de S. Bento, que forem a minha Capitania fazer e edificar Mosteiros para viverem nelles, fazendo-o assim das ditas duas Legoas lhes faço doaçam de uma Legoa de Largo por Costa, que será a que ficar da banda do Norte e quatorze pela terra a dentro, para que nas primeiras sete Legoas que houver da praya e costa do mar pela terra dentro sejão obrigados da factura deste despacho a cinco annos a fazer uma Villa com seu Castello ou Fortaleza, e dentro na villa ou de redor della farão um Mosteiro para o que tomarão uma legoa das ditas sete, em que façam a dita Villa com suas Praças e Rocios e Fortaleza e Mosteiro, e quatro Legoas ficarão aos ditos Religiosos para nellas poderem fazer as suas bemfeitorias e grangearias e serão

obrigados a me pagar dez mil réis de foro em cada um anno por cada Legoa de terra por lhes dar estas terras de meu Reguengo, fazendo a dita Villa e Fortaleza e Mosteiro dentro em cinco annos e não o fazendo pagarão por cada Legoa de terra vinte mil réis e as duas Legoas com que se prefazem as ditas setes se darão e repartirão pelos moradores e mais pessoas que forem ajudar e povoar a dita Villa e terras e havendo nas quatorze Legoas de terra, que lhes dou, alguma Ribeyra ou Ribeiras de agua, em que possam fazer engenhos de agua, hey por bem darlhes licença que os possam fazer, e assim todos os engenhos e trapiches que poderem fazer, com obrigaçam, que por cada engenho de agua que fizerem nas ditas terras as pessoas que os fizerem serão obrigados a me pagar cada um anno, a mim e aos herdeiros e successores da minha Capitania, duzentos Cruzados por cada engenho de agua que fizerem, quer faça muito assucar quer pouco, e por cada engenho e trapiche pagarão de foro cada um anno cem cruzados, e por cada Legoa de terra pagarão dez mil reis e de qualquer fazenda que fizérem nas ditas quatorze Legoas de terra, quando quer que as venderem, serão obrigados a me pagar quarentena, e digo que dou quatorze Legoas de terra para que nas primeiras sete da praya do mar pela terra dentro se faça o que acima fica dito e no Cabo das ditas sete Legoas pelo Sertam mais dentro se tomarão outras sete Legoas em que se faça outro tanto. E tanto que cada povoaçam destas tiver de cem moradores para cima hey por bem que se chame Villa e a dita Villa se porá o nome que bem me parecer a mim e aos ditos Religiosos, mas não se chamará Villa emquanto não tiver Mosteiro. E por memoria de meu Pay Duarte Coelho Pereyra, primeiro Capitam e Governador que foi da dita Capitania e de meu irmam Duarte Coelho de Albuquerque, segundo Capitam e Governador, hey por bem que em lugar do foro, que disponho nas oito Legoas que lhes dou, obrigando-se os ditos Religiosos a dizerem duas Missas cada dia no primeiro Mosteiro que fizérem, uma pela alma do dito meu Pay e Irmam e os mais defuntos da minha obrigaçam, e outra pela minha vida e saude e de minha mulher e filhos, hey por bem que as

ditas oito Legoas me não paguem nenhum foro, dizendo-me as ditas Missas cada dia. E dos foros que me são obrigados a pagar as pessoas, que fizerem engenhos d'agua, ou trapiches que se fizerem nas ditas quatorze Legoas de terra, hey por bem que os ditos Frades possão arrecadar os ditos cem Cruzados, que dou de esmolla e ordinaria aos ditos Religiosos para cada Mosteiro que se fizér na dita minha Capitania de Pernambuco e principalmente nas ditas quatorze Legoas, que lhes dou do meu Reguengo, que tenho na parte que já fica declarado, e assim para o Mosteiro que fizérem na Villa de Olinda e para os mais Mosteiros que fizérem na dita Capitania, com declaraçam que para vencerem estes cem Cruzados será depoys que cada Mosteiro for acabado e tivér em si pelo menos doze Religiosos e do dia em que forem acabados por diante começarão a vencer os ditos cem Cruzados que lhes dou de esmolla e ordinario. E por disto ser contente passey esta Carta de doação aos ditos Frades para sua guarda e minha lembrança e para que os moradores e povoadores da minha Capitania de Pernambuco saibão e entendão com quanto gosto folgo de favorecer aos Religiosos e para com esta doaçam fazer lembrança ao herdeiro e successor da minha Capitania a razão e obrigação que tem para ajudar a levar avante estes bons desejos acompanhados das obras que por esta doaçam se verão. E desta doação lhes mandey passar tres para irem por vias, cumprindo-se uma as outras não valerão nada. Luiz Carreyros, meu escrivam a fez por meu mandado, em Lisboa, a seis de Abril de mil quinhentos e noventa e dous annos, no dia em que se faz a Festa de nossa Senhora da Esperança e dos Prazeres e da Incarnação, a qual assigney e mandey sellar com o Sello de minhas armas. Fica esta doação registrada no meu Livro de Lembranças a folhas duzentas e quatro. Jorge de Albuquerque Coelho. Certifico eu Domingos da Sylva, Tabelliam publico de notas nesta cidade de Lisboa que a letra da doação atraz e acima he de Luiz Carreyros que escreveu a Jorge de Albuquerque Coelho nella Conteudo no tempo que o servio, seos papeis e a dita doação he assignada pelo Capitam Jorge de Albuquerque Coelho. Hoje trinta de Dezembro, fim de seiscentos

e tres.—O qual traslado eu Vicente Gomes da Veiga, Cavalheiro Fidalgo da Casa de El-Rey nosso Senhor e Tabelliam do publico judicial e notas nesta Villa de Olinda e seus termos por Duarte de Albuquerque Coelho, Capitam e Governador della por sua Magestade, concertey, escrevy e assigney hoje vinte e em de Agosto de mil seiscentos e vinte e oito annos. Vicente Gomes da Veiga. Concertado por mim Tabelliam Vicente Gomes da Veiga.

Livro do Tombo do Mosteiro de S. Bento em Olinda. fols. 17, 18. (1764. Abb. Fr. Bartholomeu dos Martyres).

Copiado por D. Ulrico Sonntag, Prior do Mosteiro de S. Bento na Parahyba.

REVISTA

DO

Instituto Archeologico e Geographico Pernnmbucano

Vov. XIII — Dezembro de 1906 — N.º 70

BIBLIOGRAPHIA

40.—**Ernst Ludwig Voss.**—Die Niederschlagsverhaeltnisse von Suedamerika.— Dr. A. Pettermanns Mitteilungen. Ergänzungsheft n.º 157. —*Gotha*, *Justus Perthes*, 1907, in–4º, IV, 59 pp., 19 chartas e 2 tabuas.

O Autor deste excellente estudo meteorologico, o Sr. Ernst Ludmig Voss, começou, quando ajudante da Commissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo, a reunir dados para uma climatographia do Brasil; forçado, porém, a considerar as condições climatericas dos paizes vizinhos, resolveu estender as suas investigações a toda a America Meridional. Neste intuito, e no decurso de cinco annos, conseguio accumular grande copia de informações, mais ou menos completas, de todos os paizes do continente, excepção apenas do Equador e da Colombia,

Baseam-se nestes materiaes as conclusões que ora deu á luz sobre o regimen das chuvas. Attendendo á destribuição das sommas pluviometricas, á frequencia das chuvas, suas oscillações mensaes e destribuição pelas estações, o Sr. Voss devide a America Meridional em cinco grandes zonas pluviaes, abrangendo as tres primeiras o territorio brasileiro, onde a precipitação annual varia desde mais de 2000 mm, na bacia do Amazonas, mais de 3000 mm ao E dos Estados do Paraná e de S. Paulo, até menos de 400 mm, nas margens do Alto S. Francisco. Esta media minima assignala a região dos sertões da Bahia, Pernambuco, Parahyba e Ceará, periodicamonte assolada pelas seccas, motivadas, na opinião de Draenert abraçada pelo Sr, Voss, pelas cadeias de montanhas que cercam a mesma região. As frequentes e fortes ventos de SE. e ESE. que vindos do Oceano Atlantico sopram sobre aquellas terras, são forçados—pelos contrafortes de NE. da Serra do Espinhaço, ao S. do Baixo S. Francisco e ao N. d'elle, pelas Serras do Periquito e dos Carirys—a se elevarem e a descarregarem grande parte da sua humidade, como chuva, a montante das mencionadas montanhas.

Aos ventos humidos de E. oppõe igualmente a sua barreira, alta de 900 m., a Serra de Borborema, ao NW. da Parahyba, ao passo que os ventos humidos vindos do valle do Amazonas, perdem o seu vapor d'agua na cordilheira de 1000 m. de altitude, das Serras de Ibiapaba, Carirys, Vermelha e dos Dois Irmãos.

Assim explica-se como póde ser pobre em chuvas um territorio circumdado de regiões favorecidas de abundante precipitação. Pensa o Sr. Voss que, não fôsse este territorio, a breve trecho, atravessado ao S. pelo S. Francisco e ao N. pelo rio Jaguaribe, e seria muito provavelmente uma zona arida e sem agua como o deserto de Atacama ao N do Chile.

Quando as chuvas são escassas no littoral não é de admirar faltem inteiramente a juzante das citadas montanhas, e sobrevem as seccas.

Sem nos determos ante as conclusões, de caracter assás geral, a que chegou o Sr. Voss com referencia á destribuição das chuvas conforme as estações, regiões pluviaes e marcha annual da precipitação, periodos chuvosos e seccos, e probabilidades de chuvas, assignalaremos aqui apenas as relativas ás quantidades mensaes maxima, media e minima das chuvas.

Para a determinação das condições pluviaes de um logar, diz o illustre meteorologista, são de grande importancia pratica os extremos da precipitação, as oscillações absolutas e os maiores valores diarios. Tanto quanto o permittem julgar as observações disponiveis, em toda a America Meridional é Pernambuco o ponto em que cahem as maiores quantidades mensaes de chuva. Comquanto Pernambuco nãa seja o ponto mais chuvoso da America Meridional — no valle do Amazonas, na vertente oriental da Serra de Paranapiacaba e no S. do Chile cahem, na media, quantidades muito maiores — e comquanto tambem a oscillação media das medias mensaes não seja nada consideravel, a oscillação absoluta das sommas mensaes é assás consideravel. Em Julho a media das chuvas é de 355 mm., o maximo attinge a 1440 mm., em opposição ao minimo de 58 mm. Os habitantes de Pernambuco podem ter a certeza que durante o mez de Julho, épocha da safra do algodão, cahem no territorio do seu Estado ou mais de 1400 mm. ou menos de 100 mm. de chuvas, circumstancia esta que, attenta a importancia do cultivo do algodão para Pernambuco, certo merece consideração.

Não é sempre possivel predizer as chuvas de um mez para o outro, comquanto a probabilidade maior para Pernambuco seja que a um mez de grande precipitação siga-se um de menor e vice-versa. Em relação á maxima somma annual Pernambuco é consideravelmente excedido pelo Alto da Serra, em S. Paulo, sendo alli de 4500 mm. e aqui de 5563 mm., portanto de 1630 m. superior. Tambem no Alto da Serra occorrem mezes muitos chuvosos, e as maximas de Abril, Maio e Junho attingem 1102, 1081 e 1273 mm. Nas regiões chuvosas do S. do Chile as maximas e oscillações absolutas são muito mais insignificantes.

Assim no Islote de los Evangelistas, por exemplo, os mezes mais chuvosos, cujas medias quasi igualham as de Pernambuco e do Alto da Serra, só attingem maximas de 450 mm, e a oscillação absoluta é correspondentemente cinco vezes menor. Com excepção de Puerto Montt, no Chile, em toda a America Meridional os annos seccos são mais fre-

quentes do que os chuvosos: só no Recife se observam mezes extremamente seccos e extremamente chuvosos, o que ainda confirma a sua posição excepcional do ponto de vista meteorologico.

Documentam as conclusões do Sr. Voss grande numero de tabellas arranjadas com louvavel criterio e excellente methodo, e as chartas meteorologicas que o completam facilitam exfraordinariamente a rapida comprehensão das suas, aliás claras, exposições.

E' de esperar que, após tão util quão interessante ensaio, o Sr. Voss não se demore em opulentar a sciencia com estudos similares nos demais ramos da climatologia sul-americana.

41.—**J. C. Rodrigues.**—BIBLIOTHECA BRASILIENSE.— Catalogo annotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos. Parte I. Descobrimento da America: Brasil Colonial, 1492-1822. *Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio,* 1907, in-8° gr., VI-680 pp.

O amor dos livros é uma feição cultural ainda pouco desenvolvida na sociedade brasileira.

Não é que no Brasil se não leia bastante, e muito mesmo, sobretudo nos Estados: falta-nos, porém, em grande parte, esta veneração pelo livro, que vai do apreço do conteúdo á estima do continente.

Em geral grandes leitores, raramente somos bibliophilos.

O facto explica-se pelo ausencia de tradição bibliophilica, pelo aspecto inesthetico do livro nacional e pela rapida e fatal deterioração de quaesquer impressos sobre os tropicos.

Os nossos avós não possuiam bibliothecas, na accepção litteral do termo; guardavam os raros livros nas gavetas de bojudas commodas e de pesadas mesas de jacarandá, ou, quando muito, enfileiravam algumas duzias de volumes nas estreitas prateleiras sobrepostas ás secretarias de pau-santo; não se herdavam livrarias.

Preoccupados unicamente com produzir livros baratos, os nossos editores jámais curaram de dar-lhes physionomia attrahente: assim a economia desarrazoada alliada á imperícia technica tem gerado esses monstrengos, no ponto de vista da arte typographica e da esthetica em geral, que constituem a quasi totalidade da bibliographia patria: volumes feios, mal impressos, mal brochados, mal encadernados (quando o são) e mal conformados — e um livro, como qualquer outro objecto, materialmente mal feito, não provoca o carinho da conservação.

Este é aqui mais indispensavel do que alhures, attentas ás causas de ruina a ameaçar o livro, causas já apontadas com tristeza por Humboldt: a humidade do clima e a fauna voraz de insectos destruidores, tão numerosa que á sua descripção o inglez Gordon Duff consagrou todo o volume de *The enmimies of books.*

Mas, com o decorrer do tempo, estas circumstancias hostis vão sendo modificadas ou attenuadas: já entram bibliothecas em inventario, surgem editores comprehendendo o asserto de Taine de que «os livros, como os homens, precisam de andar bem vestidos para agradar»; contra a humidade do clima possuimos estantes envidraçadas e hermeticas, e para combater a traça e o caruncho dispomos da naphtalina e do formol.

Esta conjunctura tem propiciado a constituição de preciosas collecções particulares e o apparecimento dos primeiros bibliophilos brasileires, entre os quaes figura em posição conspicua o Sr. José Carlos Rodrigues, que ao amor reune a sciencia des livros.

A sua magnífica bibliotheca, consagrada a assumptos americanos e, mais especialmente, brasileiros, é sem duvida, na especialidade, a mais numerosa, selecta e preciosa do paiz, conforme attesta o seu excellente catalogo annotado, ultimamente publicado.

A analyse, mesmo perfunctoria, do seu conteúdo é incompativel com os limites desta noticia, pois registra nada menos de 2646 especies; respigar d'entre ellas as mais notaveis tambem não é facil, tal a sua abundancia em verdadeiros cimelios. Comtudo, vamos ensaiá-lo.

Destaquemos, em primeiro logar, os incunabulos da bibliographia americana, os livros e folhetos contemporaneos ao descobrimento do Novo Mundo, cotejando o catalogo do Sr. Rodrigues com a monumental *Bibliotheca Americana Vetustissima*, de Harisse.

A perola da collecção é evidentemente a edição latina, impressa em Roma, por Stephani Plannk, em 1493, da carta que Christovam Colombo dirigio a Sanchez, Thesoureiro do Rei D. Fernando, referindo o descobrimento das «ilhas da India além do Ganges», talvez o livro mais antigo que existe sobre a America; o exemplar do Sr. Rodrigues, unico na America do Sul, está esplendidamente encadernado em marroquim, por Rivière, e custou £ 467.10.0; pertencèra antos á Bibliotheca Municipal de Perugia.

De raridade e preço excepcional são igualmente a *Cosmographiæ Introductio*, de Martinho Waldseemuller que, sób o nome hellenizado de *Ilacomylus*, nella imprimio, em S. Deodato, em 1507, a traducção latina das quatro cartas conhecidas de Americo Vespucio: o *Paesi nouamente retrouati*, de Francanzio de Montalbodo, estampado em Vicencia, em 1507, e contendo, pela primoira vez, impressa a narração da viagem de Pedro Alves Cabral ao Brasil e a *Copia der Newe Zeitung aus Presilly Landt*, de 1514, positivamente o mais antigo impresso sobre o Rio da Prata e que attesta a prioridade do seu descobrimento pelos portuguezes: desta obra são conhecidos apenas quatro exemplares e o do Sr. Rodrigues custou, juntamente com 37 outros folhetos contemporaneos, em encadernação do seculo XVI, de pau e vitello a frio, 14400 marcos ou 12:118$000.

Possúe mais o Sr. Rodrigues oito edições das *Decadas* de Pedro Martyr Angleria, apparecidas em 1516 a 1620, quatro da *Cosmographia* de Apiano, de 1524 a 1575, quatro da *Historia general y natural de las Indias*, de Oviedo, de 1535 a 1723, onze da *Cosmographia* de Ptolomeu, de 1508 a 1573, convindo não esquecer a preciosissima *Relacion y comentarios* de Cabeza de Vaca, impressa om Valladolid, em 1555.

Dos livros mais antigos sobre o Brasil o collecção do eminente amador é quasi completa; faltando-lhe, talvez, apenas as ediçees *princeps* da *Wahrhafftige Beschreibung*, de Hans Stade (Frankfort sobre o Meno, 1556); — da *Historia da prouincia Santa Cruz*, de Gandavo (Lisbóa, 1576), e da *Prosopopéa*, de Bento Teixeira Pinto (ibe, 1601). Em compensação conta a *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*, do padre Joseph Anchieta (Coimbra, 1595), tres

edições de *Les Singularitez de la France Antarctique*, de Thevet, entre ellas a primeira de Paris, em 1557, rarissima e quasi desconhecida dos bibliographos; doze da *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil*, de Jean de Lery, de 1578-1889, a *Histoire de la Nouvelle France*, do Lescarbot (1609), quatro pamphletos de Villegaignon, de 1542-62, as primeiras edições da *Conquista Espiritual* e do *Tesoro de la lengua Guarany*, de Montoya, impressas em Madrid, no anno de 1639.

Nenhuma phase da historia nacional possue tão abundante literatura como o atribulado periodo da dominação hollandeza no Brasil Oriental, e esta literatura acha-se representada, quasi sem lacunas, na bibliotheca do Sr. Rodrigues.

Além das obras de maior vulto, como as de Duarte de Albuquerque, Laet, Barlaeus, Calado, Moreau, Frei Raphael de Jesus, Frei José de Santa Thereza, Nieuhoff, Montanus e Britto Freire, nas diversas edições. figura nella uma porção consideravel de pamphletos e de pequenas brochuras, impressas então na Hollanda, que, muito menos conhecidas, são entretanto ferteis em imformações e pormenores curiosos, sobretudo quanto á historia constitucional, administrativa e economica, assás descurada pelos citados autores, principalmonte empenhados em narrar feitos guerreiros.

Asher, no seu classico—*Bibliographical Essay*, descreveu para mais de cem destas publicações, referentes ao Brasil, que encontrou na secção denominada—*Bibliotheca Duncaniana*, da Real Bibliotheca de Haya, e das quaes, com poucas excepções, possúe exemplares o illustre bibliophilo brasileiro, afóra muitas desconhecidas daquelle investigador, como uma primeira edição do famoso opusculo *Brasilsche Gelt Sack*, que se dizia impresso no Recife, em 1647.

Mas, não foi só na Hollanda que surgiram esses impressos — especie de jornalismo da epocha: tambem appareceram em Portugal, na Hespanha e na Italia, divulgando os successos d'aquella prolongada guerra, e, menos numerosos, são talvez ainda mais escassos do que os primeiros, havendo alguns até, como a relação italiana de Avendaño, impressa em Sevilha, no anno de 1625, que no catalogo do Sr. Rodrigues são mencionados pela primeira vez.

O seculo XVIII não foi fertil em livros sobre o Brasil: os poucos, porém, que então viram a luz estão representados na bibliotheca do illustrado amador, onde tivemos occasião de vêr a *Relation Succinte et Sincere de la Mission des Cariris* (Quimper. 1707), do capuchinho Frei Martinho de Nantes o *Katecismo* (Lisboa, 1709) da lingua dos mesmos indigenas, de Frei Bernardo de Nantes, e a rarissima primeira edição (Lisboa, 1711) do *Cultura e Opulencia do Brasil*, do jesuita Antonil. Com o estabelecimento definitivo da imprensa no nosso paiz, a 13 de Maio de 1808, começou a constituir-se a bibliographia propriamente brasileira, com as publicações da *Impressão Regia*, no Rio de Janeiro, e da Typographia de Manuel Antonio da Silva Serva, na Bahia, publicações todas muito escassas, devido ás suas resumidas tiragens, e das quaes só raramente se encontram exemplares escapos á voracidade dos insectos, pelo que deve de se orgulhar o sr. Rodrigues do numero consideravel de especies d'ellas reunidas na sua bibliotheca, tambem rica em collecções dos nossos primeiros jornaes.

Dentre os manuscriptos ennumerados no catalogo são sobretudo digno de menção os quatro volumes da *Recapitulação de Noticias Soteropolitanas e Brasilicas*, escriptas, em forma epistolar, pelo professor bahiano Luiz dos Santos Vilhena, em 1802; de uma destas curiosas cartas ineditas, contento a *Descripção das Comarcas de Lagoas e Pernambuco*, offereceu o sr. Rodrigues copia ao *Instituto Archeologico*, em cuja *Revista* apparecerá brevemente. Outros ineditos interessantes da collecção são ainda os *Diarios de viagens*, de F. X. Ribeiro Sampaio, quando em visita e correcção das povoações da capitania do Rio Negro, em 1774 e 1775.

Urge assignalar que o catalogo do Sr. Rodrigues não é apenas um inventario methodico de livros raros e preciosos; as collações, feitas com todo o rigor bibliographico e esmero inexcedivel, serão de valioso auxilio aos amadores na verificação da integridade de outros exemplares dos cimelios descriptos; as copiosas annotações representam, na sua feição resumida, pacientes e laboriosas pesquisas, não menos uteis aos estudiosos, e a indicação dos preços constitue tambem estimavel informação para os bibliophilhos, tantas vezes victimas da ganaucia inconsiderada dos antiquarios.

O volume, que vimos rapidamente analysando, promette ser em breve completado por outro relativo ao *Brasil Independente*, contando para mais de 6.000 especies, e assim dotará o Sr. José Carlos Rodrigues a literatura nacional de prestimoso succedaneo do *Catalogo da Exposição de Historia do Brasil de 1881*, até agora a obra maxima da nossa bibliographia, serviço que comnosco hão de applaudir e agradecer todos os amigos das letras.

42.—**Dr. Giovanni Eboli.**— NUMISMATICA BRASILEIRA. — *S. Paulo, Typ. Italo-Brasiliana,* 1907, in-8º, 67 fls.

Este folheto, que apresenta a curiosa feição typographica de trazer apenas impresso o anverso das folhas, é menos um catalogo do que uma lista das moedas cunhadas, no ou para o Brasil, no periodo que vai de Pedro II, principe regente (1683) até Pedro II, imperador (1889), reunidas na collecção do autor.

« A falta de trabalhos deste genero, diz no prefacio o Dr. Eboli, impede-me de fazer um catalogo methodico das moedas que possuo. » Esta declaração é assás estranhavel, porquanto S. S. não podia ignorar a existencia da obra monumental do nosso saudoso amigo o benemerito numismasta suisso Sr. Julius Meili, intitulado *O Meio Circulante no Brasil*. E isto affirmamos á vista dos nunerosos trechos de um artigo nosso sobre os trabalhos do Sr. Meili, publicado na revisfa *Renascença*, de Julho de 1906, trechos que o Dr. Eboli nos fez a honra de transcrever, mas,... sem citar-nos! Entretanto, agradecemo-lhe a transcripção, pois, não sabemos de elogio mais eloquente e sincero de um escriptor do que seja plagia-lo.

ALFREDO DE CARVALHO.

43-44.—**Alfredo de Carvalho.**—Horas de Leitura, in-8.°, 320 pp. M. Nogueira de Sousa, editor. *Recife*, 1907.—O Tupi na Chorographia Pernambucana, in-16.°, XXII-82 pp. Edição do Inst. Arch. e Geog. Pern., *Recife*, 1907.

A belletristica pernambucana deve ao Sr. Alfredo de Carvalho, em grande parte, o impulso vigoroso que a tem levado a figurar em situação conspicua relativamente ás suas co-irmans, no decennio ultimo.

Data de 1897 o apparecimento das suas primeiras contribuições literarias, com a traducção do *Diario de um soldado da Companhia das Indias*, do original allemão, á qual se seguío, em 1898, a da *Olinda Conquistada*, do original hollandês, constituindo ambas preciosas achegas para a historia da occupação batava em Pernambuco.

No anno seguinte vinham á luz os *Jornaes Pernambucanos* e *A Imprensa Bahiana*, dois superiores estudos da evolução da imprensa periodica deste e do Estado da Bahia.

Em 1903 deu Alfredo de Carvalho ainda uma traducção do hollandês, do *Diario da Expedição de Mathias Beck ao Ceará*, referente ao periodo historico pre-citado.

A essa veio juntar-se, em 1905, uma outra traducção, a das famosas *Notas Dominicaes*, tomadas durante uma residencia em Portugal e no Brasil nos annos de 1816, 1817 e 1818, pelo francês L. F. de Tollenare, na parte que nos diz respeito.

Ainda nesse anno appareceu de sua lavra um estudo sobre *Castro Alves em Pernambuco*, seguido, em 1906, das *Phrases e Palavras*, e, em 1907, dos *Estudos Pernambucanos*, das *Horas de Leitura* e d'*O Tupi na Chorographia Pernambucana.*

Aos dois ultimos nos referiremos nesta simples noticia bibliographica.

Assim, quer exhumando factos historicos das fontes até então ignoradas e trazendo-os á luz sob a fórma de traducções; quer desenvolvendo-se em trabalhos originaes, de historia e de critica, a actividade literaria de Alfredo de Carvalho é excepcional em nosso meio.

Afigura-se-nos esse facto como um resultado da especialização de funcções, alliada ás faculdades peculiares do escriptor: o seu bello talento, a sua vasta erudição e a sua capacidade de trabalho, verdadeiramente notavel. De facto, elle não tem sido jamais um dispersivo. Em tempo proprio, emquanto outros borboletêam sobre os varios ramos da literatura, soube dirigir a sua actividade para um genero determinado, erigindo a historia em objecto quasi exclusivo dos seus estudos e cogitações.

Mas a historia é um dominio tão dilatado que uma existencia inteira não basta para percorrê-lo; por isso, em vez de abordar á grande historia, o escriptor tem preferido ficar, por óra, com a historia pernambucana, que, aliás, não é pequena seára, levado em conta o exacto conceito do Sr. Oliveira Lima, de que ella é, em definitiva, a historia brasileira, «porque as guerras e revoluções de Pernambuco interessaram todo o Brasil, que por umas deixou de ficar metade hollandês e por outras esteve a ponto de ficar nacionalmente esquartajado.»

E a historia pernambucana tem tido em Alfredo de Carvalho um dos mais esforçados dos seus paladinos.

As *Horas de Leitura* são propriamente uma collectanea de ensaios de critica: mas o critico muitas vezes cede praça ao historiador, na evocação dos acontecimentos que analysa, resultando dessa intervenção as mais bellas e suggestivas paginas do livro.

Taine, referindo-se aos *Critical and historical essays*, de Macaulay, confessa sua predilecção por esse genero de producções literarias. «Primeiro, diz elle, pode-se deitar fóra o livro ao cabo de vinte paginas, começar pelo fim, ou do meio; não sois seu escravo, mas senhor; podeis tratá-lo como um jornal; com effeito, é o jornal de de um espirito. Em segundo logar, é variado; de uma pagina á outra passaes da Renascença ao seculo XIX, da India a Inglaterra; esta diversidade sorprehende e agrada.»

O leitor moderno, aquelle que lê por mero despôrto intellectual, e essa constitue a quasi generalidade dos leitores, é realmente avêsso aos grandes tratados transcendentes, solidos, uniformes, que exigem de seu espirito qualquer especie de sujeição; a pressa, que preside a todos os seus actos, não lhe deixa margem para longas leituras e demoradas introspecções; quer a synthese, quer que as idéas sejam expressas em poucas palavras, quasi uma fórma algebrica; agrada-lhe o imprevisto e a variedade dos assumptos, com a liberdade de abandoná-los ao seu alvedrio. Nada de obrigação, nada de imposição.

Por isso, essas collectaneas têm um encanto especial para a grande maioria dos leitores. E esse encanto se experimenta ao perlustrar as paginas do livro de Alfredo de Carvalho.

Alli são passados em revista alguns livros e escriptores; uns e outros o autor faz mais do que recensear atravéz de suas leituras: analysa com o criterio seguro e com a larga informação de que dispõe sobre os diversos assumptos tratados; apresenta-lhe os defeitos, salienta-lhes as qualidades superiores, evocando os factos a que se prendem e emmoldurando-os nas proporções devidas. Ler um desses capitulos é ter uma noticia perfeita sobre uma obra e o seu autor, prestada por quem *sabe ler*, no alto sentido da expressão.

De *Um livro infame*, que assim intitula as diatribes do ignobil italiano Moriconi, atiradas sobre o Brasil e os brasileiros no livro *Nel Paese de «Macacchi»*, justamente estygmatizadas,—passa á arte colonial, a proposito dos *Estudos historicos* do Dr. A. da Cunha Barbosa.

Mas, simplesmente a proposito, porque o que Alfredo de Carvalho accede por conta propria vale pela mais esclarecida synthese da cultura artistica no Brasil, durante aquelle brumoso periodo historico.

No *Romance Tapuyo*, o autor corta as azas ás fantazias indianistas do Monsenhor Pennafort; na *Literatura Teuto-Brasileira* inventaria sobre o livro do Sr. Oscar Canstatt, *Kritisches Repertorium der Deutsche-Brasilianischen Litteratur* o que na bibliographia alleman se opulenta com respeito ao nosso paiz. Esse trecho da bibliotheca exotica sobre o Brasil é um dos capitulos mais interessantes do livro, não somente pela preciosa summula que faz do assumpto, assim tambem pelas informações que vem prestar ao trabalho do Sr. Canstatt, supprindo-lhe as omissões e corrigindo-lhe os enganos.

Quasi do mesmo genero é o seguinte capitulo, em é que discutido o problema bibliographico de maximo alcance, como é realmente saber qual seja o primeiro livro sobre o Brasil, problema que o autor resolve pela carta de Americo Vespucio, originariamente escripta em italiano, traduzida depois para o latim pelo architecto veronense Fra Giovanni del Giaccondo e impressa pela primeira vez por Jehan Lambert, livreiro e typographo em Paris. Essa celebre carta é hoje uma das mais raras especies bibliographicas; ao que nos parece, só existe em todo o Brasil um exemplar, pertencente á bibliotheca do Sr. J. Carlos Rodrigues, do Rio de Janeiro.

Tres opusculos, noticias sobre producções literarias de Faria Neves Sobrinho, Theotonio Freire, Arthur Muniz e Raul de Azevedo; *O tricentenario do Ceará; O Sr. Nelson de Senna; O folk-lore do Norte; Uma comedia historica; A arte de ler; Um novo mappa do Brasil Oriental; A naturalidade de Camarão; Medicina e Medicos; O Sr. Theotonio Freire; O Correio Paulistano; Poetas Paraenses; Um escriptor Sergipano; Um chronista do Seculo XVIII; Uma nova historia do Brasil; Um bom livro didactico; Um sociologo original; A poesia brasileira no Chile; Jornaes de outr'ora;* — são outros tantos capitulos que, em interesse, elegancia de estylo e de fórma, equivalem aos anteriores.

O *Estudo da lingua patria*, pelos salutares conceitos expendidos, é, em nosso entender, um dos mais bem reflectidos trechos do livro, um desses capitulos que, para empregar uma phrase do povo, nos enche as medidas inteiramente.

« Entre os resultados que do ensino elementar se esperam,—escreveu Braun, superintendente escolar nos Estados Unidos da America do Norte,—descriminaremos algum, que seja intrinsecamente superior aos outros, que deva ser objecto do incessante interesse, da solicitude attenta do mestre, como força central de notavel poder de educação? Responderemos afoitamente:—Sim: o conhecimento da lingua materna. Nenhum dentre os demais assumptos póde se lhe comparar em nada; porque a linguagem é, não só a compostura, como o vehicnlo do pensamento. Uma linguagem correcta, abundante, animada é de incalculavel força no mundo, e o ensiná-la constitue um dos principaes deveres do instituidor elementar. »

Ninguem dirá em san consciencia que seja esse precisamente o principio regulador da materia em nosso paiz; ao contrario, a lingua materna é um dos ramos menos carinhosamente cuidados do nosso ensino elementar, por mestres e discipulos.

A grammatica é um tormento infantil, ensinada pelo methodo mnemonico dos nossos atrazados pedagogos; dahi a ogerisa que penetra o animo da creança e a custo se desvanesce na edade adulta; dahi esse desprezo, esse descaso por uma sciencia que lhe foi uma tortura.

Bréal notou que « a idéa de aprender o francês mediante um manual de grammatica nunca provavelmente se teria suggerido ao espirito de possôa alguma, se o latim não tivera sido por tantos seculos a substancia de todo o nosso ensino. »

« As nossas primeiras grammaticas francêsas,— continúa Bréal,— eram moldados pelas grammaticas latinas, e, se dos nossos livros pouco

e pouco se foram eliminando as regras latinas destituidas de toda applicação no francês, nem por isso deixou de subsistir incolume o espirito do methodo. E' estudando em pequenos trechos os varios capitulos da grammatica, e recitando-os de cór, — nem sequer sempre ao mestre, senão a outros discipulos apenas de mais edade,—que se suppõe aprenderem nossos filhos a sua lingua. Cousa ainda mais espantosa: esse exercicio passa por util ao desenvolvimento da intelligencia, e se não cessa de gabar a sua influencia bemfazeja sobre o espirito. »

Infelizmente, prevalece ainda entre nós o systema das definições, de que os nossos educadores fazem, não a synthese das analyses, que são, facto posterior, portanto, mas o ponto inicial de todo estudo.

Acreditam elles ainda que o *processo de ensinar está em definir*: e, em vez de habituarem as creanças a descriminar um verbo de um substantivo, este de um adjectivo, este de um pronome, mostrando, exemplificando, objectivando experimentalmente, exigem para cada uma destas partes do discurso uma definição, que é muitas vezes um enigma, um verdadeiro quebra-cabeça para uma intelligencia infantil.

Um Congresso de Instrucção reunido em Gand, em 1876, para corrigir tão graves inconvenientes, chegou ao ponto de votar «a suppressão da grammatica como livro manual das creanças.»

Não seremos tão radicaes; mas, com Alfredo de Carvalho e com o bom senso, acreditamos ser devida em grande parte aos absurdos methodos vigentes a ignorancia geral e profunda da lingua materna que se observa entre nós.

«Esta ignorancia da lingua portuguêsa—conclúe o autor,—tão ameaçadora para o futuro da nossa nacionalidade, é infelizmente mais do que ignorancia passiva, é activa, é aggressiva, tem campeões na imprensa e no ensino».

Mais alguns capitulos: *Affonso Olindense*, *Uma escriptora*, *Phaelante da Camara*, *A arte dos indigenas*, *O Sr. Julius Meilli* e *O Pan-Americanismo*,—fecha o autor o livro com *A gloria literaria*, discordante dos anteriores quanto ao genero: dir-se-ia uma satyra de requintada elegancia a esses que se preoccupam e se atormentam com a immortalidade por via das letras, se não parecesse antes trahir o pretexto para uma dissertação erudita sobre a bibliographia antiga, desde a literatura greco-romana, a provençal da edade média até á colonial portuguêsa.

As *Horas de Leitura* são, em summa, um livro do numero dos que, por certo, se salvarão do cataclysmo que o autor profetiza para a actual producção literaria.

Quem quer que tenha versado o estudo das linguas dos primitivos habitadores do Brasil, bem póde ajuizar das muitas vezes insuperaveis difficuldades que offerece a interpretação daquellas vozes barbaras, tarefa ingrata, por certo, a exigir de quem a commette o verdadeiro tacto do philologo, ao lado da paciencia do benedictino.

Sem falar de Anchieta, Figueira e Montoya, cujas grammaticas e vocabularios são as fontes primeiras das linguas dos selvagens, dentre os que modernamente têm feito pesquisas de caracter philosophico e de cunho scientifico, justiça é salientar o saudoso Baptista Caetano, o maior dos philologos brasileiros, e o illustrado Theodoro Sampaio, o autor do *Tupi na Geographia Nacional.*

Inspirado nos estudos deste ultimo foi que Alfredo de Carvalho emprehendeu e levou avante o seu *Tupi na Chorogrophia Pernambucana*, servindo-se ainda de notas manuscriptas que por elle lhe foram fornecidas.

Ao tempo do descobrimento, os tupis occupavam toda a faxa littoranea que vai do Amazonas até Cananéa, com pequenas soluções de continuidade e algumas projecções para o interior. Falavam a mesma lingua os Tupinambás, Tabajaras, Petiguaras, Cahetés, Tupiniquins e Tamoyos.

No littoral pernambucano e na zona contigua habitavam os tupis das tribus Cahetés e Tabajaras, que provavelmente haviam expulsado para o interior os Tapuyas e os Cariris. Os primeiros tinham maior fixidez de residencia, emquanto que os outros erravam em esparsas cabildas.

A influencia exercida pela lingua dos aborigenes sobre os invasores europeus foi larga e consideravel; a sua expansão, á medida que se realizavam as *entradas* e as *bandeiras*, mais dilatada se tornava.

« O português era, sim, a lingua official, como ainda hoje o hespanhol no Paraguay, a lingua do commercio nos portos do littoral, nas cidades e villas mais importantes, e no seio das familias propriamente portuguêsas; mais ainda ahi apparecia o tupi, falado pelos famulos quasi todos indios, ou de descendencia india »—informa Theodoro Sampaio, que accrescenta ser até ao meado do seculo XVIII a proporção entre as duas linguas faladas na colonia mais ou menos de três para um, do tupi para o português.

O P.e Antonio Vieira escrevia para a Côrte, em 1694, que nas familias dos portuguêses e indios em S. Paulo a lingua que se falava era a dos indios... «e a portuguêsa a vão os meninos aprender á escola...»

Em certas aldêas de Pernambuco, segundo se collige de documentos hollandêses que pertenceram ao archivo da Companhia das Indias Occidentaes, e dos quaes o nosso Instituto Archeologico possúe cópias, o mestre-escola era indio.

Tal era a importancia da *lingua geral* e o seu poder de expansão que, temendo-se fosse esquecida a portuguêsa, mereceu a honra de ser proscripta expressamente pela provisão de 12 de Outubro de 1727, do governo metropolitano.

« A *lingua geral*, é certo, morreu com o indio,—escrevia Baptista Caetano ha trinta annos passados,—ou se não morreu ainda, vai morrer e desapparecerá com o derradeiro selvagem, que a locomotiva da civilização tem de aniquilar na sua marcha, no seu «avança para deante»; mas, penetrando o lexicon português, ahi estão para testemunhar a sua passada supremacia os milhares de verbos que, fossilizadas na linguagem vulgar, ou applicadas á fauna, á flora, vieram sobretudo enriquecer a geographia nacional.

A lingua tupi, apesar da sua assás gabada elegancia, copia e suavidade, que levaram os antigos a compararem-n'a á grega, ainda estava no segundo periodo morphologico, o da agglutinação; era uma lingua nimiamente vocalizada. Leve-se ainda em conta o estropeamento dos seus vocabulos pelos aventureiros illetrados, portuguêses ou hespanhóes, que primeiro tiveram contacto com o indigena, e a subsequente alteração por varias causas desses mesmos vocabulos, e ter-se-á na justa medida a difficuldade que assoberba hoje áquelles que emprehendem traduzir e interpretar as vozes do *abañeênga*, ou lingua do indio. Maiormente ainda quando se trata da identificação historica dos toponymos, tendo a considerar a feição da caracteristica que lhes dava origem, ou motivo.

Por isso, Alfredo de Carvalho confessa ter feito apenas, no seu *O Tupi na Chorographia Pernambucana*, uma tentativa apta a permittir um golpe de vista approximado do problema; mas, ainda assim, póde estar convencido de ter prestado, com a sua brilhante contribuição, um serviço inestimavel á geographia e á historia de Pernambuco.

RODOLPHO GARCIA.

ACTAS DAS SESSÕES

Sessão ordinaria de 19 de Setembro de 1901

PRESIDENCIA DO EXMO. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde, presentes os Srs. Drs. Desembargador Luna Freire, Alfredo de Carvalho, Sebastião Galvão, 1.° e 2.° Secretarios, Pedro Celso, Pereira da Costa, João Vicente e Eudoxio de Britto, e os Srs. Barão de Nazareth e Augusto Cesar, abriu-se a sessão.

Lida a acta da antecedénte foi approvada e o Sr. 1.° Secretario mencionou o seguinte expediente:

Um officio do Gabinete Portuguez de Leitura, agradecendo ao Instituto por se ter feito representar na sua festa anniversaria.—Inteirado.

Um dito do Dr. Manuel Bernardino Pereira Diegues Junior, communicando a sua eleição para o cargo de Presidente do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano.

Mandou-se agradecer a communicação.

Um dito do Dr. Manuel Francisco de Barros Rego, agradecendo a sua eleição de socio effectivo do Instituto e communicando que brevemente solicitará o respectivo diploma.—Inteirado.

Um dito da Sociedade protectora dos alagoanos, convidando o Instituto a se fazer representar na sua festa anniversaria em 16 do corrente. Tiveram conhecimento do convite todos os senhores socios que compareceram na séde do Instituto.

Um dito do Exmo. Sr. Presidente do Instituto Historico e Geographico de São Paulo, communicando ter remettido a este, por intermedio do Banco de Pernambuco, a quantia de 250$000, importancia dos mappas e photographias que incumbira a este Instituto de mandar fazer.—Inteirado.

Uma carta do consocio Exmo. Dr. José Joaquim Seabra, accusando a recepção e agradecendo o seu diploma de socio correspondente.—Inteirado.

Um officio da Exma. Sra. D. Beatriz M. de Souza Pinto, de 6 do corrente, remettendo a quantia de 62$000 que agenciou para a estatua do Conde da Boa Vista. Mandou-se agradecer e resolveu-se que a mes-

ma quantia fosse applicada ao retrato do Conde, que o Instituto mandou fazer, uma vez que não é possivel agora erigir-se uma estatua.

Offertas:

Pelo Club de Engenharia do Rio de Janeiro quatro exemplares de sua Revista.

Pelo Archivo Publico de São Paulo um volume—«Publicação official de documentos interessantes para a historias e costumes de São Paulo».

Pelo Archivo Publico Mineiro um volume de sua Revista.

Pela respectiva redacção dous exemplares da Revista Militar.

Pelo Muzeu Nacional de Montevidéo um volume de seu Boletim.

Pelo Instituto Historico e Geographico de São Paulo um volume de sua Revista.

Pela Sociedade União Humanitaria de Palmares um exemplar de seus Estatutos.

Pelo Instituto do Ceará o tomo XV de sua Revista.

Pelo Sr. Luiz Leopoldo Flores, um volume de sua obra—Regimen de Reciprocidade em vigor entre o Brasil, Portugal, Hespanha, Italia, França ou Allemanha.

Pelas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Sendo lido e approvado um parecer da commissão de admissão de socios, correu o escrutinio secreto e foram eleitos socios correspondentes o Desembargador Vicente Pereira de Lemos e Belisario Pernambuco.

O Sr. Sebastião Galvão propoz e o Instituto approvou que do numero 56 por deante a Revista contivesse, pelo menos, 50 paginas impressas da importante obra em manuscripto existente no Archivo intitulada—*Nobiliarchia Pernambucana*, afim de por esse modo, melhor se garantir os preciosos documentos que ali se acham, uma vez que presentemente não é possivel ser impressa em volumes distinctos.

Em seguida tambem propoz, sendo egualmente approvado, que a edição de cada numero da mesma Revista, fosse de 500 exemplares.

O Sr. Presidente pediu e o Instituto concedeu autorização para estudar o systema de illuminação que deve ser collocado na séde do Instituto.

Foi apresentado e lido o seguinte officio do Thesoureiro Dr. Eudoxio de Brito:

«Illmos. e Exmos. Srs. Presidente e socios do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano.

Venho, bem contra gosto, participar-vos que, apezar dos meus esforços, não posso realizar o pagamento da prestação deste corrente mez, a que sou obrigado pela resolução que tomastes na ultima sessão ordinaria do mez de Julho do corrente anno, porque, como é sabido, e por vezes hei declarado ante vós, utilisando-me como thezoureiro desse Instituto desse dinheiro, em bòa fé, conforme é quasi praxe geral no commercio para pagar compromissos inadiaveis da firma commercial—Francisco de Brito & Cª. da qual, desde Julho de 1896, sou socio gerente, e não para utilidade e uso particular meu, o pagamento do alcance em que estou, depende do inventario do meu referido irmão e socio Francisco Faustino de Brito, que se acha em grau de appellação

no Supremo Tribunal da Relação do Estado, o que póde ser facilmente verificado, e eu, de presente, não disponho de recursos outros para o dito pagamento, o que tambem é de facil prova.

Esta é a verdade, infelizmente, e, não podendo acreditar que, dentre todos vós haja um só siquer que de animo desprevenido e sã consciencia, ouse attribuir esse meu procedimento, a má fé ou intenção criminosa, peço-vos confiado aguardeis a solução do inventario já referido, assegurando-vos eu que esse Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano será integralmente pago e satisfeito do meu alcance, de uma só vez ou em partes, conforme a arrecadação que se fizer, attenta a precaria situação financeira que todos nós atravessamos.

Saude e Fraternidade. Recife, 31 de Agosto de 1901.—O socio ex-thesoureiro, *Gaudino Eudoxio de Brito*».

Posto em discussão o Sr. Presidente emitte a sua opinião a respeito, e sobre o assumpto fallaram os Srs. Dr. João Vicente, Barão de Nazareth e Pereira da Costa que lembrou a conveniencia de ser nomeada uma commissão afim de estudar minuciosamente o assumpto e ser então resolvido.

Approvada a idéa foi nomeada a commissão que se compoz dos Srs. Barão de Nazareth. Dr. Sebastião Galvão e Augusto Cesar.

Finalmente, o Sr. Presidente communica o fallecimento do consocio Dr. José Avelino Gurgel do Amaral e o Instituto resolveu que se lançasse no acta um voto de pezar por esse infausto acontecimento e se désse pezames á Exma. familia do finado.

Nada mais havendo a tratar foi levantada a sessão.

Adelino A. de Luna Freire, Presidente.—*Alfredo de Carvalho*, 1.° Secretario.—*Aprigio Garcia*, 2.° Secretario.

Sessão ordinaria de 3 de Outubro de 1901

PRESIDENCIA DO EXM. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde, presentes os Srs. Drs. Desembargador Luna Freire, Pereira da Costa, Alfredo de Carvalho, 1.° Secretario, Aprigio Garcia, Regueira Costa, Carneiro Vilella, Eudoxio de Brito, Sebastião Galvão, 2.° Secretario, e os Srs. Fernando Barroca e Augusto Cesar abriu-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada e o Sr. 1.° Secretario mencionou o seguinte expediente:

Um officio do Exm. Sr. Ministro do Interior, solicitando que o Instituto concorra ao Congresso Internacional de Sciencias Historicas, que se reunirá em Roma no mez de Abril de 1902, remettendo propostas, memorias originaes e mais trabalhos que interessem ao ramo especial daquella sciencia.

Resolveu o Instituto tomar opportunamente o pedido na devida consideração.

Offertas:

Pelo Muzeu Paraense um exemplar do seu Boletim.

Pela respectiva redacção tres numeros d'*A Escola*, revista official de ensino.

Pelo Archivo do Municipio da Capital do Estado da Bahia um numero de sua Revista.

Pela redacção os numeros 6 e 7 da «Ravista Mercantil e Industrial.»

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Comparecendo no recinto da sessão uma commissão composta dos Srs. João Ramos, Guilherme Pinto, representantes do Club Cupim e Alberto Falcão, do *Jornal Pequeno*, tomou assento junto á mesa e pedindo a palavra um dos seus membros scientificou ao Instituto que o mesmo Club e aquelle jornal haviam deliberado offerecer-lhe no dia 12 do corrente o quadro ultimamente chegado da Suissa, commemorativo das festas realizadas nesta capital em 12 de Dezembro do anno proximo passado, em homenagem ao Presidente d'aquella Republica.

Tomando conhecimento dessa deliberação o Instituto resolveu, sob proposta do Sr. Presidente, que a ceremonia da entrega do alludido quadro se effectuasse no dia 12 do corrente, ás 4 horas da tarde, para o que seria convocada uma sessão extraordinaria; deliberou mais que nesse mesmo dia fosse inaugurado no salão das sessões o retrato do Conde da Bôa Vista, ultimamente mandado fazer pelo Iustituto, depois do que se retirou a commissão com as formalidades com que fôra recebida.

Vem á mesa, é lido e submettido á discussão o seguinte parecer da commissão nomeada na sessão passada para tomar conhecimento de um requerimento do ex-Thesoureiro do Instituto.

«Sala das Commissões do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, em 1 de Outubro de 1901.

A commissão abaixo assignada nomeada para dar parecer sobre o requerimento do Dr. Gaudino Eudoxio de Brito, ex-Thesoureiro deste Instituto, que pede prazo para pagar o que lhe deve, appellando para a liquidação do inventario de seu irmão:

Considerando que o compromisso do mesmo ex-Thesoureiro para com o Instituto nada tem que ver com o inventario de seu irmão;

Considerando que a liquidação do referido inventario não attingirá á importancia que está em deposito em mão do ex-Thesoureiro e mesmo porque a seguirmos o pedido não podemos calcular o prazo que deve levar a justiça para a conclusão do mesmo inventario, quando é certo que havendo qualquer disposição em seu julgamento isso não trará uma solução de recebimento;

E considerando, finalmente, que o recebimento dessas dividas está dependente da actividade do mesmo ex-Thesoureiro, a commissão entende que, quando muito, o Instituto poderá conceder mais um prazo para o seu recebimento, o qual não deverá exceder de 6 mezes.

O Instituto entretanto melhor resolverá em sua sabedoria. O relator *Barão de Nazareth*, *Sebastião de Vasconcellos Galvão*, *Augusto Cesar da Cunha*.

Depois de orarem sobre o parecer os Srs. Presidente, Drs. Carneiro Vilella e Regueira Costa e os Srs. Fernando Barroca e Augusto Cesar.

foi elle approvado contra os votos dos Srs. Dr. Regueira Costa, Aprigio Garcia e Fernando Barroca.

Em seguida o Sr. Presidente traz ao conhecimento da casa a situação financeira do Instituto, chamando para ella a attenção dos seus illustres consocios, situação que cada dia mais se aggrava, já pelo facto do ex-Thesoureiro não ter dado satisfação aos seus compromissos, já pelo facto do Thesouro do Estado não pagar integralmente em moeda legal as subvenções votadas pelo poder competente e destinadas a auxiliar o Instituto a bem cumprir os elevados e nobres fins a que se destina.

Sobre o mesmo assumpto óra o Sr. Fernando Barroca, fazendo diversas considerações sobre os factos apontados pelo Sr. Presidente.

Por ultimo o Instituto deliberou adquirir o livro intitulado—*O Novo Brazil*—e liquidar, ou pelo menos, amortisar o seu debito com a Empreza do *Jornal do Recife*, vendendo na praça as apolices recebidas ultimamente por conta da subvenção dada pelo Estado.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão.

Adelino A. de Luna Freire, Presidente.—*Alfredo de Carvalho*, 1.° Secretario.—*Sebastião Galvão*, 2.° Secretario.

Sessão em assembléa geral aos 12 de Outubro de 1901

PRESIDENCIA DO EXM. CONSELHEIRO PINTO JUNIOR

A's seis horas da tarde, presentes os Exmos. Srs. vice-governador do Estado, general commandante do districto militar, major Peregrino de Faria, representando o Exmo. Governador do Estado, coroneis commandantes e officialidades dos diversos batalhões federaes e de policia, grande numero de pessoas gradas e cidadãos de todas as classes, verificou-se igualmente a presença dos seguintes socios do Instituto:

Drs. Conselheiro Pinto Junior, Regueira Costa, Carlos Porto Carreiro, Pedro Celso, Aprigio Garcia, Desembargador Silva Marques, Vicente Simões, general Silvestre Travassos, Barros Rego, Leal de Barros, Pretextato Maciel, Pereira da Costa. Arthur Muniz, Alfredo de Carvalho, 1.° Secretario, Vitalino Cordeiro, Carneiro Vilella, Arnobio Marques, Guedes Alcoforado, Phaelante da Camara, e os Srs. Commendador Barbosa Vianna, Augusto Cesar, Feruando Barroca, professor Rocha Pereira e Caetano Moreira.

Annunciada a commissão incumbida de offertar o quadro commemorativo das festas aqui realisadas para solemnisar o laudo do Presidente da Confederação Suissa na questão de limites entre o Brasil e a Guiana Franceza, foi a mesma commissão recebida com as formalidades do estylo por outra do Instituto previamente nomeada e conduzida até a mesa onde foi depositado o referido quadro.

Em seguida o Exmo. Presidente da sessão em breves palavras, expoz os fins da reunião e concedeu a palavra ao orador da commissão

dos offertantes, o Sr. Heliodoro Balbi, que em longo e substancioso discurso fez a entrega da valiosa offerta.

Occupando depois a tribuna o Dr. Carlos Porto Carreiro, orador do Instituto, em eloquente allocução agradeceu-a.

Não havendo mais oradores inscriptos o Sr. Presidente depois de agradecer o comparecimento das pessoas que se dignaram de abrilhantar a solemnidade concorrendo á ella, encerrou a sessão.

Adelino A. de Luna Freire, Presidente.—*Alfredo de Carvalho*, 1°. Secretario.—*Aprigio Garcia*, servindo de 2.° Secretario.

Sessão ordinaria de 31 de Outubro de 1901

Presidencia do Sr. Dr. Regueira Costa

A' uma hora da tarde, presentes os Srs. Dr. Regueira Costa, Alfredo de Carvalho, 1.° Secretario, Aprigio Garcia, servindo de 2.°, Carneiro Vilella, Affonso de Albuquerque, Pereira da Costa, Barão de Nazareth, Sebastião Galvão e Augusto Cesar, abriu-se a sessão.

Lida a acta da antecedente, foi approvada e o Sr. Dr. 1.° Secretario mencionou o seguinte expediente:

Um officio do Sr. Bibliothecario da Bibliotheca Fluminense, de 5 do corrente, accusando a recepção e agradecendo diversos numeros da Revista, que recebeu, e pedindo outros que faltam para completar a sua collecção. Mandou-se attender.

Um dito do Sr. Tiburcio Pereira de Andrade, remettendo um trabalho seu sobre archeologia e pedindo para ser incluido no numero dos socios do Instituto. Mandou-se agradecer a offerta.

Um convite do Sr. 1.° Secretario da Sociedade Monte-Pio Popular Pernambucano para o Instituto se fazer representar na festa anniversaria da mesma Sociedade a realisar-se em 11 de Novembro. Tiveram conhecimento do convite todos os Srs. socios que compareceram na séde do Instituto.

Offertas:

Pelo Archivo do Municipio da capital da Bahia tres exemplares de sua Revista.

Pelo Ministerio da Industria Viação e Obras Publicas, um boletim mensal do Observatorio do Rio de Janeiro.

Pela Repartição de Deposito, Reparto y Cange de Montevidéo um folheto—Ceremonia inaugural das obras do porto de Montevidéo.

Pelo autor, o Sr. Alfredo de Toledo, um folheto—Uma reivindicação improcedente.

Pela redacção um numero da Revista Industrial e Mercantil.

Pela Bibliotheca da Faculdade de Direito, um folheto—Memoria Historica da Faculdade de Direito do Recife, relativa ao anno de 1900, pelo Dr. Manuel Netto Carneiro Campello.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Vieram á mesa, foram lidos e remettidos á respectiva commissão para dar parecer, duas propostas para socio effectivo e correspondente.

O Sr. Presidente communica ao Instituto que o Sr. Dr. José Hygino, de passagem por esta capital, encarregara ao Sr. Dr. Luiz José da Silva de trazer ao seu conhecimento que se comprommettia a obter do governo federal a traducção e publicação dos diversos documentos trazidos da Hollanda e relativos ao dominio hollandez no Brasil, sem onus algum para esta associação.

O Instituto deliberou que se acceitasse o offerecimento e se agradecesse a aquelle illustre consocio. mais esse serviço que; tenciona prestar-lhe.

Por maioria de votos tomou ainda o Instituto as seguintes deliberações:

Commemorar com uma sessão solemne, que se realisará á 1 hora da tarde a data que o dia 10 de Novembro recorda; inaugurar em dia previamente designado, pela mesa, e com solemnidade o retrato do Conde da Boa Vista mandado fazer pelo Instituto e entregar a um dos contribuintes a quantia que subscreveu para a erecção de uma estatua ao Conde da Boa Vista, visto não ter concordado que fosse applicada ao alludido retrato daquelle illustre pernambucano.

O Sr. Dr. Pereira da Costa, obtendo a palavra, procedeu a leitura de um seu trabalho intitulado—Estudo sobre as causas efficientes da emancipação politida do Estado das Alagôas. O Instituto autorisou a sua publicação.

Por ultimo o Sr. Presidente nomeou os Srs. Drs. Pereira da Costa. Alfredo de Carvalho e Aprigio Garcia, para em commissão refutarem os conceitos emittidos em um opusculo publicado pelo Sr. Alfredo de Toledo, no Estado de São Paulo, sobre os acontecimentos que aqui se deram em 10 de Novembro de 1710, depois do que e por nada mais haver a tratar-se foi levantada a sessão.

Adelino A. de Luna Freire, Presidente.—*Alfredo de Carvalho*, 1°. Secretario.—*Aprigo Garcia*, substituindo o 2.° Secretario.

Sessão solenne de assembléa geral aos 10 de Novembro de 1901

Presidencia do Sr. Dr. Regueira Costa

A uma hora da tarde presentes na sede do Instituto o Exm. Sr. Desembargador Vice-Governador do Estado, Dr. Nascimento Castro, official de gabinete e representanto do Exm. Sr. Governador, o Sr. Consul de S. M. Britanica, officiaes do exercito, cidadãos de diversas classes da sociedade, verificou-se igualmente a presença dos seguintes socios do Instituto:

Drs. Regueira Costa, 3.° Vice-presidente, e presidente da sessão, Desembargador Francisco Luiz, 2.° Vice-presidente, Carlos Porto Car-

reiro, orador, Pereira da Costa, e Professor Rocha Pereira, substituindo estes o 1.º e o 2.º Secretarios, que não compareceram, Desembargador Silva Marques, Dr. Carneiro Vilella e Commendador Barbosa Vianna.

O Sr. Presidente da sessão pronunciou uma allocução sobre o objecto da solennidade.

Em seguida dada a palavra ao Dr. Porto Carreiro, orador do Instituto, proferio este um extenso discurso commemorativo do facto grandioso do grito de republica levantado em Olinda no dia 10 de Novembro de 1710.

Não havendo mais quem se quizesse utilisar da palavra o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão agradecendo antes aos cavalheiros presentes o seu comparecimento.

Nos intervallos da sessão a musica do 2.º Corpo de Policia, e á noite a do 3.º, fizeram ouvir lindas peças do seu repertorio.

Ao encerrar-se a sessão foi presente um officio da directoria do Gabinete Portuguéz de Leitura desculpando-se por não ter podido fazer-se representar na solemnidade.

Adelino A. de Luna Freire, Presidente—*Alfredo de Carvalho*, 1º Secretario—*Aprigio Garcia*, substituindo o 2º.

Sessão ordinaria de 14 de Novembro de 1901

Presidencia do Exm. Desembargador Adelino de Luna Freire

A uma hora da tarde, presentes os Srs. Drs. Desembargador Luna Freire. Regueira Costa, Alfredo de Carvalho, 1.º Secretario, Aprigio Garcia, substituindo o .2º que não compareceu, Pereira da Costa e os Srs. Fernando Barroca, e Augusto Cesar abrio-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada o o Sr. Dr. 1.º secretario mencionou o seguinte expediente:

Um officio do Sr. 1.º Secretario da Sociedade Monte Pio Popular Pernambucano, de 11 do corrente, podindo desculpas, em nome da mesma sociedade, por não ter ella podido se fazer representar na festa do Instituto realisada em 10 do corrente.—Inteirado.

Um dito do Capitão do Porto, no mesmo sentido, e outro convidando o Instituto a se fazer representar na solennidade da entrega. pela associação dos praticos, de uma bandeira nacional á Escola de aprendizes marinheiros, no dia 15 ás 3 horas da tarde.

Deu-se conhecimento do convite aos Srs. Socios que compareceram na séde do Instituto.

Um dito do Sr. Presidente do Conselho Municipal do Recife, de 4 do corrente, convidando o Instituto a se fazer representar no acto da posse aos novos conselheiros, no dia 15.

Tiveram conhecimento do convite os Srs. Socios que compareceram no Instituto.

Um convite das alumnas da Escola Normal, convidando o Instituto a assistir a festa que pretende realisar ás 10 horas da manhã de 17 do corrents.

Deu-se conhecimento do convite aos Srs. Socios que compareceram na séde do Instituto.

Um dito, da Sociedade dos Artistas Mecanicos e Liberaes pedindo o comparecimento do Instituto á sua festa anniversaria, que se realisará no dia 24 do corrente.

Tiveram conhecimento do convite os Srs. socios que compareceram no Instituto.

Offertas:

Pela redacção um numero da Revista Militar.

Pelo antigo Bazar Catholico o catalogo de uma importante collecção de moedas portuguezas.

Pelo Museu Nacional pe Montevidéo um exemplar de seus Annaes.

Pela redacção um numero da Revista Agricola.

Pelo Sr. Jeronymo Queiroz dois ossos fosseis encontrados a 7 leguas distantes de Aguas Bellas, deste Estado.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Pelo Sr. Dr. Alfredo de Carvalho foi proposto e approvado pelo Instituto, que se lançasse na acta um voto de agradecimento aos consocios Dr. Celso de Souza e Dezembargador Teixeira de Sá pelos esforços que empregaram no sentido de ser elevada a subvenção que a União dá a esta Associação.

Em seguida o Sr. Dr. Pereira da Cosfa, obtendo a palavra, declarou que para responder ao opusculo ultimamente publicado pelo Sr. Alfredo de Toledo, *Um estudo sobre o movimento emancipacionista de 1710*, reiterava a sua proposta apresentada em uma das sessões anteriores, para serem extrahidas copias de varias cartas do governador geral do Brasil dirigidas ao bispo de Pernambuco e outras autoridades no periodo revolucionario, cartas essas que devem conter materias destinadas a elucidar completamente o assumpto, isso para dar maior desenvolvimento e servir de cabal resposta ao referido opusculo.

O Instituto tomando conhecimento da proposta, resolveu approval-a e autorisar a despeza a fazer-se com as copias das alludidas cartas.

Por ultimo resolveu-se ainda, por proposta do Dr. Alfredo de Carvalho, que a publicação da Revista continuasse a ser feita pela Empreza do *Jornal do Recife*.

Foi apresentado e lido um officio do Rxm. Sr. Senador José Marcelino da Rosa e Silva, datado da Capital Federal em 15 do Outubro ultimo, accusando a recepção e agradecendo o seu diploma do socio honorario.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão.

Adelino A. de Luna Freire, Presidente.—*Alfredo de Carvalho*, 1º Secretario.—*Sebastião de V. Galvão*, 2º Secretario.

Sessão ordinaria de 12 de Dezembro de 1901

PRESIDENCIA DO EXM. DEZEMBARGADOR ADELINO DE LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde, presentes os Srs. Drs. Desembargador Luna Freire, Alfredo de Carvalho, 1.° Secretario, Aprigio Garcia, substituindo o 2.°, Arthur Muniz, Pereira da Costa, João Vicente, Desembargador F. Luiz e Fernando Barroca, abriu-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada e o Dr. 1.° Secretario mencionou o seguinte expediente:

Um officio do Sr. Director da Secretaria de Justiça, Negocios Interiores e Instrucção Publica, de 25 do corrente, remettendo, de ordem do Exmo. Sr. Governador do Estado um volume da obra — *O Brazil Novo*.

Um dito da commissão dos bacharelandos em sciencias juridicas sociaes, do corrente anno, convidando o Instituto a se fazer representar no acto da collação dos respectivos graus, no dia 7 do corrente.

Tiveram conhecimento do convite os Srs. socios presentes.

Um dito do Dr. Diretor da Bibliotheca do Estado pedindo para o Instituto mandar recolher á mesma bibliotheca, 25 volumes manuscriptos que se acham na Secretaria do governo e que, segundo diz, fazem parte da collecção existente naquella Bibliotheca.

Um dito do Sr. Barão de Studart pedindo, em nome do Instituto do Ceará, permissão para que o Dr. Alfredo de Carvalho traduza alguns documentos hollandezes existentes no archivo do Instituto. Foi concedida a permissão.

Offertas:

Pelo Archivo do Estado de São Paulo dous volumes—Documentos interessantes para a historia e costumes de São Paulo.

Pela redacção um exemplar da Revista Militar.

Pela Sociedade Propagadora de Instrucção Publica um exemplar de seus Estatutos.

Pela Academia Brasileira de Lettras tres exemplares de seu Boletim e um de sua lei organica.

Pelo Sr. Adão Queiroga um exemplar de sua obra—«La Cruz en America.»

Pelo Sr. José Irineu uma antiga moeda de cobre.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Findo o expediente o Sr. Presidente, em sentidas palavras, communica ao Instituto o fallecimento do socio Benemerito Dr. José Hygino Duarte Pereira, salientando os muitos e relevantes serviços prestados á esta Associação por aquelle distinctissimo consocio de saudosa memoria e concluia propondo que fosse levantada a sessão em signal de pezar por esse infausto acontecimento.

Por proposta do Sr. Fernando Barroca foi resolvido que, em nome do Instituto, se desce pezames á Exma. familia do fingdo consocio e por proposta do Dr, Arthur Muniz que se mandasse tirar a oleo o seu retrato para em rica moldura ser inaugurado na galeria do Instituto, ce-

lebrando-se na occasião uma sessão funebre em dia que para esse fim seria previamente designado.

Foi levantada a sessão.

Adelino A. de Luna Freire, Presidente.—*Alfredo de Carvalho*, 1.° Secretario.—*Aprigio Garcia*, substituindo o 2°.

Sessão extraordinaria de 4 de Janeiro de 1902

PRESIDENCIA DO EXM. DESEMBARGADOR ADELINO DE LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde, presentes os Srs. Dr. Alfredo de Carvalho, 1.° Secretario, Aprigio Garcia, substituindo o 2.°, Regueira Costa, Arthur Muniz, Pedro Celso Pereira da Costa. e o Sr. Augusto Cesar, abriu-se a sessão e o Sr. Secretario mencionou o seguinte expediente:

Um officio do Sr. Dr. Manoel Nunes Correa, Juiz de Direito de Floresta, de 18 de Novembro proximo passado offertando um bacamarte bocca de sino, que serviu nas revoluções de 1817 e 1848 e um peixe fossilado.

Mandou-se agradecer.

Um cartão do Exmo. general Silvestre Rodrigues da Silva Travassos dando ao Instituto as bôas festas. Mandou-se retribuir.

Um officio do Sr. Joaquim José Ferreira Telles pedindo os n.°° 53 54 e 55 da Revista do Instituto. Mandon-se remetter

Offertas:

Pelo Archivo do Municipio da Capital da Bahia cinco numeros de sua Revista.

Pela Sociedade de Geographia de Lima tres exemplares do seu Boletim.

Pelos Srs. J. C. Mariano & C., um catalogo de livros.

Pelo Sr. Bibliothecario da Bibliotheca do Pará, por intermedio do consocio Dr. Cunha Barbosa, um volume—Quarto centenario do descobrimento do Brasil, um folheto. O Rio Acre, pelo Dr. Serzedelo Correia e um manuscripto—Noticias particulares dos Srs. bispos de Pernambuco, D. Frei Luiz de Santa Thereza, e do Rio de Janeiro e Miranda D. Frei João da Cruz com o sermão que este senhor pregou na profissão de seu irmão e daquelle uma carta em que relata a sua trabalhosa jornada para Pernambuco, uma e outra cousa é da propria letra de cada um e por isso merece maior estimação.

Pelo autor o Sr. Romario Martins um volume—Limites á Suéste.

Pela Sociedade de Geographia de Lisbôa dous numeros de seu Boletim.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Sendo lido o parecer da commissão de admissão de socios correu o escrutinio secreto e foram eleitos socio effectivo o José Antonio Gon-

çalves Mello, chefe de policia do Estado e socio correspondente o Sr. Alberto de Sousa.

Em seguida resolveu o Instituto celebrar a sua testa anniversaria á 1 hora da tarde de 27 do corrente, e ás 6 horas da tarde de 10 de Fevereiro uma sessão funebre em homenagem á memoria do socio benemerito Dr. José Hygino Duarte Pereira, sendo designado o Dr. Arthur Muniz para fazer o elogio funebre.

Nada mais havendo a tratar foi levantada a sessão.

Adelino A. de Luna Freire. Presidenté.—*Alfredo de Carvalho,* 1.° Secretario.—*Aprigio Garcia*, substituindo o 2°.

Sessão solenne commemorativa do 40.° anniversario da installação do Instituto em 27 de Janeiro de 1902

PRESIDENCIA DO EXM. DESEMBARGADOR FRANCISCO LUIZ, 2.° VICE-PRESIDENTE

A' uma hora da tarde, presentes o Exmo. Vice-governado do Estado, major Peregrino de Faria, alferes Raphael Archanjo e Maia e Silva, representantes dos Exmos. Srs. Governador do Estado, commandante do distrito militar e da brigada policial, senadores, deputados, consul da Italia, magistrados, advogados, officiaes do exercito e de policia, commissões do Gabinete Portuguez de Leitnra e da Santa Casa de Misericordia, distinctas senhoras e cidadãos de todas as classes, verificou-se igualmente a presença dos seguintes socios do Instituto;

Desembargador Francisco Luiz, 2.° vice-presidente, Drs. Regueira Costa, 3.° vice-presidente, Alfredo de Carvalho, 1.° Secretarih, Carlos Porto Carreiro e Pedro Celso, oradores, Desembargador Silva Marques, Alfredo Freire, Arthur Muniz, Bianor de Medeiros e João Vicente, e os Srs. Barão de Nazareth, commendador Barboza Vianna, professor Rocha Pereira e Augusto Cesar, substituindo o 2.° Secretario qne não compareceu.

O Exmo. Presidente da sessão, Desembargador Francisco Luiz, depois de proferir um discurso relativo ao assumpto da solennidade, declara aberta a sessão e deu a palavra ao Dr. 1.° Secretario Alfredo de Carvalho o qual leu um minucioso relatorio do movimento do Instituto no correr do anno findo.

Seguiu-se-lhe na tribuna o Dr. Carlos Porto Carreiro, orador official, qne depois de occupar-se dos motivos da festa, fez o elogio dos socios faliecidos durante o mesmo anno.

Por fim o Dr. Regueira Costa leu uma serie de sonetos de sua lavra, commemorativos das victorias alcançadas na guerra hollandeza.

Uma guarda do 1°. corpo de policia, commandada pelo capitão Monteiro, fez as honras da solennidade, a qual foi abrilhantada nos intervallos pelas bandas de musica do 1.° e do 3.° corpos de policia e pela do 34.° do exercito.

O Sr. Presidente, depois de agradecer o oomparecimento das pessôas que se designaram de acceder ao convite do Instituto, encerrou a sessão.

Sessão de assembléa geral em 6 de Fevereiro de 1902

Presidencia do Exm. Desembargador Luna Freire

A's doze horas do dia, achando-se presentes os Srs. Desembargadores Luna Freire e Teixeira de Sá, Drs. Regueira Costa, Alfredo de Carvalho, 1.º Secretario, Arthur Mnniz, Aprigio Garcia, Cunha Barboza, Eudoxio de Britto, e os Srs. Fernando Barroca, Soares Brandão e professor Rocha Pereira, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada e o Dr. 1.º Secretario mencionou o seguinte expediente:

Um officio do Sr. vice-presidente do Concelho Municipal do Recife offertando um exemplar da lei n. 306, orça a receita e fixa a despeza municipal para o exercicio corrente.

Um dito da Sociedade Litteraria «Diogo Velho» desculpando-se por não ter podido fazer-se representar na sessão anniversaria do Instituto, —Inteirado.

Offertas:

Pelo Club de Electricidade um folheto de suas conferencias.

Pelo Observatorio do Rio de Janeiro um Boletim Mensal.

Pelas respectivas redacções um numero da Revista Militar e diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as effertas.

Passando-se á ordem do dia o Sr. Presidente annunciou que vai proceder á eleição da meza administrativa e commissões para o anno social de 1902 a 1903, começando pela do Presidente e convida os socios presentes a prepararem suas cedulas.

Corrido o escrutinio e feita a devida apuração deu o seguinte resultado:

Presidente, Desembargador Adelino Antonio de Luna Freire.

1.º vice-Presidente, Desembargador Antonio Pedro da Silva Marques.

2.º dito, Desembargador Francisco Luiz Correia do Andrade.

3.º dito, Dr. João Baptista Regueira Costa.

1.º e 2.º Secretarios Drs. Alfredo de Carvalho e Aprigio Carlos de Amorim Garcia.

Supplentes dos Secretarios, Dr. Vitalino Cordeiro Lins e Augusto Cesar da Cunha.

Pedindo a palavra pela ordem o Dr. Regueira Costa diz que o Dr. Pedro Celso o incumbira de communicar ao Instituto que por motivos justos não podia continuar a servir por ora como orador e continuando a eleição foram eleitos oradores Drs. Carlos Porto Carreiro e Manuel Arthur Muniz.

Thesoureiro, João Walfredo de Medeiros.

Commissão de Estatutos e Redacção da Revista—Drs. Francisco Augusto Pereira da Costa, João Baptista Regueira Costa e Alfredo de Carvalho.

De fundos e orçamentos, Dr. Bianor de Medeiros, Barão de Nazareth e Fernando Barroca.

O Sr. Presidente declara impossados os membros que acabam de ser eleitos.

No correr da eleição foram comparecendo os Srs. Dr. Julio Pires, Augusto Cezar, Drs. Sebastião Galvão e Celso de Souza.

Foram pelo Sr. Presidente nomeadas ainda as seguintes commissões:

De admissão de socios, Augusto Cesar da Cunha, coronel Manuel de Carvalho Soares Brandão e professor Joaquim Pedro da Rocha Poreira.

De revisão de manuscritos e pesquizas de documentos, Drs. Sebastião Galvão, Pereira da Costa e Teixeira de Sá.

De trabalhos historicos, Drs. Julio Pires, Carlos Porto Carreiro e Guedes Alcoforado.

De trabalhos geographicos, Drs. Phaelante da Camara, Pedro Celso e Coelho Leite.

De historia e geographia do Brasil, Drs. Celso de Souza, Regueira Costa e Arthur Muniz.

Vem á meza, é submettido a discussão e sem debate approvado o seguinte plano de que trata o § 4.° do art. 31 dos Estatutos.

Em obediencia ao disposto no § 4.° do art. 31 dos nossos Estatutos, a commissão de Estatutos e redacção da Revista do Instituto, abaixo assignada, tem a honra de submeter a approvação da mesa o seguinte plano da impressão da mesma Revista, bem como das despezas necessarias á sua realisação.

N.° 56—160 paginas, 1.000$000; n.° 57, 128 paginas, Junho de 1902, 800$000; n.° 58—127 paginas, Setembro de 1902, 800$000,

Costo total dos quatro numeros com 576 paginas 3.600$009.

Sala das Sessões do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, em 6 de Fevereiro de 1902.—*Alfredo de Carvalho*, *Regueira Costa*.

Vem á mesa, é lida e remettida á commissão de admissão de socios para dar parecer uma proposta para socio correspondente.

O Sr. Presidente designa os Srs. 1.° e 2.° Secretarios para em commissão verificarem quaes os socios do Instituto quo se acham incurso no art. 8 dos Estatutos devendo em breve praso apresentar o seu relatorio.

Nomeou ainda os Srs. Drs. Sebastiao Galvão e Cunha Barboza e o Sr. Augusto Cezar, para em nome do Instituto visitarem o socio benemerito Major José Domingues Codeceira, que se acha enfermo.

Por ultimo o Sr. Presidente rosolveu que a sessão funebro em homenagem á memoria do Dr. José Hygino Duarte Pereira tenha logar ás 6 horas da tarde do dia 15 do corrente e levantou a sessão por nada mais haver a tratar-se.

Adelino A. de Luna Freire, Presidente.—*Alfredo de Carvalho*, 1.° Secretario.—*Aprigio Garcia*, 2.° Secretario.

Sessão funebre em homenagem á memoria do socio benemerito Dr. José Hygino Duarte Pereira, aos 15 de Fevereiro de 1902.

PRESIDENCIA DO EXM. DEZEMBARGADOR ANTONIO PEDRO DA SILVA MARQUES, 1° VICE-PRESIDENTE DO INSTITUTO

Ás seis e meia horas da tarde presentes os Exms. Srs. Conselheiros Gonçalves Ferreira e Dezembargador Silva Marques, governador e vice-governador do Estado, Gonçalves de Mello, chefe de policia, Santos Moreira, prefeito do municipio, alferes Raphael Fonseca, Maia e Silva, representantes do Exm. General commandante do districto militar e do commandante da brigada policial, deputados federaes e do Estado, magistrados, jornalistas e diversos cidadãos de todas as classes, verificou-se igualmente a presença dos seguintes socios do Instituto:

Dezembargador Silva Marques, Drs. Regueira Costa, 1° e 3° vice-presidentes, Alfredo de Carvalho e Aprigio Garcia, 1° e 2° Secretarios, Gonçalves de Mello, Santos Moreira, Monsenhor Estanislau de Carvalho, Bianor de Medeiros, Phaelante da Camara, Pedro Celso, Porto Carreiro. João Coimbra, Pereira da Costa, Barreto Sampaio e os Srs. Commendador Barboza Vianna, Soares Brandão, Fernando Barroca e Augusto Cezar.

O Sr. Presidente da Sessão, depois de proferir um discurso em que tornou salientes os serviços prestados pelo Dr. José Hygino á este Instituto e ao paiz, nos differentes cargas publicos que exerceu, declarou aberta a sessão.

Concedida a palavra ao orador Dr. Arthur Muniz, este proferio o elogio funebre do extincto em que pôz patentes os dotes moraes e intellectuaes do mesmo, e especialmente com relação ao Instituto no desempenho da commissão de que foi incumbido na Europa, o que lhe valeu o titulo de socio benemerito.

A familia do finado foi representada pelos Drs. Bernardo da Camara, Barreto de Sampaio e Luiz José da Silva.

O Sr. Presidente depois de agradecer a presença dos cavalheiros que se dignaram de acquiescer ao convite do Instituto, declarou encerrada a sessão.

Adelino A. de Luna Freire, Presidente.—*Alfredo de Carvalho*, 1° Secretario.—*Aprigio Garcia*, 2° Secretario.

INDICE DO VOLUME XII

(Ns. 65, 66, 67, 68, 69 e 70)

Alfredo de Carvalho. — A Tragedia do Nyenburg 5

Paul Ehrenreich.—Sobre alguns antigos retratos de indios sul-americanos. (Trad. de *M. de Oliveira Lima). (Com 10 estampas)* 81

J. Capistrano de Abreu. — Memorias de um frade 47

Annibal Falcão. — O povoamento do Brasil Oriental 84

Louis Lombard.—Explorações Geographicas e Geologicas. *(Com 3 mappas)* 89

Georg Friederici. — Do resguardo do matador entre os Tupis. (Trad. de *Alfredo de Carvalho)* 112

J. A. V. Borges da Fonseca. — Nobiliarchia Pernambucana. *(Continuação)* 121

Alfredo de Carvalho. — Moedas obsidionaes cunhadas no Recife. *(Com 2 estampas)* ... 160

F. A. Pereira da Costa. — João Fernandes Vieira á luz da Historia e da Critica 169

Theodoro Sampaio. — As cartas tupis dos Camarões 281

M. de Oliveira Lima.—Mrs. Graham e a Confederação do Equador 306

Alfredo de Carvalho.—O Recife em 1813 311

Documentos para a Historia da Revolução de 1817 317

H. Koster.—Viagens no Brasil. (Trad. de *A. C. de A. Pimentel). (Continuação)* 335

Alfredo de Carvalho.—Um poeta aventureiro.— Elias Herckmans 356

Alfredo de Carvalho. — O Tupí na Chorographia Pernambucana 365

Descripção de Pernambuco em 1746. *(Continuação)* 418
F. A. Pereira da Costa.—Governadores e Capitães Generaes *(Conclusão)*.......... 440-514
Annibal Falcão.—Formula da Civilisação Brasileira 443
Georg Friederici. — A efficacia do arco dos indios. (Trad. de *Alfredo de Carvalho)* ... 477
Arthur Muniz.—Oração historica.......... 495
J. B. Regueira Costa.—Casa de Padre Miguelinho 529
Cartas Nassovianas. (Trad. de *Alfredo de Carvalho)*. (Continuação do n.° 56).......... 533
J. B. Regueira Costa. — Problemas historico-geographicos. III. O marco de Iguarassú. 556
Alfredo de Carvalho.—A bandeira da republica de 1817. (Cam 1 estampa colorida)....... 559
Documento importante.......... 566
Bibliographia.......... 571
Actas das sessões.......... 583